

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

## O PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO NAS CIDADES LUSO-BRASILEIRAS

Um olhar sobre duas realidades, Olinda e Ouro Preto



**MARCELO ALMEIDA OLIVEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade de Évora para  
obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem.

**Orientadora: Professora Doutora  
Aurora da Conceição Parreira Carapinha**

Esta tese não inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri

Volume I

ÉVORA  
2007

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**O PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO NAS  
CIDADES LUSO-BRASILEIRAS**

Um olhar sobre duas realidades, Olinda e Ouro Preto

**MARCELO ALMEIDA OLIVEIRA**



Dissertação apresentada à Universidade de Évora para  
obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem.

169 012

**Orientadora: Professora Doutora  
Aurora da Conceição Parreira Carapinha**

Esta tese não inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri

Volume I

ÉVORA  
2007

U.E. Serviços Académicos	N. 6950/30
16/7/07 Filomena	Sector: P.G.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida

*O património paisagístico nas cidades luso-brasileiras. Um olhar sobre duas realidades, Olinda e Ouro Preto.* Évora (Pt): Universidade de Évora, 2007. v.I.

2v. il.

Dissertação de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem.

1. Arquitectura Paisagista, 2. Cidades Classificadas Brasileiras, 3. Cidades Coloniais Brasileiras, 4. Jardins Brasileiros, 5. Olinda, 6. Ouro Preto, 7. Património Paisagístico, 8. Património Urbano.

Capa Figura: Torre da Igreja Nossa Senhora do Pilar - Ouro Preto / MG

Foto: Marcelo Almeida Oliveira, 2006

“Só as igrejas  
só as torres pontudas das igrejas  
não brincam de esconder”

ANDRADE, Carlos Drumond de. “Lanterna mágica”. In: ANDRADE, Carlos Drumond de. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002. p. 10-11.

Para Marina Trindade de Souza Oliveira, um sopro de vida.

*“Não há tempo sem um conceito de memória; não há presente sem um conceito de tempo; não há realidade sem memória e sem uma noção de presente, passado e futuro. (...)”*

*Memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (sou quem sou porque me lembro quem sou)”*

IZQUIERDO, Ivan. “Memórias”. *Estudos Avançados*. São Paulo: /s.e./, v.3, nº6, p. 81, Maio/Ago 1989.

*“O perfume das plantas é algo que sempre esteve presente em vários momentos de minha vida e nunca foi esquecido. Ficou arquivado na memória. Depois de um dia de trabalho intenso, descia até a praça da Preguiça. Geralmente, não tinha ninguém na rua, era aquele silêncio. Aí eu me sentava num daqueles bancos de praça e ficava dali sentindo a brisa com o cheiro do mar. Quando passeava pela rua do Bonfim, durante a noite, entre sombras e penumbras, sentia aquele cheiro gostoso de frutas e flores: de manga rosa, goiaba e jasmims.”*

DIAS, Genoveva Alves. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

*“(...) agora falamos dos vazios da cidade, os espaços abertos – são tão concretos, individualizados, significantes e identitários como os cheios: os volumes edificados que os delimitam. (...) Eles, os vazios, constituem um sistema indissociável do tecido edificado, completam-se e reforçam-se mutuamente. Esta ideia, e este valor, ainda não são, contudo, totalmente reconhecidos. E, como tal, estão muitas vezes ausentes dos planos de gestão dos centros históricos e da política urbanística vigente (...)”*

CARAPINHA, Aurora. “Da leveza da cidade”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. nº26, p. 180, Abril 2007.

## AGRADECIMENTOS

---

Devo apresentar meus agradecimentos a um grande número de pessoas e de instituições que, com sugestões valiosas e com sua atenção e amizade, colaboraram para a realização do presente trabalho. Essa ajuda preciosa propiciou-me enriquecimento, crescimento pessoal e experiência de vida.

Apresso-me em me escusar caso me escape algum nome que aqui deveria ser mencionado. Minha gratidão se estende a todos que tiveram a generosidade e a boa vontade de me ouvir e atender apesar do carácter turbulento próprio dos momentos de busca e de pesquisa.

Saliento a orientação da Professora Doutora Aurora da Conceição Parreira Carapinha. Soube, com consideração, competência e profissionalismo, dialogar a respeito das directrizes a serem privilegiadas na pesquisa. Agradeço-lhe profundamente. Aurora Carapinha estimulou, na dose certa, minha curiosidade para compreender o “Jardim Lusíada” existente no Brasil, um tema instigante que, certamente, despertará o interesse de outros pesquisadores.

Em meu reconhecimento, agradeço ao Departamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora pela prontidão e pela eficiência de seus funcionários e do Corpo Docente que em muito contribuíram para a elaboração do trabalho. Faço menção especial à Senhora Dona Mariana Bruno, pela presteza dos seus serviços. Ainda no âmbito da Universidade, destaco o apoio do Centro de História da Arte. Tornei-me Bolsista da Instituição, facto enriquecedor para o desfecho da pesquisa empreendida.

Devo mencionar o contacto profícuo com outras Instituições de Ensino, como a Universidade do Porto, mais especificamente, com a Faculdade de Letras, onde tive a oportunidade de conhecer o Professor Doutor Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves e sua esposa, a Professora Doutora Natália Marinho Ferreira-Alves. Foram eles marcantes em minha trajectória académica, permitindo-me participar de importantes eventos ligados à Pesquisa e à Extensão de tal Universidade, assim como sucedeu em Évora, com o apoio de Aurora Carapinha. Ressalto ainda o empenho do Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha, que me ajudou no entendimento do espaço de algumas das principais cercas monásticas do país, como a do Mosteiro de Arouca e a do Mosteiro de Tibães, onde pude perceber valores estéticos de um passado ainda remanescente.

Devo também ressaltar a gentileza e a simpatia da Senhora Gertrudes Carapinha (Dona Tita) e do Senhor Martinho Carapinha (*in memoriam*). Graças a eles encontrei, ao precisar, um porto seguro e acolhedor em Évora. Dentre as relações construídas, não posso deixar de evidenciar o afecto de Érika Simoni de Almeida Dias e José António Fernandes Dias, assim como a consideração do General Silvino da Cruz Curado, de Fernando José Pinto de Almeida, Jorge Fernandes Nascimento, Maria Pereira Nogueira Amieira, Mário Dias Pires, Mário Pires Miguel. Conheci-os por meio do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Tal estabelecimento, além de constituir-se em importante Arquivo para os brasileiros, distingue-se devido ao atendimento prestimoso de seus funcionários.

Agradeço a Maria Berthilde de Barros Lima e Moura pelo apoio, pela estima e pelo incentivo à realização do Doutorado em Portugal, onde tivemos a oportunidade de conviver com os amigos Josymary Omena Passos Ferrari e Antônio Élzio Souza Ferrari, colegas de curso e da “casa” portuguesa, nosso “canto” de mundo no outro lado do Atlântico.

No Brasil, sou igualmente grato a pessoas que se distinguiram pelo apreço e pela hospitalidade, como a família Aníbal Victor de Lima e Moura Filho. Guardo a certeza da permanência do elo criado. O mesmo podemos dizer dos companheiros da Bahia, Maria do Carmo Baltar Esnati, Mariely Cabral de Santana e dos Professores Doutores Eugênio Ávila Lins e Solange Araújo. São parceiros, assim como outros colegas, já citados, na trajetória da redescoberta de nossas raízes.

Com relação à pesquisa de campo, há que agradecer àqueles que nos ofereceram sua solidariedade, além de informações valiosas. De Olinda, merecem nossa estima: André Pina, Aneide Santana e família, Fernando Antônio Guimaraens Lima, Irineu Marinho Falcão, José Ataíde de Mello, Marília de Andrade Lacerda Nilo, Petrônio Cunha, Plínio Victor, dentre outros. Quanto a Ouro Preto, faço menção especial a Deise Cavalcanti Lustosa e ao Professor Armando Maia Wood. Da mesma forma, pontuamos o auxílio prestado por Cristiane Finizola Sarmiento e Ênio José de Oliveira Bezerra, envolvidos respectivamente na transcrição de gravações e na apresentação final deste trabalho. Não podemos deixar de expressar nossa gratidão pelos préstimos de Maria Luísa Vieira Rocha e Paula Salvador, pela consideração e pelo tempo dispendido no aconselhamento relativo a técnicas normalmente adotadas na realização de entrevistas. Tampouco podemos deixar de ressaltar a afeição e a consultoria prestada pela Professora Doutora Lúcia Quintão a respeito da linguística portuguesa.

Com referência aos subsídios obtidos ao longo da trajetória, destaco, na etapa portuguesa, a importância da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), que fomenta de forma notável o apoio à Pesquisa. Particularizo o empenho da Senhora Marigens Carvalho que, durante quatro anos, cuidou do andamento de meu processo. Devo ainda agradecer ao Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG), especialmente a Sandra Mara Esteves de Oliveira, pelo empenho na obtenção de recursos imprescindíveis para concluir a etapa brasileira, mais particularmente em Minas Gerais. Destaco igualmente a amizade dos Professores Doutores Carlos Alberto Penna, Marilda de Souza Castro, Ana Fernandes, Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes, Susana Acosta Olmos, e dos colegas Alécia Lage de Faria, Aurora Pederzoli e Ricardo Dolabella, César Henriques Matos e Silva, Cláudia Paiva Batista, Delma Maria dos Reis Resende, Denise Formoso, Élcio C. de Melo, Elaine Maciel Régis, Fernando Márcio de Oliveira e Cristiana Cardoso, Margareth Caldeira, Marta Páscoa, Newton Joaquim Almeida Oliveira, Olíria Villarinhos, Priscila Moreira Andrade, Rodrigo Espinha Baeta e Juliana Cardoso Neri, Silvana de Almeida, Valéria Mussi Dias, confidentes nessa longa e, muitas vezes, solitária jornada.

A todos um muito obrigado e, em especial, a meus pais, pelo apoio incondicional recebido durante a realização do Doutorado. Ter a família por perto nas horas difíceis foi um constante estímulo, indispensável para o cumprimento de mais essa etapa.

## RESUMO

---

Na actualidade, observa-se um crescente interesse pelos tipos de espaços tradicionais, tendência acentuada a partir da década de 1990, facto que vem demonstrar maior respeito em relação à preexistência dos lugares examinados.

Levando-se em conta a busca de alternativas para a protecção do património urbano no Brasil, investimos no estudo do desenho da paisagem de cidades como Olinda e Ouro Preto. Infelizmente, são cidades cada vez mais dilapidadas por ocupações aleatórias e clandestinas. A permanência dessa situação resulta no enfraquecimento do carácter dos respectivos conjuntos, detentores de fortes traços lusíadas.

No universo deste trabalho, tivemos a oportunidade de evidenciar aspectos relativos à estruturação dos primitivos núcleos de povoamento. No geral, eram assentamentos integrados no meio natural, onde as “manchas verdes” ou os “vazios” se mostravam essenciais para o ordenamento dos complexos construídos, facilitando a presença de componentes ecológicos nos tecidos implantados e/ou a subsistência básica de seus habitantes. No contexto assinalado, sobressaíam os quintais, as hortas, as cercas monásticas, as chácaras e as roças, além dos Jardins Botânicos e dos Passeios Públicos. O conhecimento dessas tipologias é de fundamental importância tendo em vista a conservação do património paisagístico, sobretudo, na malha de lugares impregnados por valores culturais, ecológicos, humanos/sociais e paisagísticos.

Com base no exposto, causa-nos surpresa a falta de conhecimento sobre o tecido verde dos conjuntos classificados. Ao descrevê-los, grande parte de seus moradores recorre ao termo “quintal” para designar a maioria dos espaços que os compõem. É como se um único termo pudesse abarcar todas as modalidades de parcelas existentes na trama edificada, nivelando diferenças e particularidades. Na esfera administrativa, essa situação resulta num quadro de indefinições conceptuais, dificultando o entendimento e o planeamento da forma urbana. Torna-se prudente investir na abordagem morfológica e tipológica, com o sentido de evitar generalizações. Assim, justificamos a busca de informações sobre a génese da cidade brasileira, o que nos aproxima da cultura lusíada.

## RÉSUMÉ

---

Il existe à présent un intérêt croissant, à partir surtout des années 90, pour les types d'espaces traditionnels et qui témoigne de plus de respect des lieux existant dans le passé et qui sont étudiés dans le présent travail.

Le choix de notre objet d'étude s'est basé sur le besoin de proposer des alternatives pouvant contribuer à la protection de l'héritage urbain brésilien. Le présent travail porte sur les espaces ouverts de villes brésiliennes, en particulier sur ceux de Olinda et de Ouro Preto. Nous assistons maintenant à la dégradation continue et croissante de ces espaces causée par le foisonnement de constructions irrégulières et clandestines. Ceci entraîne l'appauvrissement des caractéristiques distinctives des ensembles respectifs, fortement marqués par des traits portugais.

Nous avons pu mettre en évidence des aspects concernant la structuration des premiers noyaux établis dans la colonie. Il s'agissait en général de peuplades intégrées dans le milieu naturel, où les taches vertes ainsi que les espaces vides étaient essentiels pour la disposition ordonnée des complexes construits. Grâce à ces espaces, des composants écologiques pouvaient être insérés dans les tissus implantés et/ou assurer aux habitants, qui vivaient en harmonie avec le milieu, les moyens indispensables de subsistance. Il y ressortissait les "quintais", les jardins potagers, les "cercas" de monastères, les "chácaras" et des champs cultivés, en plus de Jardins Botaniques et des Promenades Publiques. La connaissance de ces typologies est essentielle pour la préservation de l'héritage paysager existant dans les milieux urbains, en particulier dans le tissu de lieux empreints de valeurs culturelles, écologiques, humaines et telluriques.

Nous sommes étonnés du manque de connaissances sur la trame verte des ensembles classés. Une grande partie des habitants emploie, en les décrivant, le mot "quintal" pour nommer la plupart des espaces qui les constituent. C'est comme si un seul mot pouvait inclure tous les types de parcelles existant dans la maille construite, les différences et les particularités étant mises sur le même niveau. Pour ce qui est du domaine administratif, cela produit des conceptions imprécises, ce qui rend difficile de comprendre la forme urbaine et de travailler dans sa planification. Il convient donc, pour éviter les généralisations, de se pencher sur les aspects morphologique et typologique. Nous justifions de la sorte la recherche d'informations sur la genèse de la ville brésilienne, ce qui nous rapproche de la culture portugaise.



# ÍNDICE

---

LISTA DOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS .....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	11
INTRODUÇÃO .....	15

## PREÂMBULO

UM OLHAR SOBRE SOBRE O PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO E OS PRIMITIVOS NÚCLEOS URBANOS...	23
---	----

## PARTE I: DA PAISAGEM COMO JARDIM, OLINDA E OURO PRETO

O CARÁCTER DOS LUGARES.....	51
<b>Componentes Naturais</b> .....	54
Clima.....	54
Aroma.....	60
Cor e Luz.....	62
Refrigério.....	65
Sabor.....	68
Sonoridade.....	69
Relevo.....	70
<b>Organização do Espaço</b> .....	77

## PARTE II: A CARACTERIZAÇÃO DO TECIDO VERDE

ESPAÇOS ABERTOS À LUZ DA TRADIÇÃO LUSÍADA.....	81
<b>Promotores e Intervenientes do Verde Cultivado</b> .....	84
Ordens religiosas.....	85
Homens Ilustres.....	87
Hortelões.....	89
<b>Lugares do Útil ao Agradável, Elementos Essenciais</b> .....	92
Limites e Vedações.....	96
Água.....	100
Elenco Vegetal.....	104
Elementos de Destaque nos Jardins de Recreio.....	114
TIPOLOGIAS PRIVADAS, UM RETORNO ÀS ORIGENS.....	118
<b>Quintais</b> .....	120
Características do Espaço.....	125
Elenco Vegetal.....	128
<b>Hortas: Localização e Organização do Espaço</b> .....	136
Elenco Vegetal.....	148
<b>Cercas Monásticas</b> .....	152
Produção, Recreio e Vivência Mística.....	160

Características do Espaço.....	167
Limites e Vedações.....	173
Jardins.....	176
Hortas, Pomares.....	179
Mata.....	184
Elenco Vegetal.....	186
<b>Chácaras.....</b>	<b>201</b>
Características do Espaço.....	216
Limites e Vedações Externos.....	217
Jardins.....	220
Hortas, Pomares.....	228
Mata.....	230
Arquitecturas de Prazer.....	232
Elenco Vegetal.....	235
<b>Roças.....</b>	<b>242</b>
O Universo da Produção.....	248
Método Tradicional de Preparo da Terra e Cultivo nos Roçados.....	255
Elenco Vegetal.....	259
<b>ESPAÇOS PÚBLICOS, REGULARIDADE E CIVILIDADE.....</b>	<b>265</b>
<b>Em Nome da “Boa” Ordem.....</b>	<b>274</b>
<b>Passeios Públicos.....</b>	<b>281</b>
Viabilizando a Causa Pública.....	286
Elenco Vegetal.....	304
<b>Jardins Botânicos.....</b>	<b>310</b>
Os Jardins Botânicos na Realidade Brasileira.....	329
Critérios de Implantação e Aspectos Formais.....	340
Elenco Vegetal.....	357
<b>PARTE III: DA PROFANAÇÃO DO ÉDEN</b>	
<b>O ENFRAQUECIMENTO DA ESTRUTURA VERDE EM NÚCLEOS URBANOS COLONIAIS.....</b>	<b>364</b>
<b>Desrespeito pelos Condicionantes Ecológicos.....</b>	<b>366</b>
Incidência da Especulação Imobiliária sobre os Espaços Abertos.....	377
<b>Breve Análise do Quadro Legislativo Patrimonial.....</b>	<b>380</b>
<b>Os Desafios de Um Novo Planejamento.....</b>	<b>388</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>396</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>405</b>

## **LISTA DOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS**

---

Arquivo Histórico Militar (Lisboa)	AHM
Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)	AHU
Arquivo Público Mineiro	APM
Arquivo Público Municipal de Olinda	APMO
Arquivo Público Municipal de Ouro Preto	APMOP
Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa	BACL
Biblioteca da Ajuda (Lisboa)	BA
Biblioteca da Associação Nacional dos Arquitectos (Lisboa)	
Biblioteca Central da Universidade de Évora, antigo Colégio Jesuíta	
Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade Federal da Bahia	
Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto	
Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa	
Biblioteca da Faculdade de Arquitectura Paisagista da Universidade de Évora	
Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	
Biblioteca do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais	
Biblioteca do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais	
Biblioteca Nacional de Lisboa	BNL
Biblioteca Pública de Évora	BPE
Fundação de Apoio aos Municípios da Região Metropolitana de Recife	FIDEM
Fundação Joaquim Nabuco	FUNDAJ
Instituto Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (Lisboa)	IAN/TT
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 13ª Sub-Regional de Ouro Preto	
Museu da Inconfidência de Ouro Preto, Anexo 3	
Secretaria Municipal de Planejamento de Olinda	
Sociedade de Geografia de Lisboa	

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

ACL	Administração Central
ADB	Arquivo Distrital de Braga
AHML	Arquivo Histórico Militar de Lisboa/ Estado Maior do Exército
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
AMSBBA (RJ, SP)	Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia (Rio de Janeiro, São Paulo)
AMU	Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa
ANRJ	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
APMOP	Arquivo Público Municipal de Ouro Preto
APM-SP/PP	Arquivo Público Mineiro- Seção Provincial/ Presidência da Província
BA	Biblioteca da Ajuda (Lisboa)
BMP	Biblioteca Pública Municipal do Porto
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BNRJ-RC	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Registo de Cartas Luiz António Souza
BSGL	Biblioteca Sociedade de Geografia de Lisboa
CEAB	Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia
CLJCI	Coleção Leopoldo José Collor Jobim (Departamento de História/ PUCRJ)
CSB	Congregação de São Bento
CU	Conselho Ultramarino
DEPROT	Departamento de Proteção
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAUFBA	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
GEAEM	Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (Lisboa)
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo
IEPHA/MG	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MI	Museu da Inconfidência de Ouro Preto
MINC	Ministério da Cultura
SPHAN	Serviço (ou (Sub)secretaria) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (actual IPHAN)
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
(...)	indica supressão em textos transcritos
# ou /	parágrafo
<i>Apud.</i> ou <i>apud.</i>	referência indirecta a uma obra não consultada
C., c., Ca., ca	certamente ou cerca de (ano)
cf.	conferir ou confrontar

<i>cit.</i>	citado(a)(s)
cm	centímetro
cód.	código(s)
coord. ou coords.	coordenador(es)
cx.	caixa
D.	Dom ou Dona
d. ou doc.	documento
ed.	editor, editora ou edição
f., fls.	folha(s)
fig.	figura
ha	hectare
<i>ibid.</i> ou <i>ibidem</i>	a mesma obra
<i>id.</i> ou <i>idem</i>	o mesmo autor supracitado
<i>In</i> ou <i>in</i>	em, artigo contido em outra obra
Inst.	instituto
liv.	livro ou livraria
m	metro
Ms. ou ms.	manuscrito
n <sup>o</sup>	número
n/fl.	documento ou manuscrito sem numeração de fólios
<i>Op.</i> ou <i>op.</i>	obra
org. ou orgs.	organizador(es)
p.	página(s)
post.	posterior
Rev. ou rev.	revista
/s.d./	publicação sem indicação de data
/s.e./	publicação sem indicação de editor ou editora
[sic]	discordância em relação ao texto original
/s.l./	publicação sem indicação do local de edição
/s.n <sup>o</sup> ./	publicação sem indicação do(s) número(s) da(s) página(s) consultada(s)
/s.n.t./	publicação sem nota tipográfica
/s.t./	publicação sem título
v.	verso ou volume

## INTRODUÇÃO

*“Antes o homem destruía o espaço com a postura de tomar posse da natureza. Agora percebemos que não se trata de posse, mas de interação com a natureza”<sup>1</sup>*

Com a crescente valorização de questões ligadas à identidade cultural e à protecção do património urbano, observa-se o interesse renovado dos arquitectos pela morfologia da cidade tradicional, o que necessariamente envolve o entendimento da relação entre o homem e a natureza. A busca de tal compreensão é de fundamental importância, tendo-se em vista a necessidade da preservação do carácter de lugares classificados.

Levando-se em conta esse aspecto, que se apresenta como uma demanda premente na actualidade, podemos aprofundar a compreensão do património paisagístico no tecido de cidades luso-brasileiras, ou seja, dos núcleos ou centros urbanos constituídos no período Brasil-Colónia, regulados pelos mesmos princípios construtivos e urbanísticos vigentes em Portugal. É um tema instigante, pouco pesquisado, que nos induz a perceber a cidade como um conjunto harmónico, intrinsecamente vinculado não só ao suporte ecológico dos sítios, assim como ao sistema de produção hortícola.

Admitimos que o interesse pelo património paisagístico não é comum entre os arquitectos, normalmente voltados para a formalização do espaço edificado, que muitas vezes é concebido em detrimento da permanência dos vazios urbanos, segundo parâmetros estabelecidos pela própria legislação urbanística. Nessas circunstâncias, os projectos resultam em ambientes pouco significativos e pouco estimulantes em termos do convívio colectivo, raramente possibilitando a comunicação estética e a apreensão do espaço de maneira holística. A permanência desse quadro requer a actuação de especialistas em Desenho Urbano, que se devem empenhar, sobretudo, na reestruturação e na requalificação da malha edificada, visando à integração das partes, no intuito de se evitar o rompimento da unidade biofísica e cultural da paisagem.

Salientamos que a presente opção de trabalho decorre de um longo período de amadurecimento. Teve origem na década de 1990, quando acompanhamos as actividades do Grupo de Apoio Técnico da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Na ocasião, ocorreram debates sobre as “áreas verdes”, denominadas genericamente de “quintais”, termo utilizado de modo indiscriminado para expressar os mais variados tipos de espaços abertos da cidade classificada. Não se priorizou nas actividades desempenhadas a investigação sistemática dos vazios urbanos.

<sup>1</sup>-ZANETTINI, Siegbert. “Arquitetura deve ser holística e sistêmica”. *Finestra*. São Paulo: Arco Editorial, ano 11, nº 47, p. 33, Out./Nov./Dez. 2006.

Desde então, cercado de dúvidas sobre o assunto, direccionamos os estudos para o campo da Arquitectura Paisagista, o que determinou uma outra visão sobre os assentamentos coloniais, lugares estritamente marcados pela continuidade e pela diversidade das parcelas hortifrutícolas inseridas nos respectivos tecidos.

A escassa produção teórica sobre o assunto causa-nos a impressão de que essas parcelas não tiveram destaque na estrutura dos primitivos povoamentos, o que de facto não aconteceu. Os textos sobre o urbanismo colonial não ressaltam os espaços produtivos como elementos morfológicos. Os estudos que privilegiam a compreensão de certas tipologias como os quintais, segundo a ótica de José Newton Coelho Menezes (2000), Jan Maurício Oliveira van Holthe (2002) e Luís Octávio da Silva (2004), ou a análise dos jardins públicos, tratados por Hugo Segawa, são parciais, ou seja, não possibilitam aprofundar o conhecimento a respeito do tecido verde nas cidades tradicionais, influenciadas pela cultura portuguesa. Além disso, a maioria das pesquisas voltadas para o entendimento dos jardins detém-se no período pós-colonial, facto que repercute em opiniões pouco embasadas sobre as qualidades dos espaços abertos das cidades luso-brasileiras, mais particularmente dos diversos tipos de parcelas de produção e recreio, tidos como locais desordenados e mal cuidados, não articulados na paisagem, o que proporciona uma visão distorcida da realidade. Os textos produzidos acabam sendo repetitivos, salvo raras exceções. Distinguimos o valor das obras de Murillo Marx e Nestor Goulart Reis Filho. Elas fornecem subsídios à compreensão do tema em questão e da forma dos assentamentos urbanos.

Lidar com a pesquisa dos espaços abertos não é tarefa fácil, considerando-se a dispersão de dados por diferentes arquivos e bibliotecas, e nem sempre acessíveis numa única visita. Além do mais, a maioria das fontes pesquisadas, principalmente as publicadas no Brasil, privilegiam o pensamento de escolas anglo-francesas. Nesse sentido, a herança lusitana encontra-se desprestigiada, o que deriva na falta de conhecimento sobre as realizações paisagísticas ocorridas, sobretudo, na cidade colonial, tema priorizado na presente dissertação. O entendimento deficiente sobre essas realizações resulta muitas vezes em ideias restritas e/ou inverossímeis. Para exemplificar tais noções, salientamos os seguintes dizeres, representativos do tipo de visão a respeito do património nos primitivos conjuntos urbanos:

*“(...) Os jardins eram raros na cidade colonial brasileira. Resumiam-se a parcelas das grandes propriedades religiosas e dos quintais das residências (...)”*<sup>2</sup>

*“(...) A vegetação não foi propositadamente utilizada como parte da paisagem urbana da cidade colonial (...) os jardins foram inovação surgida no século XVIII (...)”*<sup>3</sup>

<sup>2</sup>-MARX, Murillo. Cidade brasileira. São Paulo. Melhoramentos, Edusp, 1980. /s.p./.

<sup>3</sup>-CHAVES, Dulcineia S. “A influência do crescimento urbano nos núcleos históricos”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, *Anais...*, 3, [Brasília]: /s.e./, 1989. /s.p./ (Texto policopiado).

“(...) *Os espaços tratados [da cidade colonial] limitavam-se a jardins particulares e pátios de conventos, que eram muito pouco elaborados (...) sendo arranjados de um modo convencional, sem grandes preocupações, visando o cultivo de flores ou de árvores frutíferas (...)*”<sup>4</sup>

“(...) *Parece que os habitantes antigos das cidades não valorizavam uma estreita proximidade com as plantas (...)*”<sup>5</sup>

A nosso ver, tais pontos de vista devem ser tratados com certa cautela, sobretudo ao examinarmos alguns registos do período colonial. Isso fica evidente na representação da cidade do Rio de Janeiro (c.1579), destacando-se a ocorrência da palavra “jardyns” na vizinhança do morro do Castelo, primitivo núcleo da cidade. As inscrições realizadas, além de demonstrarem a intenção do aproveitamento de água e solos férteis para a produção de alimentos, indicam o valor conferido à natureza do sítio, considerada aprazível. De acordo com esse registo, os terrenos de cultivo e recreio localizavam-se nas fraldas das encostas ou nas partes baixas do relevo.<sup>6</sup> A temática do jardim encontra-se também contextualizada na obra do pintor holandês Albert Eckhout, denominada “Índia Tupi” ou “Mulher Tupinambá” (óleo sobre tela, 1641). Ao repararmos no canto esquerdo inferior da tela, identificamos, como pano de fundo, a sede de uma fazenda de engenho com o seu horto, constituído por renques de coqueiros e, possivelmente, de laranjeiras, dispostas simetricamente ao longo do eixo de acesso à parte posterior da casa grande. A natureza aí considerada transmite sensação de fertilidade, legibilidade, ordenamento, refinamento e transparência. Mesmo que a pintura de Eckhout seja tratada como recriação da realidade, não podemos desprezar as informações nela contidas. O desenho do espaço reproduzido poderia ter sido uma constante em outras circunstâncias regionais, presenciadas pelo próprio pintor.<sup>7</sup>

Diante dessas constatações, julgamos prudente atravessar o Atlântico e realizar o doutoramento em Portugal, onde houve a oportunidade de perceber traços culturais igualmente vigentes na tradição brasileira. Isso permitiu-nos compreender o desenho de parcelas hortifrutícolas remanescentes nos tecidos de cidades classificadas, lugares que mantêm preciosos registos de épocas anteriores, mesmo estando sujeitos a constantes descaracterizações.

Com base nos dados apurados, consideramos a possibilidade de trabalhar esses dois mundos, Brasil e Portugal, em sintonia, tendo Olinda e Ouro Preto como referências da pesquisa. Antes de explicitar as opções metodológicas adoptadas, ressaltamos o porquê de se avaliar os

<sup>4</sup>-MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: [Projeto Quapá, Laboratório da Paisagem, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo], 1999. p. 25.

<sup>5</sup>-SALATINO, Antônio. “Nós e as plantas: ontem e hoje”. *Revista Brasileira de Botânica*. São Paulo: */s.e./*, nº 4, v.24. */s.p./*, Dez. 2001. (Texto baseado em palestra apresentada no XIII Congresso da Sociedade Botânica de São Paulo).

<sup>6</sup>-Cf. “Le Vrai Pourtraict de Genere et du Cap de frie par Jqz de Vau de Claye [Jacques de Van de Claye]. Detalhe do original manuscrito da Bibliothèque Nationale, Paris”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 154-155, 358.

<sup>7</sup>-Cf. HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses; 1630-1654*. Rio de Janeiro: GMT Editores, 1999. p. 111.

Albert Eckhout fez parte da comitiva de intelectuais e artistas patrocinada pelo Príncipe Johan Maurits de Nassau-Siegen (Maurício de Nassau), quando Governador-geral da Nova Holanda, na região Nordeste brasileira (1637-1644). O acervo documental é precioso como fonte de informação do Brasil do século XVII. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 1 e 2.



primitivos núcleos de tais cidades, fundados respectivamente na década de 1530, na Capitania de Pernambuco, durante os ciclos da cana-de-açúcar e do pau-brasil, e no final dos seiscentos e início dos setecentos, na Capitania de Minas Gerais, durante o ciclo da mineração.<sup>8</sup> Embora as mencionadas cidades sejam completamente distintas, seus núcleos originais constituem ainda um conjunto urbano. Seus tecidos apresentam particularidades formais e certos tipos de espaços abertos específicos da tradição colonial, que contribuem para a continuidade dos maciços verdes e para a homogeneidade do património classificado. São locais que expressam, no modo de ocupação do solo, a importância conferida à agricultura urbana e aos condicionantes biofísicos dos locais onde se encontram situados.

Isso posto, o relevo mostra-se como um componente essencial da forma urbana. É o que se observa, por exemplo, na disposição da “urbe” portuguesa, seja através da constituição dos sistemas de vistas em tais lugares, seja através da construção escalonada dos seus edifícios ou da implantação da malha edificada e dos antigos caminhos.<sup>9</sup> Essas particularidades estão presentes na realidade das cidades pesquisadas, que se mantêm impregnadas de valores paisagísticos, históricos e simbólicos. Também sobressaem nelas vestígios de complexos produtivos, que nos levam a reflectir sobre a ordem criada pelo homem na sua relação directa com o sítio. Os tecidos formalizados espelham a imbricação entre componentes culturais e naturais. É o que torna Olinda e Ouro Preto lugares especiais.<sup>10</sup>

A consciência desses traços orienta-nos para a conservação integral da paisagem, visando à manutenção de sua essência e da diversidade ambiental.<sup>11</sup> O primeiro passo para a preservação de um conjunto, estrutura ou sistema é o conhecimento de seus componentes fundamentais. E partindo deste pressuposto definimos a metodologia que orientou a investigação por nós desenvolvida.

Dada a dificuldade da definição das manchas verdes, principalmente no âmbito das cidades classificadas de herança lusitana, direccionamos o trabalho para a caracterização do património paisagístico. Essa abordagem metodológica é profícua por uma série de motivos. Possibilita-nos uma visão mais abrangente do conjunto urbano, ampliando nosso conhecimento sobre as visões de natureza que embasaram a constituição da forma como um todo e de suas

<sup>8</sup>-Veja-se, no volume II, a figura nº 110.

<sup>9</sup>-Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano verde de Lisboa, componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 78-80.

<sup>10</sup>-Esse aspecto é denominado carácter por Norberg-Schulz, sendo ressaltado nas palavras do Professor Francisco Caldeira Cabral como representante do Belo.

CABRAL, Francisco Caldeira. *Fundamentos da arquitectura paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993. Palavras prévias: Fernando Pessoa. Prefácio: Gonçalo Ribeiro Telles. p. 28, 40.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Paysage, Ambiance, Architecture*. [Bruxelles, Liège]: Pierre Mardaga éditeur, [1981]. p. 11. [Edição original: 1976].

<sup>11</sup>-TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Op. cit.* 1997. p. 144-145.

diversas unidades, ajudando-nos a mostrar a relação entre os componentes biofísicos e culturais nos primitivos assentamentos.

A adopção da referida linha de pensamento balizou a elaboração desta Dissertação, cujo conteúdo organiza-se por meio de um preâmbulo e três partes. O preâmbulo procura ressaltar a importância e a necessidade de definir uma política de gestão, conservação e protecção dos espaços abertos. De acordo com o debate contemporâneo, tem sido priorizada a continuidade do ambiente como um todo, a partir da conservação integrada da estrutura cultural e ecológica da paisagem, aspecto salientado em orientações divulgadas por instituições como a UNESCO. Considerando-se os desafios da preservação patrimonial, não se pode prescindir da conservação do verde ou dos vazios no meio urbano, assunto intrinsecamente vinculado à qualidade de vida nas cidades analisadas.

Nesse *item* do trabalho, também tratamos da origem dos núcleos coloniais e de algumas de suas características, consideradas marcantes no ordenamento de seus tecidos. A síntese realizada levou-nos a considerar a existência de regras urbanísticas referentes à fundação dos assentamentos urbanos localizados em sítios favorecidos pela acessibilidade, pelo potencial de defesa ou de auto-abastecimento, justificando o facto de os lugares escolhidos terem água em abundância e solos férteis para a produção de víveres. A estrutura de tais povoamentos possuía uma coerência formal baseada na continuidade do espaço, com a integração de elementos morfológicos e unidades tipológicas, em diversas escalas. Havia uma coerência na disposição das parcelas hortifrutícolas, na localização dos edifícios e no traçado das vias, que expressavam o respeito pelos condicionantes naturais.

Nesta parte da dissertação, consideramos oportuno comentar que não privilegiamos o debate a respeito da cidade “planeada” em contraposição à cidade “orgânica”, tema normalmente abordado em textos que tratam do urbanismo português. Preferimos considerar a cidade tradicional de uma maneira genérica, definida a partir de princípios morfológicos, orientados para a viabilização de objectivos culturais, sociais, funcionais ou produtivos. Nas narrativas que retratam o surgimento do Brasil ou nos relatos dos viajantes do século XIX é possível perceber a importância da agricultura na disposição da paisagem, inclusive no meio urbano. Não são raras as crónicas que descrevem os aros das “urbes” como belos jardins.

Na primeira parte da dissertação, retratamos mais especificamente as cidades classificadas de Olinda e Ouro Preto. Analisamos tais lugares como sistemas vivos. Avaliou-se a paisagem como um jardim, noção fundamentada por sensações provenientes do aroma, da cor/luz, do refrigério, do sabor, da sonoridade e da visão. A ideia de observar o espaço como um todo, a partir dos sentidos, surgiu

em função das constatações feitas pelos próprios moradores, que no geral realizam comparações entre a cidade de outrora e a existente na actualidade, esta em processo de fragmentação. As descrições reflectem os prejuízos causados, sobretudo, pelo avanço da ocupação aleatória e/ou clandestina nesses lugares. Tal ocupação prejudica a permanência de valores funcionais, paisagísticos e vivenciais, resultando na desqualificação de locais supostamente protegidos.

Consideramos ainda as diferenças e as semelhanças formais entre as cidades estudadas, onde as particularidades biofísicas dos sítios influenciaram e continuam influenciando o carácter desses lugares e suas diversas unidades constituintes. O exame da relação entre o todo e suas partes, entre a morfologia e as tipologias tradicionais necessita de conhecimento específico. A compreensão da realidade, nesses termos, tem sido orientada por uma visão cada vez mais direccionada pela multidisciplinaridade, exigindo-nos esforços para a compreensão de certos fundamentos a respeito do clima, do relevo e do solo dos locais analisados.

Na primeira parte da dissertação, os dados obtidos ajudam-nos a perceber valores culturais ainda vigentes, facilitando-nos a compreensão da permanência de antigas parcelas hortifrutícolas no tecido urbano das realidades pesquisadas, onde existem moradores que mantêm hortas, pomares ou jardins bem cuidados. Essa e outras constatações foram conseguidas por meio de entrevistas semi-estruturadas.<sup>12</sup> O método em si, pouco comum entre os arquitectos, constituiu-se numa alternativa que permitiu o contacto com lideranças comunitárias de Olinda e de Ouro Preto, favorecendo assim o acesso aos mais variados tipos de jardins em tais lugares, visitados respectivamente entre os anos de 2005 e 2006.

Optou-se por essa técnica de pesquisa para focar questões de valor, direccionadas ao entendimento da organização dos espaços abertos e de suas ambiências, além do tipo de ocupação e de uso recorrente nesses locais. Tal estratégia, apesar de generalista e flexível, possibilitou a análise *in loco*, facilitando a verificação do desenho de parcelas não edificadas.

É pertinente comentar que a selecção dos lugares visitados procurou contribuir para a definição das seguintes tipologias: quintais, hortas, cercas monásticas, chácaras, roças, no domínio privado, e Jardins Botânicos e Passeios, no domínio público. A oportunidade de lidar com tais complexos num único trabalho ressaltou a importância do espaço vazio na estruturação da malha da cidade tradicional. De acordo com a análise, verificou-se que havia uma lógica na disposição da cidade, fundamentada na integração de componentes culturais e ecológicos. Isso faz-nos questionar a vigência do modelo de preservação patrimonial adoptado no Brasil, orientado quase exclusivamente para a protecção de construções monumentais e de seus respectivos “entornos”,

---

<sup>12</sup>-A entrevista semi-estruturada consiste num roteiro de perguntas previamente estabelecido.

em detrimento da continuidade do espaço (paisagem) como um todo. Assim, os núcleos classificados devem ser vistos numa abordagem holística, aspecto evidenciado no campo da Arquitectura Paisagista.

A realidade com a qual nos deparamos no trabalho de campo causou-nos um misto de preocupação, incerteza e satisfação. A preocupação decorreu do aspecto de decadência e ruína verificado em muitas parcelas visitadas, alertando-nos para as dificuldades que enfrentaríamos no acolhimento do assunto pesquisado, relativo ao estudo dos espaços abertos nas cidades classificadas segundo pressupostos da cultura lusíada. Em diversas ocasiões, nesses lugares, identificamos a ocorrência de fragmentos de antigos sistemas de produção, constantemente lembrados pelos moradores mais arraigados, que ainda detêm informações valiosas a respeito do ordenamento das parcelas e dos cultivos que se praticavam no meio urbano. É inquietante notar a falta de registos sobre as hortas, os pomares e seus elementos constituintes, que fizeram e ainda fazem parte de uma história praticamente ignorada pelas instituições governamentais. Mesmo diante de um quadro pouco animador em termos da falta de conservação de tais espaços, devemos reconhecer que o tema pesquisado representa novas oportunidades no sentido de divulgar e preservar as manchas verdes.

O texto desenvolvido, com base na bibliografia consultada e na pesquisa de campo, possibilitou-nos avançar na discussão tipológica dos espaços abertos e/ou do património paisagístico, avaliados tanto no âmbito da propriedade privada quanto no domínio público. Na segunda parte da presente dissertação, realçamos a princípio os promotores ou os responsáveis pela construção dos espaços abertos na trama da cidade brasileira. Logo em seguida, identificamos as principais tipologias de património paisagístico existentes nas cidades coloniais. Evidenciamos, na medida do possível, as características e os componentes espaciais de cada uma das categorias examinadas. Muitas vezes, recorremos aos dicionários portugueses para compreender o significado atribuído aos diversos tipos de espaços analisados, causando-nos surpresa a flexibilidade no uso dos vocábulos, apresentando variações regionais e temporais. Os relatos de época, crónicas de descobridores e de religiosos e as narrativas de viajantes estrangeiros do século XIX orientaram-nos igualmente nessa tarefa.

Na abordagem do tema, destacamos ainda outros caminhos tomados, que ampliaram o conhecimento sobre as tipologias estudadas. Investimos também na consulta de material iconográfico e na pesquisa em arquivo, o que não foi tarefa fácil. O material investigado nos arquivos e nas bibliotecas não reflecte o empenho e o esforço despendidos na realização dessa actividade. Os acervos sondados são gigantescos, obrigando-nos por vezes a solicitar auxílio de

historiadores e outros especialistas acostumados a lidar com o referido repertório. Mesmo assim, a nosso ver, foram válidas as tentativas realizadas, resultando na “descoberta” de registos documentais de extrema valia para a compreensão do objecto analisado. Tentamos trabalhar alguns desses dados no intuito de demonstrar o potencial do tema analisado.

Diante do material levantado, estamos convictos de que outras pesquisas deverão ser elaboradas, visando ao melhor entendimento da relação entre a cultura vigente e as formas dos espaços tradicionais.

Na terceira parte da dissertação, detivemo-nos na compreensão dos problemas que afectam a conservação das manchas verdes no meio urbano. Tal abordagem é profícua pelo facto de salientar a importância de se investir no planeamento sistémico, como defendido por Manuela Raposo Magalhães e Gonçalo Ribeiro Telles, para se evitar a degradação dos complexos paisagísticos e proteger seus sistemas de abastecimento de água, de produção, incluindo-se também os suportes ecológicos.<sup>13</sup> O planeamento, nesses termos, representa uma alternativa aos procedimentos sectoriais normalmente adoptados no âmbito da administração pública, o que vem afectar a permanência da unidade potencial da paisagem.

Assim, torna-se inevitável o debate, em função do modo de se gerir os complexos classificados, ainda observados e mantidos como factos urbanos isolados. Na actualidade, o que se percebe nesses lugares é o domínio da “cenarização” em detrimento daquilo que acontece nos fundos dos lotes, no interior das quadras ou na periferia, onde a ausência da administração pública fica evidente, em situações marcadas pela falta de planeamento e pela degradação do património paisagístico, como sucede nos baixios de Olinda ou nas encostas de Ouro Preto. No contexto em pauta, o estudo das manchas verdes e das tipologias dos espaços abertos visa a contribuir para a preservação do património urbano como um todo indissociável. A oportunidade de lidar com esse tema possibilitou-me identificar, além de traços comuns nas realidades brasileira e portuguesa, soluções criativas para enfrentar os problemas que assolam a cidade tradicional.

---

<sup>13</sup>-MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. *Morfologia da paisagem*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. p. 227-228. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia. (Texto policopiado).

## PREÂMBULO

### UM OLHAR SOBRE O PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO E OS PRIMITIVOS NÚCLEOS URBANOS

*“A qualidade do ambiente urbano está assente antes de tudo o mais numa paisagem construída com conhecimento do meio ecológico e cultural, ou seja, com o ‘espírito do Lugar’”<sup>1</sup>*

Lidar com a compreensão do desenho de primitivos núcleos como os de Olinda e Ouro Preto, que ainda possuem expressivas manchas verdes, é ter a oportunidade de contribuir para o debate da protecção patrimonial na actualidade. Desde já, balizamos a temática desta dissertação, que aborda a necessidade de conhecer e proteger o património paisagístico, particularmente, nas cidades tradicionais ou luso-brasileiras. No referido contexto, os espaços abertos do tecido verde encontram-se cada vez mais dilapidados por ocupações aleatórias e clandestinas, resultando no enfraquecimento da identidade cultural e simbólica nesses lugares, detentores de fortes traços lusíadas.

Levando-se em conta esse aspecto, é importante considerar as metodologias e os conceitos difundidos em obras como *A morfologia da paisagem* (1996), de Manuela Raposo Magalhães, e o *Plano Verde de Lisboa* (1997), de Gonçalo Ribeiro Telles, nas quais se defende a necessidade da permanência de componentes estratégicos da paisagem, imprescindíveis para a manutenção do carácter, da identidade e da qualidade de vida no meio urbano.<sup>2</sup> São obras fundamentadas numa visão sistémica do espaço, tendo por objectivo direccionar o desenho e a gestão da cidade. Em tais referências, os espaços abertos são entendidos como ambientes especiais, resultantes da relação entre cultura e natureza ao longo do tempo, que também nos informam sobre a lógica entre o todo e as suas diversas unidades.

Dentre as noções avaliadas nos trabalhos comentados, destacamos o conceito de “continuum” natural. O todo não é apenas um somatório de elementos, pelo contrário, encontra-se disposto de maneira hierarquizada, ordenada e sistematizada.<sup>3</sup>

<sup>1</sup>-MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. *Morfologia da paisagem*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. p. 221. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia. (Texto policopiado).

<sup>2</sup>-Cf. *Idem. Ibidem.* p. 275-280, 287-289, 292-293.

Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano verde de Lisboa, componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 17-18, 20-21.

<sup>3</sup>-Essa linha de pensamento, apoiada no desenvolvimento da Ecologia Urbana, repercutiu na proposta de “estrutura verde contínua”, ficando patente na reconstrução de várias cidades europeias, destruídas na Segunda Grande Guerra. Salientamos que o mencionado conceito tem sido empregado para respaldar a construção de corredores verdes, servindo de base ao Plano de *Randstad*, na Holanda, sendo ainda considerado em especulações teóricas, como o modelo de Kunik (1983), referente à distribuição ideal de biótopos numa paisagem.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Op. cit.* 1997. p. 17-18, 60.

SUKOPP, H.; WERNER, P. *La naturaleza en las ciudades*. Madrid: Secretaria General Técnica, Centro de Publicaciones, Ministério de Obras Públicas y transportes, 1991. p. 140-141.

No material analisado, distinguem-se também os conceitos de estrutura verde principal, estrutura verde secundária e estrutura ecológica urbana.<sup>4</sup> São noções oriundas do Planeamento Urbano, que nos ajudam a reflectir sobre a forma global da paisagem e a temática da presente dissertação.<sup>5</sup>

Esses conceitos dizem respeito, inclusive, à adequação do uso e da ocupação do solo às particularidades biofísicas de cada lugar, com o intuito de inibir o avanço de um dos problemas mais graves notados nas cidades: a construção aleatória e/ou clandestina, que prejudica sobretudo o equilíbrio biológico/ecológico no meio urbano, eminentemente afectado com a crescente diminuição dos espaços abertos, a impermeabilização das superfícies de drenagem, para além da ocorrência de processos erosivos nas encostas desprovidas de coberto vegetal.

---

Não podemos aqui deixar de comentar o pionismo do Professor Francisco Caldeira Cabral, responsável pela divulgação da ideia do “continuum naturale”, a partir da década de 1940, influenciando a formação intelectual de várias gerações de arquitectos paisagistas em Portugal. Os princípios defendidos por Caldeira Cabral evidenciam a importância da preservação da continuidade, diversidade, elasticidade, intensidade e meandrização da vida em ecossistemas ou ambientes antropizados. Convém ressaltar que tais noções tiveram origem no pensamento de Walter B. Cannon (1929), fundamentado a partir do conceito de “homeostasis”, ou seja, do “equilíbrio dinâmico” ou da “variação ordenada” de um determinado meio natural. Porém a referida visão é apenas uma dentre as muitas no universo de actuação dos profissionais que se ocupam com o desenho da paisagem, em particular com a conservação dos espaços abertos.

Cf. CABRAL, Francisco Caldeira. *Fundamentos da arquitectura paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993. Palavras prévias: Fernando Pessoa. Prefácio: Gonçalo Ribeiro Telles. p. 52-53. (“Conferência realizada na Sala de Actos do I.S. de Agronomia, em 18 de maio de 1956”).

CABRAL, Francisco Caldeira. “O *continuum naturale* e a conservação da natureza”. In: SERVIÇOS DE ESTUDOS DO AMBIENTE. *Conservação da natureza*. Lisboa, 1982. p. 35, 38, 41-43.

<sup>4</sup>-Segundo as bases lançadas pela Ecologia, compreende-se a estrutura verde principal a partir do âmbito da região. Nesse contexto, considera-se de suma importância a protecção das grandes superfícies de drenagem, dos extensos maciços arbóreos e/ou das manchas de vegetação nativa, das linhas de água e cumeadas, dos leitos de cheia, dos grandes vazios, além dos ecossistemas naturais mais sensíveis. A estrutura verde secundária, por sua vez, particularmente abrange o meio urbano, correspondendo ao conjunto de espaços abertos, nos domínios particular e público, composto por unidades hortifrutícolas, hortos botânicos, largos, parques, praças, além de avenidas arborizadas, faixas de pedestres, margens de cursos hídricos, rotores. São lugares que normalmente apresentam significação simbólico-colectiva. A integração de todas essas parcelas propicia a continuidade da vida em diversos níveis da paisagem. Também atentamos para a noção de estrutura ecológica urbana, igualmente desenvolvida em Portugal, que se revela útil na abordagem de nossa pesquisa. A ideia defende a conservação da estrutura verde no meio urbano, ou melhor, dos ecossistemas ou espaços mais sensíveis cujos equilíbrios não suportam os impactos da ocupação humana. Tal conceito encontra-se divulgado a partir da aplicação do diploma da Reserva Ecológica Nacional (REN), instrumento jurídico criado pelo Decreto-Lei nº 321/83, posteriormente alterado (DL nº 93/90 e 213/92), que no caso tem por objectivo principal a protecção das “cabeceiras” de infiltração, situadas principalmente a montante das bacias hidrográficas. Segundo Manuela Raposo Magalhães, a viabilização da REN no âmbito das cidades, a partir da conjugação com os planos municipais e regionais de ordenamento do território, traz a possibilidade da salvaguarda de estruturas básicas da paisagem, que incluem os solos protegidos pela Reserva Nacional Agrícola (RAN) e os recursos defendidos pelo diploma do Domínio Público Hídrico (DPH, DL nº 468/71).

MAGALHÃES, Manuela Raposo. “Espaços verdes”. In: CENTRO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO. “Equipamentos colectivos”. Lisboa, 1978. v.III. p. [77, 97, 83, 98]. (Revisto por GEPAT/DSOT.E5.Jan.90). *Apud*: TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano verde de Lisboa, componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 23-25.

MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. *Morfologia da paisagem*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. p. 267-284. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia. (Texto policopiado).

<sup>5</sup>-Dentre as várias vertentes do Planeamento Urbano, Heliodório Sampaio ressalta o estruturalismo como um avanço do pensar a relação entre as partes e o todo. No caso específico, a actuação do planeador baseia-se no conhecimento prévio da realidade e de seus principais componentes. Segundo a visão estruturalista, a cidade é moldável a partir de uma determinada correlação de forças. Nesse sentido, existe compromisso político-social previamente estabelecido, que diferencia a mencionada vertente do planeamento da condição pós-moderna, que se aproxima da visão incrementalista. A condição pós-moderna aplicada ao planeamento resultaria num conjunto de acções casuais, fragmentadas e sectoriais. Não caberia justificá-la numa sociedade como a brasileira, que ainda não conseguiu solucionar sequer os problemas básicos de educação e infra-estrutura num nível de qualidade aceitável.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. Professor da Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitectura. *Entrevista sobre origens e desenvolvimento da cidade moderna*. Salvador, jun., 1994.

Ressaltamos o pensamento de Gonçalo Ribeiro Telles a respeito da protecção dos sistemas naturais, nas escalas regional e urbana. Telles defende a importância de trabalhar o desenho da paisagem de forma holística, através do que é designado como Estrutura Ecológica Fundamental (EEF), Estrutura Ecológica Integrada (EEI) e Estrutura da Paisagem Cultural (EPC). Em linhas gerais, o primeiro conjunto de espaços envolve tanto o sistema húmido contínuo, quanto o sistema seco de arribas e cabeços, que devem estar interligados em “corredores”.<sup>6</sup> O segundo conjunto inclui as manchas verdes que fazem parte da malha viária e do sistema descontínuo de logradouros colectivos, institucionais e/ou públicos. No domínio do terceiro complexo, sobressaem os locais de valor cultural/natural e/ou paisagístico, como os jardins e os recintos que integram a rede de lugares produtivos, ou seja, as hortas, os pomares e os quintais, dentre outras categorias de espaço existentes em tecidos já consolidados.<sup>7</sup>

Contudo, sabemos quão difícil é levar adiante o processo de planeamento nos termos propostos. Conforme adverte André Espenica, a maioria das acções direccionadas à criação de estruturas de protecção ecológica, nas várias escalas trabalhadas, no máximo, limita-se ao controlo do uso e da ocupação do solo ou à reserva de trechos que deverão compor o sistema de protecção, sem viabilizar o propósito da integração entre espaços abertos e edificados.<sup>8</sup> Diante desse quadro, Manuela Raposo Magalhães sustenta com argumentos a necessidade do melhor entendimento dos conceitos, como é o caso da noção de Reserva Ecológica Nacional (REN). É cada vez mais necessária a elaboração de critérios e esclarecimentos a respeito de usos adequados à conservação da estrutura ecológica no espaço urbano, não sendo possível tratá-la apenas como zona “non aedificandi”, ficando sujeita a ocupações aleatórias.<sup>9</sup>

Numa análise sumária dos factos, aquilo que acontece no contexto português também ocorre no âmbito dos municípios brasileiros, onde as equipas técnicas da administração nem sempre estão habilitadas para lidar com questões relativas à protecção dos espaços abertos. No

<sup>6</sup>-Na actualidade, talvez o grande desafio colocado aos arquitectos paisagistas, gestores e urbanistas seja a real conservação dos sistemas “húmido” e “seco”, dentre outros suportes da paisagem. Esclarecemos que o complexo húmido abrange águas correntes/dormentes e suas envolvências, além das bacias de apanhamento, dos cabeços e das encostas, situações normalmente relacionadas à permanência da toalha freática. Quanto ao complexo denominado de “seco”, compreende as encostas íngremes, com declives superiores a 25%.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano verde de Lisboa, componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 128, 132.

<sup>7</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 132.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. “A cidade e a paisagem global do século XXI”. In: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira Carapinha (org.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003. p. 335-337.

<sup>8</sup>-ESPENICA, André. “Paisagem e sustentabilidade”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem. Coleção Estudos 2*. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 93-94.

<sup>9</sup>-MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. *Morfologia da paisagem*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. p. 275-278. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia. (Texto policopiado).





geral, o planeamento do território encontra-se muitas vezes comprometido, em função da incidência de interesses imediatistas e oportunistas, da ocorrência de interpretações restritas acerca de conceitos e instrumentos jurídicos, factos normalmente acompanhados de visão estreita e sectorial da realidade. As normas e os planos urbanísticos nem sempre estão devidamente regulamentados, dificultando a tarefa de se acompanhar e fiscalizar a transformação da forma urbana e da paisagem.<sup>10</sup>

Mesmo diante das dificuldades apresentadas, julgamos fundamental a formalização da estrutura verde e a protecção dos vários suportes de vida nas cidades. Essa conduta orienta-nos no enfrentamento de problemas concernentes à descaracterização dos conjuntos de Olinda e Ouro Preto. Consideramos que tais lugares devem ser percebidos e planeados de maneira global, ou seja, através da protecção integrada de componentes culturais e ecológicos, o que está de acordo com os procedimentos observados na actualidade, também defendidos pela UNESCO.<sup>11</sup>

Em síntese, no universo das considerações estabelecidas, percebemos o quanto é necessário trabalhar os conceitos, principalmente no sentido de conhecer e distinguir os espaços abertos na grande estrutura da paisagem, o que nos possibilita inclusive optar por métodos mais adequados à protecção dos complexos construídos. Isso tem sido abordado no âmbito do desenho urbano.<sup>12</sup> No caso específico desta pesquisa, vamos nos deter no entendimento do património paisagístico de cidades tradicionais, de acordo com aquilo que Gonçalo Ribeiro Telles denomina “Continuum” Cultural. É um assunto minimamente tratado na ótica de gestores e técnicos

<sup>10</sup>-ESPENICA, André. “Paisagem e sustentabilidade”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 93-94.

<sup>11</sup>-No âmbito do IPHAN (Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional), o Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim tem-se destacado pela consciência ecológica e holística na abordagem da questão patrimonial. Aproveitamos para salientar a influência da vertente ecológica na formação do arquitecto paisagista brasileiro, desde a década de 1950, ficando explicitado o papel de Roberto Coelho Cardozo, especialmente em São Paulo. Contribuiu para a difusão do pensamento de paisagistas da costa oeste dos Estados Unidos, como Garret Eckbo e Lawrence Halprin, facto que repercutiu na actuação profissional de nomes como os de Fernando Chacel, Miranda Martinelli Magnoli e Rosa Grena Kliass, em cujos trabalhos é evidente o tratamento privilegiado concedido a factores biofísicos e sócio-culturais. No caso específico de Rosa Kliass, sua obra é marcada pela definição e pelo planeamento, em particular, do sistema de parques urbanos.

KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução*. São Paulo: Pini, 1993. p. 32, 53.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. *Destruição ou Desconstrução?* São Paulo: Editora Hucitec, Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo, 1994. p. 46, 48. / MACEDO, Sílvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: [Projeto Quapá, Laboratório da Paisagem, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo], 1999. p. 93.

RIO DE JANEIRO. 6º SR/IPHAN/DPROT. *Parecer sobre a inscrição de Parati na lista indicativa de Património Mundial da UNESCO*. 2000. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim).

RIO DE JANEIRO. 6º SR/IPHAN/DPROT. *Parecer sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. [200?]. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim).

RIO DE JANEIRO. 6º SR/IPHAN/DPROT. *Parecer nº 002/96, sobre a Iluminação do Penhasco dois irmãos*. 1996. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim e Marta Queiroga Amoroso Anastacio).

<sup>12</sup>-O conceito de desenho urbano difundiu-se no Brasil sobretudo a partir da década de 1980. Foi criado com base em reflexões académicas surgidas nos anos de 1960, primeiramente, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, que centraram atenção sobre o desempenho questionável dos rumos adoptados pela Arquitectura e o Urbanismo modernos, isentos da preocupação com a dimensão humana. A análise crítica do citado problema foi possível graças às diversas contribuições de outras áreas de conhecimento, dentre elas: antropologia, economia, geografia, história, política, psicologia, sociologia. A resultante do referido processo foi a adopção de novas práticas e procedimentos técnicos de intervenção físico-ambientais, baseados na valorização do lugar, do “Genius loci”, da morfologia e da tipologia urbana. Cf. DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planeamento*. São Paulo: Pini, 1990. p. 19-44.

responsáveis pela preservação dos bens imóveis no Brasil. Na maioria das vezes, não se evidencia a permanência dos espaços abertos nem se distinguem suas várias categorias. É como se não tivessem grande importância na forma dos lugares, geralmente apreciados sob uma lógica homogeneizadora, que repercute na pasteurização das diferenças. A citada conduta acaba sendo reflexo da prioridade concedida à protecção dos edifícios, aspecto associado ao desaparego das tradições herdadas. No contexto actual, são escassas as referências bibliográficas direccionadas à compreensão das manchas verdes segundo a noção de estrutura e o olhar culturalista.

Diante do desafio de conduzir esse assunto, é importante evidenciar o conceito de “tipo”, o que nos remete ao estudo de Maria Teresa Amaro Alfaiate, *Expressões dos valores do sítio na Paisagem* (2000). Com base nas sínteses realizadas, percebe-se o “tipo” como um registo da existência do homem num dado contexto ou lugar. O conceito em si pode ser assimilado através da categorização de dados, factos, ideias, objectos, processo que permite a tomada de consciência diante da realidade.<sup>13</sup> Trata-se no fundo de um instrumento voltado à organização do conhecimento pela abstracção racional, de modo a facilitar a análise e a identificação das partes num todo. Em termos arquitecturais, o “tipo” informa-nos sobre a relação entre cultura e natureza, expressa através de intervenções físicas ou utopias.<sup>14</sup>

A busca da essência, voltada à compreensão da paisagem e das unidades que a constituem, é de fundamental importância. Ajuda-nos a reflectir sobre a preservação de lugares classificados. No citado âmbito, causa-nos surpresa a desinformação sobre o património paisagístico de Olinda e Ouro Preto. Na esfera administrativa, a continuidade de tal situação resulta num quadro de indefinições conceptuais, dificultando o entendimento e o planeamento da forma urbana. Dessa maneira, torna-se prudente investir na abordagem tipológica, com o intuito de evitar generalizações. Daí nosso interesse pela génese da cidade brasileira, o que nos aproxima da cultura lusitana, possibilitando-nos um melhor juízo sobre os bens culturais. Aqui destacamos dois trabalhos relevantes, particularmente

<sup>13</sup>-ALFAIATE, Maria Teresa Amaro. *Expressões dos valores do sítio na paisagem*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Seção de Arquitectura Paisagista, 2000. p. 59-60, 67. Dissertação de Doutoramento. (Texto policopiado).

<sup>14</sup>-ROBERT, Dictionnaire de la langue française. /s.n.t./ Apud: PANERAI, Philippe. “Typologies”. In: PANERAI, Philippe et al. *Elements d’analyse urbaine*. /s.l./: AAM Editions, /s.d./ p. 91-92.

Ao tratarmos dos tipos materiais ou das realizações concretas, estamos nos a referir mais particularmente a um quadro de alternativas viáveis, orientadas pelo uso e pela disposição de determinados elementos construtivos, segundo critérios e princípios normalmente apoiados na experiência ou no saber ancestral, repercutindo na formalização de espaços com traços semelhantes. É o que distingue um tipo de espaço de outro. Assim avaliamos, por exemplo, as diversas modalidades de espaços abertos na malha das cidades classificadas. No caso, são partes estruturais e estruturantes da paisagem, ou seja, dizem respeito a conjuntos inseridos em outros conjuntos que, ao se manterem ecologicamente activos e estáveis, funcionam como reguladores da qualidade de vida no ambiente como um todo, entendimento bem próximo da ideia de beleza difundida pelo Professor Francisco Caldeira Cabral. A noção de belo nesse sentido está associada à essência, percebida através da noção de ordenamento do espaço.

Cf. ALFAIATE, Maria Teresa Amaro. *Op. cit.* 2000. p. 93.

CABRAL, Francisco Caldeira. *Fundamentos da arquitectura paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993. Palavras prévias: Fernando Pessoa. Prefácio: Gonçalo Ribeiro Telles. p. 59. (“Palestra realizada em Londres a convite do Institute of Landscape Architects em 22/04/1966”).

ligados ao estudo dos espaços abertos, *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal* (1962), de Ilídio de Araújo, e *Da Essência do Jardim Português* (1995), de Aurora da Conceição Parreira Carapinha.

Na realidade contemporânea, observa-se um crescente interesse pelos tipos de espaços tradicionais e/ou culturais, tendência acentuada após a década de 1990,<sup>15</sup> o que vem demonstrar maior respeito à preexistência dos lugares. Segundo Manuela Raposo Magalhães, a mencionada tendência tem se afirmado a partir da elaboração de propostas voltadas à preservação do carácter da paisagem e à integração das suas partes com o todo, no âmbito local e regional.<sup>16</sup> Também encontramos a mesma linha de pensamento rebatida no campo do urbanismo, cujas propostas encontram-se fundamentadas na abordagem tipológica e na recriação da imagem e da simbólica da cidade, o que tem sido discutido através da adopção de estratégias ou políticas públicas e de instrumentos administrativos adequados.<sup>17</sup>

Segundo aceções tratadas por Teresa Alfiate, podemos dizer que os espaços incluídos na categoria dos tipos tradicionais assumem papel relevante no debate das permanências e transformações da paisagem. Referenciam características arquitectónicas e funções específicas, além de expressarem códigos representativos da cultura, do estilo de vida e da história de uma determinada sociedade, num dado contexto, servindo ao desenvolvimento de conceitos que alimentam e geram a consciência crítica.<sup>18</sup> Na actualidade, a demanda pela preservação do tipo tradicional, erudito ou vernacular, não deve ser percebido como facto isolado. Acontece em meio a outras reivindicações, também discutidas no campo da Arquitectura Paisagista. Dentre as questões suscitadas, sobressaem a consideração pelo “Genius loci”, a necessidade da viabilização de métodos de trabalho que focam a relação entre o todo e as suas partes, além da preocupação com a sustentabilidade do meio urbano.

A fim de evidenciarmos a importância desse debate para a preservação de locais como os pesquisados, podemos ressaltar alguns aspectos relativos à formalização dos primitivos núcleos brasileiros. Em linhas gerais, constituíam lugares que permaneciam integrados no meio natural, seja através da interação entre espaços edificados e não edificados, seja através da forte ligação entre o campo e a cidade, sobretudo por meio das parcelas hortifrutícolas. Assim, os espaços

---

<sup>15</sup>-MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. *Morfologia da paisagem*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. p. 123-124. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia. (Texto policopiado).

<sup>16</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 194-195.

<sup>17</sup>-Para o desenvolvimento deste assunto, veja-se: SOARES, Luís Bruno. “Urbanismo-uma questão cultural”. *Sociedade e território*. Porto: Edições Afrontamento, nº 31/34, p. 169-171, Dez. 2000.

<sup>18</sup>-ALFAIATE, Maria Teresa Amaro. *Expressões dos valores do sítio na paisagem*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Seção de Arquitectura Paisagista, 2000. p. 36-37, 55, 58, 77. Dissertação de Doutoramento. (Texto policopiado). Cf. PANERAI, Philippe. “Typologies”. In: PANERAI, Philippe et al. *Elements d’analyse urbaine*. /s.l./: AAM Editions, /s.d./, p. 93.

abertos mostravam-se essenciais em tais domínios. Além de facilitarem a permeabilidade de componentes ecológicos e a subsistência básica de moradores ou utentes, ampliavam o contacto do homem com o mundo que o rodeava, podendo ser compreendidos como unidades favoráveis à condição do “ser” e do “estar”.<sup>19</sup> Destacamos a ocorrência dos quintais, das hortas, das cercas monásticas, das chácaras e das roças. Juntamente com os logradouros públicos, concorriam para a sedimentação da identidade dos conjuntos estruturados. No geral, cada uma das citadas parcelas reflectia o cuidado com a ocupação do sítio, normalmente realizada com o intuito de serem aproveitados, da melhor maneira possível, os respectivos atributos ou recursos que faziam parte da vivência colectiva.

Desse modo, é possível falarmos do “Genius loci”, conceito adoptado para distinguir os locais em sintonia com o meio natural. São normalmente percebidos a partir de totalidades complexas, dinâmicas e extensas. Segundo a acepção de Norberg-Schulz, o “Genius loci” deve ser assimilado levando-se em conta o “carácter”, ou melhor, a “essência” de tais lugares, aspecto considerado em termos da constituição formal, o que nos remete à análise da morfologia e da tipologia.<sup>20</sup> Aqui aproveitamos a oportunidade para o discernimento das noções apresentadas, bastante difundidas em trabalhos recentemente elaborados, que nos orientam na condução do tema abordado.<sup>21</sup>

Com base nas ideias desenvolvidas por José M. Ressano Garcia Lamas, compreende-se a morfologia urbana a partir da análise formal. O estudo em si procura elucidar a concepção de factos arquitecturais e/ou a produção do espaço, segundo visão interativa que abrange, de maneira hierarquizada e sistematizada, vários níveis ou escalas da realidade, numa perspectiva temporal. O entendimento do todo, nesse sentido, ocorre a partir da identificação de suas partes, designadas como elementos morfológicos.<sup>22</sup> Devem ser examinadas como componentes estruturais, normalmente oriundos de preceitos culturais, estéticos, funcionais e programáticos.

No actual contexto, é prudente observarmos a estrutura urbana a partir da relação entre componentes edificados e não edificados, nas várias dimensões ou escalas dos complexos

---

<sup>19</sup>-NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Paysage, Ambiance, Architecture*. [Bruxelles, Liège]: Pierre Mardaga éditeur, [1981]. p. 6. [Edição original: 1976].

<sup>20</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 10-11.

<sup>21</sup>-Cf. ALFAIATE, Maria Teresa Amaro. *Expressões dos valores do sítio na paisagem*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Seção de Arquitectura Paisagista, 2000. p. 10, 40, 35, 67. Dissertação de Doutoramento. (Texto policopiado).

Cf. MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. *Morfologia da paisagem*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. p. 275-280, 287-289, 292-293. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia. (Texto policopiado).

TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano verde de Lisboa, componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 17-18.

<sup>22</sup>-LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000. p. 38-39, 61, 68, 70, 136.

construídos. Estudos realizados no campo da Arquitectura Paisagista reforçam a importância desse entendimento, tendo em vista a conservação e/ou a recriação do carácter dos lugares. É prudente a valorização dos tecidos com identidade própria cujos espaços abertos mostram-se interligados de maneira contínua, semi-contínua e descontínua.<sup>23</sup>

Os conceitos tratados reflectem a intenção de tornar viável a “estrutura verde”, tendo em vista a requalificação do meio urbano e a permanência do “Genius loci”. Com referência a essa questão, ressaltamos o contributo de Manuela Raposo de Magalhães, que buscou aprimorar as ideias de Norberg-Schulz acerca das estruturas fundamentais da paisagem, interpretadas segundo concepção ecológica e noções baseadas na morfologia e na tipologia. Nos termos avaliados, a forma global é discutida a partir de duas estruturas, a biofísica e a cultural. A estrutura biofísica é notada a partir da interacção de componentes naturais, sobressaindo entre eles: a água, o clima, o relevo, o solo e a vegetação. São considerados elementos essenciais, que imprimem identidade aos lugares e condicionam a ocupação humana. Com relação à estrutura cultural da paisagem, manifesta-se através da relação do homem com o meio natural, o que necessariamente envolve capacidade interpretativa ou habilidade para lidar com as adversidades de cada sítio. Daí a importância de ponderar sobre a forma e a localização das cidades, conforme salienta Manuela Raposo. São questões geralmente norteadas por padrões culturais, que reflectem o conhecimento e a domesticação dos recursos ecológicos dos locais ocupados, o que está relacionado, dentre outros benefícios, ao desenvolvimento das actividades de subsistência e protecção.<sup>24</sup>

Nesse sentido, explicitamos algumas noções, baseadas em Norberg-Schulz, que nos ajudam a situar os patrimónios classificados de Olinda e de Ouro Preto. Podemos compreendê-los como totalidades significativas, no sentido “existencial”. Apesar das descaracterizações sofridas, permanecem impregnados do “Genius loci”, o que significa dizer que as respectivas estruturas apresentam identidade e legibilidade, despertando ainda em seus habitantes afinidades e sentimentos positivos.<sup>25</sup> Nos trechos preservados, é possível examinar a permanência de antigas unidades, que colocam o morador em contacto com o espaço envolvente. Assim, parece-nos expressivo comentar que as moradias tradicionais foram concebidas em estreita sintonia com o

<sup>23</sup>-No primeiro e no segundo casos, predominam vazios nas malhas existentes, onde os edifícios se encontram minimamente articulados entre si. É o que acontece, por exemplo, em certos trechos das cidades analisadas. Na estrutura descontínua, como sucede nos conjuntos semi-contínuos, é patente a noção de aglomerado, tornando-se mais evidentes a impermeabilização do solo e o maior número de edifícios. As citadas designações são entendidas como parâmetros de análise, que devem ser adaptados e recriados em função da realidade específica de cada lugar.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano verde de Lisboa, componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 26-27.

<sup>24</sup>-Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo de. “Paisagem urbana e interface urbano-rural”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 103.

<sup>25</sup>-NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Paysage, Ambiance, Architecture*. [Bruxelles, Liège]: Pierre Mardaga éditeur, [1981]. p. 18, 25-28, 50-53, 58-59. [Edição original: 1976].

ambiente natural.<sup>26</sup> No caso das parcelas hortifrutícolas, podem ser avaliadas como recintos dispostos numa determinada ordem, tidos como símbolos de apazibilidade e fertilidade, normalmente pautados pela exuberância da vegetação e presença de água, propiciando experiências sensoriais e oferecendo protecção a seus utentes. De acordo com a tradição luso-brasileira, eram lugares favoráveis à estadia contemplativa, como acontece até hoje em certos conjuntos. Na escala urbana, ressaltamos o caso de Olinda, muitas vezes apreciada como um “grande arvoredo, pontuado de casinhas brancas”, facto inclusive valorizado no processo de classificação da UNESCO, na década de 1980, quando recebeu o título de “Património da Humanidade”.<sup>27</sup> No citado quadro, a permanência das manchas verdes na paisagem é essencial, assim como sucede em Ouro Preto e outras cidades.

No entanto, nesses lugares, é notória a conservação prioritária dos edifícios ou monumentos em detrimento dos terrenos onde se encontram localizados, ou seja, valoriza-se mais o espaço edificado do que o vazio, prejudicando-se o carácter ou a essência da forma urbana. O que temos observado é o gradual enfraquecimento do “Genius loci”, com o rompimento da estrutura verde ou da unidade ambiental, o que gera situações de conflito e desajustes, comprometendo a permanência de componentes culturais e ecológicos da paisagem.

Torna-se oportuno evidenciar o conceito de “planeamento global” defendido por Gonçalo Ribeiro Telles. Encontra-se ele fundamentado na valorização da unidade ecológico-estética da paisagem. O planeamento é percebido como instrumento regulador das forças transformadoras que incidem sobre um determinado meio. A noção em si também diz respeito à preservação da beleza ou da essência dos lugares, levando-se em conta a manutenção das estruturas ou formas que particularizam os respectivos conjuntos. O acto de planejar significa intervir com consciência. Pressupõe trabalhar com o desenho da paisagem em favor da permanência de seu carácter ou de sua identidade. Em termos práticos, envolve uma série de cuidados e procedimentos, dentre eles a protecção de ecossistemas e a recuperação ou a requalificação dos espaços abertos, rurais e urbanos, de modo a favorecer a biodiversidade, igualmente contribuindo com o desenvolvimento de actividades culturais e produtivas.<sup>28</sup>

Na ótica de Ribeiro Telles, o planeamento global tem o sentido de promover dignidade e justiça social no campo e nas cidades. Isso é particularmente considerado através da perspectiva do

<sup>26</sup>-FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003. p. 273, 306, 310-311, 313, 325, 370.

<sup>27</sup>-Cf. KIDDER, Daniel Parish, 1815-1891. *Sketches of residence and travels in Brazil*. Filadélfia, 1845. v.II. p. 115. *Apud*: FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003. p. 311.

SANTANA, Aneide. Historiadora e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

<sup>28</sup>-TELLES, Gonçalo Ribeiro. “Paisagem Global”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 31-32.

ordenamento da paisagem e da conservação dos sistemas tradicionais de produção, que sempre fizeram parte da cultura popular e hoje em dia se encontram cada vez mais dilapidados ou prejudicados com o abandono ou o retalhamento do solo, problemas agravados com a ocupação aleatória ou mesmo clandestina na cidade real. Nos países periféricos ou emergentes, como é o caso do Brasil, essa situação encontra-se agravada devido à incidência de modelos de desenvolvimento económico que vêm acompanhados de apelos à modernização e ao progresso. Além de se traduzirem em grandes concentrações populacionais nos maiores centros urbanos, com prejuízo da qualidade de vida, também privilegiam a expansão das monoculturas no campo e nas zonas fronteiriças. Os danos ocorridos são alarmantes, comprometendo o equilíbrio biológico-ecológico de todo o ambiente, reduzindo as potencialidades de cada lugar, afectando seus moradores.<sup>29</sup>

Em contrapartida, observamos a busca de soluções para conter o agravamento dos problemas apresentados. Em Portugal, o planeamento do território tem sido tratado através do já comentado conceito de Estrutura Ecológica, defendido nos “Planos Verdes”, planeamento este que serve de base ao debate sobre a protecção do património arquitectónico e paisagístico. Em outros locais, como no Canadá e nos Países Baixos, os “Planos Verdes” visam ao incentivo dos agricultores na difusão de técnicas de cultivo, no estabelecimento de directrizes para a eliminação segura de águas servidas e dejectos, na plantação extensiva de árvores e na recuperação de solos degradados, iniciativas colocadas em prática, por exemplo, na China, na Jordânia, na Índia, em Israel, nos Estados Unidos, no México, no Marrocos, na Tunísia.<sup>30</sup> Os caminhos abertos são múltiplos, possibilitando o envolvimento mais próximo da administração, das comunidades de base, das Organizações Não Governamentais (ONGs) e dos sectores privados. Segundo Robertson Work, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a mencionada opção de trabalho representa um avanço na condução de questões referentes à limpeza e ao reverdecimento do meio urbano, afora o crescimento sustentável das aglomerações e o uso adequado de terrenos públicos e recursos naturais. São temas recorrentes na maioria dos lugares, merecendo destaque nas acções desenvolvidas em cidades seleccionadas pelo Projecto Hábitat do PNUD (1990), dentre elas: Dar es Salaam (Tanzania), Katowice (Polónia), Ismailia (Egito), São Paulo (Brasil).<sup>31</sup>

No citado contexto, é cada vez maior o interesse pela produção de subsistência e pelo melhor aproveitamento dos espaços abertos na própria estrutura das cidades. Algumas soluções encontradas para reduzir o problema do abastecimento chegam a ser criativas e pioneiras, sobressaindo-se nessa

<sup>29</sup>-TELLES, Gonçalo Ribeiro. “Paisagem Global”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Colecção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 33-34.

<sup>30</sup>-HELMORE, Kristin; RATA, Annu. “El sorprendente rendimiento de la agricultura urbana”. *Opciones, Revista del desarrollo humano*. New York: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), p. 24-26, Abril 1995.

<sup>31</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 26.

conjuntura o uso das glebas situadas sob as redes de alta tensão, como aconteceu no Rio de Janeiro (Brasil), na década de 1980.<sup>32</sup> No município de Belo Horizonte (Brasil), percebe-se a difusão do plantio de hortaliças, inclusive nos espaços residuais das moradias.<sup>33</sup> Na cidade de Bogotá (Colômbia), a obtenção de alimentos (legumes e verduras), incrementada na periferia, tem sido alcançada graças à utilização de sistemas hidropônicos, empregados particularmente nos terraços das lajes de cobertura.<sup>34</sup> A agricultura urbana é uma questão premente, até mesmo nos países mais ricos. Nos Estados Unidos, é notória a presença de hortas comunitárias em New York, além de cultivos orgânicos em antigas propriedades rurais, localizadas na envoltória das aglomerações.<sup>35</sup> As actividades e os procedimentos empregados servem como novos indicadores, inclusive para o questionamento dos rumos a serem adoptados pela Arquitectura Paisagista, frente à necessidade da requalificação e/ou revitalização das manchas verdes. Reflectir sobre o referido assunto, além de nos despertar para o potencial das parcelas hortifrutícolas, que muitas vezes permanecem ociosas nas cidades, leva-nos a ter maior consciência da forma e da conservação dos lugares classificados.

Porém, antes de nos determos na abordagem dessa questão, avançamos com mais considerações a respeito da agricultura urbana. Parece-nos sensato não só reforçar a importância da manutenção do cultivo no interior do tecido das cidades, mas também preservar ou recriar a interacção entre os vários tipos de espaços destinados ao lazer e/ou à produção de alimentos. Segundo Gonçalo Ribeiro Telles, isso é notadamente logrado através do planeamento, no caso, orientado para busca da articulação entre o “ager” (campo) e a “urbe” (cidade), promovendo a existência do contínuo cultural e natural na paisagem. Nesse âmbito, o todo é entendido a partir da mencionada integração, devendo abranger as hortas e os pomares, os quintais, as zonas de agricultura extensiva e os ecossistemas protegidos.<sup>36</sup> O que se pretende é a conservação ou a formalização de ambientes ecologicamente sustentáveis, biologicamente mais diversos, equilibrados e humanizados, favorecendo a protecção de mananciais, microclimas e solos produtivos, melhorando a oferta e a qualidade dos alimentos obtidos.

<sup>32</sup>-HELMORE, Kristin; RATTA, Annu. “El sorprendente rendimiento de la agricultura urbana”. *Opciones, Revista del desarrollo humano*. New York: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), p. 24, Abril 1995.

<sup>33</sup>-VIEIRA, Marta. “Horta urbana”. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 Outubro 2006. Caderno Agropecuário, p. 6-7.

<sup>34</sup>-KENDALL, Sarita. “Huertos en los techos de Bogotá”. *Opciones, Revista del desarrollo humano*. New York: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), p. 27, Abr. 1995.

<sup>35</sup>-“BIO-REGIONAL farming. A model for farm-city partnerships”. *Landscape architecture*. [East Broadway, Louisville]: American Society of Landscape Architects, n° 2, v.73, p. 69-71, March/April 1983.

THOMPSON, J. William. “From blight to bounty. What can lanscape architects do to help stem inner-city decay? The San Francisco League of Urban Gardeners suggests a way to make a difference”. *Landscape architecture*. [Washington]: American Society of Landscape Architects, n° 7, v.86, p. 48-49, July 1996.

<sup>36</sup>-TELLES, Gonçalo Ribeiro. “Paisagem Global”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 40.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. “A paisagem do futuro”. In: SECRETARIADO EDITORIAL DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA (coord.). *Doutoramento “Honoris Causa” de Professor Doutor Gonçalo Ribeiro Telles*. Évora, 1995. p. 17-19.



Para além dos benefícios terapêuticos proporcionados aos utentes que se dedicam ao manuseio da terra, normalmente associado ao plantio de espécies prazerosas e úteis, podemos ainda comentar outra vantagem advinda da prática da agricultura. No caso, possui efeito multiplicador, gerando empregos e rendas, sobretudo nas comunidades de base, o que é visto como possibilidade de melhoria da qualidade de vida. No entanto, observa-se muito pouco envolvimento ou interesse dos gestores e planeadores brasileiros com o tema, facto agravado pela falta de uma política direccionada ao acesso à terra e pela insuficiência de estratégias ligadas ao armazenamento, comercialização e transporte de produtos agrícolas. No geral, tal situação é acompanhada da escassez de créditos para a aquisição de ferramentas, fertilizantes e insumos necessários à manutenção das hortas ou dos pomares, cada vez mais afastados dos centros de abastecimento.<sup>37</sup> A distância entre a produção e o consumo é factor relevante, directamente relacionado ao custo final e à qualidade dos alimentos comercializados. No que respeita ao cultivo de folhosas no Brasil, mais especificamente em Minas Gerais, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) recomenda que a localização das hortas esteja no máximo a 50 quilómetros de distância dos pontos de entrega, tendo em vista a perecibilidade do alimento produzido.<sup>38</sup>

Na realidade brasileira, mesmo que não haja maiores preocupações com a manutenção dos sistemas tradicionais de subsistência, minimamente organizados, acreditamos numa mudança de tal conjuntura. Isso pode ser pensado em termos da revalorização da ruralidade que acontece no mundo contemporâneo, em particular nos países mais ricos, facto vinculado à protecção do património paisagístico, conforme salientado por José Eli da Veiga.<sup>39</sup> As oportunidades económicas daí advindas são compensadoras, favorecendo a abertura de novos negócios e serviços e a oferta de empregos, especialmente em regiões privilegiadas pela presença marcante de recursos naturais ou do “Genius loci”, anteriormente comentado. É nessa vaga que os empreendedores tornam-se adeptos da “consciência ambiental”, passando a defender as paisagens, silvestres e cultivadas, detentoras de atributos que os norte-americanos denominam de “amenity values”,<sup>40</sup> ou seja, qualidades sensoriais e físicas dificilmente percebidas nas grandes cidades. De modo geral, o que atrai os habitantes temporários e os turistas aos lugares dotados de tais atributos, dentre outros aspectos, é a possibilidade de vivenciá-los sensorialmente, como sucede em Olinda e Ouro Preto, em cujos patrimónios sobressai a presença marcante de manchas verdes.

<sup>37</sup>-Cf. HELMORE, Kristin; RATTI, Annu. “El sorprendente rendimiento de la agricultura urbana”. *Opciones, Revista del desarrollo humano*. New York: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), p. 23, Abril 1995.

<sup>38</sup>-VIEIRA, Marta. “De onde vem a comida”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 3 Julho 2005. Caderno de Economia, p. 1.  
VIEIRA, Marta. “Oásis na paisagem urbana. Plantações resistem ao crescimento desordenado de BH [Belo Horizonte] e sustentam produtores, que, em parte, vieram em busca de um novo trabalho”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 22 Maio 2006. Caderno Agropecuário, p. 6-7.

<sup>39</sup>-VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003. p. 79-82, 98.

<sup>40</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 102.

Actualmente, nota-se que a questão agrícola nas cidades tem aos poucos deixado de ser tratada como símbolo de atraso ou de falta de civilidade,<sup>41</sup> para ser considerada sinónimo de qualidade de vida, o que está implícito, inclusive, na Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o “Estatuto da Cidade”, criado para regulamentar os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, relativos à Política Urbana. Nesse âmbito, é salientada a necessidade de facilitar a integração entre os espaços rurais e urbanos em cada município, através da elaboração de instrumentos administrativos como o Plano Director.<sup>42</sup> É um caminho que pode respaldar a conservação de lugares fundamentados na ruralidade, e ao mesmo tempo criar alternativas para a conservação da estrutura verde, tal como tem sido defendida na criação do Corredor Ecológico da Serra do Mar, projecto do Ministério do Meio Ambiente (MMA), voltado à protecção integrada de trechos remanescentes do ecossistema da Mata Atlântica, nos Estados do Paraná, de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Em Minas Gerais, tal projecto abrange cerca de 42 municípios, estando a maioria deles inserida em circuitos turísticos do Estado. O Plano de Acção, baseado nos princípios da sustentabilidade, prevê o delineamento de estratégias, planos e programas conjuntos entre as prefeituras municipais envolvidas.<sup>43</sup> Seguindo a linha de raciocínio acima, atentamos para o debate existente em torno da permanência dos sistemas tradicionais de produção, assunto que tem sido orientado por meio de estudos morfológicos e tipológicos.<sup>44</sup> Para haver a preservação efectiva de uma determinada paisagem, no sentido global, vale ressaltar que são imprescindíveis conhecimento e planeamento sistemático, sobretudo para manter íntegra a unidade cultural, ecológica, funcional e paisagística de todo o complexo a ser defendido.<sup>45</sup>

Importa perceber que o estudo da paisagem é algo intrincado e demanda esforços para se tratar da interdependência entre cultura e natureza ao longo do tempo. Através da análise conjugada de seus componentes ocorre a instância reveladora da forma, evidenciando soluções utilizadas na organização das partes e do todo construído. Parece-nos oportuno retornarmos às origens, o que nos permite perceber o modo como a cidade brasileira se apresentava, marcada pela ruralidade e pela integração entre espaços abertos e edificadas, denotando habilidade do homem para pensar e conceber estruturas totalizantes.

<sup>41</sup>-VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003. p. p. 98.

<sup>42</sup>-Cf. OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Estatuto da cidade; para compreender...* Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. p. 7, 13.

<sup>43</sup>-ANDRADE, Cristiana. “Plano diretor em debate”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 27 Setembro 2006. Caderno Gerais, p. 29.

<sup>44</sup>-CORAJOURD, Michael; MARIONI, Giovanna. “The peach gardens of Montreuil”. *TOPOS. European Landscape Magazine*. München: Callwey Verlag Leser, nº 6, p. 74-75, Mar. 1994.

MELISSINOS, Alexandre. “Entre créé et conservé: une amitié critique”. *Urbanisme*. Paris: SARL Les Publications d’architecture et d’urbanisme (group CDC), nº 303, p. 68-69, 1998.

<sup>45</sup>-Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro. “Paisagem Global”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, 1994. p. 39-40.

Não podemos deixar de mencionar como os recursos naturais de cada sítio condicionaram a implantação dos primitivos núcleos de povoamento, influenciando a manifestação do “Genius loci”. Havia uma grande sintonia entre o ordenamento da paisagem, a estruturação dos sistemas produtivos, a geração de hierarquias funcionais, a localização dos edifícios, a organização da malha viária, e a conservação dos factores biofísicos, dos quais o clima, o coberto vegetal, os mananciais, o relevo, o solo sobressaíam.

Os conjuntos construídos expressavam o universo de seus moradores, o que nos remete ao conceito do “habitar” de Norberg-Schulz, cujo significado abrange questões ligadas à boa orientação e identificação proporcionadas pela forma urbana, ao morar bem, à sensação de protecção e segurança emocional, além do sentimento de pertença a um determinado lugar.<sup>46</sup> Nos povoados coloniais, o habitar estava necessariamente relacionado à condição da ruralidade, observada sobretudo a partir da imbricação das parcelas hortifrutícolas que compunham os respectivos tecidos. O mundo urbano era constituído por ruralidades,<sup>47</sup> manifestadas inclusive nos costumes de quem o habitava. Muitos de seus moradores eram homens do campo, que se faziam presentes nas cidades e vilas em ocasiões especiais, para comercializar produções agrícolas e outras mercadorias provenientes de suas propriedades, participar de festejos religiosos, ou tratar de interesses políticos junto à administração camarária. Do mesmo modo, havia reciprocidade de influências, alguns modismos urbanos manifestavam-se no meio rural.

Sabemos o quanto a produção de subsistência foi imprescindível na vida quotidiana dos povoamentos brasileiros. Basta observarmos a fundação dos primeiros povoados, cujos moradores logo se preocupavam com a lavoura de sustento, como sucedeu na implantação da cidade de Salvador na Bahia (1548).<sup>48</sup> Na escala regional, também ficou evidenciada a importância atribuída ao desenvolvimento da agricultura. A actividade agrícola, nesse contexto, tornou-se fundamental para a fixação do colono, sendo prioritária na estratégia de ocupação do território.<sup>49</sup> Desde o século XVI, houve a intenção de divulgar o potencial produtivo do Novo Mundo. Isso é notado nas crónicas inaugurais, que buscavam estampar a amenidade do clima, a apazibilidade da vegetação,

<sup>46</sup>-NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Paysage, Ambiance, Architecture*. [Bruxelles, Liège]: Pierre Mardaga éditeur, [1981]. p. 5, 10, 19-23, 58.

<sup>47</sup>-Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à provincia de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Provincia Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 169. (Edição francesa: 1851).

Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela provincia de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Imprensa Paulista, 1937. Tomo I. p. 238. (Edição francesa: 1847).

<sup>48</sup>-SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 100-101.

<sup>49</sup>-Para o desenvolvimento deste tema, veja-se: MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil, século XVI-XVIII*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2004. v.1. p. 28. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado). JABOATAM, António de Santa Maria, Frei. *Orbe seráfico novo brasílico*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, MDCCLXI (1761). Digressão IV/ Estância V. p. 69. Digressão IV/ Estância XI. p. 100.

a fertilidade da terra, aspectos observados nos textos de Ambrósio Fernandes Brandão (1618), de Gabriel Soares de Sousa (1587) e de Pero de Magalhães Gandavo, cujo relato foi escrito na década de 1570.<sup>50</sup> São aspectos ainda presentes nas realidades das cidades estudadas.

Levando-se em conta as benesses descritas, podemos considerá-las de acordo com os valores da época, intrinsecamente associados à cultura europeia. O modo de compreender a paisagem buscava ressaltar noções ligadas à amenidade e fertilidade do campo ou das parcelas hortifrutícolas, frequentemente tratados como ambientes vivos para serem vivenciados, à semelhança da imagem do Paraíso, noção abordada em obras clássicas de diversos escritores, dentre eles: Plínio, Teócrito e Virgílio, Homero, Camões, Gil Vicente.<sup>51</sup> Na oportunidade, evidenciamos a correlação estabelecida entre os conceitos de “paisagem” e de “jardim” na Península Ibérica, que foram assimilados segundo visão ligada ao mundo da ruralidade. No caso do vocábulo “jardim”, era compreendido como almuinha, horta, horto, horto de recreio, pomar ou vergel. Tornava-se patente a acepção de lugar aprazível, recatado e útil, noção igualmente associada à ideia de “locus amoenus”, “locus deliciarum” ou Paraíso.<sup>52</sup> Tal entendimento dos factos evidenciava ou demonstrava uma maneira de “estar” na e com a natureza, favorável ao estado de contemplação e ócio. Julgava-se a “natura” bela por seus próprios atributos.<sup>53</sup>

Tratava-se de questões relevantes que devem ser compreendidas à luz da tradição, com o intuito de evitar equívocos, normalmente observados no conteúdo da bibliografia consultada, concernentes à “urbe” colonial. Um desses equívocos, por assim dizer, diz respeito ao entendimento dos espaços verdes privados, como as hortas e os pomares domésticos, tidos como locais destituídos de qualidades culturais e estéticas, raramente observados como lugares especiais. Outro engano, a nosso ver, é insistir na cisão entre o campo e a cidade, excluindo a ocorrência da agricultura familiar do meio urbano, sem dúvida um dos traços mais pujantes da realidade colonial, resultando na formação de manchas verdes contínuas e descontínuas. Diante do exposto, é necessário mantermos cautela na leitura de alguns ensaios. O artigo de Magnus Roberto de Mello Pereira, por exemplo, diz

<sup>50</sup>-BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 3ª edição integral, segundo apógrafo de Leiden. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 129-166. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 22. (Texto original da década de 1570).

SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 127-187.

<sup>51</sup>-TELLES, Gonçalo Ribeiro. “A paisagem do futuro”. In: SECRETARIADO EDITORIAL DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA (coord.). *Doutoramento “Honoris Causa” de Professor Doutor Gonçalo Ribeiro Telles*. Évora, 1995. p. 13-14.

<sup>52</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Jardins históricos em Portugal*. Curso livre, Centro de História da Arte da Universidade de Évora. Évora, 28-31 maio, 2001.

<sup>53</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 16-19. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

respeito à “difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”, interpretação questionável, restrita ao processo ordenador dos Passeios Públicos, não cabendo ser generalizada.<sup>54</sup>

A integração entre o campo e a cidade, conforme assinalado anteriormente, encontrava-se vivamente presente na paisagem brasileira. Os mundos rural e urbano eram complementares entre si, contribuindo isso para o carácter dos lugares.<sup>55</sup> Tal aspecto pode ser apreciado na representação iconográfica, especialmente no material organizado por Nestor Goulart Reis Filho, em seu livro “*Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*” (2000). A disposição das parcelas hortifrutícolas, de expressão cultural, simbólica e paisagística, não era algo aleatório ou fortuito. Havia uma determinada lógica funcional, vinculada à ocorrência de componentes ecológicos nos respectivos conjuntos. Os espaços abertos encontravam-se organizados em sistemas contínuos, favorecendo a interface com o meio natural. Nos referidos domínios, as hortas mantinham-se cultivadas ao longo das linhas de água, em terrenos planos ou de pequeno declive. No caso dos pomares e/ou quintais, estavam mais associados ao sistema seco, ou seja, aos cabeços e às encostas. Quanto à localização das unidades maiores, casais ou roças, conventos ou mosteiros, chácaras ou quintas de recreio, assim como os Jardins Botânicos, abarcavam parte dos sistemas húmido e seco, constituindo-se em complexos múltiplos e variados, sujeitos a compartimentações e hierarquias.

Com base nas informações apuradas, percebemos nos relatos do período Brasil-Colónia, além da relação entre as cidades e os respectivos sítios, a presença dos hortos no ordenamento da paisagem. O cultivo da terra fazia parte da cultura dos moradores urbanos e da tradição, principalmente por motivos de ordem prática ou utilitária. Buscavam garantir a oferta de víveres, visando à alimentação de suas famílias e agregados com aquilo que pudessem produzir em suas glebas ou parcelas, onde também cuidavam do recreio do espírito.

<sup>54</sup>-PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 1-2].

<sup>55</sup>-No reino, comentamos acerca de certas designações que nos parecem expressivas, pois reforçavam a condição da ruralidade no meio urbano. Particularmente em Braga, sobressaía o Campo das Hortas, o Campo da Vinha e a Praça das Couves. No Porto, existia o Bairro do Laranjal e o Campo das Hortas, actual Praça da Liberdade. TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 33, 44, 78, 97, 293-294.

A cartografia e a iconografia também fornecem preciosas evidências sobre a continuidade dos espaços abertos e ou das parcelas hortifrutícolas nas malhas edificadas, situação identificada em todo o domínio português. Na parte continental e insular, os registos dos conjuntos de Angra do Heroísmo (1595), Braga [século XVIII], Estremoz (1790), Monção (1802), Monsaraz (1755), dentre outros, tornaram explícita a presença das manchas verdes nas cidades e nas respectivas cercanias.

Cf. “Gravura 14. A cidade de Angra na Ilha de IESV XPO da Tercera que esta em 39. graos, João Linschoten, 1595, AHU”. In: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *Op. cit.* 1999. p. 102.

Cf. “Gravura 25. Mappa da cidade de Braga Primas, André Ribeiro Silva, [Século XVIII], BA”. In: *Idem. Ibidem.* p. 118.

Cf. “Gravura 46. Planta da Praça de Monçaras, Miguel Luís Jacob, 1755, GEAEM”. In: *Idem. Ibidem.* p. 179.

Cf. “Gravura 50. Praça de Monção, J.J. de Almeida, 1802, GEAEM”. In: *Idem. Ibidem.* p. 189.

Cf. “Gravura 52. Planta da Praça de Estremos copiada pelo Ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro Filipe Neri da Silva em Novembro de MDCCXC, GEAEM”. In: *Idem. Ibidem.* p. 196.

Identificamos inicialmente tal pensamento a partir do Foral de Olinda (1537), que conferia o título de Vila à incipiente povoação, conhecida como “Nova Lusitânia”, que detinha património gerido pelo Concelho. Em documento assinado por Duarte Coelho (?-1554), donatário da capitania de Pernambuco, ficou explícita a intenção de realizar cultivos e proteger o coberto vegetal ao longo de fontes e ribeiras, especialmente onde havia árvores, essenciais para a construção de edifícios e obras de infra-estrutura. As primeiras lavouras ou roças faziam parte do tecido urbano, devido à habitual falta de segurança decorrente dos frequentes ataques de populações ameríndias.<sup>56</sup> Segundo Vanildo Bezerra Cavalcanti, era nítida a intenção de transformar Olinda num projecto pioneiro, fundamentado no desenvolvimento agrícola e na exploração racional dos recursos da terra, o que incluía:

*“(...) a escolha de locais para a roçaria e os passigos, além das grandes datas na periferia de Olinda para a implantação de engenhos; o incentivo ao plantio de algodão e da lavoura de mantimento inclusive exportável; a ordenação racional do corte de pau-brasil; tudo mostrava ter ele [Duarte Coelho] razão de chamar os seus domínios de Nova Lusitânia, pois aqui era bem um novo ‘Portugal na América’ (...)”.*<sup>57</sup>

O regimento de Tomé de Souza (c.1548), elaborado para subsidiar a escolha do lugar onde seria construída a sede do Governo Geral no Brasil, também assinala a importância do plantio da terra: “(...) deve ser em sítio sadio e de bons ares e que tenha abundância de águas (...)”.<sup>58</sup> A opção feita correspondeu às expectativas desejadas. O terreno seleccionado para receber o empreendimento apresentava boa visibilidade, potencial de defesa, além de possuir condições favoráveis para o desenvolvimento de actividades agrícolas. Cerca de trinta a quarenta anos após a iniciativa que culminou com a fundação do primitivo núcleo de Salvador da Bahia, as palavras de Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591), em seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, possibilitam-nos conhecer a paisagem local, permitindo-nos identificar pormenores ainda pouco explorados na bibliografia consultada e que nos ajudam a esclarecer sobre o desenho dos primitivos assentamentos.

*“Tem esta cidade grandes desembarcadouros com três fontes na praia ao pé dela, nas quais os mareantes fazem a sua aguada, bem à borda do mar, das quais se serve também muita parte da cidade, por serem estas fontes de muito boa água. (...) A vista desta cidade é muito aprazível ao longe, por estarem as casas com os quintais cheios de árvores, a saber: de palmeiras que aparecem por cima dos telhados; e de laranjeiras que [n]o ano estão carregadas de laranjas, cuja vista de longe é muito alegre, especialmente do mar, por a*

<sup>56</sup>-OLIVEIRA, Valéria Maria Agra (coord.). *Projeto Foral de Olinda. Relatório II*. Olinda: Prefeitura Municipal de Olinda, Secretaria do Património e Cultura, 2000. /s.p./.

Com relação ao termo Foral, veja-se: PORTO, Costa. “Fundação de Olinda”. *Anuário de Olinda*. [Olinda]: /s.e./, n° XII-XIII, p. 39, Dez. 1960. (“Conferência proferida pelo historiador Dr. Costa Porto, sócio-fundador do Instituto Histórico de Olinda, na sede daquele sodalício, em 12 de Março de 1960”).

<sup>57</sup>-CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do Salvador do Mundo*. [Recife]: Editora ASA Pernambuco, 1986. p. 38-39.

<sup>58</sup>-REGIMENTO de Tomé de Souza. In: História administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: DASP, /s.d./, v.2. p. 223-226. *Apud*: AZEVEDO, Paulo Ormindo de. “Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira-origens”. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). *Coleção de estudos. Universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1998. p. 56-57.

*cidade se estender muito ao longo dele, neste alto. Não tem a cidade nenhum padraço, de onde a possam ofender, se a cercarem como ela merece, o que se pode fazer com que lhe ficar uma ribeira de água que a vai cercando toda, a qual se não bebe agora, por estar o nascimento dela pisado dos bois, que vão beber, e porcos; mas limpa, é muito boa água; da qual se não aproveitam os moradores por haver outras muitas fontes de que bebe cada um, segundo a afeição, que lhe tomam, e a de que lhe fica mais perto se ajuda por serem todas de boa água. A terra que esta cidade tem, uma e duas léguas à roda, está quase toda ocupada com roças, que são como os casais de Portugal, onde se lavram muitos mantimentos, frutas e hortaliças, de onde se remedeia toda a gente da cidade que o não tem de sua lavra, a cuja praça se vai vender (...)*<sup>59</sup> (sublinhado nosso).

No referido relato, observa-se como a paisagem de Salvador se encontrava disposta, sem grandes diferenças ou separações entre os mundos rural e urbano. Aproveitamos a ênfase dada a essa questão para destacar a importância das parcelas hortifrutícolas na constituição dos tecidos urbanos coloniais. Hortas, pomares, roças, dentre outros espaços produtivos, sem dúvida foram traços da cultura portuguesa rebatida no Novo Mundo. Os diversos tipos de parcelas estavam organizados a partir da relação com o todo construído, em estreita sintonia com as potencialidades naturais, aspecto descrito nos textos citados anteriormente. Isso demonstra que o património paisagístico desempenhava um papel fundamental na definição do carácter e na produtividade de cada lugar, em especial nos núcleos fundacionais. A contiguidade das parcelas produtivas conformava extensas manchas verdes. Em outras palavras, as cercas religiosas, as hortas e ou jardins familiares, as roças, as matas ou outras unidades de expressão paisagística contribuíam para a constituição de um “continuum”, normalmente disposto em faixas lineares e perimetrais, ocupando vales ou encostas. Os maciços vegetais sobressaíam nos conjuntos construídos, em função da continuidade, dimensão e diversidade dos espaços cultivados, os quais também eram espaços de recreio.

Assim a presença dessas “manchas verdes” nos primitivos núcleos coloniais concorria para a beleza e a qualidade de vida nesses lugares, como sucede até hoje em certos segmentos das cidades de Olinda e Ouro Preto. Além da obtenção de alimentos e medicamentos naturais, tais espaços favoreciam a retenção de poeiras em suspensão na atmosfera, o conforto bioclimático, gerado a partir da circulação de brisas e da diminuição dos valores extremos de humidade e temperatura, além dos benefícios ligados à estabilidade física do relevo e à conservação do solo, com reflexos em sua capacidade produtiva, pela deposição de matéria orgânica.<sup>60</sup>

<sup>59</sup>-Antes de nos determos na avaliação de alguns pontos descritos, deixamos claro que o trecho seleccionado é representante das primeiras descrições feitas no Brasil, baseadas na experiência de quem vivenciou a transposição de valores ibéricos para as terras tropicais. Desse modo, indo ao encontro das origens, buscaremos compreender os registos elaborados a partir de visão cultural.

SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 100-101.

<sup>60</sup>-Os solos cultivados eram mais permeáveis à água pluvial, reduzindo a velocidade dos escoamentos superficiais e a incidência de processos erosivos.

Cf. CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro. *A árvore em Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999. Prefácio: Gonçalo Ribeiro Telles. p. 10-12.

A integração entre os diversos espaços voltados ao lazer e à produção na paisagem contribuía para a transformação de povoados, vilas e cidades em locais de bem-estar e fertilidade. Ao tratar da cidade de Salvador, Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591) também regista o encantamento sugerido pela visão de sucessivos planos de telhados e pela massa verde da vegetação, composta de laranjeiras e palmeiras, dentre outras plantas, que ajudavam a definir a espacialidade do conjunto constituído. Presumimos nesse caso que os contrastes de luz e sombra, a musicalidade, os odores, os sabores, as texturas, igualmente favoreceram a apreciação estética e poética da forma urbana, qualificada de alegre e aprazível. As palavras utilizadas no relato expressam a vivência da realidade descrita, possibilitando-nos maior conhecimento de nossas próprias tradições relativas às cidades tradicionais ou luso-brasileiras. Diante desse quadro, podemos comentar que a mescla de elementos inertes e vivos, presente nos primitivos assentamentos desde o século XVI, ainda permanece como reminiscência em alguns núcleos classificados. Na actualidade, mesmo estando sujeitos a descaracterizações, geradas a partir de ocupações aleatórias e/ou clandestinas, os patrimónios desses núcleos são constantemente lembrados por seus moradores como grandes jardins pontuados de casas.<sup>61</sup>

Na ótica de outro cronista, Frei António de Santa Maria Jaboatam, fica evidenciada a importância do cultivo na paisagem da “Província de Santo António do Brasil da América Meridional”, considerada no conteúdo de seu *Orbe Seráfico Novo Brasilico* (1761). A agricultura era tema recorrente em várias descrições de época. A terra fértil, que produzia frutos e outras riquezas em grande fartura, foi tratada na mencionada obra por meio de imagens de vales verdejantes com ares “salutíferos”, onde “o verão não abrasava e o inverno era brando”, configurando a própria manifestação do Paraíso Terreal. Era impossível ao homem, diante de tanta benevolência, não se render facilmente aos “regalos” proporcionados por arvoredos alegres, duradouros, frondosos, frutíferos e verdejantes, que ofereciam ócio para o corpo e o espírito.<sup>62</sup>

---

Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 289. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

Cf. MAGALHÃES, Manuela Raposo de. “Paisagem urbana e interface urbano-rural”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 108-110.

Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro. “Paisagem Global”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Op. cit.* 1994. p. 39.

Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano verde de Lisboa, componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 15-16.

<sup>61</sup>-LUNA, Marília de Andrada Lacerda. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

MOREIRA, Mariana Isabel. Funcionária da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

<sup>62</sup>-JABOATAM, António de Santa Maria, Frei. *Orbe seráfico novo brasilico*. Lisboa: Oficina de Antonio Vicente da Silva, MDCLXI (1761). Digressão III/ Estância III. p. 28. Digressão IV/ Estância I. p. 35, 37. Digressão IV/ Estância IV. p. 48. Digressão IV/ Estância IX. p. 84, 86. Digressão IV/ Estância X. p. 93. Digressão IV/ Estância XI. p. 100. Livro ante-primeiro. p. 2-3. Livro I/ Capítulo VI. p. 85.



Ao lidarmos com o relato de outro português, o Padre Manuel Aires de Casal (c.1754-c.1821), autor da *Corografia Brasílica* (1817), percebemos como alguns termos adoptados em seu texto incorporaram sensações especiais, muitas delas ligadas ao mundo da terra e ao cultivo de espécies prazerosas e úteis, como observado no conteúdo da obra, anteriormente comentada, de Frei António de Santa Maria Jaboatam. Os sentidos materializados através de exemplos e palavras tornaram esses registos vivos, diferentes de outros relatos elaborados sobretudo durante o século XIX, pautados em tons imparciais e neutrais, não revelando maiores apegos sensoriais. No caso do referido Padre, ao tratar a presença do homem, ele sempre o fazia na relação directa deste com a paisagem, demonstrando a importância dos espaços abertos nas cidades coloniais.<sup>63</sup> A percepção de tais particularidades leva-nos a reflectir sobre várias questões intrinsecamente associadas à herança portuguesa, como a estruturação do tecido urbano e a localização dos primitivos núcleos de povoamento, pautados pela ocorrência de expressivas manchas verdes, contínuas e descontínuas.

Desde o início do processo de colonização em terras americanas, houve empenho da Coroa portuguesa no sentido de constituir rede de povoados, vilas e cidades que pudesse desempenhar, juntamente com as zonas rurais, funções administrativas, económicas, judiciárias, militares e religiosas.<sup>64</sup> Assim, buscou-se ordenar acções a partir da escolha criteriosa de lugares para a construção dos primeiros assentamentos, no geral, implantados em bases estratégicas na faixa litorânea. Nos primórdios da colonização, normalmente optava-se por locais situados nas proximidades de portos fluviais e marítimos, que apresentavam solos férteis, propícios ao desenvolvimento da agricultura.<sup>65</sup> Era evidente a opção por lugares alteados, como acontecia no Reino.<sup>66</sup> Em função dessa preferência, tornava-se corrente a designação de cidade “alta” e “baixa” resultando em maior distinção formal e funcional entre as partes dos complexos edificadas. Enquanto nos locais elevados predominava o uso residencial, nas zonas situadas em cota inferior concentravam-se actividades comerciais e portuárias.

A topografia foi sem dúvida factor determinante para a escolha dos sítios a serem habitados. Também influenciou a beleza e a variedade das construções, a localização dos prédios administrativos e religiosos, o traçado das vias e até mesmo a organização das unidades

---

<sup>63</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 119. (Impressão Régia feita em 1817).

<sup>64</sup>-Cf. MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil, século XVI-XVIII*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2004. v.1. p. 15, 73, 87, 126, 130. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

Cf. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1968. p. 122-123.

<sup>65</sup>-REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. cit.* 1968. p. 123-126.

<sup>66</sup>-Cf. *DICIONÁRIO de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, /s.d./ v.I. p. 574, 577. Dirigido por Joel Serrão. Cf. GÓIS, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002. p. 135, 149, 151, 183. Introdução Ilídio do Amaral. Apresentação, edição crítica, tradução e comentários de Aires A. Nascimento.

destinadas ao ócio e à produção. As linhas dominantes tornaram-se referência fundamental para a constituição do tecido urbano, gerando condições para a ocorrência do sistema de vistas, de carácter panorâmico ou simbólico, normalmente percebido ao longo das cumeadas e encostas, favorecidas por amplas perspectivas, possibilitando o contacto com o espaço envolvente. Esse aspecto é salientado por Ribeiro Telles como um dos principais traços do património paisagístico de Lisboa,<sup>67</sup> sendo igualmente identificado em outras realidades congêneres, ou seja, havia um modo peculiar de “fazer” cidade, uma marca indelével do urbanismo português, de acordo com Russell-Wood.<sup>68</sup> Tal pensamento é corroborado por Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, ao se referirem à identidade estrutural e formal das cidades de além e aquém-mar, que seguiam os mesmos “modelos de referência” ou princípios construtivos.<sup>69</sup> Com o intuito de reforçarmos os pontos anteriormente comentados, relativos à importância do relevo e da mescla de componentes inertes e vivos nos conjuntos construídos, ressaltamos a descrição de Daniel Parish Kidder (1815-1891) a respeito de Olinda.

*“Vista à distância, Olinda atrai a atenção e a admiração de todos. Não se sabe que mais admirar nessa cidade construída sobre a colina, se o casario alvamento, pontilhado de igrejas, ou se a folhagem luxuriante que se insinua entre as construções, dando, a quem observa de longe, a impressão de que os prédios plantados na encosta do morro estão meio enterrados na verdura. (...) Todo o espigão dessa pequena cadeia se apresenta recoberto de verdejantes florestas. (...) Numerosos prédios suburbanos ficam total ou parcialmente encobertos pelas frondosas palmeiras, mangueiras, cajueiros e outras árvores (...)”*<sup>70</sup>

As sensações de apazibilidade, fertilidade e legibilidade examinadas nos relatos apresentavam relação directa com o desenho e a forma dos lugares descritos. O modo da ocupação do solo reforçava, por um lado, a presença da administração temporal e da igreja, por outro, a comodidade, a habitação, a produção ou o trabalho de moradores ou utentes. É o que José M. Ressano Garcia Lamas denomina aspectos figurativos, funcionais e qualitativos da forma urbana.<sup>71</sup> Ademais, não passavam despercebidos a diversidade e a uniformidade dos conjuntos coloniais, o que nos remete à compreensão da morfologia e da tipologia, possibilitando-nos uma visão mais abrangente das concepções arquitectónicas ou urbanísticas, culturais e estéticas ligadas à tradição portuguesa. Nesse sentido, evidenciamos a ocorrência das parcelas verdes na estrutura da paisagem. Constituíam unidades básicas dos primitivos núcleos fundados no Brasil, que se

<sup>67</sup>-CF. TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano verde de Lisboa, componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 78-80, 138-143.

<sup>68</sup>-RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento: portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998. p. 277.

<sup>69</sup>-TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 215.

<sup>70</sup>-KIDDER, Daniel Parish, 1815-1891. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Provincias do Norte)*. Coleção Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Editora Livraria Martins, s.d.J. v.XII. p. 72, 74, 76.

<sup>71</sup>-CF. LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000. p. 46.

mostravam dispostos a partir de uma determinada lógica de integração entre espaços abertos e edificados, entre cultivos de hortas e pomares, favorecendo a imbricação de componentes naturais ao longo dos tecidos edificados. Diante dessa perspectiva, permitimo-nos fazer uma digressão e exemplificar, na escala territorial, fenómenos análogos.

A Estrada Real, construída durante o processo de conquista da Capitania de Minas Gerais, no século XVIII, além de assegurar o escoamento das riquezas obtidas, tornou-se um importante marco de ordenamento regional, favorecendo a ocupação das terras ao seu redor com unidades produtivas, dentre elas, hortas/pomares, roças e fazendas,<sup>72</sup> que supriam com seus géneros as demandas de vários povoados voltados única e exclusivamente à actividade da mineração.

A existência de posturas definidas pela Câmara [de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição] de Sabará fornece indícios que corroboram a hipótese de incentivo à agricultura em certos trechos ou nas proximidades da referida Estrada. As práticas adoptadas levam-nos a ressaltar a importância dos sistemas húmidos para a constituição da rede urbana. Certamente, muitas das escolhas feitas, com referência à construção das bases que serviram de apoio aos sucessivos avanços exploratórios, foram condicionadas pela presença de rios. Além de facilitarem os deslocamentos, representavam a possibilidade da produção de alimentos, principalmente a partir da realização de cultivos em suas margens. A presença da água era factor determinante para a ocupação de baixadas, ribeiras e vales, que se mantinham interligados à malha viária.<sup>73</sup>

A partir da segunda metade dos setecentos, definiram-se medidas administrativas para a protecção e a revegetação das margens de córregos e rios localizados nas proximidades da Estrada Real. A iniciativa de reverter possíveis danos ambientais, que já vinham ocorrendo em diversos lugares da citada Capitania, contribuiu para a disseminação de espécies frutíferas e madeireiras, que passaram a pontuar lugares de descanso e recreio na paisagem, estabelecendo referências especiais, principalmente, para os viajantes. É o que nos permite entender o Historiador Augusto de Lima Júnior.<sup>74</sup>

<sup>72</sup>-Cf. COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963. p. 68.

Cf. VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de, 1758-1812. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centros de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 66.

<sup>73</sup>-“DIVERTIMENTO admirável para os historiadores curiosos observarem as máquinas do mundo reconhecidos nos certoeñs da navegação das minas do Cuyabá e Mato Grosso. Extrahido pela curiosidade incansável de um certanista paulistense, que os calculou successivos huns poucos annos. Offerecido ao Illm<sup>o</sup>. e Exm<sup>o</sup>. Sr. Martinho de Mello e Castro, do Conselho de sua Magestade Secretario de Estado da Repatição da Marinha e Dominios Ultramarinos por P. Anno de 1783”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: *Is.e.l.*, tomo LXXVII, parte II, p. 140, [1914].

<sup>74</sup>-Levando-se em conta os indícios de escasseamento das grandes reservas madeireiras, de espécies nobres da Mata Atlântica, situadas na proximidade da faixa litorânea, tomaram-se algumas medidas administrativas para a protecção das margens dos cursos hídricos, sendo determinadas acções de revegetação com o plantio de espécies exóticas e nativas. Nesse período, difundiram-se procedimentos através de posturas municipais, promulgadas pelas Câmaras de algumas das principais vilas e cidades mineiras. Mesmo que o Historiador Augusto de Lima Júnior não tenha referenciado de modo adequado as fontes consultadas, vale a pena reproduzir o trecho que explicita artigos das mencionadas posturas.

Ao longo dos caminhos ou estradas, normalmente construídos em situações de meia-encosta ou de cumeada, ficava patente a visão de continuidade entre o campo e a cidade, facto observado especialmente nas crónicas de época, consideradas segundo uma linearidade de acontecimentos.<sup>75</sup> É o que transparece na descrição da Vila de Cachoeira na Bahia, no início do século XIX, revelando o tipo de olhar registado durante os trajectos.

*“(...) Até uma légua de distância (...), surgem, em ambos os lados da estrada, muitas chácaras, vendas e ranchos de trabalhos dos negros; vêem-se extensos cafezais, capinzais, roças de mandioca e algumas hortas; depois escasseiam as lavouras mais e mais, até que, perto da feira-da-Conceição, a duas léguas distante da vila, desapareceram de novo todos os vestígios de população industrial, e o viajante se acha, outra vez, em pleno sertão (...).”<sup>76</sup>*

Em alguns trechos dos deslocamentos efectuados, mostrava-se evidente a distinção estabelecida entre as parcelas produtivas, no aro das “urbes”, e o vulgo “sertão”, localizado nas zonas praticamente desabitadas do interior.

*“(...) O aspecto desta vila [Cachoeira, na Bahia], de belos edifícios e movimentada pela atividade europeia, foi um verdadeiro gozo para nós, depois de uma longa temporada no sertão (...). Nada poderia parecer mais lindo ao viajante acostumado à tristeza do sertão, do que estes outeiros verdejantes, na maior parte cuidadosamente plantados, sobre os quais se alternam escaladas filas variadas de capelas, extensas fazendas, chácaras bem tratadas, casaria de engenhos, e senzalas dos negros e choças de pescadores (...).”<sup>77</sup>*

As vias eram verdadeiras montras da realidade de cada lugar, conforme salientado pelo Padre Manuel Aires de Casal (c.1754-c.1821).<sup>78</sup> No início do século XIX, ao tratar da cidade de Mariana, em Minas Gerais, qualificou o acesso à mesma, por onde era estabelecida a ligação com

*“Ao acaso quero citar algumas das disposições das Posturas da Câmara Municipal de Sabará na era antiga [século XVIII].*

*‘Artigo 102-Tôdas as pessoas que tiverem fazendas e terras próprias, serão obrigadas a plantar nas cabeceiras dos rios, ribeiros e córregos, cedros, pinheiros e coqueiros e outras árvores indígenas e exóticas, que melhor se derem ao terreno e mais concorrerem para mais segurança de suas margens, ribanceiras e aumento das águas e para subministrarem madeiras úteis.*

*A pena de pagar seis mil réis de multa, o que faltar ao compromisso desse dever. O mesmo farão em qualquer outra parte das suas terras ou fazendas, que mais próprio for, debaixo da mesma pena.*

*Artigo 103-Igualmente se plantarão as mesmas árvores pelas bordas das estradas públicas, podendo, também, plantar-se sendo o terreno próprio, algumas frutíferas, tanto para a segurança e conservação das estradas, como para a comodidade e recreio dos viandantes, os quais, nem algumas outras pessoas poderão cortar tais árvores sem licença da Câmara e pagarão os contraventores quatro mil réis de multa’.*

*Essas disposições, são quase que, literalmente, reproduzidas nos registros de Posturas de Mariana e foi graças à sua observância que se puderam conservar as reservas florestais que a atual geração destruiu. Ao longo das antigas estradas que ligavam Ouro Preto a Mariana, a Cachoeira do Campo e a Ouro Branco, ainda pode encontrar, em minha mocidade, algumas árvores, cedros e araucárias, mandados plantar pelas Vereanças de outrora”.*

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *As primeiras vilas do ouro*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1962. p. 134-135.

<sup>75</sup>-“A configuração urbana mineira é longilínea, de meia encosta ou de cumeada, segmento de linha que é a estrada (...). Tudo se configura em linha que começa não se sabe onde e se dirige para o desconhecido. Caminhar sem fim. (...) Com exceção de Diamantina e Mariana, onde interferiu o Poder Real com mais êxito, as povoações mineiras são invariavelmente uma linha, uma rua balizada por igrejas e capelas (...).”

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade. Ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. p. 85-87.

<sup>76</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 270-271, 362-363. (Edição alemã: 1823).

<sup>77</sup>-*Idem*. *Ibidem*. 1938. Tomo II. p. 270-271.

<sup>78</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo I. p. 371-372, 374, 377-378. (Impressão Régia feita em 1817).

Vila Rica, actual Ouro Preto, como aprazível, facto associado ao grande número de casas de campo nas imediações, o que também foi verificado na localidade de São João d'El-Rey, especialmente às margens da estrada que levava ao rio das Mortes.<sup>79</sup> As habitações nas cercanias dessa cidade foram denominadas, no relato do inglês Jonh Luccock (1808-1818), “pousos de flora”. Situavam-se nas fraldas da serra de São José, que oferecia um dos mais belos panoramas da região.<sup>80</sup>

Na escala urbana, as intervenções realizadas, da mesma forma, buscavam tirar proveito das particularidades ou condições naturais de cada sítio, privilegiando a adopção de princípios ou regras para alcançar a regularidade nas malhas construídas, não de maneira rígida, como sucedeu na América espanhola. No geral, o desenho da paisagem expressava uma estreita sintonia entre componentes culturais e ecológicos, conferindo conforto, orientação (física, psíquica), protecção e segurança a seus habitantes. O espaço como um todo estava fundamentado em esquemas tipológicos e topológicos, intrinsecamente associados à criação de centros ou lugares, caminhos, estruturas e/ou sistemas. O uso de procedimentos comuns, orientados por normas propagadas através de posturas municipais baseadas nas Ordenações do Reino, levadas adiante pela actuação de juízes e vereadores das casas de Câmara, condicionou o aspecto dos conjuntos urbanos.

Lembremos que, durante o século XVIII, com a intensificação da vida nas cidades, surgiu um maior número de posturas, que influenciaram a forma urbana, resultando na maior uniformidade das paisagens concebidas. Passaram a ser disseminadas no citado período práticas administrativas como: o alinhamento de edifícios, para obter a regularidade do leito carroçável, o cordeamento de terrenos e a elaboração de padrões construtivos que zelavam pela composição da fachada principal do casario, voltada para o espaço da rua.<sup>81</sup> A tendência de tratar a cidade como um conjunto certamente foi impulsionada pelo desejo de civilidade, materializado através de referências culturais que passaram a vigorar, com maior frequência, na mentalidade da época.

Na cidade luso-brasileira, eram notórias as sequências de construções contíguas e homogêneas que proporcionavam aparência de concentração urbana nas adjacências das vias, justamente pela disseminação da prática de se construir a casa sobre o alinhamento da rua e parte das divisas laterais das parcelas, principalmente nas zonas mais densamente ocupadas. A testada

<sup>79</sup>-Cf. LUCCOCK, Jonh. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil; tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, [1951]. p. 313-314.

Cf. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 152. (Edição alemã: 1823).

Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Imprensa Paulista, 1937. Tomo I. p. 126-127. Tomo II. p. 32-33. (Edição francesa: 1847).

<sup>80</sup>-Cf. LUCCOCK, Jonh. *Op. cit.* p. 313-314.

<sup>81</sup>-FREYRE, Gilberto. “Casas de residência no Brasil”. *Revista do SPHAN*. [Rio de Janeiro]: /s.e./, nº 7, p. 105, /s.d./.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991. p. 98.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 134-135.

dos terrenos aforados, durante muito tempo, foi tida como uma das principais referências do poder público para desenvolver acções administrativas, no tocante à cobrança de impostos e à promoção da regularidade no traçado viário.<sup>82</sup> Os procedimentos utilizados para demarcar alinhamentos resultavam na configuração de terrenos rectangulares, de pequena largura e comprimento variável, ou seja, estreitos e longos, cujos limites laterais eram perpendiculares ao traçado das vias.

Além do modo de vida, da necessidade de viabilizar a estrutura de produção e o aspecto cultural, consideramos que o ordenamento do espaço da moradia também era condicionado pela dimensão e pelo formato dos terrenos, afora os padrões vigentes, difundidos pela mão-de-obra braçal, o que repercutia na aparência da “urbe” colonial. O traçado da planta baixa na maioria das habitações revelava uma distribuição semelhante de cômodos, devido à repetição de modelo assumido colectivamente, dispondo lojas e salas voltadas para a rua, localizando quartos e ou alcovas na parte intermediária da moradia e situando cozinha(s), refeitório e/ou varanda na parte posterior, em contacto permanente com os lugares de cultivo, onde as mulheres passavam grande parte do dia, entretidas com seus afazeres quotidianos. Dependendo das condições topográficas locais, havia ainda necessidade de realizar ajustes na adaptação do partido arquitectónico do edifício, devido às situações de aclave ou declive impostas pelo relevo. Para facilitar a execução das obras, empregavam-se sistemas construtivos adequados, visando a tirar proveito de desníveis dos terrenos, favorecendo-se com isso o acréscimo de depósitos, lojas ou porões, dentre outras alternativas. A casa consistia num centro ou lugar onde a intimidade geralmente estava resguardada, pela própria distinção criada entre o espaço exterior da rua e o interior da habitação. Percebiam-se as hortas e os pomares como recantos, onde os indivíduos tinham oportunidade de permanecer em contacto com o espaço envolvente.

Levando-se em conta os elementos estruturantes da forma urbana, reforçamos a importância dos caminhos. Conforme salientado anteriormente, eles contribuíam para o fortalecimento do vínculo estabelecido entre a unidade edifício/parcela e a paisagem. Nos primitivos aglomerados, as malhas edificadas encontravam-se muitas vezes orientadas por antigas vias, construídas a partir da relação existencial do homem com o sítio, expressando uma maneira específica de habitá-lo. Representavam possibilidades de maior interacção do morador com a totalidade, inclusive a partir da interligação de diversos pontos de interesse e de parada ao longo das estruturas construídas, configurando uma sucessão linear de acontecimentos. Possivelmente, a adopção de princípios universais direccionaram a constituição dos primitivos traçados. Sabemos que o bom senso, guiado pelo conhecimento das potencialidades naturais de cada lugar, foi decisivo para a implantação da malha viária. Para reforçar

---

<sup>82</sup>-MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991. p. 77, 86.

esse ponto de vista, reportamo-nos ao pensamento de José Luiz Mota Menezes, no que se refere à prática lusitana de fazer urbanismo, que incidiu directamente na aparência dos aglomerados coloniais, no caso, marcada pela busca da forma e não pela aplicação da fórmula.<sup>83</sup>

No traçado dos caminhos, ficava explícita a adopção de princípios racionais, com o objectivo de vencer, sem muitos obstáculos, a distância entre diversas localidades, privilegiando-se a criação de trajectos mais curtos, seguros e que demandavam menores esforços para percorrê-los, proporcionando a máxima interacção com a paisagem.<sup>84</sup> A difusão de tais regras resultou na construção de eixos viários que norteavam o desenho urbano. Em outras palavras, os antigos caminhos, ao serem criados, expressavam a intenção de hierarquizar e ordenar o espaço como um todo, pré-definindo directrizes de ocupação. As vias mais importantes tornavam-se pólos de atracção para o comércio, as edificações religiosas, as moradias e os serviços, ao mesmo tempo que possibilitavam uma interacção com os portos e as zonas de produção, estruturando em muitos casos uma densidade linear, igualmente notória na realidade da Península Ibérica.<sup>85</sup> O citado modo de ocupação do solo predominou na maioria das iniciativas promovidas em povoamentos da América portuguesa, sendo respeitadas as especificidades de cada contexto biofísico.

Nos primeiros tempos, era comum a prática da implantação do açougue, da casa de Câmara e Cadeia, da casa do Governo (paço), da Igreja Matriz, da Misericórdia, dentre outras edificações, no principal largo das cidades e vilas.<sup>86</sup> Normalmente, esse lugar situava-se sobre a linha de cumeada, articulado ao rossio e a vários locais de interesse. Tal como sucedeu em Olinda, as Vilas de Alagoas do Sul, Igarauçu e Serinhaem foram inicialmente dispostas a partir de eixo ordenador, definido por meio de pontos focais que coincidiam com edificações religiosas. No caso de Olinda, por exemplo, demarcaram-se os caminhos para se estabelecer comunicação com as fontes, as hortas, as roças e os engenhos de cana-de-açúcar localizados nas proximidades, nas várzeas dos rios Beberibe e Capibaribe.<sup>87</sup> No geral, a forma resultante dos núcleos urbanos decorria de traçado pragmático, organizado para facilitar o deslocamento e a interligação entre as partes dos conjuntos construídos. Ainda em Olinda e nas Vilas dos Cosmos e Iguaraçu, da

<sup>83</sup>-MENEZES, José Luiz Mota. "Olinda e o Recife, 1580-1780 arte e arquitectura: dois momentos". In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, *Actas...*, 5, Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, 2002. p. 158-159.

<sup>84</sup>-Cf. NORBERG-SCHULZ, Christian. *Nuevos caminos de la arquitectura: existencia, espacio y arquitectura*. Barcelona: Editorial Blume, 1975. p. 26-27.

<sup>85</sup>-Cf. ROSSA, Walter. *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002. p. 222.

<sup>86</sup>-Cf. MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil, século XVI-XVIII*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2004. v.1. p. 190-200. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>87</sup>-Cf. MENEZES, José Luiz Mota. "Olinda: evolução urbana". In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). *Coleção de estudos. Universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses, 1998. p. 335, 342, 344.

Capitania de Pernambuco, assim como na Vila de Nossa Senhora da Conceição, na Capitania de Itamaracá, e na cidade de Filipeia da Paraíba, conceberam-se as ruas Novas, caracterizadas pela linearidade e regularidade das edificações dispostas em suas calhas.<sup>88</sup>

Podemos dizer que a assimilação e divulgação desse tipo de procedimento, do mesmo modo, influenciou a organização do tecido das vilas setecentistas da Capitania de Minas Gerais, destacando-se ali Vila Rica, actual Ouro Preto, cuja primitiva estrutura foi desenvolvida a partir do designado caminho “tronco”, de ocupação linear e aspecto sinuoso.<sup>89</sup> Em outros termos, o citado caminho constituía um verdadeiro facto urbano, que se estendia por entre duas grandes serras, a do Itacolomi e a de Ouro Preto, nas menores cotas e declives possíveis do relevo, visando à comodidade da circulação de habitantes e viajantes.

A imagem do lugar permaneceu impregnada de religiosidade, ressaltada através da verticalidade das torres de capelas e igrejas, projectadas contra o vazio, seja das encostas das serras circundantes, seja do verde cultivado ou do próprio céu, perfazendo uma silhueta que lembrava a todos a manifestação do sagrado no património construído, facto registado desde a segunda metade do século XVIII. Na época, Ouro Preto já estava consolidada a partir de sete zonas, delimitadas por pontes e outeiros,<sup>90</sup> cujos centros coincidiam com edificações religiosas, estrategicamente situadas na malha viária, com o objectivo de atrair a atenção de moradores e viajantes, como ainda se percebe hoje em dia. Era, e continua sendo, significativa a presença do edifício religioso nos núcleos coloniais. Funcionava como elemento polarizador do espaço.

Capelas, igrejas, dentre outros tipos de construções, localizavam-se à margem das principais vias, em pontos destacados do relevo, de modo a tornarem-se marcos simbólicos e

<sup>88</sup>-As ruas Novas, particularmente divulgadas no tempo de D. Manuel I (1495-1521), devem ser compreendidas considerando-se o processo de modernização estético-funcional que ocorreu na cidade portuguesa, reflectido inclusive no ultramar. Nesse contexto, situamos a rua Direita que, como a rua Nova, foi uma das principais indutoras do ordenamento da forma urbana.

Cf. MENEZES, José Luiz Mota. “Olinda e o Recife, 1580-1780 arte e arquitectura: dois momentos”. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, *Actas...*, 5, Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, 2002. p. 145.

Cf. MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *Op. cit.* v.I. p. 91.

<sup>89</sup>-O caminho “tronco” em Ouro Preto constituiu uma das principais referências ao crescimento urbano da cidade, que ocorreu segundo ocupação linear, orientada longitudinalmente na direcção leste-oeste, sendo desenvolvida primeiramente nas extremidades desse caminho, convergindo posteriormente de ambos os lados para o morro de Santa Quitéria, actual Praça Tiradentes. “(...) *Principia esta estrada no Passa-Dez, subindo para as Cabeças; decai para Antônio Dias, novamente sobe para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para Vila do Carmo, cidade de Mariana (...)*”. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 105.

<sup>90</sup>-Conforme Sylvio de Vasconcellos observou, segundo relação dos presidentes da Ordem Terceira de São Francisco, do Livro Primeiro das Eleições do Arquivo da Ordem, do ano de 1771, a cidade nessa época podia ser considerada a partir de sete zonas, por assim dizer, situadas ao longo do eixo viário longitudinal. “*A primeira zona da vila sai da ponte do Passa-Dez ao alto das cabeças; a segunda, daqui à ponte do Caquende ou do Rosário; a terceira à de São José; a quarta até a Praça [Tiradentes, antigo morro de Santa Quitéria]. Descendo para Antônio Dias a quinta zona compreende-se entre a Praça [Tiradentes] e a ponte dos suspiros, de Marília ou de Dirceu; a sexta vai desta última ao Alto da Cruz- Santa Efigênia- e a sétima e última deste outeiro à ponte do Padre Faria (...)*”. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Op. cit.* 1956. p. 124.



visuais. Essa tradição ficou balizada por orientações impostas pelo Concílio de Trento (1545-1563), difundidas no Brasil, principalmente com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, publicadas em 1719, em vigor até o advento da República, no século XIX.<sup>91</sup>

Esse modo de o homem interagir com o espaço proporcionou uma morfologia específica nos antigos assentamentos brasileiros, baseada na escala humana e na integração de componentes culturais e naturais, aspecto percebido na constituição do próprio tecido das aglomerações, composto por diversas categorias de parcelas hortifrutícolas.<sup>92</sup> A pesquisa a respeito desse assunto leva-nos a apostar no estudo dos espaços abertos de tradição lusiada, tema pouco tratado em trabalhos académicos no Brasil. Acreditamos que a mencionada linha de pesquisa possa contribuir para a efectiva conservação do património paisagístico e da qualidade de vida nos núcleos classificados pela UNESCO. Contudo salientamos a vigência de modelo de preservação patrimonial ainda baseado, sobretudo, na protecção do edifício, em contraposição à permanência do vazio, do espaço aberto, igualmente importante para definir o carácter dos lugares ou das paisagens protegidas.

---

<sup>91</sup>-Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, as igrejas paroquiais deveriam estar localizadas em “*sítio alto e lugar decente, livre de umidade e desviado, quando for possível, de lugares imundos e sórdidos, e de casas de particulares, e de outras paredes, em distância que possam andar as procissões ao redor delas e que se faça em tal proporção que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando ocorrer as festas*”. CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1765. Constituição 687. *Apud*: MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991. p. 22. (Cf. p. 12, 20).

O mesmo tipo de instrução já havia sido divulgado por São Carlos Borromeo em 1577, através das *Instrucciones fabricae et suppellectilis ecclesiasticae*.

Veja-se: BORROMEO, Carlos. *Instrucciones de la Fábrica e del Ajuar Eclesiásticos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985. p. 4-6. *Apud*: MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipêia à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil, século XVI-XVIII*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2004. v.1. p. 186. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

Com relação à influência das ordens religiosas na estruturação dos tecidos urbanos, veja-se: TELXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 218-219.

<sup>92</sup>-Também a toponímia expressava uma forma de o homem vivenciar os sítios, resultando na denominação de locais que acabavam se tornando referências quotidianas. Na actualidade, muitas das designações que pautaram a memória escrita ou iconográfica das cidades perderam o sentido diante das transformações da paisagem, mas persistem como parte da identidade dos conjuntos remanescentes, situando-nos perante valores tradicionais, vinculados às nossas heranças, intrinsecamente associadas à ruralidade ou à prática da agricultura no meio urbano.

## PARTE I: DA PAISAGEM COMO JARDIM, OLINDA E OURO PRETO

### O CARÁCTER DOS LUGARES

---

*“Vista à distância, Olinda atrai a atenção e a admiração de todos. Não se sabe que mais admirar nessa cidade construída sobre a colina, se o casario alvacento, pontilhado de igrejas, ou se a folhagem luxuriante que se insinua entre as construções, dando a impressão de que os prédios plantados na encosta estão enterrados na verdura (...)”*<sup>1</sup>

Ao nos depararmos com o património paisagístico de cidades como Olinda e Ouro Preto, fica evidente a ideia de conjunto. Essa tomada de consciência resulta da integração gerada entre os traçados de tais cidades e as características biofísicas dos lugares onde as mesmas permanecem dispostas. Os traçados construídos encontram-se completamente submetidos pela força do lugar biofísico. Assim, no tecido urbano, os espaços abertos possibilitam a continuidade ecológica preexistente e surgem como jardins, pela dimensão emocional que proporcionam, tanto em quem habita as cidades quanto naqueles que as visitam. Aqui, podemos afirmar que o “Genius loci” está bem presente no conjunto daquelas duas cidades.

Alguns núcleos classificados, fundados no período colonial, ainda conservam traços que merecem ser ressaltados, para melhor compreendermos a identidade que os individualiza e os torna tão especiais. Os respectivos patrimónios ainda mantêm uma estreita sintonia com a paisagem, facto observado através da morfologia e das tipologias existentes. Nesse sentido, reforçamos a importância de certas peculiaridades no desenho da cidade tradicional, destacando-se dentre elas: a presença marcante do espaço vazio, a constituição de espacialidades amenas, a implantação de referências arquitectónicas em locais de destaque, o favorecimento dos cultivos de subsistência através da manutenção das parcelas hortifrutícolas, o respeito pelas linhas dominantes do relevo. Esse modo de ocupar o solo contribui para impregnar os tecidos urbanos de valores culturais, humanos e simbólicos, os quais têm sido reduzidos nas últimas décadas, devido às construções aleatórias e clandestinas.

Procuraremos, também, reflectir sobre aspectos figurativos e qualitativos da forma urbana a partir de questões funcionais. A análise da cidade sob esse ponto de vista certamente concorre para o conhecimento e a valorização dos tecidos verdes. Os elementos figurativos são aqueles que facilitam a comunicação estética, despertam a consciência crítica dos observadores, tornando-os mais susceptíveis

---

<sup>1</sup>-Cf. KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Provincias do Norte)*. Coleção Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Editora Livraria Martins, /s.d./ v.XII. p. 72, 74, 76.

ao entendimento do património paisagístico, inclusive em relação ao contexto de uma época.<sup>2</sup> Assim, devem ser compreendidas as tipologias estudadas na presente dissertação, uma vez que permitem evidenciar o processo de estruturação das ocupações urbanas tradicionais. Com referência à dimensão qualitativa do espaço, pode ser entendida a partir de componentes e sensações relativas à comodidade, à protecção, ao refúgio e à segurança que um dado lugar proporciona aos seus fruidores.<sup>3</sup>

Tais impressões são indicativas do nível de conforto e satisfação proporcionado pelos locais habitados. Nos assentamentos coloniais, por exemplo, estimavam-se as parcelas hortifrutícolas, não só pela produção da subsistência, mas também pelo facto de reforçarem a privacidade da vida doméstica e proporcionarem o ócio. No espaço urbano, eram marcantes os aspectos relativos à amenidade, dimensão aromática, frescura, sonoridade e tactibilidade. Por isso, consideramos os espaços abertos, o património paisagístico, como parte indissociável do valor cultural, do histórico e do patrimonial das duas cidades por nós estudadas.<sup>4</sup>

Em linhas gerais, a paisagem da cidade colonial mostrava-se como um grande jardim ao olhar de seus habitantes. Identificamos, nos relatos dos viajantes estrangeiros, especialmente do século XIX, impressões semelhantes, ao tratarem, com lucidez, dos conjuntos urbanos normalmente organizados em sintonia com o relevo, na maioria das vezes coberto por uma massa de vegetação resultante da interacção das parcelas hortifrutícolas. Algumas narrativas, apesar de não se prenderem a detalhes muito específicos, deixam transparecer o encantamento proporcionado por essa situação. O estudo iconográfico contribui para enfatizar a pujança desse aspecto, sobressaindo-se no material pesquisado a representação do núcleo de Olinda, inserido no manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia, c.1630.<sup>5</sup> O referido desenho permite-nos ter uma noção da ambiência predominante no complexo edificado relativamente à disposição de elementos morfológicos, da estrutura fundiária e das tipologias de espaços abertos, informações notadas num outro registo, o de “Marin d’Olinda”, c.1630. Aproveitamos o exemplo de Olinda para ressaltar as memórias de Joan Nieuhof, Daniel Parish Kidder e Henry Koster.<sup>6</sup>

<sup>2</sup>-Cf. LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000. p. 46, 80.

<sup>3</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 15.

<sup>4</sup>-Cf. MENDOÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a idéia*. Évora: Universidade de Évora, 1989. v.1. p. 309, 311, 328, 335, 375. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>5</sup>-“*Imagem sem título [Planta de Olinda]*. Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 82, 331. Veja-se, no volume II, a figura nº 66.

“*MARIN D’OLINDA de Pernambuco/ T’RECIF de PERNAMBUCO*”. Ilustração do livro de Johannes de Laet (LAET-1644). Exemplar utilizado pertencente à Koninklijke Bibliotheek, Haia”. In: *Idem. Ibidem*. p. 78, 329. Veja-se, no volume II, a figura nº 65.

<sup>6</sup>-NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, Oficina da Empresa Gráfica da [Revista] dos Tribunais, [1951]. 25-26. (Edição holandesa: 1682).

“(…) *A cidade de Olinda é construída sobre um outeiro: sua situação, observada do mar, é do mais agradável efeito. Igrejas e conventos que se elevam sobre os cimos e os flancos da colina, seus jardins e suas árvores, semeados aqui e além entre as casas, dão a mais alta idéia de sua beleza e extensão (…)*”.<sup>7</sup>

Esta ideia edénica também foi tratada por Michel Parent (1967), consultor da UNESCO, ao defender a preservação do primitivo assentamento de Olinda, declarado “Património da Humanidade” em 1982.<sup>8</sup>

*“Olinda é uma das jóias do Brasil onde se compõem admiravelmente a paisagem marinha e a cidade artística rica em aproximadamente vinte igrejas barrocas e de um grande número de casas antigas vivamente coloridas. É isso que impressiona em Olinda, é que, por coincidência de felizes circunstâncias, mas sem dúvida provisória se não se intervir imediatamente, o sítio está ainda intacto. (...) Em Olinda, a arquitetura fulgura entre os esplendores da natureza tropical. O oceano aparece ao fundo deste quadro por detrás dos campanários e palmeiras. Entre as ruelas, a vegetação luxuriante invade a colina. Esse aspecto distendido da trama urbana deve ser absolutamente preservado. **Olinda não é uma cidade, é um jardim transbordante de obras de arte, e que não cessa de polarizar e de perseguir a imaginação dos artistas**” (sublinhado nosso).*<sup>9</sup>

O emprego do vocábulo jardim para designar a referida cidade é bastante significativo. Tal entendimento, a nosso ver, reforça a condição de lugar aprazível, propício a novas experiências de ver o mundo, através dos sentidos, além do domínio da racionalidade. Para melhor compreendermos essa dimensão da paisagem, devemos reconhecer que determinados elementos, considerados leves são tão fundamentais quanto os componentes físicos da forma urbana. A ordem, na cidade colonial, observada a partir da integração entre a estrutura cultural e ecológica, ajuda-nos a perceber melhor essas particularidades, ligadas à dimensão sensitiva do espaço.

Sob esse aspecto, demonstramos que as parcelas hortifrutícolas inseridas no tecido urbano continuam sendo avaliadas, na essência, como jardins ou lugares amenos e secretos, por ampliarem a capacidade perceptiva dos seus fruidores, dotando-os de maior consciência em relação ao espaço que habitam, assim como descrito em relatos inaugurais.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do Norte)*. Coleção Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Editora Livraria Martins, /s.d./ v.XII. p. 72, 74, 76, 96-99.

KOSTER, Henry, 1793-1820. *Viagens ao nordeste do Brasil*. 11ª edição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002. v.1. p. 64, 85. (1ª edição Londres: Longman, Hurst, Rees, 1816).

<sup>7</sup>-KOSTER, Henry, 1793-1820. *Op. cit.* v.1. p. 64.

<sup>8</sup>-Na lista dos bens culturais brasileiros, declarados “Património da Humanidade”, encontram-se inscritos os seguintes núcleos históricos: Ouro Preto (1980), Olinda (1982), Missões de São Miguel (1984), Salvador e Santuário de Bom Jesus de Matozinhos (1985), Brasília (1987), São Luís (1997), Diamantina (1999), Goiás (2001). Com relação aos “sítios naturais”, reconhecidos pela UNESCO, notabilizam-se: o Parque Nacional do Iguaçu (1986), no Estado do Paraná; o Parque Nacional Serra da Capivara (1991), no Piauí; Reservas de Mata Atlântica do Sudeste, no Paraná e em São Paulo; a Costa do Descobrimento (1999), na Bahia e no Espírito Santo; o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (2000), no Mato Grosso; o Parque Nacional do Jaú (2000), na Amazônia; os Parques Nacionais Chapada dos Veadeiros e das Emas (2001), em Goiás; a Reserva de Fernando de Noronha (2001), administrada pelo Estado de Pernambuco e o Atol das Rocas (2001), subordinado ao Rio Grande do Norte.

<sup>9</sup>-PARENT, Michel. Dossiê IPHAN/UNESCO, Arquivo Noronha Santos, 1967. *Apud*: TIRAPELI, Percival. *Conhecendo os Patrimônios da Humanidade no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2001. p. 47.

A paisagem deve ser entendida, estudada, a partir de uma metodologia indutiva, o que necessariamente envolve a compreensão das relações e das inter-relações entre a estrutura cultural e a estrutura ecológica de um determinado lugar.<sup>10</sup>

Os componentes da estrutura cultural referem-se aos sistemas antrópicos na paisagem. Normalmente, fundamentam-se em concepções estéticas, económicas, sócio-culturais, relacionadas a valores próprios de uma época, que acabam incidindo na regulação de padrões de ocupação e uso do solo e na difusão de morfologias e tipologias específicas, concernentes ao modo de construir e habitar o espaço. Nas cidades coloniais, tais realizações estavam eminentemente vinculadas às particularidades biofísicas dos respectivos sítios, ou seja, havia uma continuidade da forma urbana no meio natural, a qual se mantinha em equilíbrio com o clima, a geologia, o relevo e o solo de cada lugar, de maneira correlata e interdependente, estabelecendo a base de um complexo ecológico.

## **Componentes Naturais**

---

### **Clima**

No domínio da cidade, entende-se o clima como resultado de múltiplos factores, fortemente associados aos elementos morfológicos e ao tipo de material e revestimento das respectivas superfícies, e que acabam interferindo em diversos fenómenos, dentre eles: os efeitos de absorção, de armazenamento térmico e de reflexão da radiação solar, a trajectória e a velocidade dos ventos, a variação da composição atmosférica, da evaporação e da taxa de humidade relativa do ar.<sup>11</sup>

A compreensão da forma urbana, através de um olhar holístico, possibilita-nos avaliar a cidade, em particular os núcleos classificados, a partir da dimensão vivencial, estritamente marcada pela presença de elementos ecológicos e morfológicos. Destacamos aqui o aspecto climático, muitas vezes associado à difusão dos “miasmas pestíferos”, durante o período Brasil-Colónia. Em Ouro Preto, por exemplo, combatiam-se tais emanações por meio do maior fechamento das edificações, evitando-se a acção do vento e da humidade na moradia local.<sup>12</sup> Contudo, em lugares quentes como Olinda, o uso das varandas estava vinculado à noção de conforto e salubridade, o que estimulava o contacto de seus utentes com os jardins.

---

<sup>10</sup>-Sobre esse assunto veja-se: MAGALHÃES, Manuela Raposo de. “Paisagem urbana e interface urbano-rural”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 111-113.

<sup>11</sup>-Cf. BUSTOS ROMERO, Marta Adriana. *A arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 46-55.

<sup>12</sup>-VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 98.

Dentre os parâmetros fundamentais do clima, ressaltamos aqueles que se tornam evidentes no desenho de hortas, pomares ou jardins, o que nos permitem estabelecer analogias entre diferentes realidades. Em Portugal, salientamos que o espaço produtivo era moldado por sistema de rega concebido segundo traçado geométrico, resultando desse traçado canteiros estritamente regulares e proporcionais entre si.<sup>13</sup> No Brasil, por sua vez, como bem lembra o Padre Fernão Cardim (c.1584), em seus apontamentos, o “céu” sempre fazia chover, justificando a pouca utilidade da fonte, do poço e do tanque, inseridos nos domínios da horta do Colégio Jesuíta de Olinda. No entanto, apesar da benevolência do clima local, tais recursos eram bem-vindos e necessários, sobretudo em épocas de estiagem, ajudando a manter as laranjeiras e os outros cultivos, especialmente a partir de sistemas hidráulicos menos aparentes, em subespaços menos geometrizados.<sup>14</sup>

As hortas/pomares e os jardins achavam-se articulados a sistemas de adução de água, conforme observado no antigo Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, vizinho ao Palácio do Bispo, na cidade de Mariana, onde também actuou o mestre português José Pereira Arouca (?-1795).<sup>15</sup> A água captada em pátio interno do referido complexo era direccionada a caleiras e tanques situados na horta, cultivada ao lado de um dos alçados do edifício. Havia toda uma lógica no aproveitamento e na distribuição do recurso hídrico, facto igualmente verificado em outro conjunto, o do Convento Franciscano de Olinda, onde da mesma maneira se recolhia a água da chuva, para o abastecimento da cisterna, construída em terraço contíguo ao claustro. O recurso captado servia não só para a rega do pomar, disposto em plano de nível inferior, mas para o suprimento das necessidades quotidianas dos congregados.

Nos primitivos núcleos de Olinda e Ouro Preto, também é possível observar, no interior do tecido urbano, a associação estabelecida entre o tipo de clima existente e o coberto vegetal, facto que influencia fortemente a ideia de habitação nesses lugares. Assim, torna-se prudente comentar que o termo quintal pode ter significados bem próximos, mas com nuances distintas, explicitando a riqueza cultural existente num país com dimensões continentais como o Brasil. De acordo com os depoimentos colhidos em Ouro Preto, os quintais destinavam-se basicamente a actividades produtivas, podendo eventualmente proporcionar lazer aos utentes por meio do

<sup>13</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. “A arte da paisagem e dos jardins no Brasil colonial”. In: *Colóquio luso-brasileiro de história da arte*, Actas, 5, Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, 2002b. p. 35.

<sup>14</sup>-CF. CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 249-250.

<sup>15</sup>-Ressaltamos a importância do trabalho do mestre construtor José Pereira Arouca, sobretudo na região de Mariana e Ouro Preto, onde executou diversas obras arquitectónicas de vulto nos âmbitos civil e religioso. Construtor renomado, José Arouca foi chamado a “louvar” as Capelas Terceiras do Carmo e de São Francisco, em Mariana, e a obra da Casa de Câmara e Cadeia, em Vila Rica, além de ter sido o arrematante da Casa de Câmara em Mariana (1782/1793). MENEZES, Ivo Porto de. “José Pereira Arouca”. *O Arquidiocesano*. Mariana, 2 Julho 1961. /s.p./.

descanso ou da contemplação de vistas panorâmicas enriquecidas por aromas, sabores, sons, tactibilidades e outras qualidades fundamentais, normalmente observadas nesses recintos. O desenho do quintal baseava-se no ordenamento do seguinte repertório de elementos: depósitos e/ou oficinas, tanques de armazenamento de água, terreiro contíguo a canteiros de hortaliças cujas espécies se mostravam dispostas, como de costume, numa irregularidade promíscua. Tais complexos também se encontravam pontuados, aleatoriamente, por diversas fruteiras. Quanto ao terreiro, local aberto na proximidade da cozinha, sua manutenção era feita a partir de constante limpeza, o que incluía a capina e a varreção do piso de terra batida. Era o lugar onde as crianças costumavam estar. Não havia necessidade de se proteger dos excessos de radiação solar, como em Olinda. Com relação aos limites dos terrenos, eram demarcados por meio de muretas e/ou arrimos de pedra-de-junta-seca, que reforçavam as sensações de bem-estar, intimidade e segurança. Esses lugares mostravam-se como ambientes abertos e iluminados, onde as mínimas intervenções se justificavam, sobretudo, por razões prático-utilitárias, dentre elas, as de melhoria da qualidade do solo, com a constante reciclagem de matéria orgânica produzida “in loco”.<sup>16</sup>

Quanto à presença dos recursos hídricos, alguns quintais ainda possuem suas próprias bicas, facto associado à localização das moradias nas partes baixas de encostas ravinadas e às condições climáticas específicas da região. No passado, em situações menos favoráveis, o abastecimento quotidiano era feito por mão-de-obra braçal. O acesso dos escravos à moradia era independente, localizado na parte posterior da residência, junto às hortas, chegando-se a ele pelas vias auxiliares de servidão (becos, ruas e vielas). No geral, nos quintais havia recipientes ou tanques de pedra para o armazenamento da água, visando ao suprimento das necessidades domésticas. Porém nem todas as casas dispunham desses artefactos.<sup>17</sup>

Com referência aos quintais de Olinda, eles têm outro tipo de espacialidade, proporcionada pela disposição espontânea de fruteiras de grande porte no tecido urbano, minimizando os excessos

<sup>16</sup>-Nos quintais, havia animais domésticos soltos, principalmente galinhas, utilizadas inclusive no controlo biológico de insectos e outras pragas que afectavam a produção de legumes e verduras e o cultivo de algumas espécies frutíferas, como as laranjeiras. Nessa circunstância, adoptavam-se cercas divisórias de taquara, para evitar que as aves ciscassem nos canteiros das hortaliças. Ainda era comum existirem pequenos chiqueiros, em locais mais afastados da habitação.

<sup>17</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 3-6. Mesmo que a bibliografia não enfoque, com clareza, a ocorrência das servidões no tecido das cidades e vilas coloniais, é possível identificar tais acessos a partir do estudo iconográfico. Na cidade classificada de Ouro Preto, tivemos a oportunidade de verificar o antigo beco dos “caldeiros”, no bairro do Pilar, e o actual beco da Prefeitura, na Praça Tiradentes. Em Olinda, possivelmente, as ruas António F. Gomes, Bertioegas, Bonfim, Joaquim Cavalcante, Porto Seguro, Prudente de Moraes, São Bento e 27 de Janeiro foram vias auxiliares de serviços.

HOLTHE, Jan Mauricio Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 146, 150-151. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

MOREIRA, André Renato Pina. Coordenador Adjunto do Programa Monumenta/BID, Arquitecto da Secretaria Municipal de Planeamento da cidade de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

RASMUSSEN, Maria de Lourdes Machado. Moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 232, 257-260, 278-280, 387-386, 393.

climáticos, em particular, as altas temperaturas. O coberto vegetal que reveste certos trechos do primitivo núcleo vem acentuar com exuberância a noção de conjunto paisagístico do lugar, criando a sensação de continuidade do tecido verde, observada de alguns mirantes, como os largos da igreja de São Salvador do Mundo (a Sé de Olinda), da igreja da Divina Graça (o antigo colégio jesuíta) e do Convento Franciscano de Nossa Senhora das Neves.<sup>18</sup> Não podemos deixar de notar, a partir do estudo iconográfico, o aumento do porte da vegetação ao longo do tempo, o que supostamente teria começado entre o final do século XIX e o início do XX.<sup>19</sup> Isso não significa dizer que anteriormente não houvesse a difusão de árvores frutíferas. Presumimos que a mencionada dispersão sempre ocorreu, devido aos benefícios por ela gerados, dentre eles, os sombreamentos assegurados pelas copas ou mesmo a fartura de frutos. Talvez os pomares tenham deixado de ser conservados ou tenham sido alvo de novos costumes incorporados pelos moradores, resultando na presença distinta do estrato arbóreo na paisagem.<sup>20</sup>

O referido aspecto constitui uma das características mais marcantes da cidade classificada, ainda vista como um extenso pomar, dada a contiguidade dos quintais, onde as copas das fruteiras permanecem imbricadas umas nas outras. Salientamos as palavras da moradora Marília de Andrade Luna: “Vejo verde e mais verde da varanda do meu quarto, que desagua no mar”.<sup>21</sup>

<sup>18</sup>-Em Ouro Preto, também é possível ver alguns pontos mirantes em certos trechos da trama urbana, destacando-se o Alto da Cruz, os largos das igrejas de São Francisco de Assis e de São Francisco de Paula, além dos morros do Cruzeiro, de Santana e de São Sebastião.

<sup>19</sup>-Cf. CARLS, F.H. *Álbum de Pernambuco e seus arrabaldes*. [Recife]: F.H. Carls, 1878. /s.p./.  
Cf. “Marin D’Olinda de Pernambuco/ Recife de Pernambuco”. Gravura que ilustra o livro de Johannes de Laet. c. 1630”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 78-79, 329.  
Cf. “Olinda”. Gravura de Frans Post, do livro de Barlaeus (1647). c.1637-1645”. In: *Idem. Ibidem*. p. 89, 334.

<sup>20</sup>-No quadro dos acontecimentos históricos, podemos dizer que, depois de uma longa fase de obscurantismo ou pouca visibilidade em crônicas de época, compreendida entre a invasão holandesa (1630-1654) e o início dos oitocentos, Olinda começou a recuperar parte de seu antigo prestígio, perdida para a vizinha Recife. Em meio às transformações urbanas ocorridas no século XIX, houve a disseminação de padrões sócio-culturais influenciados por modismos de época, dentre eles, a promoção do hábito de tomar banhos de mar e de rio e possuir casas de veraneio na cidade. Nesse sentido, parece-nos oportuno reflectir sobre outros benefícios da vida moderna, baseados na facilidade da obtenção de alimentos, mediante a crescente prática do comércio ambulante e das feiras populares, factos marcantes nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, sucedeu a ampliação da rede de abastecimento alimentar, principalmente pela várzea do rio Beberibe, que resultou na maior oferta de produtos hortícolas e, possivelmente, no gradativo abandono da subsistência doméstica, anteriormente proporcionada pelos quintais, fenómeno que interferiu no aumento do porte da vegetação local.

Nas décadas de 1930/1940, e mesmo antes do citado período, o que se cultivava nos sítios Frágoso, Jatobá, Senhor Pires e nas várzeas dos rios Beberibe e Doce era comercializado tanto nas feiras populares (Bom Sucesso, Peixinhos, praça da Preguiça, Sítio Novo) quanto nas ruas da cidade, por vendedores ambulantes. Somente na década de 1950, com o nível crescente de especialização dos serviços urbanos, houve a criação de cooperativas agrícolas, destacando-se a de Vitória de Santo Antão, localizada a 50 quilómetros de Olinda, de onde escoava grande parte da produção local para o atendimento da demanda do citado município.

MELLO, José Ataíde. Funcionário reformado da Prefeitura Municipal de Olinda, líder comunitário. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

<sup>21</sup>-LUNA, Marília de Andrada Lacerda. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

Para alguns moradores de Ouro Preto, só resta o lamento diante do processo de degradação da paisagem. “Olhar com olhos sensíveis da cultura e da história leva-nos a chorar de saudade. A cidade está se perdendo. Terra é aquela que nós escolhemos e amamos, infelizmente, tem virado madrastra (...)”.

SIMÕES, José Feliciano da Costa. Pároco da Matriz do Pilar e morador da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2003.



Nesse conjunto, os quintais-pomares são constantemente valorizados pelas sensações de aprazibilidade e bem-estar, decorrentes principalmente do microclima proporcionado pelo coberto vegetal. Dentre os benefícios gerados pelas manchas verdes do lugar, sobressaem: a maior absorção do som, o aumento da taxa de evapotranspiração, que incide no declínio da temperatura na proximidade do solo, a contenção das flutuações e dos fortes ventos, a filtragem de poeira, a redução da incidência solar nas edificações, uma vez que a capacidade reflectiva da vegetação é mínima. Também destacamos o papel da vegetação na contenção de processos erosivos e no enriquecimento do solo orgânico no meio urbano, sobretudo na paisagem de Ouro Preto, onde o declive tem maior expressão do que em Olinda.<sup>22</sup>

Em suma, os pomares configuram lugares aromáticos, calmos, férteis, frescos e repousantes, propícios às descobertas e experiências, sendo com frequência considerados verdadeiros jardins, aspecto que igualmente abrange as hortas. O pomar, pela maior verticalidade de suas árvores e projecção de sombras densas, é tratado como ambiente onde predominam sensações ligadas ao encantamento, ao êxtase, ao sublime.<sup>23</sup> Esses ambientes são tidos como símbolos de constância, onde as temperaturas permanecem amenas se comparadas às das hortas, mais sujeitas às intempéries do tempo.

Em Olinda, constatamos o gosto de se experienciar a espacialidade dos quintais, costume que, no entanto, se torna cada vez mais restrito. No universo dos moradores locais, destacamos os artistas que passaram a residir no primitivo núcleo, sobretudo, após a década de 1960. Afeitas aos valores da cultura tradicional, essas pessoas mostram ter respeito e sensibilidade pela causa da conservação do coberto vegetal da cidade. A maioria delas aprendeu a conviver com as hortas e os pomares ainda quando crianças, nos engenhos de cana-de-açúcar da região, como aconteceu com Genoveva Alves Dias:

*“Minha trajetória de vida está associada ao afeto que eu tenho pela natureza. Fui muito dedicada ao plantio. Adoro semear e acompanhar o nascimento do verde. Sinto muita energia no contato com todos os seres vivos. No meu mundo, sempre dava bom dia a todos eles. Fui criada em Timbaúba, num sítio do engenho de Jussara Grande, na Zona da Mata pernambucana, lugar de terras férteis, de solo adubado pela antiga mata. A sensação que eu tinha quando andava pelo pomar da casa-grande era a melhor possível. Passeava por entre as árvores, que alimentavam meu corpo e espírito. Foi desse modo que eu aprendi a desenhar figuras de bonecas, com espinho de laranjeira, em folhas de bananeiras. Foi um tempo gostoso (...)”*<sup>24</sup>

<sup>22</sup>-BUSTOS ROMERO, Marta Adriana. *A arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p. 94-95.

<sup>23</sup>-“O quintal é para mim o universo do medo, da aventura e descoberta. É também o lugar do recolhimento, além de ser agradável e arejado. Sinto-me bem em contato com outros seres vivos. Gosto de plantar (...)”.

CUNHA, Petrônio. Arquiteto da Secretaria Municipal de Planejamento e morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

<sup>24</sup>-DIAS, Genoveva Alves. Artista e moradora da classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

Tais informações são relevantes pelo facto de demonstrarem que os ditos habitantes estão envolvidos na causa da preservação do próprio património.

Neste ponto do trabalho, tentaremos compreender principalmente como o clima, juntamente com as questões culturais, influencia nos aspectos leves da paisagem, assunto pouco estudado no âmbito dos núcleos classificados brasileiros, temática intrinsecamente associada à relação emotiva que alguns proprietários ou moradores possuem com esses lugares. Para isso, procuramos nos basear em noções desenvolvidas por Nuno Mendonça, em sua obra *Para uma poética da paisagem: a ideia* (1989), que trata da dimensão qualitativa e vivencial do espaço.

Assim, entender as hortas, os pomares ou os jardins do tecido urbano não pode ser reduzido ao levantamento botânico das espécies vegetais que o compõem. É algo mais complexo. Essa questão abrange o estudo tanto dos componentes físicos (cor, dimensão, estrutura, textura, volume) quanto dos elementos leves (luz, odor, refrigério, sabor, sonoridade, tacto, vista), que resultam da relação ou da inter-relação entre os componentes morfológicos do espaço.<sup>25</sup>

Lidar com esse repertório de elementos contribui, em outras palavras, para uma melhor avaliação da forma urbana, além de facilitar o entendimento da espacialidade nas parcelas hortifrutícolas. Destacamos os relatos que elucidam os vínculos dos moradores com as suas hortas, com os seus pomares ou jardins. Nas descrições efectuadas, a natureza apresenta-se viva e vivificante, sendo percebida a partir do amanho da terra ou mesmo através do contacto com as florações e as frutificações. O invisível ganha corpo e revela outras dimensões dos complexos construídos.

Ver a dimensão ecológica, estética e patrimonial nas parcelas não-edificadas pressupõe que o observador reedue o olhar.<sup>26</sup> Talvez seja conveniente deixar claro que não estamos falando de lugares excepcionais, grandiosos e monumentais, pelo contrário, estamos bem próximos daquilo que é tomado como banal e pertencente ao senso comum. Por esse motivo, as tipologias do tecido verde das cidades classificadas, mais particularmente de Olinda e Ouro Preto, não são compreendidas, na actualidade, como objectos dignos de protecção, principalmente por parte das instituições governamentais, responsáveis pela preservação patrimonial.

Tratar da questão permite-nos estabelecer comentários e reflexões sobre a maneira como a grande maioria dos viajantes que percorreu o Brasil durante o século XIX se posicionava diante da dimensão qualitativa dos espaços abertos dos núcleos coloniais. Os estrangeiros, quando confrontados

<sup>25</sup>-CF. LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins*. France: Olivier Orban, 1990. p. 15-18.

CF. MENDONÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a ideia*. Évora: Universidade de Évora, 1989. v.1. p. 183-186. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>26</sup>-CF. MENDONÇA, Nuno José de Noronha. *Op. cit.* v.1. p. 18-19, 153-154, 171-172, 281-283.

com a imensa mescla e variedade de elementos, inerentes aos lugares visitados, hesitavam em aceitar pacificamente a descoberta do “novo”, ou seja, dos códigos culturais ainda pouco assimilados. O contacto com o mundo nativo, no geral, era acompanhado de controvérsias e estranhamentos.

Sob os olhares críticos e preconceituosos dos viajantes, observavam-se hortas, pomares ou jardins como lugares confusos, desordenados e, em algumas situações, exóticos. Quando se interessavam em descrevê-los, as cenas observadas tornavam-se mais reais. No caso, classificavam-se e enumeravam-se as espécies de valor alimentar, condimentar, medicinal e ornamental, evidenciando-se sempre aquelas variedades que poderiam ser utilizadas como produtos económicos. Raramente, na ótica dos naturalistas, referiam-se as parcelas hortifrutícolas como locais de destaque no conjunto dos povoados e das cidades. Eram normalmente avaliadas à distância. A visão era o principal sentido usado pelo observador perante a paisagem observada.

Porém era e continua sendo diferenciado o modo como os proprietários costumam interagir com a própria moradia. Basta dizer que alguns dos moradores dos lugares estudados ainda mantêm forte apego aos jardins. Tais recintos permanecem como testemunhos de uma natureza fervilhante e patrimonial, o que nos ajuda a identificar antigos costumes e certos componentes morfológicos, facilitando-nos ainda a realização de comparações entre os conjuntos paisagísticos das cidades classificadas, minimamente protegidos, aspecto salientado no testemunho de Ana Amélia de Oliveira, a respeito da gradual descaracterização do património urbano de Ouro Preto.

*“Os espaços verdes na cidade têm a maior importância. Ressaltam a sinuosidade dos caminhos, através de vazios, cheios de verde e vida. Ultimamente, estamos perdendo o desenho da cidade. A ladeira de Santa Efigênia é o exemplo mais evidente do que tem acontecido. Ouro Preto está inchando, engordando, virando um círculo, uma bola. Isso para mim é lamentável! (...)”*<sup>27</sup>

## Aroma

Apreciar um jardim não se restringe ao domínio da visão, requer percebê-lo de várias outras maneiras, inclusive através dos odores, que lhe são peculiares. As aragens carregadas de aromas exalados de cada planta, por suas flores e frutos, e pela própria terra despertam em nós sensações que se transformam em imagens cognitivas e lembranças, arquivadas em nossa memória afectiva. O olfacto é uma das portas de acesso ao entendimento da essência dos lugares habitados. Contribui para a compreensão do carácter mutável da paisagem, que varia ao longo do dia e durante os ciclos anuais.<sup>28</sup>

<sup>27</sup>-OLIVEIRA, Ana Amélia Lopes de. Artista e moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

<sup>28</sup>-Cf. LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins*. France: Olivier Urban, 1990. p. 18, 24, 34-35, 53.

Nas cidades classificadas, com referência a esse ponto, não podemos deixar de comentar o prejuízo causado pela ocupação aleatória de antigas hortas e pomares, de onde provinham alguns dos principais registos olfactivos que balizavam a vivência quotidiana de seus utentes. Esse tipo de ocupação, além de prejudicar a presença de componentes ecológicos na malha urbana, tem provocado uma gradativa mudança nos padrões da moradia, cada vez mais funcional e menos articulada com os espaços não edificados. Com base nos comentários feitos por vários habitantes de Olinda e de Ouro Preto, observamos como determinados aromas, que ajudavam a definir o carácter nessas cidades, têm sido atenuados ou reduzidos, o que traduz no enfraquecimento do contínuo cultural nos respectivos tecidos.

*“Ouro Preto era a cidade das hortas. Em cada casa havia uma plantação de legumes, verduras, ervas, flores e frutas, além da criação de animais domésticos. Muitas das hortas tinham bicas próprias, que serviam não só para a rega, mas também para o enfeite. Tudo isso era comum. A cidade tinha cheiro de terra molhada. Era gostoso e diferente poder sentir aquele cheiro. Nós tínhamos um conjunto. Infelizmente, vamos viver de saudades. Está tudo se acabando (...)”*<sup>29</sup>

O referido aspecto é ressaltado pelo processo de descaracterização da forma urbana. Era frequente, em Ouro Preto, sentir o aroma da terra molhada, típico do espaço rural, que reforçava a ideia de conjunto em termos arquitectónico e paisagístico, e enfatizava a concepção de ordem, elementar, mutante e singela, relativa ao espaço como um todo. A atmosfera local, favorecida pela excessiva humidade do ar e pela temperatura amena durante grande parte do ano, facilitava a dispersão de odores, que particularizavam a ambiência da cidade.<sup>30</sup> Os aromas também revelavam uma íntima ligação das hortas e dos pomares domésticos com as tradições populares. Podemos citar o hábito de ornar e perfumar os recintos das casas e das capelas e igrejas com ervas e flores aromáticas, revelando o forte elo existente entre as pessoas e o mundo da produção.<sup>31</sup>

Em Olinda, as fragrâncias provenientes de cajueiros, colónias, jasmíns, madressilvas, mangueiras e pintagueiras pontuavam com intensidade a vida de seus habitantes. O que singularizava a cidade de antes hoje constitui quase um resquício de memória, diante das transformações morfológicas ocorridas no desenho do lugar, nem sempre pautadas por critérios de qualidade.

<sup>29</sup>-SIMÕES, José Feliciano da Costa. Pároco da Matriz do Pilar e morador da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2003.

<sup>30</sup>-“(...) Em Ouro Preto a paisagem olfativa é muito importante. A cidade exalava não somente perfumes, mas também tinha seus cheiros desagradáveis. Lembro-me quando era queimada a candeia [vegetação típica da região] nos fogões a lenha (...). O cheiro incensava o lugar. Isso deixou de acontecer com o aparecimento de fogões a gás. Se, por um lado, a vegetação nativa foi mais poupada de cortes, por outro, a cidade perdeu um de seus odores característicos, além de ser periodicamente invadida por mosquitos (...)”.

DELFIN, Carlos Fernando de Moura. Arquitecto Paisagista. Técnico em Defesa e Preservação Ambiental. Assessor Especial da 6ª Regional do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, IPHAN/Rio de Janeiro. *Entrevista sobre espaços abertos*. Belo Horizonte, 2005.

<sup>31</sup>-Para engrandecer a realização de solenidade específica na capela de Nossa Senhora das Dores, em Ouro Preto, durante a sexta-feira da Semana Santa, forrava-se o piso da nave com ramos de alecrim e manjerição (branco) que, ao serem macerados com os pés, exalavam com intensidade os respectivos aromas.

LISBOA, Carlos Eduardo. Professor de Botânica, Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

*“Para pisar em Olinda, é necessário tirar a sandália. É um chão sagrado, o que grande parte dos moradores não compreende. A sensualidade da cidade se manifesta através de seus cheiros: do carnaval, dos seus quintais, das suas frutas e das suas flores. Antes, os cheiros dos cajueiros, das pitangueiras, das colônias, das madressilvas e dos jasmims eram mais intensos. Na atualidade, o plantio de espécies típicas é pouco difundido, fato agravado com o desaparecimento da vegetação dos quintais. Isso é uma tristeza (...)”*<sup>32</sup>

No entanto, os odores de flores e frutos continuam sendo exalados pela vegetação local, fazendo reviver lembranças, principalmente aquelas ligadas ao tempo da infância. As imagens olfactivas são poderosas, podendo suscitar impressões, surpresas e sentimentos que celebram o amor, a felicidade, a interioridade, a intimidade, a paixão, a plenitude, a tranquilidade, ou seja, a vida.

Na cidade tradicional, é nítida a importância do olfacto como elemento de orientação no espaço urbano. Torna-se evidente como alguns moradores acabam criando suas próprias referências, estabelecidas principalmente através de sinestésias provocadas por atributos de certas espécies cultivadas em hortas ou pomares que, mesmo vedados por muros, servem para definir e sequenciar determinados percursos ou trajectos, na trama dos núcleos classificados.

*“Olinda tem muitos cheiros durante o ano, de floradas e frutas, de pitangueiras, mangueiras, cajueiros. É sempre perfumada. Então, é algo que entranha e fica no ar. As plantas também marcam os percursos e identificam as casas. Existe um jardim na rua 13 de Maio, onde tem um pé de jasmim ‘banha’, uma trepadeira bem delicada e de suave perfume. Em outros lugares, existem jasmims laranjas, também bastante perfumados, que incensam os lugares (...)”*<sup>33</sup>

Na realidade de Olinda, podemos conjecturar sobre a predominância de aromas marcados por “notas baixas”,<sup>34</sup> aqueles que permanecem por mais tempo na atmosfera, destacando-se o perfume dos jasmims, bastante apreciado pela população local. Os referidos exemplares costumam ser plantados nos espaços de transição, especialmente na proximidade das entradas, janelas e varandas das residências urbanas. Da mesma forma, arriscaríamos dizer que, em Ouro Preto, ainda prevalecem aromas cujas fragrâncias apresentam “notas altas”, como o do citrinos. Nesse caso, volatilizam-se rapidamente, ajudando a definir a imagem colectiva da cidade, anunciando momentos especiais durante o dia.

## Cor e Luz

Cada lugar apresenta suas próprias singularidades, que normalmente estão associadas a factores biofísicos, sobretudo climáticos. No caso dos núcleos urbanos estudados, é possível notarmos a influência dos componentes naturais no carácter dos respectivos conjuntos. Considera-

<sup>32</sup>-REGO, Teresa Costa. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

<sup>33</sup>-DIAS, Genoveva Alves. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

<sup>34</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. p. 68-69. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

se o carácter a partir da constituição formal do lugar.<sup>35</sup> É aquilo que o torna distinto de outros locais, favorecendo o reconhecimento por parte de seus habitantes. Assim, podemos ressaltar, dentre outros elementos essenciais da paisagem, a importância da cor e da luz, o que concorre para a apreciação das mudanças atmosféricas ao longo das estações do ano, dos ritmos da natureza e do tempo, enriquecendo a experiência quotidiana do homem, especialmente nos ambientes construídos predominantemente com a vegetação.

Avalia-se a luz tanto como radiação eletromagnética, capaz de estimular visualmente um observador, quanto como “claridade emitida por corpos celestes”.<sup>36</sup> A luz, de acordo com Kevin Lynch, é “determinante” do carácter do espaço: “pode acentuar detalhes, ressaltar uma silhueta ou textura, ocultar ou revelar aspectos, contrair ou ampliar dimensões”.<sup>37</sup> Com referência à cor, diz respeito à percepção do tipo de radiação eletromagnética detectada pelo órgão visual. Também está relacionada com a propriedade que têm os corpos de “absorver ou refletir a luz”.<sup>38</sup> Desse modo, é notório que os moradores de Olinda, ao se expressarem sobre o antigo núcleo, destacam a luz azulada ou esverdeada do local, oriunda dos maciços vegetais, dos pomares e das múltiplas tonalidades do céu e do mar.<sup>39</sup> A consciência desses detalhes permite-nos comentar o significado conferido aos elementos naturais que se mostram bastante dinâmicos e repletos de surpresas. Tal aspecto, inclusive, encontra-se presente na produção cultural do lugar, na música, pintura e literatura, que retratam o conjunto classificado a partir do olhar poético.

Em Olinda, a luz predominante na paisagem é forte. Revela os contrastes, a textura e a plasticidade das formas da vegetação e dos edifícios que se acomodam sobre as ondulações do relevo. São traços pujantes. Servem para descrever o património local que, nas palavras de Carlos Pena Filho, espelha a força da natureza do lugar.

*“De limpeza e claridade  
é a paisagem defronte.  
Tão limpa que se dissolve  
a linha do horizonte.  
  
As paisagens muito claras  
não são paisagens, são lentes.  
São íris, sol, aguaverde  
ou claridade somente.*

<sup>35</sup>-NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Paysage, Ambience, Architecture*. [Bruxelles, Liège]: Pierre Mardaga éditeur, [1981]. p. 14. [Edição original: 1976].

<sup>36</sup>-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª edição. Curitiba: Positivo, 2004. p. 1237.

<sup>37</sup>-LYNCH, Kevin. *Planificación del sitio*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980. p. 172. (Primeira edição de 1977).

<sup>38</sup>-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Op. cit.* p. 548.

<sup>39</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 39-45.

*Olinda é só para os olhos,  
não se apalpa, é só desejo.  
Ninguém diz: é lá que eu moro.  
Diz somente: é lá que eu vejo. (...)*<sup>40</sup>

Por sua vez, a luz em Ouro Preto, na maior parte do ano, é menos radiante. As cores da paisagem são ténues. O céu aparece na maioria das vezes coberto por névoas e nuvens, devido à combinação da altitude, do clima e do relevo da região, o que reduz o alcance visual a partir de alguns pontos elevados da cidade.<sup>41</sup> Na obra de Cecília Meireles, *Romanceiro da Inconfidência*, encontramos um poema em que esta ideia é reforçada.

*“Eis a estrada, eis a ponte, eis a montanha  
sobre a qual se recorta a igreja branca.  
Eis o cavalo pela verde encosta.  
Eis a soleira, o pátio, e a mesma porta.  
(...)  
E eis a névoa que chega, envolve as ruas,  
move a ilusão de tempos e figuras.  
— A névoa que se adensa e vai formando  
nublados reinos de saudade e pranto.”*<sup>42</sup>

Enquanto o primitivo núcleo de Olinda se mostra como ambiente aberto e ensolarado, privilegiado pela localização geográfica, num sítio de topografia ondulada à beira mar, na região Nordeste do Brasil, Ouro Preto apresenta-se de maneira completamente diferenciada. Essa cidade encontra-se contida por escarpas íngremes e vertentes ravinadas de duas grandes serras, a do Itacolomi e a de Ouro Preto. Isso é marcante para o observador que caminha pelo espaço aberto. É constantemente surpreendido por efeitos de figura-fundo e luz e sombra. A luz destaca o conjunto urbano tendo ao fundo a vegetação dos quintais e a silhueta das serras, produzindo-se uma diversidade de cores e formas que varia ao longo do dia e durante o ano, situação prejudicada pelo

<sup>40</sup>-PENA FILHO, Carlos. “Olinda”. In: VILAÇA, Marcos Vinícios. *Olinda, Olindíssima*. Brasília: Fundação Nacional PróMemória, 1983. p. 21.

De acordo com Gilberto Freyre, não se pode considerar Olinda sem falar sobre a sua luz. “(...) Para [Joaquim] Nabuco, a beleza de Pernambuco vinha principalmente de sua luz. Tudo que êle exalta, em página célebre, na paisagem de Pernambuco, em geral, e na de Olinda, em particular, é efeito de luz: o céu que não é o mesmo um minuto; o mar que está sempre mudando de côr; ‘o brilho metálico do espanador de coqueiros’; ‘a sombra rendada das jaqueiras e mangueiras.’ (...)”.

FREYRE, Gilberto. *Olinda. 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968. p. 16, 18.

<sup>41</sup>-Situado na porção centro-sul do Estado de Minas Gerais, o município de Ouro Preto, mapeado a partir das coordenadas 20°30’ de latitude sul e 44°33’ de longitude oeste, apresenta altitude média de 1.100 m. Para além destas particularidades, o clima da região, de acordo com a tabela de Köpen, corresponde ao do tipo *Cwb* tropical de altitude com verões suaves, chuvas no verão e inverno seco. A temperatura média varia de 18° a 20°C. As maiores precipitações ocorrem de janeiro a fevereiro e as médias anuais ficam em torno de 1.400 a 1.600 mm. Esta região de Minas, pela conformação de seu relevo, é tida como superhúmida. Com relação aos ventos, predominam os deslocamentos das massas de ar na direcção Leste-Oeste, e situações de calmaria.

A&M CONSULTORES ASSOCIADOS. *Ouro Preto. Relatório final*. Belo Horizonte: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais, SEBRAE, Sistema de Informação Mercadológicas Municipais, 1995. p. 7-10.

BRASIL. MEC; IPHAN; IEPHA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1975. p. 5.

<sup>42</sup>-MEIRELES, Cecília. “Cenário”. In: MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977. p. 57.

avanço da ocupação clandestina nas encostas da cidade. Esta transitoriedade da paisagem tem vindo a se perder.

### **Refrigério**

No processo de adaptação do homem à natureza de cada sítio, foi notável sua capacidade e habilidade na materialização de estratégias que visavam a maior permanência nos espaços abertos, principalmente, em zonas climáticas favoráveis. Nas cidades coloniais brasileiras, o sombreamento dos recintos domésticos era essencial, para que seus habitantes pudessem passar grande parte do dia fora de suas casas. Em tais domínios, valorizavam-se determinados costumes, relativos ao hábito de tomar uma fresca, geralmente, sob a copa de arvoredos frondosos, sob a ramagem das latadas perfumadas ou sob a sombra refrescante das arquitecturas de prazer e das varandas das moradias urbanas ou rurais. Era patente o gosto pelo refrigério.

Na paisagem de Olinda, o clima é um dos factores biofísicos que mais condiciona o comportamento de seus habitantes. O sol queima, principalmente em determinados horários do dia. Mesmo que o ar seja constantemente arrefecido por brisas marítimas, os efeitos destas não são facilmente percebidos, a não ser em lugares específicos, sob o coberto de grandes fruteiras, onde a sensação térmica, resultante da maior humidade relativa do ar, da menor temperatura e da maior velocidade do vento, é responsável pela sensação de bem-estar, com frequência comentada pelos habitantes desses lugares. Não é pois casual que as manchas verdes, no interior da malha edificada, tenham o aspecto de densos pomares, ainda mantidos em sequências contínuas e descontínuas em vários trechos da paisagem.

No entanto, a partir do reconhecimento de Olinda como “Património da Humanidade” (1982), observa-se o avanço da ocupação dos espaços abertos no primitivo núcleo, fenómeno relacionado tanto com a pressão do mercado imobiliário quanto com a demanda imposta pela “indústria” do carnaval e do turismo, um dos maiores vectores de crescimento da economia local. Nesse quadro, os novos moradores, orientados por conveniências e modismos, por vezes impróprios ao lugar, descaracterizam seu património.<sup>43</sup> Diante desses factos, destaca-se a postura de Armando de Holanda que defende a importância da preservação das tipologias tradicionais, sobretudo da arquitectura ancestral, compreendida a partir da seguinte maneira:

*“Trabalhemos no sentido de uma arquitetura livre e espontânea, que seja uma clara expressão de nossa cultura e revele uma sensível apropriação de nosso espaço; trabalhemos no sentido de uma arquitetura sombreada, aberta, contínua, vigorosa, acolhedora e*

<sup>43</sup>-MOREIRA, André Renato Pina. Coordenador Adjunto do Programa Monumenta/BID, Arquitecto da Secretaria Municipal de Planeamento da cidade de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.



*envolvente, que, ao nos colocar em harmonia com o ambiente tropical, nos incite a nele viver integralmente”.*<sup>44</sup>

Este autor lida com referências associadas à bioclimática, tendo em vista a sensibilização de técnicos para a necessidade da adequação do projecto arquitectónico ao clima tropical, segundo o que chamou de “construir frondoso”, baseado na noção de “sombra aberta”, visando a permitir o máximo possível de ventilação nas partes internas do edifício, através da permeabilidade às correntes de ar. Nesse sentido, a casa é concebida para manter o maior contacto possível com o espaço envolvente. As varandas, que fazem parte da moradia popular de vertente luso-brasileira, são locais acolhedores e sensuais, facilitando a convivência sensível do homem com os elementos etéreos e físicos dos jardins ou das hortas e dos pomares.

Esta teoria do “construir frondoso” encontramos-la de forma impressionante em muitos relatos de época. A continuidade dos factos, observada durante nosso processo de investigação, leva-nos a sublinhar não só o valor ecológico, bioclimático, mas também o valor cultural que as manchas umbrosas apresentam, em particular, no tecido da cidade de Olinda. É pois fundamental avaliar, inventariar e conservar tais espaços.

Daquelas dimensões nos fala Ambrósio Fernandes Brandão, no século XVII, ao referir-se à beleza dos pomares ou jardins no Brasil, levando-se em conta os atributos da vegetação.<sup>45</sup> Em seus relatos, são marcantes a formosura das flores e dos frutos dos maracujazeiros, a suave fragrância dos curuás e a verdura das parreiras, produtivas duas a três vezes por ano, que revestiam as latadas e ampliavam as possibilidades de vivência ao ar livre. Esse artifício proporcionava prazer, definindo e delimitando subespaços por meio de planos horizontais que acentuavam o valor do ornamento na estrutura dos locais de cultivo. Representavam a síntese entre o aroma, a cor e a forma, reforçando a continuidade e a impressão de espontaneidade na organização das parcelas hortifrutícolas.<sup>46</sup>

Em outras fontes históricas, destaca-se o papel conferido às árvores de copas densas, inseridas em lugares estratégicos dos núcleos urbanos. Um facto ocorrido entre os anos de 1732 e 1736 chamou-nos a atenção pelo carácter pioneiro e por ser uma iniciativa de religiosos beneditinos. Dizia respeito ao plantio de gameleiras no largo defronte ao Mosteiro de Nossa Senhora da Graça,

<sup>44</sup>-HOLANDA, Armando de. *Roteiro para construir no Nordeste. Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados*. Recife: Programa em Desenvolvimento Urbano da Faculdade de Arquitetura, UFPE, 1976. p. 9, 11, 15, 31, 33, 39, 42.

<sup>45</sup>-Todas as benesses, de carácter produtivo e recreativo, foram citadas a partir de feitos conhecidos nas Capitanias de Pernambuco, Tamaracá e Paraíba, localizadas na Região Nordeste brasileira, durante o século XVII.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 130. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

<sup>46</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 302, 304, 308, 311. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

na cidade de Salvador da Bahia, no intuito de animar o lugar.<sup>47</sup> De maneira análoga, anotamos a observação do Príncipe Maximiliano de Habsburgo, feita no ano de 1860, quando, em visita à mesma cidade, descreveu o gosto popular pela mangueira, tida como um “(...) tesouro incalculável (...), pois se tem a sombra e o frescor de uma segunda morada ao ar livre”.<sup>48</sup> Evidenciavam-se tanto as mangueiras quanto as jaqueiras por terem sombras “redondas”, à semelhança de um oásis de abundância e frescura, segundo o escritor Joaquim Nabuco (1849-1910).<sup>49</sup>

São vários os exemplos que abordam a importância das árvores frutíferas, conservadas como componentes essenciais das habitações urbanas, permitindo a seus moradores o desfrute de aragens, comparadas a verdadeiros sopros de vida, especialmente em locais onde o clima costuma ser tórrido. Não é fortuito que as chamadas fruteiras sejam consideradas “deusas”, por quem convive com suas benesses diariamente. Ganharam esse *status* devido às múltiplas funções que lhes são atribuídas, dentre elas, a de proporcionar abrigo aconchegante sob suas copas, que filtram luz e calor solar.

Nos lugares examinados, a noção de moradia vai além do edifício, estendendo-se numa ordem flexível, mutante e permeável, até o domínio dos quintais, no geral dotados de atributos que variam de acordo com os horários do dia e as estações do ano. O espaço sob a copa de uma fruteira pode funcionar como sala de estar ou como apoio do sector de serviço, conforme as necessidades de seus habitantes.<sup>50</sup> No caso de Olinda, em diversos recantos encontram-se várias espécies que fazem parte do coberto vegetal da cidade, sobressaindo-se: anonas, árvores-do-pão,

<sup>47</sup>-ADB-CSB. Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, 1717-1789. p. 36. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 880. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>48</sup>-HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860. Esboços de viagem. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982. p. 125. *Apud*: HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 189. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro. Para o americano Samuel Greene Arnold, que visitou a Bahia em 1847, “a mangueira era a rainha dos trópicos, mui grande e frondosa como um carvalho, com densa folhagem verde escura e folha da forma do louro (...)”. ARNOLD, Samuel Greene. *Is.t./: /s.n.t/, [188?]. /s.p./*. *Apud*: HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Op. cit.* p. 189.

<sup>49</sup>-“O que faz a grande beleza deste nosso torrão pernambucano é em primeiro lugar o seu céu, que muda a cada instante, leve, puro, suave, onde as nuvens parecem ter asas, e que não é o mesmo em um minuto; é depois o nosso mar, verde, vibrátil e luminoso, as nossas areias tépidas e cobertas de relva, os nossos coqueiros, que vergam desde o soco até ao espanador de um brilho metálico e dourado, com que parecem ao longe sacudir as nuvens brancas, as jaqueiras e as mangueiras cuja sombra redonda é um oásis de frescura e abundância (...)” (sublinhado nosso).

NABUCO, Joaquim. “Ramalho Ortigão no Recife”. In: GOUVÊA, Fernando da Cruz. Perfil do tempo. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1990. p. 169-173. [Publicado no jornal o “Paiz” de 30/11/1887]. *Apud*: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo (orgs.). *A paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993. p. XLVI.

<sup>50</sup>-Sentada sob a sombra de uma caramboleira, Eulina Guedes Amâncio, moradora da cidade classificada de Olinda, descreve com carinho as plantas que conserva em seu jardim. São conhecidas popularmente pelo codinome de “ervas de banho”. Ao comentar pausadamente sobre o local e seus componentes, justifica o empenho para sua conservação, dizendo: “quem tem vida, dá vida”. A ambiência desse espaço é marcada pela sensação refrescante de aromas, sombreamentos e vistas, tendo ao fundo a imagem imponente do conjunto arquitetônico franciscano, bem delineado contra o verde da vegetação e o azul do mar. Tal moradora compara seu jardim a uma “sala de estar”, de onde se pode acompanhar o movimento da rua e as variações da ambiência do lugar.

AMÂNCIO, Eulina Guedes. Moradora da cidade classificada da cidade de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

caramboleiras, coqueiros, gameleiras, jaqueiras, jambeiros, jambolões, jenipapeiros, pintagueiras, pitombeiras, mangueiras, sapotizeiros, ou seja, árvores de copas largas, densas e redondas.

Ao considerarmos o tipo de vegetação disseminado, dizemos que é reflexo do gosto pela vivência ao ar livre. Tendência semelhante ocorre em Ouro Preto, porém adaptada às particularidades do clima tropical de altitude. Os espaços abertos acabam sendo mais iluminados e transparentes, pelo facto de os arbustos e as árvores terem copas menos compactas, permitindo maior permeabilidade à luz e à visão através de suas folhagens. Não sendo necessária tanta protecção contra a radiação solar, as espécies vegetais utilizadas promovem outro tipo de ambiência na trama de antigos jardins, nem por isso menos acolhedores e sensuais. Além do binómio clima/solo, deve-se considerar o aspecto cultural como determinante para a aclimação das plantas difundidas, o que também privilegiou a adopção de soluções espaciais características. Tais questões contribuem para justificar a predominância de “hortas” na malha do conjunto ouropretano, o que a torna morfologicamente distinta se comparada, por exemplo, a Olinda, onde predominam os pomares, como acontece nos locais de elevadas temperaturas, nas regiões de menor altitude ou mais próximas da Linha do Equador.<sup>51</sup>

## Sabor

Falar de sabor é promover um reencontro com a própria história. Essa temática está relacionada com os costumes e as tradições, referentes à aclimação e à disseminação das espécies vegetais, exóticas e nativas, que constituíram a base das parcelas hortifrutícolas. A preferência por determinados alimentos, que varia de região para região, ajuda-nos na tarefa de perceber as diferenças e semelhanças entre os vários lugares. A literatura e a música registam momentos de puro deleite, associados à degustação das frutas, cultivadas, inclusive, nos quintais, o que faz parte do universo dos livros de Jorge Amado e das melodias de Alceu Valença.

*“Da manga-rosa quero o gosto e o sumo,  
Mamão maduro, sapoti, juá,  
Jabuticaba, seu olhar noturno,  
Beijo travoso de umbu-cajá.”<sup>52</sup>*

<sup>51</sup>-Com relação ao clima de Olinda, a temperatura média é de 26,3°C. A pluviosidade situa-se em torno de 1.900 a 2.000 milímetros anuais, correspondendo ao tipo *Asi*, segundo a classificação de Köppen.

NOVAES, Ferdinando. *Olinda, Evolução urbana*. Recife: FUNDARPE, 1990. p. 9-10.

<sup>52</sup>-BARRETO, Vicente; VALENÇA, Alceu. “Morena tropicana”. In: COSTA, Paloma Jorge Amado. *As frutas de Jorge Amado ou o livro de delícias de Fadul Abdala*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p. 7.

*“Em ‘Tieta do Agreste’ estão todas as frutas que se possa imaginar, e todos os derivados delas também, da água-de-coco ao queimado de goiaba. Desfilam ante os leitores as frutas frescas em suas variedades, os sorvetes, os doces de pasta, os de calda, as passas, os sucos e os refrescos, os licores, as batidas, as bananas-fritas e as frutas-pão cozidas. Tieta é gulosa — se ela fosse uma fruta seria todas elas —, mas não é avara, divide-as com os amigos, divide também seu conhecimento, ensina a Leonora as diferenças entre araçá e goiaba, entre pinha e condessa, o que é jaca-de-pobre, o porquê do nome do doce de banana de rodinha. A fartura é tanta em Santana do Agreste que Perpétua queixa-se com*

As descobertas proporcionadas pelo paladar costumam impregnar a memória das pessoas. No mundo das lembranças quotidianas dos habitantes de Olinda e Ouro Preto, o tempo da infância é geralmente marcado por aventuras gustativas aos pés de densas e frondosas fruteiras, o que sempre transparece nas narrativas. Lidar com algumas dessas lembranças permite-nos compreender certas práticas do processo de dispersão de plantas por entre hortas e pomares.

Muitas das espécies vegetais foram difundidas devido a suas qualidades medicinais e nutritivas, além de outros atributos também levados em conta pela cultura vigente. Formalizaram-se espaços produtivos com a finalidade de suprir a subsistência de seus utentes, estimulando certos hábitos como a realização de intercâmbios de mudas e sementes, o que repercutia directamente no incremento da biodiversidade no meio urbano. Percebemos como os desejos e as vontades dos moradores, aliados à ocorrência de modismos, influenciam a composição das parcelas hortifrutícolas.

Até hoje, é comum ver os moradores de Olinda presentear-se com os frutos das espécies que fazem parte dos quintais, como: abacates, cajás, carambolas, cocos, fruta-pão, goiabas, jambos, mamão, mangas, pencas de bananas, pitangas, sapotis. São vistos como “frutos da integração”, pelo facto de serem desejados.<sup>53</sup> Em Ouro Preto, por sua vez, a dispersão dos sabores é menos farta, sendo reservada sobretudo aos familiares. Algumas verduras (couve, ora-pro-nóbis, taioba), assim como certos frutos (ameixas, bananas, jabuticabas) ainda cumprem o papel de factores de integração, estreitando laços de amizade. Contudo, observa-se um desapego cada vez maior em relação aos antigos costumes, como vem sucedendo nas realidades pesquisadas, reflexo do enfraquecimento de práticas ancestrais, ligadas à agricultura urbana.

## Sonoridade

No mundo concentrado e múltiplo dos núcleos urbanos, a escuta de sonoridades constitui, sem dúvida, uma das experiências sensoriais mais significativas de interação do homem com o espaço que o envolve. Em diversas oportunidades ao longo de nosso trabalho, observamos como os sons são importantes na criação das referências de lugar e tempo na memória dos habitantes locais. Nas cidades estudadas, em determinados períodos do ano, como na primavera e no verão, a ambiência nas parcelas hortifrutícolas torna-se especialmente atractiva. Nesses locais, as florações

---

*Tieta dos mendigos não aceitam frutas como esmola: 'Não aceitam nem mangas, nem cajus, dizem que ninguém compra, que tem demais, manga não é esmola que se dê, já ouviu?'*

COSTA, Paloma Jorge Amado. *As frutas de Jorge Amado ou o livro de delícias de Fadul Abdala*. São Paulo: Companhia das letras, 1997. p. 19-20.

<sup>53</sup>-MELO, Almeri Bezerra de. Director do Centro Inter-Universitário de Estudos da América Latina, África e Ásia, filósofo/sociólogo, morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

e as frutificações, além de valorizar o espaço com os respectivos cromatismos, costumam ainda promover eufonias oriundas da busca de alimentos por parte de animais, aves, crianças e insectos, situações enriquecidas pelo farfalhar de ramagens agitadas ao vento e, em alguns casos, pelo murmúrio de águas correntes, o que torna aprazível a vivência especialmente nos quintais.

Nesse universo, o canto dos pássaros está intrinsecamente associado à presença das hortas e dos pomares no tecido urbano, onde o alimento costuma ser farto. Essa temática serviu inclusive de inspiração para o preparo de manuscritos aguarelados relativos à iconografia do período Brasil-Colónia. No material observado, representaram-se certas aves em associação directa com algumas espécies vegetais, exóticas e nativas, alimentando-se de flores e frutos, destacando-se: a banana, o caju, o dendê, a fruta-do-conde, a goiaba, o mamão, a flor e o fruto do maracujazeiro. As imagens registadas, além de reforçarem a importância das chamadas fruteiras na estrutura das zonas antropizadas, levam-nos a reflectir sobre o tipo de musicalidade existente nos espaços abertos, o que os transforma em locais privilegiados, onde é possível desenvolver a sensibilidade e experimentar sensações de calma, paz e tranquilidade.<sup>54</sup>

Segundo Catherine Laroze, os jardins são tidos como ilhas de felicidade e plenitude,<sup>55</sup> propícios à escuta dos segredos da vida, assim como acontece no interior das hortas e dos pomares de Olinda e Ouro Preto. Nesses recantos, o isolamento e a quietação são fundamentais para o estabelecimento do contacto mais directo com a dimensão qualitativa do espaço, despertando-nos a consciência a respeito da continuidade e da totalidade da forma urbana. A percepção das sonoridades, juntamente com o aroma exalado de flores e frutos, dentre outros atributos das hortas e dos pomares, ajuda-nos a compreender a espacialidade da “urbe” colonial, que não deve ser compreendida somente por meio de seus fragmentos ou dos edifícios preservados.

## Relevo

Considera-se o relevo a partir da dinâmica combinada de vários factores, endógenos e exógenos em relação à superfície terrestre, vinculados ao clima, ao estrato rochoso e ao solo de cada localidade ou região, resultando isso em distintas unidades morfológicas.<sup>56</sup> Genericamente, pode-se falar tanto das formas de “agração” ou “acumulação”, como as planícies flúvio-marinhas das baixadas de Olinda, quanto das formas “erosivas”, igualmente notadas no sistema

<sup>54</sup>-Cf. AHU. Coleção Iconografia, 8 desenhos, E.D., Anónimo, “*Frutos tropicais: ananás, bananeira, cajueiro, dendezeiro, fruteira do conde, goiabeira, mamoeiro, maracujazeiro*”. /s.d./l. Manuscritos aguarelados. 275 x 435 mm (dimensão média).

<sup>55</sup>-LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins*. France: Olivier Orban, 1990.p. 45-47, 51, 62.

<sup>56</sup>-SCHAEFER, Carlos Ernesto *et al.* “Elementos da paisagem e a gestão da qualidade ambiental”. *Informe agropecuário. Agropecuária e Ambiente*. Belo Horizonte: EPAMIG, v.21, nº 202, p. 23-25, Jan./Fev. 2000.

colinar dessa mesma cidade ou nos abruptos de Ouro Preto, identificados pelas cristas e escarpas presentes em sua paisagem. Dentre os factos que interferem no modelado do relevo, citam-se os processos vinculados aos escorregamentos das encostas, à ocorrência de erosões e de inundações. Dependendo da intensidade desses fenómenos, no meio urbano, é necessário que o poder público tenha discernimento e agilidade para contê-los e reduzi-los por meio de planeamento.

No âmbito da cidade tradicional, compreende-se o relevo como um dos componentes ecológicos que mais influencia seu carácter, ou seja, sua forma, aspecto intrinsecamente ligado à localização dos edifícios, ao ordenamento da estrutura produtiva, ao traçado da malha viária, ou seja, à concepção global da cidade, constituída por uma rede de referências culturais, simbólicas e vivenciais. Sob esse enfoque, ressaltamos a necessidade de entendimento da preexistência do lugar para a manutenção de sua identidade. Nos assentamentos coloniais, por exemplo, aproveitavam-se as cumeadas e as encostas, ao longo das vias, para a criação de pontos mirantes que proporcionavam aberturas visuais e permitiam a observação panorâmica dos conjuntos arquitectónicos e paisagísticos, normalmente organizados em função da existência dos sistemas húmido e seco. Conforme comentado anteriormente, de acordo com a lógica de ordenamento do tecido urbano, os quintais associavam-se, preferencialmente, ao sistema seco, nas cumeadas e encostas. As hortas, por sua vez, eram cultivadas em terrenos de topografia suave, na proximidade de cursos hídricos. Quanto às tipologias que ocupavam parcelas de maior dimensão, nas cercanias, como os conventos ou mosteiros, as chácaras, os Jardins Botânicos e as roças, eles abrangiam igualmente as encostas e as várzeas.<sup>57</sup>

O relevo não só contribuía para a implantação das unidades produtivas e recreativas, mas condicionava a espacialidade percebida nas citadas parcelas. A experiência de analisar o tecido verde em duas cidades classificadas, Olinda e Ouro Preto, permite-nos tratar com acuidade a influência do relevo na constituição dos respectivos patrimónios, conforme considerado nos relatos de Joan Nieuhof (1682), Auguste Saint Hilaire (1830) e Augusto de Lima Júnior (1978).<sup>58</sup> A presença

---

<sup>57</sup>-Vejam-se considerações infracitadas, na presente dissertação, p. 149-261, 307-360.

<sup>58</sup>-A respeito do primitivo núcleo de Olinda, nota-se também, nas descrições realizadas, o destaque conferido à topografia do sítio. *“A pequena distância do Recife, ou Cidade Maurícia, em direção ao norte, encontram-se as ruínas de Olinda, outrora famosa sob o domínio português, pois era por aí que o Brasil exportava para a Europa toda a sua produção. A melhor parte da cidade assentava-se sobre diversas colinas. Ao sul, do lado do mar, essas colinas eram bastante suaves, descendo até a praia que se apresentava, por toda a extensão da costa, coberta de uma areia muito branca. Já para o lado da terra, ou ao norte, os cômodos eram mais escarpados e íngremes, cheios de espinheiros e entremeados de laranjeiras, aqui e acolá. Essas colinas constituíam reforço natural da defesa da cidade que, ademais, era defendida por vários baluartes do lado de terra, embora a grande diversidade dos acidentes orográficos da região dificultasse a construção de fortificações regulares. Da parte mais alta da cidade tinha-se uma linda vista, tanto para o sul como para o norte, quer para o lado do mar como para o de terra, em virtude da vegetação que circundava a cidade e que se mantinha sempre verde através das estações. Daí também se avistava a Ilha de Antônio Vaz e a Cidade Maurícia. A ponta de terra próxima a Olinda era conhecida por Tipo entre o povo. Sobre a mais alta colina dessa região existia outrora um convento de jesuítas, construção magnífica, mandada construir por D. Sebastião, rei de Portugal, que o dotou de grande património. De lá a vista era bellissima e o convento podia ser visto do*

marcante da topografia acidentada é patente, em particular, na realidade ouropretana, facto observado na disposição de ricas residências, como atestam os vestígios dos quintais das casas setecentistas de Cláudio Manuel da Costa e Tomás António Gonzaga, além dos subespaços que compõem os quintais donde actualmente funcionam o Instituto de Filosofia, Arte e Cultura da Universidade Federal e a Secretaria Municipal de Educação.<sup>59</sup> Os terrenos são compartimentados e distribuídos ao longo de socalcos, de modo bastante movimentado, ao contrário do que sucede em Olinda, onde o relevo ondulado, menos íngreme, permitiu maior ajuste entre os subespaços dos conjuntos construídos, definindo ambientes mais coesos e uniformes, como ainda pode ser notado no desenho de antigas chácaras e conventos. Algumas fotografias de vivendas existentes nas adjacências do rio Beberibe ilustram a mencionada situação.<sup>60</sup> Verifica-se essa temática a partir de dois tipos básicos de espaços, os abertos e os fechados, cujas noções sobressaem nos relatos feitos pelos próprios moradores das cidades examinadas.

*“Considero um privilégio possuir uma casa com quintal. Existem os quintais abertos e os fechados. Os abertos permitem a visão da paisagem, da serra do Itacolomi, do conjunto arquitetónico de Ouro Preto. À tardinha, é muito bonito ver do interior deles os contrastes de luz nas montanhas, o brilho do sol dourado e o escuro dos vales, ouvir o canto dos pássaros, sentir o cheiro da natureza. Fico em paz, numa solidão gostosa. (...) Os quintais fechados são como os pátios, fechados neles mesmos. São mais íntimos e protegidos do que os outros (...)”*<sup>61</sup>

No caso dos espaços fechados, é restrita a visibilidade do interior para o exterior. As vedações, assim como o coberto vegetal e a topografia, regulam a ambiência dos recintos, que se organizam de modo intimista e reservado, como acontece em alguns quintais de Ouro Preto, contidos pela irregularidade do relevo, o que reduz o contacto do observador com a paisagem do lugar. Quanto a Olinda, o sítio tem outro tipo de configuração geomorfológica, de aspecto menos dobrado,

---

*mar, a grande distância. Não muito longe dêste havia outro mosteiro pertencente aos capuchinhos, e, próximo à praia, ainda outro dos frades dominicanos. Além desses havia duas igrejas, uma chamada São Salvador e outra São Pedro. (...)”*

NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, Oficina da Empresa Gráfica da [Revista] dos Tribunais, [1951]. p. 25-26. (Edição holandesa: 1682).

Algumas descrições sobre Ouro Preto são particularmente interessantes. Relatam o modo de construir no lugar, adaptado à irregularidade do relevo. *“(...) As casas se encontram por grupos desiguais, e cada uma é, por assim dizer, construída em plano diferente do das outras. A maioria tem um pequeno jardim longo e estreito, muito mal cuidado. Esses jardins são sustentados por uma muralha pouco elevada, quase sempre coberta por uma imensa quantidade de fetos, gramíneas, musgos, e nas mais das vezes formam uns por cima dos outros uma série de terraços cujo conjunto apresenta uma vez ou outra uma massa de verdura, tal como jamais se vê nos nossos climas temperados. Dessas casas, assim entremeadas de cumes áridos e tufos condensados de vegetais, resultam pontos de vista tão variados como pitorescos (...)”* (sublinhado nosso).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 70. (Edição francesa: 1830).

*“Ao vê-la assim, tão genuinamente setecentista, ora aglomerada, ora disposta por morro e vale, [compreende-se a paisagem ouropretana] naquele fechado desvão da serra, do fundo verde-austero, rodeado de largos, baixando ladeiras íngremes, ou alevantando igrejas ou capelas em cada eminência, à beira de pegos suaves de quebradas ou dramáticos de córregos, vasta, nobre e recatada (...)”*

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. [3ª] edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Prefácio de Jaime Cortesão. p. 11.

<sup>59</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 3-6, 21-25, 57-62.

<sup>60</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 125-127.

<sup>61</sup>-OLIVEIRA, Ana Amélia Lopes de. Artista e moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

mas identificamos ocupações igualmente marcadas pela redução do campo visual, circunstância reforçada pelo denso copado e pelo porte arbóreo da vegetação local que faz parte do tecido urbano.

Os lugares abertos, embora definidos por limites, apresentam outro tipo de espacialidade. Em Olinda, nota-se de vários lugares a infinitude da linha costeira em direcção à cidade de Recife, especialmente daqueles posicionados nos pontos de maior cota altimétrica.<sup>62</sup>

Em Ouro Preto, de modo análogo, muitas moradias apresentam belas vistas do conjunto urbano. Constatamos que a vida nos quintais ainda favorece o convívio de seus moradores com a paisagem, especialmente no final da tarde, horário em que as temperaturas são amenas, propícias para a rega dos canteiros. Trata-se de momentos significativos do dia, quando as pessoas demonstram o desejo de aproveitar a ambiência de suas hortas, geralmente assentadas em socalcos. São lugares que, provocando sensações de intimismo e privacidade, se acomodam perfeitamente à topografia acidentada da região. Ao percorrermos vários trechos da antiga estrutura do núcleo classificado, em particular nas encostas da cidade, temos a oportunidade de presenciar factos que nos causa surpresa, frente à exuberância da paisagem. A profundidade de certas vistas, observadas de alguns terraços, não nos parece ser obra do acaso, pelo contrário, levamos a pensar nas soluções criativas, prolongando a permanência do olhar no espaço. Assim, destacamos a diversidade de panoramas surpreendentes, os efeitos de figura-fundo e luz e sombra, que produzem variações de cores e formas, revelando silhuetas e texturas. A incidência da luz sobre a irregularidade do relevo, marcado por cristas rochosas, vertentes ravinadas e vales encaixados, influi na percepção da paisagem cuja imagem torna-se dinâmica e sensual.<sup>63</sup>

A percepção e os sentimentos inspirados por essas construções fazia e ainda faz com que o património paisagístico de Ouro Preto seja comparado a um grande jardim, o que também acontece em Olinda. É o que transparece no registo oral de alguns de seus habitantes, que demonstram o desejo de estar na e com a “natureza”.

*“Sempre que eu chegava, em Ouro Preto, via a cidade de longe. Era como se fosse um grande quintal. Estava sempre plantada no verde. O quintal é uma horta, que tem de tudo, então me traz boas lembranças e sensações. Consigo ainda sentir o cheiro do manacá e do jasmim. O quintal está dentro de mim e ninguém arranca ele daqui [do coração] (...)”*<sup>64</sup>

<sup>62</sup>-Cf. MENEZES, José Luiz Mota. “Olinda: evolução urbana”. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). *Coleção de estudos. Universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1998. p. 338.

<sup>63</sup>-O que acontece é algo bem próximo ao que Nuno Mendoça denomina de percepção “global” ou “relacional” do espaço, manifestando-se de maneira contínua, multidireccional e múltipla. Cf. MENDOÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a idéia*. Évora: Universidade de Évora, 1989. v.1. p. 34-37, 308, 314. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>64</sup>-MOREIRA, Mariana Isabel. Funcionária da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.



Não se constituíam as hortas ou os pomares para serem vistos à distância, e sim para serem experienciados em suas múltiplas manifestações. A mencionada maneira de perceber a realidade propicia o surgimento de sensações e sentimentos topofílicos, que resultam na ampliação dos limites do lugar onde se reside. As varandas, nas residências brasileiras, assumem papel semelhante,<sup>65</sup> além de serem locais que promovem lembranças, pensamentos e sonhos, elas ampliam o contacto do homem com a paisagem, criando novas alternativas para o entendimento do seu carácter.

*“A vista na parte alta de Olinda, no largo da igreja da Sé, é muito bonita. De lá enxergo o mar, as praias, a vegetação e também onde moro. É um cartão-postal. Da varanda de minha casa também olho o mar. O lugar foi aumentado em largura, para proporcionar maior comodidade, idéia de minha mãe (...)”.*<sup>66</sup>

A vista, para o morador, é uma das possibilidades de se reconhecer no espaço urbano, de se sentir em casa. Contribui para acentuar esse carácter de moradia. Os mirantes e as varandas cumprem essa finalidade, possibilitando a prática do ócio, principalmente em regiões de clima quente. Dizemos que os alpendres ou telheiros, em determinados horários do dia, da mesma forma, estimulam a permanência em seus domínios. Nos quintais, simples alpendres costumam ser denominados varandas. Desses locais, é possível acompanhar o desenvolvimento dos afazeres quotidianos realizados nos espaços abertos.

Na cidade colonial, a maioria dos conjuntos monásticos está fortemente associada ao relevo, o que determina a existência de vistas panorâmicas da paisagem. Esta disposição reforçava a atitude contemplativa, facto subtilmente evidenciado nos relatos de época, como o do Padre Fernão Cardim (1583-1590), que descreve o Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, fundado no morro do Castelo (c.1567). Segundo a concepção do religioso, o Criador agia como um arquitecto ou pintor de extrema habilidade, para propiciar desanuviadas e privilegiadas vistas sobre a paisagem.<sup>67</sup>

<sup>65</sup>-Convém esclarecer que, segundo a cultura brasileira, compreende-se o termo “varanda” como eirado e/ou terraço. Tal lugar era relacionado com a vivência do lazer ou ócio. Como espaço de aprazibilidade na moradia, a varanda destinava-se a refeições, sendo propicia também a devaneios musicais e poéticos, que manifestavam encantamentos e saudades. A vista de que se usufruía nesse domínio estimulava os sentidos, o que nos remete ao “construir frondoso”, de Armando de Holanda, visualizado na obra de Albert Eckhout, cujo exame nos faz atentar para a articulação entre os edifícios e os jardins coloniais.

Cf. CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A.C. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972. p. 468.

<sup>66</sup>-RAMOS, Madalena de Barros Lima. Moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

<sup>67</sup>-As situações de beleza natural, notabilizadas nos registos efectuados, em especial ligadas ao mencionado Colégio, possivelmente causavam um misto de admiração e espanto até mesmo nos incrédulos, que deveriam se sentir compelidos a descobrir ou redescobrir as dimensões qualitativas de tão grandiosa obra. No século XVI, divulgou-se o lugar da seguinte maneira:

*“A cidade [do Rio de Janeiro] está situada em um monte [morro do Castelo de São Sebastião] de boa vista para o mar, e dentro da barra tem uma baía que bem parece que a pintou o supremo pintor e arquitecto do mundo Deus Nosso Senhor, e assim é cousa formosíssima e a mais aprazível que há em todo o Brasil, nem lhe chega a vista do Mondego e Tejo; é tão capaz que terá 20 léguas em roda cheia pelo meio de muitas ilhas frescas de grandes arvoredos, e não impedem a vista umas às outras que é que lhe dá graça. (...) Os padres têm aqui melhor sitio da cidade. Têm grande vista com toda esta enseada defronte das janelas: têm começado o edificio novo, têm já 13 cubículos de pedra e cal que dão vantagem aos de Coimbra, antes lha levam na boa vista. (...) A cerca é cousa formosa; tem muito mais laranjeiras que as duas cercas de Évora, com um tanque e fonte; mas não se bebe dela por a água ser salobra; muitos marmeleiros, romeiras, limeiras e outros frutos da terra. Também tem uma vinha que dá boas uvas, os melões se dão no refectório quase meio ano, e são finos, nem faltam couves mercianas bem duras, alfaces, rabãos e outros géneros de hortaliça de Portugal em*

Essa narrativa exemplifica a vigência de traço recorrente, verificado em grande parte dos relatos inaugurais. Os primitivos núcleos de povoamento normalmente eram sediados em lugares que ofereciam condições satisfatórias de comunicação e segurança, além de proporcionar recursos naturais adequados, como água e solos férteis, visando à garantia do abastecimento alimentar. A compreensão de tais particularidades demonstram que o acaso não existia no universo das ações administrativas. Nos empreendimentos pioneiros, valorizavam-se sobretudo os lugares com amplos panoramas.<sup>68</sup> Os conventos e mosteiros que não tivessem esse atributo corriam o risco de serem interpretados como “mal assombrados”, condição identificada na moradia jesuíta de São Vicente (1585), da Capitania de São Paulo.<sup>69</sup>

A estadia em hortas/pomares e jardins, tendo ao fundo belos panoramas, certamente contribuía para a elevação do espírito de seus utentes, o que propiciava sensações como o bem-estar, algo próximo ao estado de êxtase ou graça, segundo o pensamento de Nuno Mendça.<sup>70</sup> Tencionava-se alcançar a comunhão dos sentidos, favorecida pela vista do mar ou da montanha nas proximidades dos conjuntos construídos. Aproveitamos para salientar que, simbolicamente, se considera a montanha como “local para meditar, evocar Deuses, purificar corpo e alma”. É o lugar onde se pode experienciar o sentimento pelo “sublime”, onde se manifesta com pujança “a espiritualidade, a religiosidade e a pureza”.<sup>71</sup> O mar, por sua vez, percebido dos cumes ou das encostas de montanhas ou morros, é um complemento da moradia situada literalmente nas alturas, vindo a contribuir para a alegria, a apazibilidade e o espanto de congregados e cronistas. A superfície marítima vista dos conventos e mosteiros seduzia o olhar, repetia constantemente o espetáculo de vida e força e sua grandiosidade indomável, estimulando a prática de experiências místicas.<sup>72</sup>

O valor conferido em particular às paisagens marítimas era patente na organização dos conjuntos concebidos, situação identificada, por exemplo, na disposição do Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda, fundado em 1585. Nas palavras do Frei António de Santa Maria

---

*abundância: o refeitório é bem provido de necessário; a vaca na bondade e gordura se parece com a de Entre-Douro e Minho; o pescado é vario e muito, são para ver as pescarias da sexta-feira, (...) Duvidava eu qual era mais provido, se o refeitório de Coimbra se este, e não me sei determinar: quanto ao espiritual se parece na observância, bom concerto e ordem com qualquer dos bem ordenados de Portugal (...)*

CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 267-269.

<sup>68</sup>-ACADEMIA BRASILEIRA. Cartas jesuíticas; cartas avulsas (1550-1568). Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931. p. 313, 315-316, 347. *Apud*: LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; a obra, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugalíia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938b. Tomo II. p. 56.

<sup>69</sup>-CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Op. cit.* p. 276.

<sup>70</sup>-MENDÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a idéia*. Évora: Universidade de Évora, 1989. v.1. p. 62, 98, 101-103. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>71</sup>-*Idem. Ibidem.* 1989. v.1. p. 95.

<sup>72</sup>-Cf. CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionários dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1997. p. 41-46, 439.  
Cf. MENDÇA, Nuno José de Noronha. *Op. cit.* v.1. p. 106-107, 109, 114.

Jaboatam (1761), esse lugar sobressaía pela posição alteada e pelo panorama da costa.<sup>73</sup> O mesmo dizemos de outros complexos, como o Colégio da Bahia (1585), cuja cerca possuía mirante erguido sobre colunas de pedra, “aberto por todas as partes”, além de outros recantos, que serviam de “repousos”, sendo “(...) toda a recreação deste colégio, porque dele vêm entrar as naus, descobrem boa parte do mar largo, e ficamos senhores de todo este recôncavo, que é excelente, aprazível e [tem] desabafada vista (...)”.<sup>74</sup> São dados expressivos, que sugerem a predominância de certos valores inerentes à tradição construtiva.

Em Portugal, era evidente a maneira como algumas quintas de recreio se encontravam ordenadas, em completa sintonia com o relevo e o espaço envolvente e/ou a paisagem.<sup>75</sup> O que importava para os moradores desses lugares, para além da questão económica e produtiva, era a vivência do lazer ou do estar contemplativo, aspecto eminentemente vinculado ao aproveitamento dos recursos naturais de cada sítio. Perante tais requintes, devemos ter precaução ao trabalhar com as teorias que apresentam os pintores holandeses do século XVII, ou mesmo os românticos do século XVIII, como os precursores de uma nova sensibilidade estética relativa à fruição de atributos dos espaços abertos. Na prática, em termos arquitecturais e paisagísticos, os portugueses já lidavam com a mencionada temática, muito antes de a natureza ser considerada objecto de representação pictórica. O convívio do homem na e com a natureza acontecia em especial nas cercas e nas chácaras localizadas nos arrabaldes.

No desenho das chácaras, sabemos que os respectivos conjuntos se mostravam estruturados por meio da articulação de diversos subespaços, produtivos e recreativos, dentre eles os capinzais, os jardins, as hortas, os pomares e as matas, no geral, distribuídos em pontos estratégicos dos terrenos, de acordo com a topografia de cada lugar. Certos componentes dessas unidades ainda podem ser vistos no interior dos primitivos tecidos de Olinda e Ouro Preto, apesar do estado de degradação ou ruína das antigas parcelas. Havia toda uma lógica de ordenamento desses elementos, que se ligavam à estrutura biofísica da paisagem. Alegretes, arquitecturas de prazer ou de regalo, bancos, pergolados ou latadas, que tornavam aprazível a estadia ao ar livre, localizavam-se, de preferência em pontos privilegiados pela amplitude visual, em miradouros e terraços.

<sup>73</sup>-JABOATAM, António de Santa Maria, Frei. *Orbe seráfico novo brasilico*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, 1761. Livro I. p. 250.

<sup>74</sup>-CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 279.

Em outras circunstâncias, os mirantes incorporavam-se aos edifícios, passando a ter janelas com sacadas para o mar ou o rio, conforme sucedeu nas sedes dos Mosteiros de Nossa Senhora de Brotas (1777/1780) e de Nossa Senhora da Graça, situados nos arredores da cidade de Salvador.

ADB-CSB. Códice 143. Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, 1717-1789. p. 37. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. v.I. p. 884. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>75</sup>-ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 102, 129-130, 135, 141, 155, 159-162, 184, 188, 200, 203, 207-215, 223.

## Organização do Espaço

---

Para a compreensão do carácter da paisagem, sob o ponto de vista natural e cultural, é importante destacarmos o tipo de organização das parcelas habitadas, presente no tecido verde das cidades estudadas, temática relacionada à dimensão qualitativa do espaço na cidade colonial.

Em Ouro Preto, destacamos duas construções que exemplificam o ordenamento do espaço em função do aproveitamento da topografia acidentada do lugar. São elas referentes aos Sobrados das Lages e dos Irmãos Cotta, igualmente dispostos em locais de encosta. O primeiro deles, conhecido como “Solar dos Nobres”, acha-se no antigo Caminho das Lages, em direcção a Mariana, actual rua Conselheiro Quintiliano, nº 627. É tido como uma referência local, pela imponência do conjunto arquitectónico, possivelmente construído em finais do século XVIII e início do XIX.<sup>76</sup> O estado de abandono do prédio reflecte o aspecto de todo o complexo paisagístico existente. Mesmo assim, é possível observarmos o desenho do espaço aberto. Dada implantação a meia-encosta, construíram-se socalcos que serviram de suportes a hortas/pomares e jardins, interligados em axialidade ao pátio interno. Para cada terraço concebido, projectaram-se mirantes, cujas vistas incidem directamente sobre a cidade, marcada por belos panoramas. Apesar do emaranhado da vegetação que recobre boa parte da antiga estrutura, é possível ver resquícios de bancos, caleiras, canteiros delimitados com lascas de pedra, nichos escultóricos e possivelmente gruta, além de antigas árvores, como araucárias, cameleiras e jabuticabeiras, que resistiram à acção do tempo.<sup>77</sup> Nas palavras de quem conheceu o lugar, há quase cinco décadas, sobressai a seguinte impressão: “Aquele sobrado era especial. Tinha chafariz e fontanas. Quando jovem, lembro-me do jardim espetacular que possuía. Tinha muitas esculturas que jorravam água. Uma delas carregava uma concha nas mãos. O conjunto não existe mais”.<sup>78</sup> Esse espaço ainda oferece a sonoridade de um rego de água, que abastecia as diversas unidades desse conjunto.

O sobrado dos Irmãos Cotta, possivelmente um solar da segunda metade do século XVIII, foi erguido na rua das Cabeças, actual Alvarenga, nº 58, um dos primeiros caminhos da cidade.<sup>79</sup> Felizmente, a edificação permanece associada ao terreno original, de aproximadamente 16.000 m<sup>2</sup> (1,60 ha). Contém nascente própria, situada em local elevado e protegido por uma pequena mata, onde se encontram exemplares de aroeira, cajuzinho, cedro e pitangueira. A adução da água feita por meio de canaletas cerâmicas e tubulações de pedra abastecia o reservatório situado no patamar

---

<sup>76</sup>-Cf. SIMÕES, Josanne Guerra; FURTADO, Júnia Ferreira. *Ouro Preto revisitada: roteiro histórico de seus monumentos esquecidos*. Belo Horizonte: Conselho de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 1981. p. 26-27.

<sup>77</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 145-148.

<sup>78</sup>-SIMÕES, José Feliciano da Costa. Pároco da Matriz do Pilar e morador da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2003.

<sup>79</sup>-Cf. SIMÕES, Josanne Guerra; FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. cit.* p. 47-48.

de acesso à cozinha onde havia colmeias, horta e um pequeno pomar de laranjeiras. O jardim propriamente dito localiza-se em pequeno recinto contíguo ao edifício, cujos canteiros, em formato biaxial, quadripartido, ainda guardam referências das plantas cultivadas, como: buquê-de-noiva, dama-da-noite, grama-preta, madressilva, romãzeiro. Nos socacos mais afastados da habitação, havia fruteiras variadas e criatório de animais: galinhas, gansos, marrecos, patos. Existia ainda uma pequena pocilga, à beira do córrego Caquende, na parte mais baixa do terreno, próximo a um grande bambuzal que fornecia matéria-prima para a construção das cercas de taquara da horta. Nos patamares inferiores, geralmente cultivava-se uma quarta de milho destinado ao fabrico de fubá.<sup>80</sup>

Em Olinda, também se verifica a permanência de lugares que serviram de chácaras. Consideramos dois exemplos que se apresentam em sintonia com as condições topográficas locais. Um deles é a propriedade pertencente à família Azevedo. Abrange terreno localizado na ladeira da Sé, nº 143, de aproximadamente 5.840 m<sup>2</sup>, pouco mais de meio hectare. Encontra-se no sopé de um morro, em situação de suave declive, disposição ligada à captação de água. Nesse conjunto, observa-se a existência de antiga cacimba, posicionada no baixio, onde antes existia uma horta. O lugar estava organizado segundo uma hierarquia funcional entre suas diversas partes. No complexo construído, sobressaía o jardim contíguo à varanda, o canteiro de espécies condimentares e medicinais junto à porta da cozinha, e o pomar, entre a horta e o jardim. Tais subespaços mostravam-se articulados com a rede de caminhos, reforçada e sombreada por parreiras de uvas brancas, tipo moscatel, e de uvas pretas e roxas. Nos intervalos dos canteiros era costume plantar palmeiras e/ou espécies similares, no intuito de conter os excessos da radiação solar e criar condições satisfatórias para os cultivos praticados. Na espacialidade do conjunto, predominava a sensação de frescura e verdura, devido às características da vegetação dispersa que, além de favorecer a subsistência alimentar dos moradores do local, proporcionava ainda a venda e a doação de frutos excedentes.<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup>-Era costume plantar citrinos nas proximidades da casa, pelo facto de serem valorizados por seus atributos estéticos e pela facilidade da colecta de seus frutos, apreciados como ingredientes da culinária regional.

COTTA, Geraldo Victor. Responsável pela fiscalização urbana da 13ª Regional do Instituto Património Histórico e Artístico Nacional, IPHAN/Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2003.

Em Ouro Preto, identificamos, nas proximidades da Igreja Matriz de António Dias, resquícios de um chafariz parietal composto por dois nichos revestidos com embrechados, contendo peças escultóricas, possivelmente uma imitação das construções hidráulicas das chácaras. Observa-se tal obra onde se edificou a pousada Luxor. Esse chafariz não se adapta ao contexto no qual está inserido, principalmente devido à falta de relação com o relevo e o restante do sistema hidráulico. Conforme mencionamos anteriormente, havia toda uma lógica no ordenamento dessas partes, que se mantinham intrinsecamente associadas à estrutura biofísica da paisagem. Situação semelhante é encontrada no espaço aberto da Casa Setecentista, Anexo 3 do Museu da Inconfidência, onde se verifica a presença de tanque ornamental, que fazia parte do jardim disposto em um dos patamares do “quintal”, ocupado na actualidade por outras construções.

Vejam-se, no volume II, as figuras nº 149-154.

<sup>81</sup>-A família Azevedo tem ascendência portuguesa. O pai era oriundo de Vila de Águas, região do Porto. Tal informação ajuda-nos a compreender o complexo construído. O lugar foi adquirido pelos actuais proprietários em 1943. Convém

Não menos expressivo é o conjunto da rua Santa Tereza, nº 119, de propriedade da família Peixoto, que reside no local, possivelmente, desde a década de 1860.<sup>82</sup> O terreno da moradia resulta de fracionamento do património da ordem dos Carmelitas descalços, conhecidos por Teresos. Antes de a ordem ser proibida de actuar em Pernambuco [agosto de 1831], o espaço se destacava pela criação de peixes. Um dos “viveiros” remanescentes situa-se em parcela praticamente plana, adquirida pela referida família.

Mesmo que o citado lugar não exiba mais a mesma condição de cultivo e recreio de outros tempos, é lembrado pela fartura proveniente do jardim, do pomar e do tanque. Sem dúvida, o grande destaque desse complexo foi o “viveiro”, que permitia inclusive a entrada de canoas no recinto. Utilizavam-se embarcações como meio de transporte eficaz, para o abastecimento em géneros alimentícios e mercadorias, provenientes de Recife e das chácaras vizinhas. No passado, o “viveiro” permanecia sujeito à influência das marés do rio Beberibe. De formato quadrangular e delimitado por muretas, o tanque também foi construído para proporcionar descanso e lazer. Num dos seus limites, encontram-se ainda vestígios de bancos adossados e corridos. A natureza aprazível e fértil desse local era complementada pelo plantio de laranjeiras. Até recentemente, era possível capturar grande quantidade de peixes (bicudas, camorins, carapebas, curimãs, tainhas) e de crustáceos (aratus, caranguejos e siris), principalmente durante a Semana Santa, época da “despesca”, em que era franqueado o acesso ao público, assim como acontecia em algumas quintas de recreio em Portugal.<sup>83</sup>

No referido lugar, também sobressaía, para além do viveiro, o jardim em estreita relação com o edifício e com o pomar. Ambos os subespaços forneciam produtos para o comércio ambulante e o fabrico artesanal de perfumes e licores. No jardim, os canteiros apresentavam-se organizados numa retícula a partir de um eixo que se gerava logo na entrada. O local era delimitado e protegido por romãzeiras e latadas de jasmim bogari e uva preta, com o fim de amenizar as condições climáticas. Tal artifício favorecia a cultura, a conservação e a colheita de ervas e temperos, assim como de flores, que eram separadas por espécies, dentre elas: cajado-de-são-José, cravos, beneditas de várias tonalidades, dalias (simples e dobradas), margaridas, roseiras (amélia branca, mesquita, rosa, vermelha). O pomar, por sua vez, reflectia a profusão e a

---

salientar que nos lugares examinados, tanto em Recife quanto em Olinda conservam-se traços da tradição nortenha, devido ao número de imigrantes e seus descendentes, moradores nessas duas cidades.

AZEVEDO, Francisco José Moreira de. Morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

<sup>82</sup>-A família Peixoto, ou melhor Matos Peixoto Guimarães, tal como outras famílias residentes na cidade de Recife e de Olinda, possui ascendência portuguesa. É proveniente, como o sobrenome indica, da região de Guimarães, norte de Portugal.

LIMA, Fernando António Guimarães. Morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. 2005.

<sup>83</sup>-ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 203, 211.

irregularidade do cultivo das fruteiras, destacando-se no elenco de variedades: abacateiros, anonas, árvores da fruta-pão, azeitonas-da-terra, cajazeiras, cajueiros, caneleiras, caramboleiras, coqueiros, jambeiros (branco e rosa), jenipapeiros, limoeiros, mangueiras (castanha, espada, maranhão, rosa, sapatinho), oitizeiros, sapotizeiros. As bananeiras (maçã, pão e prata) eram mantidas nas adjacências dos muros, o que conferia maior continuidade e espontaneidade ao conjunto.<sup>84</sup>

Na actualidade, mesmo diante de um quadro de degradação e mutilação desses espaços, consideramos os dados levantados em campo tão importantes quanto aqueles contidos em arquivos e bibliotecas. A síntese das informações apuradas possibilita um melhor entendimento a respeito das dimensões qualitativas das hortas/pomares ou dos jardins de tradição lusíada, constituídos em sintonia com o relevo e outros componentes da estrutura biofísica de cada lugar. Podemos dizer que as chácaras e outras categorias de espaço abertos verificadas em Olinda eram ambientes mais integrados, uniformes, menos compartimentados, principalmente se levarmos em conta a comparação com outras realidades, como a de Ouro Preto, fortemente condicionada pela topografia irregular do sítio.

---

<sup>84</sup>-No entanto, nem o referido complexo nem a sua envolvimento foram devidamente conservados. A cacimba da propriedade foi soterrada, o jardim transformado num terreiro para estacionamento e o espaço envolvente tem sido afectado por ocupações clandestinas e/ou irregulares nas margens do manguezal, factos que comprometem o equilíbrio ecológico do lugar. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 128-133.

## PARTE II: A CARACTERIZAÇÃO DO TECIDO VERDE

### ESPAÇOS ABERTOS À LUZ DA TRADIÇÃO LUSÍADA

---

*“Não se compreende, rapidamente, a paisagem. Antes se deixa compreender, mas num ritmo que é o seu e que se chama vida. Não é por muito teorizar que a alcançamos, mas vivendo-a devagar, amando com atenção e inocência, saboreando-a o tempo de ver, de ouvir, de tactear e cheirar. Para tudo é preciso tempo na paisagem (...)”<sup>1</sup>*

Na actualidade, é cada vez mais patente a falta de conhecimento a respeito das tradições herdadas. Nas cidades brasileiras, os espaços abertos, sobretudo os de carácter privado, têm sido tratados como anexos de edificações, sobras de terra que não foram desmembradas e ocupadas ou como intervenções descoladas de um determinado contexto cultural ou ainda como se fossem meros panos de fundo para a manutenção cénica de monumentos arquitectónicos, principalmente os de reconhecido valor artístico e histórico. É como se nada pudessem expressar além da função de enquadramento que lhes cabe. A natureza recriada nos jardins, nas hortas e nos pomares é geralmente entendida como se estivesse congelada no tempo, desvinculada de qualquer processo de construção da paisagem e de sua relação com os antigos moradores. No geral, hortas e pomares não são entendidos como manifestações culturais de valor patrimonial.

Não menos grave é o equívoco de achar que as manchas verdes podem ser avaliadas somente a partir de levantamento botânico e cadastral. A insistência em levar adiante os referidos entendimentos influencia a permanência de uma situação de quase torpor perante a ocupação clandestina que incide sobre tais lugares. Enquanto isso, praticamente nada é feito para coibir a vigência de interesses privados, que resulta na descaracterização e na fragmentação de antigos sistemas de produção, que ainda fazem parte da malha urbana. O avanço de tal processo tem repercutido no desequilíbrio e no enfraquecimento de componentes essenciais, culturais e ecológicos do património paisagístico.

Muitas informações que poderiam ser elucidativas sobre o objecto de estudo deste trabalho se perderam, devido às sucessivas depredações ocorridas nos conjuntos arquitectónicos, outras se encontram dispersas por arquivos e bibliotecas, mas o importante é compreender que, além de registos históricos, existem caminhos alternativos que podem suprir as lacunas de conhecimento. Através da observação de culturas compartilhadas entre Brasil e Portugal, é possível identificar

---

<sup>1</sup>-MENDOÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a idéia*. Évora: Universidade de Évora, 1989. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado). v.1. p. 305-306.



concepções, valores, visões de natureza que influenciaram a criação dos espaços abertos. Para ilustrar a sensação de proximidade, apesar da distância real, através da ótica de quem se apercebeu da referida questão, na interface desses dois mundos, as palavras de Raul Lino e de Jaime Cortesão são testemunhas do tipo de olhar de quem se refere às origens. Raul Lino, ao descrever Ouro Preto, retrata-a como uma “cidade portuguesa que se exilou, que para aqui [Estado de Minas Gerais] se transferiu, por milagre, mais beiroa que minhota”.<sup>2</sup> Acrescentaria o segundo autor:

*“(…) pareceu-me que havia fundido em si [Vila Rica] com perfeita harmonia, para melhor beleza da cidade, a severidade trasmontana de Vila Real, a opulência religiosa de Braga e a majestade senhoril de Coimbra. Só então verdadeiramente compreendi certa frase-síntese deste livro [veja-se a referência abaixo relacionada]: ‘A casa portuguesa transplantada integralmente, a igreja, o sistema de vida, deram às Minas Gerais um aspecto que lembra a todo o momento uma visão de Portugal’. Esta e frases semelhantes eu lera neste livro. Haviam-me impressionado, mas como a quem lê à flor da pele. Pois todas as considerações de tema plástico só podem entender-se, realizando-as diretamente, sobre o objeto da elaboração abstrata. (...) ali [em Ouro Preto] no profuso desdobramento dos tipos originais, e através dos exemplares mais perfeitos da arquitetura civil e religiosa, me foi dado distinguir melhor essa graciosa união de modéstia e ostentação, de recato e majestade, de simplicidade e grandeza teatral, que faz brotar, tão naturalmente como a flor da haste, as construções mais genuinamente portuguesas. Ali, em Ouro Preto, melhor que alhures, se entende a dialética instintiva, que fundiu os contrários e presidiu as criações artísticas desses homens da ‘pequena casa lusitana’, que descobriam mundo e fundavam impérios”*.<sup>3</sup>

É através do estabelecimento de parâmetros comparativos e da realização de associações mentais, com base em experiências nos dois mundos, que aos poucos o fio de memória será fortalecido e recuperado, e conseqüentemente o que não era devidamente compreendido poderá ser revisto e relacionado a uma mesma génese, como é o caso dos espaços abertos e/ou do património paisagístico, tema esse que ganha sentido ao ser apreciado a partir da cultura ancestral. O valor cultural identitário que hoje reconhecemos na paisagem e se observa nos relatos de muitos cronistas por nós investigados é completamente desconhecido e por isso ignorado, sobretudo, por quem tutela as cidades luso-brasileiras.

Assim, o conhecimento das origens, pela leitura interpretativa dos factos, torna-se importante. Permite-nos redescobrir a própria identidade, o que nos situa perante práticas e saberes que foram utilizados no desenho da paisagem. Daí percebermos e valorizarmos a permanência do tecido verde no meio urbano. Em linhas gerais, pode ser compreendido a partir de esquemas morfológicos e tipológicos, definidos mediante a relação entre espaços abertos e edificados, entre elementos vivos e inertes. Além disso, o modo como as pequenas parcelas ou as unidades agrícolas constituíram a forma dos primitivos povoamentos, também, nos leva a reflectir sobre o tipo de ocupação e o aproveitamento dos recursos potenciais em cada sítio.

<sup>2</sup>-KRULL, Germaine. Ouro Preto. Lisboa: /s.e./, 1943. /s.p./ Apud VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 257.

<sup>3</sup>-LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. [3ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. p. 11. Prefácio de Jaime Cortesão.

Nesse quadro, hortas e pomares, além de serem locais de produção, proporcionavam lazer ou ócio a seus utentes. Eram lugares significativos que ajudavam a pontuar a memória colectiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a sociabilidade nos aglomerados urbanos, como acontece até hoje. Na parte alta de Olinda, por exemplo, o maciço verde chega a ser exuberante. É conformado por muitos coqueiros e grandes árvores frutíferas, conhecidas como fruteiras, de alturas variadas e com amplas e densas copas, que proporcionam condições de permanência em suas sombras, quase noturnas. Constituem um dos principais componentes dos espaços abertos. As citadas árvores permitem abrigo aos moradores do lugar que, popularmente, as tomam como parte da própria habitação. Segundo depoimentos colhidos “in loco”, a vida antigamente costumava ser mais fervilhante em tais lugares, onde as famílias se reuniam para conversar a respeito de assuntos quotidianos, para confraternizar com os amigos em ocasiões especiais, realizar tarefas do dia-a-dia e mesmo onde os meninos brincavam de ser meninos, correndo por entre os troncos de árvores e subindo de galho em galho, a fim de apanhar e saborear quantos frutos pudessem pegar ou comer.

O verde urbano em Ouro Preto, por sua vez, apresenta-se de maneira diferenciada, menos sumptuoso, mas nem por isso menos envolvente e sensual. Nessa cidade, ainda existem hortas. O cultivo de citrinos sobressai como valor tradicional da cultura do lugar, sendo um dos traços de herança portuguesa na paisagem, porém encontra-se reduzido. A produção de subsistência era desenvolvida nos domínios das habitações, em pequenas parcelas fundiárias, formalizadas a partir de componentes culturais e naturais, que propiciavam condições específicas de lazer.

Em locais como os mencionados, o ócio manifestava-se. O termo em si foi mal interpretado por estrangeiros e pela própria historiografia. Comumente percebia-se o citado estado de espírito através da imagem de preguiça, por demais redutora para justificar o comportamento de utentes dos espaços abertos. Diante de atributos da natureza, as pessoas rendiam-se instintivamente às ambiências locais, onde as sensações eram despertadas e os sentidos aguçados, principalmente, em períodos de safras, quando os frutos podiam ser colhidos e/ou saboreados aos pés de árvores e arbustos. Podemos dizer que situações de lazer, ócio, prazer e/ou recreio faziam parte da mesma realidade de lugares voltados à produção de subsistência. Assim, cultivavam-se determinadas espécies vegetais, valorizadas por suas qualidades estéticas, ou mesmo construíam-se determinados artificios, como: alegretes, cacimbas (poços de água), latadas, tanques de ornamento e rega, que tornavam atractivos os jardins, as hortas e os pomares.

Geralmente, os relatos históricos de naturalistas e/ou viajantes estrangeiros, elaborados durante o século XIX, foram pouco elucidativos quanto à descrição das parcelas hortifrutícolas. As narrativas fundamentavam-se numa abordagem discriminatória, a partir de concepções alheias

aos padrões culturais que descreviam. Assim, as referidas parcelas não eram entendidas, o que nos leva a reavaliar criticamente o conteúdo das crónicas de época. Beleza e utilidade, prazer e trabalho, fizeram parte da existência dos espaços abertos inseridos na malha urbana. Além de serem lugares organizados para o desempenho de actividades de subsistência, também eram locais de apazibilidade cujos componentes apresentavam finalidade emotiva ou recreativa. A própria imagem da cidade tradicional reforçava o referido aspecto, através da contiguidade e da continuidade dos espaços abertos. Os conjuntos constituídos também expressavam uma determinada vivência da natureza, levada adiante por diversos segmentos da sociedade.

### **Promotores e Intervenientes do Verde Cultivado<sup>4</sup>**

---

A construção do verde nos povoamentos coloniais deve ser entendida em estreita sintonia com o processo de formação da sociedade brasileira, que segundo Darcy Ribeiro foi fruto de uma longa gestação, concebida originalmente a partir de caldeamentos, confluências e entrechoques, entre matrizes e tradições bem diferenciadas: a versão ameríndia, a variante lusitana, hegemónica, e a vertente dos negros africanos, traduzindo-se na constituição de vários “brasis”, marcados por diversidades regionais.<sup>5</sup> Equivale dizer de muitos caboclos, caipiras, crioulos, gaúchos, mineiros, sertanejos, dentre outros tipos característicos, que compuseram o universo humano, com distintos “modus vivendi”. A partir desta observação, é possível imaginar a riqueza das muitas paisagens criadas, que mantiveram em comum a mesma origem, ligada ao passado de fortes traços portugueses.

Compreender a identidade brasileira levando-se em conta a mencionada questão é fundamental, o que facilita inclusive o melhor entendimento dos espaços abertos e/ou do património paisagístico, construídos para aliar o útil ao agradável, reflexo da maneira de ser do colonizador, que segundo Gilberto Freyre: “é, e sempre foi, o homem da horta emendada com o jardim, da igreja pegada a casa; da botica ou da cozinha vizinha do laboratório. O povo do útil reunido ao agradável; do sobrenatural reunido ao cotidiano; da ciência a serviço da vida”.<sup>6</sup> De todas as influências herdadas, a cultura lusíada foi a grande promotora de conceitos, costumes e valores que incidiram na materialização de diversos tipos de espaços abertos da cidade colonial.

---

<sup>4</sup>-Este item encontra-se parcialmente publicado. Veja-se: OLIVEIRA, Marcelo Almeida. “Uma contribuição ao estudo dos espaços verdes em sítios coloniais”. In: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO, DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (org.). *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. Porto, 2006. v.3. p. 187-199.

<sup>5</sup>-RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 11-26.

<sup>6</sup>-FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso brasileira*. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1942. p. 39.

## Ordens religiosas

As ordens religiosas destacaram-se como um dos segmentos mais actuautes da sociedade colonial, no repasse de práticas ligadas à agricultura e às técnicas hortícolas. Existem registos sobre a maneira sábia como os padres cuidaram de suas hortas, pomares e/ou jardins, sem mencionar a competência com que lidaram com os recursos naturais em suas propriedades, localizadas em zonas periurbanas ou rurais, nas mais diversas circunstâncias.<sup>7</sup>

Os recolhimentos religiosos tornaram-se locais propícios para a difusão de referências simbólicas e saberes específicos, que visavam a alcançar a harmonia entre cultura e natureza. No contexto especificado, podemos citar a narrativa do jesuíta António Sepp Von Rehegg (1655-1733), que trabalhou nas missões durante o século XVII. Em seus registos, ficaram assinaladas várias funções desempenhadas por religiosos e congregados. Dentre elas, incentivava-se a actividade de jardineiro, uma das muitas obrigações desenvolvidas no interior dos complexos religiosos, onde se promovia a transmissão de conhecimentos às “selvas intransponíveis” ou aos “sertões brutos”. Conforme palavras do mencionado clérigo, num “Collegium Societas”, comparado a uma república bem organizada, o “Padre precisa[va] ser tudo a todos!”.

*“Precisa[va] ser: cozinheiro, dispenseiro, comprador e gastador, enfermeiro, médico, arquiteto, jardineiro, tecelão, ferreiro, pintor, moleiro, pedreiro, escrivão, carpinteiro, louceiro, oleiro e tudo quanto pode haver ainda de funções numa república bem organizada, numa comunidade, cidade ou num Collegium Societas, ou num convento da Santa Ordem”* (sublinhado nosso).<sup>8</sup>

No que se referia aos cuidados empregados na conservação das cercas religiosas, António Sepp deixou nítida a ocorrência de inspecções periódicas, para verificar se os hortelões estavam realizando satisfatoriamente as tarefas de capinar, plantar, regar e semear os muitos canteiros.<sup>9</sup> Tal padre, ao se deter no relato da redução indígena de Japeyu ou dos Três-Santos-Reis, uma das trinta reduções existentes no chamado “Reino Teocrático Jesuítico-Índigena”,<sup>10</sup> junto ao rios

<sup>7</sup>-Os jesuítas, dentre outras ordens, souberam aproveitar os recursos naturais específicos de cada sítio, através da execução de determinados artificios e empreendimentos, como abrir valas para sanear restingas, campos alagadiços e potencializar o uso de pastagens destinadas à engorda do gado.

Cf. LEITE, Serafim, Padre. *Fazendas e engenhos jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945c. p. 204-205. (Separata da revista Verbum, Tomo II, fasc. 2, Jun. 1945).

<sup>8</sup>-SEPP S.J., António, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951]. p. 113.

Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; a obra, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugalíia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938b. Tomo II. p. 591.

<sup>9</sup>-SEPP S.J., António, Padre, 1655-1733. *Op. cit.* p. 141.

<sup>10</sup>-Segundo informações fornecidas por Wolfgang Hoffmann Harnisch, as reduções constituíam comunidades indígenas cristianizadas e organizadas em aldeamentos, verdadeiros baluartes a serviço da Coroa Espanhola e Portuguesa, com actividade económica grandiosa e auto-suficiente. Administradas por padres jesuítas, esses lugares tiveram uma fase principal durante o período de 1690 a 1750, aproximadamente. Segundo a legislação colonial espanhola, não era permitida a realização de serviços religiosos por jesuítas de outras nacionalidades, a não ser por súditos da Áustria, de Flandres e de possessões da Itália, o que explica o trabalho do Padre Sepp, de nacionalidade austríaca, como missionário na redução de Japeyu, uma das trinta reduções, das quais oito ficavam em terras do actual Paraguai, quinze na Argentina e sete, em sítios brasileiros, no Rio Grande do Sul.

Para o desenvolvimento deste assunto, veja-se: *Idem. Ibidem.* p. 5-50.

Paraná e Uruguai, situados no actual extremo sul brasileiro, igualmente propiciou informações a respeito da vida quotidiana, não só na referida localidade, mas na região, que compreendia parte dos territórios da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, domínios da Coroa Espanhola.

Interessa observar a maneira como foi ordenada tal redução, o que nos permite compreender o desenho dos espaços abertos das comunidades cristianizadas. Com relação a Japeyu, o lugar encontrava-se disposto em hortas, pomares/vergeis e/ou jardins, considerados numa alusão à fertilidade da América, notificada nos seguintes termos:

*“Temos um jardim extraordinariamente grande, para o qual só preciso dar um passo, vindo do meu quarto. Há aí uma horta para hortaliças e saladas, outra para árvores frutíferas, uma com ervas para os doentes, bem como uma vinha particularmente linda. Vamos passear por todos esses jardins, para que vejamos como é fértil esta terra e que cresce na América (...)”*<sup>11</sup>

Também se utilizou tal recurso descritivo na obra do português Ambrósio Fernandes Brandão, intitulada *Diálogos das Grandezas do Brasil*, datada do ano de 1618,<sup>12</sup> em que se relacionaram espécies vegetais nativas e transplantadas, fornecendo indicativos sobre a produção e o recreio em parcelas hortifrutícolas.

Algumas referências históricas ilustram a importância do cultivo das plantas medicinais nos domínios das hortas ou dos jardins privados, uma vez que eram consideradas fonte de cura para doenças. Os remédios caseiros eram tomados como uma verdadeira salvação para o corpo e o espírito. O Padre Serafim Leite, ao resgatar antigos registos da “Triaga Brasilica”, tido como o principal medicamento das boticas jesuíticas, ilustra essa realidade. Obtinha-se a matéria-prima a partir de plantas medicinais nativas, muitas delas aclimatadas nos canteiros de conventos e mosteiros.<sup>13</sup>

A intimidade de religiosos com os tratos da terra pode ser considerada através de metáforas, cujos conteúdos expressam associações de ideias que reflectem vivências no mundo da fé e na realidade do campo, como as descritas por Frei Jaboatam (1761), ao falar do sucesso da transposição de ramos da “seráfica árvore” da “Santa Província de Santo António de Portugal” para o Brasil.<sup>14</sup>

<sup>11</sup>-SEPP S.J., António, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951]. p. 115-116.

<sup>12</sup>-BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 142. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

<sup>13</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949a. Tomo VII. p. 283a.

<sup>14</sup>-“*Também não he gloria pequena para a nossa Custodia do Brasil ser ella hum formoso, e florente Ramo de tão pomposa, e fructifera Arvore, como he a Santa Provincia de Santo Antonio de Portugal, e que fossem tão venerados, e veneraveis Padres os seus Fundadores. E supposto se acha hoje este Ramo separado daquella Arvore, nem a Arvore perdeu por isso o seu ornato, e formosura, e nem o Ramo desmereceo o ser garfo de tal tronco: nem tampouco se deve ella desgostar, ou descomprazer; porque às vezes assim he necessario esgalhar a Arvore, e transplantar o Ramo, tanto para maior crescimento do Ramo, como para robustar melhor a Arvore, e tambem para que assim se possam multiplicar os fructos, e haver mais abundancia delles; pois he certo que, ou sejam estes da Arvore, ou do Ramo, tudo he fructo da propria especie, e tudo redunda em abono do mesmo tronco; porque, passando de humas a outras Arvores, sempre forão creditos para o Pays as glorias de seus filhos (...)”*

JABOATAM, António de Santa Maria, Frei. *Orbe seráfico novo brasilico*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, MDCCLXI (1761). Livro I. p. 76.

Através das imagens criadas, é possível compreender o sentido do útil associado ao agradável, do trabalho recompensado pela fertilidade e bondade de uma natureza pautada pela mão do Criador. Conforme comentado, o referido modo de perceber a vida, regida por poderes divinos, revelava a experiência das ordens religiosas com os segredos da terra, que transcenderam os domínios das moradias religiosas, sendo convenientemente apropriados por padres seculares.

Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, ao viajar pelas Minas Gerais, na região do vale do Rio das Mortes, paróquia de São João d'El Rei, teceu comentários nada aprovadores sobre a conduta de alguns religiosos, frente aos interesses e prioridades concedidos às questões terrenas. Ao invés de se preocuparem com as doutrinas e preceitos estabelecidos pela Igreja, os citados promotores da fé estavam mais interessados na cultura profana, baseada literalmente no desenvolvimento de actividades económicas em zonas rurais, dentre elas, a policultura rentável, ainda pouco explorada no período.<sup>15</sup>

### Homens Ilustres

Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius, que visitaram o Brasil entre 1817 e 1820, descreveram, com precisão de naturalistas, dentre os muitos aspectos característicos do primeiro quartel do século XIX, paisagens de várias regiões percorridas. De Minas Gerais, esses dois viajantes relataram aspecto significativo que permite uma reflexão sobre a vida em grandes e ricas fazendas da região, como a que foi intencionalmente visitada, nas proximidades do rio das Velhas, denominada fazenda do Padre Freitas, propriedade de um cura, possuidor de minas de extracção de ouro e dono de engenho. Dentre as observações colhidas, ficou ressaltada a necessidade da preparação de mão-de-obra para a realização de actividades específicas, como acontecia nos conjuntos monásticos. Ensinavam-se “in loco” diversos tipos de práticas, inclusive a da cultura agrícola.

*“(...) As fazendas distantes estão privadas de todo auxílio dos centros mais habitados; todo fazendeiro rico vê-se, portanto, forçado a prover por si mesmo as necessidades de sua casa, mandando ensinar ofícios aos seus escravos. Em geral, encontram-se na fazenda, operários e aparelhos para sapateiro, alfaiate, tecelão, serralheiro, pedreiro, tijoleiro, caçador, mineiro, para trabalhos da lavoura [e de hortas, pomares e/ou jardins], etc, ofícios que, numa cidade populosa, estão divididos em corporações especiais. À testa dos trabalhos está um feitor, mulato ou negro de confiança, e a ordem do dia é determinada como num claustro. O*

<sup>15</sup> - “Nesta zona, grande número de sacerdotes se limita a dizer missa, e dedica a outras coisas que não as funções do sagrado ministério. Nada é tão commum como os padres fazendeiros; o melhor boticário de São João d'El Rei era um eclesiástico que preparava e vendia, elle próprio, as suas drogas; nessa cidade, ao que me disse o vigário, outro padre vendia tecidos aos covados. Que se pode esperar de homens que professam ostensivamente o desprezo de todas as regras? e passo em silêncio muitos outros escandalos”.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela provincia de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Tomo I. p. 127.

*fazendeiro figura como governador, juiz e médico, em sua propriedade. Às vezes, também faz papel de padre, ou requer para a capela da casa os ofícios do pároco da vizinhança (...)*<sup>16</sup>

Assim, podemos nos referir a outra fazenda, à do Padre Corrêa, situada nas proximidades do rio Piabanha, [divisa entre as Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais], onde se praticava uma agricultura de alto nível, segundo os padrões da época. Na mencionada fazenda, eram produzidos para os mercados locais cerejas, figos, pêssegos, uvas e outras frutas de procedência europeia, cultivadas em grandes pomares, favorecidos pelo clima ameno do sítio, garantindo significativos lucros a seu empreendedor. Nos jardins, ainda eram plantados cravos, para serem comercializados nas adjacências, bastante prestigiados pelo gosto lusitano.<sup>17</sup> Em relação ao funcionamento dessa e de outras unidades agrícolas, deve-se considerar a importância do binômio clima-solo, responsável pelo desenvolvimento de atividades de produção.

Muitos dos viajantes europeus, ao visitarem pessoas de prestígio da sociedade colonial ou pós-colonial, procedimento que se estendeu ao longo do século XIX, deixaram entrever em suas crônicas evidências curiosas. Nas glebas pertencentes a ricos proprietários, situadas nas cercanias, havia grande esmero arquitetônico no trato do espaço construído, nos jardins das edificações e ao longo dos acessos ou caminhos de destaque. Esses locais encontravam-se diferenciados, inclusive, por meio do plantio de espécies arbustivas e arbóreas, orientadas a partir de determinado senso de ordem, cuja configuração resultante não passava despercebida aos olhares clínicos de visitantes, que relacionavam a existência de tais requintes a indícios do mundo civilizado.

Spix e Martius reforçaram a citada concepção, evidenciando o plantio de laranjeiras em alamedas, como aspecto de destaque e nobreza em determinados lugares cujos proprietários eram pessoas ilustradas, de posses, muitos deles possuidores de livros raros em suas bibliotecas, como o Senhor Teixeira, morador no arraial de Caeté, Minas Gerais, português de origem, amabilíssimo nos tratos, juiz-de-fora na profissão e cultor da história natural e da jurisprudência.<sup>18</sup> Analisando pistas sugeridas através de registros de época, é possível observar como o plantio de determinadas espécies contribuiu para a transposição de conceitos relativos aos espaços abertos. Assim, podemos relacionar a

<sup>16</sup>-O Padre Freitas era uma pessoa singular pela sabedoria e pelo patrimônio que detinha. Em sua biblioteca, existiam raridades literárias para a época, dentre elas: a intitulada *Medicina Doméstica* de Buchanan, tradução portuguesa, muito utilizada, segundo os viajantes, para cuidar da escravatura e protegê-la contra ataques de moléstias, além de obras de Rousseau, Voltaire e outros autores.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 84-85. (Edição alemã: 1823).

<sup>17</sup>-Segundo Auguste de Saint-Hilaire, o Padre Corrêa tinha uma reputação que o distinguia de outros fazendeiros, principalmente por seu conhecimento teórico e prático sobre técnicas agrícolas, que o tornaram famoso no Rio de Janeiro. Outros viajantes do século XIX, como: John Luccock, John Mawe, Spix e Martius, dentre outros, também fizeram jus à fama desse pároco e de sua propriedade, com casa avantajada e capela com belo adro.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Imprensa Paulista, 1937. p. 20-21.

<sup>18</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Op. cit.* 1938. Tomo II. p. 87.

presença dos citrinos na realidade brasileira como uma das manifestações da cultura portuguesa. Com relação à cultura dos citrinos na Península Ibérica, veja-se o que é tratado por Aurora Carapinha (1995).

Em Santa Catarina, por exemplo, as imagens consideradas por viajantes que percorreram suas paragens são preciosas, na medida em que revelaram circunstâncias resultantes da transposição de costumes, experiências e práticas oriundos da população de açorianos, base do povoamento local. Os arrabaldes dos pequenos povoados catarinenses, quando vistos do morro do Antão, como Desterro, Estreito, Olarias, Praia de Fora, dentre outros lugares, eram percebidos como um vasto pomar verdejante, de cafeeiros, laranjeiras e limoeiros, cuja mancha era pontuada por casinhas brancas, numa agradável verdura, que aconchegava a vista. O grande jardim, concebido como espaço de bem-estar, fertilidade, produtividade, vida, era estimulante aos sentidos. Auguste de Saint-Hilaire, ao apreciar os arredores de Desterro, rendeu-se aos encantos da visão edênica, potencializada por plantações de citrinos:

*“(...) nas vizinhanças da cidade estabeleceram-se lindas chácaras e mais longe, dispersos aqui e ali, encontram-se numerosos sítios. Enquanto nas províncias mais povoadas do interior caminha-se muito tempo sem nada encontrar-se que indique a presença do homem, aqui deparam-se-nos a cada passo casinhas cercadas de prodigiosa quantidade de laranjeiras, tendo ao lado uma roça de mandioca. Os terrenos dependentes de cada sítio e que dão para os caminhos de comunicação para a cidade ou para as outras propriedades, são vedados por sebes de limoeiros. Essas cercas vivas não possuem a cor suave do pilriteiro; entretanto, o seu verdor não é muito sombrio, nunca se desfolham como as nossas, e embalsamam o ar com o perfume das suas flores e das suas folhas (...)”*<sup>19</sup>

## Hortelões

Observa-se que diversos registos enaltecem por demais homens ilustres, pertencentes a uma camada minoritária da população, geralmente bem sucedida, branca e letrada. Com isso ficou em segundo plano a grande massa anónima de hortelões e jardineiros que, de maneira representativa, promoveram a disseminação de gostos e espécies vegetais, repassando concepções, muitas delas aprendidas com os próprios portugueses.

No quadro exposto, não podemos deixar de mencionar a contribuição de indígenas na ampliação do repertório botânico em jardins criados por religiosos, que souberam aproveitar a sabedoria de seus neófitos. Ressaltamos a experiência dos ameríndios com os segredos da flora nativa, particularmente apropriados para elaboração de remédios alternativos ou caseiros,

<sup>19</sup>-SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 159.

Outro cronista do século XIX, Affonso de Escragnoille Taunay, também exalta a visão panorâmica desfrutada do morro do Antão, cuja paisagem é descrita com os mesmos atributos percebidos por Auguste de Saint-Hilaire, “*uma mancha verde de laranjas e cafezais com casas e casinhas brancas*”.

TAUNAY, Affonso de Escragnoille, Visconde. *Paizagens brasileiras*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, [1926]. p. 91-93.



valorizados por serem eficazes no combate às enfermidades.<sup>20</sup> As ervas medicinais foram cultivadas em hortas domésticas, dividindo espaço com espécies de valor alimentar, condimentar e/ou ornamental. Levando-se em conta o elenco vegetal conhecido e utilizado, ficava evidente que o útil se fazia presente lado a lado com o agradável, o que foi divulgado como um padrão de beleza pela cultura predominante.

É o que se observa no episódio relativo à permanência do índio Lourenço no Colégio de Santo Alexandre, em Belém do Pará. O que chamou atenção, em tal acontecimento, foi o motivo de o cristianizado Lourenço não ser um índio qualquer e sim pajé de uma tribo das bandas do Japurá, que tinha sido abrigado por religiosos jesuítas. No diário da Ordem, referente ao período de 1756-1760, ficou evidenciada sua breve história. Além de ter boa conduta, exercia duplo ofício: assegurar água para o lavatório dos padres e “cuidar do horto do Colégio, plantando legumes, cheiros e flores”.<sup>21</sup> Os pajés, também conhecidos por “feiticeiros”, eram homens que desempenhavam funções médicas e religiosas, justamente por conhecerem os segredos curativos e “mágicos” das plantas e a riqueza do mundo vegetal, o que motivou o português a estabelecer, com as populações nativas, uma cultura de contacto, visando a obter vantagens.

No universo das contribuições e transculturações, o negro foi outro promotor que deixou sua marca nos interstícios do patrimônio paisagístico, onde foram introduzidas espécies para a subsistência do corpo e para os cuidados do espírito. A herança negra, muitas vezes esquecida, para não dizer negada, se manteve como forma de resistência à cultura europeia. Segundo Mara Zélia de Almeida, estudiosa de plantas medicinais, a influência africana não se resumiu somente ao incremento da culinária regional, responsável por agregar temperos e sabores típicos, como o do óleo de dendê, ao cardápio brasileiro cujos pratos eram, não raras vezes, requintadamente servidos em finas louças.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup>—“As outras ervas naturais são inumeráveis, e tão ativa a virtude de algumas, que se alcançaram a notícia e experiência delas Dioscórides e Plínio, seriam o maior emprego das suas penas e observações. O conhecimento dos seus efeitos nos ocultaram sempre os gentios, tenazes do segredo e ávaros dos bens que lhes concedeu a natureza; porém de alguns mais domésticos, e da experiência que a falta de outros remédios deu aos penetradores dos sertões, onde não havia boticas, nem medicinas, se veio a conhecer a sua força e a exercer a sua prática”.

PITA, Sebastião da Rocha, 1660-1738. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. p. 28.

Cf. CASTRO, Fernando Pedreira de. *Crônica da Igreja no Brasil: período pré-anchietano 1500-1553*. Rio de Janeiro: Editora ABC; São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938. p. 37.

<sup>21</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 309.

<sup>22</sup>-De acordo com a pesquisadora Mara Zélia de Almeida, foram transplantadas da África para o Brasil diversas espécies, que ainda conservaram seus nomes “yorubás”, do sudoeste da Nigéria, como: akôkô (*Newbouldia aexis* Seem), fava de Aridam (*Tetrapleura tetraptera* Paub), obi (*Cola acuminata* Schott e Endl.), orobô (*Garcinia cola* Heckel), rím-rím (*Monnieria trifolia* L.). Das espécies africanas aclimatadas mais conhecidas, podem ser mencionadas: dendê, inhames, jaqueira, mamona, quiabo, tamarineiro, que se tornaram “espontâneas” em nossa paisagem. A mencionada pesquisadora também ressalta a contribuição brasileira para o enriquecimento da flora africana, com o “refluxo migratório” ocorrido em período pós-abolição. Foram levadas para a África algumas espécies de anonas, batata doce, fumo, guiné, milho, pinhão branco, dentre outras plantas. Cf. ALMEIDA, Mara Zélia de. *Plantas medicinais e ritualísticas*. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 34-44.

Da cultura negra, encontram-se vivos os costumes e as crenças, baseados em conhecimentos etnomédicos de “babalorixás” e “yalorixás” (sacerdotes), que prescrevem o uso de plantas ritualísticas, através do consumo de cascas, folhas, raízes e sementes para “banhos” com fins medicinais e outros propósitos. Também acabam incentivando, directa ou indirectamente, o cultivo de algumas delas, como a guiné, comum em diversas regiões brasileiras. É utilizada, inclusive, por moradores de Olinda e Ouro Preto, servindo de protecção contra o “olho grande” ou o “mau olhado”. A mencionada pesquisadora cita facto curioso, a partir de informações obtidas no recôncavo baiano, e que envolve a referida planta. Era conhecida popularmente como “amansa-senhor”. Ao serem preparadas refeições domésticas, escravos adicionavam a guiné sob forma de chá na alimentação dos senhores de engenho e seus feitores, o que provocava, depois de um certo tempo, molezas e sonolências. Estudos científicos recentes comprovam os efeitos dessa planta, cujos princípios activos actuam directamente sobre o sistema nervoso central.<sup>23</sup>

No caldeamento de raças e valores, nem sempre pacífico, os jardins foram testemunhos vivos de sucessivos processos de transculturação. Daí serem os detalhes construtivos preciosos registos de uma história quase invisível aos olhos de grande parte das pessoas, que pouco conhece a respeito da gramática e sintaxe de elementos utilizados no desenho base desses locais de produção e recreio. Assim, quaisquer indícios e vestígios de ocupação humana podem sugerir preciosas informações. No Brasil mestiço, de muitas caras e cores, a mentalidade do útil aliado ao agradável se fez notar, não só nas hortas e pomares de propriedades abastadas, mas em lugares menores, de tradição popular, localizados nas próprias cidades, nem sempre compreendidos segundo a lógica do erudito.

Ao tentar recompor um quadro de época, não se pode esquecer da figura feminina, tão pouco prestigiada em relatos históricos. Na administração de demandas práticas da vida quotidiana em família, a mulher teve papel relevante na difusão das tradições herdadas. Enquanto os homens centravam seus interesses nas causas produtivas ou nas mais rentáveis economicamente, as mulheres, dentro de estreitos limites do mundo que lhes cabia, ajudaram a promover a selecção de espécies utilitárias e ornamentais, segundo padrões aprendidos. Criaram suas próprias referências na intimidade de hortas, pomares e/ou jardins, longe de olhares curiosos de viajantes e visitantes, tornando-os lugares produtivos e férteis, facto que influenciou a configuração da paisagem em cidades classificadas.

A vida doméstica também reflectia suas preferências por determinados tipos de vegetação, cujas qualidades ajudaram na confecção de prendas caseiras, tais como: pratos de culinária local ou regional, remédios ou mezinhas, enfeites florais, assim como perfumes ou águas-de-cheiro, que

---

<sup>23</sup>-ALMEIDA, Mara Zélia de. *Plantas medicinais e ritualísticas*. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 34-44.

demonstravam a forte presença do universo feminino no contexto da moradia. Até mesmo em alguns cômodos da casa, como nas varandas, a ambiência local era pautada pela mão da mulher, que escolhia as espécies a serem cultivadas na envoltória do edifício. Utilizavam-se especialmente plantas aromáticas e/ou ornamentais, como botões de ouro, clematites, cravos-da-índia, ervilhas-de-cheiro, escabiosas, estefanote-tropical, flor-do-imperador, fúcsias, gerânios, jasmims, laranjeiras, manacás, pitangueiras, roseiras, saudades, verbenas.<sup>24</sup> Muitas vezes, esquecido no tempo da memória, o repertório utilizado revela segredos sobre o “modus vivendi” de uma época.

A maioria dos viajantes europeus que percorreu o país durante o século XIX não estava inteirada das referidas particularidades. Não raras vezes, conforme foi dito, esses jardins foram percebidos como espaços abandonados e desordenados. O *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil* (1845), obra referencial, de autoria de J.C.R. Milliet de Saint-Adolphe, exemplifica o tipo de visão preconceituosa, a partir da descrição da cidade de Ouro Preto.

“(…) A cidade d’Ouro-Preto está assentada em varios montes que servem de base à serra d’Ouro-Preto, (...) A esterilidade da sumidade da serra, as gargantas e excavações, um céu quasi sempre ennevoado, casas edificadas sem symetria em outeiros desiguas com quintaes estreitos mal cultivados, e separados uns dos outros por muros arruinados, eis o aspecto pouco lisongeiro que offerece a capital da provincia de Minas-Geraes (...)”<sup>25</sup>

Há de se considerar que muitos dos relatos legados à posteridade raramente contemplaram vivências domésticas e componentes morfológicos dos espaços abertos. A visão fragmentada da realidade resultou numa consciência e num entendimento precários do patrimônio paisagístico e do seu significado nas cidades luso-brasileiras. É de se considerar a importância das ordens religiosas, dos homens ilustres, dos hortelões e de outros intervenientes na paisagem como fonte de conhecimento dos jardins coloniais, que constituíram espaços versáteis e multiculturais.

## **Lugares do Útil ao Agradável, Elementos Essenciais**

---

Parece-nos pois que começa a ser evidente, pelo supra exposto, o carácter utilitário dos jardins coloniais brasileiros, intrinsecamente associados à produção de alimentos. Daí relacionarmos a existência de certos componentes característicos, nos respectivos domínios, com

---

<sup>24</sup>-John Mawe (1764-1829), ao relatar sobre costumes brasileiros do século XIX, atenta para hábitos elegantes, incentivados pelas próprias mulheres. “(...) *Aqui se consideram as flores como parte integrante dos adornos femininos, para o cabelo e, quando se apresenta um estrangeiro a uma senhora, não passa de ato comum de cortezia desprender uma flor do cabelo e oferecê-la. A este elegante cumprimento deve-se retribuir, durante a visita, escolhendo uma flor entre a profusa variedade que adorna o jardim, ou a sacada, e oferecê-la*”.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. p. 92. (Edição inglesa: 1812).

WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil-do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 202. (Edição inglesa: 1886).

<sup>25</sup>-SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Diccionario geographico historico e descriptivo do Imperio do Brasil*. Pariz: Casa de J.P. Aillaud, 1845. p. 180-184.

a difusão das práticas agrícolas. Por isso, é importante salientar que, segundo os padrões tradicionais, se considerava a agricultura muito mais do que uma simples actividade produtiva. Também era uma fonte inestimável de conhecimento, que colocava o homem em contacto permanente com os atributos, os ciclos e os ritmos da natureza.

Os jardins, hortas e pomares constituíam verdadeiros complexos culturais, estéticos e utilitários, onde forma, função e técnicas construtivas se tornavam indissociáveis e cada parte e elemento tinham razão de ser. Nos povoamentos brasileiros, tais locais mantinham-se articulados, contribuindo para a consolidação de estruturas ou tecidos, conforme se viu anteriormente. Os conjuntos existentes ainda reflectiam a capacidade interpretativa de seus proprietários que, na maioria das vezes, se mostravam preocupados com a conservação dos recursos naturais, o que resultava na criação de espacialidades as mais diversas.

A água, sem dúvida, é elemento essencial nos jardins, determinando a localização e o desenho de muitos desses locais de produção e de recreio. Daí a necessidade da escolha adequada dos sítios para o desenvolvimento da agricultura, que resultava na ocorrência de manchas verdes na malha urbana, muitas vezes organizadas em sequências contínuas. Nesse contexto, de acordo com a dimensão e a finalidade das parcelas hortifrutícolas que compunham tal mancha, havia maior ou menor distinção formal e funcional entre suas partes, o que acabava transparecendo no uso do mencionado recurso, potencializado através da disposição de sistemas hidráulicos. Nas residências abastadas, situadas nas cercanias, dependendo da maneira como a água era aproveitada, ficava patente a diferenciação entre os sistemas ornamentais e os produtivos.

A vegetação era igualmente elemento de destaque. O plantio de subsistência contribuía para o desenho do espaço. No âmbito dos recintos privados e públicos, observava-se o uso de espécies vegetais para a contenção e o ordenamento desses recintos, o estabelecimento de hierarquias funcionais e mesmo a definição de locais de estadia ou permanência, que ajudavam a orientar a percepção dos seus utentes, possibilitando um melhor entendimento dos lugares vivenciados.<sup>26</sup>

As latadas são outro elemento a considerar, assim como as vedações, que influenciaram o carácter das unidades ou dos conjuntos formalizados. As latadas e a maioria dos artificios congéneres devem ser entendidas a partir da lógica construtiva eminentemente pautada pela dimensão cultural, estética, funcional e vivencial. Assim, não era fortuita a ocorrência de parreiras

---

<sup>26</sup>-“Sem querer abordar a teoria da percepção, citaria Aristóteles: ‘Nada existe no espírito que não tenha passado pelos sentidos’. O homem urbano está sujeito a sons, cheiros, calor, luz, estímulos visuais, climáticos, e outros, que actuam sobre os sistemas perceptivos, através dos quais passam mensagens organizadas e tratadas pelo cérebro, produzindo conhecimento do meio urbano (...)”.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000. p. 58.

no desenho dos jardins. Constituíam verdadeiras sínteses de aroma, cor, forma e sombra, que transformavam quaisquer parcelas produtivas em lugares aprazíveis, como acontecia nos laranjais, ordenados em “alamedas” ou “ruas”.<sup>27</sup> Tais manifestações devem ser examinadas como adaptação da herança portuguesa no Brasil. No âmbito dos jardins, também ocorria a difusão de outras práticas, como a do cultivo em socacos ou terraços cujos sinais, marcas e vestígios são visíveis em vários pontos da serra de Ouro Preto, o que nos remete à lógica do melhor aproveitamento do terreno. Nessas circunstâncias, a adopção de determinadas técnicas buscava a racionalização dos recursos naturais, principalmente através do desenho baseado no traçado de geometria simples, normalmente identificado nos canteiros das hortas e no alinhamento dos grandes pomares, resultando em espaços surpreendentemente complexos e dinâmicos.

Muros, sebes e valados eram elementos que definiam o fechamento e a vedação dessas parcelas. Além do papel que desempenhavam, evitando a ocorrência de danos provocados por animais e pessoas nas plantações, contribuíam para a espacialidade dos jardins, em particular para a integração das diversas unidades no interior de cada parcela, o que variava de acordo com a dimensão dos próprios terrenos. No entanto, ficava bem evidenciada a demarcação entre o espaço privado e o público, aspecto que adquiriu maior expressão com os muros, que também funcionavam como estruturas de suporte para a construção de bancos, fenestração e latadas, conferindo aprazibilidade aos recintos, facto exemplificado na continuidade deste *item*.

Parece-nos também oportuno ressaltar a concepção de natureza da cultura lusíada, que serviu de base para materializar os diversos tipos de parcelas hortifrutícolas existentes no tecido das cidades coloniais. Nesse sentido, as noções de abundância, aprazibilidade e fertilidade também se fizeram presentes em jardins, hortas e pomares na paisagem brasileira, tanto na periferia da “urbe” quanto no seu interior. Essas noções eram muitas vezes expressas nos relatos, em particular, nas primeiras cartas de padres jesuítas. A paisagem era tida como um Éden, abençoada pela mão do Criador.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup>-Cf. FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003. p. 351-353.

<sup>28</sup>-Sentimo-nos compelidos a reproduzir parte da carta do Padre Ruy Pereira, enviada aos padres e irmãos da Companhia da Província de Portugal, datada de 15 de setembro de 1560.

*“E por amor de Christo lhes peço que percam a má opinião que aqui do Brasil tinham, porque, lhes fallo verdade, si houvesse paraíso na terra, eu diria que agora o havia no Brasil. E, si eu isto sinto, não sei quem o não sentira, porque si olhamos para o corporal, não ha mais que pedir, porque malencolia não a tem cá, sinão quem a quizer cavar e descobrir de mais alto que foi o pouco de S. Roque; saude não ha mais no mundo; ares frescos, terra alegre, não se viu outra; os mantimentos eu os tenho por melhores, ao menos para mim, que os de lá e de verdade que nenhuma lembrança tenho delles pera os desejar. Si tem em Portugal gallinhas, cá as ha muitas e mui baratas; si tem carneiros, cá ha tantos animaes que caçam nos mattos, e de tão boa carne, que me rio muito de Portugal em essa parte. Si tem vinho, ha tantas aguas que a olhos vistos me acho melhor com ellas que com os vinhos de lá; si tem pão, cá o tive eu por vezes e fresco, e comia antes do mantimento da terra que delle, e está claro ser mais sã a farinha da terra que o pão de lá; pois as fructas, coma quem quizer as de lá, das quaes cá temos muitas, que eu com as de cá me quero. E além disto ha cá cousas em tanta abundancia, que além de se darem em todo o anno, dão-se tão facilmente e sem as plantarem que não ha pobre que não seja farto com mui pouco trabalho. Pois si fallarem nas recreações, comparando as de cá com as de lá, não se podem comparar, e estas deixo eu pera os que cá quizerem vir a experimentar. Finalmente, quanto ao de*

Considerava-se a natureza como uma Primavera Eterna, pela grande fartura de alimentos disponíveis e pela própria condição favorável do clima, que ajudava na subsistência do homem, sem demandar dele muitos esforços. Exemplificamos a mentalidade vigente a partir de trecho de correspondência datada do ano de 1549, enviada de Salvador da Bahia pelo Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570) ao [Padre] Martín de Azpilcueta Navarro, do Colégio de Coimbra, onde se lê:

*“A região é tão grande que dizem de três partes em que se dividisse o mundo ocuparia duas. É muito fresca e mais ou menos temperada, não se sentindo muito o calor do estio. Tem muitos frutos de diversas qualidades e muito saborosos. No mar igualmente muito peixe e bom.*

*Semelham os montes [a] grandes jardins e pomares, que não me lembra ter visto pано de rás mais belo. No montes há animais de muito diversas feiuras, quais nunca conheceu Plínio nem deles deu notícia; e ervas de diferentes cheiros muitas e diversas das de Espanha, o que bem mostra a grandeza e beleza do Criador na tamanha variedade e beleza das criaturas”.*<sup>29</sup>

De acordo com os primeiros registros, as palavras reflectiam o valor atribuído à terra e ao seu cultivo. Parece-nos oportuno comentar que essa noção também se encontrava presente no imaginário da “urbe” colonial, sendo materializada a partir da continuidade cultural e natural observada em sua paisagem, não raras vezes comparada a um grande jardim.

O que se valorizou na base da cultura ancestral deveria ser considerado hoje em dia na ótica da preservação patrimonial, principalmente no tocante à permanência da unidade edifício/parcela nas cidades classificadas. É necessário reaprendermos a ver beleza e cultura mesmo naquilo que o senso popular julga ser banal ou simples e os técnicos ignoram como espaços a serem protegidos, ou seja, referimo-nos mais particularmente às hortas e aos pomares. Através do desenho de antigos jardins, é possível compreendermos aspectos fundamentais da forma urbana, além de percebermos a noção de natureza que continua impregnando a paisagem brasileira, marcada pelo binómio da produtividade e do recreio. Exemplificamos o mencionado entendimento a partir do que Maria Carmem Bastos comenta a respeito do seu jardim, situado na cidade classificada de Olinda:

---

*dentro e de fóra, não se póde viver sinão no Brasil quem quizer viver no paraiso terreal; ao menos eu sou desta opinião. E quem me não quizer crêr, venha experimentar. Dir-me-ão que vida póde ter um homem, dormindo em uma rêde, pendurado no ar como redea de uvas? Digo que é isto cá tão grande cousa que, tenho eu cama de colções, e aconselhando-me o medico que dormisse na rêde, e a ahei tal que nunca mais pude ver cama, nem descansar noite que nella não dormisse, em comparação do descanso que nas redes acho. Outros terão outros pareceres; mas a experiencia me constringe a ser dessa opinião”.*

ACADEMIA BRASILEIRA. *Cartas jesuíticas; cartas avulsas (1550-1568)*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931. p. 263-264, 271-272. Cf. nota 145 da mencionada referência bibliográfica, em que foi relatada a dispensa do citado Padre Ruy Pereira dos serviços prestados à Companhia de Jesus, ainda na década de 1560, por não ter sido aprovado no desempenho de suas funções, possivelmente devido ao facto de ter caído em tentação a partir do ócio despertado pela natureza local.

<sup>29</sup>-Os escritos do Padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), português de nascença e fundador da Província do Brasil, foram divulgados em diversas nações europeias. A *Informação do Brasil* (1550), de sua autoria, já tinha sido impressa cerca de seis vezes antes da publicação de *Os lusadas* em 1572.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; escritores de N a Z*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Civilização Brasileira; Lisboa: Livraria Portugalíia, 1949c. Tomo IX. p. 418.

LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae I (1538-1553)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Iesu], 1956. p. 135-136.

*“(…) É o lugar em que existe a possibilidade de se relacionar com a natureza e fazer parte dela. Plantar, observar as diversas formas, cores e texturas da vegetação, colher e provar os frutos e sentir os vários aromas (...). São práticas que eu mantenho desde o tempo em que morava numa granja da família. Apesar de conservar o gosto pelo plantio, tento não interferir no processo de sucessão que ocorre no pomar. Muitas das mudas de árvores que existem nele, não fui eu que as plantei, foram as aves que as semearam. Daí, nasceram os pés de goiaba, pitanga e sapoti. Outras árvores já existiam, antes mesmo de adquirir essa casa, como as mangueiras e o pé de cajá. No entanto, também, tento deixar as minhas marcas no local, criando condições para que a folhagem de menor porte possa se esparramar, preguiçosamente, por entre os sombreados densos das grandes árvores, que já dominam em altura o lugar (...).”<sup>30</sup>*

Demonstrações de afectividade como essa incentivam a conservação tanto do espaço aberto quanto da estrutura urbana. Dizemos que a experiência poética advinda do acto de cultivar a terra continua fazendo parte da vida na cidade classificada, que ainda guarda forte apego ao mundo da ruralidade, especialmente no âmbito de certos conjuntos. Hortas e pomares são tomados como fontes de ensinamento e criatividade, sempre a estimular o amor, o intimismo e a saudade, sensações e sentimentos provenientes do convívio com os atributos da natureza, assim como acontecia no passado. Na fala de quem se apercebe em sintonia com a vegetação, as cenas descritas são dotadas de profundidade e realismo.

*“(…) A horta me ensina muito, porque ela é viva. É uma surpresa diária. Sua dinâmica é surpreendente. É maravilhoso acompanhar tudo isso! o crescimento das árvores, as floradas, as frutificações, os insetos, os pássaros (...). Quando estou triste, venho para cá, fico no meio da horta, principalmente num lugar mais fechado, onde têm mais árvores concentradas. Aí, eu fico melhor. Acho que as árvores são minhas amigas. É uma relação de troca fantástica (...).”<sup>31</sup>*

Não podemos prescindir da ocorrência dessas espacialidades, associadas à dispersão de aromas, luzes, sonoridades, tactibilidades, em favor do olhar à distância, ainda valorizado pela preservação patrimonial brasileira, fundamentada em concepções formalistas. Torna-se necessário alertarmos para os riscos da vigência das referidas concepções, pois isso poderá resultar na completa artificialização do todo construído nas cidades classificadas, como já vem ocorrendo em várias delas.

### **Limites e Vedações**

Partindo do pressuposto de que habitar um determinado lugar significa encontrar abrigo, protecção e orientação no seu interior, sublinhamos a importância das relações topológicas na cidade tradicional, onde muros, sebes e valados eram utilizados para evidenciar a distinção entre o interior e o exterior das moradias, entre o lugar privado e o espaço público. Tais construções serviam ainda

<sup>30</sup>-BASTOS, Maria Carmem de Queiroz. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda. 2005.

<sup>31</sup>-COELHO, José Efigênio Pinto. Artista e morador da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto. 2006.

para a demarcação, integração e vedação dos jardins, definindo impressões de aconchego, bem-estar, intimidade, liberdade, paz, privacidade, repouso, segurança, tranquilidade, advindas de experiências proporcionadas através do contacto com os espaços abertos, sobretudo os de domínio privado, que se apresentavam como verdadeiros “refúgios” no mundo.<sup>32</sup> Nesse universo, as parcelas hortifrutícolas contribuíam para o equilíbrio físico, psíquico e social dos seus proprietários.

Dentre as alternativas adoptadas para a definição e a posse desses lugares, os muros foram sem dúvida a opção de maior impacto na paisagem,<sup>33</sup> influenciando não só a compartimentação do meio urbano, mas o carácter das parcelas delimitadas, que constituíam ambientes eminentemente resguardados. Construídos de taipa de pilão ou de alvenaria de adobe ou de pedra, as referidas divisórias também eram utilizadas para sectorizar actividades ligadas à agricultura e à criação de animais, sobretudo nas maiores propriedades, situadas nas cercanias, onde se destacavam as casas de campo, os conventos e os mosteiros.<sup>34</sup> No entanto, em algumas situações, em vez da simples distinção ou separação entre as partes, as vedações promoviam a interacção entre as diversas unidades de uma mesma parcela. A solidez das paredes externas servia de suporte à construção de bancos e latadas adossados, reforçando a identidade dos espaços abertos, tornando os desenhos desses espaços mais complexos e convidativos à estadia ao ar livre. Por vezes, os muros dos jardins mais requintados possuíam fenestraçãoes, facilitando a visualização dos conjuntos implantados.<sup>35</sup>

No que se refere às sebes, construídas com material inerte e/ou vivo, foram mais difundidas nos arredores urbanos. Representavam uma alternativa menos extrema para estabelecer o fechamento das parcelas hortifrutícolas, conforme se pode observar em antigas fotografias da cidade de Salvador.<sup>36</sup> Podiam ainda estar associadas a outros tipos de vedação, como muros, valas

<sup>32</sup>-Para o desenvolvimento deste tema, veja-se: BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 24, 45, 103-104.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Nuevos caminos de la arquitectura: existencia, espacio y arquitectura*. Barcelona: Editorial Blume, 1975. p. 20, 45, 104.

<sup>33</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 55-56, 358-359. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>34</sup>-“*Concertouce a orta com taipa de pillão athe o rio dividida de cerca do Mosteiro [de Nossa Senhora do Desterro de Santana de Parnaíba, 1736/1741] aonde se plantou cento e sincoenta pes de bananeiras, e outros tantos de algodoeiros, e iãobem outros tantos de carrapeteiros e ficão caraveiros, e rozeiras, e varios castos de flores, extendendoa mais tres tantos do que ella era: Fesce outra divizão com outras tantas braças de parede pera por o curral de gado vacum; donde ficão trinta e oito cabeças entre grandes e pequenos (...)*”.

ADB-CSB. Cód. 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant’Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 14. *Apud*: LINS, Eugénio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 771. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>35</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 111, 182.

<sup>36</sup>-Cf. FERREZ, Marc. “Foto tirada do convento de São Francisco, vendo-se a horta dos frades, (...)”. 1884. Albúmen 15,7 x 21,4 cm”. *In*: FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro: Kosmos; [Salvador]: Banco da Bahia Investimentos, 1989. p. 136. Veja-se no volume II, figura nº 68.

Cf. MULOCK, Benjamin R. “Alameda de dendezeiros, na Calçada do Bofim, hoje Vila Militar do Bonfim (...)”. 1860. Albúmen 19,7 x 24 cm”. *In*: FERREZ, Gilberto. *Op. cit.* 1989. p. 37.



ou valados. Certos registos históricos, que tratam dos complexos religiosos, informam-nos sobre a construção de cercas vivas especialmente para a protecção das hortas. Nesse caso, as cercaduras geralmente eram constituídas de laranjeiras ou outras árvores de espinho. Além de tornarem aconchegante e aprazível a estadia dos utentes nesses conjuntos, promoviam maior continuidade e espontaneidade no desenho das cidades.

É disso exemplo o limite da horta do Mosteiro Beneditino de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba no século XVIII. Em tal recinto, sobressaía a imagem de uma natureza amena e fértil, concebida a partir do plantio profuso de espécies ornamentais e utilitárias, que inclusive se encontravam alinhadas ao longo do muro o que, além de promover sua naturalização, potencializava a ambiência local.<sup>37</sup>

Quanto à existência das valas e dos valados, sabe-se que delimitaram terrenos privados e públicos, em particular os localizados nos arredores urbanos e nas zonas rurais. Normalmente, as citadas intervenções deixaram de existir quando os respectivos lugares começavam a sofrer os impactos das expansões urbanas, ocorridas no Brasil desde o final do século XVII e durante o XVIII. Daí a preocupação em construir e reconstruir muros que demarcavam de maneira bem clara os limites das parcelas. No caso do Mosteiro Beneditino de São Sebastião da Bahia, justificou-se a execução do muro devido à necessidade de impedir o roubo de hortaliças, além de evitar o contacto dos congregados com as mulheres que tinham o costume de invadir a horta.<sup>38</sup> Em outro mosteiro, o de Nossa Senhora da Assunção de São Paulo, ficou evidente o argumento em favor da defesa da privacidade e do recolhimento contra a devassidão do mundo externo.<sup>39</sup> A incidência da fragmentação de antigas propriedades resultou na construção de vedações cada vez mais robustas e seguras, como nos relatam muitos dos documentos do período por nós estudados.

---

<sup>37</sup>-“(…) *A hum lado desta se plantou uma vinha com 65 cepas das mesmas uvas, e outras de excelente gosto, como moscateis, etc, que todas estão dando; e quando há abundancia, depois de satisfazer as obrigaçoens se vendem para auxiliar os gastos da caça. A outro lado se formarão canteiros de de varias castas de couve, e ervas de bom gosto. Na circunferencia do muro se plantarão trinta, ou mais laranjeiras, que estão dando. No centro se formou hum bananal com oitenta e quatro pèz já fechado, e dando com abundancia. Mais hum pumal de marmellos, que com oito, ou nove antigos, e outros muitos, que acompanhão ao bananal pela frente, e lado parese paixão de sesenia. Plantarão se des figueiras, das quais algumas cansarão, outras frutificarão; dous limoeyros azedos, bastante pèz de ananazes, sette ou oito romeyras, mais trezentos pèz de algodão, variedades de flores, como jasmíns, angelicas, cravos roxos e amarelos, perpetuas grandes, e pequenas, muito alecrim, muita mangerona, mais planta de synamomio, dous pèz de maracujás, etc”. Cf. ADB-CSB. Cód. 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant’Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 114. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 791.*

<sup>38</sup>-ADB-CSB. Cód. 137. Mosteiro de São Sebastião da Bahia II, 1764-1800. p. 241. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 282. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado). AMSBBA. Cód. 92. Livro de Visitas dos Mosteiros da Congregação Beneditina do Brasil, século XIX. f.33. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 283.

<sup>39</sup>-LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 681.

Enquanto os muros determinavam o afastamento, o recato e o recolhimento dos congregados em relação ao mundo externo dos conventos ou dos mosteiros, estabelecendo uma nítida descontinuidade na paisagem, as valas e os valados não só delimitavam. Foram abertos com o objetivo de se obter resultados satisfatórios no amanho das partes, possivelmente subdividindo as áreas de cultivo em unidades de formato regular. Essas intervenções acabavam proporcionando triplo benefício, a saber: circulação de água nos baixios, sob a forma de drenos, maior interactividade entre as unidades produtivas e protecção das hortas contra o ataque de formigas, adversárias implacáveis do homem na cultura de legumes e verduras.<sup>40</sup> Adoptou-se o mesmo tipo de recurso nos pequenos jardins, a partir da introdução de canaletas, facilitando o cultivo de ervas aromáticas e/ou medicinais, além de espécies de floração, que ficavam a salvo da acção devastadora dos referidos insectos, também contidos através de “indizível trabalho, e incançavel disvello”.<sup>41</sup>

Com relação às soluções mistas, destacava-se a combinação entre sebes e valados, como a que se encontrava no complexo do Mosteiro de Nossa Senhora de Monte Serrat do Rio de Janeiro, entre os anos de 1648 a 1652.<sup>42</sup>

Em síntese, esse e outros modos de vedar os jardins denotavam a vigência de costumes e práticas primitivas, também observados nas realidades de Olinda e Ouro Preto. Apesar das sucessivas descaracterizações sofridas nas respectivas paisagens, resultando na extrema compartimentação das parcelas fundiárias e no desaparecimento das sebes vegetais, podemos presenciar, em certos conjuntos remanescentes, a ocorrência de antigos detalhes arquitectónicos. Alguns deles dizem respeito ao aproveitamento de muros externos para a criação de espaços voltados à contemplação ou ao lazer, a partir da inserção de bancos e latadas.<sup>43</sup> Tais aspectos remetem-nos à referida herança do desenho da paisagem, fundamentada na conciliação do agradável ao útil, facto inclusive ressaltado no conteúdo de registos das ordens religiosas. No caso do Mosteiro de São Bento de Olinda, os muros da cerca, numa determinada época, anterior ao

<sup>40</sup>-A precariedade da limpeza urbana nas cidades populosas, como Salvador da Bahia no século XVIII, afectava directamente a conservação de drenos ou valas em locais de cotas inferiores, tais como os existentes na cerca do Convento de São Francisco, situado nas proximidades do monte de Nossa Senhora do Desterro. Em épocas de chuva, o lixo acumulado nas partes altas era arrastado por enxurradas para o interior da cerca, prejudicando as fontes de água potável do lugar e certamente a produção de alimentos.

Cf. PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Documentos históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1718-1731. Salvador, v. 8, 1985. p. 7-8. *Apud*: HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 104. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

<sup>41</sup>-AMSBBA. Cód. 338. Estados dos Mosteiro de São Sebastião, de Nossa Senhora da Graça, de Nossa Senhora de Monte Serrat do Rio de Janeiro, de Nossa Senhora de Monte Serrat da Paraíba e de Nossa Senhora do Desterro de Santos, século XVIII. f.132. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 887. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>42</sup>-ADB-CSB. Cód. 134. Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat do Rio de Janeiro I, 1623-1748. [p. 28]. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 518-519.

<sup>43</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 19, 61-62, 129.

triênio de 1717 a 1720, eram revestidos com sebes de laranjeiras. Praticamente no mesmo período, entre 1733 a 1736, a horta era organizada a partir da construção de valas fundas e largas, visando a serem os animais domésticos mantidos afastados das plantações.<sup>44</sup>

## Água

A presença dos cursos hídricos e mananciais numa determinada localidade sempre era algo relevante, o que transparecia na toponímia. A título de exemplo, citamos algumas denominações de fazendas de engenho do Estado de Pernambuco, onde ficava explícita a importância da água, destacando-se as seguintes: Água Azul, Águas Belas, Água Clara, Água Comprida, Água Fria, Alagoa do Meio, Cacimbas, Cachoeira de Cima, Cachoeirinha, Dois Rios, Lagoa dos Ramos de Baixo, Olho d'Água do Tapuia, Pedra d'Água, Poço Comprido, Poço Sagrado, Riachão, Riacho do Padre, Ribeiro da Pedra, Redemoinho, Serra d'Água, Três Lagoas, Vertente de Cima, Várzea do Una, Vertente Grande.<sup>45</sup>

Geralmente, as parcelas hortifrutícolas estavam situadas ao longo dos vales e mantinham-se interligadas através dos caminhos, verificando-se nos respectivos interiores fontes, ribeiras ou rios, imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades agrícolas ou hortícolas, resultando isso numa complementaridade formal, funcional e vivencial entre as diferentes partes que constituíam o todo. A espacialidade desse locais tornava tais parcelas alvo de cobiças e preferências, não passando despercebidas aos olhares dos viajantes. Era frequente, nos relatos oitocentistas, a notificação de certas propriedades como a fazenda do Padre Corrêa, implantada nas adjacências do rio Piabanha [divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais]. Os atributos do lugar permaneciam potencializados através do manejo consciente do solo.<sup>46</sup>

No espaço urbano, por sua vez, as fontes ou nascentes particulares eram privilégio de poucos proprietários. Ali empregavam-se escravos ou cativos libertos, denominados “aguadeiros” ou “carregadores de água”, para desempenharem o papel de distribuidores do

<sup>44</sup>-ADB-CSB. Cód. 138. Mosteiro de São Bento de Olinda I, 1657-1756. p. 140, 233. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 422. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>45</sup>-Além de a toponímia estar vinculada à presença de recursos hídricos, também reflectia familiaridade com a cultura africana, as frutas de cada região, as madeiras de maior valia e as expressões de cunho popular. Cf. FREYRE, Gilberto. *Nordeste- aspectos e influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, FUNDARPE, 1985. /s.p./ *Apud*: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo (orgs.). *A paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993. p. 209-211.

<sup>46</sup>-De acordo com a narrativa do naturalista Auguste de Saint-Hilaire (1816-1822), “*O aspecto desse valle tão bem cultivado, no meio das montanhas ásperas e selvagens que o bordejam, tem qualquer coisa que surpreende e encanta; por ahi pode-se ver o que o homem faria, nesse paiz, com maior industria e mais esforços*”. SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela provincia de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Tomo I. p. 127.

precioso líquido, normalmente captado em chafarizes públicos, lagoas, poços, ribeiras, rios.<sup>47</sup> Em outros casos, o recurso hídrico era viabilizado por métodos caseiros, como o escoamento de telhados direccionado a barricões e cisternas, por vezes as águas vertentes eram drenadas com o auxílio de canalizações feitas de taquara ou troncos de embaúba.<sup>48</sup> Isso vinha demonstrar a fragilidade e o improvisado dos serviços de abastecimento na cidade, onde se adoptava a mão-de-obra escrava na realização de praticamente todas as tarefas domésticas, inclusive a manutenção dos espaços abertos.<sup>49</sup>

A dependência relativa à mão-de-obra utilizada influenciou decisivamente a distinção entre os espaços abertos do Brasil e do Reino, onde, pela menor quantidade de trabalhadores braçais e por questões climáticas e culturais específicas, houve maior número de estruturas e infra-estruturas de rega por razões de carência. Na paisagem portuguesa, a ocorrência dos referidos mecanismos condicionou a organização e a morfologia das parcelas hortifrutícolas. Comparativamente, eram muito mais compartimentadas, descontínuas e geometrizadas,<sup>50</sup> contrariamente às unidades agrícolas brasileiras, que possuíam carácter acentuadamente orgânico.

A consciência das citadas peculiaridades ameniza os comentários feitos por Alviano e Brandónio, interlocutores de Ambrósio Fernandes Brandão, do conhecido *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618), sobre a indolência de nativos da terra, com relação à falta de operosidade na realização de artifícios, como os construídos em Espanha e Portugal, dentre eles,

<sup>47</sup>-HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro. p. 205-208.

<sup>48</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 207-208.

LEMOS, Carlos A.C. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. p. 35.

Por meio do “OFFÍCIO do Vice-Rei Conde de Athouguia, para Diogo de Mendonça Côrte Real, referindo a pouca utilidade que produzem as palmeiras do Brazil, os serviços prestados pelos canarins que tinham ido de Gôa para a Bahia, destinados a ensinar o melhor aproveitamento d’aquellas plantas”, enviado da Bahia, em 12 de outubro de 1751, sabemos que na Índia as estipes de coqueiros e palmeiras serviam como barrote e esteios das “casas de gente humilde”, além de serem utilizadas para fazer canos de rega, empregados em hortas e jardins, “(...) por ser o pão muito direito e muito comprido (...)”.

ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo I. p. 13-14.

<sup>49</sup>-Numa visão preconceituosa, o escravo era tido como um bicho, “coisa” ou objecto da moradia brasileira. “(...) *A máquina brasileira de morar, ao tempo da colônia e do império, dependia dessa mistura de coisa, de bicho e de gente, que era o escravo. Se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto, é porque o negro está ausente. Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo- desde negrinhos sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto, era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático abanava que nem ventilador*”.

COSTA, Lúcio. “Depoimento de um arquiteto carioca”. In: COSTA, Lúcio. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: Edição do Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. /s.p./ Apud: LEMOS, Carlos A.C. *Op. cit.* 1976. p. 114.

<sup>50</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.I. p. 50-51, 113-114. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. “A arte da paisagem e dos jardins no Brasil colonial”. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, *Actas...*, 5, Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, 2002b. p. 35.



esguichos, fontes, poços, noras, tanques de rega, que tornavam os jardins mais aprazíveis e produtivos. Assim, segundo as palavras de Brandónio:

*“Não se pode dizer que não há a cousa, quando se pode haver com facilidade; porque também Portugal não foi antes de ser, quero dizer que antes de se fazerem jardins, tanques d’água, fontes e esguichos que hoje vemos, em tanta quantidade, careceu deles, porque nada se faz de per si; pelo que, se a esta terra [Brasil] lhe faltam de presente todas essas cousas, não é a culpa sua, senão dos que lhas não fazem; porque nela há as melhores águas que tem o mundo, assim de rios caudalososíssimos, como de outros mais pequenos regatos e fontes sem conto, dos quais se podem fazer todos esses brincos de fontes, esguichos a muito pouco custo; e assim não se pode dizer que falta o que não há”*.<sup>51</sup>

Se, por um lado, as observações feitas soaram como crítica à maneira de ser do brasileiro, por outro, não podemos negar como a abundância e a diversidade dos recursos hídricos, aliada à quantidade de mão-de-obra braçal existente, desestimularam ou inibiram as iniciativas de execução de mecanismos hidráulicos. No entanto, não devemos ser ingénuos a ponto de pensar que determinadas benfeitorias, como as mencionadas, não foram materializadas, pelo contrário, fizeram parte dos complexos construídos principalmente nas propriedades abastadas.

Nesse contexto os sistemas hidráulicos apresentavam carácter predominantemente utilitário.<sup>52</sup> Foram viabilizados com o objetivo de tornar as parcelas hortifrutícolas mais rendosas, promovendo o funcionamento de engenhos, moinhos e outras maquinarias. Contudo, a presença da água também estava associada à condição de aprazibilidade e ludicidade nos citados lugares. Os regos e os tanques de rega contribuíam para o incremento da qualidade vivencial em tais locais. A água e a vegetação ajudavam a despertar os sentidos, além de unificarem as partes dos conjuntos construídos, proporcionando novas e variadas leituras dos espaços de produção.

Procurando ilustrar as afirmações anteriormente referidas, apresentamos dois exemplos de espaços privados, marcados pelo uso articulado do recurso hídrico. O primeiro deles é a residência de José da Silva Valença, em Vila Boa de Goiás, cuja planta, datada de 1742, regista com clareza a adução da água, possivelmente captada em local de mata e conduzida por gravidade através de regos, passando pelo pomar, chegando ao jardim e aos pátios de serviço. No âmbito do jardim, torna-se evidente a disposição regular das canaletas e dos “canos”, influenciando a forma dos canteiros. O ambiente em si parecia privilegiado pela espacialidade, sendo apropriado para o descanso. Não era fortuita a comunicação desse espaço com a varanda, local enriquecido pelo frescor, brilho e pela sonoridade do citado recurso.<sup>53</sup> De modo análogo, mencionamos a moradia

<sup>51</sup>-BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 14, 156-157, 162. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

<sup>52</sup>-Cf. RIBEIRO, Gomes. “Aqueduto de um engenho no Rio de Janeiro. 1888. Óleo sobre tela. 73 x 39 cm”. In: INSTITUTO CULTURAL SÉRGIO FADEL. *O Brasil do século XIX na Coleção Fadel*. Rio de Janeiro: Edições Fadel, 2004. p. 103.

<sup>53</sup>-Veja-se, no volume II, a figura nº 124.

do Barão do Serro em Minas Gerais, complexo edificado no século XIX, constituído a partir da integração entre unidades de produção e recreio, ficando também patente a importância do sistema hidráulico e do sistema vegetal na formalização do lugar. No ordenamento desse conjunto, sobressaía a disposição racional de canaletas/tubulações, chafarizes e tanques de rega, pautada com requinte arquitectónico, situação característica nas propriedades abastadas.<sup>54</sup>

Em termos do espaço urbano, era notório o ordenamento dos aglomerados coloniais em função da presença da água. Em Olinda, em determinados pontos de seu tecido, mais particularmente junto às fraldas das encostas, implantaram-se parcelas hortifrutícolas, destacando-se os conjuntos religiosos e o Jardim Botânico. Eram lugares privilegiados, onde se realizava a captação de água por meio da abertura de cacimbas. Na actualidade, muitos desses lugares encontram-se degradados ou fragmentados, em consequência da expansão aleatória e/ou clandestina observada na malha edificada, o que tem comprometido a continuidade da paisagem. Aproveitamos para reflectir a respeito de tais poços, infelizmente, soterrados.<sup>55</sup> O facto de terem sido construídos significava que havia necessidade de atenderem às demandas quotidianas, sobretudo em determinados períodos do ano. Quando as chuvas tornavam-se rarefeitas, funcionavam como reguladores das variações climáticas. Isso demonstra que devemos ter cautela na leitura de certas fontes documentais, pelo motivo de sempre ressaltarem a exuberância e a fertilidade da natureza local, como sendo quase uma decorrência da graça divina, minimizando-se as obras realizadas pela acção do homem.

Em Ouro Preto, encontramos situações semelhantes daquelas observadas em Olinda. A grande quantidade de tanques de rega, verificada em vários pontos da cidade, leva-nos a crer que fossem utilizados com o mesmo propósito das cacimbas, para garantir a produtividade das hortas contidas na trama urbana. A cidade foi implantada entre duas grandes serras, de vertentes ravinadas, tornando-se um receptáculo natural de águas, sendo ainda favorecida pelo clima húmido da região. Em grande parte do ano, a vazão de suas fontes e nascentes, situadas nas fraldas do relevo, mantinha-se estável, contribuindo para o abastecimento de pequenas bicas, chafarizes,

<sup>54</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 134-141.

<sup>55</sup>-Apesar de os poços não estarem à vista, tivemos a oportunidade de localizar alguns deles, juntamente com moradores e pesquisadores da cidade classificada de Olinda. Dentre os lugares vistoriados, destacamos a antiga cerca do Mosteiro de São Bento, os locais denominados de “Sítio do Sr. Reis” e “Quinta dos Reis” ou Jardim Botânico, além das moradias situadas nos seguintes endereços: rua Coronel Joaquim Cavalcante, nº 465, Varadouro/ rua Santa Tereza, nº 119, Santa Tereza/ Travessa do Bonfim, nº 147, Carmo.

AZEVEDO, Francisco José Moreira de. Morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

COUTINHO, Maria Cândida Gondim. Moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

FALCÃO, Irineu Marinho. Ex-Celeireiro da Ordem Beneditina, actual Superintendente do Museu de Arte Sacra de Pernambuco. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

LIMA, Fernando Antônio Guimarães. Morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

MELLO, José Ataíde. Funcionário reformado da Prefeitura Municipal de Olinda, líder comunitário. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

fontanas, tanques ornamentais e utilitários.<sup>56</sup> Hoje em dia, as citadas obras encontram-se muitas vezes dilapidadas, em função dos constantes vandalismos que sucedem nos espaços abertos, que não têm sido alvo do controlo administrativo e do planeamento urbano. O fenómeno da ocupação aleatória repercute no enfraquecimento do carácter do lugar e no comprometimento da integridade do património paisagístico. No entanto, mesmo lidando com um quadro de degradação ambiental, é gratificante constatar “in loco”, a permanência, senão total, pelo menos parcial, de antigas unidades produtivas, o que nos possibilita conjecturar sobre o “modus vivendi” do homem no período Brasil-Colónia, eminentemente balizado pela necessidade da obtenção de água.

### **Elenco Vegetal**

As espécies difundidas nas parcelas hortifrutícolas da “urbe” colonial, além de serem utilizadas para assegurar a subsistência diária, expressavam manifestações de cultura. Assim, observavam-se aí plantas de valor alimentar, condimentar, medicinal e ornamental, frequentemente organizadas pela criatividade dos moradores de tais locais, sempre atentos às condições favoráveis do plantio, de acordo com as particularidades biofísicas de cada sítio.

Nos canteiros, a vegetação normalmente se apresentava de modo profuso, através do que foi denominado por Orlando Ribeiro de cultura “promíscua”,<sup>57</sup> prática tradicional da zona mediterrânica, rebatida na realidade brasileira a partir da colonização. O citado modo de cultivo, baseado na mistura de arbustos, árvores e ervas num mesmo recinto, numa aparente falta de ordem e distinção, resultava em espaços complexos, de carácter predominantemente empírico.<sup>58</sup> Os aromas, as cores, as formas, os sabores e os tactos daí provenientes, contribuíam para o incremento das qualidades estéticas nos mencionados lugares e para a vivência nos jardins coloniais. Nessa circunstância, hortas e pomares reforçavam na escala urbana a noção de conjunto e a continuidade da paisagem.

Na obra do Padre Jácome Monteiro, *Relação da Província do Brasil* (1610), fundamentada na tradição lusíada, é evidente a preferência pelo verde aprazível. De acordo com o olhar do mencionado Padre, “(...) Está toda a terra [brasileira] coberta de um perpétuo arvoredo o qual nunca perde a folha, e posto que os naturais o achem gracioso, aos que nascemos no Reino serve de melancolia, por ser um verde mais escuro e espesso, que de prazer (...)”.<sup>59</sup> Nessa acepção,

<sup>56</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 3-6.

<sup>57</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 273-276, 360. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>58</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 39-44, 55.

<sup>59</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; escritores de A a M*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Civilização Brasileira; Lisboa: Livraria Portugália, 1949b. Tomo VIII. p. 393-394.

existia uma diferença entre o verde de recreio, associado à condição de lazer ou ócio, observado em lugares antropizados, e o verde que causava apatia e melancolia, próprio de extensas matas, que se colocavam quase como uma barreira, intransponível à vista e aos outros sentidos.

De maneira análoga, também situamos o olhar do Padre Simão de Vasconcelos (1596-1671). Em sua obra *Notícias Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil* (1668), destaca-se a formosura de árvores e ervas, o que reforça a noção do verde aprazível, como numa Eterna Primavera, de acordo com a visão que se tinha do Novo Mundo naquela época. No referido relato, sobressai o conceito da “verdura” que “(...) Enfeita a terra, alegra a vista, recreia o cheiro, sustenta o gado, cura os homens, engrandece os edifícios, farta os famintos, enriquece os pobres: não sei que mais bondade houvesse nas da primeira criação (...)”.<sup>60</sup> A ideia do verde que “recreava a vista” estava bastante difundida em diversos registos de época, todos eles escritos por portugueses.<sup>61</sup> Interessa perceber como foram comentadas as “bondades” descritas, intrinsecamente associadas à apreciação sensorial da paisagem ou mesmo das parcelas hortifrutícolas, onde a vegetação tinha papel relevante.

O plantio deste verde aprazível era feito nas hortas e nos pomares, em retícula ortogonal ou em renques. Normalmente, eram espaços de grande efeito estético quando vivenciados. A referida disposição fazia parte do desenho de ricas moradias implantadas nos arredores urbanos. Observava-se com maior frequência tal ordenamento da vegetação nos locais de destaque, nos acessos de chegada ou ao longo de determinados eixos de ligação, na proximidade das edificações senhoriais e de lugares voltados à prática do ócio. O desenho desse tipo de espaço é descrito no *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591), considerado a partir da enseada da Bahia, suas ilhas, recôncavos, ribeiros e engenhos. Às margens do rio de Matoim, encontravam-se grandes fazendas cujos conjuntos denotavam a humanização da natureza. As propriedades referidas eram lugares aprazíveis e férteis. “Toda a terra por aqui é muito fresca, povoada de canaviais e pomares de árvores de espinho, e outras frutas de Espanha e da terra (...)”.<sup>62</sup> Parece-nos bastante expressivo o modo como o autor do relato se referiu à fazenda de engenho da ilha de Jorge de Magalhães, “(...) muito formosa por estar toda lavrada de

<sup>60</sup>-VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 138.

<sup>61</sup>-Para o desenvolvimento deste assunto, vejam-se: ADB-CSB. Cód. 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant’Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 114. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. p. 791. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 118-119. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 119. (Impressão Régia feita em 1817).

<sup>62</sup>-SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 108.



canaviais, e no meio dela em um alto tem umas nobres casas cercadas de laranjeiras arruadas, e outras árvores, coisa muito para ver (...).<sup>63</sup>

No emprego das palavras, ressaltamos o valor concedido à cultura portuguesa. No caso identificado, sobressai o dito “laranjeiras arruadas” cujo significado nos faz atentar para a existência de caminhos definidos por alinhamentos de plantações e sebes. Os laranjais destacavam-se como representantes da verdura que “recreava” a vista. Eram locais pautados pelo aroma e pela luminosidade controlados, o que os tornava bastante atractivos para a estadia ou a permanência. A presença dos citrinos nos jardins, hortas e pomares, transformava-os em lugares de contemplação e recriação do olhar, factos significativos na arte dos jardins.<sup>64</sup> Frente ao aspecto tratado, é relevante constatar a introdução dessas plantas no Brasil desde o século XVI.

*“As árvores de espinhos, como laranjeiras, cidreiras, limoeiras de várias sortes, se dão tão bem nesta terra que quase todo o ano tem fruto, e há grandes laranjeiras, cidrais, até se darem pelos matos, e é tanta a abundância destas cousas que delas se não faz caso. Têm grandes contrárias nas formigas, e com tudo isto há muita abundância sem nunca serem regadas, e como não falta açúcar se fazem infinitas conservas, sc. cidrada, limões, florada, etc”.*<sup>65</sup>

Entende-se a disseminação dos citrinos em tão pouco tempo, desde a chegada dos portugueses na América, a partir de uma série de pontos favoráveis, inclusive interesses económicos e virtudes medicinais. No geral, foram espécies prestigiadas por exalarem suaves aromas, terem floração expressiva e portes harmoniosos, além de fornecerem sombras refrescantes e acolhedoras, frutos perfumados e saborosos e ainda por terem copas sempre verdejantes, como numa Eterna Primavera. Reuniam um conjunto de qualidades que transfiguravam as unidades agrícolas em lugares especiais, destinados ao recreio ou à prática do ócio.

Com relação a essa questão, comentamos que o Conde de Ficalho, ao tratar das plantas úteis da África Portuguesa, observa o valor concedido ao cultivo de cidreiras, laranjeiras, limoeiros e de outras variedades de citrinos, igualmente disseminadas nas ilhas de Cabo Verde, em Angola e Moçambique. Nesses territórios, tais espécies estiveram associadas às ideias de apazibilidade e fertilidade. O facto em si, tomado como manifestação cultural, atesta a presença do colonizador em solo africano. Por analogia, podemos conceber o mesmo pensamento para as terras brasileiras.<sup>66</sup> O olhar quinhentista do Padre Jesuíta Fernão Cardim (c.1548-1625) regista em

<sup>63</sup>-SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 109-110. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 1 e 2.

<sup>64</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 24, 91, 96-97, 99, 214, 219, 277. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>65</sup>-CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p.160.

<sup>66</sup>-FICALHO, Conde de. *Plantas úteis da África portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884. p. 112-114.

sua obra, intitulada *Tratados da terra e gente do Brasil* (1583-1590), a importância das “árvores de espinho” no ordenamento dos jardins. É o que se percebe na descrição da casa de recreio para hóspedes e estudantes de férias do Colégio da Bahia.

*“Algumas cousas fez o padre [Visitador, Christovão de Gouvêa], dignas de memória, e muito aceitas aos deste colégio: (...) fez uma quinta, e nella umas casas com capella, refeitório, cozinha, uma sala com suas varandas, e um formoso terreiro com uma fonte que lança mais de uma manilha de água, muito sadia para beber; mandou plantar árvores de espinho e outras frutas, que tudo faz uma boa quinta, que se póde comparar com as boas de Portugal”.*<sup>67</sup>

A utilização de certas espécies vegetais conferia dignidade aos jardins de zonas rurais e urbanas, possivelmente uma referência de civilidade da velha Europa no Novo Mundo. As palavras do português João Baptista Vieira Gomes, contidas em manuscrito do século XVIII, servem para reforçar, através do seu tratado sobre a *Cultura das árvores frutíferas*, o valor concedido ao plantio dos citrinos. Escreveu o mencionado autor:

*“(...) De todas as árvores fructíferas que o cultivador tiver nos seus pomares, merece, e se exalta em preferências a todas a laranjeira pella beleza do verde das suas folhas, que nunca perdem, pella brancura das flores, e suave cheiro; pella bondade, e gostoso sabor dos seus fructos; pella excellente cor de oiro dos mesmos, e finalmente pella singular qualidade de comprehender ao mesmo tempo flores, e fructos, o que já mais aconteceu em qualquer fructeira (...)”.*<sup>68</sup>

Por sua vez, De La Flote (1757), ao se deparar com as belezas da cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII, deixou transparecer em sua narrativa a noção de uma paisagem marcada pela dimensão sensitiva, relatada a partir de atributos da vegetação do lugar.

*“(...) Nas praias da Guanabara não constava ver apenas as mil árvores ao ceo subindo, com pomos odoríficos e bellos, as laranjeiras de frutos lindos, da cor que tinha Daphne nos cabellos, as cidreiras com os seus pesos amarellos, os formosos limões ali cheirando, a imitarem virgineas tetas ou quiçá encontrar as famosas pêras pyramidaes, que, para poderem viver, precisam entregar-se ao damno que, com os bicos, nellas quèreriam fazer os passaros inicos (...). Ao avistar aquelle littoral edenico pensaria o jovem official nas surpresas deliciosas que o aguardavam, e aos companheiros, entre bellas portuguezas da América do Sul, ternas e acolhedoras (...)”.*<sup>69</sup>

<sup>67</sup>-CARDIM, Fernão, Padre, c.1548-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 279.

O mencionado lugar, conhecido como a Quinta do Tanque, situado nas proximidades da cidade de Salvador, actual Arquivo do Estado, também mereceu destaque na ótica de outro célebre Jesuíta, o Padre António Vieira. Em seus apontamentos, enalteceu a espacialidade do conjunto construído, destacando dentre os componentes citados o plantio de laranjeiras em alamedas. No ano de 1694, o local foi retratado da seguinte maneira:

*“Hoje tem 18 cubiculos, além da arcada que rodeia todo o edificio, corredores e duas galerias ou cobertos, para jogos de movimento ('geminum xystum tridiculatorum ludo destinatum'). Possui Capela, fonte de água sempre nascente, um lago e aléias de árvores ferazes de pomos de oiro ('malorum aurantiorum', laranjeiras) que ajudam a repousar honestamente o espirito. E todo o género de legumes para o Colégio, e mandioca selecta para comer”.*

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 162. Na citação é apresentada a seguinte referência: Bras. 5(2), 138. Possivelmente, trata-se do Cód. Brasília 5-6: *Catalogi Breves et Triennales 1558-1757*, localizado no *Archivum Societatis Iesu Romanum*.

<sup>68</sup>-BNL. Cód. 11060. GOMES, João Baptista Vieira. *A cultura das árvores frutíferas*. Braga: manuscrito com ilustrações, [17...].

<sup>69</sup>-TAUNAY, Affonso de Escragnoille, Visconde. *Visitantes do Brasil colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1932]. p. 95-96. Com relação ao viajante citado, não foram fornecidos dados biográficos.

Referências como estas não ocorrem em grande número. A maioria das narrativas não conseguia ultrapassar a barreira do visível e traduzir a complexidade dos espaços abertos. Resumiam-se a comentários feitos a partir de determinados pontos de vista fixos, como se a realidade pudesse ser comparada a um quadro observado à distância, denotando pouco envolvimento dos cronistas com a cultura dos lugares descritos.<sup>70</sup>

Ao trabalharmos com estes recortes e registos do tempo, verificamos que a imagem constituída em torno dos citrinos foi arrebatadora. As referências notificadas apresentam-se sob os mais diversos conteúdos, que oscilam do sagrado ao profano, testemunhando o rasto da cultura lusíada na paisagem. Grande parte dos viajantes ou naturalistas, visitantes do Brasil durante o século XIX, ficava maravilhada perante a presença das manchas verdes no tecido urbano, constituídas em sua maioria por árvores de espinho e bananeiras. No senso comum, considerava-se o coberto vegetal agradável, alegre, encantador, fértil, risonho, sensual, soberbo, viçoso, vistoso e vivo.<sup>71</sup> Parece-nos pois instigante e pertinente estudar as espécies cultivadas, pois através delas podemos compreender os valores, afectivos e simbólicos a elas conferidos pelos moradores, possibilitando-nos estimar como foram vivenciados os jardins existentes na trama das cidades.

Partindo dos textos de Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618), é possível avançar no estudo das plantas difundidas desde a época da colonização. De um modo geral, encontravam-se classificadas a partir de quatro categorias básicas, a saber: do campo, da horta, do pomar e do jardim, de acordo com parâmetros divulgados em Espanha e Portugal.<sup>72</sup> A adopção da referida sistemática leva-nos a conjecturar sobre a existência de uma ordem concebida para descrever a cosmogonia vegetal, de acordo com preceitos incorporados pela cultura ibérica e disseminados nas colónias. Assimilou-se a clássica divisão da flora em “árvores de grande porte”,

---

<sup>70</sup>-No entanto, exceções ocorreram. Alfredo d'Escagnolle Taunay, em regresso de Mato Grosso à Corte do Rio de Janeiro (1867), regista a paisagem de Campos Dobrados, em direcção à Villa de Sant'Anna do Paranahyba, como um pomar de laranjeiras. “(...) *O aspecto da povoação pareceu-nos pittoresco, talvez pelo desejo ardente de alcançá-la como ponto terminal do sertão de Matto Grosso ou como último laço que nos prendia àquella provincia, em que tanto havíamos soffrido, talvez pela estação em que chegávamos; na realidade, metidas de permeio às casas, moutas copadas de laranjeiras, coroadas de milhares de auríferos pomos, ao lado d'outroras carregadas de cândidas flores, encantavam as vistas e embalsamavam ao longe os ares, trescalando o especial aroma. Tão boa recommendação não é desmentida pelo sabor dos fructos; de facto, são deliciosos e justificam a reputação de que gozam na provincia de Matto Grosso*”. TAUNAY, Alfredo de Escagnolle, Visconde. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921. p. 60.

<sup>71</sup>-Ao visualizarem a paisagem da cidade de Salvador, J.B. von Spix e C.F.P. von Martius comentaram: “(...) *Muitas das abruptas ladeiras sem casas são revestidas, ora de vegetação agreste, ora de bananeiras e laranjais, que dão ao recém chegado europeu alegres anúncios de país tropical (...)*”. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 283. (Edição alemã: 1823).

<sup>72</sup>-BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 129-166. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

“árvores frutíferas” e “ervas simples e flores” a partir das seguintes combinações: campo/mata, pomar/horta e/ou jardim, noções difundidas no Brasil desde o século XVI.<sup>73</sup>

No mencionado contexto, sobressai outro cronista, o Padre António Sepp Von Rehegg (1655-1733) que, para promover a imagem de abundância e fertilidade da América meridional, deteve-se com didatismo no levantamento de algumas plantas, destinadas ao cultivo de jardins, hortas e pomares, conforme experiência adquirida no interior de conjuntos arquitectónicos religiosos.<sup>74</sup> As tentativas de classificar o elenco de espécies dão-nos conta do tipo de ordem valorizado na organização de espaços e sub-espços das parcelas hortifrutícolas. A nosso ver, várias das plantas listadas expressavam, acima de tudo, referências da cultura vigente.<sup>75</sup>

De uma maneira geral, a vegetação pertencente ao domínio do campo estava intrinsecamente associada à subsistência do homem ou detinha potencial produtivo para ser aproveitada na agricultura de larga escala. Na citada categoria, destacavam-se os chamados “mantimentos”, para o sustento da população de moradores do Brasil. Em diversos relatos históricos, a mandioca era referenciada como o principal mantimento da terra, devido à versatilidade do uso de sua raiz, empregada no fabrico de vários subprodutos, dentre eles a farinha de pau. Além da mandioca, também foram dignos de menção: o arroz que, segundo Brandónio, um dos interlocutores de Ambrósio Fernandes Brandão, era produzido com muita abundância e pouco trabalho e o milho de “maçaroca”, de ampla utilidade.<sup>76</sup> No âmbito da horta/pomar ou do jardim, a diversidade de plantas aclimatadas era grande, como ficou demonstrado em crónicas dos séculos XVI ao XVIII, o que variava de acordo com as condições biofísicas de cada região.

Tentaremos compor uma lista para exemplificar, por sua vez, o tipo de coberto vegetal existente nos povoamentos. Dentre as hortaliças, sobressaíam-se: abóboras (cabaço, jerimu, jerimupacova, moranga, taquira), abuta, acelgas, açafraão, agriões, aipo, alecrim, alfaces, alhos, almeirão, amendoim, andus, anis (pimpinela), araruta, arruda, avenca, batatas, beldroegas, berinjelas, borago, bredos, cabaça, canafistula, capeba, caraguatás, carás, cardos, caroba, cebola, cebolinha, cenouras, cheiros, chicórias (endívia), coentro (coriandro), coqueiros, cominhos, couves (murcianas, nabeiras,

---

<sup>73</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 205-207. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

No entanto, sabemos que, na prática, nem sempre utilizavam as espécies com tanta clareza na disposição das parcelas hortifrutícolas. Exemplificamos essa questão ao mencionar que algumas árvores aclimatadas ou nativas, oriundas do bioma de mata, foram consideradas ornamentais e aproveitadas em hortas, pomares e jardins, como o cajueiro, o coqueiro, a jabuticabeira, a palmeira e a pitangueira. No caso correspondiam aos padrões de beleza aceitos e divulgados, segundo a ótica do colonizador.

<sup>74</sup>-SEPP S.J., António, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951]. p. 115-116.

<sup>75</sup>-Identificamos as hortas e os pomares como tipos de espaços básicos, entendidos a partir de referências culturais ligadas à tradição popular, criadas e recriadas segundo princípios e padrões difundidos desde os primórdios da colonização no Brasil.

<sup>76</sup>-BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 129-142. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

tronchudas), cuieira, endros ou anetos, erva-moura, erva-santa (tabaco), ervilhas, espinafres, favas, feijões (gandus-da-guiné, sapotaia), filipódio, função, funcho, gengibre, gergelim, hortelã, inhames, jalapa, jiló, losna, macela, malva, mandioca, mangalôs, mangarito, manjerição, manjerona, mastruço, maxixe, melancias, melões, mentastro, milho (naxenim ou masa), mostarda, nabos (bávavo), palmeiras, pastinaga, pau-da-china, pepinos, pimentas, poejos, quiabo, rabaças, rábãos (miúdo e graúdo), repolho, salsa, salsaparrilha, segurela, taioba, tanchagem, tomates.<sup>77</sup>

Das espécies frutíferas, foram citadas: amoreiras da “silva” (de frutos brancos e pretos), ananás, anonas, araçazeiros, araticum-apê, bachoripari, bacuri, cacauero, cajueiro, cajazeira, durião, figueiras europeias (de figos-bêberas, beboras, bersaçotes, brancos e negrais), fruta-do-conde, goiabeiras, guabiroba, jabuticabeiras, jaqueira, jenipapeiro, macieiras, mamoeiro, mangabeira, mangueiras, marmeleiro, melancia, melão, [mocuguê], murici, noqueira, pacobeiras (ou bananeiras), parreiras (de uvas-bastardas, boais, brancas, ferrais, galego, maxime, moscatel, pretas, verdelho), pereiras, pêro, pessegueiros, pinheira, pitangueiras, pitombeira, piquiá, romeira, tamareira, tamarindeiro, umbuzeiro, urucu, dentre muitas outras.<sup>78</sup>

Das plantas ornamentais e utilitárias, encontravam-se presentes: abútua, açucena (cecém-branca e nacarada), alfavaca, algodoeiros, almécega, angélica, araucária, árvore-do-sabão, árvore-triste, balsaminho, bonina de muitas castas, camarás de várias espécies, caneleira, caracoleiro, caraguatás, caroá, caroba, cebolacêce, cedro, chagueira, cipó-mil-homens, cravos (amarelos, brancos, vermelhos e roxos), cravo-de-arrochela (mesclados e vermelhos), embaúba, erva-de-leite, esponjeira, esporeira, fedegoso, flor-de-são-joão, girassol, goivos (de muitas castas e cores), imbé, ipomeia, jacaranda, jasmims (bogari, galegos, de Itália, miúdos e vermelhos), lírios (brancos, indianos), madressilva, malmequer, malva, malvaíscos, maracujazeiros, mata-pasto, mentrasto, musambis-de-cabo-verde, perpétua-roxa, quaresmeiras, rosas-de-alexandria e de Portugal, samambaia, sensitiva, triaga, violetas-europeias (amarelas e azuis), dentre outras variedades exóticas e nativas.<sup>79</sup>

<sup>77</sup>-BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 129-166. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 99-279.

LISBOA, Cristóvão de, Frei. *História dos animais e árvores do Maranhão*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000. p. 206-351. (Apontamentos tomados entre 1624 e 1627).

PITA, Sebastião da Rocha, 1660-1738. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. p. 28-31.

SEPP S.J., Antônio, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951]. p. 114-116.

SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 127-133.

VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 138-149.

<sup>78</sup>-*Idem. Ibidem.*

<sup>79</sup>-*Idem. Ibidem.*

Os citrinos não poderiam ficar de fora do elenco vegetal dos jardins, das hortas e dos pomares. Foram também valorizados por Brandônio, na lógica de evidenciar a fertilidade da flora existente no Novo Mundo. Os lugares onde eram cultivadas essas bem compostas plantas (cidreiras, laranjeiras, limeiras, limoeiros, toranjeiras, zamboas) se impregnavam de sensualidade que arrebatava os sentidos e alevantara o espírito daqueles que gozassem de seus benefícios. Para expressar a beleza de suas copas, flores e frutos, não se economizaram adjetivos e predicados. Os citrinos foram de facto considerados símbolos da natureza bela e útil.<sup>80</sup>

Além das fontes escritas, as representações pictóricas também nos informam a respeito dos exemplares botânicos. Destacamos o trabalho do pintor holandês Albert Eckhout (c.1610-1665), realizado particularmente entre os anos de 1637 e 1644, quando esteve a serviço de Jonhann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679), governador-geral da Nova Holanda (1630/1654), sediada na Região Nordeste brasileira. Nas telas do eminente pintor, encontram-se celebrizados, com naturalismo científico, alguns produtos da terra, que serviram para expressar a fertilidade e espacialidade do mundo vivenciado. Sua obra permite fazer menção aos seguintes exemplares: bananeira, cajueiro, coqueiro-da-baía, goiabeira, laranjeira, limoeiro, marmoeiro, pitangueira, pitombeira, sapucaia, além de outras referências, como: abóbora, amendoim, ananás, cabaças, couve, mandioca, maracujá, melancia, melão, nabo, pimenta.<sup>81</sup>

Mediante tais informações, conseguimos ter noção do repertório das espécies utilizadas nas parcelas hortifrutícolas. Não podemos negar que existiam certas preferências de cultivo, motivadas por gostos pessoais e, sobretudo, culturais. Com base na maneira como algumas plantas nativas foram apreciadas e descritas, temos indicativos sobre o padrão de beleza considerado. Em textos como o de Ambrósio Fernandes Brandão (1618), tais plantas eram divulgadas a partir de comparações com os congêneres europeus, evidenciando-se formas, odores,

<sup>80</sup>-“Este jardim [ou pomar de árvores de espinho] se poderá fazer povoado de formosas, verdes e copadas laranjeiras, bastecidas de branquíssimas flores, cuja fragrância de suave cheiro alevantassem os espíritos dos que as gozassem, colmadas todas de louras e aprazíveis laranjas, em tanta quantidade que muitas vezes são mais que as folhas, umas tão doces que a par delas perde do seu preço o açúcar e o mel; outras bicaais, de tão gostoso comer, que não há quem se acabe de faltar delas; também das azedas, que para o que aproveitam são maravilhosas, por levarem muito sumo. Acompanharão este laranjal crescidos e formosos limoeiros, com tanta quantidade de fruto, que causa maravilha poderem-no sustentar, porque com ele perseveram todo o ano, em tanto que quando um está em flor, o outro vem crescendo, e os demais estão de vez. A estes limoeiros se juntarão grande quantidade de limas doces, com suas bem compostas plantas, excelentes no gosto e bom sabor, as quais se produzem na terra muito maiores em quantidade que as que se dão em Portugal; e da mesma maneira outras castas delas, que chamam ‘zamboas’, assaz prezadas por boas. Logo irão avante, formosentando este jardim, grandes limões franceses, com o seu amarelo alegríssimo para a vista. Também não carecerá das modernas toranjas, porque se produzem em grande cópia. Rodeará pelos extremos, quase servindo de muro, a espinhosa cidreira, colmada dos belíssimos pomos, maiores que uma botija, tão prezados para conservas, as quais por todo o decurso do ano se acham sempre assazonadas”.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 162-163. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

<sup>81</sup>-OLESEN, Jens (coord.). *Albert Eckhout volta ao Brasil; 1644-2002*. [Copenhague]: [Nationalmuseet], 2002. p. 34-35, 48-49, 50, 54, 57, 59. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 7-12.

sabores e outras características especiais. Isso vinha demonstrar a franqueza da relação do homem com os atributos da vegetação, causando impressões de veracidade nos registos ou relatos efectuados. A vivência do homem numa determinada realidade levava-o a adquirir consciência dos traços da individualidade e singularidade dos lugares e seus componentes. Na apreensão do todo percebido, os sentidos desempenhavam papel relevante.

Dessa maneira, observavam-se os cipós por seus efeitos maravilhosos, podendo até mesmo substituir, com vantagem, as murtas de Portugal, por conformarem “figuras enredadas e outras cousas de brinco”.<sup>82</sup> Com relação aos caraguatás silvestres, serviam para compor graciosas cercas de hortas e outras unidades produtivas.<sup>83</sup> Também foram valorizados os coqueiros da Índia, que tornaram famosa a paisagem do Nordeste brasileiro, pela presença marcante de seus volumes. Provocavam os sentidos daqueles que permaneciam amparados pela sombra filtrada de suas palmas, anteparos contra a acção causticante do sol, constantemente açoitadas pelo vento, causando zunidos e outros tipos de sons.<sup>84</sup> Os coqueiros não ficavam a dever nada aos álamos e choupos, no papel que lhes cabia, de ornarem os jardins. O mesmo poderia ser mencionado no tocante ao uso de palmeiras hortenses.<sup>85</sup> Quanto ao maracujazeiro, tido como um “brinco da natureza”, substituía as parreiras em grandes tectos ou espaçosas latadas, com graciosa verdura, de onde pendia a formosura de flores perfumadas e frutos saborosos, que causavam uma ponta de refrigério.<sup>86</sup>

Dos autores brasileiros, talvez seja Gilberto Freyre aquele que se expressou mais amplamente sobre os intercâmbios e as trocas de experiências estabelecidos a partir do contacto directo entre o colonizador e os povos de várias outras realidades, de diversos continentes (África, América, Ásia), por onde se estendeu o domínio do Reino. Por meio desses contactos, a cidade colonial reflectia uma profusão de influências. Equivale dizer que os vários tipos de parcelas produtivas e/ou de lazer existentes na paisagem agregaram diversas contribuições, a partir da utilização de elementos vivos e

---

<sup>82</sup>-BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 159. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

<sup>83</sup>-VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 140.

<sup>84</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 166.

Não é de se estranhar que os coqueiros (*Cocos nucifera L.*), pelas qualidades que agregaram em torno de si, foram e ainda continuam sendo emblemáticos na paisagem. Comumente, encontram-se bastante citados em músicas e poemas que falam do Brasil e de seus lugares. Em Olinda, por exemplo, Themistocles Andrade, ao compor o hino oficial da cidade, se inspirou na beleza da espécie e de outros elementos poéticos para fazer lembrar a imagem do referido sítio.

“(…) *Teu céu, teu mar, teus coqueiros*  
*Ruínas, praias, luar*  
*Despertam sonhos fagueiros*  
*Deslumbrando nosso olhar (...)*  
*Que majestade suprema*  
*existe em tudo o que é teu!*  
*Tu és, Olinda, um poema*  
*que a natureza escreveu ! (...)*”.

<sup>85</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 148.

<sup>86</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 144.

inertes. Nesse universo, as plantas “de curar doenças, avivar sentidos, adormecer vontades, reanimar desejos e perfumar corpos”, igualmente fizeram parte da “unidade luso-tropical”,<sup>87</sup> marcada pela multiplicidade ou variedade de aspectos, considerada nos seguintes termos:

“(…) a presença do cajueiro do Brasil na Índia portuguesa, por exemplo, e a da galinha da Angola, no Brasil; a presença da mangueira e do coqueiro da Índia na América portuguesa e a do cacau da Bahia, na Ilha de São Tomé; a presença da ‘bananeira de S. Tomé’ no Brasil e da mandioca, do Brasil, na Guiné; a presença da batata do Brasil em Macau (e em áreas chinesas vizinhas de Macau) e a presença da fruta-pão do Oriente no Brasil; a presença do papagaio brasileiro em Portugal e do gado português no Brasil. Do gado, da vinha, do trigo. Pois todo valor europeu, o português procurou fazer florescer nos trópicos sem pretender que só na Europa tais valores fossem castiços. Desejando sempre que nas terras quentes eles dessem de si tanto quanto nas europeias (...)”<sup>88</sup>

Em Olinda e Ouro Preto, tivemos a oportunidade de presenciar vestígios dessa complexidade cultural, além da permanência de certas técnicas de cultivo que nos remetem à tradição portuguesa. O pragmatismo e a sabedoria popular transformaram os espaços de cultivo em laboratórios de aprendizagem, promovendo inclusive o controlo biológico, possivelmente com o intuito de diminuir ataques de insectos nocivos, principalmente de formigas, adversárias implacáveis das plantações. Constatamos uma estreita relação entre espécies aromáticas e/ou medicinais no manejo das hortas. Nesse sentido, sabe-se que o odor exalado por determinadas plantas como a arruda, o capim cheiroso (erva cidreira), a cenoura, a hortelã, a salsa, dentre outras hortaliças, funciona como repelente natural,<sup>89</sup> facto possivelmente divulgado no Brasil desde o século XVI e XVII.<sup>90</sup> É um exemplo de convívio proveitoso do homem com a biodiversidade.

Isso demonstra que houve interesse do colonizador em incorporar as novidades de cada lugar e recriá-las em benefício próprio, em termos recreativos e utilitários. Nessa conjuntura, destacamos outro facto que nos permite estabelecer elo de ligação com as origens. Trata-se do uso de latadas, especialmente conservadas em algumas parcelas do tecido da cidade classificada de Olinda. Tais artifícios encontram-se posicionados na proximidade dos edifícios e jardins,

<sup>87</sup>-FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 55-56.

<sup>88</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 93.

<sup>89</sup>-Além disso, outros hábitos domésticos, mantidos por antigos moradores, podem ser identificados como práticas de controlo biológico, dentre elas, a aplicação de casca de ovo moída e cinza sobre o solo cultivado. A criação de aves domésticas, soltas em pomares, contribuía para a mesma finalidade.

COTTA, Geraldo Victor. Responsável pela fiscalização urbana da 13ª Regional do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN/Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2003.

GRUPO TEMÁTICO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS. *Caldas naturais: soluções alternativas para o manejo de pragas e doenças*. Simonésia: Projeto Doces Matas, 2002. p. 33-35.

LISBOA, Carlos Eduardo. Professor de Botânica, Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

<sup>90</sup>-Para o desenvolvimento deste assunto, vejam-se: BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. 129-166. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

SEPP S.J., Antônio, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuítas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951]. p. 114-116.

SOUZA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 127-133.



favorecendo o aconchego nos recintos, a dispersão controlada de aromas e a redução da forte luminosidade nos locais de permanência. No geral, acham-se moldados a partir dos ramos de jasmineiros e videiras, tornando mais aprazível a estadia nos espaços abertos.<sup>91</sup>

### **Elementos de Destaque nos Jardins de Recreio**

Além dos componentes anteriormente mencionados, devemos ainda considerar a existência de elementos específicos dos jardins conhecidos como hortos de recreio, construídos no âmbito das residências mais ricas, à semelhança do que sucedeu em certos espaços públicos, como os Passeios, sobretudo ao longo dos oitocentos. Foram lugares propícios a manifestações de linguagens artísticas modernizantes, ao contrário do que acontecia nas hortas e nos pomares propriamente ditos, locais estritamente condicionados por princípios produtivos.

O desenvolvimento do assunto leva-nos a buscar informações sobre o acabamento e os materiais adoptados nos referidos jardins. Maria Graham (1785-1842), ao deparar com a realidade das habitações nas cercanias de Salvador da Bahia, foi arrebatada pelo requinte construtivo existente nos respectivos conjuntos, não passando despercebido o revestimento de pisos externos: “É costume pavimentar os pátios das casas de campo com seixos escuros e formar no pavimento uma espécie de mosaico com conchas brancas”.<sup>92</sup>

Tal refinamento arquitectónico também ficou registado nos apontamentos de Gastão Cruls, ao serem relatadas as vivendas do Rio de Janeiro, onde se empregavam embrechados de “conchas, cacos de louça e pedrinhas roliças embutidas, à moda de mosaico na argamassa”, para cobrir “bacia dos repuxos, o respaldo e o assento dos bancos, e até certos murozinhos, que acompanhavam o contorno dos canteiros”,<sup>93</sup> transformando-os em elementos decorativos. Cabe ressaltar o valor conferido a essa técnica, referência explícita à difusão da cultura lusíada no contexto colonial.

Na ornamentação dos jardins, igualmente sobressaía a aplicação de azulejos, particularmente difundidos em cidades litorâneas, como Recife/Olinda, Rio de Janeiro, Salvador e São Luís do Maranhão. Nas residências abastadas, ladrilhos paramentavam assentos de formato curvo, à maneira de êxedras, na envolvência de árvores; bancos rectos “com braços sinuosamente

<sup>91</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 17-20, 37.

<sup>92</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 181. (Edição inglesa: 1842).

<sup>93</sup>-CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949. Tomo I. p. 381-382.

O uso de embrechados nas quintas de recreio portuguesas tornou-se frequente a partir do final do século XVI, o que segundo Isabel Albergaria foi decorrente da influência do maneirismo decorativo franco-flamengo e francês. Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 225. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

dispostos ou terminados em volutas”; bicas ou chafarizes e fachadas principais das edificações.<sup>94</sup> Assim como nas quintas portuguesas, o revestimento azulejar contribuía para a integração entre o edifício senhorial e o horto de recreio, dotando-o de maior animação, dinamismo, diversidade cromática e profundidade.<sup>95</sup> Com a abertura dos portos, em 1808, houve gradativamente o enriquecimento do repertório de elementos agregados à moradia brasileira, fenómeno influenciado, ao longo do século XIX, por gostos e modismos oriundos da Europa, em específico da França e Inglaterra, países tomados como símbolos de civilidade e do viver elegante.

O nível crescente do apuro arquitectónico nas habitações e em particular nos espaços de recreio ficou marcado, sobretudo a partir da segunda metade dos oitocentos, pelo advento do transporte ferroviário, pela importação de produtos, pelo incremento do comércio especializado, pelas viagens ao exterior. No elenco das mercadorias adquiridas, destacavam-se os componentes inertes, dentre eles: alfaias portuguesas de louça vidrada (estátuas, pinhas, telhas de arremate, vasos), bancos diversos, esculturas de mármore, bolas de vidro de variadas cores, que “refrangiam coruscações ofuscantes”, estruturas de ferro provenientes da Bélgica, França, Inglaterra (caramanchões, esculturas, estufas, gradis, pavilhões, pontes, repuxos, varandas), afora revestimentos de pedras nobres.<sup>96</sup> O repertório de produtos comercializados era amplo, visando a atender a todos os tipos de demandas e gostos, o que estava de acordo com os preceitos das diversas vertentes do eclectismo. A estratégia adoptada pela indústria estrangeira agradava tanto à burguesia e a outros segmentos afins da sociedade colonial e pós-colonial, quanto a jardineiros e horticultores.

Durante o século XIX, foi notória a afirmação do uso de esculturas no espaço aberto. Tal tendência vinculava-se à divulgação das estéticas neoclássica e romântica, visando a respaldar o gosto de uma minoria privilegiada. A estatuária figurativa (antropomórfica e zoomórfica), de carácter profano, fazia alusão a representações simbólicas, como as cinco partes do mundo, as divindades mitológicas e as quatro estações do ano.<sup>97</sup> Normalmente, as esculturas estavam associadas aos artificios hidráulicos (chafarizes, repuxos, tanques), que se mantinham correlacionados a outros componentes, dentre eles: alegretes,<sup>98</sup> arquitecturas de prazer, bancos,

<sup>94</sup>-CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949. Tomo I. p. 381.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 165.

<sup>95</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 55-56, 324-326. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>96</sup>-CRULS, Gastão. *Op. cit.* Tomo I. p. 381-382.

TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, 1996. p. 47, 49. (Série Dissertações e Teses).

<sup>97</sup>-CRULS, Gastão. *Op. cit.* Tomo I. p. 389.

<sup>98</sup>-Alegrete: “[de alegre+ete]”. Termo compreendido no Brasil como pequeno canteiro sobrelevado para o cultivo de flores. No entanto, percebemos o referido vocábulo à maneira portuguesa, também associado a bancos e muros. Geralmente, servia para articular e compartimentar o jardim em pequenas unidades, definir caminhos, polarizar composições. Na actualidade, apesar de a palavra alegrete não ser facilmente assimilada, identificamos sua representação em aguarela de

grutas, latadas, dispostos segundo traçados pré-concebidos. No desenho dos jardins, os referidos elementos tinham a finalidade de direccionar o olhar e pontuar os caminhos, promovendo maior dinamismo e integração entre as partes. No entanto, perante a pujança da natureza brasileira, tais construções acabavam assumindo papel secundário.

É o que nos permite entender Maria Graham (1785-1842), ao tratar da moradia do Visconde do Rio Seco, nos arredores do Rio de Janeiro, onde a magnífica vista do local era a grande protagonista do jardim, cuidadosamente mantido por um administrador religioso.<sup>99</sup> No âmbito dessa e de outras vivendas, os sistemas hidráulicos concorriam para agregar apazibilidade e ludicidade aos citados lugares. A distribuição da água acabava reforçando a noção de estrutura recreativa ou vivencial, reduzindo a ocorrência de qualquer compartimentação no espaço aberto, ocasionada principalmente devido aos desníveis criados pela topografia de cada sítio.<sup>100</sup>

Na mencionada conjuntura, particularmente no período pós-colonial, identificamos a afirmação do eclectismo e a valorização cada vez maior da mão-de-obra especializada como factores determinantes no tratamento arquitectónico dos hortos de recreio.<sup>101</sup> O desenho e as construções executadas nesse tipo de jardim ficaram marcadas, num primeiro momento, por noções oriundas do classicismo, tendência reforçada após 1816 com a divulgação de concepções artísticas da Missão Francesa, baseadas na criação de espaços definidos por eixos geométricos.<sup>102</sup> A versão romântica, por sua vez, tornou-se mais conhecida sobretudo a partir da reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro, realizada em 1862.<sup>103</sup> Essa versão foi amplamente divulgada por meio de

---

Thomas Ender (1817-1818), em que foi retratado um conjunto de assentos e canteiros, junto à varanda da casa de campo do Conde da Barca, no Rio de Janeiro. Tudo leva a crer que o citado artifício foi muito disseminado nos jardins de chácaras brasileiras. Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Op. cit.* v.1. p. 332-337.

Cf. ENDER, Thomas. “Varanda. (‘Varanda da casa de campo do Conde da Barca’). 1817-1818. Aquarela sobre lápis. 19,2 x 31,8 cm”. In: WAGNER, Robert (org.). *Viagem ao Brasil; Rio de Janeiro e São Paulo nas aquarelas de Thomas Ender 1817-1818*. [Lisboa]: Kapa Editorial, 2003. p. 186. Veja-se, no volume II, as figuras nº 119, 121.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª edição. Curitiba: Positivo, 2004. p. 90.

<sup>99</sup>-No jardim da residência do Visconde do Rio Seco também havia gruta e fontes.

Veja-se: GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 317. (Edição inglesa: 1842).

<sup>100</sup>-Numa determinada situação, supomos que única, testaram-se mecanismos hidráulicos para bombear a água a níveis elevados, como sucedeu na construção de um tanque com repuxo no pátio de honra da Quinta Real da Boa Vista ou Palácio de São Cristóvão. O local era abastecido pelo riacho do Engenho Velho, que passava ao lado da vivenda, permanecendo trinta pés abaixo do mencionado patamar.

DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo II. p. 219. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).

<sup>101</sup>-Ainda nas primeiras décadas dos oitocentos, é expressivo o caso de Ângelo Viriato, italiano de Pádua, que solicitou ao Príncipe Regente D. João, em 1810, sua permissão para deixar Portugal, onde trabalhava na “Quinta da Sereníssima Senhora Princesa do Brazil”, com destino à cidade de Salvador, com o intuito de empregar-se na “arte do jardinar”. O requerimento tinha sido motivado pela precária situação económica e política em que se encontrava o Reino.

AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. 254, D. 17508: [ant. 1810, Dezembro, 13]. “REQUERIMENTO de Ângelo Viriato, italiano de Pádua, ao príncipe regente [D. João] solicitando licença de viagem para a Bahia, juntamente com sua família onde conseguiu um emprego de jardineiro”.

<sup>102</sup>-Veja-se: LATIF, Miran de Barros. *Uma cidade no trópico: São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965. p. 134.

<sup>103</sup>-Cf. MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: [Projeto Quapá, Laboratório da Paisagem, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo], 1999. p. 23.

desenhos de traçados orgânicos e sinuosos, constituídos à imagem dos jardins anglo-franceses, formalizados segundo ideias do pinturesco e do sublime, o que estava associado à rejeição da tradição portuguesa pelas elites dominantes no Brasil pós-colonial.

Com base nos dados obtidos, constatamos como os hortos das residências abastadas foram alvos de melhorias e refinamentos, o que já acontecia desde os tempos coloniais. O facto de os primitivos jardins ainda não terem sido devidamente estudados e compreendidos resulta em posicionamentos questionáveis. Segundo Silvio Soares de Macedo, esses hortos eram espaços constituídos sem maiores “preocupações” formais, o que é colocado em dúvida por nós.<sup>104</sup> Essa ótica, advinda da falta de conhecimento de nossas tradições culturais, repercute na desvalorização do património paisagístico preexistente e, conseqüentemente, na falta de protecção a tais lugares.

Em síntese, os jardins coloniais estavam ordenados segundo a lógica construtiva que visava a conciliar o agradável ao útil, promovendo, ao máximo, a potencialização das particularidades biofísicas dos sítios ocupados. Na actualidade, apesar das sucessivas descaracterizações ocorridas na paisagem das cidades classificadas, é possível identificarmos certos registos materiais que nos remetem à citada maneira de construir. No caso, podemos exemplificar tal aspecto por meio de determinadas intervenções, como o terraço do poço ou mesmo a fonte da cerca do Convento Franciscano da cidade de Olinda, dispostos para tirar proveito da vista do mar.<sup>105</sup> Em Ouro Preto, destacamos, dentre os conjuntos remanescentes, o espaço da casa setecentista de Tomás António Gonzaga, onde ainda se observam, numa organização hierárquica entre as partes: o pátio, o jardim e o pomar, com seu tanque de rega, além da presença de arquitectura de prazer e miradouro, voltado para a serra do Itacolomi.<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup>-MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: [Projeto Quapá, Laboratório da Paisagem, Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo], 1999. p. 25.

<sup>105</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras n° 71-74, 75-77.

<sup>106</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras n° 57-62.

## TIPOLOGIAS PRIVADAS, UM RETORNO ÀS ORIGENS

---

A busca das origens pode significar, no quadro da preservação patrimonial, além do melhor conhecimento sobre as tradições culturais, a viabilização de novas práticas e regras de conservação e gestão dos conjuntos urbanos. Assim, parece-nos significativo trabalhar com os diversos tipos de espaços abertos, privados e públicos, que fazem parte do património paisagístico das cidades classificadas. São lugares especiais, de ambiências marcantes, que nos revelam traços peculiares da herança portuguesa, criada e recriada de acordo com os recursos biofísicos de cada local ou região.<sup>1</sup>

Antes de nos determos na análise tipológica, é necessário estabelecer algumas balizas no tocante ao referido tema. Dentre elas, é importante reforçar o conceito de tipo com base na noção de essência, aquilo que constitui a natureza de um grupo de elementos, dotado de certos padrões específicos.<sup>2</sup> A noção de essência, considerada no estudo do “jardim lusíada”, expressa a importância de se compreender sua forma, levando-se em conta o exame de sua ambiência ou da espacialidade, do elenco vegetal e da organização de seus elementos, componentes responsáveis pelo carácter das várias categorias de espaços.<sup>3</sup> Na filosofia, a relação entre essência e existência acaba gerando muitas opiniões particulares, mas grande parte delas, em diversos momentos da história, guarda a convicção de que não se pode tratar a existência como distinta da essência.<sup>4</sup> No campo da arquitectura, quando ocorre o rompimento entre as mencionadas esferas de conhecimento, acontece o pasticho, ou seja, a cópia baseada num modelo qualquer, sem apego às questões da cultura, da história, da identidade, do lugar, da memória, do tempo.

Motiva-nos pesquisar a essência dos espaços que constituem o património paisagístico, ou seja, compreender o modo como seus elementos ou componentes se mantinham organizados, além das espacialidades daí resultantes. Na cidade colonial, sabemos que os vários tipos de espaços existentes reflectiam uma íntima ligação entre a produção e o lazer, associado ao cultivo da terra. Nesse universo, os aromas, as cores, as formas, os sabores, os sons, as tactibilidades, dentre outras manifestações da natureza, além de renovarem as energias vitais dos moradores e utentes das parcelas hortifrutícolas, também impregnavam tais conjuntos de carácter.

---

<sup>1</sup>-Compreende-se o termo ambiência como espacialidade, no caso decorrente de atributos etéreos e físicos dos lugares examinados, ou seja, das parcelas hortifrutícolas das cidades classificadas.

Cf. MENDOÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a idéia*. Évora: Universidade de Évora, 1989. v.1. p. 56. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>2</sup>-ALFAIATE, Maria Teresa Amaro. *Expressões dos valores do sítio na paisagem*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Seção de Arquitectura Paisagista, 2000. p. 162. Dissertação de Doutoramento. (Texto policopiado).

<sup>3</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 46. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>4</sup>-MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1991. p. 135-138.

A mencionada linha de pensamento leva-nos a considerar as reflexões estabelecidas por Gonçalo Ribeiro Telles, com vistas à articulação entre o campo e a cidade e ao favorecimento da permeabilidade de componentes ecológicos nos tecidos construídos, como sucedia nos antigos povoamentos. De acordo com seu ponto de vista, o planeamento da paisagem deve ser tratado a partir da continuidade da relação entre cultura e natureza ao longo do tempo.<sup>5</sup> A nosso ver, é fundamental materializar tal pressuposto, principalmente em cidades como Olinda e Ouro Preto, onde o descaso com a questão ecológica tem afectado a permanência dos respectivos conjuntos urbanos. Nesse contexto, ressaltamos que a maioria das iniciativas de protecção ao património classificado está fundamentada em concepções restritas, que colocam em evidência a conservação isolada dos edifícios, o que resulta na degradação da paisagem global, cada vez mais exposta aos interesses particulares dos moradores.

Frente ao problema levantado, C. Devillers, ao lidar com questão similar, nega a coincidência de “azar” ou “destino”. De acordo com seu ponto de vista, os desequilíbrios são intencionalmente provocados, fomentando o surgimento de conflitos e desajustes sociais, a partir da introdução de padrões alienígenas de ordenamento do espaço.<sup>6</sup> Diante do discurso fatalista do caos e da fragmentação do mundo contemporâneo, dilapidado por interesses económicos e políticos, a postura de defesa do planeamento pode parecer questionável, mas é imprescindível. As referências do passado, que ainda teimam em resistir aos descasos e às intervenções danosas, chamam-nos à responsabilidade.

O que tem sido feito para conter o avanço dessa situação é mínimo. Desfazer as amarras criadas por práticas institucionais adoptadas durante anos é prioritário. Isso significa repensar procedimentos técnico-administrativos, e considerar os espaços abertos como locais estratégicos. A partir do estudo tipológico adquire-se consciência dos gostos, significados, valores e visões de mundo de uma sociedade, o que favorece o desenvolvimento de propostas de planeamento mais comprometidas com a continuidade da forma dos lugares.

A opção pelo referido estudo também nos orienta na revisão do conceito de jardim, muitas vezes tomado por técnicos, no sentido anglo-saxão do termo, como sendo lugar privilegiado pela cenografia, tratado de maneira erudita e materializado através de projectos, o que não aconteceu nos primórdios da colonização. Os jardins ibéricos são estruturas intrinsecamente ligadas à vivência de seus utentes,<sup>7</sup> onde a lógica da beleza está relacionada ao aspecto utilitário do espaço,

<sup>5</sup>-TELLES, Gonçalo Ribeiro. *Arquitectura x Arquitectura Paisagista*. Cielo de conferências do Curso de Licenciatura em Arquitectura da Universidade de Évora. Évora, 22 março, 2002.

<sup>6</sup>-DEVILLERS, C. “Typologie de l’habitat et morphologie urbaine”. *Architecture d’Aujourd’hui*. /s.l./: /s.e./, nº 174, /s.p./, Jul. 1974. *Apud*: ALFAIATE, Maria Teresa Amaro. *Expressões dos valores do sítio na paisagem*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Seção de Arquitectura Paisagista, 2000. p. 79. Dissertação de Doutoramento. (Texto policopiado).

<sup>7</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Jardins históricos em Portugal*. Curso livre, Centro de História da Arte da Universidade de Évora.. Évora, 28-31 maio, 2001.

concepção ainda vigente na realidade brasileira, principalmente em cidades que conservaram traços da herança lusitana. Basta percebermos o significado de hortas e pomares ainda mantidos produtivos por seus proprietários. São considerados locais de “ser” e de “estar” que cumprem os desígnios do útil aliado ao do agradável. Detalhes como os mencionados passam despercebidos na maioria das pesquisas que aborda a temática dos espaços abertos no meio urbano, habitualmente identificados a partir de uma macro visão, muitas vezes obtida somente por meio de fotografias aéreas, imagens de satélites e ortofotocartas.

Ao falarmos das cidades coloniais, não podemos ignorar seus jardins com seus respectivos atributos. A partir da análise histórica de base documental, o património paisagístico colonial organiza-se a partir dos seguintes tipos.

## Quintais

---

*“Casas entre bananeiras  
mulheres entre laranjeiras  
pomar amor cantar (...)”<sup>8</sup>*

Dentre as unidades produtivas da “urbe”, no período Brasil-Colónia, o quintal ocupava as menores parcelas de terra. Geralmente, em formato retangular, comprimento variável e largura estreita. As dimensões eram estabelecidas em função das condições biofísicas de cada sítio, dos procedimentos camarários adoptados e das técnicas construtivas utilizadas. Ao serem demarcadas as datas, terrenos aforados, não passavam despercebidas as questões práticas, como o aproveitamento de aclives e declives, mananciais, vistas e outros recursos naturais, além do escoamento de águas pluviais e servidas.

De acordo com a demanda por habitação, as testadas dos terrenos, em determinados trechos do tecido urbano, poderiam ser mínimas. Em Olinda, por exemplo, a largura de grande parte dos lotes varia entre 3 a 8 metros, definindo soluções construtivas de porta e janela ou porta e duas janelas, empregadas na composição da fachada principal do casario.<sup>9</sup> No conjunto de Ouro Preto, tais medidas alternavam entre duas, três ou quatro braças, ou seja, de 3,6 a 7,2 metros. Só raramente ultrapassavam os 10 metros, facto observado por Sylvio de Vasconcellos.<sup>10</sup> No caso de Salvador, predominavam praticamente as mesmas medidas, compreendidas entre 3 a 8 metros.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup>-ANDRADE, Carlos Drumond de. “Cidadezinha qualquer”. In: ANDRADE, Carlos Drumond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002. p. 23.

<sup>9</sup>-MELO FILHO, Antenor Vieira de. Professor da Universidade Federal de Pernambuco. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

<sup>10</sup>-VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 156.

Ressaltamos que a braça correspondia a uma medida aproximada de 1,8 metros.

<sup>11</sup>-HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 117-119. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

Conforme salientado por Nestor Goulart Reis Filho, havia uma interdependência entre a arquitectura, a estrutura fundiária e os sistemas tecnológicos, o que influenciava decisivamente o aspecto de uniformidade da cidade colonial, facto associado à tradição portuguesa.<sup>12</sup> No entanto, em lugares pouco urbanizados, os limites das parcelas mostravam-se menos precisos e as quadras tornavam-se relativamente maiores. Na localidade de Macapá, os lotes chegavam a possuir testada de 22 metros por 66 de profundidade, e na Vila de Mazagão, região Amazónica, a maioria dos terrenos tinha 15,4 por 61,6 metros.<sup>13</sup>

A padronização das medidas tinha o intuito de regular o desenho dos primitivos povoamentos, como aconteceu na antiga Filipeia, actual cidade de João Pessoa, fundada em 1585. Regista-se que, nas imediações da rua Nova da mencionada cidade, as parcelas aforadas tinham dimensão de 7 a 8,5 braças de testada por 15 de “quintal” ou aproximadamente 27 metros.<sup>14</sup> O controlo administrativo normalmente fazia-se através de cartas régias e posturas municipais, chegando ao ponto de orientar, durante o século XVIII, a composição dos alçados principais dos edifícios, estabelecendo-se a altura máxima dos pavimentos, o formato e o número das aberturas.<sup>15</sup> Também era notória a difusão do partido “frente-fundo” nas moradias urbanas. A frente das casas, voltada para a via pública, mantinha-se alinhada junto às construções vizinhas. Os quintais, por sua vez, permaneciam nos fundos, estritamente condicionados pela presença das edificações. Eram espaços destinados à produção de subsistência, favorecendo a formalização de expressivas manchas verdes, normalmente organizadas ou em faixas lineares ou em sequências descontínuas no tecido das cidades, o que acabava fortalecendo a articulação entre o “ager” e a “urbe”.

<sup>12</sup>-REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. p. 16-17, 24.

A testada dos lotes nas cidades planeadas portuguesas, no período entre os séculos XIII e XVIII, tinha em média de 25 a 30 palmos, aproximadamente de 5,5 a 6,6 metros. A adopção de tais medidas, condizentes com os sistemas construtivos da época, visava ao ordenamento do traçado urbano. Nos setecentos, encontravam-se referenciadas tanto no desenho da cidade do Porto, durante o governo dos Almadás, quanto no conteúdo do *Tratado de Ruação*, elaborado no início do década de 1760, de autoria de José de Figueiredo Seixas. Esse trabalho, de cunho utópico, reflecte a preocupação de estruturar o espaço como um todo através do estabelecimento de rígidas relações geométricas.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 26, 92-93, 227-288, 296-297.

<sup>13</sup>-*Idem*. *Ibidem*. p. 261, 264.

<sup>14</sup>-MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filipéia à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil, século XVI-XVIII*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2004. v.1. p. 194-199. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>15</sup>-As cartas régias de 1747 e 1761, destinadas respectivamente à regulação do desenho nas cidades de Mariana (Minas Gerais) e do Piauí (Piauí), exemplificam a afirmação do poder público no planeamento da forma urbana. Nas cidades de Ouro Preto e Recife (Pernambuco), também vigoraram posturas municipais que tiveram a mesma finalidade.

Cf. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Códice 45 (1747), 27-v. *Apud*: VASCONCELLOS, Sylvio de *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 130.

Cf. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Códice 119-120. *Apud*: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Op. cit.* 1956. p. 137-138.

APMOP. Termo de medição, aforamento, posse e obrigação do foro. /s.d./, Ouro Preto. [Este documento, que se encontra impresso, fazia parte dos processos de aforamento da então “Imperial Cidade de Ouro Preto”].

Cf. BARRETO, Paulo Thedim. “O Piauí e sua arquitectura”. *Revista do Património Nacional*. Rio de Janeiro: /s.e./, nº 2, p. 187-223, 1938.

Cf. FREYRE, Gilberto. “Casas de residência no Brasil”. *Revista do SPHAN*. [Rio de Janeiro]: /s.e./, nº 7, p. [?], /s.d./.



No contexto da cidade tradicional, a referida articulação, fundamentada em valores culturais e vivenciais e na relação entre diversos elementos morfológicos e tipológicos, tinha como componente básico a unidade edifício-parcela, que servia de suporte para os quintais e outros tipos de espaços abertos. De acordo com a lógica fundiária adoptada, os lotes encontravam-se ordenados ao longo das vias ou em unidades maiores, no caso das quadras, dispostas em sintonia com a geometria dos largos, das praças e do traçado viário. A organização das partes geralmente estava orientada pela noção de estrutura, ficando bem evidente a distinção e a hierarquia entre os espaços privado e público, a organização dos sistemas de produção e a sectorização de actividades e serviços nos tecidos construídos. Daí a importância de conhecermos nossas próprias raízes, ou seja, a cultura e história dos lugares, como enfatiza José M. Ressano Garcia Lamas, o que é indispensável para direccionar na actualidade o desenvolvimento do desenho urbano,<sup>16</sup> especialmente em cidades classificadas, com o sentido de viabilizar alternativas para a continuidade do “Genius loci” e a manutenção das manchas verdes em suas respectivas paisagens.

Para termos noção da importância atribuída aos quintais na “urbe” colonial, podemos dizer que foram considerados símbolo de civilidade. Durante a década de 1760, os moradores da região que abrangia a ilha de Marajó e a área de influência do rio Tocantins, no extremo norte do Brasil, foram compelidos, por determinação do Ouvidor do Pará, Ramos Mourão, a repararem suas casas e murarem os respectivos quintais, sendo ainda obrigados a plantar: “duas laranjeiras, um limoeiro, uma pimenteira, duas goiabeiras, dois cajueiros e dois coqueiros”.<sup>17</sup> As referidas medidas não estavam desvinculadas de outras exigências, fiscalizadas pelas Câmaras, destacando-se a rectificação do traçado viário, para que as ruas ficassem espaçosas e largas, além da adopção de um único tipo de fachada para todas as moradias, o que era tido como providencial para a beleza dos lugares habitados. No citado período, disseminaram-se procedimentos análogos em Belém e outras localidades, como Macapá.<sup>18</sup>

Supomos que o costume de vivenciar os quintais e outras parcelas hortifrutícolas se tenha intensificado, particularmente, a partir do século XVIII. O adensamento populacional que sucedeu

<sup>16</sup>-Cf. LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000. p. 12, 15, 24.

<sup>17</sup>-POSTURAS e Taxas da Villa de Conde. *Apud*: REIS, Artur César Ferreira. “Aspectos da Amazônia na sexta década do século XVIII”. *Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional*. [Rio de Janeiro]: /s.e./, v.VIII, p. 70, 1944. *Apud*: DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planeamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. p. 56.

<sup>18</sup>-AHU. PARÁ-ACL-CU-[013], Cx. 21, Cód. 739-I: 1761. “POSTURAS Municipais”. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. *In*: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 29]. Cf. DERENJI, Jussara da Silveira. “Sé, Carmo e Largo do Palácio. Espaços públicos de Belém no período colonial”. *In*: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 193. POSTURAS e Taxas da Villa de Conde. *Apud*: REIS, Artur César Ferreira. “Aspectos da Amazônia na sexta década do século XVIII”. *Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional*. [Rio de Janeiro]: /s.e./, v.VIII, p. 70, 1944. *Apud*: DELSON, Roberta Marx. *Op. cit.* p. 56.

nas cidades e vilas, na citada época, influenciou o carácter dos espaços abertos, tornando-os mais resguardados. A demarcação dos limites e a construção das vedações passaram a merecer cuidados especiais dos munícipes, tendência acompanhada pela substituição gradativa das sebes e valados por muros divisórios, repercutindo na maior compartimentação e individualização da paisagem. A vigência dessa prática reforçou, por assim dizer, o modo de vida balizado pelo isolamento em relação ao logradouro público, facto percebido inclusive na execução de certos detalhes arquitectónicos como os “muxarabis” ou “muxarabiês”, instalados nas fachadas das edificações. A consciência desse traço é elucidativa para percebermos a extensão de determinados comportamentos sociais, ainda mantidos até a primeira metade do século XX, denotando a limitada vivência feminina fora do mundo doméstico, principalmente nas pequenas cidades.<sup>19</sup>

Frente a essas constatações, igualmente salientamos outro aspecto que julgamos essencial para o entendimento da tipologia pesquisada. Levando-se em conta a dimensão do quintal, relativamente reduzida, se comparada com a de outros tipos de espaços abertos, não havia nítida separação entre seus elementos, ficando evidente o carácter imbricado e promíscuo em tais lugares, reflectido especialmente no cultivo das espécies vegetais e no emaranhado de componentes inertes e vivos, que se apresentavam num suposto estado de desordem. Nos citados locais, as noções de compartimentação e hierarquia eram e continuam sendo pouco expressivas.

Na organização dos conjuntos, havia regras básicas orientadas por costumes e práticas culturais, resultando, na maioria das vezes, no cultivo de hortaliças e plantas ornamentais bem próximo da cozinha, enquanto as espécies frutíferas permaneciam distribuídas aleatoriamente ao longo dos terrenos, ficando as árvores mais distantes das edificações. O restante das parcelas podia estar ocupado com pequenas construções, aposentos para empregados, criatórios, depósitos, no geral dispostos no alinhamento dos muros que lhes serviam de suporte, permanecendo livres os limites laterais dotados de vistas aprazíveis. Cada recinto possuía seu próprio desenho, condicionado pela influência de factores biofísicos e pela necessidade de produção de alimentos.

A viabilização de soluções arquitectónicas também decorria do perfil cultural e sócio-económico de seus residentes, que procuravam expressar desejos, gostos e vontades, através do ordenamento do espaço. A partir dessa constatação, torna-se compreensível a sinonímia aplicada ao termo quintal, podendo ser compreendido como: aido, cercado, cerrado, corte, eito, exido,

<sup>19</sup>-“(...) Antigamente, as opções de lazer nas casas eram restritas, quase nulas. As mulheres se reuniam nos jardins para fazer croché, renda e tricô, até porque Ouro Preto tinha um clima mais ameno. Então, seria uma oportunidade para tomar sol. As prendas domésticas faziam parte da educação das meninas ‘de família’. Minha avó fazia renda muito bem e gostava de ficar em jardins cuidados. (...) Os quintais eram mais conservados. Os homens incentivavam suas mulheres na arte do plantio, comprando batatas, mudas e sementes. Enquanto o mundo delas estava voltado para o interior, o mundo deles era definido por actividades externas, comerciais e intelectuais (...)”.

RASMUSSEN, Maria de Lourdes Machado. Moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

eixido, horta, horto, jardim, montueira, pátio, pomar, pomeiro, protegido, quinchoso, tempe, terreiro, vergel, viridário.<sup>20</sup> No entanto, nem sempre ocorreu com clareza a compreensão do termo verificado. Para o dicionarista Raphael Bluteau (1720), “he na cidade, ou villa hú pedaço de chão, com arvores fructíferas, e cercado de muros. (...) Quintal não he jardim, nem horta, nem pomar. Mas a necessidade nos obriga a usar de viridarium, ou pomarium, e sendo preciso poderá acrescentar muroseptum”.<sup>21</sup> O viajante Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), ao deparar-se com a condição da moradia urbana em Goiás, Minas Gerais e norte de São Paulo, no início do século XIX, tratou esse tipo de espaço como um jardim reservado à permanência das mulheres, sobretudo de famílias privilegiadas, o que não era de se estranhar, pelo modo como se mantinham enclausuradas em suas próprias habitações, fora do alcance da vista de pessoas estranhas.<sup>22</sup>

No período colonial, os quintais também serviam como suportes para a realização de diversas actividades domésticas. Desempenhavam funções básicas, que ampliavam a comodidade, o conforto, a segurança e a subsistência dos moradores urbanos. Por uma questão de ordem prática, as actividades relacionadas ao armazenamento da água, ao preparo e cozimento de alimentos, à limpeza de utensílios e aos cuidados com a higiene pessoal aconteciam no terreiro, na proximidade do edifício principal.<sup>23</sup> Os abrigos de animais de carga e montaria, criatórios, depósitos de materiais, moradia para agregados e/ou escravos, e pequenos serviços de manutenção eram

<sup>20</sup>-ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo, 2001. p. 2183, 3047, 3553.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo dicionario critico e etymologico da lingua portugueza*. Paris: Angelo Francisco Carneiro, 1836. p. 607, 639, 821.

CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos A.C. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972. p. 262, 286, 362, 397, 449.

DICIONÁRIO de sinónimos. Porto: Porto Editora, [1985]. p. 124, 263, 325, 422, 624, 682, 777, 843, 881, 882, 918, 1043, 1102, 1110.

FONTINHA, Rodrigo. *Novo dicionário etmológico da língua portuguesa*. Porto: Editorial Domingos Barreira, /s.d./ p. 1464.

TERTÚLIA EDÍPICA, SOCIEDADE LITERÁRIA CHARADÍSTICA. *Dicionário de sinónimos da língua portuguesa*. Lisboa: João Francisco Lopes Editor, 1945. p. 54, 205, 373, 475, 565, 622, 703, 760, 790, 827, 969, 978.

<sup>21</sup>-BLUTEAU, Raphael, Padre D. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, belico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero, geografico, geometrico, gnomico, hydrographico, homonymico, hierologico, ichtyologico, indico, ifagogico, laconico, liturgico, lithologico, medico, musico, metereologico, nautico, numerico, neoterico, ortographico, optico, ornithologico, poetico, philologico, pharmaceutico, quidditativo, qualitativo, quantitativo, rhetorico, rustico, romano, symmbolico, synonymico, syllabico, theologico, therapeutico, technologico, uranologico, xenophonico, zoologico*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXX (1720). v.VII. p. 66.

<sup>22</sup>-SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à provincia de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Provincia Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 129. (Edição francesa: 1851).

<sup>23</sup>-Nos antigos quintais, as latrinas ou “secretas” eram locais distintos das “casas de banho”. Possivelmente, tiveram maior evidência em meados do século XIX, quando vigoraram medidas de ordem sanitária, viabilizadas devido aos constantes surtos epidémicos ocorridos nas cidades, como a cólera-morbo na Bahia (1855-1857). Uma das principais causas do referido quadro foi o deficiente serviço de saneamento urbano, inteiramente apoiado na mão-de-obra escrava, responsável tanto pelo abastecimento regular de água em casas térreas e sobrados, quanto pelo escoamento de dejectos residenciais, transportados durante à noite em barricas (“tigres”) e despejados nas praias.

ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1. p. 94-95.

HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 143, 161.

distribuídos em espaços de menor evidência. Logicamente, o ordenamento das partes dependia de uma série de variáveis, dentre elas, o tamanho do terreno e o poder aquisitivo do proprietário.

No ponto de contacto entre o espaço aberto e o edifício, normalmente existiam os telheiros. Erguiam-se no prolongamento do alpendre, na parte posterior da casa, onde aconteciam as refeições diárias. Aqui enfatizamos a existência da flexibilidade funcional, característica da moradia do período Brasil-Colônia, facto também percebido na organização dos quintais. A cozinha “de dentro” da casa, tida como “limpa”, era menos sobrecarregada de afazeres do que a cozinha “de fora”, construída sob o telheiro, onde se preparava maior quantidade de alimentos, dentre eles os doces caseiros.<sup>24</sup> Em alguns casos, as mencionadas obras permaneciam à parte, no terreiro. Tinham a finalidade de agregar serviços, sem alterar a organização dos cômodos internos da habitação. O lugar em si proporcionava múltiplas vivências. Sob um mesmo tecto, podiam acontecer, em simultâneo, várias frentes de trabalho, como a confecção de manufacturas, a elaboração de iguarias e quitutes no fogão de lenha, a secagem de alimentos em jiraus ou mesmo a prosa nos momentos de folga.

O funcionamento das mencionadas células de trabalho, inseridas nos espaços privados, também se relacionava à subsistência económica. Produtos caseiros eram manufacturados e disponibilizados para o comércio ambulante, feito por meio de escravos de aluguer e ganho. Dentre as miudezas vendidas, destacavam-se: acarajé, bebidas (licores e vinhos), bolos, carne cozida, conservas, doces (de banana, de goiaba, geleias de frutas), frutos, legumes, leite, mingau de tapioca, pão, peixes secos, verduras, carvão, chapéus de palha, cestaria, esteiras, flores, lenha, gaiolas, sabão, velas. Levando-se em consideração a variedade de ofertas apregoadas nas ruas, podemos ter noção da importância das parcelas hortifrutícolas como fonte geradora de renda familiar nas cidades coloniais.<sup>25</sup> Essa questão ajuda-nos a esclarecer a ocorrência de quintais com dimensões avantajadas, especialmente em cidades mineradoras, como Diamantina, Mariana, Ouro Preto, Serro, Tiradentes, em Minas Gerais.

### Características do Espaço

Parece-nos importante considerar, neste ponto do trabalho, a diferença básica entre a “casa-habitação” e a “casa-construção”, noções reflectidas no desenho dos quintais e por

---

<sup>24</sup>-ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.I. p. 102-103.

HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 151-155.

<sup>25</sup>-HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Op. cit.* p. 112-113, 142-143, 152, 230.

Vejam-se, no volume II, as figuras nº 26-30.

consequência na apreciação de suas ambiências.<sup>26</sup> As referidas modalidades de casa, concebidas por Gaston Bachelard, são adequadas para tratar de nosso objecto de estudo, de acordo com a realidade dos locais pesquisados. Na actualidade, observa-se cada vez mais a vigência do conceito de espaço “construção”, que se concretiza através do comportamento dos novos residentes das cidades classificadas, que raramente possuem consciência das qualidades dos lugares onde habitam. Daí os quintais serem constantemente prejudicados pelo corte da vegetação, pela fragmentação de antigas parcelas, anteriormente destinadas à subsistência e às vivências domésticas. A imposição de novos costumes e modismos, aliada ao desconhecimento da própria herança ancestral têm fomentado, por exemplo, a derrubada de velhas mangueiras em Olinda, acto justificado pelo injustificável, devido à “sujeira” causada pela queda de folhas e frutos.

Nesse sentido, o termo moradia encontra-se esvaziado e restrito, limitando-se basicamente a relações geométricas e quantitativas. Equiparada quase a uma máquina, a casa, tal como divulgada pela estética modernista, é destituída de idiossincrasias e raízes culturais e históricas. Apesar de essa noção já ter sido bastante contestada por profissionais do campo da arquitetura, é com frequência reapropriada pela especulação imobiliária, o que transforma lugares em simples locais de pernoite ou de rentabilidade. Nas cidades classificadas, a disseminação dessa prática tem induzido a ocupação aleatória e/ou clandestina das parcelas não edificadas, enfraquecendo a continuidade de componentes culturais e ecológicos no tecido urbano, comprometendo o carácter e o valor identitário do património arquitectónico e paisagístico.

A conservação do património, de acordo com o mencionado conceito, tem resultado no prejuízo da qualidade de vida e na redução das manchas verdes na estrutura dos mencionados lugares. Felizmente, existem moradores que percebem, a partir da própria experiência, as vantagens da manutenção de antigos costumes, como o simples acto de aproveitar a sombra de uma árvore ou de produzir parte de sua subsistência, por prazer e/ou por necessidade.<sup>27</sup> Na cidade classificada de Olinda, tais hábitos, aliados às relações de amizade entre os habitantes, costumam promover agrados, cortesias, galanteios e ofertas, constantemente feitos com flores, frutos, mudas e sementes. Em determinadas épocas do ano, tais gestos repetem-se com frequência, apesar de a prática em si estar enfraquecida, devido ao estado de abandono de grande parte dos espaços abertos, além das mudanças de hábitos de vida ocorridas nas últimas décadas.

---

<sup>26</sup>-BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 63-64, 85.

<sup>27</sup>-“(…) Se o sinhó chegar numa cidade, que não tem verde, só tem sol, quentura e calçamento, o que vai sentir? mal estar e canseira. Debaxo de uma sombra, recebe o ar livre, que é uma ciência (...). Hoje em dia nem todo mundo pranta, pra não ter trabalho, mas isso me dá satisfação (...)”.

AMÂNCIO, Eulina Guedes. Moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

Mesmo lidando com várias situações que demonstram o estado precário de manutenção ou mesmo descaracterização do património classificado, mediante a vigência de procedimentos equivocados, optamos por trabalhar a tipologia analisada a partir do conceito de espaço “habitação”, sob o ponto de vista topofilico.<sup>28</sup> Partimos do pressuposto de que os quintais são lugares significativos, relacionados à condição do morar, própria do homem como “ser-no-mundo”.<sup>29</sup> A postura adoptada visa ao entendimento da essência de locais ainda mantidos vivos para serem vividos. Ao pesquisarmos tais lugares, estamos aprendendo sobre aspectos pouco assimilados da cultura brasileira, os quais, inclusive, dizem respeito à própria concepção da moradia.

A noção de limite, proporcionada sobretudo pela presença do muro divisório, reforça a condição de privacidade, protecção e satisfação nos espaços habitados, no sentido de serem estes um “canto” no mundo.<sup>30</sup> Assim, podemos enfatizar os locais situados no “fundo” das hortas ou dos pomares, sob a sombra de alguma fruteira. Distintos por seus atributos, são lugares preferidos para a estadia, na medida em que permitem o devido descanso e possibilitam a prática da reflexão quotidiana, num quadro geralmente pautado pela comunhão com a natureza. O mundo concentrado dos quintais oferece níveis diferenciados de privacidade.<sup>31</sup> Também se apresenta como uma das possibilidades de se manter contacto com o espaço envolvente ou mesmo com a paisagem.

Tais lugares reflectem a identidade e o esforço no ordenamento das partes, segundo costumes muitas vezes aprendidos na casa materna, tomada como um centro de referências, inclusive de imagens relativas às sensações de bem-estar, intimidade, refúgio, repouso, simplicidade, totalidade e tranquilidade, eminentemente pautadas por atributos espaciais. Parece-nos bastante expressivo registar o comentário feito por Petrônio Cunha, ao reflectir sobre o significado de entrar na intimidade de um quintal. “É sentir a terra sob os pés, é ver a mangueira florida e cheia de frutos, é experimentar os vários cheiros do lugar”.<sup>32</sup> Tal apreciação dos factos vem demonstrar o apego de certos moradores ao lugar onde residem. Frente à dimensão fenomenológica do morar, fundamentada no repertório das sensações experienciadas, torna-se relevante comentar como as referidas imagens permanecem associadas a determinadas práticas de

<sup>28</sup>-A topofilia pode ser compreendida através do elo estabelecido entre o indivíduo e o lugar onde habita. Yi-Fu Tuan, ao trabalhar com este assunto, busca desenvolvê-lo a partir de sentimentos positivos (atitudes, percepções e valores) que as pessoas detêm em relação a esses locais.  
Cf. TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 1-5. (Primeira edição: 1974).

<sup>29</sup>-MALARD, Maria Lúcia. “O método em arquitetura: conciliando Heidegger e Popper”. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte: PUC Minas, nº 8, v. 8, p. 147, Fev. 2001.

<sup>30</sup>-BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 24.

<sup>31</sup>-“(...) Quando minha mãe precisava de descansar, renovar suas energias, permanecia no fundo da horta. Era uma parte sagrada da casa (...)”.

MOREIRA, Mariana Isabel. Funcionária da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

<sup>32</sup>-CUNHA, Petrônio. Arquitecto da Secretaria Municipal de Planejamento e morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

ocupação do solo, que continuam tendo o intuito de favorecer a interatividade do morador com o ambiente circundante, ficando preservada sua privacidade.

Nesse sentido, a vivência do espaço pode transformar a visão de um conjunto arquitectónico num grande jardim, revelando outras dimensões da realidade além daquelas de que nos dá conta a observação meramente formalista. As vistas percebidas no interior de muitas parcelas, em regiões acidentadas, transcendem limites impostos pelas próprias vedações. Pode parecer contraditória a condição de revelar e esconder, ver e não ser visto, mas certamente é um dos princípios utilizados no tratamento dos espaços abertos, que se mostram como grandes janelas. Os elementos etéreos, leves ou subjectivos, provenientes dos espaços abertos, ajudam a dotar as cidades de alma. Assim, torna-se relevante a seguinte declaração: “Morar em Olinda é presenciar a imagem de uma natureza sempre renovada. A cidade tem cheiro de mar, frutos e flores”.<sup>33</sup>

As diversas tipologias ainda presentes nos tecidos dessa e de outras cidades classificadas, como Ouro Preto, contribuem para despertar a consciência de seus residentes, o que é alcançado por meio da contemplação das qualidades do espaço, fortalecendo vínculos afectivos com os respectivos conjuntos. As próprias palavras dos moradores, afeitos às experiências do cultivo de suas hortas e pomares, dão-nos conta de como a integração do homem com a natureza é benéfica, resultando no sentimento de habitar ou de pertencer a um determinado lugar. Os quintais devem ser compreendidos como signos de interioridade, ordem e sensibilidade extrema, que nos remetem à história de costumes herdados.

### **Elenco Vegetal**

Para compreendermos o elenco vegetal existente no âmbito da tipologia estudada, podemos tomá-la como verdadeiro laboratório, responsável pela aclimação de uma infinidade de plantas de valor alimentar, económico, medicinal e ornamental. No caso dos quintais, a estreita articulação entre o edifício e a parcela cultivada facilitava a tarefa de conservação das plantas e a realização de experiências botânicas. Um simples olhar do morador, muitas vezes da janela ou da porta de sua casa, já se traduz em acções preventivas contra a voracidade de caracóis, insectos e pássaros, favorecendo a multiplicação e disseminação de mudas e sementes, além do enriquecimento da flora de cada lugar. Durante a segunda metade do século XIX e início do XX, utilizaram-se alguns quintais em Ouro Preto para a propagação de grande quantidade de mudas de amoreiras, difundidas nas cercanias, mais particularmente, nas casas de campo.<sup>34</sup>

<sup>33</sup>-LUNA, Marília de Andrada Lacerda. Artista e moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

<sup>34</sup>-APMOP. Documento avulso sem número de inventário. 1905, Junho, 04, Ouro Preto. “*REQUERIMENTO de Fortunato Pereira Campos*”.

Aos olhos de quem não estava inteirado sobre o mundo do cultivo, como era o caso de muitos viajantes estrangeiros do século XIX, a encantadora “desordem” percebida nos quintais era algo inusitado. Ao deterem-se na descrição de cidades e vilas, como: Belém (Pará), Desterro (Santa Catarina), Guaratinguetá e Sorocaba (São Paulo), Rio Preto e Tamanduá (Minas Gerais), Salvador (Bahia), São Cristóvão (Sergipe), dentre outros lugares, ficaram impressionados com a imagem de “verdura” dos respectivos sítios, facto associado ao plantio de bananeiras, cafeeiros e laranjeiras em abundância, o que necessariamente dependia das condições edafo-climáticas de cada localidade e região.<sup>35</sup> De acordo com alguns relatos, as citadas espécies, inseridas nos flancos das encostas, concorriam para o aspecto de aprazibilidade, encantamento e fertilidade de vários lugares. Por sua vez, a impressão causada pelo coberto vegetal, de cor verde escuro e brilhante, dependendo das condições climáticas específicas do dia, influenciava o estado de espírito dos viajantes, susceptíveis a pensamentos melancólicos. O aspecto da vegetação e o modo como estava organizada no espaço urbano condicionava a percepção da paisagem.

*“Vila Rica [Ouro Preto] tem tão pouca regularidade que é extremamente difícil dar dela uma idéia suficientemente exata. É construída sobre uma longa série de morros que margeia o rio de Ouro Preto e lhe desenha as sinuosidades. (...) a cor enegrecida do solo, a dos tetos [das casas], que não é menos escuro, o verde carregado das laranjeiras e cafeeiros muito multiplicados nos jardins, um céu quase sempre nevoento, a esterelidade dos morros não edificadas, dão, porém, ao panorama um aspecto sombrio e melancólico”.*<sup>36</sup>

Em outras situações, os viajantes e/ou naturalistas deixavam transparecer, através dos registos elaborados, estranhamentos e preconceitos relativos à aparência da vegetação no meio urbano, interpretada como decorrente de descuidos e maltratos. O que era tomado como demérito tinha razão de ser, estava fundamentado em práticas oriundas da Península Ibérica.<sup>37</sup> A maioria das parcelas hortifrutícolas examinadas era concebida a partir de princípios estritamente funcionais, avessos ao artificialismo e à rigidez de regras geométricas, o que resultava em soluções de aspecto espontâneo, marcadas pela irregularidade no desenho. Quanto menor fosse o local cultivado, maior era a mistura ou a imbricação de seus componentes. É o que de facto

<sup>35</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 146-147. (Impressão Régia feita em 1817).

DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I. p. 171-172. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 249-252, 269. (Edição francesa: 1851).

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Imprensa Paulista, 1937. Tomo I. p. 52-53, 142-143, 261-262. Tomo II. p. 51-52. (Edição francesa: 1847).

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 188, 354. Tomo II. p. 287. Tomo III. p. 110-112, 473-477. (Edição alemã: 1823).

<sup>36</sup>-SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 70. (Edição francesa: 1830).

<sup>37</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 268. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem.



caracteriza a ambiência nos quintais, onde a presença das plantas é essencial para ampliar as possibilidades aromáticas, cromáticas e formais em seus recintos, transformando-os em lugares de amenidade e vivência, como ainda acontece na actualidade.

Ao tentarmos entender a organização desse mundo singular, observamos que os quintais são tidos por certos moradores como centros de ordem, o que nos ajuda a esclarecer a respeito das disposições, inserções e preferências de plantio. Se aceitarmos a concepção de que a casa é um refúgio, que cria ilusões ou razões de estabilidade, podemos tomar seus elementos, incluindo as plantas, como importantes referências existenciais do homem, relativas às histórias de famílias, lembranças, segredos, que trazem o germe da vida e revelam um estado de alma, no sentido de acrescentarem consciência a um lugar e tempo específicos. De acordo com determinados habitantes da cidade classificada de Olinda, a vegetação de seus respectivos quintais é percebida como referência de memória, como ressalta Petrônio Cunha: “Cada planta daqui, do lugar onde eu moro tem uma história, aliás, tem um sentido em minha vida, não é simplesmente um ornamento”.<sup>38</sup>

Nesse contexto, o cultivo de plantas hortícolas associado a determinadas fruteiras não está desvinculado da atribuição de valores, pelo contrário. Muitas dessas espécies adquirem significados particulares, por se relacionarem a determinadas práticas e momentos da vida de quem as conserva. No passado, era comum o registo de datas de nascimentos através do plantio de árvores de longa duração, como as jabuticabeiras, cujas qualidades estéticas ajudavam a compor o desenho dos jardins. Por outro lado, não devemos esquecer como a subsistência foi determinante para a manutenção do repertório vegetal nos recintos privados, sobressaindo a produção de frutos como matéria-prima para a confecção de doces caseiros.

Nos quintais de Ouro Preto e adjacências, de acordo com a lógica de alguns moradores, certas espécies, consideradas “nobres”, devem permanecer mais próximas dos edifícios, devido aos respectivos atributos.<sup>39</sup> Geralmente, encontram-se distribuídas ao longo do terreiro, a poucos passos da cozinha ou do alpendre, como é o caso de figueiras-da-europa, goiabeiras, laranjeiras-da-terra, marmeleiros, pessegueiros, facilitando-se a colheita de seus frutos. Assim, durante gerações, fomentou-se o elo estabelecido entre o morador e os elementos vivos de sua horta ou pomar, o que também está associado às crenças difundidas pela cultura vigente.

Podemos lembrar que as ervas cheirosas, dentre elas o alecrim e o manjeriço, além de diversas flores, como as dalias, os lírios e as rosas, e determinadas árvores frutíferas, como as

<sup>38</sup>-CUNHA, Petrônio. Arquitecto da Secretaria Municipal de Planejamento e morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

Cf. BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 80, 84, 92.

<sup>39</sup>-MOREIRA, Mariana Isabel. Funcionária da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

laranjeiras e pitangueiras, cujos ramos são apreciados pelo agradável odor ou pela formosura do verde, continuam sendo úteis inclusive para as celebrações dos “mistérios” da Igreja. A difusão de gostos e ritos certamente estimulou determinados plantios, bem ao modo da herança portuguesa.

No entanto, sabemos que os significados atribuídos ao elenco vegetal não ficaram restritos a um único segmento da sociedade. As espécies cultivadas são, com frequência, ressemantizadas, conforme a convicção de seus utentes. A credence popular, rica de traços da cultura indígena e negra, igualmente nos ajuda a compreender a inserção de várias ervas nas hortas domésticas, valorizadas sobretudo por suas qualidades místicas. Sabemos que várias delas possuem propriedades fitoterápicas e outras ainda são utilizadas, com fins específicos, para banhos de cura espiritual.

Em Olinda, as influências dos cultos do candomblé, da jurema e da umbanda, fundamentados na contemplação e na integração do homem à natureza, contribuíram para a difusão de espécies, dentre elas: alecrim, alfavaca-de-caboclo, algodão, aroeira, arruda, canela-de-macaco, capim-santo, colônia, comigo-ninguém-pode, espada-de-são-jorge, gameleira, guiné, hortelã-da-bahia (hortelã-graúda), hortelã-da-folha-grossa, jurema, juta, liamba, manjerição, manjerona, manjerioba (fedegoso), mastruz, melão-de-são-caetano, mirra, pinhão-roxo, quixaba, salgueiro, tipim. A liamba e o pinhão-roxo, na maioria das vezes, encontram-se do lado esquerdo de quem entra nos recintos domésticos, facto justificado como uma simpatia ou superstição, que da mesma maneira pode ter orientado a propagação de bananeiras, gameleiras, pitangueiras, jenipapeiros, sapotizeiros, umbuzeiros.<sup>40</sup>

Levando-se em conta tal aspecto, podemos comentar que a manutenção do coberto vegetal na cidade classificada de Olinda é uma questão cultural, infelizmente prejudicada pela inexistência do controlo de fitonoses e o constante ataque de brocas, cupins e formigas, que possivelmente está relacionado a desequilíbrios ecológicos ocorridos na região como um todo. Mesmo diante das descaracterizações sucedidas, é possível a realização de um levantamento sintético das espécies dos jardins aí existentes, destacando-se: abacateiro, acerola, araçazeiro (cajiru), azeitona-da-terra, bananeiras (anã, pão, maçã, prata), cajarana (cajá-manga), cajueiro, caramboleira, cidreira, coqueiro-da-baía, coqueiro-de-dendê, coração-de-boi (araticum), cruá, figueira-da-europa, goiabeira, graviola, ingazeira, jabuticabeira, jambeiros (branco, roxo), jamelão, jaqueira, jenipapeiro, juazeiro, laranjeira, limeira, limoeiro, mamoeiro, mangabeira, mangueiras (castanha, espada, jasmim, manguito, maranhão, rosa, sapatinho), maracujazeiros,

<sup>40</sup>-AMÂNCIO, Eulina Guedes. Moradora da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.  
LIMA, Márcio Carvalho de. Pesquisador. *Entrevista sobre crenças de raízes indígenas e africanas*. Olinda, 2005.  
Cf. HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 225-228. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

melancia, melão, oitizeiro, pinheira (fruta-do-conde), pitangueira, pitombeira, romãzeira, sapotizeiro, tamarindeiro, tangerineira, umbuzeiro. Os jasmineiros e as videiras são muito apreciados na criação de latadas, ajudando a definir lugares de permanência nos pomares, tornando-os mais agradáveis.<sup>41</sup> As latadas encontram-se apoiadas sobre os muros ou suportes em alpendres e varandas, com o objectivo de amenizarem a claridade e a luminosidade do sol, potencializando a vivência nos citados domínios.

A grande quantidade de árvores de sombras densas que compõem tais lugares reduz as possibilidades da ocorrência de pequenas hortas na malha urbana. Os sombreamentos causados pela imbricação entre as copas de árvores é limitante, principalmente para o desenvolvimento de plantas que requerem níveis maiores de claridade.<sup>42</sup> No entanto, a necessidade e a vontade de cultivar têm mantido a tradição do plantio de ervas medicinais, condimentares e de outras hortícolas nos quintais. A redução de solo útil, devido à predominância da cobertura vegetal de estrato arbóreo com amplas copas, tem sido compensada pelo uso de vasos cerâmicos, conhecidos como “caqueiras”, colocados em pontos onde incide a radiação solar. Surge daí um tipo de organização espacial caracterizado pela flexibilidade e cujos componentes variam de lugar para lugar, conforme os requisitos de cada módulo de cultivo. A aceitação e difusão desse método de plantio é também legitimada por conter as constantes investidas de formigas, controladas através de suportes com água, acoplados na base dos mencionados vasos. Procedimentos semelhantes foram adoptados no período colonial.

*“A videira produz duas vezes por ano, em junho e em dezembro, porém muitas espécies de periquitos perseguem tão avidamente os cachos de uva, que é preciso envolvê-los em saquinhos de algodão, como tive ocasião de ver no pomar do sr. Felisberto Caldeira. As hortaliças européias podem, quasi todas, ser cultivadas aqui [Salvador]; são, contudo, sujeitas à voracidade das formigas, dos caracões e dos passarinhos. São principalmente as formigas que, às vezes em poucas horas, devastam as mais belas plantações. Para defender as árvores contra elas, costumam alguns jardineiros, no momento da plantação, enterrar com o tronco um recipiente de barro, cheio de água”.*<sup>43</sup>

Nas circunstâncias em que se encontram os quintais de Olinda, poucas são as hortaliças produzidas, dentre elas: abóbora, alface, alecrim, arruda, batata-doce, bredo, bucha, cebolinha, cenoura, chuchu, coentro, couve, espinafre, feijão (verde), hortelã, mandioca, manjeriço, manjerona, maxixe, mostarda, pimenta, pimento, quiabo, rúcula, tomate. As plantas medicinais são assíduas no repertório das espécies cultivadas nos espaços abertos, demonstrando a força do hábito de ter às mãos remédios caseiros para os mais diversos fins, destacando-se: abuta, arruda,

<sup>41</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 17-20, 37, 52.

<sup>42</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 39-45.

<sup>43</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 303. (Edição alemã: 1823).

acónito-do-mato, alcachofra, alfavaca, alfavaca-de-cheiro (coração-de-frade), anador, aroeira, babosa, boldo, bom-homem (hortelã-da-folha-grossa), cana-de-macaco, canela, capeba, capim-santo (capim-cidreira), caramboleira, chanana, colónia, erva-cidreira, erva-doce, erva-santa, fedegoso (manjerioba), gengibre, goiaba, hortelã-da-bahia, hortelã-da-folha-grossa, jenipapeiro, juá, jurubeba, laranja-da-terra, limoeiro, língua-de-vaca, malva, mamoeiro, manjerição-da-folha-larga, manjerona, mastruz, melão-de-são-caetano, orelha-de-gato, pimenta, pitanga, sabugueiro. A partir da listagem apresentada, ressaltamos o uso das seguintes ervas como insecticidas naturais: arruda, capim-santo, hortelã, mastruz, conferindo maior protecção ao plantio consorciado em hortas domésticas. Supõe-se que a adopção da referida prática tenha contribuído para a conservação de diversas espécies aclimatadas no Brasil.

Frente à pujança da natureza local, enumeramos certas espécies ornamentais que se adequam mais às condições dos quintais geralmente marcados por densas sombras, sobressaindo-se nesse universo: coqueiros, palmeiras (areca-bambu, cica, leque, rápis), e vistosas folhagens (afelandra, antúrios, avencas, begónias, caládio, calateias, cana-de-macaco, cheflera, clúsia, cordilene, crótons, curculigo, dracenas, espatifilo, filodendros, flor-de-cera, gengibres, helicónias, hera, inhame, jibóia, leia-rubra, marantas, monstera, pacová, peperómia, samambaias, taiá, trapoeraba-roxa), muitas delas dispostas ao longo de muros ou na forma de cercas-vivas, tal qual o avelós. Certos exemplares de jasmims e outras variedades de trepadeiras (alamanda, buganvília, lágrima-de-cristo, tumbérgia e viuvinha) também contribuem para naturalizar componentes inertes e pontuar locais de destaque. No conjunto dos jardins e/ou pomares, o aspecto resultante é caracterizado pela uniformidade da cor verde, conferindo espontaneidade e harmonia aos respectivos espaços. Ao depararmos com a diversidade do coberto vegetal do núcleo classificado de Olinda, podemos estabelecer comparações com a realidade de Ouro Preto, onde as condições edafo-climáticas foram mais favoráveis à disseminação de exemplares oriundos do clima temperado. Não sabemos ao certo quando nem como tais espécies foram introduzidas na Capitania de Minas Gerais. Porém, alguns registos históricos, relativos ao século XVIII, deixam-nos indicativos sobre o cultivo de diversas plantas europeias.<sup>44</sup>

A questão citada é relevante para o entendimento da identidade local, principalmente por se saber que grande parte das fruteiras existentes nos quintais da mencionada cidade são citrinos. Enfocamos o referido registo como uma permanência do gosto lusitano na realidade pesquisada. O

<sup>44</sup>-ROCHA, José Joaquim da. *Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 105, 115, 127. (José Joaquim da Rocha é autor de várias cartas corográficas e textos, relativos a Minas Gerais, produzidos no último quartel do século XVIII).

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de, 1758-1812. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centros de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 66, 81.

levantamento sumário da vegetação de Santa Efigênia, uma das principais ladeiras de Ouro Preto, forneceu dados para termos noção de certos costumes que influenciaram a permanência da cor verde de brilho metálico no conjunto dos espaços abertos da cidade, tal como acontecia no passado. Constatamos que cidreiras, laranjeiras (campista, da terra, serra-d'água), limeiras e limoeiros (cravo, galego) encontram-se bastante difundidos na mancha verde urbana, composta por um grande número de plantas frutíferas, dentre elas: abacateiro, ameixeira, amoreira, araçazeiro, araticum, bananeira (caturra e da terra), cafeeiro, cambucá, cana-de-açúcar, caquizeiro, coqueiros, figueira-da-europa, goiabeira, jabuticabeira (campista, marrom, tuba), jambeiro, jamelão, macieira, mamoeiro, mangueira (espada), maracujazeiro, marmeleiro, nespereira, pau-doce, pereira, pessegueiro, pitangueira, quivi, romãzeira, tangerineira, videira. Nesse universo, salientamos que espécies como o abacateiro, difundidas em Ouro Preto durante o século XIX, têm prejudicado a conservação, particularmente a de antigos socalcos, mediante a acção de seu peso em terrenos que não suportam cargas concentradas.<sup>45</sup>

Em termos didáticos, separamos as espécies por categorias, como fizemos para o estudo de Olinda, possibilitando uma visão mais interativa entre os levantamentos efectuados. Assim, acrescentamos à listagem das plantas frutíferas e/ou ornamentais de Ouro Preto os seguintes exemplares, que se destacam pela beleza dos respectivos portes, pela intensa floração e por outros atributos: açucena (amarílis), agapanto, alamanda (amarela, roxa), amor-perfeito, angélica, aurora, azálea, begónias, beijos, beldroega, bonina (maravilha), buganvílias, buquê-de-noiva, caléndula, camarão, camélia (branca, rosa), camomila, cedro, chagas, cipó-de-são-joão, copo-de-leite, cravina, cravo-de-defunto, crista-de-galo, cróton, dália-de-jardim, dama-da-noite, dedo-de-noiva, durância, eritrina-candelabro, ervilha-de-cheiro, espirradeira, esponjinha, esporinha, estefanote (flor-de-noiva), fúcsia, gerânios, gérbera, giesta, girassol, gladiolo (palma-de-santa-rita), glicínia, goivo, hortência, ipê-amarelo-da-serra, ipê-de-jardim, ipê-roxo, jacarandá-mimoso, jacinto, jasmim-do-imperador, jasmim-dos-poetas, jasmim-manga, lantana-cambará, lírio-de-são-josé, lírio-regalo, lírio-roxo-das-pedras (falso-íris), madressilva, manacá-de-cheiro, margaridas, paineira-rosa, palmitero, pau-de-incenso, perpétua, petreia, picão (amarelo, rosa), pinheiro-brasileiro, quaresmeira-arbustiva, quaresmeira-da-serra, quaresmeira-roxa, quaresminha, rosa-arbustiva (agrimónia), tumbérgia, russélia, vatsónia-alaranjada (falso-gladiolo), violeta-europeia, zínia.

Pelas características das espécies identificadas, dizemos que proporcionam maior incidência de luz e transparência nos quintais, ao contrário do que acontece em Olinda. Na

<sup>45</sup>-OLIVEIRA, Marcelo Almeida. *Os valores culturais da paisagem urbana em Ouro Preto-Minas Gerais. Um estudo de caso das áreas verdes na ladeira Santa Efigênia e entorno próximo*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1997. p. 162a. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Desenho Urbano.

realidade de Ouro Preto, a luz, além de valorizar o colorido das florações sazonais, revela transparências sugeridas através da visão de sucessivos planos da paisagem, observados em profundidade. Na ambiência das hortas, os suaves aromas fazem lembrar funções condimentares, medicinais, ornamentais e simbólicas dos jardins. Nesses locais, ainda identificamos outras referências passíveis de serem experimentadas ou saboreadas, sobressaindo-se dentre elas: abóbora, agrião, alecrim (rosmarinho), alface, alfavaca-cheirosa, almeirão (chicória), aloé (caraguatá-de-jardim), amargosa (dente-de-leão), arnica, arruda, artemísia, assapeixe, azougue-dos-pobres, batata-doce, bertalha, beterraba, boa-noite (vinca-rósea), boldo, camomila, capeba, carqueja, cebolinha-de-rama, celidônia, cenoura, chá-da-índia, chapéu-de-couro, chuchu, coentro, confrei (língua-de-vaca), cordão-de-frade, couve, couve-flor, embaúba, erva-cidreira (melissa), erva-de-santa-maria, ervilha, espinafre, fedegoso (sena-do-campo), folhada-fortuna, funcho, gengibres, guiné, hortelã, hortelã-miúda (poejo), inhame, jurubeba, lágrima-de-nossa-senhora, levantina, losna, loureiro, macela-da-serra, macelinha (borragem), malva-branca, mandioca, manjeriço, manjerona, mastruz, melão-de-são-caetano, mil-folhas (novalgina), milho, mostarda, ora-pro-nobis, oregão, picão, pimenta, pimenteiro (aroeira-salsa), pimento, quebra-pedra, quiabo, rabanete, sabugueiro, salsa-de-cheiro, rúcula, saião, sálvia, serralha, taioba, tanchagem, tomate, tomilho, urucum, vagem, vassourinha.

A produtividade dos quintais remete-nos ao significado da casa-habitação, onde o elenco vegetal é sempre considerado aprazível. Tais lugares são verdadeiros redutos, centros de cosmicidade ou ordem, que têm o valor de “concha”, e trazem lembranças, promovem bem-estar, intimidade, paz, refúgio, repouso e solidão reconfortantes e proporcionam novas maneiras de perceber o espaço através dos sentidos. O que é tomado como banal para alguns é expressão de beleza para quem realmente usufrui de sua moradia e busca interagir com o mundo vegetal, que segundo Gaston Bachelard é “(...) grande no pequeno, vivaz na doçura, vivo em seu ato verde”.<sup>46</sup>

A importância de perceber o jardim, horta e pomar, como expressão cultural abre novas perspectivas para a preservação do património classificado. Além da protecção exclusiva aos monumentos, devemos ter em mente que a conservação integrada de outros componentes morfológicos é essencial, especialmente em cidades como Olinda e Ouro Preto, que também se destacam pelas manchas verdes nos respectivos tecidos, onde podem ser vistas velhas fruteiras, consideradas símbolos de estabilidade e protecção, contribuindo para o carácter e a identidade dos respectivos lugares.<sup>47</sup> A permanência de tais elementos na paisagem amplia e enriquece o

<sup>46</sup>-BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.p. 33, 119, 170.

<sup>47</sup>-“As árvores são seres humanos com alma e espírito”.

BACCARO, Giuseppe. Marchand e morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.

repertório de elementos leves e físicos nos conjuntos urbanos, tornando-os mais significativos em termos culturais e naturais. Daí valorizarmos a cidade “habitação”, notabilizada pelo acúmulo de registos ao longo do tempo, pelo cultivo dos jardins, pela manutenção de antigas tradições, como ainda acontece nos quintais, que devem ser mantidos como locais flexíveis, polivalentes e versáteis, ao contrário do que acontece no espaço “construção”, anteriormente comentado.

### **Hortas: Localização e Organização do Espaço**

*“O português levou sua horta para onde vivia, disseminador incomparável de espécies vegetais (...)”<sup>48</sup>*

Para o estudo em questão, é importante avaliar as hortas e outros tipos de espaços abertos, não como simples manchas, desconectadas da noção de estrutura. Devem ser percebidas como parte de um todo cultural e natural, conforme são especialmente tratadas nas cidades menores cujos habitantes costumam manter vivas as tradições relacionadas à ruralidade. Nesse sentido, também podemos observar o citado grupo tipológico como manifestação de um modo de ser, presente no Brasil desde os primórdios da colonização cujo principal promotor foi o português, considerado por Gilberto Freyre um verdadeiro hortelão ou verdureiro, nos seguintes termos: “(...) é, e sempre foi, o homem da horta emendada com o jardim (...)”<sup>49</sup>

O referido pensamento, ampliado para a escala da cidade, reforça a importância do espaço ou do sistema de produção no desenho urbano, particularmente em lugares onde ainda permanecem costumes ancestrais, que valorizam o plantio da terra, como acontece em Olinda e Ouro Preto. Seus respectivos conjuntos são dotados de atributos especiais, que os tornam bastante peculiares, devido à ambiência proporcionada pela continuidade das manchas verdes, em vários trechos da malha edificada, onde são notadas inclusive pequenas hortas.

De acordo com a etimologia, a palavra horta advém do vocábulo grego “chortos” ou “Khortos”, que posteriormente tomou a forma latina “hortus”, que resultou nos termos horto e “huerto”, amplamente utilizados na Hispânia.<sup>50</sup> Os hortos são pequenas parcelas, bem definidas por limites e vedações, mantendo-se ligados à produção intensiva, em particular, de flores, frutos, legumes

<sup>48</sup>-Cf. CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004. p. 486. (Primeira edição: 1967).

<sup>49</sup>-FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso brasileira*. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1942. p. 39.

Cf. CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. *Op. cit.* p. 485.

<sup>50</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 32. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa*. Paris: Ângelo Francisco Carneiro (editor), 1863. p. 607.

e verduras, condição que se aplicava a diversos tipos de espaços abertos na Península Ibérica.<sup>51</sup> Assimilamos o termo horta à seguinte sinonímia: aramo, bagaita, chalorda, cerrado, esplanada, exido, jardim, ómnia, quinchoso, tabuleiro, talhão, terraço, vergel.<sup>52</sup> Conforme o dicionarista Raphael Bluteau (1720), “hortus” é jardim, “hortus olitorius” é horta, e “forum olitorium” é a praça onde se vendem hortaliças, vulgarmente designada como campo, chão de feira, largo ou terreiro.<sup>53</sup>

A partir dessas observações, podemos verificar a relação estabelecida entre o espaço das hortas e a própria cidade, o que nos remete a algumas questões pertinentes ao desenho urbano, particularmente em Portugal nos séculos XIV e XV, quando se tornaram evidentes os efeitos do aumento da produção agrícola em sua paisagem. No tocante à ocorrência das hortas e dos pomares, sabe-se que muitas das terras onde eram cultivados pertenciam a cenóbios, no geral detentores de vasto património fundiário. Usualmente, as parcelas hortifrutícolas estavam sujeitas a regime de exploração directa ou indirecta, podendo ser arrendadas a terceiros, mediante o cumprimento de obrigações preestabelecidas, como conservar o solo arroteado e efectuar adubações periódicas e outras benfeitorias, sempre revertidas em favor dos senhorios.<sup>54</sup> Os géneros obtidos, frutas, legumes e verduras, destinavam-se, principalmente, ao suprimento de mercados e feiras.<sup>55</sup>

De acordo com a lógica vigente, no mencionado período, terrenos localizados nas cercanias, ao longo de caminhos e sistemas húmidos, eram preferencialmente escolhidos para a implantação de unidades produtivas, além de azenhas e/ou moinhos, facilitando a remessa de mantimentos para centros urbanos, que passavam a funcionar como polarizadores de actividades e serviços, destacando-se, no referido quadro: Aveiro, Coimbra, Évora, Leiria, Lisboa, Óbidos, Porto, Santarém, Viseu.<sup>56</sup> Tal prática pode ser notada como parte do processo que resultou na

<sup>51</sup>-Assim como a horta, outros tipos de espaços abertos são percebidos a partir da mesma origem, ligada ao termo horto, dentre eles: a almuinha, o cortinhal, o pomar, o vergel e o próprio quintal.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *Op. cit.* p. 607.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário de sinónimos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 284.

SILVA, António de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1831. Tomo 2. p. 125.

VIEIRA, Domingos, Frei. *Grande dicionário portuguez ou thesouro da língua portuguesa*. Porto: E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874. v.3. p. 988-989.

<sup>52</sup>-TERTÚLIA EDÍPICA, SOCIEDADE LITERÁRIA CHARADÍSTICA. *Dicionário de sinónimos da língua portuguesa*. Lisboa: João Francisco Lopes Editor, 1945. p. 373, 475, 565, 622.

<sup>53</sup>-BLUTEAU, Raphael, Padre D. *Vocabulario portuguez e latino ...* Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, MDCCXX (1720). v.VI. p. 666. v.VII. p. 66.

<sup>54</sup>-Procedimentos análogos, difundidos através das ordens religiosas, foram identificados em terras brasileiras, como exemplifica o Padre Serafim Leite, no apanhado documental que realizou sobre o património fundiário do Colégio jesuíta do Rio de Janeiro, relativo à primeira metade do século XVIII.

LEITE, Serafim, Padre. *Fazendas e engenhos jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945c. p. 201-203. (Separata da revista *Verbum*, Tomo II, fasc. 2, Jun. 1945).

<sup>55</sup>-SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. *O domínio de Santa Maria do Lorvão do século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, [200?]. p. 65-69.

<sup>56</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 30-31. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. *Op. cit.* p. 65-69.



distinção do aspecto entre o “ager” e a “urbe”, a partir da centúria de trezentos, quando surgiram, na Europa, tipos de espaços abertos até então inusitados no tecido das cidades, como o chão de feira, o rossio e a rua Nova, referências emblemáticas do avanço da agricultura e do comércio.<sup>57</sup>

O surgimento das citadas categorias de espaço sucede em simultâneo com a melhoria da rede viária e das condições de transporte de mercadorias e víveres, repercutindo na expansão dos aros verdes e na maior interacção das cidades com as respectivas paisagens. No caso das hortas, quanto mais perto estivessem das cidades melhor, pelo facto de seus produtos serem facilmente perecíveis, devendo ser colhidos e despachados imediatamente para os centros consumidores. Menores distâncias percorridas poderiam significar ganhos de rendimento, tendo em vista a provável dificuldade de trânsito por caminhos nem sempre bem conservados.<sup>58</sup>

É mister considerar que, desde a antiguidade, água e solos férteis eram tidos como componentes essenciais para o desenvolvimento da agricultura, o que não deixou de ser observado na escolha de sítios a serem povoados, como aconteceu na implantação das novas vilas, a partir do século XIII na Europa. Dentre as orientações seguidas para a obtenção da ordem em espaços recém-ocupados ou reconstruídos, foi notória a disposição e distribuição das parcelas a serem arroteadas, sobretudo no aro das “urbes”. Tais iniciativas fizeram parte do arcabouço de conhecimento prático-utilitário, levado adiante pela tradição.<sup>59</sup>

Apesar das mudanças e inovações acontecidas na Alta Idade Média, o espaço da “urbe” mostrava-se estritamente rural, o que permaneceu marcante no contexto ibérico, em particular, na realidade portuguesa, até mesmo nos maiores centros, onde as muralhas externas não foram empecilhos para a estreita ligação mantida com o campo.<sup>60</sup> Na maioria das vezes, enquanto hortos, pomares, quintais e vergéis faziam parte do tecido das cidades e vilas portuguesas, almuinhas, cortinhais, ferragiais, hortas, encontravam-se dispostos na faixa extramuros. Eram

<sup>57</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 29. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>58</sup>-SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. *O domínio de Santa Maria do Lorvão do século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, [200?]. p. 65-66.

<sup>59</sup>-Nessa conjuntura, houve propostas utópicas, como a obra do franciscano espanhol Eiximenis, datada da segunda metade do século XIV. O referido religioso buscou fundamentar a concepção de cidade ideal, baseada em pressupostos da “boa lei espiritual e temporal”, que deveriam ser amparados pelo desempenho de funções económicas, agrícolas e/ou comerciais, conforme a aptidão de cada lugar, sobressaindo a importância conferida às hortas e ao cultivo do campo.

PAIO, Alexandra Cláudia Rebelo. “Praça nas novas vilas medievais, séculos XIII-XIV, estudo comparativo”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 30-33.

Interessa observar que o modelo de cidade ideal, concebido mais tarde pelo português José de Figueiredo Seixas, registado em manuscrito da segunda metade do século XVIII [anterior a 1769 e posterior a 1760], conhecido por “Tratado da Ruação”, também abordava a importância das courelas de “ortas” e pomares, distribuídas, ao longo das estradas, contidas em zona intermediária, disposta entre as moradias urbanas e as lavouras de “pão”.

GOMES, Luís Miguel Martins. “Geometria no traçado de praças, teoria versus prática, no tempo de Pombal”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *Op. cit.* 2000. p. 207.

<sup>60</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Op. cit.* 1995. v.1. p. 30-31.

parcelas mais amplas, menos confinadas, se comparadas às unidades existentes no interior da trama urbana. Para além do citado aro, predominavam as vinhas e a cultura da oliveira, que serviam de transição para as terras ocupadas com os casais e as quintas, designações equivalentes às roças e às chácaras no Brasil. Geralmente, as ditas parcelas encontravam-se dipostas em hierarquias funcionais. A dimensão das glebas variava em função de vários aspectos. Além da distância em relação aos povoados, ressaltamos outros factores que condicionaram o tamanho dos complexos construídos, como a capacidade produtiva dos terrenos, a disponibilidade de mão-de-obra braçal e o poder económico dos proprietários.<sup>61</sup>

Na actualidade, tais espaços continuam sendo identificados nos arredores das grandes cidades, cujos habitantes não negam suas origens. Mesmo constituindo culturas temporárias, de carácter espontâneo, informam-se determinadas particularidades sobre o perfil de quem se dedica à actividade do plantio. Segundo pesquisa realizada na década de 1980, ficou flagrante que os surtos de urbanização ocorridos em Lisboa, a partir dos anos de 1940, reproduziram traços de ruralidade em bairros periféricos, em princípio na Ajuda e em Avalade, e posteriormente em Chelas, Olivais e Telheiras. Observavam-se as hortas, com frequência, em trechos descontínuos de terrenos baldios, normalmente favorecidos com água abundante. As parcelas amanhadas reflectiam costumes anteriormente assimilados no campo e transpostos ao meio urbano. No presente, a referida actividade encontra-se reduzida, embora sejam conhecidos seus múltiplos benefícios económicos, sociais e terapêuticos, advindos da prática da agricultura de subsistência, intensamente desenvolvida no passado e que deixou profundas marcas no modo de ser da população.<sup>62</sup>

Diante do citado quadro, podemos verificar que determinadas tipologias como as hortas impregnaram o imaginário das pessoas, sendo tomadas como signo de urbanidade na forma, permanecendo na essência intimamente ligadas à realidade rural, impregnando o espírito e a alma dos habitantes da cidade.<sup>63</sup> Certos adágios portugueses, registados por Raphael Bluteau (1720), evidenciam alguns dos componentes do espaço estudado, o que transparece, por exemplo, nas seguintes frases: “nace da horta, o que não semea o hortelão”, “a vinha, onde pique, e a horta, onde regue”, “não farás horta em sombrio nem edifique a par do rio”, “horta com pombal, he paraíso terreal”, “horta para passar tempo, posta com tempo”, “horta sem agoa, casa sem telhado,

<sup>61</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 40-41, 56-58. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

No caso específico das hortas em Portugal, mais particularmente na Vila de Aviz, possuíam entre 1.275 e 9.244,40 m<sup>2</sup>. Em Évora, a horta do Concelho estava distribuída em 8.624 m<sup>2</sup>, área inferior à de uma outra parcela pertencente ao Convento de São Francisco, dessa mesma cidade. Em Lisboa, no século XVI, notificou-se a existência de uma grande parcela hortícola no domínio do Convento de São Vicente de Fora, localizada junto ao Mosteiro de São Domingos.

*Idem. Ibidem.* p. 44, 57.

<sup>62</sup>-CASTEL'BRANCO, Isabel *et al.* “As ‘hortas urbanas’ em Lisboa”. *Sociedade e Território*. Porto: Edições Afrontamento, nº 3, p. 102-103, Jul. 1985.

<sup>63</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Op. cit.* 1995. v.1. p. 45.

marido sem cuidado”.<sup>64</sup> Em outras palavras, a sabedoria popular ilustra a concepção de lugar dinâmico, iluminado, ordenado, pontuado por certas espécies vegetais e elementos edificados, que ampliavam as possibilidades lúdicas e produtivas, no âmbito do terreno cultivado, ficando explicitada a importância do recurso hídrico.

Levando-se em conta a toponímia, é possível identificarmos particularidades relativas ao modo de ocupação da paisagem, que se mantinha impregnada de valores culturais. Ao lidarmos com certos registos, impressos na cartografia ou no conteúdo dos relatos de época, ou mesmo estampados na designação de alguns logradouros, podemos tecer considerações sobre a forma de antigos povoamentos. Os topónimos ajudam a entender a condição de ruralidade que era característica nas cidades, à semelhança do que acontecia em Portugal, onde a simples menção feita à “rua das Ramadas”, em Santarém medieval, ganhava destaque no citado lugar.<sup>65</sup>

No contexto brasileiro, é comum depararmos-nos com indicações ligadas aos sistemas húmidos, o que é expresso na denominação “varadouro” ou em determinadas qualificações adoptadas para especificar caminhos e ruas, dispostos nas partes baixas das cidades e vilas, por vezes associados à presença de brejos e vales em suas respectivas envolvências, lugares potencialmente favoráveis ao plantio de víveres. Configuravam situações que demonstravam a importância do espaço aberto na cidade, o que se observa a partir de referências como a “ladeira da horta” em Salvador da Bahia, durante o século XVIII.<sup>66</sup> Certamente, tal designação devia ser bastante genérica para a referida cidade, que, no ano de 1897, chegou a possuir cerca de 100 hectares de terrenos plantados com hortaliças, distribuídos no miolo da malha edificada.<sup>67</sup> No caso específico de Salvador, no início do século XIX, sua malha ficou evidenciada, na ótica dos naturalistas Spix e Martius, pelas espessas manchas verdes de brilho metálico. No meio da vasta casaria do lugar, destacavam-se as cercas da Santa Casa de Misericórdia da Escola Cirúrgica, do Orfanato para Brancos e do Palácio Arquiepiscopal que, directa ou indirectamente, eram mantidas sob os cuidados da Igreja.<sup>68</sup> As narrativas tornavam igualmente patente a influência da topografia

<sup>64</sup>-BLUTEAU, Raphael, Padre D. *Vocabulário portuguez e latino ...* Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, MDCCXX (1720). v. VI. p. 62-63.

<sup>65</sup>-BEIRANTE, Maria Angela V.R. Santarém Medieval. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988. p. 90. *Apud*: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. p. 44-45. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>66</sup>-Cf. AMU. Nº 2667: 1757, Bahia. “*DESCRIÇÃO: da freguezia da Sé da cidade da Bahia, feita pelo cura Gonçalo de Sousa Falcão*”. *Apud*: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo I. p. 179.

<sup>67</sup>-SANTOS, Mário Augusto da Silva. “Novas e Velhas Ocupações na Salvador Republicana (1890-1930)”. FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (orgs.). *Cidade e história*. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitectura, Mestrado em Arquitectura e Urbanismo, ANPUR, p. 257-258, 1992.

<sup>68</sup>-SPILX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 287. (Edição alemã: 1823).

local e a presença marcante da vegetação, das hortas e dos quintais na imagem da cidade, o que ficou explícito na visão do Padre Manuel Aires de Casal (c.1754-c.1821):

“A cidade Alta occupa um terreno levantado, que parece planura a quem olha do Porto, onde ambas mostram um aspecto aprazível; mas grande parte das ruas sam esconsas, o que faz serem numerozissimas as cadeirinhas; e tem valles, e vácuos com hortas ou quintais, e árvores, cuja eterna verdura recréa a vista (...)”.<sup>69</sup>

Identificar o referido traço é essencial, pois facilita a compreensão do desenho urbano praticado no Brasil, desde o século XVI. Assim, torna-se necessário recorreremos às origens, a partir de determinadas fontes, destacando-se o texto de Gabriel Soares de Souza (1587), que abordou, dentre outros pontos, os primórdios da cidade de Salvador.<sup>70</sup> Ao discorrer sobre o sítio, ressaltou o potencial hídrico na envolvimento do lugar, o que ajudou a definir a distribuição dos terrenos a serem arroteados, repercutindo no carácter da forma urbana, marcada pelo cariz rural, aspecto intrinsecamente relacionado à beleza do conjunto implantado. De acordo com o *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, foram mantidas terras cultivadas, num raio de uma a duas léguas “à roda”, “d’onde se remedeia toda a gente”, cuja produção servia para prover o mercado da referida cidade.<sup>71</sup> A viabilidade do sítio para proporcionar boas colheitas foi tão decisiva quanto outros requisitos básicos, como a amplitude visual e o potencial de defesa, factores que igualmente influenciaram na decisão da escolha do local onde seria implantada a sede do governo na Bahia.<sup>72</sup>

Ao examinarmos a cartografia do período colonial, em particular do mencionado conjunto urbano, percebemos a menção feita à palavra “ortas”, indicada em manuscrito aguarelado de João Teixeira Albernaz I (1631), exactamente onde havia represa que contornava o núcleo inicial do povoamento.<sup>73</sup> Nesse contexto, interessa observar que a bibliografia consultada explicita o vínculo existente entre a localização de conventos e mosteiros e o amanho de suas hortas. A arquitectura religiosa, de um modo geral, independentemente de onde fosse implantada, sempre ocupava locais estratégicos, escolhidos de acordo com o potencial biofísico de cada lugar, o que estava ligado à capacidade de o sítio proporcionar interacção com a espaço circundante, além de produzir alimentos para manter actuante a comunidade de congregados. De acordo com a

<sup>69</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 119. (Impressão Régia feita em 1817).

<sup>70</sup>-SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 99.

<sup>71</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 100-101.

<sup>72</sup>-TEIXEIRA, Manuel C. “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 81.

Cf. SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Op. cit.* p. 96.

<sup>73</sup>-“‘Planta de Restituição da Bahia’. Original manuscrito de João Teixeira Albernaz I, do códice ‘Estado do Brasil coligido das mais sertas noticias q pode aivntar dõ Ieronimo, de Ataíde. Por João Teixeira Albernaz, Cosmographo de Sua Mage. Anno: 1631’, Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro. ca.1625 (1631)”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 27, 313.

realidade brasileira, as parcelas de terras pertencentes aos cenóbios estavam, preferencialmente, ordenadas em trechos privilegiados do sistema húmido, o que reforçava a continuidade das manchas verdes no aro urbano. Desse modo, tornava-se patente, na paisagem de Salvador, a presença das hortas dos mosteiros de São Bento e São Francisco.<sup>74</sup>

Tal aspecto também encontrava-se evidenciado em cidades como Olinda, cujo material iconográfico permite-nos levantar informações ainda pouco trabalhadas, sobressaindo-se, em particular, o registo contido numa gravura, elaborada no século XVII [1682], do livro de Johan Nieuhof (1703).<sup>75</sup> Ela ilustra a ocorrência de possíveis hortas, em terras pertencentes a Rodrigues Álvares e Brás Pires, no lugar denominado Vale ou “Val das fontes”, de topografia favorável ao plantio de subsistência, próximo ao primitivo núcleo da cidade e privilegiado por recursos hídricos, como o próprio nome indica.<sup>76</sup> A gravura, que merece destaque na citada obra, faz alusão à ocorrência de jardins bem cuidados, inseridos no tecido urbano. Foram representados de maneira bastante regular, simbolizando a noção de “locus amoenus”, que certamente inspirou o autor da estampa, condição igualmente percebida pelo franciscano António de Santa Maria Jaboatam (1761) nas adjacências do mesmo sítio, em trecho contíguo ao rio Beberibe.<sup>77</sup> Na descrição feita pelo religioso, é evidente a beleza intrínseca da natureza pontuada pelo cultivo de hortas e pomares, que reforçavam atributos de apazibilidade e fertilidade do lugar comentado. Foi percebido à semelhança de um jardim, imagem que costumava impregnar a maioria das crônicas de época.

Os relatos e a cartografia existentes demonstram, com clareza, a forte presença do cultivo em povoados, vilas e cidades. É preciso atermo-nos à noção de paisagem oriunda da tradição lusíada, fundamentada na imagem da policultura intensiva, desejada por todos, mas nem sempre viabilizada com sucesso no ultramar, em específico no Brasil, devido a uma série de problemas conjunturais, dentre eles, a escassa mão-de-obra empregada na produção de alimentos. Mesmo assim a “urbe” brasileira, desde a origem, apresentava traços indelévels da cultura portuguesa resultando em locais recheados de hortas, pomares e/ou jardins que impregnaram o desenho dos

<sup>74</sup>-No século XVII, tais espaços acabaram sendo prejudicados pela construção do dique do Tororó, cujas águas invadiram algumas cercas monásticas de Salvador, o que fazia parte da estratégia assumida pelo governo local, motivado pela necessidade de reforçar a defesa na cidade.

Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 46.

<sup>75</sup>-NIEUHOF, Johan. “Voyage and travels into Brazil, and East Indies containing the exact description of Dutch Brazil, and divers parts of the East Indies”. Londres: [Aconsham and John Churchill], 1703. /s.p./ *Apud*: MENEZES, José Luiz Mora. “Arquitetura e urbanismo no Recife do Conde João Maurício de Nassau”. In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses: 1630-1654*. Rio de Janeiro: GMT Editores, 1999. p. 103.

Veja-se, no volume II, a figura nº 64.

<sup>76</sup>-Cf. OLIVEIRA, Valéria Maria Agra (coord.). *Projeto Foral de Olinda. Relatório II*. Olinda: Prefeitura Municipal de Olinda, Secretaria do Patrimônio e Cultura, 2000. /s.p./.

<sup>77</sup>-JABOATAM, António de Santa Maria, Frei. *Orbe seráfico novo brasilico*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, 1761. Livro I. p. 85.

conjuntos construídos. Sem dúvida, os citados traços favoreceram a criação de vínculos afectivos dos moradores com os lugares habitados, estabelecidos sobretudo pelo contacto mais próximo com o espaço envolvente. Tal singularidade tornou distinta a apreciação da cidade colonial, marcada pela riqueza de odores, perspectivas, nuances, sabores, sons, advindos dos espaços abertos contidos no interior da malha urbana e nas cercanias, numa distância que costumava variar entre 1 a 2 léguas, ou seja, de 6.600 a 13.200 metros, onde normalmente se localizavam as hortas e outros tipos de parcelas hortifrutícolas polarizadas pela “urbe”.

Mesmo lidando com exíguos exemplos, fornecidos pela bibliografia consultada, supomos que o tamanho das hortas, no geral, excedia o da maioria dos quintais, tidos como as menores parcelas contidas na malha urbana, não ultrapassando o tamanho das cercas monásticas, analisadas na sequência do trabalho. Na realidade brasileira, em especial em Ouro Preto, segundo informações colhidas junto a certos moradores,<sup>78</sup> as dimensões das hortas variavam entre 500 e 2.000 m<sup>2</sup>. Localizavam-se na zona periférica da cidade, em lugares privilegiados pela ocorrência de recursos hídricos, abundantes na região. Para termos noção da produtividade alcançada, um terreno de cerca de 1.000 m<sup>2</sup> era suficiente para alimentar uma família de 5 a 7 pessoas e ainda gerar rendimentos a partir da venda de víveres excedentes.<sup>79</sup>

No geral, considerava-se a horta um complexo de produção ou de complemento alimentar e económico, basicamente mantido por mão-de-obra familiar. Faziam parte da mencionada unidade o terreiro, onde estavam dipostos os serviços, na contiguidade do edificio, e o espaço de cultivo propriamente dito, destinado à actividade de policultura, realizada a partir do plantio de espécies hortícolas, juntamente com arbustos e pequenas árvores frutíferas, normalmente distribuídos, de modo irregular, nas extremidades dos canteiros ou dos terrenos. Ao fundo dos recintos, mantinham-se galinheiros e pocilgas, de onde saía a matéria orgânica para a fertilização do solo. No âmbito das hortas, valia dizer: “nada era desperdiçado, tudo era reaproveitado”,<sup>80</sup> lógica que igualmente norteava a disposição de outros tipos de espaços. Normalmente, eram lugares intimistas e reservados, facilitando a sociabilidade e a vivência do ócio, aspecto notório em Portugal continental, insular e ultramarino, facto evidenciado inclusive nos relatos de Joaquim António de Carvalho e Menezes (1848), a respeito do costume dos luandenses em frequentar suas hortas, assim como acontecia com as chácaras no Brasil ou com as quintas de recreio em

<sup>78</sup>-COTTA, Geraldo Victor. Responsável pela fiscalização urbana da 13ª Regional do Instituto Património Histórico e Artístico Nacional, IPHAN/Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2003.

VIEIRA, Maria das Graças. Moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

<sup>79</sup>-COTTA, Geraldo Victor. Responsável pela fiscalização urbana da 13ª Regional do Instituto Património Histórico e Artístico Nacional, IPHAN/Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2003.

<sup>80</sup>-SILVA, Nilce Magalhães da. Moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

Portugal.<sup>81</sup> Tais hábitos, aprendidos nas próprias famílias, ligavam-se a práticas associadas à ruralidade, cujo germe ainda persiste activo na paisagem de Olinda e Ouro Preto.

Como já foi mencionado, as hortas eram lugares polivalentes, como a maioria dos espaços abertos, voltados à cultura intensiva de víveres, em específico de frutos, legumes e verduras. Estavam preferencialmente distribuídas em parcelas dotadas de solos férteis e fundos, próximos a recursos hídricos, que abasteciam sistemas de rega. Os terrenos ocupados com o plantio de hortaliças apresentavam suave inclinação, facilitando a drenagem, o que proporcionava boas condições de amanho. Os edifícios, por sua vez, em tais parcelas, ficavam contíguos às zonas de plantio, com o intuito de agilizar o desempenho de actividades básicas, ligadas à conservação das culturas realizadas, mas sem demonstrarem qualquer recurso construtivo que denotasse apuro de linguagem arquitectónica. As moradias eram bastante rústicas, apresentando forte apelo a formas vernáculas.

O privilégio concedido à produção resultava, por um lado, na ausência de composição axial, por outro, na ocorrência de uma trama de caminhos, definida sobretudo pela disposição do elenco vegetal. Normalmente, as habitações permaneciam situadas em locais elevados, com amplas vistas, o que possibilitava a contemplação do espaço ao redor, experienciado como um jardim, questão que nos remete à sensibilidade lusíada. Captar essas singularidades facilita-nos a tarefa de entender a organização das partes de uma horta, o que também pode ser percebido em outras tipologias, voltadas exclusivamente ao fabrico de mantimentos, como sucedia nas almuinhas, nos casais, nas herdades ou quintas rústicas de Portugal.

Importa considerar que o espaço destinado ao cultivo estava orientado por padrões geométricos, como se a base do desenho fosse composta por uma retícula, o que determinava a distribuição regular de canteiros, tidos como módulos da organização do conjunto construído. Essa era a maneira prática de ordenar as hortas, o que estava de acordo com os costumes e os princípios disseminados a partir da realidade ibérica, identificados em obras referenciais como a de Alonso Herrera, *Tratado de agricultura general* (1513), a do frade catalão Miguel Agustín, autor do *Libro de los secretos de agricultura, casa de campo y pastoril* (1781), ou até em pequenos manuais de horticultura, editados no século XIX.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup>-ADRIÃO, José; PACHECO, Pedro. “Entrevista” (concedida por Gonçalo Ribeiro Telles). *Documentos de Arquitectura DA3*. Lisboa: Associação de Estudos Documentos de Arquitectura (A.E.D.A.), nº 3, p. 30-63, 40-41, Outono 2000.

“As hortas da Maínga Velha e Nova, que distam da capital [Luanda] uma milha [2.200 m], servem de recreio pouco frequentado dos habitantes. Há também casas de campo nos sítios da Samba, Belas, Boavista e Cassandoma, uma légua [6.600 m] distante dos extremos da cidade. Estes sítios são mui raras vezes visitados, como também sucede aos de Quicuxe e Bembem (...)”.

MENEZES, Joaquim António de Carvalho e. Demonstração geográfica e política do território português na Guiné Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguela e suas dependências. Rio de Janeiro: Tipografia Classica de F.A. de Almeida, 1848. p. 27. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. *In*: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 28].

<sup>82</sup>-AGUSTÍN, Muguél, Fray. *Libro de los secretos de Agricultura, casa de campo, y pastoril*. Madrid: Joachín Ibarra, Impresor Comar de S.M., 1781. /s.p./ (Primeira edição: 1742). *Apud*: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da*

Em regiões montanhosas, menos favoráveis ao desenvolvimento agrícola, a necessidade de potencializar o uso da terra induzia à construção de socacos ou tabuleiros, segundo hábitos vigentes, como aconteceu em Ouro Preto. Ali, vários trechos urbanos, ocupados com parcelas hortifrutícolas, também serviam como pontos mirantes. Se, por um lado, havia maior contacto visual com a paisagem, por outro, era nítida a compartimentação e a descontinuidade na integração estabelecida entre as partes dos terrenos amanhados, o que despertava uma sensação de maior intimismo em cada folha de cultura. A horta, frequentemente focada a partir de princípios funcionais, pragmáticos e produtivos, poderia ser percebida como um todo aprazível, dinâmico e variável. Nesse âmbito, a qualidade do desenho concebido nos espaços abertos era influenciada tanto por factores biofísicos, quanto por vedações.

O acto de demarcar o espaço a partir da construção de muros, sebes ou valados constituía uma prática comum na cidade colonial brasileira, que deixava bem distinto o chão do particular. Os locais contidos por divisórias foram tratados a partir da ideia de natureza benevolente, que, concentrada e ordenada em recintos, favorecia, acima de tudo, o encontro com a intimidade. Por isso, as parcelas hortifrutícolas eram avaliadas como lugares de aprazibilidade. A depender do tipo de material utilizado e do modo como as vedações encontravam-se articuladas no interior de cada parcela, a sensação de privacidade poderia ser mais ou menos intensa, o que ajudava a definir o carácter de cada recinto. No geral, os muros serviam de suporte a construções secundárias, como ocorria nos quintais, ficando liberados os limites laterais que propiciavam amplas vistas.

Levando-se em conta as informações bibliográficas apuradas, recomendava-se que os conjuntos destinados ao plantio de hortícolas estivessem resguardados por muros ou sebes de abrunheiros, acácias, espinheiros, laranjeiras, loureiros, marmeleiros, murtas, piteiras, roseiras-bravas, o elenco vegetal variando de acordo com o repertório de cada região.<sup>83</sup> Justificava-se o emprego de tais artificios devido à necessidade de proteger os cultivos da acção danosa de animais domésticos, de intempéries e da ocorrência de possíveis roubos.<sup>84</sup> Os referidos recursos ainda dotavam estes espaços de aconchego, o que certamente ajudava a transformar locais modestos de produção em jardins de feição paradisíaca.

---

*essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 269. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

HERRERA, Alonso. Agricultura general que trata de la labranza del campo y sus particularidades crianza de animales y propiedades de las plantas. Madrid: Servicio de publicaciones, Ministério de Agricultura, 1981. Livro tercero, capítulo III. p. 148. (Primeira edição: 1513). *Apud*: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Op. cit.* 1995. v.1. p. 48.

Cf. *MANUAL da jardineira e do jardineiro horticultor*. Lisboa: Artur Marques da Silva, 1920. p. 5-7. (Primeira edição: 1891).

Cf. *JARDINEIRO (O), anthologia ou tratado das flores, aos amantes da jardinagem*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1824. p. 16.

<sup>83</sup> -*MANUAL da jardineira e do jardineiro horticultor*. Lisboa: Artur Marques da Silva, 1920. p. 5-6. (Primeira edição: 1891).

<sup>84</sup> -*Idem. Ibidem*. p. 6.



O jesuíta Simão de Vasconcelos (1596-1671), em seu relato das *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* (1663), já assinalava o uso de coqueiros e palmeiras hortenses na demarcação de terrenos amanhados, o que tornava os locais cultivados menos expostos a variações climáticas, garantindo condições vegetativas satisfatórias para os cultivos realizados.<sup>85</sup> A evidência atribuída a caraguatás, caroás, croatás ou gravatás, nos domínios das hortas, tinha razão de ser. Aproveitavam-se tais espécies para cercar recintos, definir percursos, inclusive em parcelas fundiárias maiores, como as chácaras. Os exemplos fornecidos levam-nos a reflectir sobre a versatilidade do coberto vegetal nas parcelas hortifrutícolas, inclusive para ampliar o leque de atributos estéticos e formais nos respectivos espaços, enriquecendo a espacialidade, favorecendo a manifestação do ócio, para além da incorporação de matéria orgânica no solo, a ocorrência de riqueza biológica, faunística e florística, a produção de alimento, facilitando ainda a recarga de aquíferos.

Em Ouro Preto, segundo a memória de certos moradores, as hortas existentes estavam cercadas ora por valados e sebes, ora por muros. Frente à primeira alternativa, os regos, além de delimitarem as propriedades, também ajudavam a drenar seus terrenos, geralmente localizados no terço inferior das encostas.<sup>86</sup> As sebes representavam, na escala urbana, um modo subtil de demarcar o solo, o que reforçava a impressão de uma extensa mancha verde na cidade colonial. Por sua vez, os muros significavam o desejo de recato levado ao extremo, o que acabava provocando segmentações na paisagem, mas nada comparado ao que tem sucedido na actualidade, a partir da ocupação aleatória e clandestina do património paisagístico.

Em síntese, entender a horta, assim como outros tipos de espaços abertos, pressupõe fazer uso dos sentidos para captar determinados componentes, etéreos e físicos, que particularizam tais complexos. Requer disponibilidade, sensibilidade e tempo para se assimilar múltiplos fenómenos, que não são de imediato revelados. Consiste em perceber o invisível.<sup>87</sup> Reflectir sobre o assunto leva-nos a compreender os motivos pelos quais as hortas também foram eleitas como lugares de sociabilidade na cultura portuguesa, pois proporcionavam descanso e lazer, o que logicamente estava de acordo com a noção de natureza aprazível e fértil, ordenada e assimilada como um jardim. Devemos estar atentos para o padrão de beleza difundido desde o período colonial, intrinsecamente associado aos atributos de cada elemento do espaço aberto.

Nas parcelas hortifrutícolas, luz e sombra devem ser examinados como componentes básicos do espaço. Canteiros e terreiros normalmente encontram-se em locais abertos, plenos de

<sup>85</sup>-VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 140, 148.

<sup>86</sup>-MOREIRA, Mariana Isabel. Funcionária da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

VIEIRA, Maria das Graças. Moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

<sup>87</sup>-LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins*. France: Olivier Orban, 1990. p. 18, 34-35.

claridade, sujeitos a variações de temperatura durante o dia, ao contrário do que sucede em determinados pontos, onde as fruteiras permanecem concentradas, nem sempre ordenadas em plantios regulares. Tais ambientes, por sua vez, se apresentam-se mais reservados e menos expostos a variações climáticas. Costumam oferecer a devida protecção a seus utentes, ou seja, sombra refrescante de arbustos e árvores cujas copas propiciam condições satisfatórias de permanência, principalmente, em regiões de clima tórrido, como acontece em Olinda. Nessas circunstâncias, notam-se os pomares como uma segunda moradia, justificando serem ocupados com actividades do dia-a-dia, que passam a ser realizadas ao ar livre. Em determinadas circunstâncias, coqueiros, palmeiras e latadas proporcionam o meio termo entre a claridade plena e a sombra densa, gerando luz, sob medida, ao cultivo de verduras, legumes e espécies ornamentais.

Consideram-se os diversos subespaços das hortas como locais de descanso, desenfado, intimidade, prazer, protecção, privacidade, recato, sonoridade. São lugares referenciados por odores e outras qualidades estéticas que particularizam suas respectivas ambiências, pautadas inclusive pela presença dos citrinos, conforme verificado no contexto de Ouro Preto. Para termos noção da origem de certos hábitos ancestrais, basta evidenciarmos a seguinte quadra portuguesa, de cunho popular: “A alegria duma orta / é um verde laranjal / a tristeza duma mãe / ter um filho militar”.<sup>88</sup> No âmbito dos conjuntos analisados, ressaltamos que os atributos aromáticos, cromáticos e formais do repertório vegetal, de carácter alimentar, condimentar, medicinal e/ou ornamental, ajudam a pautar a vivência nos respectivos recintos, aspecto ainda valorizado pela tradição vigente no Brasil. O entendimento dessa manifestação cultural leva-nos a repensar a horta como um jardim, conforme comentado, cuja forma deve ser analisada além da regularidade do desenho, eminentemente pautada segundo regras práticas, estabelecidas para facilitar, sobretudo, o amanhã e a produtividade.

Na realidade ingénua – porém bela – das hortas é patente a disposição de seus elementos num quadro de complexidade e variedade, marcado por situações de ordem-desordem, o que praticamente anula o geometrismo do traçado original dos canteiros. Dentre os componentes etéreos que ajudam a transformar simples recintos em lugares especiais, destacamos a acção cambiante das brisas e do sol, que, juntamente com outros factores, como a humidade, favorecem a propagação de aromas e tornam visíveis tonalidades vibrantes das plantas, ressaltadas pelo contraste da luz e da sombra. Cada instante vivido nos mencionados locais acaba sendo único. A sonoridade constitui outro suporte do imaginário, que contribui para a expansão da mente,

---

<sup>88</sup>-MOUTINHO, Viale. Terra e canto de todos, vida e trabalho no cancionero popular. Porto: /s.e./, /s.d./p. 35. *Apud*: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 277. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

facilitando a evocação de sensações de calma e intimidade.<sup>89</sup> Se, por um lado, tais atributos integram o espaço em sua totalidade, por outro, também podem provocar compartimentações, a depender da intensidade com que se manifestam na articulação das partes.<sup>90</sup>

Devemos ainda destacar a ocorrência dos recursos hídricos nas parcelas cultivadas. A água, ordenada ou não em sistemas de abastecimento e rega, é elemento fundamental na espacialidade dos complexos construídos, fazendo valer o binómio utilidade e recreio.

No geral, as hortas e outras tipologias produtivas acham-se dispostas no terço inferior das encostas ou nos vales, onde se concentram os mananciais. Os relatos que evidenciam tais situações remetem-nos à imagem de verdura e fragrância descrita por Maria Graham (1785-1842), ao comentar sobre a vegetação dos arredores das cidades coloniais, em específico, onde havia abundância de água.<sup>91</sup> No caso de Ouro Preto, segundo a ótica de certos moradores, o património paisagístico assemelhava-se a uma grande “horta”,<sup>92</sup> visão modificada na actualidade devido a sucessivas descaracterizações ocorridas no tecido da cidade classificada, mediante o avanço da ocupação de carácter aleatório e clandestino.

### Elenco Vegetal

A avaliação da horta, a partir das espécies vegetais contidas em seu recinto, além de nos possibilitar a verificação daquilo que já foi referido anteriormente, a respeito de sua complexidade e riqueza formal, também nos leva a observar o elenco existente como um dos principais recursos, inclusive, para a promoção da sociabilidade.<sup>93</sup>

No Brasil, um convite para se conhecer uma casa com jardim, pressupõe que a visita se estende ao espaço aberto, facto apreciado como algo especial, por se tratar de lugar, segundo a tradição, agradável e íntimo. O mesmo costumava acontecer nas hortas ou em outros tipos de parcelas hortifrutícolas, localizadas nos arredores das cidades e vilas coloniais. Graças aos convites e aos relatos de alguns dos locais visitados, podemos compreender o valor simbólico que as espécies vegetais tiveram para aqueles que as cultivavam.

<sup>89</sup>-Cf. LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins*. France: Olivier Orban, 1990. p. 43, 76.

<sup>90</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 67. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>91</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 198. (Edição inglesa: 1842).

<sup>92</sup>-MOREIRA, Mariana Isabel. Funcionária da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

SIMÕES, José Feliciano da Costa. Pároco da Matriz do Pilar e morador da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2003.

<sup>93</sup>-Cf. ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 42.

Dentre os exemplares cultivados, desde o século XVI, sobressaíam espécies aromáticas, condimentares, cucurbitáceas, frutíferas, hortícolas, leguminosas, medicinais. O modo como foram difundidas leva-nos a crer que cada jardim, como sucede até hoje, constituía um verdadeiro horto botânico. Nesse sentido, quanto mais próximos da casa estivessem os canteiros, destinados à manutenção e propagação de mudas e sementes, melhor, o que facilitava a tarefa de cuidar das plantas e impedir a acção danosa de insectos e outras pragas. Assim como referiu Gilberto Freyre, aonde fosse, o português levava consigo sua horta, cujo plantio era condicionado por uma série de variáveis, relacionadas à disponibilidade de mão-de-obra, à adequabilidade do cultivo a requisitos edafoclimáticos, à necessidade de abastecer mercados locais, à presença abundante de recursos hídricos, além de gostos e vontades, o que nos remete ao entendimento de aspectos culturais.

No tocante à difusão de espécies como as laranjeiras e pitangueiras, podemos dizer que expressaram o ideal de beleza típico do mundo ibérico, em particular da realidade lusíada, onde a natureza era e continua sendo apreciada por suas próprias qualidades, sentimento que guarda um certo pendor à causa franciscana.<sup>94</sup> O plantio de arbustos e árvores de formatos harmoniosos, de folhagens e flores perfumadas e de frutos saborosos, contribuía para a estadia em lugares voltados à produção. No geral, as hortas eram observadas como Paraísos Terreais, pela ambiência predominante em seus recintos, notados como locais amenos, férteis, verdejantes e versáteis. No mencionado quadro, igualmente situamos as bananeiras, valorizadas por serem providenciais pela fartura de seus frutos, contribuindo para a criação de uma imagem topofílica nas parcelas hortifrutícolas. Ao lado das laranjeiras, as bananeiras foram tratadas como plantas emblemáticas dos conjuntos urbanos coloniais.

Com base nas informações apuradas, supõe-se que a difusão das hortaliças no período Brasil-Colónia aconteceu principalmente onde predominaram “classes alfabetizadas e com recursos financeiros medianos”.<sup>95</sup> Essa opinião, balizada por Luís da Câmara Cascudo, ajuda-nos a entender, por exemplo, a existência de uma maior quantidade de hortas na proximidade das cidades e vilas brasileiras, onde havia concentração de pessoas ou famílias que, além de corresponderem ao mencionado perfil social, estavam mais sujeitas à influência de costumes europeus. Dessa maneira, o gosto pelas saladas, feitas a partir de ervas e legumes, cozidos ou crus, esteve no geral associado ao modo de vida urbano. O homem do interior ou o sertanejo, pelo contrário, não era afeito ao uso de produtos hortícolas em suas refeições, que basicamente

<sup>94</sup>-CORTESÃO, Jaime. “O franciscanismo e a mística dos descobrimentos”. Revista de las Españas. /s.n.t./, p. 38. [19??].

<sup>95</sup>-Cf. CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004. p. 493. (Primeira edição: 1967).

consistiam de batatas, farinha de mandioca, feijão, macaxeira, milho, sendo as carnes ligeiramente temperadas e “decoradas” com espécies condimentares.<sup>96</sup>

Na avaliação do tema, nota-se que as saladas de legumes e verduras, advindas da tradição portuguesa, passaram a ser percebidas, durante o século XIX, como sinónimo de requinte, noção difundida com a chegada da Família Real em 1808, que veio acompanhada de uma numerosa corte, composta por cerca de quinze mil súditos, ligados à Casa Real. Eram pessoas afeitas a referências do mundo “civilizado” da época, que trouxeram consigo hábitos balizados em padrões culturais provenientes, sobretudo, de França, onde as saladas já eram famosas.<sup>97</sup> Dada a necessidade de manter certos modismos, supomos que as hortas se tenham tornado mais variadas em termos de víveres produzidos, continuando a merecer o devido registo no conteúdo de relatos históricos. Isso nos permite verificar algumas espécies de grande apreço, cultivadas junto aos sistemas húmidos. A maioria dessas plantas foi aclimatada pelo próprio colonizador. Assim, de forma resumida apresentamos o seguinte elenco, composto de: abóboras, acelga, agrião, aipo, alcaparra, alcachofra, alface, alfavaca, alho, amendoim, aspargo, bambu, batatas, beldroegas, berinjela, beterraba, bredos, brócolis, canelas, cebola, cebolinha, cenouras, chicória (escarola), chuchu, coentro ou coriandro, cominho, couves, couve-flor, cravos, endros, erva-doce, ervilhas, espinafre, feijões, funcho, gengibre, gergelim, hortelãs, louro, lúpulo, manjeriço, mangaritos, mastruço, maxixe, melancias, melões, milhos, nabos, pepino, pimentas, pimpinela, pimentos, poejos, rabaças, rabanete, rábanos, repolhos, salsa, segurela, serralha, tanchagem, tomate, urucu.<sup>98</sup> Além das referidas plantas, que tomaram lugar na mesa do brasileiro, citamos outras variedades, utilizadas para elaborar os esparregados, feitos com brotos ou folhas de azedinha, bredos, capeba, língua de vaca, mostarda, quiabo, roselha, taioba, vinagreira.<sup>99</sup> Nas hortas, havia grande quantidade de verduras nos canteiros. Nesse tipo de parcela, as fruteiras estavam, normalmente, dispostas em seus limites, o que diferenciava os conjuntos existentes, por exemplo, em relação aos quintais, localizados em sua maioria ao longo de trechos de cumeadas e encostas.

Dentre as espécies frutíferas que compunham o universo das hortas destacamos o abacaxi, o abacateiro, a ameixeira, a bananeira, o cajueiro, a caramboleira, a cidreira, o coqueiro, o damasqueiro, a figueira, a goiabeira, a grumixameira, a jabuticabeira, a laranjeira, a limeira, o limoeiro, a macieira, o mamoeiro, a mangabeira, o maracujazeiro, o marmeleiro, a nespereira, a

<sup>96</sup>-Cf. CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004. p. 493. (Primeira edição: 1967).

<sup>97</sup>-*Idem*. *Ibidem*. p. 492-493.

<sup>98</sup>-SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 131-133.

<sup>99</sup>-CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. *Op. cit.* p. 499-500.

palmeira, a pereira, o pessegueiro, a pinheira, a pitangueira, a romãzeira, o sapatizeiro, a tangerineira, a videira.<sup>100</sup> Esse elenco, que podia variar em qualidade e quantidade, a depender de cada situação, possibilitava, simultaneamente, o desenvolvimento associado de atividades produtivas e de lazer. As plantas medicinais também tiveram destaque nos espaços hortícolas, o que permitiu ao médico João Ferreira da Rosa incentivar o consumo de beldroegas e chicórias, canela e cidra, cujas qualidades terapêuticas foram divulgadas no *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco* (Lisboa, 1694).<sup>101</sup>

As hortas podiam ser consideradas boas boticas naturais, principalmente aquelas contidas nos conjuntos monásticos, que possuíam uma grande diversidade de plantas. Muitas das espécies difundidas, nos respectivos domínios, foram aproveitadas como matéria-prima para o fabrico de vários tipos de medicamentos (mezinhas, remédios e/ou tisanas), com frequência manipulados nas boticas. Nesse ramo do conhecimento, os jesuítas eram peritos. Buscavam aprimorar suas habilidades médicas, a partir da sabedoria do ameríndio, sobretudo dos pajés, com os quais aprenderam a lidar com os segredos do mundo vegetal nativo.

No âmbito desta dissertação, constatamos o que era considerado “bonito” nas hortas de alguns moradores das cidades de Olinda e Ouro Preto, situadas nos arredores urbanos nas partes mais baixas do relevo, onde os recursos hídricos eram abundantes. Esse aspecto não se restringe ao traçado da parcela de amanhã, cuja aparência é bastante simples. A espacialidade, nesse caso, abrange um conjunto de qualidades advindas do tipo de terreno, da ocupação efectuada e da própria vegetação existente, o que contribui para promover a vivência do ócio, prática observada através de hábitos quotidianos, como: degustar frutas apanhadas ao pé de fruteiras, distinguir odores provenientes de florações, frutificações e mudanças atmosféricas, assim como tomar uma “fresca” sob a copa das árvores. Lidar com tais referências possibilita a quem se dedica aos cultivos um constante conhecimento, a respeito de detalhes e fenómenos que pautam a forma das parcelas hortifrutícolas, consideradas, com frequência, lugares calmos, intimistas, produtivos e verdejantes, cabendo serem designadas como “hortus deliciarum”, denominação perfeitamente aplicável no contexto brasileiro, de acordo com aquilo que se constatou nas realidades de Olinda e Ouro Preto.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup>-ACAYABA, Marlene Milan (coord.); ZERON, Carlos Alberto (org.). *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira. Alimentação*. Fichário Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. v.1. p. 140-172, 194-200, 202-206, 253, 259, 266, 268-270.

<sup>101</sup>-ANDRADE, Gilberto Osório. Morão, Rosa & Pimenta, notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil. [Recife]: [Arquivo Público Estadual de Pernambuco], [1956]. /s.p./ *Apud*: CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004. p. 491. (Primeira edição: 1967).

<sup>102</sup>-Cf. PREST, John. *The garden of Eden*. New Haven, London: Yale University Press, 1981. p. 21.

## Cercas Monásticas

---

*“(…) à tardinha, a comunidade saía com seus hábitos, poeticamente caminhando sobre o morro, cantando, orando e conversando, uma espécie de saudação à beleza da natureza”<sup>103</sup>*

Considerando-se a preservação patrimonial desenvolvida na realidade brasileira, é patente a protecção quase exclusiva aos monumentos, notabilizados por seus traços artísticos e históricos, em detrimento da conservação do tecido verde na malha urbana. Tal prática, difundida no âmbito das instituições governamentais é passível de críticas, principalmente ao observarmos o que acontece em antigos conventos, hospícios, mosteiros, recolhimentos e seminários. Nesse contexto, os edifícios têm sido mantidos. O mesmo já não se pode afirmar em relação às cercas, que se apresentam geralmente degradadas ou fragmentadas ou mesmo ocupadas indevidamente. Não raras vezes, são vistas como meros “panos de fundo”, servindo ao enquadramento de determinadas cenas, escolhidas para continuarem intactas. Tais parcelas, ainda remanescentes no tecido de algumas cidades classificadas, são entendidas como se não fizessem parte de um mesmo conjunto.

Apesar de as cercas não serem praticamente tratadas na bibliografia de Arquitectura e de Desenho Urbano, é necessário compreendê-las como parte integrante dos complexos religiosos e do tecido verde das cidades, aspecto enfocado em trabalhos recentemente elaborados em Portugal, tidos como contribuições para o conhecimento ou para a discussão desta temática.

De acordo com as noções anteriormente apresentadas, reforçamos que a cerca é tudo aquilo “que cinge, rodeia, fecha”, envolve um lugar, protegendo-o de invasões, tornando-o mais estimado e íntimo. Pode ser construída de madeira, pedra, tijolo, ou de qualquer outro material, inclusive vivo, na forma de sebe.<sup>104</sup> No seu interior, jardins, hortas/pomares e matas eram desenhados como lugares de “ser” e “estar”, “locus amoenus”, Paraíso, Primavera Eterna, “hortus conclusus” ou “hortus deliciarum”. Constituíam espaços privilegiados para a produção, para a espiritualidade e para a vivência mística.

Nos conventos e mosteiros, a existência da clausura foi uma das regras a ser seguida, o que significava, na prática, estabelecer um corte com o mundo externo, avaliado como ímpio e sujeito a depravações, perversões e vicissitudes. Logo, podemos supor a importância simbólica atribuída aos muros, que delimitavam os respectivos conjuntos. Eles representaram a distinção

---

<sup>103</sup>-FALCÃO, Irineu Marinho. Ex-Celeireiro da Ordem Beneditina, actual Superintendente do Museu de Arte Sacra de Pernambuco. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

<sup>104</sup>-VIEIRA, Domingos, Frei. *Grande dicionário português ou thesouro da língua portuguesa*. Porto: E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874. v.2, p. 173.

Cf. BLUTEAU, Raphael, Padre D. *Vocabulário português e latino ...* Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXX (1720). v.II, p. 346.

Cf. CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário crítico e etymológico da língua portuguesa*. Paris: Ângelo Francisco Carneiro (editor), 1863. p. 244-245.

entre as dimensões do sagrado e do profano. Em função dessa separação, os espaços internos eram individualizados, especialmente os pátios e as parcelas de cultivo, onde era possível estabelecer o contacto mais próximo com a natureza, percebida como manifestação da essência divina.<sup>105</sup> Tais lugares eram marcados pela relação “homem/Deus”, “terra/céu”, entendida a partir do conceito de “Axis mundi”, desenvolvido por Mircea Eliade.<sup>106</sup>

Na totalidade da arquitectura religiosa, pátios, hortas/pomares e matas eram tidos, em sua totalidade, como centros de vivência mística, concebidos inclusive para lembrar os ideais dos primeiros anacoretas e eremitas nos desertos.<sup>107</sup> Foram locais que, mesmo concentrados no mundo da produção, não deixavam de ser polarizados pela mencionada axialidade, fortalecendo a crença dos monges na plenitude da graça, a partir do labor e de constantes exercícios de meditação, penitência e oração.<sup>108</sup> Para melhor abordar o tema, podemos trabalhar as cercas monásticas brasileiras a partir da orientação fornecida por Susana Abreu (1998), em seu estudo a respeito do Mosteiro da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, na proximidade do Porto. Nesse caso específico, foi interpretado primeiramente o conceito de mosteiro para situar o entendimento do espaço da cerca, que é nosso objecto de análise. Segundo Wolfgang Braunfels (1974), o bom mosteiro é um organismo que surge em função de possibilidades e regras ligadas tanto ao simbolismo do mundo cristão, quanto à racionalidade de práticas norteadas pela auto-suficiência.<sup>109</sup> Desse modo, buscamos compreender as cercas monásticas a partir da concepção de lugar sagrado, sem esquecer que produção e ócio também fundamentaram sua existência.

Nesse âmbito, tanto o termo convento quanto o termo mosteiro associam-se aos ideais de uma “Civitas Dei”,<sup>110</sup> noção imaginada e materializada para proporcionar ascese, recolhimento e vivência mística, paralelamente a aspectos prático-utilitários do dia-a-dia, relativos à funcionalidade de um conjunto arquitectónico. Sobressaíam assim as cercas como pontos de contacto entre o mundo da espiritualidade e o da auto-suficiência, que se pautava pela

<sup>105</sup>-PIRES, Celestino. “Natureza”. In: LOGOS. *Enciclopédia luso-brasileira de filosofia*. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, /s.d./ p. 1078. CORTESÃO, Jaime. “O franciscanismo e a mística dos descobrimentos”. *Revista de las Españas*. /s.n.t./ p. 38. [19??].

<sup>106</sup>-Cf. ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano. A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 38-39.

<sup>107</sup>-XAVIER, António Manuel Mateus. *Das cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade: contributo para a definição de uma política de recuperação*. Évora: Universidade de Évora, 1998. p. 10-11. Dissertação de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. (Texto policopiado).

<sup>108</sup>-Segundo Frei António Rosário, alcançar a graça não era tarefa fácil, pelo contrário. Tornava-se necessário seguir a observância. A graça “*não busca o seu commodo, e utilidade senão o que aproveite a outrem (...); a graça não está ociosa, de boa vontade abraça o trabalho (...); a graça attribue a Deos (...) toda a honra e gloria; sofre afrontas, agravos, e contumelias por amor de Deos (...); a graça não despreza as pobreza, e asperezas (...); a graça quer abstinencias, mortificações, parsimoniais (...); a graça não quer usar da própria liberdade, não quer dominar, mas antes gosta de se sojeitar, e obedecer a toda creatura por amor de Deos (...)*”.

ROSÁRIO, António, Frei. *Fruitas do Brasil*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702. p. 7-10.

<sup>109</sup>-BRAUNFELS, Wolfgang. *La arquitectura monacal en occidente*. Barcelona: Barral Editores, 1974. p. 10. *Apud*: ABREU, Susana Matos. “Uma *Civitas Dei* em Quebrantões ou a cerca do mosteiro da serra do Pilar”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 9, p. 11, Set. 1998.

<sup>110</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 8.



possibilidade de produzir alimentos e facilitar a realização de trabalhos manuais. Tornava-se nítida a influência do pensamento beneditino “Ora et Labora”, tido como a “Regra das regras”, que marcou profundamente a tradição do mundo ocidental.<sup>111</sup> Segundo São Bento de Núrsia, eram indispensáveis água, horta, moinho e oficinas, meios necessários para manter congregados imersos no mundo da clausura, na busca do caminho da santificação.<sup>112</sup> A Regra de São Bento teve grande aceitação no domínio das instituições monásticas, a partir dos séculos XI e XII.<sup>113</sup> De conteúdo severo, orientou a disciplina rígida instaurada nos mosteiros beneditinos e cistercienses portugueses. Zelava para que os monges vivessem para orar e trabalhar. No Brasil, assim como em quaisquer outros lugares, a prática de tal conduta vinculava-se à escolha adequada dos sítios a serem ocupados e beneficiados. As opções feitas dependiam de conhecimento, cultura, experiência, além de obstinação e vontade de acertar, requisitos básicos que as ordens religiosas traziam em suas bagagens.

Para obterem as conquistas almejadas, frades e monges mostravam-se cuidadosos na tarefa de definir locais sagrados, onde eram implantados complexos arquitectónicos, procedimento balizado pela obediência às regras elaboradas e seguidas. Reflectir sobre o tema leva-nos a pautá-lo por meio de duas vertentes. Uma delas pode ser compreendida a partir da visão religiosa, a outra por meio de factores biofísicos. Com relação ao aspecto religioso, salientamos que cada congregação apresentava suas próprias singularidades, reguladas pela adopção de princípios dogmáticos e pela observância das normas estabelecidas.

No contexto português, destacamos alguns estudos, como o de Ilídio de Araújo, que situou a importância da tradição eremítica professada pelos carmelitas descalços. Tal traço foi marcante nas cercas designadas por “desertos”, como aconteceu em Santa Cruz do Buçaco (1628-1712). O lugar foi descrito como sítio favorável para orações, por estar, literalmente, encravado num vale, coberto de densa mata. Abrigava todo um complexo de capelas, ermidas e oratórios, dispostos em lugares recatados, com o sentido de viabilizar a ascese e a penitência.<sup>114</sup> Tratando-se dos cartuxos, estudados

---

<sup>111</sup>-EXORDIUM Parvum. “Os cistercienses. Documentos primitivos”. /s.n.t./ Capitulo XV. p. 59-63. *Apud*: DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. *Religião e simbólica; o sonho da escada de Jacob*. Porto: Granito Editores de Livresiros, 2001. p. 239.

<sup>112</sup>-Cf. LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. v.I. p. 275-276, 420, 516-517, 880. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

Cf. REGRA do glorioso patriarca São Bento. Mosteiro de Singeverga: Edições Ora & Labora, 1951. p. 4. *Apud*: MATA, Ainda Reis da. “Fragmentos do Mosteiro de São Martinho de Tibães”. *Património/Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, nº 2, p. 80, 2002.

<sup>113</sup>-Cf. ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 44.

EXORDIUM Parvum. “Os cistercienses. Documentos primitivos”. /s.n.t./ Capitulo XV. p. 59-63. *Apud*: DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. *Op. cit.* p. 238-241.

<sup>114</sup>-ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Op. cit.* 1962. v.1. p. 128-140.

por Aurora Carapinha, é possível compreender como seus valores e conduta, fundamentados numa dialética de opostos, “o isolamento e a convivência”, “a natureza e a cultura”, “o mundo espiritual e o material”, resultaram na concretização do Convento de Santa Maria *Scala Coeli*, a Cartuxa de Évora, cujo desenho é caracterizado pelo binómio “desertum” e “hortus”, evidente na concepção de sua cerca.<sup>115</sup> A respeito dos frades capuchos da província da Piedade, identificou-se, através da pesquisa de António Xavier, como a imagem simbólica do deserto foi materializada nas cercas dos conjuntos construídos. Preferencialmente, ocuparam eles lugares ermos, situados em vales, no geral distantes meia légua das cidades. A forma côncava das localidades habitadas estava de acordo com as convicções e os ideais seguidos pela congregação, que buscava relembrar o estilo de vida dos primeiros anacoretas, baseado no isolamento e na penitência.<sup>116</sup>

Embora a construção de conventos e mosteiros estivesse estritamente vinculada a particularidades do universo religioso, devemos também admitir a influência das regras práticas na escolha de lugares a serem ocupados, o que se relacionava ao ideal da auto-suficiência. Os melhores sítios eram aqueles que ofereciam bem-estar e protecção, além de recursos hídricos e solos férteis. Dessa maneira, os aspectos biofísicos foram considerados como importantes referenciais nas decisões tomadas, o que de certa forma acabou nivelando os procedimentos adoptados. Isso ficou explícito no modo de agir dos capuchos. Por mais distinta que fosse a visão de mundo da congregação, seus monges foram compelidos a rever a localização de antigos complexos arquitectónicos, inseridos por vezes em terrenos inóspitos e insalubres, facto inclusive comentado na crónica de Frei Manuel de Monforte (1751).<sup>117</sup> Desde o ano de 1547, passaram a ser preferidos lugares menos nocivos à saúde dos congregados e mais próximos a povoações, ou seja, as estruturas edificadas encontravam-se no cume ou na parte intermediária das encostas e não mais na zona ribeirinha dos vales.<sup>118</sup> Gradativamente, passaram a ser adoptados velhos princípios como os defendidos no *De Architectura*, por Vitruvius, desde o século I.

Segundo esse tratadista, os templos deveriam ser implantados em lugares protegidos e favorecidos por atributos naturais, dentre eles a vista e, principalmente, a água, um dos principais elementos da vida, tomado como ponto de interesse na citada obra. A presença de recursos hídricos, numa determinada parcela, além de possibilitar a realização de actividades agro-pastoris,

<sup>115</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. “*Desertum, claustrum e hortus*: os horizontes do jardim cartusiano”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 10, p. 21-22, Mar. 1999.

<sup>116</sup>-XAVIER, António Manuel Mateus. *Das cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade: contributo para a definição de uma política de recuperação*. Évora: Universidade de Évora, 1998. p. 25, 30-32. Dissertação de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. (Texto policopiado).

<sup>117</sup>-MONFORTE, Frei Manuel de. *Chronica da Província da Piedade*. /s.l./: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1751. *Apud*: XAVIER, António Manuel Mateus. *Op. cit.* p. 34.

<sup>118</sup>-XAVIER, António Manuel Mateus. *Op. cit.* p. 34-35.

condicionava o seu desenho. De acordo com os argumentos expostos, as situações em montanha e vale foram consideradas ideais para estimular a fundação de assentamentos humanos, o que, sem dúvida, contribuía para a agregação de qualidades espirituais às cercas concebidas nessas circunstâncias.<sup>119</sup> Tais recomendações, assimiladas como regras do bom construir, não deixaram de ser difundidas ao longo da história. Presumimos que, directa ou indirectamente, fontes clássicas inspiraram trabalhos como o do Frei Miguel Agustín, *Libro de los secretos de agricultura, casa de campo y pastoril* (1742), cujo conteúdo evidenciou critérios relativos à disposição de edifícios, hortas, pomares e jardins em parcelas hortifrutícolas. Aconselhava-se a busca de encostas com pendentes suaves, orientadas para o leste, dotadas de bons solos, fartura de água, visando a criar condições satisfatórias de produção, o que também acabava estimulando a prática do ócio, favorecida pela presença marcante de atributos aprazíveis, inerentes a tais lugares.<sup>120</sup>

Não é casual a vigência de situações análogas em Portugal continental, insular e ultramarino. Os referidos princípios repercutiram no desenho de diversas tipologias, dentre elas as cercas religiosas, presentes em terras brasileiras desde o século XVI, com a chegada da ordem dos franciscanos (1500), jesuítas (1549), carmelitas (1580) e beneditinos (1581).<sup>121</sup> Levando-se em conta o perfil empreendedor de seus congregados, foi notório o modo como reproduziram práticas culturais, vinculadas à escolha de lugares alteados, favorecidos pela ampla dominância visual, estrategicamente posicionados à beira do mar ou de rios, condições desejáveis para disporem as moradias. No geral, os lugares ocupados propiciavam vistas aprazíveis, desabafadas e desanuviadas, o que foi pré-requisito nas cercas dos Colégios de Salvador da Bahia (1585), de São Luís do Maranhão, do Rio de Janeiro (1584), do Noviciado na Giquitaia, meia légua distante de Salvador, e das residências de Ilhéus (1572) e Porto Seguro (1565).<sup>122</sup> Embora o referido aspecto seja apenas um dos elementos no estudo desenvolvido, notamos que a falta da qualidade visual, num determinado sítio, poderia ser considerada um traço depreciativo, como aconteceu com a habitação de São Vicente (1585), na Capitania de São Paulo, facto já mencionado. O local foi

<sup>119</sup>-POLIÓN, Marco Vitruvio. *Los diez libros de arquitectura*. Madrid: Alianza Forma, 1995. p. 72-73.

<sup>120</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 211-212, 269, 342-343. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>121</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 258.  
LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; a obra, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938b. Tomo II. p. 505-514.

<sup>122</sup>-CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 267-269, 279.  
Cf. LEITE, Serafim, Padre. *Op. cit.* 1938a. Tomo I. p. 54, 191, 202.  
Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, fundações e entradas, séculos XVII-XVIII*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943a. Tomo III. p. 119.  
Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 146.

percebido como “mal assombrado”, mesmo estando em lugar “sadio” e possuindo “boa cerca com várias frutas de Portugal e da terra, e uma fonte de mui boa água”.<sup>123</sup>

Desde o início do processo de povoamento no Brasil, é marcante nos relatos o valor conferido à interação entre os espaços construídos e a paisagem envolvente. A vista era primordial, sendo mantida a prerrogativa de ver e não ser visto. Isso ajudava a preservar o espírito de clausura nas moradias religiosas, além de facilitar a defesa de qualquer sítio. A possibilidade de ataques e invasões, sobretudo em locais ermos, motivava as congregações monásticas a adotarem critérios de ocupação, ora comentados, que visavam à obtenção de segurança. É o que ficou expresso na decisão de fundar o Colégio Jesuíta de São Paulo, com a transferência dos efectivos de Santo André, realizada em 1560. De acordo com o alentejano Fernão Cardim, o citado Colégio (1585) dominava “toda a amplitude da veiga feracíssima, muito semelhante ao sítio de Évora”. Era “lugar mais forte e mais defensável” contra a acção de franceses e índios tamoios.<sup>124</sup>

O acto de fundar um estabelecimento, uma grande sede ou simples residência conventual, seja numa aldeia ou num povoado, merecia atenção particular. Acreditamos que houvesse pessoas dedicadas a esta tarefa, tal como a figura do “povoador”, funcionário régio responsável pela decisão da escolha dos melhores locais onde seriam fundados os núcleos coloniais.<sup>125</sup> Certamente, a Igreja também possuía seus “povoadores”, hábeis o suficiente para avaliarem as possibilidades estratégicas de cada sítio, o que não estava desvinculado do valor também conferido ao potencial de apazibilidade desses lugares. Constatamos indícios da ocorrência do desempenho da mencionada função mediante os procedimentos adoptados pelos Padres Luiz de Grã e António Rodrigues, decisivos para o estabelecimento da Aldeia Jesuíta de Bom Jesus do Tatuapara (1561), implantada “ao longo de um rio, em sítio muito gracioso e agradável, por ter a vista do mar”.<sup>126</sup> Não era fortuito que alguns desses assentamentos indígenas fossem considerados adequados ao recreio, a exemplo do que acontecia nas Aldeias do Espírito Santo, de Santo António e São João, fundadas na Comarca de Tatuapara [Bahia], no ano de 1558.<sup>127</sup> O mesmo pode ser dito em relação à Aldeia do Rio Vermelho ou de Camaragipe (1556), disposta meia légua da cidade de Salvador, conhecida por estar

<sup>123</sup>-Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 261.

<sup>124</sup>-Cf. LEITE, Serafim, Padre. *Os jesuítas na vila de São Paulo: século XVI*. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, [1936]. p. 17, 23. (Separata da Revista do Arquivo Municipal, v.XXI, [1936]).  
Cf. LEITE, Serafim, Padre. *Op. cit.* 1938a. Tomo I. p. 270.

<sup>125</sup>-Cf. TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 27.

<sup>126</sup>-Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; a obra, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938b. Tomo II. p. 56.

<sup>127</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 53.

num outeiro “mui aprazível”, que servia de “oratório apartado e mais quieto para a oração”, local propício ao descanso de estudantes e padres ligados ao Colégio Jesuíta.<sup>128</sup>

É ainda fundamental ressaltar o papel desempenhado pelas “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, codificadas em 1707 e publicadas em 1719, em vigor até o advento da República, no final do século XIX. De conteúdo conservador, fruto de condutas e normas estabelecidas pelo Concílio de Trento (1545-1563), as mencionadas Constituições faziam referência à implantação, localização e orientação dos conjuntos religiosos, o que condicionava a imagem e a forma de povoados, vilas e cidades e de suas respectivas envolvências. Parece-nos bastante significativa essa questão, uma vez que demonstra a continuidade na observância dos interesses defendidos pela Igreja. Os procedimentos utilizados, desde o século XVI, foram difundidos como parte da estratégia assumida pela Contra-Reforma, que resultou na afirmação do poder religioso na constituição da paisagem. Assim, as construções monásticas eram elementos marcantes e referenciais no espaço urbano. Elas desempenhavam actividades assistenciais, culturais, educativas, realizadas por confrarias/irmandades e ordens eclesiásticas.<sup>129</sup>

Perante o quadro por nós apresentado, é importante salientar que os princípios e as regras disseminados pelas ordens religiosas não foram os únicos condicionantes da localização de conventos e mosteiros. É o que se pode deduzir da exigência estabelecida pelo Capitão Governador da cidade de Filipea da Parahyba, Feliciano Coelho de Carvalho, que estipulou prazo de dois anos para “fabricar” mosteiro beneditino, a partir do ano de 1595, com o intuito de obrigar a posse da gleba doada, “(...) e não se fazendo neste tempo, se daria a terra a quem a aproveitasse (...)”.<sup>130</sup> Diga-se de passagem que foram ofertadas oitenta braças em quadra, aproximadamente 3,10 ha, em terreno de várzea, adequado à realização de actividades agrícolas, de acordo com os pré-requisitos de uma boa cerca. Apesar de os congregados serem co-participantes no processo de colonização, não deixavam de ser súditos. Tal condição restringia o grau de liberdade que pudessem ter, inclusive para decidir onde edificar as sedes de suas respectivas congregações, questão relacionada ao cumprimento de formalidades e solicitações advindas do poder temporal.

O mesmo ocorreu na vila de Olinda com a implantação dos conjuntos monásticos em seu tecido. A nosso ver, além de cumprirem função religiosa e propagarem mensagem simbólica, reforçaram o sistema de defesa na envolvência do núcleo urbano, aspecto identificado no

<sup>128</sup>-Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; a obra, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938b. Tomo II. p. 49.

<sup>129</sup>-MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991. p. 12.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989. p. 17-58.

VAZ, Lillian Fessler. “Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no Período colonial”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 153.

<sup>130</sup>-ANUNCIACÃO, Miguel Aracanzo da, Frei. *Crônica do mosteiro de São Bento de Olinda até 1763*. Recife Imprensa Oficial, 1940. p. 36-37.

manuscrito aguarelado de João Teixeira Albernaz, o velho, datado de 1631;<sup>131</sup> não nos parece ser obra do acaso o desenho do primitivo núcleo, como bem comenta José Luís Mota Menezes.<sup>132</sup> As cercas, beneditina, carmelita e franciscana, constituíram quase uma segunda muralha após a cortina fortificada, inserida ao longo da praia, o que denotava a intenção de proteger a parte alta do sítio ocupado. Todas as precauções tomadas fizeram com que a velha Olinda estivesse voltada para dentro de seus limites. Convém salientar que, ao longo do século XVII, em Portugal, conventos e mosteiros foram utilizados como parte dos sistemas de defesa implantados nas cidades e vilas.<sup>133</sup>

Para compreendermos a presença da arquitectura religiosa nessa e em outras situações, é necessário considerar um conjunto de factores, dentre eles: favorecimentos reais, interesses de donatários, necessidade de defesa e povoamento, como acabamos de ver, além das vantagens auferidas pelas ordens, que procuravam tirar proveito económico, político e social da implantação de suas próprias sedes na vizinhança das cidades e vilas, onde pudessem exercer algum tipo de influência, assim como acontecia em Portugal.<sup>134</sup> Além do mais, aquelas sedes eram lugares dotados com amplos recursos naturais, de preferência contendo barreiros, pedreiras e saibreiras, cujas matérias-primas eram empregadas na edificação e manutenção dos complexos construídos, o que também resultava em alternativas de ganho.<sup>135</sup> No entanto, numa visão mais abrangente dos

<sup>131</sup>-ALBERNAZ, João Teixeira, o velho (1602-1666). “Carta que mostra o litoral de Pernambuco entre o rio da Barretta e Pau Amarelo”. In: USINA DE IDÉIAS (coord.). *Os mapas do descobrimento*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000. Figura 26.

<sup>132</sup>-Cf. MENEZES, José Luiz Mota. “Olinda: evolução urbana”. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). *Colectânea de estudos. Universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses, 1998. p. 338.

<sup>133</sup>-TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 158.

<sup>134</sup>-Além dessas questões, atentamos para a localização estratégica dos Colégios Jesuítas da Bahia e de Olinda, favorecidos pela proximidade dos portos de Salvador e de Recife, pontos de confluência de rotas marítimas da África, Ásia e Europa. Os portos foram grandes difusores de mercadorias e novidades, inclusive de espécies vegetais utilitárias, aclimatadas no interior das cercas. As comunidades eclesíásticas eram extremamente objectivas na escolha dos terrenos que ocupavam.

Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 270.

Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949a. Tomo VII. p. 246-247.

Cf. XAVIER, António Manuel Mateus. *Das cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade: contributo para a definição de uma política de recuperação*. Évora: Universidade de Évora, 1998. p. 22-29. Dissertação de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. (Texto policopiado).

<sup>135</sup>-O referido aspecto ficou ressaltado nos apontamentos da moradia beneditina de São Sebastião de Olinda, onde foram erguidas diversas olarias até o século XIX (1657, 1872/1875), assim como sucedeu em outras cercas da mesma ordem, a saber: dos Mosteiros de Nossa Senhora do Desterro (1751/1755), em Santos, e de Nossa Senhora da Visitação (1720), em Sorocaba. Situação análoga foi verificada no conjunto de Nossa Senhora da Graça (1768/1771), em Salvador, cuja gleba possuía duas pedreiras e saibreira. Certamente, o mesmo ocorreu na escolha de local ocupado pelo antigo Colégio Jesuíta em Olinda, supostamente beneficiado pela existência de pedra em seus domínios. Tudo leva a crer que os melhores lugares, com vantagens e possibilidades construtivas, nos arredores dos núcleos urbanos, foram disputados entre as diversas congregações. As comunidades pioneiras, certamente, foram as mais beneficiadas.

ADB-CSB. Códice 138. Mosteiro de São Bento de Olinda I (1657-1756). /s.p./ Apud: LINS, Eugénio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. v.I. p. 421. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

ADB-CSB. Códice 140. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Santos, 1650-1792. /s.p./ Apud: LINS, Eugénio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 728-729.

factos ora expostos, devemos perceber as cercas monásticas sobretudo a partir da tradição religiosa. Entendê-las acima de quaisquer questões terrenas exige o esforço de retornarmos às origens do monaquismo.

### **Produção, Recreio e Vivência Mística**

Levando-se em conta a diversidade dos edifícios religiosos, surge o espaço da cerca como uma constante. Maiores ou menores, as cercas dependiam sobretudo das necessidades específicas e do poder económico de cada comunidade residente, do número de congregados para torná-las rentáveis, assim como acontecia em Portugal, onde o mundo da clausura não estava dissociado das preocupações ligadas à produção. No contexto assinalado, identificamos dois exemplos significativos, considerados em estudos recentes e publicados, que nos ajudam a reflectir sobre o universo pesquisado, a saber, os Mosteiros Beneditinos de São Martinho de Tibães e de Lorvão.

No caso específico do primeiro Mosteiro, é notável o vasto programa arquitectónico viabilizado para o funcionamento do complexo monástico. Através de registo levantado por Aida da Mata, datado de 14 de junho de 1555, pode-se perceber a constituição das principais partes desse conjunto, composto de claustros “altas e baixas”, pátio grande e suas casarias, terreiro, criatórios e currais, além da “cerca de fora” e da “cerca de dentro”, demonstrando haver distinção e hierarquia entre suas unidades. Na “cerca de fora”, era evidente o cultivo de bacelos/vinhas, hortas, laranjal, olival e diversos campos, afora as matas ou os soutos, sendo o conjunto interligado por vários mananciais. Na “cerca de dentro”, destacava-se a presença de mais campos de cultura e vinhas, regados por meio de sistema hidráulico, além das devesas de carvalhos e sobreiros. O local ainda continha a capela de São Bento, a casa do hortelão e as oficinas, tudo conforme o estabelecido pela Regra “Ora et Labora”, que visava à busca da auto-suficiência e à observância das regras. Todo esse complexo era delimitado por muro com mais de três metros de altura e que chegava a envolver uma área de 40 ha. Tal vedação tinha por finalidade concentrar rebanhos e evitar o furto de lenha, ao mesmo tempo em que expressava a distinção entre o mundo da clausura e o da vida profana.<sup>136</sup>

---

ADB-CSB. Códice 143. Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, 1717-1789. /s.p/. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 880-881.  
AMSBB. Códice 341. Documentos dos Mosteiros da Bahia, Rio de Janeiro, Olinda, Paraíba e São Paulo, século XIX. f.171v. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 425.

BMP. MS n° 370. Miscelânea contendo impressos e manuscritos sobre a Ordem de São Bento. /s.p/. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 790.

<sup>136</sup>-ADB. Monástico-Conventual, Mosteiro de São Martinho de Tibães, tomo n° 3, 1555, f.6v-9v. *Apud*: MATA, Aida Reis da. “Fragmentos do Mosteiro de São Martinho de Tibães”. *Património/Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, n° 2, p. 81-83, 2002.

COSTA, Maria João Dias. “A cerca do mosteiro de São Martinho de Tibães”. *Património/Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, n° 2, p. 86, 2002.

Em relação ao Mosteiro Feminino de Lorvão era também protegido por muro externo que se estendia pelas encostas do sítio onde estava implantado, resultando isso na criação de três cercas, dispostas com relativa autonomia entre si. Foram elas beneficiadas principalmente pela construção de socalcos e de engenhoso sistema hidráulico que abastecia o claustro, a cozinha e as oficinas, afora as fontes e os tanques, situados junto aos jardins, hortas/pomares. Criou-se com isso uma estrutura propícia ao conforto dos habitantes do lugar, possibilitando, além do desenvolvimento de práticas agrícolas, o contacto aprazível com o espaço envolvente, adequado à realização de experiências místicas.<sup>137</sup> A partir dos exemplos comentados, percebemos que um único conjunto monástico poderia conter mais de uma cerca ou agregar várias parcelas produtivas, como ainda acontece na Cartuxa de Évora, que abrange uma área de 80 ha, envolvendo o Convento e as pastagens a seu redor.<sup>138</sup>

Na realidade brasileira, as preocupações com a auto-suficiência não foram diferentes. Na maioria das vezes, as comunidades eclesásticas buscavam ampliar suas respectivas posses, para além dos domínios das cercas religiosas. Em circunstâncias excepcionais, foram doadas, no século XVI, grandes glebas aos Colégios Jesuítas da Bahia e de São Paulo. Esses terrenos chegavam a possuir de 1 a 2 léguas em quadra, sendo suas áreas mais do que suficientes para garantir a subsistência dos congregados, ficando patente, diante do recebimento de tais favores, o poder da Igreja junto à administração da Coroa.<sup>139</sup> Desde os primórdios da colonização, as ordens monásticas demonstraram a intenção de acumular bens e organizar rede de auto-abastecimento e/ou fornecimento de géneros, constituída por várias parcelas hortifrutícolas, sobressaindo as roças ou as granjas, que também estavam inseridas no aro das “urbes”, e que devem ser entendidas como outra tipologia do património paisagístico, analisada na sequência da presente dissertação.<sup>140</sup> Em registos ou relatos inaugurais, é comum percebermos a contiguidade e a continuidade entre cercas e roças, como observado no caso da roça do Padre António Fernandes

<sup>137</sup>-BORGES, Nelson Correia. *Arte monástica em Lorvão: sombras e realidade, das origens a 1737*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. v.1. p. 339, 343.

<sup>138</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. “*Desertum, claustrum e hortus: os horizontes do jardim cartusiano*”. *Monumentos*: Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 10, p. 22, Mar. 1999.

<sup>139</sup>-CASTRO, Fernando Pedreira de. *Crônica da Igreja no Brasil: período pré-anchietano 1500-1553*. Rio de Janeiro: Editora ABC; São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938. p. 156-161.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; escritores de N a Z*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Civilização Brasileira; Lisboa: Livraria Portuguesa, 1949c. Tomo IX. p. 418.

LEITE, Serafim, Padre. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: (1538-1553)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1956b. v.I. p. 196-197.

LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae IV (1563-1568)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Iesu], 1960. p. 28-29, 33, 42-43.

<sup>140</sup>-“*Granja, derivase do Francez Gráge, que quer dizer casal [roça], casa de campo, ou as casas, em que se recolhe o trigo, legumes, etc. Alguns são de opinião que os primeiros padres, da ordem de São Bernardo, que vierão de França fundar em Portugal, introduzirão neste Reino esta palavra, porque na ditto ordem chamavam aos casaes (...)*”.

BLUTEAU, Raphael, Padre D. *Vocabulário portuguez e latino ...* Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXX (1720). v.IV. p. 123.

Cf. VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, Frei. *Elucidário das palavras, termos e frases ...* 2ª edição. [Lisboa]: publicado pelo autor, (MCCCLXV) 1865. Tomo II. p. 18.



Salsa (c.1575), lugar que se mantinha, como referência básica, na vizinhança do Mosteiro Beneditino de Nossa Senhora do Monte Serrat, no Rio de Janeiro.<sup>141</sup>

Logo após a fundação dos complexos eclesiásticos, tornava-se explícita a necessidade de constituir património fundiário e obter mão-de-obra escrava. No geral, tais procedimentos eram viabilizados a partir de doações, particulares e públicas, como ainda acontecia até o século XVIII,<sup>142</sup> havendo ainda o intuito de “fabricar” mantimentos, tanto para o próprio consumo, quanto para a venda em mercados locais. Nas cercas dos conjuntos religiosos, além de serem praticadas actividades de carácter extensivo, como o plantio de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho, cultivavam-se hortas e pomares. Nos citados recintos, os bananais destacavam-se, sobretudo, para saciar a fome e sustentar os congregados, merecendo por isso crédito especial nos Mosteiros de Nossa Senhora da Graça (1712/1720), em Salvador, e de São Sebastião (1717/1720), em Olinda.<sup>143</sup>

Nas cercas encontravam-se, ainda, espaços destinados a criatórios de animais domésticos, currais, galinheiros, pocilgas, afora estrebarias, capinzais ou pastagens, como ficou explícito nos registos das seguintes moradias beneditinas: de Nossa Senhora da Assunção (1730/1735), em São Paulo, de Nossa Senhora do Desterro (1736/1741), em Santana de Parnaíba, de Nossa Senhora da Graça (1778/1781), em Salvador, e de Nossa Senhora da Visitação (1667), em Sorocaba.<sup>144</sup> Em determinadas situações, para potencializar a produção em lugares de declive acentuado, eram propostos métodos tradicionais, como a execução de socalcos, como sugerido pelo Padre Inácio Tolosa (1575), para o aproveitamento do solo disponível na vertente do Colégio da Bahia, voltada ao mar, condição adequada para se “fazerem uns taboleiros” e “prantar árvores”, por ser a “terra íngreme”, ou seja, tratava-se de um determinismo do sítio na ocupação do espaço, cujo terreno

<sup>141</sup>-SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da. Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950a. /s.p./ *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. v.I. p. 517. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>142</sup>-Podemos citar, por exemplo, a iniciativa que culminou com a criação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte na cidade de Mariana (1750).

Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1945b. Tomo VI. p. 200.

Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste (1779-1853). *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 79-80. (Edição francesa: 1830).

<sup>143</sup>-ADB-CSB. Códice 138. Mosteiro de São Bento de Olinda I, 1657-1756. p. 140. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 422. ADB-CSB. Códice 143. Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, 1717-1789. p. 7. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 880.

<sup>144</sup>-ADB-CSB. Códice 143. Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, 1717-1789. /s.p./ *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 881. ADB-CSB. Códice 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant'Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 14. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* 2002. v.I. p. 771.

AMSBSP. Códice 24. p. 9. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 678-679.

BPMP. MS nº 370. Miscelânea contendo impressos e manuscritos sobre a Ordem de São Bento. f.57. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 787.

localizava-se numa encosta.<sup>145</sup> Tal modo de ocupação do solo também pode ser observado nas encostas do Hospício da Terra Santa, em Ouro Preto, e do antigo Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana.

Numa primeira análise, consideramos as cercas como locais polivalentes, onde havia o predomínio da função religiosa, entendimento difundido entre as ordens monásticas. Para se ter noção mais ampla a respeito dos conjuntos existentes, é sensato perceber a vigência de princípios construtivos que orientaram não só a escolha dos sítios, a implantação de suas unidades produtivas e recreativas no relevo, a adoção do partido em quadra, ao redor de pátios, mas também a sectorização dos serviços, no geral, distribuídos ao longo dos terreiros. Nas cercas beneditinas, era evidente o terreiro “comum” abrigar, em sua envoltória, [cárcere de escravos], casa para pajens, cozinha e enfermaria para escravos, depósito de lenha, oficinas diversas ([alfaiataria], carpintaria, ferraria, olaria, sapataria), senzala, além de cocheira, estrebaria e pequenos criatórios.<sup>146</sup> A maioria dos serviços concentrava-se num único lugar, à semelhança do que acontecia nas chácaras. Esse tipo de desenho tinha a finalidade de facilitar o controle e, ao mesmo tempo, sectorizar as actividades desenvolvidas e ordenar o espaço, como verificado no Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação (1759/1769), em Sorocaba.<sup>147</sup>

Nas construções religiosas, as paredes funcionavam como suportes para canteiros e latadas, que tornavam aprazível a prática das caminhadas.<sup>148</sup> Os muros também serviam de apoio para as coberturas dos edifícios no interior das cercas. Alguns edifícios tinham por finalidade abrigar administradores, escravos, hortelões, hóspedes, romeiros, sendo ainda dipostos para acolher criações e servir de depósitos.<sup>149</sup> Esses locais situavam-se ao redor dos terreiros, mantendo-se separados de criatórios, currais e das parcelas de cultura extensiva, sendo delimitados por muros e/ou sebes. Na composição dos conjuntos existentes, ficava bem nítida a distinção e a hierarquia entre suas diversas unidades funcionais, usualmente interligadas através de sistema hidráulico, abastecido por mananciais que entravam ou nasciam no próprio terreno, permanecendo, normalmente, protegidos pela envoltória da mata. No entanto, a depender das particularidades biofísicas de cada sítio e dos

<sup>145</sup> LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 152-154.

<sup>146</sup> LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 284, 286, 421-424, 527-528, 533-534, 628, 679-681, 729, 733, 790-791, 882. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>147</sup> -*Idem*. *Ibidem*. v.I. p. 790-791.

<sup>148</sup> -Cf. ADB-CSB. Códice 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant'Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 14. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* 2002. v.I. p. 790-791.

<sup>149</sup> -LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 190-191.  
LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* 2002. v.I. p. 288-289, 422, 822-823, 838-840.

recursos disponíveis, económicos e humanos, de cada comunidade, o desenho das cercas acabava por apresentar variações, concebidas a partir de um mesmo tema, produção, recreio e vivência mística. Nesses conjuntos, interessava proporcionar a máxima privacidade possível aos congregados, principalmente através da compartimentação e do fechamento do espaço aberto, onde se destacavam hortas/pomares ou jardins, tidos também como lugares de culto.

Nesse quadro, torna-se necessário fazermos ressalvas, com o intuito de estabelecer distinções entre a realidade portuguesa e a brasileira. Uma delas diz respeito ao padrão arquitectónico adoptado no desenho de determinadas cercas religiosas. Com base nas informações levantadas, supomos que as congregações monásticas, em terras ultramarinas, não privilegiaram a realização de obras vultuosas, a exemplo do que aconteceu especialmente nas cercas do Mosteiro de São Martinho de Tibães e do Convento de Santa Cruz de Coimbra [1723-1750]. Ambos os exemplos primaram pelo fausto e pelo requinte de suas estruturas, criadas a partir da adequação à natureza específica dos respectivos sítios e da integração harmónica entre as redes de abastecimento hidráulico e de caminhos que serviram para se agregar vasto programa ornamental. Assim, pode-se explicar a inserção de construções alegóricas, de simbologia religiosa, normalmente trabalhadas por artistas de renome (arquitectos, artífices e mestres), resultando em obras de fino traço, concebidas em linguagem erudita, o que fazia parte de tendência percebida desde meados do século XVII.<sup>150</sup> Porém salientamos que nem todos os conjuntos religiosos em Portugal possuíam essa ostentação.

Segundo Nelson Borges, tal apuro ajustava-se ao espírito daquela época, que buscava a valorização dos sentidos e a sedução do olhar.<sup>151</sup> Em situação esporádica, identificamos, no Brasil, preocupação semelhante, por exemplo, na cerca do Palácio do Bispo em Mariana, mas nada comparado à grandiosidade das construções comentadas. Sabe-se que no pontificado de Dom Frei de São José (1797-?), frade franciscano do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Arrábida, “foi construído e cultivado o famoso jardim do Palácio de Mariana, que chegou a abrigar alguns tanques ornamentais e a fonte da Samaritana, obra atribuída a António Francisco Lisboa, o Aleijadinho”.<sup>152</sup>

No geral, o desenho das cercas era sempre definido pelos mesmos pressupostos. Além da produção, já considerada anteriormente, o lazer e o recreio místico também nortearam a organização espacial nos complexos religiosos. Se a Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, foi percebida

<sup>150</sup>-Cf. ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 140-144, 163-168.

Cf. MATA, Aida Reis da. “Fragmentos do Mosteiro de São Martinho de Tibães”. *Património/Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, nº 2, p. 83, 2002.

<sup>151</sup>-BORGES, Nelson Correia. *Arte monástica em Lorvão: sombras e realidade, das origens a 1737*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. v.1. p. 344-345.

<sup>152</sup>-LIMA, José Arnaldo Coêlho de Aguiar. *Palácio da Olaria. Is.n.t./*. 2001. p. 7. (Texto inédito).

como uma referência à produção,<sup>153</sup> a Quinta do Tanque, localizada na vizinhança da cidade de Salvador, destacou-se pela função recreativa, em apoio ao Colégio da Bahia. Nesse sentido, cabe ressaltar o empenho do Padre António Vieira, enquanto Visitador dos Jesuítas (1688-1691), na ampliação do programa construtivo executado no local, descrito da seguinte maneira no ano de 1694:

*“Hoje tem 18 cubículos, além de arcada que rodeia todo o edificio, corredores e duas galerias ou cobertos, para jogos de movimento (geminum xystum trudicolorum ludo destinatum). Possui Capela, fonte de água sempre nascente, um lago e aleias de árvores ferazes de pomos de oiro (malorum aurantiorum, laranjeiras), que ajudam a repousar honestamente o espírito. E todo o género de legumes para o Colégio, e mandioca selecta para comer”.*<sup>154</sup>

A mencionada Quinta ainda contava, no início do século XVIII, com campo para o jogo da péla, o que era tido possivelmente como um divertimento civilizado e moderno para os padrões da época. Devemos salientar que, em Portugal continental, algumas cercas religiosas e moradias nobres, setecentistas e oitocentistas, faziam uso do citado dispositivo de recreio como é disso exemplo o espaço destinado ao mesmo tipo de jogo na zona de mata das cercas dos Conventos de Santa Cruz de Coimbra (1723-1750) e de Landim, nas Casas de Almeidinha (1741-?) e de Mangualde (?-1825), e nas Quintas Reais de Caxias, Oeiras e Queluz.<sup>155</sup> Além da referida opção de recreio, verificamos que algumas cercas beneditinas, no Brasil, ainda tiveram “casas para jogos”, como explicitado no caso dos Mosteiros de Nossa Senhora do Monte Serrat (1848/1851), no Rio de Janeiro,<sup>156</sup> e de São Sebastião (1759/1799), em Olinda, cujo edificio estava situado em ponto “eminente”, com “deliciosa vista”.<sup>157</sup>

A ocorrência de registos leva-nos a compreender com maior clareza, por exemplo, o valor atribuído pelo Padre Fernão Cardim ao “formoso” terreiro e cultivo de laranjeiras na Quinta do Tanque (1585), digna de ser comparada às boas quintas de Portugal.<sup>158</sup> Tais componentes, assim

<sup>153</sup>-A realização de várias actividades ao mesmo tempo exemplifica o espírito empreendedor das comunidades religiosas, principalmente dos jesuítas, que tinham a Fazenda Santa Cruz, no Rio de Janeiro, como uma de suas principais referências. Era tida como “(...) povoação perfeita, com tudo indispensável à vida civilizada, progressiva, com as características de grande estabelecimento agrícola-industrial”, conforme a ideia de policultura clássica, “modelar para o tempo”. O programa arquitectónico adoptado incluía: vasta residência com sobrado, cadeia, escola de catequese e “rudimentos” para os meninos, hospedaria, hospital, Igreja, oficinas variadas de trabalho (de prata lavrada, carpintaria, casa de cal, casa de cortumes, casa de farinha, descasca de arroz, engenho de açúcar, engenhoca de aguardente, ferraria, olaria, tecelagem, estaleiro, onde se fabricavam canoas e até grandes sumacas), roças de algodão, feijão e mandioca. LEITE, Serafim, Padre *Fazendas e engenhos jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945c. p. 186. (Separata da revista *Verbum*, Tomo II, fasc. 2, Jun. 1945).

<sup>154</sup>-LEITE, Serafim, Padre *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 162-163.

<sup>155</sup>-ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 166, 169-170, 212, 231.

<sup>156</sup>-AMSBBA. Códice 397. Esboços do Mosteiro do Rio de Janeiro, 1839-1851. /s.p./ Apud: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. v.I. p. 524-525. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>157</sup>-ADB-CSB. Códice 139. Mosteiro de São Bento de Olinda II, 1769-1799. p. 320. Apud: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 424.

<sup>158</sup>-CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 279.

como as arquiteturas de prazer, faziam valer a referida ideia de integração entre as partes, tornando marcante a noção de conjunto arquitectónico/paisagístico, promovendo a vivência contemplativa no espaço, conforme ocorria nas cercas do Mosteiro de São Sebastião (1726/1729) e do Colégio Jesuíta (1760/1782), em Salvador, e do Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat (1733/1736), no Rio de Janeiro.<sup>159</sup>

É imprescindível reconhecer que as cercas religiosas correspondiam a lugares destinados principalmente à prática da meditação, da oração e do retiro, o que justificava o facto de abrigarem capelas devocionais. Em Portugal, na maioria das vezes, esses edifícios encontravam-se assentados em lugares mais afastados e solitários, próximo a matas, na meia encosta, em pontos proeminentes do relevo, sempre ao longo de caminhos que passavam antes por entre hortas/pomares.<sup>160</sup> Nessas circunstâncias, como refere Nelson Borges, tais construções poderiam ainda desempenhar o papel de “estações” de romaria, o que tornava os espaços abertos verdadeiros “jardins de percursos”, a propiciarem a experiência do testemunho da fé, na e com a natureza, através dos sentidos.<sup>161</sup> No Brasil, embora existam poucas investigações sobre esse tema, admitimos, por analogia à realidade portuguesa, que as capelas também fossem construídas segundo os ideais da observância, sendo parte de todo um conjunto. Em Salvador, sabe-se, por exemplo, que uma das capelas do Mosteiro de São Sebastião (1854/1857) encontrava-se localizada na horta,<sup>162</sup> à semelhança do que também aconteceu no Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat (1733/1736), no Rio de Janeiro.<sup>163</sup> É um dado significativo, justamente por demonstrar a ocorrência da superposição de usos num único espaço, percebido em simultâneo como unidade produtiva, lugar de culto e ainda como local de passeio e retiro, para o “descanso da mocidade” (1840).<sup>164</sup>

<sup>159</sup>-Cf. ADB-CSB. Códice 136. Mosteiro de São Sebastião da Bahia I, 1652-1740. p. 90. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 280. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

Cf. ADB-CSB. Códice 136. Mosteiro de São Sebastião da Bahia I, 1652-1740. p. 195. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 281.

Cf. ADB-CSB. Códice 134. Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat do Rio de Janeiro I, 1623-1748. p. 163. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 531-532.

Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949a. Tomo VII. p. 369a, 412a, 417-420.

<sup>160</sup>-No Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, foi relatada a existência de uma capela nessas condições.

Cf. LIMA, Angelo do Sacramento, Frei. Para o registro e dietário do Mosteiro seu autor-1766. *In*: DOCUMENTOS do Archivo do Mosteiro de São Bento em São Paulo. Tours: Imprimerie E. Arrault, 1914. p. 39. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 678.

<sup>161</sup>-BORGES, Nelson Correia. *Arte monástica em Lorvão: sombras e realidade, das origens a 1737*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. v. I. p. 348-354.

<sup>162</sup>-AMSBBA. Códice 337. Documentos dos Mosteiros das Brotas, Santos, Olinda, Paraíba e São Paulo, século XIX. f.9. LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 288.

<sup>163</sup>-ADB-CSB. Códice 134. Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat do Rio de Janeiro I, 1623-1748. /s.p./ *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 534.

<sup>164</sup>-Cf. AMSBBA. Códice 92. Livro de Visitas dos Mosteiros da Congregação Beneditina do Brasil, século XIX. f.33. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 283.

Levando-se em conta o aproveitamento das potencialidades do clima, não podemos deixar de registar o modo como os frades beneditinos do Mosteiro de São Sebastião, em Olinda, mantiveram o convívio harmónico com o lugar onde residiam, até recentemente, entre as décadas de 1940 e 1960. Saíam para passeios vespertinos, que tinham por objectivo estimular a vivência contemplativa na comunidade religiosa. O percurso era articulado com a zona de pomar, bem definida por sebes de pitangueiras, uma das espécies da flora brasileira que mais encantava por seus atributos. O uso daquela vedação tinha razão de ser, pois, além de contribuir para a privacidade dos monges, reforçava a noção de jardim em todo o domínio da cerca, tornando-o extremamente aprazível. Desse modo, não é fortuita a comparação dos pomares com os Paraísos.<sup>165</sup> Quanto ao horário escolhido para a prática da actividade recreativa, mostrava-se bastante adequado. Aproveitava-se costumeiramente a tardinha para testemunhar a “grandiosidade” da natureza. Era o momento do dia em que se percebia com intensidade a beleza do lugar, com seus aromas e brisas refrescantes.<sup>166</sup> Segundo Irineu Marinho Falcão:

*“A comunidade tinha o costume de todos os dias jantar muito cedo, porque São Bento recomendava que os monges jantassem ainda com a luz do dia. Então, depois da refeição, à tardinha, todos saíam com seus hábitos, caminhando sobre o morro, cantando, orando e conversando. Eram passeios extremamente bucólicos e agradáveis, uma espécie de saudação à beleza da natureza, com a brisa da tarde soprando do mar. Muitas vezes, a lua e alguns astros apareciam antes do final do passeio. Dava-se uma grande volta. O caminho em ambos os lados era contido por uma cerca, feita por pitangueiras, em mais de um quilómetro. Fora desse muro vegetal, havia uma grande variedade de fruteiras: goiabeiras, mamoeiros, sapotizeiros, mangueiras, frutas-pão e muitas bananeiras, nas partes mais baixas do terreno. Havia também um recanto cercado na proximidade da sacristia, onde eram cultivadas parreiras e a intimidade estava protegida (...)”*<sup>167</sup>

### Características do Espaço

Antes de procurarmos definir o desenho das cercas, é necessário tratarmos dos rossios, onde se edificavam grande parte dos complexos religiosos. As vilas e cidades brasileiras foram implantadas em parcelas normalmente advindas de doações, realizadas por donatários das Capitánias. O rossio era uma das parcelas do “termo”, anexada aos assentamentos urbanos para ser repartida em futuras expansões da malha construída. Cabia às casas de Câmara o controlo do património público,

<sup>165</sup> -“*Querem alguns, que seja palavra [Paraíso] Grega, composta de Para, que em Latim val tanto, como Juxta, & do verbo Diyo, que quer dizer Irrigo, de sorte que Paraíso, he como quem dissera Hortus irriguus. Querem outros, que Paraíso seja palavra Presiana, equivalente a Vergel; & outros derivão Paraíso do Hebraico Pardes, que quer dizer, Pomar. Por Paraíso tomado absolutamente, & sem epitheto entendemos communemente o Ceo, morada dos Bemaventurados, & eterno domicilio da gloria. Beatorum sedes, is. Fem. Aeternum Caelitium domicilium, ii. Caelum, i-Neuf”*. BLUTEAU, Raphael, Padre D. *Vocabulario portuguez e latino ...* Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXX (1720). v.VI. p. 254.

<sup>166</sup> -CF. MENDOÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a idéia*. Évora: Universidade de Évora, 1989. v.1. p. 320-321, 330. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>167</sup> -FALCÃO, Irineu Marinho. Ex-Celeireiro da Ordem Beneditina, actual Superintendente do Museu de Arte Sacra de Pernambuco. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

segundo orientações contidas nas Ordenações do Reino. Estabelecidas as prerrogativas e regras, concediam-se as terras, designadas de “datas”, a quem se interessasse por ou pudesse patrocinar serviços à Coroa e realizar benfeitorias nos ditos lugares, num prazo determinado.

A adopção das referidas práticas, além de favorecer a ocupação dos terrenos livres nas cercanias, repercutiu no compromisso de pagamento do foro ou tributo às Câmaras e do “dízimo a Deus”, pelo direito de usufruir do solo. As concessões eram acompanhadas da obrigação de “fazer quintal”, como ocorreu em São Paulo desde o século XVI. Por sua vez, nos arrabaldes distantes, a legitimação fundiária sucedia sem a necessidade de o beneficiário contribuir com impostos.<sup>168</sup>

Interessa para o presente estudo não o conhecimento das Ordenações do Reino em seu aspecto superestrutural, mas a compreensão da influência do instrumento jurídico na organização da paisagem. No sentido amplo, tais Ordenações corresponderam a um conjunto de normas, aplicadas indistintamente em todo o Império português. Deveriam ser particularizadas e regulamentadas pelas Câmaras, de acordo com a especificidade de cada lugar. Corresponderam a uma série de preceitos básicos, parcimoniosos, redundantes, sucintos, com o intuito de disciplinar o uso do solo, sendo resguardados os direitos dos foreiros, relacionados ao proveito do bem público, ao acesso dos mananciais e à garantia da privacidade. Ao que tudo indica, tais regras mereceram maior destaque sobretudo quando da elevação do povoado à categoria de vila, o que resultava em maior regularidade da forma urbana. Os primitivos núcleos passavam a ser alvo de maior aplicação das leis de carácter temporal, geralmente conjugadas às orientações estabelecidas pelas normas da Igreja.<sup>169</sup> Em tal contexto, os rossios, também designados por “recios”, “ressios” ou “rocios”, foram com frequência notados como locais propícios a novas ocupações e à realização de experiências urbanísticas.<sup>170</sup>

Diante das interpretações verificadas, fica evidente a afirmação da condição urbana, o que nos remete ao século XIII. De acordo com as aspirações económicas da Alta Idade Média, as cidades e as vilas buscavam se afirmar como centros de comércio e trocas, tornando-se atractivas para muitos interessados, inclusive para as ordens mendicantes.<sup>171</sup> Naquela época, os rossios

---

<sup>168</sup>-Cf. TAUNAY, Affonso de Escragnoille, Visconde. São Paulo nos primeiros anos (1554-1601): ensaio de reconstrução social. [Tours: E. Arrault et Cie], 1920. p. 100. *Apud*: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1968. p. 112-113.  
Cf. TAUNAY, Affonso de Escragnoille, Visconde. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1954. p. 17. *Apud*: *Idem. Ibidem*.

<sup>169</sup>-MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991. p. 11, 30, 55-56.

<sup>170</sup>-Os Rossios também foram considerados “logradoiros” ou logradouros, vocábulos que advêm do acto de desfrutar, fruir, gozar ou lograr um determinado local, assim como seus congéneres americanos e europeus, exemplificados através dos *greens* norte-americanos, do *commom* de Boston em Beacon Hill, dos *commons* ingleses, do *demanio del comune* italiano, do *ejido* espanhol, das *terres communex* francesas e do *wurfplatz* alemão.  
MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 55-56.

<sup>171</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 29-30. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

passaram a ser tratados como locais estratégicos pelas congregações religiosas que, apesar de se manterem reticentes com relação à “urbe”, não a desprezavam, dadas as oportunidades de ali captar recursos, inclusive através da venda de produtos hortifrutícolas em mercados locais. Todos os esforços empreendidos eram válidos, tendo-se em vista o sustento das moradias conventuais.

Supomos, assim, que os complexos monásticos estivessem mais concentrados nos arrabaldes, ao longo da rede viária, em lugares reservados e favorecidos pela presença de mananciais e solos férteis, aspectos levados em conta na construção desses complexos. Isso marcou a implantação do Colégio Jesuíta e do Mosteiro Beneditino de Nossa Senhora da Assunção, nas cercanias de São Paulo, respectivamente, nos séculos XVI e XVII. Ambos os conjuntos foram inseridos nas confluências dos rios Anhangabaú e Tamandateí, em situações de fisiografia relevantes.<sup>172</sup> As vias eram ali sempre bem vindas, desde que não devassassem a clausura ou prejudicassem a privacidade no interior das cercas, como aconteceu no mosteiro beneditino, anteriormente referido, o que resultou na mudança da trajetória do “Caminho do Guarê”, realizada no ano de 1630.<sup>173</sup> Normalmente, os percursos estavam dispostos nas cumeadas ou encostas, constituindo-se em referências básicas na escala do território.

Os conventos e os mosteiros foram elementos polarizadores do desenho urbano. Esta constatação leva-nos a considerar a influência dos conjuntos religiosos no ordenamento e na posição de largos, praças e terreiros, além de nortear o desenvolvimento de caminhos na malha edificada.<sup>174</sup> Nesse âmbito, a Porta “do Carro” (de boi) era o principal acesso de ligação da cerca com o espaço público. Tal Porta constituía uma referência simbólica, tanto na realidade portuguesa<sup>175</sup> quanto na brasileira, sendo geralmente executada com esmero e requinte no muro externo, o que a tornava diferenciada perante outras aberturas. Destacava-se ainda por suas dimensões, facto identificado nos Mosteiros de São Sebastião, em Olinda (1733/1736, 1760/1763), e em Salvador (1652/1740), cuja

<sup>172</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 270.

LIMA, Angelo do Sacramento, Frei. Para o registro e diário do Mosteiro seu autor- 1766. In: DOCUMENTOS do Archivo do Mosteiro de São Bento de São Paulo. Tours: Imprimerie E. Arrault et Cie, 1914. p. 35-52. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 678. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>173</sup>-LIVRO do Tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo. São Paulo: /s.e./, 1977. p. 3. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 677.

<sup>174</sup>-Cf. TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 88, 218-219, 222-224.

<sup>175</sup>-Cf. ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.I. p. 157.

Cf. MATA, Aida Reis da. “Fragmentos do Mosteiro de São Martinho de Tibães”. *Património/Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, nº 2, p. 83, 2002.

Cf. XAVIER, António Manuel Mateus. *Das cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade: contributo para a definição de uma política de recuperação*. Évora: Universidade de Évora, 1998. p. 22-29. Dissertação de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. (Texto policopiado).



portada possuía 11 palmos de largura (2,42 metros), por 16 palmos de altura (3,52 metros).<sup>176</sup> Em termos prático-utilitários, a mencionada passagem permitia o controlo do ingresso de mercadorias e pessoas ao interior da cerca, estabelecendo articulação directa com as hortas e os pomares, habitualmente organizados no terço médio ou inferior das encostas, onde havia fartura de água.

Em termos do espaço urbano, podemos ainda caracterizar as cercas monásticas segundo a dimensão fundiária, o que não é tarefa fácil, perante à escassez de informações sobre o assunto. As referidas parcelas eram, supostamente, maiores do que as hortas propriamente ditas, localizadas nas cercanias. Para termos noção de alguns valores identificados, destacamos as áreas dos seguintes mosteiros: o de Nossa Senhora do Desterro, na cidade de Santos (1650), com cem braças em quadra (4,84 ha), o de Nossa Senhora do Desterro, em Santana de Parnaíba, com trezentas braças em quadra (43,56 ha), e o de São Sebastião, na Bahia, que chegou a medir 12,5 ha, no século XVII.<sup>177</sup> O Mosteiro de Santana, em Jundiá (1766/1770), tinha 980 palmos de testada, ou 216 m, tendo “de comprido” faixa de terra que ia até o rio Anhangabahú. Apesar de não ter sido explicitada a área dessa propriedade, certamente ocupava ela terreno extenso, assim como o Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo.<sup>178</sup> A respeito do Noviciado Jesuíta de Giquitaia, implantado em lugar “aprazível”, distante meia légua da cidade de Salvador, ele correspondia a um complexo construído de 500 palmos ou 110 m de comprimento, por 350 palmos ou 77 m de largura, o que equivalia a 0,85 ha. Continha uma cerca “grandíssima, com cristalinas águas, muita largueza e comodidade para arvoredos, hortas, todas as plantas e flores”.<sup>179</sup>

<sup>176</sup>-ADB-CSB. Códice 136. Mosteiro de São Sebastião da Bahia I, 1652-1740. f.195-196. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 281. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

ADB-CSB. Códice 138. Mosteiro de São Bento de Olinda I, 1657-1756. p. 233. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 422. ANUNCIACÃO, Miguel Arcanjo da, Frei. *Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda até 1763*. Recife: Imprensa Oficial, 1940. p. 136. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 423.

<sup>177</sup>-ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. *A vila e a fé: Santos e a Ordem de São Bento do século XVI ao XVIII*. 1980. p. 332. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* p. 727. Cf. LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 275-276, 720.

<sup>178</sup>-ADB-CSB. Códice 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant'Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 73. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 823. Cf. LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 677.

<sup>179</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 146.

Refiram-se ainda outros dois exemplos: o do Colégio Jesuíta de São Luis do Maranhão (1622) e o do Recolhimento do Caraça (1817). Esse Colégio possuía 40 braças em quadra (0,77 ha), mais as terras adquiridas ao redor. No caso do Recolhimento, em Minas Gerais, tratava-se de uma extensa propriedade rural, com menos de uma légua em quadra, “onde se cria[va] gado e cultiva[va] centeio”, e cuja gleba abrangia aproximadamente 3.600 ha.

Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, fundações e entradas, séculos XVII-XVIII*. Lisboa: Livraria Portugalã; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943a. Tomo III. p. 119.

Cf. CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo I. p. 365. (Impressão Régia feita em 1817).

No que se refere às cercas dos Conventos Capuchos da Piedade, localizados a sul do Tejo, estudados por António Xavier, constatou-se que a maioria das respectivas cercas apresenta valores actuais inferiores a 5 ha.<sup>180</sup> A verificação desses dados permite-nos situar o Hospício da Terra Santa, em Ouro Preto,<sup>181</sup> possivelmente construído na década de 1730, como uma grande propriedade da Província Franciscana da Conceição do Brasil.<sup>182</sup> O imóvel, apropriado pelo domínio particular, tem área estimada de 4 alqueires [mineiros], o que corresponde a aproximadamente 19,36 ha.<sup>183</sup> Tal conjunto foi implantado de acordo com as regras monásticas, mantendo-se completamente reservado, em lugar contido, no terço inferior de uma encosta envolvida por mata, onde havia mananciais, utilizados para abastecer fontes e tanques dos jardins contíguos à sede e cuja aparência faz lembrar uma moradia rural. As construções ainda vigentes no lugar nos permitiram identificar traços da comunidade religiosa que ali permaneceu até meados do século XX. Os registos mantidos conseguem seduzir olhares e fazer lembrar os preceitos seguidos, baseados na mística do eremitismo e da vivência contemplativa na e com a natureza, essências do pensamento cristão igualmente identificadas em Portugal. Constatar a ocorrência de todas essas marcas torna-se importante, levando-nos a perceber como os congregados dessa e de outras ordens favoreceram a transmissão de valores culturais.<sup>184</sup>

<sup>180</sup>-Cf. XAVIER, António Manuel Mateus. *Das cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade: contributo para a definição de uma política de recuperação*. Évora: Universidade de Évora, 1998. Fichas de Inventário. Dissertação de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. (Texto policopiado).

<sup>181</sup>-Convém esclarecer que os hospícios eram residências religiosas que funcionavam como casas de repouso e enfermarias para frades mendicantes e missionários. Durante o século XVIII, passaram a desempenhar o papel de seminários, como o Hospício Jesuíta de Aquirás, fundado em 1721 para o desenvolvimento das Capitâneas do Ceará e Piauí. Foi o primeiro estabelecimento religioso na região, onde se ensinaram humanidades e latim. Porém os termos educandário, hospício, recolhimento, santuário e seminário foram empregados como alternativas à existência de conventos e mosteiros.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, fundações e entradas, séculos XVII-XVIII*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943a. Tomo III. p. 73-75, 80-81.

Na Capitania de Minas Gerais, o ciclo do ouro resultou numa administração particularizada do Reino, que fez a diferença em relação a outros centros de interesse do Brasil. Uma das medidas mais polémicas, em tal domínio, foi a proibição da entrada de Ordens Primeiras, o que repercutiu na ausência de conventos e mosteiros na paisagem local. A medida tomada tinha a finalidade de evitar os “descaminhos” de riquezas extraídas de lavras abertas, o que não significou ausência de moradias eclesiásticas, como se pode constatar com o Palácio do Bispo e o Seminário, na cidade de Mariana, o Educandário de Nossa Senhora das Dores, em Diamantina, o Recolhimento do Caraça, em Santa Bárbara, igualmente designado por Santuário ou Seminário, e o Recolhimento Feminino de Nossa Senhora de Macaúbas, na proximidade da cidade de Santa Luzia, dentre outros estabelecimentos.

<sup>182</sup>-CONCEIÇÃO, Apolinário da, Frei capucho da Província da Conceição do Estado do Brasil. *Claustro Franciscano, erecto no domínio da Coroa Portuguesa, e estabelecido sobre sobre dezesseis venerabilíssimas columnas. Expõem-se sua origem e estado presente. A de seus conventos, e mosteiros, annos de suas fundações, número de hospícios ... tanto em Portugal como em suas conquistas. Dedicado à sacra, real, augusta Magestade del Rey D. João V Nosso Senhor*. Lisboa Occidental: Officina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1740. p. 107.

Existem divergências com relação ao período de fundação do Hospício da Terra Santa, em Ouro Preto. Segundo pesquisas feitas por Geraldo Morais, os franciscanos instalaram-se em Vila Rica no ano de 1735, onde construíram o denominado “Hospício Hierolimitanum”.

MORAIS, Geraldo Dutra de. “Esta é uma devassa no passado de Ouro Preto”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 5 de Junho 1974, 2ª secção. p. 1. *Apud*: SIMÕES, Josanne Guerra; FURTADO, Júnia Ferreira. *Ouro Preto revisitada: roteiro histórico de seus monumentos esquecidos*. Belo Horizonte: Conselho de Extensão Universidade Federal de Minas Gerais, 1981. p. 61-62.

<sup>183</sup>-VILELLA, Ivete Martins. Moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

<sup>184</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 101-107.

Com base nos dados recolhidos, podemos concluir que o tamanho dos complexos religiosos variava, sobretudo de acordo com a localização geográfica. Quanto mais próximo dos assentamentos urbanos, menores eram seus terrenos, resultando isso em cercas mais compactas e protegidas por muros, que tinham por finalidade manter a privacidade dos congregados. Também se demonstra através dos registos apurados, em fontes variadas, de diferentes regiões brasileiras e em diferentes momentos da história, como foi marcante o impacto provocado pelo crescimento da malha edificada nos subúrbios, processo que afectou sobremaneira a integridade da maioria dos conjuntos anteriormente mencionados.

Muitas vezes, os religiosos eram obrigados a alienar parcialmente seus bens, devido à existência de demandas públicas, fundamentadas nos mais diversos interesses, como aconteceu desde os séculos XVII/XVIII, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador. Os arredores de ambas as cidades eram ocupados inicialmente por pequenas sesmarias, que foram alvo de intensos parcelamentos, o que resultou no surgimento de novas tipologias do património paisagístico, como as chácaras. De maneira geral, isso sucedeu indistintamente em grande parte do Brasil, provocando rupturas em extensas glebas pertencentes a congregações monásticas.<sup>185</sup>

As cercas religiosas começaram a ser mais seriamente afectadas com a abertura de arruamentos, principalmente no século XIX, a exemplo do que ocorreu no Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat (1843), no Rio de Janeiro.<sup>186</sup> Em outras situações, a falta de habilidade dos congregados para administrar os próprios bens, aliada à constante necessidade de fazer “rendas”, resultaram em atropelos e diminuição dos limites dos conjuntos religiosos. À medida que as cercas passavam a ser envolvidas pela malha urbana, seus limites tornavam-se cada vez mais fasquiados, e os terrenos disponibilizados logo eram ocupados com casas, cedidas ou arrendadas a terceiros. Nem sempre o património constituído revertia em benefícios para os cessionários. Tais acontecimentos não passaram despercebidos na ótica dos Visitadores, como ficou evidenciado nas palavras do Padre José Amaral, a respeito do Mosteiro Beneditino (1862), em Sorocaba:

*“As contendas porém, desde remotos tempos o Senado da Camera desta cidade quasi não tem cessado de mover contra o Mosteiro por motivo dos terrenos que fazem o seu patrimonio e a incuria de alguns Prelados, ou a fraqueza com que se deixavam atemorissar á visita de pretensões injustas, forão causa de virem a perder-se, ou tornarem-se duvidosas por efeito de reiteradas contestações, e das composições e cessões, a que elas deram lugar não*

---

<sup>185</sup>-Cf. LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. v.I. p. 519. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

Cf. LEITE, Serafim, Padre. *Fazendas e engenhos jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945c. p. 201-205. (Separata da revista *Verbum*, Tomo II, fasc. 2, Jun. 1945).

Cf. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1968. p. 116-121.

<sup>186</sup>-Cf. LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 524.

*pequena parte das possessões mais antigas do Mosteiro, e ao mesmo tempo estimular-se a cobiça de muitos particulares, que uma vez empossados das terras e sítios de S. Bento, observando a pouca valia com que os Religiosos defendiam os seus direitos, recusaram a satisfazer as obrigações dos aforamentos (...)*<sup>187</sup>

### Limites e Vedações

As cercas monásticas eram lugares eminentemente marcados por dois aspectos: pelo alto grau de descontinuidade física perante a paisagem e pela compartimentação do espaço interno. As suas diversas subunidades, apesar de articuladas entre si, mantinham-se bem definidas e delimitadas por muros, sebes e valas.

Com base na bibliografia consultada, nota-se que, na da segunda metade do século XVII e ao longo do XVIII, ocorreram os primeiros surtos de expansão da malha edificada em cidades como Belém, Rio de Janeiro e Salvador, sendo prioritária a necessidade de garantir o isolamento e a privacidade em conventos e mosteiros. Observa-se a incidência de tais mudanças na paisagem a partir da realização de um grande número de obras, mais particularmente, de construções e reconstruções de muros externos. As justificativas fornecidas traduziam as mesmas preocupações: evitar que as cercas se tornassem locais devassados e “devassos” ou mesmo que a propriedade fosse alvo de constantes roubos de animais e hortaliças. Foram motivos, com frequência, assinalados na realidade quotidiana das moradias religiosas, sendo identificados no caso dos Mosteiros de Nossa Senhora da Assunção (1808/1813), em São Paulo, de Nossa Senhora do Monte Serrat (1648/1652), no Rio de Janeiro, e de São Sebastião (1764/1800, 1840), na Bahia.<sup>188</sup>

Delimitar e vedar eram demandas prementes nas parcelas hortifrutícolas. Nas cercas monásticas, utilizavam-se os muros como um dos principais recursos para separar o sagrado do profano, além de proteger os cultivos efectuados. Para melhor compreendermos os recursos construtivos adoptados na demarcação dos conjuntos existentes, vejamos relato do Padre [Inácio de Azevedo] (1568) sobre o assunto:

*“Em todas as cazas, donde os nossos fazem residencia, tenham sua cerca, de maneira que não entrem as indias dentro, e quando forem as cercas grandes que não se podem assi cercar por todas as partes, far-se-há huma mais pequena que se cerque bem por onde não possam entrar como será em S. Vicente, no Spritu Sancto e na Baya, como já ficou começado, e nos*

<sup>187</sup>-AMSBBA. Pasta 34. Documentos velhos avulsos, sobre diversos temas. f.02v. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 788-789. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>188</sup>-ADB-CSB. Códice 134. Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat do Rio de Janeiro I, 1623-1748. p. 28. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 519.  
ADB-CSB. Códice 137. Mosteiro de São Sebastião da Bahia II, 1764-1800. p. 241. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 282.  
AMSBBA. Códice 92. Livro de Visitas dos Mosteiros da Congregação Beneditina do Brasil, século XIX. f.33. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 283.  
AMSBSP. Códice 21. Estados do mosteiro de São Paulo, século XIX. f.45v. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 681.

*Ilheos, e assi nas mais partes onde ouver falta; e nas cerquas grandes tão pouco entrem molheres nem alimpá-las. E quando não ouver homens que o fação pode-se fazer partido com algum homem de fora que prante e alimpe a cerca com sua gente, ora sejam homens, ora molheres juntamente em poucos dias tendo serventia por outra parte e não por nossa caza. Assi mesmo a portaria estê sempre fechada, com aver quem tenha carregado della, ainda que não haja mais que dous em caza. Também as grades da Igreja estem sempre fechadas com chave (...)*<sup>189</sup>

As descrições das cercas, segundo os registos, contribuem para esclarecer sobre os diversos subespaços que faziam parte de suas respectivas estruturas. Os muros ainda como no Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação (1759/1769), em Sorocaba, serviram de suporte ao apoio da cobertura da enfermaria, da ferraria, da senzala e do galinheiro, dispostos ao redor do terreiro “comum”.<sup>190</sup> O aproveitamento dos muros era uma prática recorrente, no sentido de orientar a distribuição de caminhos, edificações e serviços, no interior das cercas. A respeito dos caminhos, eram delineados a partir de canteiros e latadas, como foram notados no conjunto acima referido.

Quanto à execução dos muros, a prática de erguê-los dependia do conhecimento técnico de quem os construía, além da disponibilidade de mão-de-obra e matéria-prima. A altura podia variar entre 18/ 15/ 10/ 7 palmos, equivalendo a 3,96/ 3,30/ 2,20/ 1,54 metros, com espessura de 2 palmos de “grosso”, ou seja, 0,44 metro, no caso da vedação de taipa de pilão, vedação que ainda poderia ser feita de pedra e barro ou de pedra e cal.<sup>191</sup> Na maioria das vezes, os muros eram capeados na fiada superior com telhas cerâmicas ou com capim, visando à conservação das paredes erguidas, principalmente as de barro.<sup>192</sup> As vedações serviam ainda para delimitar criatórios, igualmente contidos por valas, evitando que os animais domésticos circulassem a esmo no interior das parcelas hortifrutícolas, assunto tratado nos documentos dos Mosteiros de Nossa Senhora da Assunção (1792/1795), em São Paulo, de Nossa Senhora do Desterro (1736/1741), em Santana do Parnaíba, e de São Sebastião (1733/1736), em Olinda.<sup>193</sup>

<sup>189</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae IV (1563-1568)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Ieju], 1960. p. 487.

<sup>190</sup>-LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 790. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

ADB-CSB. Códice 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant’Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 114. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 790-791.

<sup>191</sup>-ADB-CSB. Códice 141. Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat da Paraíba, 1651-1793. p. 295. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* 2002. v.I. p. 636.

ADB-CSB. Códice 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant’Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 114, 73. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 790-791, 823.

AMSBRJ. Códice 1161. Dietário. p. 98. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 523.

<sup>192</sup>-ADB-CSB. Códice 144. Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de São Paulo, 1730-1792. p. 60-61. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 679.

LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 790-791.

<sup>193</sup>-ADB-CSB. Códice 138. Mosteiro de São Bento de Olinda I, 1657-1756. p. 138. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* 2002. v.I. p. 422.

Com relação aos valados e às valas, eles foram da mesma forma que os muros, essenciais para a organização das cercas. Eram dispostos de modo a drenarem trechos em zonas húmidas, onde eram cultivadas as hortas. Tinham por finalidade escoar águas pluviais e servidas, evitar roubos e impedir o avanço de formigas. Tais situações, notórias na realidade colonial, acham-se destacadas nos registos dos Mosteiros de São Sebastião (1780/1783) e de Nossa Senhora da Graça (1778/1781), em Salvador, e do Seminário Jesuíta (c.1717), em Cachoeira da Bahia.<sup>194</sup> Na impossibilidade de se erguerem vedações robustas ao longo de extensas parcelas, as valas demarcavam os limites de propriedades localizadas nos arrabaldes ou no meio rural, ficando bem visíveis pelas dimensões que ocupavam. Nos Mosteiros de Nossa Senhora da Assunção (c.1760/c.1766), em São Paulo, foram abertas com 10 palmos de largo (2,20 m) e no de Nossa Senhora de Santana (1766/1770), em Jundiá, com 12 palmos de boca (2,64 m), por 11 de profundidade (2,42 m), estendendo-se em linhas contínuas.<sup>195</sup> Nesse contexto, as cercas ficavam bem definidas e protegidas, podendo as valas, que delimitavam toda a área, serem delineadas com sebes, o que de certo modo resguardava a vida claustral, sem que ocorressem rupturas na paisagem, ao contrário do que acontecia com a construção de muros.

Também as sebes constituíram recurso alternativo para conter ou delimitar as moradias religiosas. No Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro (1751/1755), em Santos, plantaram-se árvores de espinho, a fim de impedir a invasão de gado, o que ampliava a espacialidade do local. Na maioria das vezes, a construção de latadas e o plantio de citrinos junto a muros ou ao redor de valas e valados contribuía para o enriquecimento da ambiência nos recintos criados, tornando-os lugares aprazíveis, como nas hortas/pomares dos Mosteiros de Nossa Senhora da Visitação (1769/1783), em Sorocaba, de Nossa Senhora do Monte Serrat (1648/1652), no Rio de Janeiro e de São Sebastião (1717/1720), em Olinda, cujos espaços eram cingidos por laranjeiras.<sup>196</sup> Além

---

ADB-CSB. Códice 144. Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de São Paulo, 1730-1792. p. 61, 122. LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 679. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

ADB-CSB. Códice 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant'Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 14. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 771.

<sup>194</sup>-AMSBBA. Códice 338. Estados dos Mosteiros de São Sebastião, de Nossa Senhora da Graça, de Nossa Senhora do Monte Serrat do Rio de Janeiro, de Nossa Senhora de Monte Serrat da Parnaíba e de Nossa Senhora do Desterro de Santos, século XVIII. f.44v, 132v. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 281-282, 882.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais*, séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 190-191.

<sup>195</sup>-ADB-CSB. Códice 144. p. 61. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 679.

ADB-CSB. Códice 145. p. 73. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 823.

<sup>196</sup>-ADB-CSB. Códice 134. Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat do Rio de Janeiro I, 1623-1748. /s.p./ *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* 2002. v.I. p. 519.

ADB-CSB. Códice 138. Mosteiro de São Bento de Olinda I, 1657-1756. p. 140. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 422.

de serem locais que favoreciam a introspecção e a vivência contemplativa de seus fruidores ou utentes, destacavam-se pela espontaneidade do desenho, pautado especialmente por atributos da vegetação e dos sistemas hidráulicos existentes.

### Jardins

Diante da escassa bibliografia, procuramos suprir lacunas de conhecimento a partir do uso de método comparativo, levando-se em conta aquilo que tem sido pesquisado na realidade portuguesa. Procedendo dessa maneira, percebemos as cercas monásticas como um todo integrado. O todo, de acordo com a cultura vigente, abrangia edifícios, hortas/pomares, jardins e reservas de mata nativa, além de campos ou pastagens, normalmente referenciados em propriedades situadas nos arrabaldes. Tais subespaços, que constituíam a base do desenho das cercas, apresentavam-se com variações formais a depender dos valores de seus proprietários e das condições biofísicas de cada sítio. Os conjuntos formalizados eram lugares múltiplos e funcionalmente diversos, marcados por compartimentações, contraposições e imbricações.

Na realidade portuguesa, António Xavier, ao estudar os Conventos Capuchos da Província da Piedade, identificou dois tipos semelhantes de espaço, o horto de recreio e o Jardim de Jericó,<sup>197</sup> também presentes no Brasil. Ali os hortos eram maiores, sendo marcados pelo carácter lúdico/ornamental, de forte apelo metafórico, aspecto extensivo a todos os seus componentes, inclusive às plantas ornamentais usadas para guarnecer altares, capelas e oratórios. Segundo a tradição lusíada, os hortos de recreio mostravam-se como lugares extrovertidos e de destaque, permanecendo vinculados a concepções modernizantes. Na maioria das vezes, encontravam-se nas adjacências dos edifícios, mais particularmente das varandas, proporcionando uma multiplicidade de vistas, favorecendo a contemplação por parte de seus utentes.

Com referência aos jardins de Jericó, foram tratados como intervenções formalizadas com grande simplicidade, sendo essenciais, da mesma maneira que os hortos, para a vivência mística. Simbolicamente, estavam associados à prática da peregrinação, prefigurando-se como pequenos oásis ou pontos culminantes de exercícios religiosos, que faziam alusão à chegada dos Hebreus na Terra Prometida.<sup>198</sup> Nos conventos e mosteiros portugueses, todos os locais tinham razão de ser,

---

ADB-CSB. Códice 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant'Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 114. *Apud*: LINS, Eugénio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. v.I. p. 790-791. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>197</sup>-XAVIER, António Manuel Mateus. *Das cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade: contributo para a definição de uma política de recuperação*. Évora: Universidade de Évora, 1998. p. 62. Dissertação de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. (Texto policopiado).

<sup>198</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 63-64.

até mesmo aqueles de menores dimensões, extremamente ricos de significados e valores individuais, como os jardins ou os “hortulus”, observados nas celas dos Conventos de Santa Maria *Scala Coeli*, da Cartuxa de Évora, e de Santa Cruz do Buçaco (1628-1712).<sup>199</sup>

Os jardins ou os hortos de recreio eram balizados pelo desenho artificioso, onde sobressaíam atributos da água e da vegetação, o que tornava evidente a transitoriedade de fenómenos naturais, dentre eles, os aromas, as cores, as luzes e as sombras. Certamente, em locais de topografia pouco acidentada ou plana, esses subespaços mostravam-se menos compartimentados, como no complexo missioneiro de São João Baptista, uma das trinta reduções jesuítas assentadas em terras argentinas, brasileiras e paraguaias, facto observado a partir de representação feita por Hemérito da Silveira, com base em evidências arqueológicas ainda existentes no local.<sup>200</sup>

As informações citadas levaram-nos a compreender o conjunto da Casa ou Palácio do Bispo ou da Olaria, residência episcopal situada no bairro das Chácaras, em Mariana, cidade elevada a sede do bispado da Capitania de Minas Gerais, em 1745. Considerando as informações apuradas, temos a convicção de que a referida moradia foi um lugar especial, até mesmo para os estrangeiros, que costumavam identificar tal conjunto, durante o século XIX, através do horto de recreio nele existente, implantado durante a administração do bispo Dom Frei Cipriano de São José, frade franciscano do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Arrábida, nomeado em 1797, conforme mencionado anteriormente.<sup>201</sup>

Para o comerciante inglês John Luccok, residente no Brasil (1808-1818), aquele conjunto sobressaía ao longo do vale onde estava inserido, em particular ao ser observado do morro de São Pedro.<sup>202</sup> De acordo com os relatos de Spix e Martius (1817-1820),<sup>203</sup> tratava-se de um pomar ou viveiro de espécies europeias “bem cuidado”, comentário por demais redutor se comparado à opinião de outro naturalista, o francês Auguste de Saint-Hilaire (1816-1822). Suas palavras ressaltaram a distinção do lugar: “(...) Tinham-me gabado muito seu jardim, e, efetivamente, das

<sup>199</sup>-ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 130.

CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. “*Desertum, claustrum e hortus*: os horizontes do jardim cartusiano”. *Monumentos*: Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 10, p. 20-22, Mar. 1999.

<sup>200</sup>-Possivelmente, o trabalho desenvolvido por Hemérito José Veloso da Silveira não considerou outras fontes de informação além daquelas verificadas no levantamento de campo. Veja-se, no volume II, a figura nº 70.

Cf. “MAPAS Y PLANOS referentes al VIRREINATO DEL PLATA conservados em el ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, por JOSÉ TORRE REVELHO, jeve de investigaciones en Europa, BUENOS AIRES 1938”. In: SEPP S.J., António, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951]. p. 249.

<sup>201</sup>-LIMA, José Arnaldo Coêlho de Aguiar. *Palácio da Olaria*. /s.n.t./ 2001. p. 7. (Texto inédito).

<sup>202</sup>-LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil; tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, [1951]. p. 339-340.

<sup>203</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 330. (Edição alemã: 1823).



elevações próximas, pareceu-me desenhado com regularidade, e ser maior e mais bem tratado que todos os outros que vira no resto da província (...)”<sup>204</sup>

Tal constatação não pareceu ser exagero, como atesta o “prospecto [aguarelado] da Caza e Chácara Episcopal vista de uma janela do Seminário (...)”, de autoria do Padre José Joaquim Viegas de Meneses (1809).<sup>205</sup> Tomando como base a mencionada estampa, é possível tecermos algumas considerações a respeito da qualidade do desenho elaborado. Partindo do pressuposto de que a Casa do Bispo não era uma simples referência arquitetônica, buscaremos contextualizar seu horto de recreio à luz dos princípios de ordem vigente em Portugal, em particular nos séculos XVII e XVIII.

No período em questão, houve maior tendência ao traçado formalista e à regularidade nas composições executadas, com o sentido de melhor orientar os caminhos, valorizar os canteiros e suas molduras, o que certamente aconteceu no caso do citado horto com o ordenamento do componente vegetal. Nesse jardim, sobressaía a adoção do partido de estrutura biaxial ortogonal, aspecto observado especialmente em dois locais, na proximidade do edifício. Essa mesma regra ficou patente no desenho de um outro jardim, o do Convento de São José, localizado nas adjacências da cidade de Belém do Pará, cujas terras, antes de serem doadas à Fazenda Real por Hilário de Souza, pertenceram aos religiosos da [Província] de Nossa Senhora da Piedade, expulsos da Capitania do Pará em 1758. O lugar se celebrou por se ter tornado o primeiro Horto Botânico do Brasil em 1798, em decorrência da Carta Régia de 4 de Novembro de 1796, que instituiu a política do governo português, orientada para a criação de estabelecimentos destinados à propagação de plantas úteis. Convém salientar a permanência da antiga estrutura do Convento até o início do século XIX, quando foi registrada por Antônio Ladislau Monteiro Baena, em seu ensaio corográfico (1839), da seguinte maneira:

*“O Horto Botânico (...) é um espaço quadrado de cinquenta braças [cerca de 110 m] em cada quadra nas terras de São José (...) todo cingido de valado com tapume vivo e limão, cujo centro um poço ocupa com parapeito de alvenaria, que o contorna; o qual era coberto por um grande teto de telha acoruchado, e do qual por meio de uma bomba se fazia irrigação das plantas. Da casa deste poço pavimentada de ladrilho vermelho e alvo e guarnecida de poais partes renques de plantas domésticas e forasteiras já aclimatizadas, que se cruzam com outras, e dentro dos quadriláteros, que elas formam, existem latadas e bosquetes de várias flores, que em torno adereçavam o espaço interior, e também algumas drogas necessárias ao homem que prova desmancho na saúde (...)”*<sup>206</sup>

<sup>204</sup>-SAINT-HILAIRE, Auguste (1779-1853). *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 79. (Edição francesa: 1830).

<sup>205</sup>-Cf. TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Estudo Introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998. p. 341. (Foto: Tibério França). O prospecto original da Chácara do Bispo (1809) encontra-se no Museu Arquidiocesano de Mariana. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 92-93.

<sup>206</sup>-BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio corográfico sobre a província do Pará por... Pará: Typografia de Santos & Menor, 1839. p. 255-6. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 114-116.

O tipo de espaço percebido nas duas situações comentadas ajustava-se aos procedimentos adoptados nos setecentos, com referência à disposição dos jardins na proximidade das edificações, em especial de eirados e varandas, situação notadamente prestigiada na cultura ibérica, merecendo menção na obra do Frei Miguel Agustín, em seu *Libro de los Secretos de Agricultura, Casa de Campo y Pastoril* (1742).<sup>207</sup> Assim, no contexto da cidade de Mariana, foi oportuna a intervenção arquitectónica supostamente atribuída ao mestre português José Pereira Arouca (?-1795),<sup>208</sup> no tocante à construção do terraço na Residência do Bispo, em local com vista para o pomar, onde posteriormente foram executados os jardins, que vieram reforçar a sensação de espaço contínuo na citada chácara, infelizmente bastante degradada na actualidade.<sup>209</sup>

Com relação à temática dos hortos de recreio nos conjuntos religiosos, também ela pode ser avaliada sob o ponto de vista do cultivo das espécies utilitárias, exóticas e raras em seus domínios. A análise da correspondência do Arcebispo da Bahia, D. Joaquim Borges de Figueiroa, endereçada a Martinho de Mello e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, datada de 14 de julho de 1774, revela a preferência demonstrada pelo citado religioso na obtenção de mudas de cafeeiro, caneleira e jaqueira, a serem plantadas no “jardim” de sua residência. Com base no conteúdo de outra correspondência enviada ao citado Secretário de Estado em 3 de fevereiro de 1786, D. Rodrigo José de Meneses, Governador [da Bahia], constata-se que o pomo da jaca servia de “sustentação da plebe desta Capitania, na falta do necessário sustento, e a experiência tem demonstrado que he bastantemente substancial”.<sup>210</sup> São dados que ajudam a balizar o tema em questão, onde também se destacavam outros subespaços, como as hortas, os pomares e as matas, que se mantinham em harmonia com a topografia de cada lugar.

### Hortas, Pomares

As hortas e os pomares eram formalizados a partir de princípios funcionais e produtivos. A difusão de tais princípios transformava as cercas em lugares que se destacavam, aspecto evidenciado na foto feita por Marc Ferrez, do Convento de São Francisco (1884), na Bahia. Observa-se a imagem de uma grande horta na parte baixa do terreno, na vizinhança da rua da Vala.<sup>211</sup> Nas zonas

<sup>207</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 211. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>208</sup>-LIMA, José Arnaldo Coêlho de Aguiar. *Palácio da Olaria*. /s.n.t./ 2001. p. 6, 15. (Texto inédito).

<sup>209</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 94-97.

<sup>210</sup>-ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo II. p. 281. Tomo III. p. 8.

<sup>211</sup>-FERREZ, Marc. “Foto tirada do convento de São Francisco, vendo-se a horta dos frades, a rua da Vala, a ladeira da praça, a praça dos Veteranos (...). Albuén, 15,7 x 21,4 cm, 1884”. In: FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro: Kosmos; [Salvador]: Banco da Bahia Investimentos, 1989. p. 136.

Veja-se, no volume II, a figura nº 68.

húmidas, as valas permaneciam abertas, com a finalidade de definirem limites, drenarem água e possibilitarem melhores condições de produção, como deveria acontecer em diversos outros conventos. No caso, sobressaíam as latadas junto ao muro divisório, e a propagação de bananeiras em um dos limites da parcela cultivada. Com referência ao plantio de bananeiras, seja no meio rural ou urbano, era prática comum para a demarcação do espaço, a obtenção de alimentos e a retenção de água no solo, motivo pelo qual tal plantio era, com frequência, notado ao redor dos mananciais.

Circunstâncias análogas podem ser percebidas nos registos da cerca do Mosteiro de São Sebastião (1663/1666), também na Bahia, lugar beneficiado pela disposição de um “formoso” bananal junto ao poço, facto acompanhado da expansão da horta sobre o brejo, por meio da abertura de muitas valas e a realização de aterros, iniciativas que culminaram com o plantio de cidreiras, laranjeiras-da-china e limoeiros.<sup>212</sup> No século XVIII (1780/1783), nesse mesmo local, foram realizadas mais obras, com o intuito de ampliar o espaço produtivo, cuja iniciativa ficou assinalada nos seguintes termos:

*“Com excessivo trabalho de applicação, e disvelo, desbaratou-se na cerca do Mosteiro o matto agreste, de que se via cuberta, alimpou-se, plantou-se, e replantou-se, de vários generos de legumes, e de outras verduras mimosas, e uteis. Em o seo terreno inferior, baixo, e plaino, em que as aguas, que a elle descerão dos altos, o fazião representar, não orta antiga que tinha sido, sim hua lagoa em partes com oito, em partes com nove palmos de fundo, ahi se restabeleceo, e plantou hua vistoza, e agrazível orta. Foi necessario para esse fim fazer-se hum notavel aterro, desmonstar as fraldas dos oiteiros, de hum, e de outro lado em grande espaço, comprimento, e altura, indireitar-se alargar-se, aplainar-se, e por fim rodear-se todo campo com uma valla funda, que se fez receptáculo das aguas, que ali o inundavão, evitando-se por este modo a praga das formigas, que destroem todas as plantas na nossa cerca. Esta orta assim plantada já abunda ao Mosteiro de couves, e de outras qualidades da ortalice que se tem vendido, (...)”*<sup>213</sup>

Além do aspecto da produção, vinculado ao cultivo de hortas e pomares, tais parcelas tornavam-se ainda valorizadas pelas respectivas qualidades ambientais, a saber, cores/nuances, luzes/sombras, odores, sabores. Os ditos atributos favoreciam a vivência contemplativa nesses lugares, de carácter simbólico. O espaço das cercas religiosas, que a princípio podia ser equivocadamente interpretado como arcaico, ingênuo e primitivo, de geometria simples, tinha outro significado na ótica de seus utentes, voltados para o exercício religioso. Desse modo, ao lidarmos com os citados complexos, devemos ter em mente essa outra realidade, o que nos ajuda a captar, nas entrelinhas, o sentido de certos registos feitos nos primórdios do período Brasil-Colônia, tratados na sequência do trabalho.

<sup>212</sup>-ADB-CSB. Códice 136. Mosteiro de São Sebastião da Bahia I, 1652-1740. p. 56. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 280. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>213</sup>-AMSBBA. Códice 338. Estados dos Mosteiros de São Sebastião, de Nossa Senhora da Graça, de Nossa Senhora do Monte Serrat do Rio de Janeiro, de Nossa Senhora do Monte Serrat da Paraíba e de Nossa Senhora do Desterro de Santos, século XVIII. f.44v. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* 2002. v.I. p. 281-282.

Para compreendermos os relatos em sua origem, é necessário considerar o desenho de hortas e pomares nas cercas. Isso nos leva a atentar para a imbricação de seus componentes, físicos e etéreos, e a construção de arquitecturas de prazer (caramanchões, casas de regalo, latadas, pergolados), de costume, inseridas na malha destinada à produção que, por sua vez, estava associada à existência de sistemas hidráulicos, constituídos de cacimbas/poços, fontes, tanques, canaletas de rega. O todo concebido apresentava-se dinâmico, contrastante e variado, bastante enriquecido ainda pelas qualidades da vegetação, geralmente disposta num quadro de cultura promíscua.<sup>214</sup> Num mesmo canteiro, havia uma multiplicidade de espécies (alimentares, condimentares, aromáticas, medicinais e/ou ornamentais), em suas mais diversas modalidades (ervas, arbustos, árvores e trepadeiras). Ter consciência desse tipo de organização possibilita-nos verificar situações semelhantes entre Brasil e Portugal. Podemos confrontar relatos que dizem respeito às mesmas experiências. Nas palavras de Frei Luís de Souza, a Cerca de S. Domingos é descrita como um verdadeiro “pasmatório”:<sup>215</sup>

*“(...) he huma veyra de agura que sahe no meyo da horta por uma telha ordinária e formando logo um profundo tanque, que também cria muito pescado, rega dous extendidos talhoens de hortas em que recrea os olhos a diversidade das hortaliças, o concerto, e disposição de todas, misturando-se muitas hervas cheirosas e flores várias”.*<sup>216</sup>

Os componentes físico-morfológicos e etéreos transmutavam terrenos hortícolas em jardins,<sup>217</sup> à semelhança do que descrevem as impressões assinaladas por outro religioso, o Padre Fernão Cardim, a respeito das cercas jesuítas no Brasil, no século XVI. Ao tratar, em específico, da horta do Colégio de Olinda (c.1584), é nítida a apreciação das qualidades imanentes de seus elementos, segundo visão cultural:

*“(...) À tarde fomos merendar à horta, que se tem muito grande, e dentro nela um jardim fechado com muitas ervas cheirosas, e duas ruas de pilares de tijolo com parreiras, e uma fruta que chamam maracujá, sadia, gostosa e refresca muito o sangue em tempo de calma tem ponta de azedo, é fruta estimada. Tem um grande romeiral de que colhem carros de romã, figueiras de Portugal, e outras frutas da terra. E tantos melões, que não há esgotá-los, com muitos pepinos e outras comodidades. Também tem um poço, fonte e tanque, ainda que não necessário para as laranjeiras, porque o céu as rega: o jardim é o melhor e mais alegre que vi no Brasil, e se estiveram em Portugal se pudera chamar jardim”.*<sup>218</sup>

<sup>214</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 267-268. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>215</sup>-Cf. ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 55-56, 75.

<sup>216</sup>-SOUSA, Frei Luís de. *História de S. Domingos*. Porto: Lello e Irmão, 1977. v.1. p. 824. *Apud*: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Op. cit.* 1995. v.1. p. 212, 274.

<sup>217</sup>-LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins*. France: Olivier Orban, 1990. p. 9, 10, 19.

<sup>218</sup>-CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. p. 250.

Ao nos determos nas descrições elaboradas no século XVI, é possível perceber a ambiguidade existente entre os desenhos de uma horta e de um horto de recreio. Eram compostos praticamente dos mesmos elementos formais. Seus caminhos e/ou canteiros eram basicamente definidos pela vegetação. Daí o uso do termo “rua”.<sup>219</sup> Nas palavras do Padre Fernão Cardim, a disposição de uma “rua”, no âmbito da horta, denotava a ocorrência de canteiros, ordenados de maneira alinhada, resultando na criação de lugares intimistas e, na maioria das vezes, compartimentados, como aconteceu no Colégio de Olinda (c.1584).

Observaram-se factos análogos nos Mosteiros Beneditinos de Nossa Senhora da Visitação, em Sorocaba, e de Nossa Senhora do Monte Serrat, no Rio de Janeiro. Nas respectivas cercas, era patente o mesmo tipo de organização percebido por Fernão Cardim, no século XVI, fundamentado na distribuição regular de caminhos e canteiros ao longo das hortas. No complexo monástico do Rio de Janeiro (1848/1851),<sup>220</sup> “aformosearam”-se as “ruas” existentes, com latadas, artificios igualmente empregados no conjunto religioso de Sorocaba (1759/1769), cuja cerca se mantinha marcada pela compartimentação e imbricação dos espaços da horta/jardim e pomar, conjunto designado de “quintal”.

*“No muro exterior deste terreyro [do mosteiro em Sorocaba] se abriu entrada commua com portais, porta, e cobertura de braços para huma, e outra parte por resguardo das agoas. No interior, que por aqui fecha o quintal se abriu entrada para ella com portais, e porta de tabuletas abertas, que estando fechada dá vista a huma grande parte do mesmo; daqui com huma latada, acompanhando o muro, que por esta parte divide o claustro, e voltando pelo meyo da horta certa distancia torna a virar até fechar o muro, que tudo cerca; e aqui se abriu outra semelhante porta para o novo cercado já principiado com mais de trinta braços de de taipa em des palmos de alto. Esta latada se compoem de doze ou treze vides, muitas boas uvas, pretas, e brancas, que de longe se mandarão trazer variedade. A estas ruas e outras descobertas acompanhão por huma, e outra parte roseiras de todo o anno com algumas branca para recreação da vista, ornato dos altares, e remedio dos enfermos, assim como outras ervas medicinais, de que abunda o quintal, e se utilizão os moradores (...)”* (sublinhado nosso).<sup>221</sup>

A adoção do vocábulo “quintal”, em diversas fontes documentais, deve ser entendida com certa cautela. O termo diz respeito a uma tipologia específica de espaço aberto, que não correspondia a um anexo nem era parte integrante de outras parcelas hortifrutícolas, dentre elas as

<sup>219</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1, p. 220-222. Dissertação de Doutorado em Architectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>220</sup>-AMSBBA. Códice 357. Documentos dos Mosteiros de Brotas, Santos, Olinda, Paraíba e São Paulo, século XIX. f.53. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. v.I. p. 524. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>221</sup>-ADB-CSB. Códice 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant’Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 114. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 790-791.

cercas conventuais, as chácaras ou as quintas de recreio ou mesmo as fazendas.<sup>222</sup> Configuravam situações e escalas completamente distintas. Atribuímos a vulgarização da palavra quintal sobretudo à maneira como se conservou a maioria dos terrenos na trama da “urbe” colonial e em seus arredores. Esclarecemos que tal parcela ocupava terrenos urbanos de pequenas dimensões, cercados por muros, que serviam de suporte às construções contíguas. Devido ao diminuto tamanho desses recintos, geralmente não havia separação entre suas partes, ou seja, entre a horta/jardim e o pomar. Com frequência, os conjuntos concebidos se mostravam imbricados, sobressaindo o carácter promíscuo dos plantios realizados.

Com relação às parcelas maiores, localizadas no aro das “urbes”, como as cercas conventuais, suas unidades tornavam-se mais bem definidas ou mesmo hierarquizadas. Nesse contexto, percebiam-se as hortas como um misto de cultura hortícola e pomífera. No Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção (1766/1769), em São Paulo, cultivavam-se árvores frutíferas na horta, assim como acontecia na realidade portuguesa. De acordo com a ordem estabelecida nos canteiros, enquanto as plantas hortícolas ocupavam lugares plenos de claridade, conservavam-se as espécies arbóreas e arbustivas em locais específicos dessa subunidade ou no alinhamento de muros e valas, proporcionando sombreamento e sugerindo aspecto de espontaneidade e privacidade nos recintos.<sup>223</sup> Tal concepção de espaço ficou destacada no Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação, em Sorocaba, durante a segunda metade do século XVIII.

*“A hum lado desta [horta/pomar] se plantou huma vinha com 65 cepas da mesmas uvas, e outras de excellente gosto, como moscateis, etc. que todas estão dando; e quando há abundancia, depois de satisfazer as obrigações se vendem para auxiliar os gastos da caça. A outra[o] lado se formarão canteiros de varias castas de couve, e ervas de bom gosto. Na circunferencia do muro se plantarão trinta, ou mais lorangeiras, que estão dando. No centro se formou hum bananal com oitenta e quatro pèz já fechado, e dando com abundancia. Mais hum pumal [pomar] de marmellos, que com oito, ou nove antigos, e outros muitos, que acompanhão ao bananal pela frente, e lado parese paixão de sessenta. Plantarão se des figueiras, das quais algumas cansarão, outras frutificarão; dous limoeyros azedos, bastante*

<sup>222</sup>-ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 147, 149-151, 162, 205, 208.

Cf. IPAC-BA. *Inventário de Protecção do Acervo Cultural do Estado da Bahia; monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina*. Salvador: [Secretaria da Indústria e Comércio], 1980. v.IV. p. 37-38, 115-116, 121-122, 125-126, 145-146, 287-288, 351-352.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 320, 455-456.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, fundações e entradas, séculos XVII-XVIII*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943a. Tomo III. p. 226-227.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 190-191.

<sup>223</sup>-ADB-CSB. Códice 144. Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de São Paulo, 1730-1792. p. 122. *Apud*: LINS, Eugénio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. v.I. p. 679. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 367-369. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

*pèz de ananazes, sette ou oito romeyras, mas de trezentos pèz de algodão, variedade de flores, como jasmíns, angelicas, cravos roxos e amarelos, perpetuas grandes, e pequenas, muito alecrim, muita mangerona, mais planta de synamomio, dous pèz de maracujás, etc”.*<sup>224</sup>

Nas hortas também se construíam casas para hortelões, depósitos de ferramentas e outras obras, que deviam aproveitar a estrutura dos próprios muros de vedação, como aconteceu no conjunto de Nossa Senhora da Visitação (1759/1769).<sup>225</sup> Com referência aos pomares propriamente ditos, tudo indica que fossem cultivados através de plantios regulares, orientados pela adopção de determinados módulos, o que acabava por imprimir ritmo e transparência ao espaço amanhado, percebido com amplas e densas sombras.<sup>226</sup> Mesmo que uma grande parte dos relatos não apresente dados esclarecedores sobre a forma das subunidades de produção, podemos avaliá-las segundo procedimentos vinculados às tradições herdadas.

Nos conjuntos religiosos, além das bananeiras, as laranjeiras ainda faziam parte das diversas subunidades das cercas. Os laranjais eram ordenados em renques, vulgarmente conhecidos como “chãos de arruar”, mantendo-se impregnados de aroma, flores, frutos e luminosidade característicos.<sup>227</sup> O cultivo concentrado dos citrinos e de outras espécies similares, em determinados pontos dos complexos edificados, gerava situações propícias à prática do ócio, tanto nas zonas de produção, quanto na proximidade de eirados, terraços ou varandas, ou nas adjacências dos pátios, locais habitualmente associados à estadia.

## Mata

No universo das cercas monásticas, as matas também desempenharam papel de destaque. Assim como as hortas e os pomares, configuravam lugares ambíguos, complexos e diversos. No entanto, as fontes documentais raramente esclarecem a respeito de tais unidades. Registou-se com frequência o trabalho de remoção do coberto vegetal nas proximidades dos edifícios, com o intuito de desobstruir ou desembaraçar a vista, garantindo a visibilidade das construções na paisagem.<sup>228</sup>

<sup>224</sup>-ADB-CSB. Códice 145. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Parnaíba, 1736-1789; Mosteiro de Nossa Senhora Sant’Ana de Jundiá, 1751-1783; Mosteiro de Nossa Senhora da Visitação de Sorocaba, 1769-1783. p. 114. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitetura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002. v.I. p. 791. Tese de Doutoramento em História da Arte. (Texto policopiado).

<sup>225</sup>-LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 790.

<sup>226</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.I. p. 270-271, 280-281. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>227</sup>-*Idem. Ibidem.* v.I. p. 24, 91, 96-97, 99, 219.

<sup>228</sup>-De acordo com os informes da moradia de Nossa Senhora do Desterro (1772/1780), em Santos, ficou explicitado que na “(...) subida do Mosteiro se achava huma espessa matta, de grossas e altos [altas] madeiras que embaraçava, e impedia a vista do mesmo Mosteiro; esta se lançou abaixo, e ficou descortinado, gozando se huma [d]eliciosa vista (...)”.

ADB-CSB. Códice 140. Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro de Santos, 1650-1792. p. 76. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* 2002. v.I. 729-730.

Apesar das poucas evidências a respeito das matas na periferia das cidades, sabemos, por analogia com a tradição portuguesa, que foram espaços valorizados por seu “potencial ecológico”, económico e produtivo. Em linhas gerais, tiveram importância para a contenção de erosões, o equilíbrio biológico e climático, a manutenção de mananciais, a retenção de água no solo, além da produção de alimentos, carvão/lenha/madeira e remédios silvestres. Também constituíam locais de refúgio, onde se praticavam exercícios espirituais ou mesmo se estabeleciam contactos visuais com a paisagem envolvente, sem haver o comprometimento da privacidade dos religiosos, que não corriam o risco de ficar visíveis. As matas situavam-se de costume no terço superior das encostas, em pontos de declive acentuado, lugares considerados calmos, intimistas, sombreados, propícios à vivência mística, justificando o facto de serem ocupados com capelas ou ermidas.<sup>229</sup>

Além do mais, as citadas subunidades eram percebidas como recintos de verdura que se mostravam, simultaneamente, distintas e integradas a outros lugares das cercas, seja através da trama de caminhos, fracamente delineada em toda a parcela hortifrutícola, seja através da monocromia característica das plantações existentes. Em determinadas circunstâncias, tais espaços eram substituídos por pomares, que passavam a figurar como composições intencionalmente espontâneas e variadas, reflectindo particularidades edafo-climáticas específicas de cada região.

Para termos ideia da importância do coberto vegetal em determinados conjuntos religiosos portugueses, destacamos o exemplo da Cerca de Santa Cruz do Buçaco (1628-1712), criada com o intuito de ser um “deserto” ou refúgio de vida espiritual, ligado ao universo dos carmelitas descalços. De acordo com o Padre [Carvalho da Costa] (1707), o lugar foi escolhido por ser “inculto, rude e tosco”, condição desejada para a prática de orações, ao passo que, cultivado, seria o próprio “Paraíso”.<sup>230</sup> Os caminhos abertos no local, dipostos em situações de vale, meia encosta e topo de morro, orientaram a distribuição de capelas, ermidas e oratórios, que se mantiveram envolvidos por frondosos arvoredos, cuidadosamente plantados através de intenso trabalho, tarefa balizada pelas próprias Constituições dos monges residentes no local. Interessa aqui perceber que as espécies vegetais introduzidas tiveram por objectivo referenciar, no interior da mata, os pontos

---

Conferir o mesmo assunto em relação ao Convento de Nossa Senhora da Graça (1778/1781). Veja-se: AMSBBA. Códice 338. Estados dos Mosteiros de São Sebastião, de Nossa Senhora da Graça, de Nossa Senhora do Monte Serrat do Rio de Janeiro, de Nossa Senhora de Monte Serrat da Paraíba e de Nossa Senhora do Desterro de Santos, século XVIII. f.123v. *Apud*: LINS, Eugênio de Ávila. *Op. cit.* v.I. p. 881.

<sup>229</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 208, 281-283, 285-287, 289-290. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

XAVIER, António Manuel Mateus. *Das cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade: contributo para a definição de uma política de recuperação*. Évora: Universidade de Évora, 1998. p. 59. Dissertação de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. (Texto policopiado).

<sup>230</sup>-COSTA, Carvalho da, Padre. *Corografia portuguesa*. Lisboa: /s.e./, 1707. v.II. /s.p./ *Apud*: ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 130.



de maior permanência, contribuindo para definir a estrutura significativa e simbólica do mencionado complexo.<sup>231</sup>

### Elenco Vegetal

Conforme ficou assinalado, os conjuntos religiosos não passaram despercebidos aos viajantes europeus. Consideravam-se conventos, educandários, hospícios, moradias episcopais, mosteiros, recolhimentos, seminários, como pontos referenciais na paisagem, tanto pelo posicionamento de suas edificações, quanto pela presença marcante da vegetação em suas cercas. Contudo, não foi significativo o número de viajantes que emitiram opiniões a respeito desses lugares, justamente pelo facto de serem locais bastante privativos e restritivos. Os poucos registos existentes são estritamente sintéticos, ficando limitados somente à relação das plantas identificadas, como se as cercas pudessem ser equiparadas a viveiros de mudas, sem maiores pretensões. Raras foram as narrativas que acrescentavam dados além do esperado, como foi o caso do relato do Reverendo norte-americano Robert Walsh (1828/1829), sobre o Convento de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro, no caso observado por seus “arbustos floridos e perfumosos”, o que denotava, em suas palavras, uma avaliação do espaço descrito.<sup>232</sup>

Com base na bibliografia consultada, que indica o tipo de vegetação existente nos complexos monásticos, somos levados a crer na intensa actividade dos hortelões, responsáveis pela aclimação de grande número de espécies exóticas e nativas, o que se viabilizou principalmente devido ao afinco e à habilidade que possuíam aqueles. Os monges sempre foram admiradores, conhecedores e propagadores de plantas, por diversos motivos, seja por questões culturais, económicas ou religiosas. De acordo com John Prest, os congregados poderiam ser tratados como jardineiros de seus próprios Paraísos. Interessa observar que jardins, hortas/pomares, campos ou matas, nos domínios de suas moradias, funcionavam como verdadeiros laboratórios botânicos. Além de servirem para demonstrar a variedade de contrastes e similaridades entre os diversos tipos de ordem na natureza, contribuía para descobrir ou redescobrir as muitas faces de Deus.<sup>233</sup>

Assim, cada componente nas citadas subunidades anteriormente comentadas tinha, de acordo com a teologia, sua razão de ser. A água era considerada manifestação da essência divina, fonte primordial da vida e símbolo de fecundação da alma, purificação, sabedoria.<sup>234</sup> As flores e

<sup>231</sup>-ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 128-140.

<sup>232</sup>-WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985. p. 150.

<sup>233</sup>-PREST, John. *The garden of Eden*. New Haven, London: Yale University Press, 1981. p. 23-24, 32, 55-57, 66-67.

<sup>234</sup>-Cf. CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionários dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1997. p. 41-46, 439.

frutos faziam lembrar, com seus atributos, a Primavera Eterna. Por sua vez, as matas eram observadas como representações de desertos eremíticos. Quanto aos pássaros e seus cantos, ofereciam a ilusão da natureza amistosa e calma, segundo a imagem do Paraíso. As sebes vegetais propiciavam ambientes mais reclusos e favoráveis a reflexões. O contacto com todos esses elementos, através dos sentidos, alterava a percepção dos espaços abertos, que passavam a ser apreciados como lugares caleidoscópicos, múltiplos e variados, favoráveis à estadia.<sup>235</sup>

Tal modo de agir e pensar foi entendido por Nelson Correia Borges como “utopia ecológica”. Em diversas passagens da história dos conventos ou dos mosteiros, sempre ficou patente a preocupação das comunidades monásticas em manter uma íntima ligação com a natureza, seja mediante a conservação de seus recursos, o cultivo da terra ou o lazer contemplativo. Nelson Borges, ao trabalhar com a cultura cisterciense, permite-nos entender que um dos princípios mais relevantes da doutrina de São Bernardo fundamentou-se nessa crença. A obra de Deus, percebida através dos sentidos, era como algo admirável e digno de reflexão. “Aprende-se mais nos bosques do que nos livros; as árvores e os rochedos ensinar-nos-ão coisas que não podereis ouvir em lado nenhum. Vereis por vós mesmos que das pedras se pode extrair mel, e azeite dos mais duros rochedos”.<sup>236</sup>

No Brasil, podemos interpretar alguns registos como extensões dessa utopia, como o relato feito pelo padre naturalista Marcelino de Melo, (c. posterior a 1777), vigário colado da Freguesia de Camamu, Arcebispado da Bahia. No caso específico, ficou evidenciado seu espanto frente aos excessos da devastação ambiental provocada pela exploração aleatória de recursos naturais, o que vinha sendo denunciado pela Igreja desde o século XVII, a partir da destruição dos mangues, no Rio de Janeiro.<sup>237</sup> O documento de autoria do naturalista, enviado à Rainha [D. Maria I], teve o intuito de alertá-la quanto aos riscos do corte abusivo da madeira de lei, extraída nas matas por meio de métodos tradicionais, destacando-se também no registo a ocorrência de uma outra prática, tão nociva e prejudicial à permanência das árvores, quanto a incidência do corte raso. Tratava-se da “coivara”, técnica rudimentar adoptada por lavradores no “fabrico” de roçados, sendo o fogo utilizado como o principal aliado do homem, no trabalho de abertura e limpeza de clareiras, onde posteriormente cultivavam-se mantimentos. Contudo, confiando na prudência divina, o Padre

<sup>235</sup>-LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins*. France: Olivier Orban, 1990. p. 18-19, 42-44.

<sup>236</sup>-LECLERC, Dom Jean. St. Bernard et l'esprit cistercien. Bourges: Seuil, 1975. p. 17-20. *Apud*: BORGES, Nelson Correia. *Arte monástica em Lorvão: sombras e realidade, das origens a 1737*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. v.1, p. 335.

<sup>237</sup>-Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste (1779-1853). *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Imprensa Paulista, 1937. Tomo I. p. 11. Nota 4. (Edição francesa: 1847).

Marcelino propôs que fossem tomadas medidas administrativas cabíveis, para evitar o desperdício do potencial madeireiro, através da criação de zonas de protecção.<sup>238</sup>

Aquilo que na actualidade se chama de “desenvolvimento sustentável”, os jesuítas já colocavam em prática no Brasil, desde o século XVI, em glebas pertencentes aos Colégios, destinadas ao sustento da comunidade religiosa. Os padres defendiam a arborização em suas terras, o controlo de “pragas”, em particular de formigas, a realização de “artificiosas indústrias” para a drenagem de terrenos alagadiços e a rotação de culturas.<sup>239</sup> No Rio de Janeiro, destacamos a abertura do canal de Itá, que abrangia sete quilómetros de extensão, ao longo dos campos da [fazenda] de Santa Cruz. Construída no século XVII, essa obra, atribuída aos jesuítas, tinha a finalidade de conter as enchentes do rio Guandu, além de facilitar a comunicação e retificar o curso hídrico.<sup>240</sup>

Nas cercas e quintas religiosas, o manejo do solo vai reflectir a experiência bem sucedida do campo, que tentava sempre alcançar o equilíbrio entre o possível e o desejável. Nesse sentido, o empenho dos congregados, nas tarefas executadas, foi decisivo para o sucesso alcançado em vários empreendimentos, dentre eles, a cuidadosa actividade de aclimação, cultivo e selecção de várias espécies exóticas e nativas. Ressaltamos a perseverança de beneditinos, carmelitas, franciscanos e jesuítas no constante aprendizado na e com a natureza, especialmente no âmbito da flora, o que resultou no aprimoramento de técnicas agrícolas e na propagação de plantas alimentares, condimentares, medicinais, ornamentais. Esse traço, que foi tão marcante no modo de vida dos religiosos, ficou impresso até mesmo no conteúdo de correspondências do século XVI, como pode ser verificado em alguns trechos da carta de António Blázquez, escrita aos padres e irmãos de Portugal (1565) e que evidencia o uso de metáforas referentes ao mundo da produção:

*“(…) aunque no aya que escribir, se escribia lo mesmo por otras palabras, puesto que el Señor queriendo dar en que merecer a los suyos, siempre descubre trabajos para ellos premiar a los suyos, como vemos cada día en esta nuestra viña, que ora en arrancar los cardos y espinas, ora en criar las nuevas plantas que crecen, ora en trabajar que se tire y coja algún fructo para el Señor, siempre se ocupan los agricultores, y aunque sea algún trabajo del spiritu y del cuerpo, todavía mesclado con mucha alegría y consolación (...)”*<sup>241</sup>

<sup>238</sup>-AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. 173, D. 13085: [post. 1777]. “REQUERIMENTO do padre Marcelino de Melo à rainha [D. Maria I] solicitando que a rainha mande tomar providências contra a destruição das madeiras, como aliás já havia feito, mas sem sucesso, quando proibiu o corte de madeira de lei. Pede ainda que se mande reservar e conservar a beira-mar, cachoeiras, matas. Dá ainda conta, que por exemplo na Bahia, no decurso de duzentos e tantos anos, já não tem a terça parte das madeiras. Refere também o aumento decorrente do preço da madeira”.

Cf. AMU. 1785, Janeiro, 20, Cairu. “REPRESENTAÇÃO do Ouvidor da Comarca dos Ilhéos, Francisco Nunes da Costa, dirigida à Rainha, sobre a devastação das matas virgens”. Apud: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo II. p. 568.

<sup>239</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *Fazendas e engenhos jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945c. p. 201-206. (Separata da revista *Verbum*, Tomo II, fasc. 2, Jun. 1945).

<sup>240</sup>-MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 127. (Primeira edição: 1946).

<sup>241</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae IV (1563-1568)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Iesu], 1960. p. 186-187.

O trabalho na agricultura desempenhado por vocação e com perseverança era tido como fonte de virtude pela Igreja Reformista, que se fundamentava na crença do “Génesis”.<sup>242</sup> Segundo os pressupostos de Santo Agostinho (354-430), bem aceitos na Idade Média, a agricultura não era considerada como algo “penoso”, mas como actividade prazerosa, de descobertas e constantes ensinamentos, o que derivou na melhoria de métodos associados à produção.<sup>243</sup> Para Suarez, que buscou estímulo de vida na obra de São Tomás de Aquino (1225-1274): “O trabalho não devia ser nem uma fadiga nem uma punição, mas uma ocupação fácil, um agradável exercício corporal”. O cultivo de alimentos, nas referidas condições, não era tarefa árdua, mas sim um “meio de aperfeiçoar, de fertilizar e de explorar a natureza”.<sup>244</sup> Tais noções, além de reflectirem a mentalidade de uma época, marcada por procedimentos vinculados ao mundo rural, também nos fazem atentar para a concepção do belo útil, como era vigente desde a antiguidade greco-romana. Percebia-se a natureza como fonte de delícias para ser experienciada, visão que contribuiu para as diversas versões do Paraíso, sendo a grande maioria delas pautada por aromas, cores, sabores, tactos, sonoridades e outras sensações costumeiramente verificadas nas parcelas hortifrutícolas.<sup>245</sup>

Observam-se circunstâncias análogas na obra do humanista Desidério Erasmo ou Erasmo de Roterdão (c.1466-1536), “Convivium religiosum” (1522), escrita na forma de um colóquio. Nesse texto, ficou destacada a convicção do protagonista, Eusebius, que defendia o contacto do homem com os atributos do campo. Na sua propriedade, os hóspedes eram exortados a contemplar árvores, folhagens, flores, ribeiros, assim como acontecia nas cercas e nos claustros dos conjuntos religiosos. De acordo com o citado autor, o “otium” experimentado nesses lugares predispunha a expansão da mente e contribuía para recriar a natureza através do olhar. Percebiam-se os jardins ou “hortus conclusus” como lugares de meditação, refúgio, sapiência, silêncio, onde o corpo e o espírito permaneciam unidos.<sup>246</sup>

Quaisquer manifestações dignas de apreço, nos espaços abertos, serviam para proporcionar inspiração e falar sobre Deus e suas realizações, linha de pensamento adoptada por Frei António do Rosário em sua obra, *Frutas do Brasil* (1702), concebida para ser um panegírico. As descrições de flores e frutas, que inspiraram o religioso, deixavam transparecer o mesmo

<sup>242</sup>-DELUMEAU, Jean. *Uma história do paraíso*. Lisboa: Terramar, 1994. p. 235-236.

<sup>243</sup>-AGOSTINHO, Santo Aurélio, (354-430). “De Genesi ad Litteram, 1. 8, cap.VIII, 15”. In: Oeuvres, t. 49. /s.l./: /s.e./, /s.d./ p. 35. *Apud*: DELUMEAU, Jean. *Op. cit.* p. 236.

AGOSTINHO, Santo Aurélio, (354-430). “De Genesi ad Litteram, 1.VIII, cap.X, 17”. In: Oeuvres, t. 49. /s.l./: /s.e./, /s.d./ p. 37. *Apud*: DELUMEAU, Jean. *Op. cit.* p. 236.

<sup>244</sup>-AQUINO, São Tomás de, (1225-1274). “Les origines de l’homme”. In: AQUINO, São Tomás de. *Somme Théologique*. /s.l./: Ed. Desclée, /s.d./ q. 102, art. 3. p. 282. *Apud*: SUAREZ, F. *Opera Omnia*. /s.l./: /s.e./, /s.d./ Tomo III. p. 230. *Apud*: DELUMEAU, Jean. *Op.cit.* p. 236.

<sup>245</sup>-DELUMEAU, Jean. *Uma história do paraíso*. Lisboa: Terramar, 1994. p. 15, 17-18, 20-22, 26, 37, 43, 48, 57, 64-65, 67-68, 96-97, 104, 120-125, 134, 136-137, 145, 148-153, 170, 190-194, 203, 208, 237, 274.

<sup>246</sup>-ÉRASME, [Desidério] (c.1466-1536). *Oeuvres Choisiées*. Paris: Le livre de Poche, 1991. p. 638-?. *Apud*: DELUMEAU, Jean. *Op. cit.* p. 154-155.

entendimento da natureza considerada bela por seus próprios atributos, e útil, pela finalidade prática, tendo em vista a causa religiosa, o que nos leva a supor o valor simbólico conferido a várias espécies cultivadas nos conjuntos monásticos.

As flores, além de compor os altares, serviam para lembrar tanto a fragilidade e inconstância da vida quanto o martírio de Cristo, que “vio nas rosas a purpura de escarneo e a coroa de espinhos; vio nos cravos os da sua Cruz, nas violetas os vergões dos açoutes, e na copa dos lírios o seu caliz; vio o mar de sua Paixão em flor bravo, e tormentoso, pelo que tinha de humano”.<sup>247</sup> As plantas ornamentais, citadas nas narrativas, caracterizam lugares amenos e denotam a inocência e pureza de Maria, um dos motivos pelo qual foram propagados cravos, lírios, margaridas, rosas e violetas nos jardins e nas hortas dos conjuntos religiosos. Eram espécies que compunham parte do repertório simbólico mariano, identificadas desde os séculos XIV e XV no contexto da pintura ocidental.<sup>248</sup>

No Brasil, tais cuidados foram tomados desde os primórdios da colonização, quando as plantas ornamentais igualmente se tornaram populares, ajudando a enobrecer os ritos da Igreja. Citamos, por exemplo, a “benção das rosas”, festa singela, instituída pelos jesuítas na vila de São Paulo, no ano de 1583, que culminou com a fundação dos congregados de Nossa Senhora do Rosário, conforme relatado pelo Padre Anchieta.<sup>249</sup> De acordo com outro episódio, relativo ao Convento de Santo Amaro, na proximidade de Olinda, José António Gonsalves de Mello, indirectamente, deixou transparecer a importância do trabalho dos monges na aclimação de algumas espécies, o que era executado com esmero. No final do século XVII, dizia-se que aquele lugar estava “adornado de muitas árvores frutíferas e variedades de flores que permite o terreno e nesse jardim se deram em Pernambuco os primeiros jasmíns e esponjas que de Portugal vieram de mimo ao Governador João Fernandes Vieira, que os ofertou a Santo Amaro”.<sup>250</sup> Praticamente no mesmo período, no início do século XVIII, D. Domingos de Loreto Couto relatou a existência de uma “prodigiosa Rosa que sendo toda de folhas faz o mais sizudo papel da gentileza, trajando pela manhã de neve, ao meio-dia se veste de púrpura”.<sup>251</sup>

<sup>247</sup>-ROSÁRIO, António do, Frei. *Frutas do Brasil*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702. p. 158-159.

<sup>248</sup>-DELUMEAU, Jean. *Uma história do paraíso*. Lisboa: Terramar, 1994. p. 152-153.

Devemos observar que se conservavam os jardins com grande desvelo, actividade registada, inclusive, nos primeiros mosteiros cistercienses.

Cf. BORGES, Nelson Correia. *Arte monástica em Lorvão: sombras e realidade, das origens a 1737*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. v.1. p. 336.

<sup>249</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *Os jesuítas na vila de São Paulo: século XVI*. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, [1936]. [p.47]. (Separata da Revista do Arquivo Municipal, v.XXI, [1936]).

<sup>250</sup>-MELLO, José António Gonsalves de (ed.). “Notícia que dão os Padres da Congregação de Pernambuco acerca da sua Congregação, desde a sua ereção”. Revista do Instituto [Arqueológico], Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: /s.e./, v.57, p. 51. 1984. *Apud*: MELLO, José António Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 206.

<sup>251</sup>-COUTO, D. Domingos de Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: /s.e./, 1981. p. 36. *Apud*: MELLO, José António Gonsalves de. *Op. cit.* 1985. p. 207.

Sobressaía a imagem de Deus como um celeste agricultor ou hortelão, capaz de criar espécies que espelhavam sua benevolência. Segundo António do Rosário, o ananás era o “rei dos pomos”, representante máximo da realeza do “Jardim do Rosário”, por ser “gostoso, suave, e delectável, he muy sereno”, ao mesmo tempo que era “aspero e cruel” com aqueles que não o mereciam. O termo “Annanascitur”, na língua guarani, queria dizer “nascida de Santa Ana”, o que guardava significado místico.<sup>252</sup> No caso das bananeiras, bastante comuns na paisagem das cidades coloniais, carregavam consigo a imagem da fartura e da providência divina, para faltar a fome e proporcionar rendimentos. Na visão do citado Frei, os frutos dessa planta, ao serem partidos, faziam lembrar a figura de um crucifixo.<sup>253</sup> No entanto, supomos que nenhuma outra descrição tenha superado a do maracujá, estritamente marcada pela metáfora religiosa, recurso linguístico utilizado na catequese. De acordo com a concepção vigente, a flor do maracujá, “pintada ao vivo pelo Criador”, trazia lembranças de sua trágica Paixão, pois nela podiam ser percebidas: “a columna, os azorragues, os cravos, as chagas, a coroa, o sangue com tanta perfeição, e viveza, que por isso se chama flor da payxão, porque como flor espirou o Salvador do mundo no monte Calvário”.<sup>254</sup> Quanto ao fruto, foi bastante prestigiado, pelo sabor de sua polpa, de propriedade “cordeal”, “refrigerativa” e “suave”. Certamente, o maracujazeiro tornou-se uma das espécies mais prestigiadas nas parcelas hortifrutícolas. Com relação às pitangueiras, além de serem valorizadas pela beleza de suas copas, ainda se faziam notar pela ramagem, utilizada em altares e procissões, e pelos frutos, de cor vermelha, que muito bem poderiam simbolizar o sangue de Cristo. No elenco das espécies apuradas, não podemos deixar de mencionar as laranjeiras. Como símbolo da vida eterna, essas plantas passaram a figurar no repertório botânico das cercas e dos claustros, cuja verdura e outros atributos reforçavam a noção de Paraíso.<sup>255</sup>

As frutas, além de alimentarem e remediarem o corpo, eram admiradas por conta de suas cores, formas e seus sabores. O registo de tais “virtudes”, evidenciadas nos textos, tinha o intuito de reforçar as metáforas concebidas a respeito dos “mistérios” divinos, além de acentuar o imaginário da Eterna Primavera. Dentre as muitas plantas pertencentes ao “Jardim [de Nossa Senhora] do Rosário”, destacavam-se as seguintes: amendoim, ananás, araçazeiro, araticum-apê, bananeira, cajazeira, cajueiro, coqueiros, camboí, caroá, cardo, fruta-do-conde, gargaúba, goiabeira, jabuticabeira, jaracatiá, jenipapeiro, juazeiro, limoeiro, macieira, mamoeiro,

<sup>252</sup>-DELUMEAU, Jean. *Uma história do paraíso*. Lisboa: Terramar, 1994. p. 19, 21.

<sup>253</sup>-ROSÁRIO, António, Frei. *Frutas do Brasil*. Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1702. p. 146.

<sup>254</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 155, 157.

Cf. VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 143-144.

<sup>255</sup>-DELUMEAU, Jean. *Op. cit.* p. 152-153.

PREST, John. *The garden of Eden*. New Haven, London: Yale University Press, 1981. p. 68.

mandacaru, [macujé], mangabeira, [mapurunga], maracujá, melancia, melão, murici, oiticoró, oitizeiro, palmeiras, pequiá, pitombeira, pitangueira, romeira, sapucaia, umbuzeiro, uvaieira.<sup>256</sup>

De maneira geral, as referências estabelecidas anteriormente diziam respeito a cultivos realizados nos complexos monásticos e eram conduzidos de forma racional e sistemática, muitas vezes organizados a partir da aclimação de mudas e sementes vindas de várias regiões do mundo, especialmente da Ásia e Europa e de outros locais da América.<sup>257</sup> Devemos admitir que os religiosos primavam pelo aprimoramento da mão-de-obra, pelo conhecimento e pela determinação, requisitos básicos para o desenvolvimento da referida actividade, com o intuito de garantir a subsistência alimentar e económica.

Na conjuntura colonial, assinalamos as dificuldades da administração metropolitana que, ao contrário das comunidades monásticas, não detinha apoio logístico para implementar política de desenvolvimento agrícola, almejada, em específico, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), secretário de Estado e ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-c.1803), no reinado de D. Maria I (1777-1816). Em sua obra, *Memória sobre o melhoramento dos domínios de S.M.ª na América* (c. 1797), D. Rodrigo deixou clara a vontade de posicionar o Brasil, no cenário internacional, como centro fornecedor de plantas úteis e especiarias orientais, pensamento acalentado desde o século XVII na Corte,<sup>258</sup> e que culminou com a oficialização da política voltada à criação de Jardins Botânicos, no final do século XVIII.<sup>259</sup> Esse propósito tinha razão de ser, estava orientado para a restituição da lucrativa empresa comercial de especiarias, seriamente abalada pela concorrência de flamengos e venezianos. A colónia na América teria seu papel reforçado, como substituta das bases produtoras da Índia, cada vez mais onerosas para os cofres portugueses.<sup>260</sup> Diante da grande movimentação de interesses, é certo que as ordens religiosas procuraram tirar proveito da situação, em benefício próprio, sobretudo, a partir da propagação de espécies potencialmente rentáveis.

Das plantas difundidas pelos jesuítas, através dos experimentos realizados no século XVII, sobressaíam o anil, o cacau, a canela-da-índia e do Ceilão, a pimenta-do-malabar e possivelmente

---

<sup>256</sup>-ROSÁRIO, António, Frei. *Frutas do Brasil*. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1702. p. 2, 19, 21-22, 37-38, 106, 109-111, 115, 118-119, 121, 125, 127-128, 130, 132, 136, 138, 141, 143, 146-152, 154, 157, 161.

<sup>257</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 161-162.  
SEPP S.J., António, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951], p. 114-117.

<sup>258</sup>-IAN/TT. Manuscritos do Brasil nº 39. MACEDO, Duarte Ribeiro de. *Discurso sobre a transplantação das plantas de especiarias da Ásia para a América ou nossos Brasis; e conveniências que disto pode resultar a Portugal com diminuição do comércio holandês*, 1675.

<sup>259</sup>-SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 113, 147-149.

<sup>260</sup>-LAPA, José Roberto do Amaral. "O Brasil e as drogas do Oriente". *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos Portugal, nº 18, p. 7-16, Ago. 1966.

diversas fruteiras, dentre elas as jaqueiras e as mangueiras da Índia.<sup>261</sup> Antes desse período, legumes/verduras e várias espécies frutíferas, provindos de Portugal, já tinham sido propagados no Brasil durante o século XVI. Vale reforçar que na Quinta do Tanque, localizada na proximidade da cidade de Salvador, além de outras funções, destacava-se a de horto botânico, destinado a aclimatar espécies vegetais que posteriormente eram levadas a várias cercas, em diversos pontos do Brasil. A mesma actividade ocorria em outras quintas e propriedades dos jesuítas, que buscavam interagir numa espécie de rede, visando ao constante intercâmbio de mudas e sementes.

De acordo com Serafim Leite, o Padre AntónioVieira, em carta de 24 de julho de 1682, destacou a importância do novo tipo de lavoura, levando em conta o cultivo da árvore de canela na referida Quinta na Bahia, cujas mudas estavam sendo fornecidas pelo Governador da Índia, António Pais de Sande. No ano seguinte, acrescentou: “De pimenta há dez ou doze [pés], que já vão trepando pelas estacas a que se arrimam, mas ainda não dão sinal de fruto”.<sup>262</sup> Em 1690, é expressivo o facto de os padres contarem com o serviço de “dois canarins que ficaram no Tanque para beneficiar a canela e a pimenta”, demonstrando a importância conferida à transposição das especiarias asiáticas.<sup>263</sup> No mesmo período, registam-se outras iniciativas da Coroa portuguesa que desejava transformar o Brasil num celeiro de plantas úteis. De acordo com José António Gonçalves de Mello, por ordem do Reino, foram remetidas da Índia para o Brasil, em 1677, estacas e sementes de canela, cravo, gengibre, pimenta e noz-moscada.<sup>264</sup> Salientamos que, em 1681, já havia sido recomendada a promoção de amplos ensaios agrícolas nas terras da Bahia, Maranhão, Pernambuco, Cabo Verde e Reino.<sup>265</sup> Assim, por volta de 1706, contratou-se o serviço do franciscano João da Assumpção, para difundir as práticas da cultura da canela e da sementeira da pimenta nos arredores da cidade de Salvador. No registo desse empreendimento, achamos relevante o comentário a respeito dos jesuítas: “so ôs Padres da Companhia, he que se achão com

<sup>261</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasilica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 121. (Impressão Régia feita em 1817).

LAPA, José Roberto do Amaral. “O Brasil e as drogas do Oriente”. *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos Portugal, nº 18, p. 36, Ago. 1966.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 155-156.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 161-162, 203.

MELLO, José António Gonsalves de. “Notas acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco”. In: *BOLETIM do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife, nº 3, p. 36-38, 1954.

<sup>262</sup>-AZEVEDO, J. Lúcio de (coord.). *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra: /s.e./, 1925-1928. Tomo III. p. 464-467. *Apud*: LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 156-157.

<sup>263</sup>-*Idem*. *Ibidem*. p. 592. *Apud*: LEITE, Serafim, Padre. *Op. cit.* 1943b. Tomo IV. p. 156-157.

<sup>264</sup>-MELLO, José António Gonsalves de (ed.). *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 206.

<sup>265</sup>-LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.* 1966. p. 20.



bastante Canelleiras na sua quinta; porque com a sua industria, e poder, extinguirão os furnigueiros que nella havia”.<sup>266</sup>

Não bastava realizar os ensaios botânicos, era necessário, conforme observado, controlar as adversidades do meio, o que se obtinha através do empenho dos congregados. No século XVIII, além dos jesuítas, os carmelitas calçados também se dedicaram à propagação de pimenteiras, como aconteceu no Hospício de Nossa Senhora do Pilar, em Salvador da Bahia.<sup>267</sup> Todos esses aspectos acabaram por despertar o interesse do Reino, que se mostrava atento às práticas agrícolas desenvolvidas por religiosos, especialmente aquelas referentes à produção de especiarias. Para exemplificar o misto de curiosidade e preocupação do governo com referência aos experimentos dos jesuítas, seleccionamos trecho da carta do governador do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, escrita no ano de 1728 ao rei D. João V (1706-1750). Além de o governante subtilmente considerar a morosidade do processo de introdução da canela nos domínios da Capitania, revelou ele ter consciência do plantio da citada árvore na cerca do Colégio do Maranhão, como expresso no seguinte trecho:

*“Fico advertido na recomendação na planta das caneleiras que Vossa Majestade me ordena se faça nestas Capitánias [Grão-Pará e Maranhão] quando venham de Pernambuco porque a Arvore que havia na fazenda de Manoel, e não de Severino Homem me informão se secara, mas sem recorrer a este principio para haver de distribuirse esta planta por todo o Estado, me dizem que na serca do Collegio da Companhia do Maranhão há duas Arvores de que os mesmos Padres já vendem canella o que exeminarei, e quando elles queirão dar a semente da mesma canella, esta basta para se inundar todo este Estado della, cuja coltura he tão facil que não necessito que de Pernambuco se me notecie pela experiencia que tenho da assistencia de quatorze annos da Bahia adonde já deichei bastantes Arvores espicialmente na fazendas dos mesmos Padres, na hera de setecentos e quatorze (...)”*<sup>268</sup>

Nas cercas dos conjuntos religiosos, não podemos esquecer as espécies medicinais nativas. Foram também disseminadas com grande afinco, principalmente, a partir do conhecimento adquirido junto aos povos indígenas, que detinham ampla experiência no assunto, pelo convívio ancestral com a flora brasileira. Podemos relembra o caso do cristianizado Lourenço, que residia no Colégio de Santo Alexandre, em Belém do Pará, facto relatado no diário dos jesuítas, entre

<sup>266</sup>-AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. 6, D. 487: 1709, Junho, 19, Lisboa. “CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V referente a doação de um cruzado por dia ao religioso que veio da India para por em prática no Brasil a cultura das árvores de canela e sementeira de pimenta”.

<sup>267</sup>-AMU. D. 11652. 1784, Julho, 30, Bahia. “CARTA de António Alves do Rio para o Mestre de Campo Theodosio Gonçalves da Silva, (...) e as vantagens de fazer plantações de pimenteiras no Brasil, a partir de experiência feita no hospício dos religiosos do Pillar”. Apud: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo II. p. 564. AMU. D. 12809 e 12811. 1788, Fevereiro, 21, Bahia. “OFÍCIO do Governador D. [Rodrigo] José de Menezes para Martinho de Mello e Castro [Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos], no qual especialmente se refere à cultura da pimenta”. Apud: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Op. cit.* Tomo III. p. 73.

<sup>268</sup>-AHU. BELÉM DO PARÁ-ACL-CU-009, Cx. 16, D. 1679: 1728, Setembro, 14, Belém do Pará. “CARTA do governador do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, ao rei D. João V, em resposta a provisão sobre a plantação de árvore de canela na Capitania”.

1756 e 1760.<sup>269</sup> Por ter sido um pajé, detinha o saber sobre a cura através das plantas, não sendo por acaso eleito o hortelão daquele Colégio. Alguns exemplares botânicos transpostos para os domínios do sagrado, constituíram matéria-prima para a elaboração de medicamentos, como a “Triaga Brasília”, um dos principais produtos da farmacopeia jesuíta, cujos ingredientes, ervas e raízes, eram oriundos de diversas quintas pertencentes aos padres, como ficou evidenciado:

*“Triaga Brasília. Entre todos os medicamentos dos Jesuítas do Brasil, este alcançou maior nomeada. Feito pelo Ir. André da Costa, do Colégio da Baía, natural de Lyon de França. ‘Pharmacopola et chimicus insignis’, como se lê no Catálogo de 1683. A ‘Triaga Brasília’ tem hoje apenas interesse histórico. Mas ainda é útil a relação das numerosas raízes e ervas medicinais, que entram na sua composição, e se descrevem, com os lugares donde procediam, muitas delas das Quintas dos Padres em diversas partes do Brasil (...). ‘Notícia do Antídoto, ou nova Triaga Brasília que se faz no Colégio da Companhia de Jesus na Bahia. Com as virtudes e propriedades della experimentadas há muitos annos em varias enfermidades.*

*A Triaga Brasília he hum Antídoto, ou Panacêa á imitação da Triaga de Roma, e de Veneza; de varias plantas, raízes, e ervas, e drogas do Brasil, que a natureza dotou de tão excellentes virtudes, que cada huã por si só pôde servir em lugar da Triaga de Europa; pois com algumas raízes, de que se compoem este Antídoto, se curão nos Brazis de qualquer peçonha, e mordedura de animais venenosos, como tambem de varias enfermidades”*.<sup>270</sup>

A necessidade impunha uma ligação bem próxima entre as boticas e as hortas, onde estavam guardados os verdadeiros segredos. Infelizmente, as fontes pesquisadas não fornecem detalhes técnicos sobre esse tema. No entanto, por intermédio de diversos registros, elaborados durante os séculos XVIII e XIX, é possível avaliar várias espécies notificadas ao governo metropolitano. Tais apontamentos permitem-nos citar algumas delas, pressupondo que pudessem estar sendo propagadas ou mesmo testadas na composição de soluções medicamentosas, devido a suas qualidades terapêuticas. No elenco das plantas medicinais, sobressaíam: ananás, alfavaca-de-cheiro, angélica-do-mato, angelicó, [arapobaca], batatas, barbatimão, betónica, [bête], cabacinho, cabriúva, cajarana, caju, [capim-pé-de-galinha], camapu, capeba ou pariparoba, cardo-santo, caroba, cipó-[guardião], cipó-chumbo, cipó-cururu-apê, contra-erva, copaíba, embira-vermelha, [emburana], [erva-mijona ou pimenta-da-água], erva-moura, gitó, grama, guabiraba branca, guandu, guaraná, imbé-furado, jaborandi, japecanga, jataí, jenipapeiro, junco-bravo, [joão-motte], jurubeba, lava-pratos, língua-de-vaca, louco, [macotinha], malícia-de-mulher, mangabinha ou marfim, manacá, manjeriço-bravo, manjerioba, [matacana], mata-pasto, maracujá, mentruz, mil-homens, [mossambé], mucuna, murici [saboieiro], orelha-de-[cão], parreira-brava, pau-cobra,

<sup>269</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 309.

<sup>270</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949a. Tomo VII. p. 283a. A citação é apresentada através da seguinte referência, Bras. 5(2), 60. Possivelmente, trata-se do Códice Brasília 5-6: *Catalogi Breves et Trinnales 1558-1757*, localizado no *Archivum Societatis Iesu Romanum*.

pau-de-[carne], pau-santo, quinaquina, relógio, samambaia, sapé, sapucaia, [serrote], tabaco, timbaúba, urucuzeiro, vassoura-miúda, velame.<sup>271</sup>

Mesmo que algumas informações apuradas não estejam directamente ligadas à temática do desenho dos complexos monásticos, o estudo realizado fornece pistas para que possamos reflectir sobre as influências vigentes no período colonial. Sabe-se que os padres da Companhia de Jesus tinham bastante prestígio, junto à Coroa, para circular em sigilo com seus pertences, o que incluía as receitas de suas principais boticas, no Brasil, na Índia, em Macau e Portugal.<sup>272</sup> Além das fórmulas de preparados, possivelmente também eram intercambiados outros elementos, dentre eles, mudas e sementes de várias espécies vegetais, que possuíam propriedades curativas. Nessas circunstâncias, a manutenção do sigilo a respeito da fitoterapia contribuía para respaldar a expansão do poder eclesiástico, que ia se consolidando através do desenvolvimento de actividades assistenciais. Vale notar a importância conferida às boticas ou farmácias nos conjuntos religiosos. Dentre os serviços desempenhados pelos padres, sobressaía a fabricação de medicamentos, o que fazia parte da tradição monástica, sobretudo nas moradias beneditinas, dominicanas e jesuítas. Os compostos que não eram consumidos nos conventos e mosteiros ficavam sujeitos a serem comercializados, segundo o mesmo princípio que orientava a venda de quaisquer outros manufacturados, como as compotas e os vinhos, além de géneros provindos de hortas e pomares, como as frutas, os legumes e as verduras, e de produtos colectados nas fazendas ou roças, como as drogas do sertão, sobressaindo o cacau, a canela e o cravo. Parte dos rendimentos obtidos nas transacções efectuadas era revertida na compra de livros.<sup>273</sup> No Brasil, aqueles que não tinham condições económicas para adquirir tais medicamentos acabavam sendo beneficiados através de doações. O serviço assistencial realizado pela Igreja, em particular pelos jesuítas, abrangia não só o meio urbano, mas se estendia às aldeias e fazendas.<sup>274</sup> Os Colégios mobilizavam seus congregados

<sup>271</sup>-AHU. Recife-ACL-CU-015, Cx. 163, D. 11689: 1788, Maio, 8, Recife. "OFÍCIO (1ª via) do [governador da Capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo diversas amostras vegetais de uso medicinal, procedentes da Paraíba, e um abecedário das aplicações dessas plantas".

AMU. D. 13321. 1789, Agosto, 4, Bahia. "CARTA de Francisco Ferreira Paes da Silveira para Martinho de Mello e Castro [Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos], na qual se refere à casa de educação estabelecida no Colégio dos Jesuítas e a descoberta das plantas arapobaca e macotinha, que reputam de grande interesse". Apud: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo III. p. 122-123.

SALGADO, Abílio José. "Os jesuítas no Brasil e o impacto entre a medicina europeia e a terapêutica indígena". In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS. *Actas* ..., 1, Braga: Faculdade de Teologia/Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1993. v.3. "Igreja, sociedade e missionação". p. 10. Cf. VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 144-145.

<sup>272</sup>-Cf. LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; escritores de N a Z*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Civilização Brasileira; Lisboa: Livraria Portuguesa, 1949c. Tomo IX. p. 393.

<sup>273</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 166-167, 288.

<sup>274</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portuguesa, 1945b. Tomo VI. p. 15-16.

ou outros efectivos para minimizarem os surtos epidémicos. Como lembrou Antônio Sepp (1655-1733), “o Padre precisa[va] ser tudo a todos!”<sup>275</sup>

Com relação à arte de manipular remédios, sobressaíram os Colégios da Bahia, do Maranhão e principalmente do Pará que, no caso específico, até 1757 manteve o estoque de suprimentos actualizado com o melhor da farmacopeia produzida. Em lista de substâncias importadas, via Lisboa, referente ao ano de 1732, destacava-se a presença de vários ingredientes botânicos, “alcaçus, jalapa, ruibarbo, pós, triagas, unguentos (‘unguento de chumbo’), óleos, bálsamos”, que deveriam ser utilizados como matéria-prima nos laboratórios.<sup>276</sup>

Diante da amplitude do tema trabalhado, podemos ainda comentar as informações difundidas por certos religiosos, dentre eles, Frei Cristóvão de Lisboa (1583-1654) e os Padres Antônio Sepp (1655-1733), Fernão Cardim (1548/1549-1625), Manuel Aires de Casal (c.1754-c.1821) e Simão de Vasconcelos (1597-1671), além daquelas de alguns naturalistas do século XIX que conheceram mais de perto o tipo de vegetação contida nas cercas religiosas. A realização de uma listagem de plantas visa a possibilitar uma melhor apreciação do repertório botânico existente nos conventos ou mosteiros, complexos constituídos de jardins, hortas, pomares, matas e campos.

Com relação às espécies ornamentais, verificadas tanto nas hortas quanto nos jardins propriamente ditos, situados nos claustros ou ao longo de caminhos, definidos por alegretes ou latadas, nas proximidades de eirados ou varandas, podemos citar alguns exemplares, destacando-se: ananás, beldroega, canafistula, cajueiro, chagueira, coqueiros, cravos (amarelos, vermelhos), ervas cheirosas, esporeira, girassol, laranjeiras e limoeiros, lírios (brancos, indianos), malmequer, mangabeira, maracujazeiro, palmeiras, pitangueiras, roseiras (de alexandria), videiras, violetas (amarelas, azuis).<sup>277</sup>

Nas subunidades hortícolas, as plantas encontravam-se, na maioria das vezes, alinhadas segundo traçados de geometria simples ou cultivadas de maneira promíscua no interior dos canteiros, onde diversas espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas eram disseminadas segundo

<sup>275</sup>-SEPP S.J., Antônio, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951]. p. 113.

<sup>276</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 189.

<sup>277</sup>-CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 161, 275.

LEITE, Serafim, Padre. *Os jesuítas na vila de São Paulo: século XVI*. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, [1936]. [p.47]. (Separata da Revista do Arquivo Municipal, v.XXI, [1936]).

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portuguesa; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 178, 412-413.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 162.

SEPP S.J., Antônio, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951]. p. 115.

VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 145-148.

“requisitos edafoclimáticos, necessidade de água, época de frutificação e dimensão de cada espécie”, o que estava de acordo com os procedimentos tradicionais adoptados.<sup>278</sup> Em tais domínios, distinguiam-se as seguintes hortaliças: abóboras, açafrão, alcaparras, alecrim, alfaces, alfavaca, alhos, almeirões (bravos), amendoim, ananás, aniz, arruda, babosa, batatas, beldroegas, berinjela, betelê, borragens, bredos, caapeba, cabaceira, caiapiá, camará, caraguatá, cécem, chicórea, coentro ou coriandro, couves (mercianas, nabeira), cuieira, endro, ervas cheirosas ([cebolaceê]), erva-doce, ervilhas-de-borragem, espinafre, favas, fetos, função, funcho, hortelã, grão-de-bico, gengibre, gergelim, losna, mamoneira, manjericões, maracujazeiro, melancias, melões, mentastros, mostarda, nabos (bávaro), [pastinaga], pepinos, pimpinela, pimenteiras, videiras, rábãos (gráudo e miúdo), repolhos (crespo), salsa, sassafrases, urucum.<sup>279</sup>

Quanto aos pomares, também estavam organizados de acordo com os requisitos de cada espécie, as facilidades de amanho, a realização de colheitas e a manutenção das culturas. Apesar da falta de informação sobre as técnicas difundidas, supomos que havia alguns pomares mais ordenados do que outros. No caso de lugares definidos pela regularidade, as espécies alinhavam-se mediante espaçamentos específicos, norteados por princípios produtivos, o que resultava em unidades com marcações e ritmos próprios. Por outro lado, havia locais cujas árvores e arbustos apresentavam-se de forma aleatória e promíscua, definindo ambientes completamente imbricados. De acordo com as fontes consultadas, destacamos as seguintes fruteiras: abacateiro, abacaxi, abieiro, abricoteiro, ananás, ameixeira, amoreiras (de frutos negros ou brancos), araçazeiro, araticum, bacuri, bananeira e/ou pacoveira, biribazeiro, cajazeira, cajueiro, castanheira, cerejeira, cidreira, coqueiro (diversas espécies), figueira (de várias castas), fruta-do-conde, ginja, goiabeira, grumixameira, imbuzeiro, jabuticabeira, jambeiro, jaqueira, jaracatiá, jenipapeiro, laranja (selecta e de umbigo), limeira (azedo e doce), limoeiro (azedo e doce), macieira, mamoeiro, mangabeira, mangueira, marmeleiro, murici, palmeira (diversas espécies), pequiá, pereira, pessegueiro, pitangueira, romeira, tamarineiro, videira (de uvas-bastardas, boas, ferrais, galegas, verdes).<sup>280</sup>

<sup>278</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 61. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>279</sup>-CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Op. cit.* p. 161, 190, 213, 219, 238-239, 250, 254, 268, 275.  
CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo I. p. 94-115. (Impressão Régia feita em 1817).  
LEITE, Serafim, Padre. LEITE, Serafim, Padre. *Os jesuítas na vila de São Paulo: século XVI*. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, [1936]. p. 17. (Separata da Revista do Arquivo Municipal, v.XXI, [1936]).  
LEITE, Serafim, Padre. *Op. cit.* 1938a. Tomo I. p. 178, 455-456.  
LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, fundações e entradas, séculos XVII-XVIII*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943a. Tomo III. p. 226-227.  
SEPP S.J., Antônio, Padre, 1655-1733. *Op. cit.* p. 115.  
VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 139-140, 145.

<sup>280</sup>-ACADEMIA BRASILEIRA. *Cartas jesuíticas; cartas avulsas (1550-1568)*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931. p. 106.

Nos domínios dos maiores conventos ou mosteiros, principalmente daqueles mais próximos de zonas rurais, era notório o cultivo de algodão, arroz, banana, café, [cana-de-açúcar], carrapato ou mamona, feijão (“das águas” e “da safra”), mandioca, milho. A cultura de tais produtos exigia o emprego de grande contingente de mão-de-obra. Contudo, em alguns casos, parte dos géneros necessários à alimentação dos congregados de Colégios e outros estabelecimentos similares também provinha de fazendas ou roças subordinadas à administração das ordens religiosas.<sup>281</sup>

Através da elaboração de sínteses, tentamos pautar a riqueza ambiental, cultural, paisagística, patrimonial, inerente à realidade dos conjuntos religiosos. Tivemos a oportunidade de captar o significado da noção de beleza aprazível e útil aplicada no desenho das cercas, observadas como Paraísos. Nas descrições realizadas, evidenciou-se a importância da dimensão simbólica do elenco vegetal. A dispersão de aromas, a incidência de sonoridades, a ocorrência de contrastes de luz e sombra, de compartimentações e continuidades eram fenómenos que, directa ou indirectamente, se relacionavam com os cultivos e as espécies propagadas, o que variava de região para região, conforme as potencialidades biofísicas de cada sítio, os interesses vigentes e os recursos económicos e humanos disponíveis. Devemos salientar que nos complexos monásticos brasileiros as cercas correspondiam a estruturas bastante simples. Suas unidades eram compostas de suportes pouco duráveis, mas de grande efeito estético. Isso leva-nos a reflectir sobre o carácter efémero de hortas, pomares ou jardins, lugares aproveitados constantemente para a estadia ao ar livre e a contemplação mística da natureza.

---

CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 160, 219, 268, 275.

CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 23. (Impressão Régia feita em 1817).

LEITE, Serafim, Padre. *Os jesuítas na vila de São Paulo: século XVI*. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, [1936]. p. 17. (Separata da Revista do Arquivo Municipal, v.XXI, [1936]).

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 178, 412-413, 455-456.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, fundações e entradas, séculos XVII-XVIII*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943a. Tomo III. p. 226-227.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 156-157.

SEPP S.J., Antônio, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951]. p. 116.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 372-373. Tomo II. p. 224-225, 299. Tomo III. p. 28. (Edição alemã: 1823).

VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 143-149.

<sup>281</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *Op. cit.* 1943b. Tomo IV. p. 156-157.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 162.

LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae III (1558-1563)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Ieju], 1958. p. 406, 463.

LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae IV (1563-1568)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Ieju], 1960. p. 33.

VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Op. cit.* p. 140-142.

Tendo em vista a fragilidade de tais locais, podemos entender, na actualidade, o “vazio” de informações e vestígios a respeito das cercas religiosas. Nesse quadro, também é sensato considerar o efeito das expansões urbanas, das descaracterizações e das fragmentações ocorridas no aro da “urbe” colonial, particularmente durante o século XIX e nas primeiras décadas do XX. Pouco ou quase nada restou em termos dessa categoria de espaço aberto. Mesmo assim, deparamo-nos com alguns exemplares em cidades como João Pessoa, Olinda e Ouro Preto. Em Olinda, identificamos, no Convento de Nossa Senhora das Neves, chafariz setecentista implantado em espaço destinado à produção. Provavelmente, essa construção era utilizada como arquitectura de prazer.<sup>282</sup> Em Ouro Preto, não menos notável é o conjunto do antigo Hospício da Terra Santa, onde se observam, nas adjacências do edifício, chafariz revestido com embrechado, mesa e tanque de rega.<sup>283</sup>

Hoje em dia, os moradores das cidades classificadas, inclusive os religiosos que residem nos conventos e mosteiros, raramente são capazes de entender a importância da preservação do que ainda permaneceu nas antigas cercas, reflexo do distanciamento das origens e do sonho vivido pelos primeiros congregados. Diante das poucas ruínas remanescentes nesses complexos, não nos resta outra alternativa a não ser beber na fonte, ou seja, conhecermos o que tem sido pesquisado em Portugal. Isso nos leva a perceber em sintonia o desenho da tipologia examinada, representante da cultura lusíada, divulgada em território ultramarino.

O entendimento da forma urbana a partir do estudo tipológico pode contribuir para a manutenção do carácter das cidades classificadas. Essa maneira de perceber a realidade abre novas perspectivas de trabalho, ligadas à preservação patrimonial. Leva-nos a verificar com cautela os procedimentos administrativos normalmente adoptados nesses lugares, onde ainda se consideram os espaços abertos como simples “manchas” ou “vazios” nos tecidos edificados, sem qualquer vínculo com a paisagem ou mesmo com a questão cultural e patrimonial.

---

<sup>282</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 71-74.

<sup>283</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 98-107.

## Chácaras

“*Hill and valley, fountain and fresh shade*”<sup>284</sup>

Segundo alguns cronistas e dicionaristas, o vocábulo chácara é tido como um americanismo, criado no século XVI.<sup>285</sup> Tem sentido equivalente à quinta de recreio em Portugal, complexo hortifrutícola localizado na vizinhança ou envolvimento de vilas e cidades.<sup>286</sup> É ainda tratado como uma palavra de origem quíchua ou quéchua, língua geral do antigo império Inca, ainda falada por povos indígenas da Argentina, Bolívia, Equador e Peru.<sup>287</sup> No Brasil, supomos que o termo tenha sido empregado como modismo, a partir da segunda metade do século XVIII, quando ocorreu um maior grau de civilidade e comércio nos principais núcleos de povoamento da colônia, favorecidos por iniciativas visando a melhorias da estrutura e infra-estrutura urbanas.<sup>288</sup> Nesse contexto, verificamos a seguinte sinonímia para o termo especificado: chacra ou estanciola no Rio Grande do Sul, quinta no Rio de Janeiro, roça na Bahia, rocinha no Amazonas e Pará, sítio em Pernambuco, além de outras denominações, como: casa de campo, casa de hóspedes da cidade, casa de recreio, casa de repouso, casa de sobrado, casa-jardim, palacete.<sup>289</sup> Quanto ao modo da escrita,

<sup>284</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 182. (Edição inglesa: 1842).

<sup>285</sup>-COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. *Diccionario critico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Editorial Gredos, 1980. v.II. p. 309.

<sup>286</sup>-Cf. PITA, Sebastião da Rocha, 1660-1738. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. p. 49, 64.

Cf. VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de, 1758-1812. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centros de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 83.

<sup>287</sup>-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª edição. Curitiba: Positivo, 2004. p. 446.

SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. “Onomástica geral da geografia brasileira”. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004. p. 104. (Primeira edição: 1910).

<sup>288</sup>-A palavra chácara ou chacra também é apresentada como um americanismo em dicionários de língua espanhola. Cf. *DICCIONARIO de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 2000. p. 243.

<sup>289</sup>-BLUTEAU, Raphael, Padre D. *Vocabulário português e latino ...* Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, MDCCXX (1720). v.VII. p. 265, 350.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo dicionario critico e etymologico da lingua portuguesa*. Paris: Angelo Francisco Carneiro, 1836. p. 248, 859, 892.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003. p. 374.

GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Op. cit.* p. 166. [Edição inglesa: 1842].

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001. p. 2363.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 96.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 71.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário de sinônimos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 172.

SOUZA, Bernardino José de. *Op. cit.* p. 104.

TERTÚLIA EDÍPICA, SOCIEDADE LITERÁRIA CHARADÍSTICA. *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa*. Lisboa: João Francisco Lopes Editor, 1945. p. 207, 790.

Na actualidade, é necessário percebermos a mudança do significado de determinadas palavras, como sítio e granja, em Pernambuco. A distinção entre os termos, no senso comum, está baseada no tamanho da parcela, localizada na zona periurbana. Sítio, geralmente, equivale a uma área de ½ a 1 hectare, cerca de 10.000 m<sup>2</sup>. Granja, por sua vez, pode variar de 1 a aproximadamente 15 hectares. Acima desse valor o terreno é considerado fazenda, sendo uma propriedade rural.

AZEVEDO, Francisco J. Moreira de. Morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005.





apresentava variações, como: *chacarita*, *chacrira*, *chajra*, na língua espanhola, e chacarola, xácara ou xacra, na grafia portuguesa, utilizada nos séculos XVIII e XIX.<sup>290</sup>

Diante da constatação de regionalismos, é no mínimo prudente acautelarmos em relação à leitura das crônicas de época, pois podem revelar detalhes significativos sobre o ordenamento do espaço da categoria patrimonial analisada. Jean Baptiste Debret (1768-1848) estabelece diferença entre as chácaras simples e as mais elegantes, ambas as propriedades situadas às margens de caminhos, nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro. Segundo esse autor, não havia brasileiro que, no século XIX, não possuísse uma chacara de herança, expressando com isso, além da ampliação dos limites urbanos sobre a zona rural, a vigência da cultura da urbanidade. Enquanto o aspecto de algumas quintas se caracterizava pela simplicidade ou mesmo pela pobreza de seus componentes, a aparência de outras, localizadas nos subúrbios, onde habitavam pessoas abastadas, primava pelo encantamento de sobrados, mansões ou solares, cujos jardins eram cuidadosamente mantidos, numa atmosfera de fertilidade e naturalismo.<sup>291</sup>

Tal diferença permite-nos referir a duas categorias de chácaras, uma delas voltava-se basicamente para o auto-abastecimento e para a produção, a outra era predominantemente associada à actividade do recreio ou da vilegiatura. No século XIX, enquanto os proprietários mais modestos e vinculados ao mundo agrário absorviam parcialmente as tendências modernizantes do período, os ricos senhores, negociantes brasileiros e ingleses, e/ou ocupantes de altos cargos no governo, mostravam-se empenhados em ostentar a distinção de seus pertences, conforme regras de modelos eruditos, veiculados na Europa. Dessa maneira, a tipologia em estudo ficou marcada como palco de etiquetas, gostos, luxos e preferências culturais da aristocracia. Foi influenciada pelo modo de vida urbano, baseado num ideário irradiado de centros metropolitanos.

Segundo estatística feita no ano de 1860, o Rio de Janeiro contava com cerca de duzentos mil habitantes, sendo que um quarto de sua população permanecia nos arredores da cidade. Possivelmente, grande parte dos moradores urbanos residia em chácaras, destacando-se, dentre os

<sup>290</sup>-ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo, 2001. p. 776.

BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Maria Liana. *Dicionário histórico Brasil colônia e império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 314.

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. *Diccionario critico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Editorial Gredos, 1980. v.II. p. 309.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª edição. Curitiba: Positivo, 2004. p. 446.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001. p. 684.

<sup>291</sup>-O pintor Jean Baptiste Debret fez parte da comitiva da “Missão Artística Francesa” (1816), chefiada por Le Breton, convidada por D. João VI para fundar no Brasil, então sede do Reinado de Portugal, uma Academia de Belas Artes. Fizeram parte da citada comitiva: Grand-Jean de Montigny (arquiteto), Newcom (compositor de música), Ovide (professor de mecânica), Pradier (gravador em talho-doce), os irmãos Taunay (estatuário e paisagista).

DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I. p. 24-25, 226-227. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).

proprietários de belos solares, segundo Gastão Cruls, os “Portugueses pecuniosos, ‘do alto comércio desta praça’, e brasileiros abastados, grandes latifundiários, donos de fazendas de café, senhores de engenho e criadores de gado que, estabelecidos pelo interior, mas sobretudo em terras fluminenses, queriam ter sua casa junto à Côrte”.<sup>292</sup> Fenómeno semelhante aconteceu na cidade de São Paulo, no mesmo período, quando as cercanias cumpriam função agrícola e residencial.

Para melhor compreendermos as chácaras, é necessário determo-nos no conceito de quinta de recreio. Segundo Aurora Carapinha, entende-se esse conjunto patrimonial como um complexo de produção e recreio localizado em lugares aprazíveis, no aro das “urbes”. Em termos ideológicos, consideravam-se as quintas de recreio como símbolo de urbanidade. Geralmente, eram propriedades abastadas, constituídas por hortas/pomares, hortos de recreio e matas, sub-espacos que se mantinham articulados entre si e que dotavam os conjuntos construídos de carácter, continuidade e unidade, numa relação harmoniosa com a paisagem. Nessa categoria patrimonial, a crescente valoração de actividades recreativas promoveu o apuro arquitectónico, especialmente, nos hortos de recreio, nas proximidades dos edifícios senhoriais. Eram locais marcados por desenhos de linguagem modernizante, adaptados às particularidades biofísicas e ao contexto cultural, económico e social de cada lugar ou região.<sup>293</sup> Em Portugal, tais quintas foram cultuadas como signos do poder emergente, tornando-se atractivas para uma minoria privilegiada da população (nobreza, clero e monarquia), que almejava o prestígio de habitar as cercanias, conforme observado por Francisco Manuel de Melo, nos seiscentos.<sup>294</sup>

Quanto à realidade brasileira, salientamos a importância das ordens religiosas, como já demonstramos anteriormente, na difusão de conceitos, costumes e valores lusíadas. Contribuíram elas com a transposição e adaptação de princípios construtivos, reflectidos no desenho de povoados, vilas e cidades. No material apurado, destacamos, em especial, uma correspondência do Padre António Vieira, enviada ao Padre Geral, Gosvínio Nickel, datada de 21 de março de 1661, onde se

<sup>292</sup>-CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949. p. Tomo I. p. 376.

<sup>293</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 198, 207-208. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

No sentido etimológico, a palavra quinta, derivada do vocábulo latino “quintana”, ficou registada em português arcaico como quintã ou quintãa. Esse termo era utilizado para designar uma das parcelas agrícolas resultante da divisão da “villa” romana (“villae-rusticae”). Sobressaíam tanto as quintas de rendimento ou rústicas, vinculadas exclusivamente à produção, quanto as de recreio, onde o carácter utilitário da propriedade não estava dissociado das actividades de lazer. Nesse domínio em particular, priorizava-se o desenvolvimento da policultura e da viticultura, destacando-se o cultivo de cereais, frutas, legumes e verduras, destinados ao abastecimento de mercados locais e externos.

*Idem. Ibidem*. p. 191-193, 226.

Cf. FAUVRELLE, Natália. *Quintas do Douro. As arquitecturas do vinho do Porto*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID), 2001. p. 21-23. (Cadernos da Revista Douro- *Estudos & Documentos*).

<sup>294</sup>-MELO, Francisco Manuel de. Carta de guia de casados. Lisboa: Editorial Verbo, /s.d./ p. 155. *Apud*: PEREIRA, Magnús Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. p. [26].

menciona que: “(...) para haver estudos no Maranhão, é necessário Colégio em que vivem os nossos, classes em que estudem, mestres, livros, vestido, mantimento e quinta a que se vão recrear (...)”,<sup>295</sup> conduta igualmente aplicada a outros lugares.<sup>296</sup> Diante dessa evidência, conseguimos identificar as seguintes quintas jesuítas: o sítio de [Camaragipe] e a Quinta do Tanque, na Bahia, criados no século XVI; a Quinta de [Jacuarari], em Belém do Pará; a Quinta da Carapina, no Espírito Santo; a Quinta de Nossa Senhora Madre de Deus (1713), no Maranhão; a Quinta da Barreta e a de Santa Maria de Madalena (1615), em Pernambuco; o sítio da [ilha dos Melões] e a Quinta de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, além da Quinta de Santa Ana, em São Paulo.<sup>297</sup>

As mencionadas propriedades tinham o objectivo de subsidiar o funcionamento dos Colégios, que se fundamentavam na prática de “alguns ofícios humildes”, de “exercícios espirituais” e de “honestas distrações”. As quintas possibilitavam o abrigo aos estudantes, a residência de padres professores ou confessores, o cultivo do sustento, a promoção de experiências botânicas e a transposição de espécies exóticas. A produção e o recreio conjugavam-se na base das respectivas estruturas, tomadas como modelos do “bom viver”.<sup>298</sup>

Com referência à materialização do ideário de época, foi patente a vontade do colonizador em transformar o Brasil num outro Portugal, o que pode ser verificado no conteúdo de diversas crónicas quinhentistas, como nos relatos do Padre Jesuíta Fernão Cardim (1548/1549-1625), tornando explícita a visão particularizada de uma natureza aprazível e fértil, transmutada em hortos e/ou jardins. No entanto, chamou-nos a atenção a maneira como o citado Padre se referiu à Quinta do Tanque na Bahia, comparada às boas quintas em Portugal. Sobressaíam, no conjunto arquitectónico do lugar, formoso terreiro com fonte, horta com muitos legumes, pomar de citrinos e outras frutas, e bosques de arvoredos muito “frescos”, além de tanque, cheio de peixes, onde entravam ribeiras de boa água.<sup>299</sup> A partir desses relatos, mesmo sucintos, é possível observarmos a ocorrência de um padrão construtivo caracterizado pela diversidade e hierarquia entre as partes. A

<sup>295</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 296.

<sup>296</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *Fazendas e engenhos jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945c. p. 204. (Separata da revista *Verbum*, Tomo II, fasc. 2, Jun. 1945).

LEITE, Serafim, Padre. *Morumenta brasiliae III (1558-1563)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Iesu], 1958. p. 434.

<sup>297</sup>-COSTA, Francisco Augusto Pereira da, 1851-1923. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. 44-45.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; a obra, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938b. Tomo II. p. 49.

LEITE, Serafim, Padre. *Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 296.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 73, 152-152a.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 99-100. (Edição alemã: 1823).

<sup>298</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 94-95.

<sup>299</sup>-CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. p. 219-220, 279.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. “Breviário da Quinta do Tanque”. *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Salvador, nº 43, p. 83-87, Mar. 1998.

viabilização desse complexo paisagístico, em terreno de tamanho avantajado, situado no arrabalde de Brotas, distante meia légua da cidade de Salvador da Bahia, revelava-se um acontecimento marcante para a época. Assim, consideramos os Colégios como difusores de modos de vida e pensamentos, à semelhança do que também acontecia nas aldeias e nos engenhos a cargo da administração directa dos congregados.<sup>300</sup>

Na apreciação dos factos, também ressaltamos outras experiências congéneres em território colonial, como as duas residências palacianas na ilha de António Vaz (Cidade Maurícia), em Recife, a saber: o palácio de Friburgo (*Vrijburg*) e a casa de veraneio, que os portugueses denominaram de “Boa Vista”.<sup>301</sup> Ambas as habitações, que pertenceram ao governador-geral da Nova Holanda (1637-1644), Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679), foram construídas para a vivência do ócio. Parece-nos oportuno entendê-las como quintas de recreio, representantes de um novo estilo de vida no período de dominação holandesa (1630-1654). Ao determo-nos no desenho dos jardins da residência oficial, o palácio de Friburgo, tido como uma “casa de prazer”, na visão de Frei Manuel Calado do Salvador (1584-1654), observamos no traçado geral do conjunto projectado grande regularidade na organização das partes, principalmente na distribuição do componente vegetal, definida pela geometria, preocupação coerente com o espírito da época, guiado pela afirmação do poder absolutista, em voga na Europa e rebatido no Novo Mundo.<sup>302</sup>

<sup>300</sup>-No ano de 1583, preparou-se a aldeia do Espírito Santo, situada a sete léguas de Salvador, para a recepção do Padre Visitador, Cristóvão de Gouveia. Na ocasião, o lugar escolhido para esse encontro não podia ser mais apropriado. Encontrava-se localizado sob os auspícios da água e sombra frescas, em ambiente protegido por ramada, onde se fazia presente uma fonte portátil.

CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. p. 232.

<sup>301</sup>-Cf. NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, Oficina da Empresa Gráfica da [Revista] dos Tribunais, [1951]. p. 21-25. (Edição holandesa: 1682).

Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, veja-se: BARLEU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc, ora governador de Wesel. Tenente-general de cavalaria das Províncias –Unidas sob o Príncipe de Orange*. Rio de Janeiro: Min. da Educação, Imp. Nacional, 1940. p. 160-163.

<sup>302</sup>-“(...) Andava o Príncipe Conde de Nassau tão ocupado em fabricar a sua nova Cidade, que para afervorar aos moradores a fazerem casas, ele mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas, e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa, e lhe trouxe a entrar por o meio dela, um dique, ou levada, a água do Rio Capivaribe, a entrar na barra, por o qual dique entravam canoas, batéis, e barcas para o serviço de moradores por debaixo das pontes de madeira, com que atravessou em algumas partes este dique a modo de Holanda, de sorte que aquela Ilha ficava toda rodeada de água: também ali fez uma casa de prazer, que lhe custou muitos cruzados, e no meio daquele areal estéril, e infrutuoso plantou um jardim, e todas as castas de árvores de fruto que se dão no Brasil, e ainda muitas que lhe vinham de diferentes partes, e à força de muita outra terra frutífera, trazida de fora em barcas rasteiras, e muita soma de esterco, fez o sítio tão bem-acondicionado como a melhor terra frutífera; pôs neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos moradores, e eles lhos mandavam trazer em carros, e deles fez umas carreiras compridas, e vistosas, a modo da alameda de Aranjúés, e por outras partes muitos parrerais, e tableiros de hortaliça, e de flores, com algumas casas de jogos, e entretenimentos, aonde iam as damas, e seus afeiçoados a passar as festas no verão, e a ter seus regalos, e fazer suas merendas, e beberetes, como se usa em Holanda, com seus acordes instrumentos; e o gosto do Príncipe era que todos fossem ver suas curiosidades, e ele mesmo por regalo as andava mostrando, e pra viver com mais alegria deixou as casas aonde morava, e se mudou para o seu jardim com a maior parte de seus criados (...)”.

CALADO, Manuel, Frei, 1584-1654. *O valoroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. v.1. p. 99-100. (Primeira edição: 1648).

Cf. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 91-94. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 108-109.

A mencionada iniciativa não nos parece desvinculada da tratadística do período, cuja leitura sugere uma aproximação entre o traçado da cidade Maurícia e os conceitos contidos em planos utópicos do Renascimento.<sup>303</sup> Supomos que os jardins desse lugar tenham sido criados a partir de interpretação da obra de Hans Vredeman De Vries (1527-1606), *Hortorum Vividarionrunque et multiplicis formae*, editada na Antuérpia em 1585. Na residência oficial, na ilha de António Vaz, destacavam-se compridas e vistosas alamedas, a modo de Aranjuez,<sup>304</sup> parreiral e tabuleiros de flores e hortaliças, casas de entretenimento, além de um zoológico particular e grandes viveiros de peixes, também existentes no terreno da casa de veraneio.<sup>305</sup>

Com base nas intervenções realizadas, reforçamos o pioneirismo da transposição do conceito de quinta para a América, o qual viria a se tornar mais divulgado no Brasil somente a partir do século XVIII. Em termos culturais e económicos, foi um momento propício. O crescimento da malha das cidades sobre os limites de zonas rurais impulsionou o fracionamento de parcelas agrárias, como aconteceu no Rio de Janeiro, em antigas datas de sesmarias pertencentes aos jesuítas. Alguns terrenos foram vendidos, como a fazenda do Rio Comprido, outros foram divididos em lotes para arrendamentos, por enfiteuse, como ocorreu possivelmente com parte das fazendas do Engenho Novo, do Engenho Velho, de São Francisco Xavier e das glebas situadas no Andaraí Grande, no Andaraí Pequeno, no Caju, na ilha dos Melões, em Mata-Porcos, São Cristóvão, São Gonçalo, Tijuca, onde se implataram muitas chácaras, principalmente, no século XIX. Na viabilização de tais empreendimentos, ficou registada a operosidade da citada ordem religiosa, cujos congregados se empenharam não só na abertura de valas para a delimitação de sítios e a drenagem de campos alagadiços e restingas, mas também na construção de açudes e na manutenção da vegetação ripícola, com o intuito de potencializar o uso das terras aforadas, possibilitando maiores rendimentos ao Colégio.<sup>306</sup>

A partir da segunda metade do século XVIII, nota-se com maior frequência a transformação da paisagem devido à expansão do tecido de primitivos núcleos urbanos. Na oportunidade, aproveitamos para comentar sobre modismo de época, difundido entre as famílias abonadas, que passou a influenciar a evasão da cidade para o campo, fenómeno motivado pela

<sup>303</sup>-SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 53-54.

<sup>304</sup>-O Real Sítio de Aranjuez foi uma das realizações paisagísticas mais expressivas do reinado de Filipe II de Espanha, (1556-1598), juntamente com o Alcázar de Madrid, a Casa del Campo, o Mosteiro do Escourial, o Prado, o Real Sítio de Fresneda, dentre outras construções. No caso de Aranjuez, o conjunto paisagístico encontra-se estruturado a partir de um grande eixo, que articula edifício, jardins, horta e bosquetes, num todo organizado. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 108, 114-115. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>305</sup>-Cf. MELLO, José António Gonsalves de. "Capunga: crônica de um bairro recifense". In: COSTA, Francisco Augusto Pereira da, 1851-1923. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. 180.

<sup>306</sup>-Cf. LEITE, Serafim, Padre. *Fazendas e engenhos jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945c. p. 201-204. (Separata da revista *Verbum*, Tomo II, fasc. 2, Jun. 1945).

necessidade de alcançar o bem-estar nos arrabaldes, onde eram costumeiros a fartura de alimentos e o resguardo da privacidade. Segundo descrição feita por Adriano de Verdonck (1630), podemos ter noção das qualidades do espaço nas cercanias de Recife, nas proximidades de Olinda.

*“Esta várzea [do rio Capibaribe], dista duas a três milhas do Recife, é a melhor e mais bela moradia, dentre os demais lugares de Pernambuco, o principal deles, e de onde vem a melhor e maior parte do açúcar. Grande povoação e muito habitada, tem muitas e belas casas, residências de gente de qualidade e de pessoas ricas; possuem os seus habitantes toda a casta de animais domésticos, e tem o peixe, camarões, alguns de tamanhos que cinco ou seis bem podem pesar uma libra, caranguejos, caça, toda a sorte de legumes das suas hortas, e frutos dos seus pomares, cereais, além da cultura da mandioca, a melhor farinha da terra, e tudo em abundância (...)”*<sup>307</sup>

Nas adjacências de Recife, os banhos de rio, na várzea do Capibaribe, tornaram-se dignos de crédito para debelar surto de febre epidémica. O facto em si, registado no ano de 1746, não teria maiores evidências, se não fosse o afluxo crescente de pessoas na busca de permanência na zona ribeirinha, o que repercutiu, durante os oitocentos, no processo de parcelamento de antigos engenhos, datados dos séculos XVI e XVII, cujos nomes permaneceram na designação de muitos bairros recifenses, destacando-se: Apipucos, Casa Forte, Cordeiro, Curado, Dois Irmãos, Engenho do Meio, Engenho Poeta, Engenho São Paulo, Engenho Uchoa, Ibura, Jiquiá, Madalena, Monteiro, Torre, São João da Várzea.<sup>308</sup>

Na primeira metade do século XIX, os banhos de mar e de rio já faziam parte dos hábitos de moradores urbanos, que se deslocavam com suas famílias para os arrabaldes, visando a passar férias de final-de-ano nos sítios recém-ocupados, onde as edificações geralmente eram dispostas em posições estratégicas nos terrenos, a fim de permitir um amplo contacto com a Paisagem.<sup>309</sup> Isso fez com que muitas habitações tivessem suas fachadas principais voltadas para locais aprazíveis, com vistas panorâmicas.<sup>310</sup> As chácaras, localizadas na estrada de Benfica, na passagem da Madalena, nos arredores de Recife, estavam orientadas para as margens do rio Capibaribe, onde havia jardins e/ou pomares, além de arquitecturas de prazer. Observamos situações análogas, relativas ao modo de implantar as casas de campo, nas margens do rio Anil e do Bacanga, em São Luís do Maranhão, sendo possivelmente uma prática comum na construção da tipologia estudada.<sup>311</sup>

<sup>307</sup>-COSTA, Francisco Augusto Pereira da, 1851-1923. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. 169-170.

<sup>308</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 9, 117, 166, 177.

<sup>309</sup>-Cf. GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 355-356. (Edição inglesa: 1842).

<sup>310</sup>-FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003. p. 306, 310-311, 313, 325.

<sup>311</sup>-Cf. STAHL, Augusto. “Sítio da Madalena, onde se hospedou a imperatriz D. Teresa Cristina. 1859”. In: FERREZ, Gilberto. *Velhas fotografias pernambucanas 1851-1890*. Rio de Janeiro: Campo Visual, 1988. p. [6?]. Cf. VILELA, João Ferreira. “Sobrado de dois pavimentos (...) c.1865. Álbumen. 20 x 22,7 cm”. In: FERREZ, Gilberto. *Op. cit.* 1988. p. 62-63. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 125-127.

O requinte arquitectónico do mencionado tipo de moradia foi bastante apreciado no aro das “urbes”. Daí entendermos algumas adjetivações topofilicas frequentemente utilizadas na descrição dos subúrbios, considerados alegres, férteis, luxuriantes, mágicos, pitorescos, risonhos, saudáveis, tranquilos. As mesmas sensações também foram verificadas nas cercanias de algumas das principais cidades de Portugal, como: Aveiro, Coimbra, Évora, Lamego, Lisboa, Santarém, Setúbal, Sintra, Tomar.<sup>312</sup> Os relatos dotavam de encantamento as cenas descritas. A natureza costumava ser apresentada segundo a imagem de um grande jardim, artisticamente disposto, como ficou registada nos arredores do Rio de Janeiro e de Florianópolis.

Em grande parte dessas e de outras localidades, a presença de água, bons solos e vistas panorâmicas foram essenciais para o desenho dos conjuntos arquitectónicos e paisagísticos. Tais condições permanecem assinaladas nas crónicas de Jean-Baptist Debret (1816-c.1831) e de Maria Graham (1785-1842), que trataram de ricas residências no Rio de Janeiro. O mesmo sucede nas narrativas de James Henderson, a respeito dos “casarões” do Benfica, da Madalena e do Poço, em Recife. Os relatos de James Fox Bunbury (1833-1835) destacam os sobrados de Vila Rica, actual Ouro Preto, e os textos de Saint-Hilaire (1779-1853) os arredores de São Paulo. Também evocamos os registos do viajante Arsène Isabelle (1830-1834), que observou, nas imediações de Porto Alegre, casas de campo “bem construídas e situadas pitorescamente na inclinação do morro”, em lugares bem drenados e com maior exposição aos raios solares.<sup>313</sup>

Geralmente, as ocupações periurbanas reproduziam procedimentos adoptados no Reino. Foi o caso da cidade de São Paulo, durante o século XIX, principalmente em Santa Efigênia, nos distritos ao sul e ao norte da Sé e na Freguezia do Ó, onde foram implantadas chácaras de pessoas com melhores condições financeiras, vinculadas ao comércio e à lavoura.<sup>314</sup> No mesmo período,

<sup>312</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 199. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>313</sup>-BUNBURY, James Fox. Narrativa de viagem de um naturalista inglês no Rio de Janeiro e Minas Gerais, 1833-1835. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. *In*: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. p. [26].

DEBRET, Jean-Baptist, 1768-1848. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. São Paulo: Martins, 1949. v.1. p. 104. *Apud*: *Idem. Ibidem*.

HENDERSON, James. *History of Brazil*. Londres: /s.e./, 1821. /s.p./. *Apud*: FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003. p. 310, 325-326.

ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul [de 1830 a 1834]. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1949. /s.p./. (Edição original: 1835). *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 175.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 202-203. (Edição francesa: 1851).

<sup>314</sup>-HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 35.

Segundo Rosa Kliass e Sílvio Soares de Macedo, as transformações ocorridas na paisagem da cidade de São Paulo inviabilizaram a permanência das chácaras no tecido urbano. Salientamos que os lugares onde tais complexos paisagísticos se localizavam, como os bairros do Bom Retiro, do Brás e da Luz, foram completamente fragmentados e

circunstâncias análogas foram igualmente identificadas nos arredores da cidade de Salvador, principalmente nos trechos do forte de São Pedro, Barra, Barril, Boa Viagem, Bonfim, Brotas, Cabula, Campo Grande, [Estrada das Boiadas], Estrada do Campo Santo, [Estrada da Cruz do Cosme], Estrada do Garcia, Graça, Itapagipe, Monte Serrate, Rio Vermelho, Santo António, [Saúde], Vitória.<sup>315</sup>

Com relação ao Rio de Janeiro, o material iconográfico existente, no início do século XIX, ilustra o processo de expansão da malha edificada sobre as encostas, nas cercanias da cidade, onde a exuberância da vegetação exótica e nativa, e a fartura de águas nascentes, aliadas a amplos panoramas, foram valorizados como requisitos básicos das habitações ali construídas.<sup>316</sup> Narrativas históricas testemunham a existência, em quantidade, de fontes ao pé de montanhas e morros, onde se implantavam as casas de campo, o que necessariamente fazia a diferença na apreciação da ambiência percebida. Exemplificamos esse aspecto através do seguinte registo:

*“As chácaras mais ricas e elegantes dos arrabaldes da cidade [do Rio de Janeiro] encontravam-se no caminho de São Cristóvão, de Mata Porcos, de Engenho Novo, do Morro de Nossa Senhora da Glória, do Catete ou da linda enseada de Botafogo. Estas últimas, principalmente, de um aspecto encantador, agrupam-se pitorescamente sobre as colinas arborizadas dos contrafortes do Corcovado; seus jardins bem tratados e arranjados em anfiteatros são regados pelas águas que descem das florestas virgens e circulam sem cessar, ora artificialmente, ora através de cataratas naturais, penetrando assim, sucessivamente, as propriedades, até as últimas, à beira do caminho ao nível do mar (...)”*<sup>317</sup>

Alguns visitantes estrangeiros, ao presenciarem a espacialidade das chácaras, não se contentaram apenas em relatá-la, também tornaram-se moradores desses conjuntos para vivenciar os atributos da natureza local, como aconteceu com a inglesa Maria Graham (1785-1842). Através de seu testemunho, é possível notarmos, além das impressões provocadas por belas residências, o significado atribuído à mencionada categoria tipológica pela sociedade colonial.

Com a chegada da Família Real e da Corte portuguesa ao Brasil em 1808, houve a abertura dos portos a outras nações e a elevação da colónia a sede do Reinado, em 1815, o que repercutiu na difusão de novos costumes, porém acompanhados do fortalecimento de práticas

---

transformados em loteamentos da classe operária, no final do século XIX e início do XX. Também sobressaíam os casarões ou os palacetes situados no bairro Higienópolis e nas avenidas Brigadeiro Luís Antônio, Paulista e nas respectivas proximidades, espaço que contornava o antigo centro.

KLIASS, Rosa Grená. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução*. São Paulo: Pini, 1993. p. 82.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: [Projeto Quapá, Laboratório da Paisagem, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo], 1999. p. 34.

<sup>315</sup>-Cf. HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 29-30, 34-39, 116, 119, 187, 222. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

Cf. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 133-137, 188. Tomo II. p. 96-97. (Edição alemã: 1823).

<sup>316</sup>-AHM. 3ª Divisão, 47ª Seção, nº 4610, Est. AV2, “Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. /s.d./ Cf. REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 169, 174-176, 363-5.

<sup>317</sup>-DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I. p. 226-227. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).



culturais anteriormente assimiladas e tidas como símbolos de civilidade e requinte, como possuir uma chácara. Nas palavras da autora, ficaram registadas as modificações ocorridas num curto período de tempo, em particular no trecho da baía de Botafogo, na paisagem carioca:

“(...) talvez a mais bela vista nos arredores do Rio, cidade tão rica em belezas naturais. Seu encanto é realçado pelas numerosas e belas casas de campo que a circulam agora. Todas surgiram com a chegada da corte de Lisboa. Antes disso este lugar encantador era habitado somente por alguns poucos pescadores e ciganos, com talvez uma ou duas vilas em suas margens junto aos pomares (...)”<sup>318</sup>

Para termos noção de algumas iniciativas viabilizadas pela ordem pública, logo após a instalação da sede do governo metropolitano no Brasil, em específico no Rio de Janeiro, podemos citar a postura da Câmara, datada de 8 de outubro de 1810, que zelava pela regularidade do traçado das novas ruas. Em 26 de abril de 1811, promulgou-se decreto para disciplinar a construção de residências em zona de expansão do tecido da cidade, na adjacência do campo de Santana, concedendo isenção de pagamento da décima, por um período de dez anos, aos proprietários de sobrados com dois pavimentos e menos de cinco portas na fachada principal, ampliando-se o prazo para vinte anos, no caso de os sobrados terem mais de dois pavimentos e cinco ou mais janelas ou portas voltadas para a via de passagem. Em 1817, é expedido alvará que obriga os donos dos terrenos não edificadas a erguerem muros fenestrados com janelas e portões.<sup>319</sup> Também, ao serem feitas reformas em casas térreas, seria necessário o aumento do gabarito da obra e/ou a inserção de água-furtada nos telhados. Em síntese, as medidas administrativas visavam à promoção da mudança do aspecto de alguns trechos da cidade, com o intuito de transformá-la em palco da Corte nos trópicos. A difusão de padrões arquitectónicos visava a garantir a homogeneidade do conjunto urbano, facto observado inclusive nas cercanias, que se mostravam mais compartimentadas com a definição dos limites das propriedades.<sup>320</sup>

A envolvência da cidade de Florianópolis, situada na ilha de Santa Catarina, ficou igualmente marcada pela visão do verde pontuado de chácaras, conforme relatos do século XIX, o que a tornava um ambiente especial.<sup>321</sup> Em tal circunstância, observamos duas questões, que reforçaram a permanência da cultura lusíada. Uma delas estava ligada à própria origem de grande parte da população dos habitantes do lugar, composta por açorianos, que disseminaram costumes típicos no Brasil. O outro aspecto dizia respeito à directriz de ocupação do solo orientada pelo governo. A regra geral visava à distribuição das terras de acordo com a existência de recursos

<sup>318</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 199. (Edição inglesa: 1842).

<sup>319</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 111-115.

<sup>320</sup>-Cf. MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 151-152. (Primeira edição: 1946).

<sup>321</sup>-SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Edição francesa: 1851).

hídricos e solos férteis, objectivando a fixação do colono, o desenvolvimento de actividades agrícolas e, conseqüentemente, o sucesso da empresa colonial.<sup>322</sup> Nos povoamentos da citada ilha, as moradias periurbanas apresentavam-se inseridas nas fraldas das encostas, conforme princípios produtivos, de carácter prático-utilitário. Aproveitaram-se os mananciais existentes da melhor maneira possível, no intuito de suprir as demandas quotidianas, o que influenciou a organização da paisagem local.<sup>323</sup>

Levando-se em conta as informações colhidas em registos escritos e material iconográfico buscaremos compreender alguns traços peculiares do desenho das chácaras, o que não é tarefa fácil, dadas as dificuldades já comentadas anteriormente. É necessário tratarmos da dimensão das propriedades localizadas nas zonas periurbanas. A partir de dados colectados sobre algumas casas de campo paulistanas, podemos contextualizar o assunto. No ano de 1867, é noticiada a venda de uma chácara, na rua do Brás, nº 90. Ocupava parcela de terra com cerca de 200 braças de largura por 300 de comprimento, o que equivalia à medida aproximada de 440 por 660 metros, correspondendo a uma área de 290.400 m<sup>2</sup> (29,04 ha).

*A propriedade “está atravessado[a] por um córrego d’água muito boa que pertence à mesma. A casa de morada é vasta, tem um sobrado, muitos cômodos para uma família numerosa, escravos e criados. Além de seu produto diário em capim, hortaliças e outras plantas, tem mais de mil pés de árvore de toda a qualidade, já dando frutos, assim como parreiral imenso, vinhas, caramanchões, latadas, tanques, etc. que reúnem na mesma vivenda o agradável ao produtivo (...).”<sup>324</sup>*

Algo semelhante é verificado em outra chácara, pertencente a Veridiana Valéria da Silva Prado, localizada na rua da Consolação, um dos antigos caminhos para o interior, que em 1905 possuía uma área total de 298.563 m<sup>2</sup>.<sup>325</sup> Existiram propriedades bem maiores, como a das Palmeiras,<sup>326</sup> disposta numa parcela de 25 alqueires, cerca de 650.000 m<sup>2</sup>, e bem menores, como a da rua Piratininga,<sup>327</sup> compreendida numa parcela de 27 metros de frente ou largura, por 100

<sup>322</sup>-No período de 1748 a 1756, houve a chegada de um grande contingente de imigrantes das ilhas, principalmente dos Açores. Cerca de 5.000 pessoas, distribuídas na ilha de Santa Catarina e ao longo da costa continental.

OLIVEIRA, Lisete Assen de. “Anotações sobre a ocupação do território na ilha de Santa Catarina e a evolução urbana da cidade de Florianópolis, Brasil”. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS, 1415-1822. *Actas...* /coordenação de Renata Araújo, Hélder Carita e Walter Rossa. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 814.

A presença de açorianos em Belém do Pará também concorreu para a difusão das denominadas rocinhas: “(...) *Entre os habitantes da cidade e os proprietários de chácaras dos arredores, assim como nas vilas e povoações da vizinhança, acham-se muitos colonos das ilhas dos Açores, aqui chamados angicos (...)*” (sublinhado nosso).

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 18. (Edição alemã: 1823).

<sup>323</sup>-Cf. OLIVEIRA, Lisete Assen de. *Op. cit.* p. 818.

<sup>324</sup>-Correio Paulistano. São Paulo, 28 Março 1867. /s.p.l. *Apud*: HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 37.

<sup>325</sup>-HOMEM, Maria Cecília Naclério. *Op. cit.* p. 37.

<sup>326</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 79.

<sup>327</sup>-CANABRAVA, Alice P. “As chácaras paulistanas”. In: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, IV, I. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1949-50. p. 97-104. *Apud*: HOMEM, Maria Cecília Naclério. *Op. cit.* p. 67.

metros de profundidade, destacando-se pelo jardim inglês e pomar, com variedade de fruteiras, dentre elas jaboticabeiras e laranjeiras.

No entanto, podemos dizer que os referidos terrenos eram pequenos se comparados com os sítios paulistas inventariados no século XVIII. Tinham eles no mínimo 200 braças de testada e meia légua de sertão, profundidade razoavelmente grande, cerca de 3.300 metros.<sup>328</sup> Assim, considerava-se o termo sítio, conforme percebido no Rio de Janeiro, como uma pequena fazenda, onde havia criatórios, hortas/pomares, lavouras de café, canaviais, laranjais e lugares para o processamento de alimentos.<sup>329</sup> Ressaltamos que se concebiam todas essas unidades a partir de uma determinada lógica construtiva, eminentemente associada à produção. Na ilha de Santa Catarina, utilizava-se o referido vocábulo para designar terreno de formato longilíneo e que chegava a medir cerca de 30 metros de largura por 2.000 a 3.000 metros de comprimento. Dita configuração resultava de sucessivos parcelamentos feitos em antigas glebas, mantendo-se o comprimento longitudinal constante. Normalmente, tais lotes eram delimitados por caminhos, divisores de água, lagos, praias e rios, o que facilitava o transporte de víveres a serem comercializados em povoados vizinhos. Constituíam situações notórias e recorrentes, relacionadas inclusive com a localização das chácaras nos arredores dos principais centros urbanizados do país.<sup>330</sup>

O tamanho do terreno era fundamental para o desenvolvimento da actividade agrícola, além de outras funções, como acontecia nas propriedades de ricos senhores, situadas nas margens dos rios Anil e Bacanga, na vizinhança de São Luís do Maranhão, onde também se fazia o armazenamento e beneficiamento de matéria-prima, em específico, de algodão, arroz, cal, cera e couro. Algumas propriedades possuíam edifício senhorial, capela, dependências para o fabrico de aguardente, de canoas e de farinha, cais privado para escoamento de mercadorias, oficinas de carpintaria, de ferraria, de tecelagem, olaria, senzala, além de espaços destinados a criatórios e ao plantio de hortas e pomares com os respectivos tanques. No ordenamento das partes, havia distinção entre a moradia e os serviços, que se mantinham em planos distintos, compondo pátios como aqueles observados nas cercas e nas casas de campo do Rio de Janeiro, o que se vinculava intrinsecamente à vigência da tradição lusíada. Esses dados ajudam-nos a compreender a hierarquia e a compartimentação do espaço na categoria tipológica avaliada.<sup>331</sup>

<sup>328</sup>-SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 103-104.

<sup>329</sup>-Cf. DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I. p. 227. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.* 1998. p. 95-107.

<sup>330</sup>-OLIVEIRA, Lisete Assen de. "Anotações sobre a ocupação do território na ilha de Santa Catarina e a evolução urbana da cidade de Florianópolis, Brasil". In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS, 1415-1822. *Actas...* /coordenação de Renata Araújo, Hélder Carita e Walter Rossa. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 817-819. Veja-se, no volume II, a figura nº 110.

<sup>331</sup>-Em caso excepcional, como no sítio do físico-mor António José da Silva Pereira, também existiam aqueduto, casas de fogos de artifício, fábrica de velas, laboratório químico.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. Belo Horizonte: Formato, 1998. p. 127-137.

Em São Paulo, anúncios de periódicos oitocentistas permitem-nos supor o modo de vida requintado de uma minoria privilegiada, a partir do programa construtivo adoptado nas moradias de campo, onde se destacavam casas espaçosas com pátios lajeados, água corrente, gás encanado e “banheiros de chuva”, cómodos para criados, senzalas, armazéns, depósitos (para despejos e para lenha), casas para o fabrico de chá e farinha, olarias, telheiros, cocheiras, criatórios/galinheiros, estrebarias, hortas e pomares, com sistemas de rega, jardins com caramanchões, latadas, quiosques, repuxos, ruas “apedregulhadas”, além de locais específicos para o plantio do capim, do chá e da mandioca, afora a presença da mata. Poderíamos ainda acrescentar outras benfeitorias, como cozinhas externas, jiraus, oficinas diversas, quartos de banho, latrinas ou secretas, varais.<sup>332</sup> Ao lidarmos com as várias realidades, percebemos que a organização do espaço das chácaras ocorria conforme as condições biofísicas específicas de cada lugar ou região. Contudo, era marcante o privilégio concedido à implantação do edifício senhorial, de modo a proporcionar o contacto com as diversas partes do conjunto construído e com a paisagem.

Compreendemos que a concepção do viver bem era flexível. Variava conforme as expectativas das diversas camadas sociais da população. Para segmentos minoritários, de elevado poder económico, o ideal só seria alcançado por meio de certos padrões de conforto, funcionalidade, privacidade, versatilidade, segurança, a depender da dimensão do terreno, o que, na prática, significava autonomia de abastecimento, alternativa de lazer ou recreio e geração de rendas a partir do desenvolvimento de diversas actividades. Para termos noção do número de pessoas envolvidas na estrutura produtiva de uma casa de campo, estimamos cerca de 20 a 40 escravos, como era o caso dos sítios paulistanos.<sup>333</sup> O número efectivo de negros cativos era regulado pelas diversas tarefas desempenhadas, dentre elas: cuidar de criações domésticas, pomares, cultivos de subsistência e/ou de mantimentos (arroz, feijão, mandioca, milho), além de manusear engenhos (moendas, monjolos, prensas, soques) e trabalhar em olarias.

Além da produção em si, ficava explícito o carácter de recreio nas vivendas dos arredores urbanos, como acontecia na Quinta do Tanque, em Salvador da Bahia, que possuía galeria para jogos, inclusive campo para o jogo da péla, detalhe evidenciado em documento da ordem dos

<sup>332</sup>-A Província de São Paulo. São Paulo, 21 Agosto 1875. /s.p./ Apud: HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 67.

A Província de São Paulo. São Paulo, 24 Outubro 1879. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem.* p. 67.

Correio paulistano. São Paulo, 11 Janeiro 1859. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem.* p. 37.

Correio paulistano. São Paulo, 07 Agosto 1867. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem.* p. 71

Correio paulistano. São Paulo, 28 Março 1867. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem.* p. 37.

Correio paulistano. São Paulo, 19 Julho 1873. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem.*

Diário de São Paulo. São Paulo, 22 Agosto 1872. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem.*

<sup>333</sup>-HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 186. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 35, 37.

Jesuítas, datado de 1701.<sup>334</sup> O exame atento de algumas fontes de pesquisa revela a vivência do lazer nas cercanias. Na estampa de uma chácara localizada nos arredores de Ouro Preto (c.1780),<sup>335</sup> é marcante o registo do laranjal, junto ao edifício, e a evidência de certos espaços contidos por sebes de limoeiros, além da menção feita à actividade de caça, realizada nos flancos da serra do Itacolomi. Em outro documento de época, relativo à casa pertencente a José da Silva Valença (1742), em Vila Boa de Goiás, sobressai, no levantamento da planta, anotação feita ao já comentado jogo da péla, praticado em um dos compartimentos dessa vivenda, no caso situado na zona de campo ou mata. Nessa residência, também se destacava o horto de recreio, denominado “pátio para passeio”, onde se encontravam dipostas canaletas de rega ou “canos de água”, inseridos na proximidade da varanda, lugar reservado às refeições.<sup>336</sup> As imagens dos subúrbios, tanto na referida Vila, quanto na cidade de Recife, igualmente nos permitem a identificação de arquitecturas de prazer na contiguidade das habitações que, no geral, permaneciam assentadas sobre terraços com vistas panorâmicas.<sup>337</sup> Não menos relevante é a litografia de Pieter Godfred Bertichen (1840), que focaliza jardim zoológico na chácara do Santo, Rio de Janeiro.<sup>338</sup>

A temática da vivência do ócio pode ser considerada através de diferentes perspectivas, centradas no estilo de vida e nas representações arquitectónicas baseadas em modelos culturais, no caso, aceitos e divulgados por uma determinada parcela da população. Tomamos esse universo como ponto-chave, para entendermos a difusão de diversos elementos ou soluções espaciais, que contribuíram para tornar distinta e prazerosa a moradia nos subúrbios. Maria Graham (1785-1842), ao descrever as habitações de campo no Rio de Janeiro, explicita:

<sup>334</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V. p. 162.

<sup>335</sup>-Cf. “Casa de campo na região da serra do Itacolomi. IEB-USP. c.1780”. In: COSTA, António Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 123, 137. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 142-144.

<sup>336</sup>-Cf. AHU. Coleção Iconografia. “*Planta das casas e terreno anexo, pertencente a José da Silva Valença*”. 1742, Março, 30, Vila Boa de Goiás. Manuscrito. 300 x 750 mm. Veja-se, no volume II, a figura nº 124.

<sup>337</sup>-Cf. “Rua Benfca, na Madalena, segundo fotografia de Francisco du Bocage. Coleção Pedro Corrêa do Lago (São Paulo). c.1895”. In: COSTA, Francisco Augusto Pereira da, 1851-1923. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. 116.

Cf. “Prespectiva de Villa boa de Goyas (...). Original da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, 1803”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 236-238, 387.

Vejam-se, no volume II, as figuras nº 125-127, 171-172.

<sup>338</sup>-Cf. BERTICHEN, Pieter Godfred. “Chácara do Santo, São Cristóvão. In: Álbum do Rio de Janeiro, 45 vistas. [Rembury]: [s.e.], 1840”. In: SÁ, Paulo Sérgio Moraes de (coord.). *Rio natureza e cidade: Rio de Janeiro, do século XIX nos museus Castro Maya*. Rio de Janeiro: Museu da Chácara do Céu, 1998. CD-Rom, 43/4 pol.

Veja-se, no volume II, a figura nº 122.

No contexto assinalado, é oportuno ressaltar a disseminação do gosto pelo coleccionismo, principalmente, por animais e plantas raros, que constituíram atracção em certas chácaras. Citamos mais dois outros exemplos: o viveiro de plantas exóticas e nativas do solar do conde e marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, situado no caminho Novo de Botafogo, e a colecção de animais do jardim do Souto, no Andaraí. Eram lugares privilegiados pela beleza da natureza local, que despertava o interesse de seus visitantes.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 163-164. (Primeira edição: 1946).

“(...) não são aqui nem grandes nem luxuosas, mas são decoradas com varandas e têm geralmente uma bela escadaria até a casa de residência do dono, junto à qual estão, ou os paióis, ou casas dos escravos. Todas têm portão, qualquer que seja a casa, e este portão geralmente conduz ao menos a uma aléia onde se cultivam todas as espécies de flores (...)”.<sup>339</sup>

Em todos esses casos, devemos notar que se adoptavam escadarias, terraços e varandas para permitir o máximo de interacção possível do utente com a paisagem de cada lugar, além de essas construções serem consideradas como símbolos de requinte social. Em outro trecho, é possível verificarmos o cotejo estabelecido com a cultura ibérica:

“(...) As casas são construídas em grande parte como as do sul da Europa. Há geralmente um pátio, de um lado do qual fica a casa de residência. Os outros lados são formados pelos serviços e pelo jardim. Algumas vezes o jardim fica logo junto à casa. É o que se dá geralmente nos subúrbios. Na cidade muito poucas casas ostentam sequer o luxo de um jardim. Estes jardins assemelham-se mais às plantações de flores do Oriente, mas casam bem ao clima (...)”.<sup>340</sup>

Na apreciação geral das partes, destacamos alguns aspectos que nos permitem situar rebatimentos de influências e falar sobre a disseminação de costumes, hábitos e práticas construtivas.<sup>341</sup> Citamos, por exemplo, a solução dos pátios, utilizada com frequência nas quintas portuguesas. Os recintos criados costumavam ser centros de vivência. Nesse âmbito, desempenhavam várias funções, como a criação de animais, o plantio de pequenos canteiros e a secagem de frutos e grãos.<sup>342</sup> Eram locais de múltiplos usos. A partir da maneira como se encontravam organizados, compreendemos o motivo pelo qual muitos sobrados e/ou solares brasileiros foram concebidos, em planta de “C”, “L”, “T”, “U”. Essas configurações possibilitavam maior ajuste na distribuição dos serviços na envoltória da sede, criando situações de pátios abertos e fechados, favorecendo a participação conjunta de agregados e moradores nas actividades quotidianas.<sup>343</sup>

Os locais próximos ao edifício senhorial eram com frequência avaliados como lugares de prestígio, o que os tornava alvo de constantes modismos, sobressaindo-se os elementos decorativos ou ornamentais. Os jardins reflectiam o gosto por códigos artísticos importados. No entanto, pelas descrições de alguns cronistas, supomos que a regularidade estabelecida nos traçados desses locais ficava bastante minimizada, perante a pujança da vegetação cultivada, cujas qualidades impregnavam de espontaneidade, intimismo e sensualismo tais subespaços. Apesar da

<sup>339</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 198. (Edição inglesa: 1842).

<sup>340</sup>-*Idem. Ibidem.*

<sup>341</sup>-CF. ARAÚJO, Ilídio de. “Quintas de recreio”. *BRACARA AUGUSTA*. Braga: Câmara Municipal, n. 63 (75), v.27, p. 328-330, 1973.

<sup>342</sup>-FAUVRELLE, Natália. *Quintas do Douro. As arquitecturas do vinho do Porto*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID), 2001. p. 67, 71, 74, 84. (Cadernos da Revista Douro- *Estudos & Documentos*).

<sup>343</sup>-DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo II. p. 304-307. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).

RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. p. 114-129, 150, 182-183.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. Belo Horizonte: Formato, 1998. p. 45.

difusão de novas linguagens arquitectónicas, durante o século XIX, o espírito do “jardim lusíada” manteve-se presente no desenho das chácaras, percebido através da potencialização dos recursos naturais, do incremento da produção e do respeito à topografia de cada sítio.

No universo das contribuições culturais, salientamos ainda a existência dos pombais,<sup>344</sup> geralmente inseridos junto às hortas e pomares. Eram construções que contribuíam para a obtenção de alimentos (borrachos e estorninhos)<sup>345</sup> e de adubo orgânico. Levantamos o registo de uma dessas construções, de planta circular e volumetria cónica, como a de uma caieira, pertencente ao conjunto da chacara “Vamos-Vamos”, localizada na cidade de Mariana, em Minas Gerais.<sup>346</sup>

### Características do Espaço

Ao relatar os contornos da cidade de Salvador da Bahia no século XVIII, Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) não apenas endossou a existência das chácaras, mas valorizou a paisagem na qual estavam inseridas.<sup>347</sup> Trataram-se os arrabaldes como um formoso espetáculo aos olhos e aos demais sentidos. Eram constituídos por frondosas árvores, deliciosas ervas, flores e hortaliças, e inumeráveis mananciais de água cristalina. A referida atmosfera de aprazibilidade dos jardins também caracterizava os arredores da cidade de Recife. Registos ilustram as delícias de frequentar esses lugares, pontuados por uma variedade de surpresas agradáveis, dentre elas os “soberbos panoramas”.<sup>348</sup> No caso, a natureza tinha aroma de jasmim. Levando-se em conta a maneira como os subúrbios foram descritos, é possível percebermos pormenores do desenho das casas de campo e suas respectivas ambiências.

As práticas culturais de manejo da terra foram determinantes para a existência da diversidade e multiplicidade dos diversos subespaços, que se integravam entre si numa relação de complementaridade formal e funcional, favorecendo a vivência de seus utentes.<sup>349</sup> Tal pensamento ajuda-nos a compreender a organização das parcelas hortifrutícolas nos arredores da cidade colonial. Eram marcadas por compartimentações, mas ao mesmo tempo por imbricações e

<sup>344</sup>-Para o desenvolvimento deste assunto, veja-se: FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003. p. 343.

<sup>345</sup>-FAUVRELLE, Natália. *Quintas do Douro. As arquitecturas do vinho do Porto*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID), 2001. p. 102-103. (Cadernos da Revista Douro- *Estudos & Documentos*).

<sup>346</sup>-VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade. Ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968. p. 123-124.

<sup>347</sup>-PITA, Sebastião da Rocha, 1660-1738. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. p. 49.

<sup>348</sup>-COSTA, Francisco Augusto Pereira da, 1851-1923. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. 86-87.

Diário de Pernambuco. Recife, 15 Dezembro 1856. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem*. p. 193.

Diário de Pernambuco. Recife, 27 Dezembro 1856. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem*.

<sup>349</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 355, 360. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

pela espontaneidade na disposição de seus componentes. No todo concebido, água e vegetação, distribuídas ao longo de outeiros e planícies, tornavam-se elementos de destaque, ganhando tons paradisíacos no conteúdo dos relatos de época. As cenas descritas valorizavam a natureza pelos próprios atributos, sem tentar enquadrá-la em normas rígidas de composição. Daí entendermos o modo de conceber e experienciar o verde, destinado à produção e ao recreio.<sup>350</sup>

Para compreendermos algumas particularidades do tipo de espaço estudado, devemos considerar a localização e o tamanho das propriedades. As chácaras situavam-se em terrenos de encosta ou de declive moderado, o que assegurava a drenagem do solo, a insolação nas parcelas amanhadas e a obtenção de água, factores imprescindíveis ao desenvolvimento de actividades agrícolas. A lógica do aproveitamento e da potencialização do solo e de outros recursos naturais, disponíveis em cada sítio, influenciava o traçado dos conjuntos existentes, geralmente delineados com base em pressupostos de geometria simples. Constituíam lugares notadamente aprazíveis, valorizados pelas qualidades estéticas de seus elementos.

### Limites e Vedações Externos

Ao percorrerem os arrabaldes das cidades coloniais, os viajantes encantavam-se com a beleza da paisagem circundante, devido à imbricação de seus componentes, o que reforçava o aspecto de continuidade do espaço e acentuava a ligação entre a cidade e seus arredores. O modo como as habitações eram delimitadas ajudava a compor as imagens descritas. De acordo com os registos levantados, verificamos a reduzida ocorrência de muros, e possivelmente maior quantidade de sebes e valados nas cercanias, conforme ficou assinalado por Walter Spalding, na realidade de Porto Alegre.<sup>351</sup> Supomos que o tipo de demarcação construído no limite das chácaras dependia basicamente da localização da propriedade em relação com a malha urbana. Quanto mais próxima dos povoamentos, maior a probabilidade de existirem muros divisórios, como acontecia nos arredores de São Paulo, distantes meia légua da cidade, cerca de 3.300 m.<sup>352</sup>

Julgamos que as sebes eram predominantes, tanto na definição dos limites externos quanto na vedação das compartimentações das chácaras. É o que nos atesta a maioria dos relatos feitos, principalmente, nas duas primeiras décadas dos oitocentos. Ao serem descritas as paisagens da Ilha de Santa Catarina e da vizinhança de cidades como Recife, Rio de Janeiro e Salvador,

<sup>350</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 381-382, 386. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>351</sup>-SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967. p. 296. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 177.

<sup>352</sup>-Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 202-203. (Edição francesa: 1851).



percebemos que poucas moradias eram circunscritas com muros, em sua maioria, baixos. Constituíam lugares que se tornavam acolhedores pelos atributos da vegetação existente, ficando evidenciadas as “cercas vivas”, delineadas principalmente com plantas aromáticas e/ou ornamentais, dentre elas acácias, agaves, bougainvileas, cactos, cordeas, lantanas, limeiras, limoeiros, mimosas, “lebelas”, murtas, roseiras, “tournefortias”.<sup>353</sup> Maria Graham (1785-1842), ao descrever as chácaras do Rio de Janeiro, não deixou escapar a visão da massa de verdura e a fragância proporcionada pelas sebes vegetais que demarcavam os caminhos e encantavam o olhar.

“(…) No caminho de volta para a cidade, parei numa casa de campo do Sr. Visconde do Rio Seco. É chamada de Rio Comprido e é famosa pelo jardim. A sebe exterior é como um caramanchão encantado que antes poderia adornar os jardins de Armida. Uma sebe da altura do peito, constituída de murta e outras folhagens, é sobrepujada por arcadas de rosas sempre abertas, entre as quais um jasmim, ou uma trepadeira púrpura ou escarlate se enrosca ocasionalmente enriquecendo a cornija florida dos pilares entre os quais ficam os caminhos da entrada (…)”<sup>354</sup>

Outro aspecto marcante na zona de interface entre os mundos rural e urbano se constituía a partir das noções de ordem e desordem, percebidas no modo de a vegetação se apresentar. De um lado, a labuta do homem e o plantio da terra, de outro, a força da natureza, vivamente presente na forma da mata, disposta a avançar sobre os terrenos cultivados, como insinua a própria Maria Graham, a respeito das culturas realizadas nos arrabaldes do Rio de Janeiro.

“Em breve fui atraída para fora da mesa pela beleza da vista, que tentei esboçar. Os cafezais são os únicos terrenos na redondeza e são intercalados tão densamente com laranjeiras, limoeiros e outros altos arbustos, que parecem antes uma variedade das matas do que a mescla de terreno cultivado com terreno selvagem, que seria de esperar tão perto de uma grande cidade [Rio de Janeiro], onde contamos ver o trabalho humano aplicando-se razoavelmente sobre a beleza rude da natureza. Mas aqui a vegetação é tão exuberante que até as árvores podadas e tratadas crescem como se fosse na floresta”.<sup>355</sup>

<sup>353</sup>-DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I. p. 369. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).

GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 160, 197, 344. (Edição inglesa: 1842).

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 26.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 75.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo de jornal*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1998. p. 158-159.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 159. (Edição francesa: 1851).

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 137-138. (Edição alemã: 1823).

Em Recife e no Rio de Janeiro, viam-se sebes de folhas de coqueiro ou de palmeira trançadas, entremeadas com trepadeiras (clematites amarelas, azuis e brancas, jasmims, maracujazeiros, rosa-china, dentre outras), o que reforçava as sensações de apazibilidade e continuidade na paisagem dos arrabaldes.

GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Op. cit.* p. 145.

HENDERSON, James. *A history of the Brazil*. [Londres]: /s.e./, [1821]. p. 387. *Apuđ*: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* 1985. p. 75.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* 1998. p. 159.

<sup>354</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Op. cit.* p. 317.

<sup>355</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 202.

Na mescla de elementos, evidentes entre a zona do cultivo e o espaço da mata, os limites e as vedações tornavam-se pouco expressivos, a não ser no alinhamento das vias de circulação, de onde também era possível captar a beleza da vegetação, como deixa claro Miran Latif:

*“Caem as primeiras chuvas de verão e os cafeeiros, no fundo das chácaras, abotoam-se de branco. De longe, à noite, quando o vento sopra a favor, eles recendem forte como os jasmineiros ou as madressilvas enroscadas nos esteios da varanda ou sôbre o caramanchão, junto ao muro da rua”.*<sup>356</sup>

Diante de soluções estabelecidas na demarcação das propriedades periurbanas, foi notória a importância conferida às testadas das casas de campo, em específico às suas entradas. Algumas delas chegavam a ser suntuosas, revelando o *status* de seus moradores. Jean Baptiste Debret (1768-1848), nos seus relatos, enfatizou a distinção das portadas nas cercanias do Rio de Janeiro. Eram construídas à maneira portuguesa, sendo edificadas com alvenaria de tijolo ou de pedra e revestidas de estuque. Por vezes, serviam como suportes para pequenos telhados, que funcionavam como abrigos internos. Também possibilitavam a abertura de fenestraçãoes, que permitiam maior permeabilidade visual entre as zonas de domínio privado e público, sem prejudicar a intimidade e o recato nas moradias.<sup>357</sup>

De alturas variadas, de dez a vinte pés, cerca de 3,05 a 6,10 m, e bastante robustas, com quatro a seis pés de espessura, cerca de 1,23 a 1,83 m de largura, as portadas sobressaíam às margens das vias de acesso, nas entradas principais. Eram ornamentadas com elementos escultóricos, tidos como ingênuos e primitivos.<sup>358</sup> A estatuária utilizada fazia menção a figuras de animais (grifos e leões) e divindades mitológicas, geralmente acompanhadas de flores, frutos e vasos. Dizia respeito a formas valorizadas pelo gosto modernizante do período. A harmonia no ordenamento de conjuntos alegóricos dependia, em particular, da cultura e do poder económico de quem os encomendava, assim como da habilidade e do conhecimento de quem os executava.<sup>359</sup>

Ainda na primeira metade do século XIX, período de afirmação do comércio de importados e da instalação de fundições especializadas no Brasil, houve por consequência uma

<sup>356</sup>-LATIF, Miran de Barros. *Uma cidade no trópico: São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965. p. 138.

<sup>357</sup>-DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I. p. 227. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839). Cf. DEBRET, Jean Baptiste. “Lavadeiras do Rio das Laranjeiras [Rio de Janeiro]. 1826. Aguarela. 16,6 x 22,3 cm”. In: SÁ, Paulo Sérgio Moraes de (coord.). *Rio natureza e cidade: Rio de Janeiro, do século XIX nos museus Castro Maya*. Rio de Janeiro: Museu da Chácara do Céu, 1998. CD-Rom, 43/4 pol. Veja-se, no volume II, a figura nº 112. Cf. ENDER, Thomas. “Gatumbien [Catumbi]. 1817-1818. Aguarela sobre lápis. 32,5 x 47,7 cm”. In: WAGNER, Robert (org.). *Viagem ao Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo nas aquarelas de Thomas Ender 1817-1818*. [Lisboa]: Kapa Editorial, 2003. p. 94. Veja-se, no volume II, a figura nº 111.

<sup>358</sup>-DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Op. cit.* 1978. Tomo I. p. 227. MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 164-165.

<sup>359</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 327-328. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

maior oferta de produtos industrializados, que passaram a vigorar como elementos compositivos nas casas de campo.<sup>360</sup> Os anúncios de jornais, que tratavam do aluguer e da venda de residências abastadas, enfatizavam a presença de portões de ferro nos arrabaldes, o que pode ser verificado na obra de José Washth Rodrigues, *Documentário arquitetônico relativo à construção civil no Brasil*.<sup>361</sup> A ocorrência da referida peça, na entrada de algumas chácaras no Rio de Janeiro, em Recife e São Luís do Maranhão, era tomada como símbolo de civilidade e requinte.

## Jardins

Buscamos apurar noções estabelecidas nas crônicas de época, sem no entanto desvincularmo-nos da abordagem que tem orientado o desenvolvimento do tema de estudo, que privilegia o entendimento do espaço como um todo. A associação entre os jardins e as edificações senhoriais representou um traço visível na arquitectura das casas de campo, principalmente a partir do século XVIII.<sup>362</sup>

A utilização do vocábulo jardim, em relatos anteriores ao século XIX, nem sempre foi explícita, a não ser em crônicas religiosas, que procuravam, com didatismo, estabelecer analogias com o mundo da ruralidade, pautado por técnicas agrícolas e pela apreensão da natureza através dos sentidos. Se as referências escritas não foram tão comuns, tudo indica que os rebatimentos culturais aconteceram desde o século XVI, como atestam as palavras de Gabriel Soares de Sousa (c.1540-1591), ao verificar a presença de laranjeiras “arruadas” na proximidade de edifícios nobres, em zona do recôncavo baiano. Facto análogo identificamos em cena retratada pelo holandês Albert Eckhout, óleo sobre tela (1641), com um horto em estreita relação com a sede de uma fazenda de engenho. Possivelmente, a construção de jardins nas chácaras aconteceu com mais frequência a partir do século XVIII, o que pode ser verificado tanto na planta da moradia de

<sup>360</sup>-Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 75-76.

<sup>361</sup>-RODRIGUES, José Washth. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. p. 312-313. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 113-115.

<sup>362</sup>-Para verificarmos detalhes pertinentes ao contexto brasileiro, talvez seja sensato tecer considerações sobre a origem do termo jardim, inclusive para entendermos determinadas particularidades no desenho das chácaras. O vocábulo pode ser compreendido como espaço de carácter lúdico e onírico. Traz, em sua génese, a identificação com a noção de Paraíso. No final do século XIII, especialmente em França, Inglaterra e nos Países Baixos, o termo foi utilizado para designar locais propícios à vivência contemplativa do ócio e do retiro espiritual. Fazia clara alusão ao jardim quadripartido do Éden, definido por meio de composição biaxial, quadripartida e polarizada por fonte ou caramanchão, organizada em pequenos recintos murados. Eram lugares animados pela criação de aves canoras e exóticas, pelo cultivo de espécies aromáticas e/ou ornamentais, e pela inserção de artificios de água. Somente a partir dos séculos XV e XVI, houve maior divulgação da palavra jardim em português. Expressava o mesmo significado atribuído ao horto de recreio, designação adoptada na Península Ibérica, para denominar recintos murados, destinados ao plantio de arbustos e árvores frutíferas, flores e hortaliças, o que proporcionava o recreio e a subsistência alimentar e económica a seus utentes.

ARAÚJO, Ilídio de. “Quintas de recreio”. *BRACARA AUGUSTA*. Braga: Câmara Municipal, nº. 63(75), v.27, p. 322, 1973.  
CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 16, 31-34, 132-133. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

José da Silva Valença (1742), em Vila Boa de Goiás, quanto na estampa de uma casa de campo nas cercanias de Ouro Preto (c.1780).<sup>363</sup>

Perante indícios levantados, somos levados a crer que os hortos de recreio ou jardins reflectiam tendências oriundas da metrópole. Eram tomados como lugares de recato e recolhimento, cercados por muros e sebes, onde se mantinha a privacidade de seus utentes. Os recintos criados eram geralmente organizados para demonstrar a distinção de seus proprietários. Normalmente, tais subespaços dispunham-se em axialidades relacionadas com a geometria do edifício, o que reforçava a noção de unidade predominante nas quintas de recreio. O traçado do conjunto dependia, dentre outras questões, do modo como os recursos naturais eram aproveitados, o que influenciava o tipo de implantação da moradia.

Os jardins eram desenhados conforme as aspirações culturais e o poder económico de quem os encomendava. Encontravam-se, por vezes, definidos por meio de traçados regulares, ressaltando-se o alinhamento de sebes e/ou a inserção de alegretes e bordaduras em canteiros, a demarcarem os acessos.<sup>364</sup> A afirmação de tais regras não se desvinculava da divulgação de tratados peninsulares de agricultura.

Nas obras de Alonso Herrera, *Agricultura general que trata de la labranza del campo y sus particularidades crianza animales y propiedades de las plantas* (1513), de Gregório de los Ríos, *Agricultura de jardines que trata de la manera que se han de criar, gobernar, y conservar las plantas, y todas las demas cosas que para esto se requieren* (1592), e do frade catalão Miguel Agustín, *Libro de los secretos de agricultura, casa de campo y pastoril* (1742), é notório o valor conferido à organização dos sub-espacos de parcelas hortifrutícolas, segundo preceitos que buscavam enfatizar a produção e o recreio. No âmbito dos jardins, arbustos, árvores, ervas e flores, exóticos e nativos, passaram a ser recomendados em função de suas possibilidades ornamentais, de acordo com as próprias características morfológicas, destacando-se, dentre as várias espécies divulgadas, os citrinos, os jasmims e a murta, por seus atributos aromáticos, cromáticos e formais.<sup>365</sup>

As chácaras reflectiram o espírito e o pensamento de seu tempo, o que significa dizer que foram susceptíveis a influências modernizantes de congêneres europeus. Mesmo que a imagem do

<sup>363</sup>-Cf. AHU. Coleção Iconografia. “*Planta das casas e terreno anexo, pertencente a José da Silva Valença*”. 1742, Março, 30, Vila Boa de Goiás. Manuscrito. 300 x 750 mm.

Cf. “Casa de campo na região da serra do Itacolomi. IEB-USP. ca.1780”. In: COSTA, António Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 123, 137.

Cf. HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses; 1630-1654*. Rio de Janeiro: GMT Editores, 1999. p. 111.

Cf. SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 108.

<sup>364</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 208-210, 214-215, 220-221, 254-255, 259, 336, 342-343. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>365</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 48-49, 84, 90, 110, 116-118, 273-276, 304-305.

jardim lusiada tenha correspondido a um padrão mais contido e singelo, menos alegórico e chamativo, sabemos que foi lugar propício à realização de experiências arquitectónicas e paisagísticas. Agregou concepções inovadoras, com o sentido de reforçar a condição de vilegiatura em seu espaço e criar conjuntos agradáveis.

A ênfase existente na relação entre os edifícios senhoriais e seus jardins decorria de práticas adoptadas particularmente desde o século XVII, quando a sociedade europeia se deixou influenciar pela mentalidade do período, marcada pela disciplina, obediência e ordem, impostas pelo poder autocrático, o que repercutiu na adopção de soluções específicas. Na Inglaterra, era comum as casas de campo apresentarem longas e rígidas alamedas a demarcarem os acessos. Na Itália, foram construídas escadarias para enaltecer a articulação da vivenda com a envolvente externa. Na França, a natureza se mostrava subordinada à regularidade, imposta pelo desenho de “parterres”.<sup>366</sup> Em Portugal, o período que coincide com o reinado de D. João V (1706-1750) foi oportuno para a difusão de manifestações artísticas e novos costumes, que espelhavam noções da vanguarda do pensamento europeu. No Brasil, criaram-se hortos de recreio com o intuito de assinalar lugares específicos para passeios e definir hierarquias na composição do espaço das chácaras. Dentre as espécies vegetais utilizadas nesses locais, escolhiam-se preferencialmente araucárias, coqueiros, jabuticabeiras, jambeiros, laranjeiras, mangueiras, palmeiras e pitangueiras.<sup>367</sup> Na acepção do naturalista Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), a regularidade observada no plantio das árvores ou mesmo na cultura de determinadas espécies era um contributo ao “embelezamento” dos complexos edificadas e da paisagem como um todo. Havia preocupação com a harmonia das partes. Nas visitas realizadas aos subúrbios paulistanos, tal aspecto não passou despercebido, sobressaindo o modo como a chácara “Água Branca”, pertencente a Joaquim Roberto de Carvalho, apresentava-se, enaltecida pela rica capela, ampla varanda e pelo pátio, guarnecido por renques de laranjeiras e muitas jabuticabeiras, pés de ananás, pessegueiros e pitangueiras.<sup>368</sup> Nos conjuntos construídos, os jardins, inseridos junto às habitações, mantinham-se em estreita articulação com outros sub-espacos.

A relevância atribuída à questão fez com que as edificações nobres fossem consideradas lugares estratégicos no ordenamento da tipologia examinada. Sob esse aspecto, devemos entender

<sup>366</sup>-ARAÚJO, Ilídio de. “Quintas de recreio”. *BRACARA AUGUSTA*. Braga: Câmara Municipal, n. 63(75), v.27, p. 324, 1973.

<sup>367</sup>-Cf. “Casa de campo na região da serra do Itacolomi. IEB-USP, ca.1780”. In: COSTA, António Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 123, 137.

FAUVRELLE, Natália. *Quintas do Douro. As arquitecturas do vinho do Porto*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID), 2001. p. 84-86. (Cadernos da Revista Douro- *Estudos & Documentos*).

TAUNAY, Alfredo de Escragnoille, Visconde. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921. p. 90-91.

<sup>368</sup>-SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 202-203. (Edição francesa: 1851).

a importância assumida por balcões, janelas, mirantes, terraços e varandas, pelo facto de serem utilizados tanto para a fruição do ócio quanto para o exercício do poder. Em algumas situações, chegavam a funcionar como verdadeiras tribunas, numa relação directa com o jardim.

O olhar na cultura lusíada deve ser compreendido como requisito básico do desenho que unia a moradia à sua envolvente, como aconteceu nas quintas de recreio e em outros complexos tipológicos, provocando repercussões na pontuação dos hortos ou jardins com diversos artificios, dentre eles: arquitecturas de prazer, alegretes, bancos, latadas. Tais construções reflectiam o tipo de vivência que acontecia nas casas de campo, baseado no lazer contemplativo. O calor e a forte luminosidade, em determinadas épocas do ano, reforçavam a necessidade da criação de anteparos, influenciando a ocorrência de latadas nos jardins. Frescor, recato e sombra, segundo Aurora Carapinha, eram essenciais na percepção da ambiência e poética nos referidos lugares.<sup>369</sup> Não podemos prescindir de tais informações, pois levam-nos a compreender o espaço das chácaras no Brasil, onde se consideraram as varandas como locais de destaque nas residências campestres, por parte de seus proprietários, por serem amplas e arejadas, o que possibilitava o comando e o descanso dos mesmos. Lugares multifuncionais, geralmente permitiam o contacto visual com a paisagem ao redor, como bem exemplifica Jean Baptiste Debret (1768-1848):

*“A casa de campo construída sempre numa elevação exige, em virtude de seu isolamento, a continuidade de uma varanda pelo menos de três lados do rés-do-chão a fim de estabelecer-se uma comunicação fresca e resguardada entre os cômodos reunidos no centro do edifício. Na cidade, ao contrário, só existe varanda na face do edifício que dá para o jardim. É nesta galeria que tem por hábito tomar a fresca, pois, no campo principalmente, as peças do andar térreo não passam de grandes alcovas fechadas por portas inteiriças”.*<sup>370</sup>

As rocinhas da Região Amazónica, propriedades típicas do século XIX, hoje desaparecidas, tinham o corpo central de suas sedes rodeado de varandas, o que era tido como uma adaptação inteligente do conceito de moradia portuguesa à realidade considerada. No geral, esses conjuntos eram observados nos arredores de Belém do Pará, sendo particularmente utilizados para o recreio de uma minoria privilegiada, o que chamava a atenção dos viajantes estrangeiros.<sup>371</sup> Nos domínios do edifício principal, era possível captar a beleza intrínseca da vegetação disposta em sua proximidade, que por vezes chegava a causar temor, o que comprovam as palavras de Spix e Martius (1823):

<sup>369</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 211-212, 342-347. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>370</sup>-DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I. p. 201. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).

<sup>371</sup>-MARC, Alfred. *Le Brésil: excursion a travers ses 20 provinces*. Paris: [Charaire et Fils], 1889. v.1. p. 13-14. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 193. TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987. p. 152-153, 162.

*“Apenas alguns dias de permanência em Rocinha, a aprazível vivenda rural onde se nos ofereceu tão benévola hospitalidade (...). A casa que habitávamos, um vasto quadrado, compreendido não só inúmeros aposentos, mas tinha nos fundos senzalas para diversas famílias de pretos e, pouco afastada da cidade, oferecia todos os encantos da solidão. Estendia-se dali um campo plano, cercado, mas interrompido, aqui e acolá, por palmeiras e espinheiros. Na parte posterior da casa, estavam a espaçosa cozinha e o pomar, em cuja extremidade estreitas picadas conduzem a terreno inculto, desigual, coberto de sombrio capoeirão e de espessura impenetrável, em distância a perder de vista. Aqui, pelas vargens, há ipueiras e lagoas, de cujas águas surgem tufo de canaranas e de ubís de espinho. Cheio de horror, perde-se o naturalista a dar passadas incertas nesse terreno (...). Achávamo-nos, portanto, numa região já por um lado enobrecida pelo cultivo, embora por outro lado representada pela invencível força criadora do solo americano; e um só olhar abrangia as mais diversas manifestações da natureza (...).”*<sup>372</sup>

Nas quintas do Rio de Janeiro, também ficou patente a estreita ligação entre a vivenda e a natureza local. Janelas, terraços e varandas davam vista para belos panoramas ou jardins. As habitações eram implantadas nas fraldas das encostas, causando a impressão de estarem prestes a “despencarem” morro abaixo, como atesta Gastão Cruls.<sup>373</sup> A mesma sensação foi notada na casa de campo onde morava o Senhor von Langsdorff, no século XIX, cuja descrição nos permite compreender o motivo pelo qual os brasileiros abastados e os estrangeiros, sobretudo os diplomatas, preferiam residir serra acima.

*“(...) Nada se pode comparar à beleza deste lugar, quando passadas as horas quentes do dia, brisas ligeiras refrescam o ar embalsamado pelos aromas da mata próxima. Esse prazer ainda mais vivo se torna logo que anoitece, vendo ao longe estender-se o espelho brilhante do mar, e a cidade tranqüila se iluminar pouco a pouco”.*<sup>374</sup>

No universo das vivendas, era possível sentir com intensidade as fragrâncias das laranjeiras, das acácias, paullínias e pitangueiras, que mantinham o fluxo e o refluxo de olores no ar. Ainda sobressaíam sons típicos, como o canto do macuco, do mutum e de outras aves domesticadas e nativas.<sup>375</sup> A qualidade de vida nesses recantos, localizados nos subúrbios cariocas, pautava-se pela ambiência que recreava o espírito e despertava a alma de seus utentes. Fundamentava-se na apreciação sensorial de atributos do espaço, considerados a partir da presença de magníficas vistas, recursos hídricos e vegetação exuberante. No desenho das chácaras, os jardins, propriamente ditos, constituíam locais de vivência peculiar, na contiguidade dos edifícios ou das sedes senhoriais.

Na ótica de diversos cronistas, observavam-se os hortos de recreio das chácaras como atrações quase à parte, o que deve ser examinado com certa cautela, pois as moradias de campo eram compostas por diversos outros subespaços, além dos jardins, como hortas, pomares, matas e

<sup>372</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 7-8, 14. (Edição alemã: 1823).

<sup>373</sup>-CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949. Tomo I. p. 379.

Cf. GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 166. (Edição inglesa: 1842).

<sup>374</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Op. cit.* 1938. Tomo I. p. 103-104.

<sup>375</sup>-CRULS, Gastão. *Op. cit.* Tomo I. p. 376.

capinzais. A paisagem nos arrabaldes sempre gozava de uma complexidade ou variedade de “cenários”, onde “alterna[va]m jardins, novas plantações, mata virgem e casitas de campo espalhadas”, tal como percebida nas vizinhanças do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras.<sup>376</sup>

A implantação das grandes chácaras, “aninhadas nas conchas de vales”,<sup>377</sup> nas cercanias do Rio de Janeiro, favorecia a ocorrência de cascatas, fontes, lagos, piscinas, repuxos e tanques, nos respectivos jardins, conferindo aos subúrbios imagens caracterizadas pela apazibilidade, espontaneidade e fertilidade. Ao visitar propriedades de senhores abonados, nos arredores da referida cidade e de Salvador na Bahia, Maria Graham (1785-1842) registou a ocorrência de recintos murados, onde havia canais de água sobre os quais colocavam-se jarros de porcelana ou vasos de louça da china, e onde ainda se cultivavam aloés e tuberosas. O aspecto dos mencionados conjuntos fazia lembrar os “jardins do Oriente”. Os artificios de água, além de regular o traçado dos canteiros e de propiciar ludicidade ao espaço, tinham a finalidade de controlar o ataque de formigas:

*“Os milhões de formigas que às vezes numa só noite deixam a melhor das laranjeiras despida de folhas e flores, tornaram preciso cercar cada árvore com um pequeno muro de massa, ou antes um rego com água, até que sejam bastante fortes para resistir”.*<sup>378</sup>

Intervenções semelhantes foram notadas por John Luccock em Minas Gerais, nas cercanias de São João d’El Rei, no início do século XIX. A narrativa desenvolvida sobre o citado lugar nos chama a atenção para certos elementos compositivos também utilizados no desenho das quintas de recreio em Portugal.

*“Em alguns outros jardins desta vizinhança [de São João d’El Rei] domina gosto muito mais fino tanto considerado em relação aos princípios antigos como aos modernos referentes à ornamentação; possuem todos eles veios d’água encaminhados ao lado de canteiros, dos quais alguns são elevados, entre paredes, cerca de três pés acima do nível comum dos passeios, à maneira do que se usa nas nossas estufas, ou mais ainda, talvez, imitando jardins orientais. Alguns desses pousos de Flora são ornamentos com vasos e estátuas e plantados de árvores que seriam capazes de propiciar gratos retiros, não fossem elas talhadas à moda rígida e artificial das avenidas de Versalhes, sem consideração pelo fato de o clima quente daqui exigir o abrigo e a sombra largamente espalhadas (...)”.*<sup>379</sup>

<sup>376</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 135.

*“(…) O passo lento com que andávamos deu-nos ensejo para notar as belezas da primavera brasileira. Plantas brilhantes, com pássaros mais brilhantes ainda voando sobre elas, flores de agradável cheiro, laranjas e limões maduros formavam um belo primeiro plano para as belíssimas árvores das florestas que cobriam as planícies e revestiam os flancos dos morros baixos na vizinhança de Pernambuco (...)”.*

GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 146. (Edição inglesa: 1842).

<sup>377</sup>-CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949. Tomo I. p. 380.

<sup>378</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Op. cit.* 1990. p. 181.

<sup>379</sup>-LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil; tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, [1951]. p. 314.



A difusão de “antigos princípios”, conforme assinalados por John Luccock (1808-1818), resultava em recintos com traçado de geometria simples, condicionados pela implantação de sistemas hidráulicos.<sup>380</sup> Os caminhos encontravam-se reforçados por alegretes, bancos, bordaduras, grades de madeira e de ferro, latadas, muretas, sebes. Na estrutura de tais locais, sobressaía o cultivo das espécies de floração, dentre elas anémons, camélias, cravos, crisântemos, dalias, gladiolos, jacintos, jasmims, margaridas, pelargónios, petúnias, roseiras, que agregavam possibilidades aromáticas e cromáticas aos espaços criados.<sup>381</sup> Em algumas situações, viam-se relógios de sol, conhecidos como “pedras de agulha”.<sup>382</sup> Os muros, que delimitavam os referidos jardins, eram revestidos de hera ou serviam de suporte para caramanchões e latadas. Junto a essas vedações, plantavam-se arbustos que ajudavam a promover o aconchego e a fruição do ócio, marcado pelo carácter de intimidade e recolhimento.<sup>383</sup>

Nas chácaras, conheciam-se esses lugares como “jardim de alegretes” ou “jardim florista”, uma contribuição portuguesa, possivelmente afrancesada no início do século XIX, observada sobretudo nas vivendas.<sup>384</sup> Talvez esses espaços tenham sido construídos com maior apuro após 1830, quando as lutas políticas pela Independência ficaram minimizadas.<sup>385</sup> Com o fortalecimento da aristocracia imperial, os locais de recreio passaram a ser mais solicitados para o convívio social, tendo em vista a ostentação da riqueza, muitas vezes percebida a partir do coleccionismo de animais e plantas, exóticos e raros, e da materialização de concepções arquitectónicas inovadoras, de acordo com o pensamento da época, fundamentado no eclectismo. No referido período, a disseminação de modismos, a nosso ver, não causou rupturas na tradição vigente, mesmo com a valorização de desenhos contidos, rígidos ou ainda sinuosos e o uso expressivo de elementos ornamentais. Porém, na grande maioria das casas de campo, como salienta Gilberto Freyre, predominava a prática de conciliar o agradável ao útil, resultando na mescla de subespaços, pautados pela cultura de carácter “promíscuo”, igualmente adoptada em diversos outros tipos de parcelas hortifrutícolas, existentes no tecido da “urbe” colonial.

<sup>380</sup>-Cf. AHU. Coleção Iconografia. “*Planta das casas e terreno anexo, pertencente a José da Silva Valença*”. 1742, Março, 30, Vila Boa de Goiás. Manuscrito. 300 x 750 mm.

Cf. LAGO, Pedro Corrêa do. *Milúão Augusto de Azevedo*. São Paulo nos anos de 1860. Rio de Janeiro: Capivara, 2001. p. 212.

VASCONCELOS, Salomão de. “Solares e vultos do passado”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. /s.n.º/, ano III, p. 69-70, 1948.

<sup>381</sup>-“PRELEÇÃO do Senhor Frederico Albuquerque no Museu Nacional na noite de 19 de agosto”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 Setembro 1875. /s.p./ Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 242.

<sup>382</sup>-MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 165.

<sup>383</sup>-Cf. CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949. Tomo I. p. 381, 383.

Cf. GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 136, 181-182. (Edição inglesa: 1842).

Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* 1985. p. 244.

<sup>384</sup>-“PRELEÇÃO do Senhor Frederico Albuquerque no Museu Nacional na noite de 19 de agosto”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 Setembro 1875. /s.p./ Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* 1985. p. 242.

<sup>385</sup>-MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *Op. cit.* p. 161.

“(…) Nas casas de sítio e nas chácaras eles [os jardins] eram vastos, confraternizando com a horta, emendando com a baixa de capim, com o viveiro de peixe, com o vasto proletariado vegetal de jaqueiras, araçazeiros, cajueiros, oitizeiros, mamoeiros, jenipapeiros - as árvores simplesmente úteis, que davam de comer e de beber aos homens. Ouseley, que conheceu o Brasil da primeira metade do século XIX, nos fala com alguma minúcia da chácara chamada ‘Vila das Mangueiras’ onde residiu em Botafogo e que foi depois ocupada pelo príncipe Adalberto da Prússia. Considerando-a típica das chácaras patriarcais do Rio de Janeiro, salienta que estava no meio de laranjeiras de toda espécie, limoeiros, bananeiras, palmeiras e também de muitas frutas e plantas importadas da China e Índia (...)”<sup>386</sup>

Através das crônicas de época, é possível notar a diversidade das soluções criadas na disposição dos jardins, considerados indispensáveis à habitação. Encontravam-se localizados na envoltória das residências senhoriais. Destinavam-se a resguardar a privacidade dos seus moradores. O aspecto desses subespaços era fortemente condicionado por factores biofísicos. Ali a vegetação, ordenada ou não em conjuntos regulares, demonstrava ser essencial à vivência do lazer, como ficou evidenciado nas narrativas de John Luccock, no início do século XIX.<sup>387</sup>

Ficava clara a força da natureza no desenho do espaço aberto. Os jardins menos expostos aos rigores do clima mostravam-se mais propícios ao cultivo das espécies de floração. Contavam com o coberto de arbustos e palmeiras ou ficavam sob as ramagens das latadas, de sombras raleadas e ténues, que enriqueciam a ambiência do espaço aberto, como nos atesta Maria Graham (1785-1842):

“(…) As flores dos canteiros da Europa crescem ao lado das plantas e arbustos mais alegres do país, à sombra das laranjeiras, bananeiras, árvores de fruta-pão (já quase naturalizada aqui [Rio de Janeiro]) e as palmeiras, entre aleias rectas de limas, sobre cujas cabeças o cinamomo da África agita suas flores lilazes. (...) Nestes jardins há às vezes fontes e bancos debaixo das árvores formando lugares nada desagradáveis para repouso neste clima quente”<sup>388</sup>

No conjunto das chácaras, salientamos a execução dos sistemas hidráulicos, a partir da captação, do armazenamento e da distribuição de água por gravidade. Esses sistemas concorriam para agregar apazibilidade e ludicidade não só nos jardins, mas também nas hortas e nos pomares,

<sup>386</sup>-FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003. p. 322.

<sup>387</sup>-LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil; tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, [1951]. p. 314.

“(…) o jardim sem frondosas árvores, sem sombra (...) onde toda a vegetação fora destruída para dar lugar ao canteiro ou, melhor, à série de canteiros. Retangulares e alinhados, pareciam, quanto à forma, caixões de defunto. A planta do vasto conjunto que os continha também era retangular, cortada nos sentidos dos lados do mesmo por estreitos caminhos. Cada canteiro tinha gramado em volta e, no centro, na parte terrosa, flores e frutos. As árvores pouco aparecem, por prejudiciais à monótona disposição dos canteiros... Jardim que não era de passeio; somente servia para ser visto. Para coroar a vistiosidade, principal objetivo do dono da propriedade, uma longa aléia de palmeiras marginava o largo caminho que, unindo o portão da estrada à mansão permitia a passagem das carruagens. Esses jardins, impróprios para um país tropical, eram numerosos nas zonas conhecidas como de Barão de Mesquita e de Conde de Borfim [Rio de Janeiro] (...)”.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 164. [Primeira edição: 1946].

Cf. *Idem*. *Ibidem*. p. 163.

Cf. CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949. Tomo I. p. 383.

<sup>388</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 198. (Edição inglesa: 1842).

como acontecia nas quintas portuguesas. Percebe-se a ocorrência de tais estruturas através dos anúncios estampados em periódicos oitocentistas. Nesse sentido, evidenciamos o registo de um leilão de certa chácara em Olinda, que possuía grande cachoeira de pedra e cal, cacimbas, caramanchões de ferro com caixa d'água para repuxo, viveiros [de peixes], além de boa horta, extenso jardim e pomares com diversos tipos de fruteiras, segundo o padrão de vida adoptado pelas ricas famílias.

*Era um “grande sítio, junto à povoação de Duarte Coelho em Olinda, com um grande sobrado e sótão para moradia de grande família com as seguintes comodidades. (...) 1º andar- 6 salas forradas, 1 alpendre, sótão, 2 salas e 6 quartos, 1 quarterão de 5 casas seguidas, 3 galinheiros de pedra e cal, gradeada, senzala e galinheiro circulados com calçada, 1 grande cachoeira de pedra e cal, 1 estrebaria para 6 cavalos à vontade, 2 casas para hóspedes tendo 1 delas um terraço com caramanchão de ferro, 2 banheiros de pedra e cal, 3 cacimbas e 1 viveiro, 2 ditos principiados, 1 pomar de mil laranjeiras, 1 dito de 600 coqueiros, 1 grande parreiral de uvas de boa qualidade e muitas outras variedades de árvores frutíferas, 1 boa horta com todas as qualidades de hortaliças, grandes baixas para capim, 1 grande jardim que compreende todo o sítio, com flores escolhidas sendo nacionais e estrangeiras, 2 lindos caramanchões de ferro com caixa d'água de repuxo (...)”*<sup>389</sup>

## **Hortas, Pomares**

As hortas e os pomares das chácaras, além de serem espaços produtivos, dispostos com base em técnicas agrícolas, eram ambientes propícios ao ócio, como acontecia nos jardins. Constituíam lugares aprazíveis, aromáticos, calmos, férteis, frescos, repousantes, qualidades que os tornavam distintos entre os complexos construídos. Em termos formais, enquanto a horta era iluminada e sujeita a maiores variações térmicas, o pomar permanecia sombreado pela cobertura vegetal. Como de costume, os terrenos hortícolas encontravam-se no terço inferior das encostas, nas proximidades de cursos hídricos, em locais de solos férteis. A vegetação, tal como em outras categorias tipológicas, mostrava-se bastante variada, destacando-se nos canteiros espécies alimentares, medicinais e ornamentais, num aparente estado de ordem e desordem.

Em regiões de elevadas temperaturas, existia uma maior tendência ao plantio de espécies arbóreas, de densos copados, o que se vê na actualidade em alguns trechos da cidade classificada de Olinda, onde muitos quintais assumem o aspecto de quase uma mata, minimizando os excessos de calor provocados pela radiação solar. Sob a copa de frondosas fruteiras, a luminosidade é bastante reduzida, proporcionando sensações agradáveis, resultantes da ventilação e da redução da temperatura.

No entanto, devemos admitir variações em torno do desenho dos pomares das chácaras, normalmente localizados no terço médio das encostas. De acordo com os registos de época, havia pomares que se mantinham estritamente marcados pela regularidade, baseada em princípios

<sup>389</sup>—“IMPORTANTE Leilão de grande sítio”. Diário de Pernambuco. Recife, 6 Novembro 1874. /s.p./ Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 95.

funcionais e produtivos, expressos em anúncios de propriedades com caramanchões de uvas e “ruas” de diversas fruteiras, araçás, jambeiros, laranjeiras, mangueiras.<sup>390</sup> Os espaçamentos adotados eram fundamentais para agilizar o manejo das colheitas e da terra, reflectindo-se na marcação rítmica dos percursos e da própria vegetação.<sup>391</sup> No caso dos laranjais, eles situavam-se, na maioria das vezes, na vizinhança dos edifícios.<sup>392</sup> Delimitavam caminhos e criavam ambiências particulares, algo parecido com a descrição feita por Alfredo d’Escragnolle Taunay, quando de passagem pelos arredores da Vila de Sant’Anna do Paranahyba, em viagem de Mato Grosso à Corte [1867]. No registo do lugar, sobressaíam:

“(…) moutas copadas de laranjeiras, coroadas de milhares de auríferos pomos, ao lado d’outras carregadas de candidas flores, que encantavam as vistas e embalsamavam ao longe os ares, trescalando o especial aroma. Tão boa recomendação não é desmentida pelo sabor dos frutos; de facto, são deliciosos (...)”.<sup>393</sup>

Em outras situações, a depender das características das espécies amanhadas, a regularidade não era requerida, como sucedia nos bananais e coqueirais, que poderiam estar associados com outras plantas, num quadro de cultura promíscua.

Na ótica dos naturalistas e viajantes, os subúrbios mostravam-se notadamente exuberantes, muitas vezes ressaltados como grandes jardins, o que já se comentou anteriormente. Levando-se em conta a interacção das parcelas produtivas, no caso em pauta, as cercas religiosas, chácaras, hortas e roças poderiam ser tratadas como conjuntos verdes, marcados por situações aparentemente contraditórias na formalização de suas diversas unidades, definidas por compartimentações e imbricações, por contrastes de luz e sombra, por regularidades e irregularidades, advindos em especial das culturas praticadas, contribuindo para a noção de um extenso contínuo, que abrangia o aro das cidades coloniais. A predominância das sebes e valas, na

<sup>390</sup>-“Vende-se a melhor chacara da rua de São Clemente n.72 [Rio de Janeiro], com casa nobre para grande familia, porém por acabar: a chacara tem grande quantidade de arvoredo, sendo dez ruas de laranjas, tudo enxertos novos que tem dado grande proporção de laranjas, uma bonita rua de mangueiras, no meio das quaes há um rio corrente para lavar, uma grande parreira que dá grande porção de uvas pretas e brancas, muita porção de pés de louro, muitas ruas de pés de araçás brancos e de muitas qualidades, grande quantidade de pés de cravo e canella, muitos pés de pimenta do reino; muitas macieiras que dão maçãs das melhores qualidades, por ter vindo a planta de fóra: riquissimas romeiras de varios tamanhos, muitas figueiras de varias qualidades de figos até branco: pôde dar capim para seis animais: riquissima qualidade de cravos em grande porção, morangos de muito boa qualidade, grande porção de pecegos grandes e pequenos: enfim a chacara é o melhor objecto que tem naquella rua, e mesmo por ficar muito perto da praia, sendo a casa mandada fazer para desfructar a mesma pessoa; é das melhores madeiras que pôde haver, conforme muitas pessoas podem affirmar, e muito bem construida; a coqueira pode guardar quatro carros, tem quartos para criados, ditos para guardar o que se quizer, tudo forrado, menos a cavallariça; e não se duvida ceder com quatro pretos. O motivo da venda é por seu dono se retirar para Inglaterra no mez de outubro do corrente anno”.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 6 de agosto 1845. /s.p./ Apud: FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003. p. 353.

<sup>391</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 202. [Edição inglesa: 1842].

<sup>392</sup>-LALLEMANT, Robert Christian Berthold A. *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953. v.2. p. 338.

<sup>393</sup>-TAUNAY, Alfredo de Escragnolle, Visconde. *Viagens de outr’ora*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921. p. 60.

delimitação das propriedades agrícolas e de hortas e pomares, reforçava tal sensação, repercutindo na maior permeabilidade ecológica e visual do espaço como um todo.

Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), em visita aos subúrbios de São Paulo, no início do século XIX, identificou o cuidado na demarcação de pastos com valas, para que fossem ali contidos cavalos e outros animais de carga, e não se dispersarem nas vizinhanças.<sup>394</sup> Preocupação semelhante verificou-se nos arredores de Recife, onde se abriram canais, como os identificados na rua do Bom Sucesso em Olinda. Esses canais desempenhavam importante função na drenagem da água nas partes mais baixas do relevo. Seja por um ou outro motivo, as valas deveriam ser constantemente mantidas por meio da limpeza de regos, evitando-se que fossem aterrados. Nas casas de campo também foram utilizados muros, principalmente para a definição de limites externos e locais de estadia nas proximidades dos edifícios.<sup>395</sup>

## Mata

Frente à escassez de informações sobre o espaço das chácaras, consideramos as narrativas como fontes de conhecimento do processo de transformação das cercanias que, durante o século XIX, sofreram significativas alterações. Uma das mudanças verificadas consistiu no escasseamento das manchas de mata no interior das parcelas hortifrutícolas. Gradativamente, substituiu-se a vegetação nativa por capinzais e pastagens, necessários para a alimentação de animais de carga e de transporte. Em tais circunstâncias, o consumo do recurso madeireiro também foi incentivado, directa ou indirectamente, pelo incremento da construção civil nas maiores cidades, fenómeno associado à expansão do mercado imobiliário, ainda nas primeiras décadas dos oitocentos, conforme anotações de Jean Baptiste Debret (1768-1848).

*“A necessidade de dar abrigo a uma população dia a dia maior determinou afinal a adoção dos processos mecânicos europeus, cuja rapidez e economia multiplicam hoje em dia as construções brasileiras. Desde então surgiram, em oito anos e como que por encanto, os lindos arrabaldes de Mata Porcos, Catumbi, Mata Cavalos, Catete e Botafogo [Rio de Janeiro] e cresceu uma cidade nova à beira do novo caminho de São Cristóvão.*

*Entretanto, a procura de tábuas e a derrubada de troncos nas vizinhanças da cidade ainda dão trabalho permanente aos serradores de tábuas, escravos dos diversos negociantes de madeira estabelecidos na Praia D. Manuel, na rua da Misericórdia e nas proximidades da Prainha, bem como ao pé da Igreja da Saúde”.*<sup>396</sup>

<sup>394</sup>-SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 202-203. (Edição francesa: 1851).

<sup>395</sup>-MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 221, 230-231, 236, 250.  
Cf. GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 145-146. (Edição inglesa: 1842).

<sup>396</sup>-DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I. p. 236. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).

No mencionado período, Maria Graham (1785-1842) alertava para a derrubada de árvores em Salvador:

*“Os subúrbios da cidade sofreram muito em beleza no sítio do ano passado [1823], com a perda de várias árvores magníficas, mas ainda há bastante para fazer da Bahia uma das cidades mais cheias de árvores do mundo. Uma boa área do terreno foi aberta, mas é destinada principalmente à produção de capim. Fizeram-se algumas tentativas de produção de batatas e cebolas. Creio que seria mais ajuizado promover o cultivo da mandioca também mais perto da cidade (...)”*<sup>397</sup>

Nos arredores do Rio de Janeiro, Spix e Martius (1823) observaram que o corte da vegetação nativa ainda estava associado ao fabrico do carvão vegetal, vendido por escravos na cidade e tido como um negócio bastante lucrativo:

*“Acham-se, aqui [arredores da Fazenda de Santa Cruz], muitas espécies de árvores mais altas, que dão fornecimento para as carvoarias locais. Estas trabalham, do mesmo modo que na Europa, sobretudo nos meses mais secos de julho a setembro, e são muito lucrativas, devido à falta de lenha miúda, necessária para uso na capital. São agora exploradas ativamente, desde que o sr. Felder provou, com as suas pesquisas nas minas de carvão de pedra da Baía, que pouco proveito dali se pode tirar”*<sup>398</sup>

Porém, tratava-se a presença das matas em propriedades periurbanas como valor diferencial, facto notado nos jornais de época que anunciavam a venda de chácaras. Nas moradias recifenses, a cobertura vegetal nativa era remanescente das fazendas de engenhos cujas terras tinham sido parceladas.<sup>399</sup> No tocante à preocupação de ressaltar a ocorrência da mata nos domínios privados, destacamos a seguinte citação, relativa a uma residência paulistana, situada a menos de meia légua da cidade:

*“(...) sua casa de vivenda [da Chácara do Pacaembu de Cima] que se acha vantajosamente edificada em lugar ameno e risonho é cômoda e vasta e dela se desfruta uma vista deliciosa. Tem olaria, muitas outras benfeitorias, excelentes pastagens, divididas em diversos apartadores, águas com suficiência para tocar qualquer máquina, muito barro para tijolos e mesmo telhas, e grande mataria, na qual se encontra até madeira para construção. É muito grande e está toda fechada com valos de lei. Dá-se com toda a criação e utensílios de seu custeio, e mesmo com alguns escravos moços e práticos de serviço (...)”*<sup>400</sup>

As matas, geralmente, localizavam-se nas cumeadas ou em terrenos de grande declive. Contribuíam para a complementaridade e a complexidade do desenho das residências periurbanas e a vivência de seus utentes. Nesse quadro, podiam ser caracterizadas pela irregularidade,

<sup>397</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 414. (Edição inglesa: 1842).

<sup>398</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 175. (Edição alemã: 1823).

<sup>399</sup>-Cf. Diário de Pernambuco. Recife, 4 Setembro 1828. /s.p./ Apud: COSTA, Francisco Augusto Pereira da, 1851-1923. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. 180.

Cf. Diário de Pernambuco. Recife, 9 Março 1833. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem*. p. 181.

Cf. Diário de Pernambuco. Recife, 8 Janeiro 1852. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem*.

Cf. Jornal do Recife. Recife, 29 Abril 1864. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem*.

<sup>400</sup>-Correio paulistano. São Paulo, 19 Julho 1873. /s.p./ Apud: HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 37.

monocromia e verticalidade da vegetação, sendo ainda consideradas lugares propícios ao descanso e à estadia. Também suscitavam sensações provocadas pelas florestas, que beiravam o sublime.

Apesar dos poucos indícios a respeito da existência do coberto vegetal nativo no âmbito das casas de campo, supomos que se conservaram as citadas unidades por um longo tempo, em função dos benefícios proporcionados na prática: amenizavam microclimas, evitavam erosões, favoreciam a infiltração de água no solo e a manutenção dos sistemas hídricos, proporcionavam a produção de carvão/lenha/madeira. A reflexão sobre o assunto, presente em tratados agronômicos peninsulares, demonstra a importância que se atribuía ao tema.<sup>401</sup>

Nos complexos das chácaras, o mundo ordenado da produção e o caótico etéreo da natureza estavam em permanente imbricação. Em muitas situações, os aromas, os efeitos de luz e sombra e as sensações de refrigério, experimentados nos subúrbios, resultavam da conjunção entre esses dois mundos, o que causava impressões de extrema apazibilidade, como as descritas por Maria Graham (1785-1842), ao descrever as cercanias. “O Brasil é especialmente rico em esplêndidas trepadeiras e arbustos. Estes são entremeados com flores de laranja e limão, o jasmim e a rosa do oriente, de modo que o conjunto é uma massa de beleza e fragrância (...)”.<sup>402</sup>

Na actualidade, são raros os lugares nas cidades classificadas onde se observam pequenas manchas de matas. Em Olinda e Ouro Preto, tais espaços sobressaem em terrenos de maiores dimensões, resquícios de antigas cercas religiosas, chácaras ou de outras tipologias. Na sua maioria, são parcelas deixadas ao abandono. Porém continuam sendo mantidas, principalmente pela vontade de alguns moradores que se sentem motivados a fazê-lo, movidos por memórias familiares ou por outras causas. Percebem as vantagens de conservá-las quer no interior de suas habitações quer na proximidade das mesmas.

### **Arquitecturas de Prazer**

Apesar de o termo “arquitectura de prazer” soar hoje inusitado no Brasil, podemos dizer que na prática já era compreendido desde o período colonial, especialmente entre moradores de ricas residências nos arrabaldes. Dentre essas arquitecturas, constituídas por materiais inertes e vivos, citamos os caramanchões, as casas de fresco ou de regalo, os pavilhões e os pergolados. Estavam estrategicamente posicionadas nos conjuntos das cercas e das chácaras, tornando-se determinantes na composição e na continuidade do espaço. As “arquitecturas de prazer” surgiram

<sup>401</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 289-290, 292-293. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem.

<sup>402</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 198. (Edição inglesa: 1842).

não só como uma resposta cultural aos condicionalismos climáticos, às elevadas temperaturas e à grande luminosidade, mas também como uma determinada maneira de usufruir a espacialidade de lugares favoráveis ao ócio, à contemplação ou à estadia. Geralmente, tais construções encontravam-se dispostas em locais recatados, de vista aprazível e sombreados, ou nas proximidades de alguma estrutura hidráulica, onde era possível recriar o olhar, no convívio com os componentes naturais de cada parcela. Essa maneira de “estar” no “jardim lusiada” tornava seu desenho distinto frente a outros congêneres europeus.<sup>403</sup> A consciência desses traços predisponos a verificar, com mais cautela, o conteúdo de fontes históricas, que nos serviram de base à nossa investigação.

Através das memórias do inglês John Luccock (1808-1818), deparamo-nos com a descrição da chácara de João Batista Machado, localizada nas cercanias de São João d’El Rei, em Minas Gerais. De acordo com o ponto de vista desse cronista, fundamentado no olhar de uma outra cultura, o lugar era “arranjado com a maior das faltas de gosto”, o que soava como uma opinião preconceituosa e pouco afeita aos padrões da moradia luso-brasileira. Sua narrativa abordou a existência de um jardim que poderia ser considerado como centro de cosmicidade, dotado de referências simbólicas relativas à vida quotidiana dos habitantes do local. Dentre seus componentes, destacava-se uma casa de fresco, abastecida por veio d’água e ornamentada com embrechados e representações alegóricas. Retratou-se tal recinto da seguinte maneira:

*“(...) Na propriedade do senhor João Batista Machado, que, mercê de sua grande fortuna, levou a alcunha de Meio-Milhão, encontramos todas as belezas da natureza, mas nenhum dos confortos de que abunda a casa do mais humilde dos negociantes de Inglaterra. (...) Contém o jardim, talvez, dois acres de terra e o solo, apesar de situado sobre o Serro do Lenheiro, é mais fértil que quantos tivéramos jamais ocasião de examinar. É arranjado com a maior das faltas de gosto, contendo, porém, grande variedade de flores, frutos e plantas esculentas. Um trecho do cercado é adaptado à lavagem do linho, em tanques adrede construídos; noutra trecho, um belo veio d’água, para o abastecimento da casa, é encaminhado para uma construção quadrada, feita maneira de gruta, enfeitada da maneira mais tosca e fantástica, com potes quebrados, copos e botões de tampas de terrina. Há também retratos de animais ferozes e uma representação alegórica dos quatro quadrantes do mundo e ao centro, como objeto principal, vê-se uma das cousas mais indecentes que se possa imaginar, referente a fato muito conhecido que se deu no Rio de Janeiro. (...) Um edifício rústico, com um pequeno pórtico à frente, ocupa uma outra parte da área e em seus pilares vêem-se pintadas figuras de sátiros, macacos e índios: do lado de dentro acham-se europeus, vestidos à maneira de Portugal. Aberta de par em par uma porta de duas folhas, descobre-se uma peça grande, feito gruta inscrustada de conchas, que representa uma montanha quase de todo coberta de árvores, sôbre a qual se viam numerosas figurinhas de gente e de gado, arrumadas de maneira tal que perfazia uma história completa e resumida da existência e padecimentos de Jesus Cristo (...)”*<sup>404</sup>

<sup>403</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 318-319, 341-347, 375-376. Dissertação de Doutorado em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>404</sup>-LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil; tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, [1951]. p. 314.



Nas chácaras recifenses, os terraços criados orientavam-se directamente para as margens do rio Capibaribe, sobre os quais conceberam-se as casas de fresco, também denominadas “casas de banho”. O conhecimento dos citados registos permite-nos conjecturar sobre o processo difusor das ideias, que provavelmente influenciou o desenho de outros tipos de patrimónios paisagísticos. Coincidência ou não, o antigo Passeio Público do Rio de Janeiro (1785), projectado para o aproveitamento máximo da beleza da baía de Guanabara, teve como destaque, na organização de seu conjunto, uma plataforma que avançava sobre o mar, ladeada por arquitecturas de prazer. Construções semelhantes podem ser observadas na Quinta das Necessidades e no Palácio dos Marqueses de Fronteira situados, respectivamente, na Ilha de São Miguel e em Lisboa.<sup>405</sup> A implantação das arquitecturas de prazer, organizadas sobre terraços, nesses conjuntos, tinha por objectivo aproveitar-se o potencial recreativo dos lugares, sobretudo os dotados de amplos panoramas.

O exame atento de certas obras iconográficas pode ser revelador, contribuindo para a melhor compreensão da temática estudada. Citamos, por exemplo, a representação de Vila Boa de Goiás, relativa ao ano de 1803.<sup>406</sup> Na vista perspectivada do núcleo urbano, destaca-se a existência de uma grande casa de campo, cujo lugar era compartimentado em diversos subespaços bem distintos. Porém ressalta aos olhos, num dos alçados da referida moradia, a disposição de três caramanchões, alinhados na interface entre o jardim e a horta/pomar. Os artificios existentes denotam a intencionalidade da integração desses subespaços.

Durante o século XIX, as arquitecturas de prazer eram notórias nos jardins, a demarcarem lugares de estadia. No caso das latadas, representavam uma síntese de cor, forma e fragrância, constituindo, juntamente com outras obras, como os “palanques” ou os pavilhões, construídos junto aos acessos ou aos muros das propriedades, uma rede de locais favoráveis à fruição do ócio, o que contribuía para a criação de um todo contínuo e ordenado.<sup>407</sup>

---

<sup>405</sup>-ALBERGARIA, Isabel Soares de. *Quintas, jardins e parques da Ilha de São Miguel (1785-1885)*. Lisboa: Quetzal Editores, 2000. p. 23, 32, 34.

CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Visita técnica ao Palácio dos Marqueses de Fronteira*. Centro de História da Arte da Universidade de Évora. Lisboa, 13 maio, 2003.

<sup>406</sup>-Cf. “Prespectiva de Villa Boa de Goyas mandado tirar pelo Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Don João Manoel de Menezes. 1803. Original manuscrito da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 236-238, 387. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 171-172.

<sup>407</sup>-FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003. p. 353.

“IMPORTANTE Leilão de grande sítio”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 6 Novembro 1874. /s.p./ Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 95.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 164-165.

### Elenco Vegetal

No Brasil, a aclimação das espécies vegetais exóticas fundamentava-se em razões de cunho prático-utilitário, também associadas a questões de ordem recreativa, próprias dos espaços abertos. As plantas peregrinas, cultivadas em parcelas hortifrutícolas, eram valorizadas pelo potencial alimentar, económico, pela possibilidade de fabrico de artefactos e de remédios caseiros. A difusão de flores, frutas, legumes e verduras também se relacionava a gostos pessoais e preferências culturais. Spix e Martius, no início dos oitocentos, observaram que o hábito alimentar da classe burguesa baseava-se no consumo de frutas, além de queijos e farinhas-da-terra.<sup>408</sup>

O citado costume, de alguma forma reflectia-se na disposição das chácaras. Certamente, os pomares ocupavam maiores espaços em relação às hortas. As aguarelas de Jean Baptiste Debret (1768-1848) fornecem-nos indicativos sobre a variedade de produtos oriundos desses lugares, onde eram colhidos: ananás, araçá-do-campo, banana-da-terra ou banana-de-são-tomé, café, cajá, cajueiro, cambucá, cana-de-açúcar, cidra, coco-catarro, coco-da-bahia, coco-dendê, coco-d'iri, coco-guriri, coco-de-indaiá, coco-tucum, goiaba, grumixama, jabuticaba, jambo, laranja (tangerina, de umbigo), limão (azedo, doce), mamão, manga, maracujá, pinha, pitanga. Com relação às laranjas, eram obtidas em quantidade nas cercanias. Os citrinos, além de serem referências emblemáticas, propiciavam vantagens económicas aos proprietários das casas de campo, que ainda cultivavam uvas de várias castas.<sup>409</sup>

Com referência à produção de laranjas e uvas, supomos que a Coroa portuguesa mantivesse cautela perante o desenvolvimento dessas culturas na América. Talvez isso estivesse ligado ao receio da ocorrência de prováveis desequilíbrios económicos, que pudessem prejudicar interesses metropolitanos. Levando-se em conta a possibilidade da existência de tal problema, impediu-se por decreto real o progresso da viticultura no Brasil, segundo observações feitas por Spix e Martius (1823). Em período anterior, cuidados semelhantes justificaram a proibição da saída de mudas de laranjeiras-da-china para fora dos domínios do Reino, no intuito de se evitar que nações estrangeiras se tornassem competitivas no comércio da laranja, monopolizado por Portugal.<sup>410</sup>

<sup>408</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 105-106. (Edição alemã: 1823).

<sup>409</sup>-DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo II. p. 233-239. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).

<sup>410</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Op. cit.* 1938. Tomo I. p. 235.

“*Como Regente e Governador dos Reinos de / Eu Príncipe Portugal e Algarves [D. Afonso IV (1656-1683)] faço saber aos que este meu Alvará virem que por / quanto fui informado que se levão para fora do Reino, grande / quantidade de laranjeiras da china, e poderá prejudicar isto / muito a meus vassallos e naturaes. Hey por bem e mando que / se não embarquem para fora destes meus portos; laranjeiras alguma / (...)*”

IAN/TT. Microfilme 772. *Sobre não irem laranjeiras para fora do Reino*. 1671, Março, 12, Lisboa.

Na categoria tipológica estudada, a vegetação sobressaía como um dos componentes básicos do espaço, contribuindo para a aprazibilidade, continuidade e fertilidade em cada conjunto, reforçando a imagem toponímica que caracterizava os subúrbios coloniais. O facto estava intrinsecamente associado à policultura intensiva, com o objectivo de prover os mercados consumidores. O desenvolvimento agrícola que ocorria em função das demandas existentes influenciou o processo de selecção das espécies vegetais cultivadas. Não devemos ignorar que as cidades e vilas coloniais eram abastecidas pelos aros verdes, constituídos por parcelas hortifrutícolas.

Com relação às casas de campo, situavam-se num raio de meia a uma légua de distância dos núcleos urbanos, cerca de 3.300 a 6.600 metros. No Rio de Janeiro, Maria Graham (1785-1842) foi testemunha da fatura de víveres produzidos nos arrabaldes, com frequência despachados pela baía, por meio de barcos e canoas, para alimentar a população de moradores da cidade.<sup>411</sup> Thomas Lindley também presenciou factos análogos na Bahia, em vila de Cachoeira, onde se comercializavam grande quantidade de algodão, especiarias, frutos, fumo, legumes, lenha e milho.<sup>412</sup> Podemos ainda citar o exemplo das cercanias de Salvador, região produtora de citrinos, especialmente de laranjas (selecta e de umbigo), cujos carregamentos eram enviados aos mercados da Corte, no Rio de Janeiro.<sup>413</sup>

Nos domínios das propriedades periurbanas, o cultivo das espécies estritamente ornamentais foi outro aspecto bastante apreciado. Identificamos, em fontes escritas do século XIX, a crescente valorização dessas plantas, inclusive, disseminadas a partir do envio de sementes das colónias para a Corte portuguesa e repercutindo na ampliação do repertório florístico nas quintas de recreio. No início dos oitocentos, solicitaram-se remessas de plantas aos governadores, capitães gerais e capitães-mores de diversas partes do Reino, em específico, das capitánias brasileiras da Bahia, do Ceará, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, do Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, da Paraíba, do Piauí, de Pernambuco, do Rio Grande de São Pedro, de São Paulo, do Rio Grande do Norte, de Sergipe d'El Rey, além de Angola, Benguela, Bissau, Cabo Verde, Cacheo, Índia, Moçambique, Rios de Sena, assim como das ilhas dos Açores, do Fogo, da Madeira, de Porto Santo, de Príncipe e São Thomé. Nos registos consultados, ressalta-se a curiosidade e o interesse, “mui particularmente”, pelas sementes de “bellas e cheirozas flores”

<sup>411</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 235. (Edição inglesa: 1842).

<sup>412</sup>-LINDLEY, Thomas. Narrativa de uma viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 171. *Apud*: HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 112. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

<sup>413</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 299. (Edição alemã: 1823).

para o ornato dos jardins reais.<sup>414</sup> Isso nos leva a conjecturar sobre a importância e a qualidade da vegetação disseminada nos jardins, organizados como manifestações culturais no património paisagístico de povoados, vilas e cidades de Portugal continental, insular e ultramarino.

No período pós-colonial brasileiro, houve a manutenção de valores tradicionais, acrescidos da influência anglo-francesa, que regulou o tratamento dos jardins, destacados pelo significativo número de espécies exóticas. O gosto pelo coleccionismo fez movimentar comércio de mudas e sementes, destinado a saciar o desejo de uma minoria privilegiada. O século XIX abriu novas perspectivas ao consumo, possibilitando a imitação de padrões europeus. Dentre outros aspectos, que marcaram a época, destacamos a gradativa divulgação das publicações dedicadas aos amadores da botânica, inclusive, ao público feminino, principalmente as mulheres pertencentes às elites dominantes. Julgamos que a maior circulação de impressos especializados em horticultura e jardinagem foi determinante para o incremento de tais actividades.<sup>415</sup>

A edição dos manuais e de outros tipos de publicações, relativos à horticultura, procurava esclarecer os adeptos dessa arte a respeito da escolha, do manejo, da multiplicação e do plantio das espécies vegetais difundidas, normalmente listadas em função de suas características e vantagens. Mesmo que as informações escritas tenham adquirido roupagem livresca, algumas obras, como *O jardineiro, anthologia, ou tratado das flores, aos amantes da jardinagem*, editado em Coimbra em 1824, espelham a cultura vigente. Nela sobressaem orientações para a localização do jardim, seja ele plano, de inclinação suave ou disposto em terraços. Os lugares deveriam ser seleccionados a partir de uma série de condições consideradas satisfatórias. Recomendava-se que os terrenos possuíssem ampla visibilidade, boa drenagem, insolação adequada, presença de água e solos férteis, pré-requisitos geralmente levados em conta no âmbito das quintas portuguesas e das chácaras brasileiras. As flores em tais publicações eram tidas como “alegrias da natureza”, belas para serem vistas, e sentidas através do olfacto.<sup>416</sup>

No Brasil, periódicos da segunda metade do século XIX fornecem dados para a composição de um quadro de época sobre o modismo da jardinagem, fomentado pela importação de exemplares exóticos, disseminados sobretudo no âmbito das residências abastadas. Divulgava-

<sup>414</sup>-AHU. ACL-CU-Código nº 575: 1800, Novembro, 19, Palácio de Queluz. “Para que remetta toda a qualidade de sementes de plantas”. AHU. ACL-CU-Código nº 575: 1800, Junho, 23, Palácio de Queluz. “Para remetter cascas, plantas e sementes medicinaes”. AHU. MARANHÃO-ACL-CU-009, Cx. 115, D. 8933: 1801, Fevereiro, 26, São Luiz do Maranhão. “OFÍCIO (2º via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Souza, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a remessa de sementes de flores”.

AHU. PIAUÍ-ACL-CU-016, Cx. 25, D. 1311: 1802, Julho, 21, [Lisboa]. “OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, ao fintendente das boticas da Marinha], João Filipe da Fonseca, sobre o envio para o Jardim Botânico de vários exemplares de plantas recebidas do Brasil. Anexo: 9 docs”.

<sup>415</sup>-CF. HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 59-60.

<sup>416</sup>-JARDINEIRO (O), *anthologia ou tratado das flores, aos amantes da jardinagem*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1824. p. 16, 19.

se em anúncios de jornais, de maneira atractiva, cativante e objectiva, a venda de ricas colecções de “árvores frutíferas, plantas raras e de gosto, arbustos de ornatos, flores de todas as espécies em grande variedades (...) com enxertos próprios deste clima”, tanto aos “senhores da cidade, como do mato”, o que repercutia directamente no desenho das chácaras.<sup>417</sup> As vendas podiam ser feitas por meio de catálogos ilustrados ou de leilões directamente organizados por comerciantes e horticultores franceses, que visitavam periodicamente Recife e outras capitais brasileiras. Traziam sempre na bagagem novidades, vindas do Pará, do Rio de Janeiro e de outros lugares como: Alemanha (Hamburgo), Argélia (Argel), França, Holanda, Ilha de Santa Helena, Portugal.<sup>418</sup>

Em Recife, distribuía-se os lotes de mudas na cidade e nos arrabaldes, próximos e distantes, assim como em Olinda/Beberibe, onde havia uma concentração de casas de campo. Dentre as espécies que faziam parte do repertório florístico das chácaras, destacavam-se as plantas ornamentais. No elenco da vegetação do jardim, listamos os seguintes exemplares, para ilustrar a riqueza das alternativas existentes: acácias, açai, árvore-do-viajante, árvores [fúnebres], bálsamo, buganvilia, camélias (cerca de 15 variedades), cânfora, casuarina, chorão-salgueiro, cinamomo-da-áfrica, ciprestes, cravo-da-índia ou jasmim-café, crótons, dracenas, espirradeira ou oleandro, flamboyant, flor-do-imperador ou jasmim-do-imperador, hibiscos, magnólias, manacá-de-cheiro, palma-cristi, palmeiras (de-leque, espinhosa, espiral, imperial, imperial-rubra, real, sagu, tamareira), poinsetia ou bico-de-papagaio, assim como, açafrao, açafroa, açucena ou flor-da-imperatriz, aglaia, alecrim, aloés, amarílis, amor-de-homem (aurora ou malva-rosa), amor-perfeito, anémonas, angélica (jacinto-da-índia ou tuberosa), aristolóquias, azáleas-da-índia ou rododendros (cerca de 18 variedades), azulzinha ou tumbérgia-azul, bálsamo-de-jardim ou beijo-de-frade, bardana, begónias, boca-de-lobo, borboletas-de-holanda, botão-de-ouro, calêndula ou malmequer, carolina ou alamanda-amarela, celidónia, ciclames, cipó-de-são-joão, clematites, copo-de-leite, coral, córdia, cravinas, craveiros (cerca de 100 variedades), crisântemos, dalias (cerca de 300 variedades), crista-de-galo, ervilha-de-cheiro, escabiosas, esporinha, estefanote ou flor-de-cera, falsa-murta, feto-arborescente, flox (cerca de 4 variedades), fúcias ou brincos-de-princesa, gerânios, gladiolos ou palma-de-santa-rita (cerca de 200 variedades), glicínia, goivos (dobrados e singelos), gramas, groselhas (cerca de 4 variedades), hemerocalis, hortênsia ou hidrângea, iris, jacintos, jalapa ou bonina, jasmims (do-cabo, encarnado [da-índia], laranja), junquinhos, lantana-cambará, madressilva, maracujazeiros, murta (da flor dobrada), opúntias,

<sup>417</sup>-“PLANTAS vivas em vegetação recentemente chegadas de França”. Diário de Pernambuco. Recife, 11 Fevereiro 1853. /s.p./ Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 223.

“AVISOS diversos”. Diário de Pernambuco. Recife, 08 Abril 1853. /s.p./ Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* 1985. p. 223-224.

<sup>418</sup>-MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* 1985. p. 223-224, 229-230, 237, 240, 241, 246.

papoulas, penacheiros, peónias (cerca de 80 variedades), petúnias, pitósporos, rainha-margarida ou áster-da-china, ranúnculos, resedá, roseiras (cerca de 400 variedades, dentre elas: rosa-alegria, rosa-alexandria, rosa-amélia, rosa-angelita, rosa-blanche-corymbifere, rosa-dourada, rosa-duquesa-de-roma, rosa-estronda-mundo, rosa-grinalda-de-noiva, rosa-imperatriz-dos-franceses, rosa-inglesa, rosa-peito-de-vénus, rosa-príncipe-alberto, rosa-rainha-vitória, rosa-striée-très-odorante, rosa-teodósia), sanguinária, saudade, sécia, tinhorão ou caládio, verbenas, zínias.<sup>419</sup>

Ao estendermos a análise da vegetação para o âmbito do pomar, podemos complementar alguns dados avaliados anteriormente. Ao longo da primeira metade dos oitocentos, é-nos possível considerar que grande parte das árvores exóticas, nas chácaras, foi disseminada a partir dos Jardins Botânicos. Mudanças eram distribuídas a particulares interessados em comprovar os benefícios das espécies recém aclimatadas no Brasil.<sup>420</sup> O efeito dessa prática institucional gerou, nas cercanias de Recife e Olinda, traços de homogeneidade advindos das características da vegetação difundida, marcada por densas copas e folhagem verde escuro. Supomos que o mesmo aconteceu em outros lugares, como em Belém do Pará, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo, onde se adotou a mesma iniciativa para a divulgação de plantas pouco conhecidas, como procuraremos demonstrar no desenvolvimento do trabalho.

A disseminação de novos exemplares resultou no enriquecimento do coberto vegetal, especialmente no aro das cidades, motivando o gosto pelo colecionismo. Processo semelhante também aconteceu na realidade portuguesa, durante os séculos XVIII e XIX, a partir da divulgação de espécies exóticas, em particular da flora atlântica e mediterrânica, por meio dos Jardins Botânicos da Ajuda (1768) e de Coimbra (c.1773).

<sup>419</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 20-22. (Impressão Régia feita em 1817).

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949. Tomo I. p. 377.

GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 145, 160, 198, 355. (Edição inglesa: 1842).

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. p. 84-85. (Edição inglesa: 1812).

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 204-256.

RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 66.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 202-203. (Edição francesa: 1851).

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 137-139. (Edição alemã: 1823).

TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, 1996. p. 43. (Série Dissertações e Teses).

WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil-do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 202. (Edição inglesa: 1886).

<sup>420</sup>-Cf. "ASSEMBLÉIA provincial". *Diário de Pernambuco*. Recife, 09 Abril 1844. *Is.p./.* Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* 1985. p. 217.

Para termos noção do elenco das espécies existentes nos pomares das casas de campo, listamos os seguintes exemplares: abacateiros, abieiros, abricoteiros, ameixeiras, amendoeiras, amoreiras, ananases, araçazeiros, araticum-apê, ata ou fruta-do-conde, bacupari, bananeiras, bilimbi (cerca de duas variedades), biribá, cabeluda, cacaueiro, cafeeiro, cajá-manga, cajueiros, cambucazeiro, canas-sacarinas, caneleiras, caramboleiras, cardamomo, castanheiro, cerejeiras, chá-da-índia, cidreira, coqueiros, coração-de-boi, cravo-da-índia, cueira, damasqueiro, dendezeiro, drupa, figueiras-da-europa (cerca de 4 qualidades), framboeseira, fruta-de-condessa, fruta-pão (cerca de 2 variedades), goiabeiras, groselheira, grumixameira, imbuzeiro, ingás, jabuticabeiras, jambeiros, jaqueira, jenipapeiro, laranjeiras (branca, cravo, da-china, da terra, de-umbigo, do-céu, doce, selecta, secca, timboa), lichia, limeiras (da-pérsia, de-umbigo, doce), limoeiros (azedo, francês, doce), macieiras, mamoeiros, mangabeira, mangueiras, medronheiro, moscadeira, nogueiras (de-bancul, de-behn), oiti, oiticoró, parreiras (cerca de 30 variedades), pereiras, pessegueiros, pinheira, pitombeira, romãzeira, sabonete, sapotizeiro, tamarindeiro, tangerineira, uvaieira. Espécies como a amendoeira-da-praia, o cedro, o cedro-do-norte, a dilênia, o eucalipto, a monguba, poderiam estar próximos ou inseridos no interior dos pomares, que passaram a contar com uma grande variedade de plantas.<sup>421</sup>

Na segunda metade do século XIX, identificamos, em menor número, as hortaliças, pouco evidenciadas nas chácaras. Com base no desenho de algumas residências do período, julgamos que as hortas passaram a ocupar menos espaço em relação aos jardins e pomares, possivelmente devido à gradativa melhoria dos serviços de abastecimento alimentar nas cidades.<sup>422</sup> A partir de registros consultados, apuramos a ocorrência das seguintes variedades: abóboras, agriões, aipos, alcachofras, alfaces (amarela, branca repolhuda, manteiga), alho-porro, batatas (batata-doce), beterraba, bredo, brócolis-roxo, cebolas, cenouras compridas e curtas, chicórias (escarola), couve (galega, penca, saboia dourada, tronchuda), erva-cidreira, erva-doce, ervilha, funcho, hortelã-pimenta, gengibre, loureiro, manjerição, manjerona, melancias, melões, nabos (amarelos e brancos), pimpinela, pimentas (da-índia, malagueta e nativas), pepineiro, quiabo, rabanetes, rábanos, repolhos, rosmaninho, tomates, tomilho, salsa-lisa e crespa, dentre outros exemplares.<sup>423</sup>

<sup>421</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo 2. p. 20-22, 110-111. (Impressão Régia feita em 1817).

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 211, 227-228, 231, 233, 235, 237-240, 245, 247-248.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 29, 62-63. (Edição alemã: 1823).

<sup>422</sup>-Cf. HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 118, 170, 190, 233, 242.

<sup>423</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Op. cit.* Tomo 2. p. 20-22, 110-111. (Impressão Régia feita em 1817).  
LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil; tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, [1951]. p. 315.

No âmbito das chácaras, o ordenamento da vegetação e de outros componentes não era aleatório. Havia intencionalidade no desenho concebido. Para entendermos as intervenções feitas no Brasil, devemos estar inteirados de procedimentos adotados na realidade portuguesa. Admitimos que, na essência, os princípios foram praticamente os mesmos, sendo aplicados em diversos tipos de parcelas hortifrutícolas. Os jardins e a estrutura produtiva de hortas/pomares serviam de base para a inserção de diversos elementos, que os transformavam em lugares de recreio. Nesse sentido, implantavam-se arquitecturas de prazer em locais recatados, favorecidos com amplas vistas, propiciando a contemplação passiva da natureza. Construíam-se chafarizes, fontes, tanques de rega, e outros artifícios integrantes dos sistemas hidráulicos, no intuito de se ampliar as possibilidades de vivência do ócio, a partir de atributos físicos da água, dentre eles, frescor, movimento, sonoridade e luminosidade. Posicionavam-se alegretes para a demarcação de caminhos e canteiros. As latadas, por sua vez, indicavam percursos e definiam locais de estadia e recato. As sebes, além de resguardarem os recintos, reforçavam suas respectivas ambiências, a ponto de aqueles serem tratados como pequenos Paraísos ou Primaveras Eternas. Ressaltava-se o gosto pelo cultivo de determinadas espécies odoríferas, como os jasmims, as laranjeiras e as roseiras, que ajudavam a definir a noção do “belo útil”, predominante nas tipologias analisadas. Em outras palavras, buscava-se, a partir da inserção dos referidos vocábulos arquitectónicos, controlar, ordenar, manipular, ressaltar atributos da natureza, como aromas, cores, luzes e sombras, com o fim de garantir a continuidade do espaço, assim como acontecia nas quintas de recreio.<sup>424</sup>

No estudo realizado, mesmo lidando com as chácaras, uma das categorias do património paisagístico mais prejudicadas pela expansão da malha edificada no aro das “urbes”, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, observamos que é possível compreender a disposição desses conjuntos, principalmente se nos apoiarmos na verificação de certas regras da arte de construir os jardins, conhecidas e divulgadas através da tradição lusíada vigente no Brasil. Nesse contexto, as chácaras ou as quintas de recreio também constituíam espaços privilegiados para a recriação de modismos, que tiveram de ser adaptados às condições culturais e biofísicas de cada lugar. Projectaram-se alamedas, construíram-se hortos de recreio, implantaram-se sistemas hidráulicos utilitários e ornamentais e traçados regulares. Tais construções eram entendidas como símbolo de civilidade e ostentação.

---

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. p. 80. (Edição inglesa: 1812).

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 241.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 111, 171-175. (Edição alemã: 1823).

<sup>424</sup>- Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. “Os vergéis do Paço Ducal”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 6, p. 36-37, Mar. 1997.



## Roças

*“(...) foi-se amontoando o humus negro  
surpreendido pelas enxadas  
na ânsia das gêneses prodigiosas,  
e que a luz clara da hora ardente  
parecia pulsar e ferver ainda  
de desejo criador (...)”<sup>425</sup>*

Deixamos claro, com a pesquisa realizada, que a roça será entendida como um outro tipo de património paisagístico, distinto das casas de campo ou chácaras, vistas estas como “roças” e “rocinhas”, respectivamente, na Bahia e no Pará. As roças que vamos caracterizar nesta parte do trabalho constituíam grandes propriedades, igualmente polarizadas pela “urbe” e destinadas basicamente à produção de mantimentos, sem apelo à prática do recreio. Situavam-se nas fronteiras agrícolas. A natureza percebida nos respectivos domínios podia ser compreendida como hostil e selvagem, noção que estimulava e/ou justificava a derrubada das matas. Para o ouvidor José Xavier Machado Monteiro, responsável pela construção de novas vilas em Porto Seguro, na segunda metade do século XVIII, o corte da vegetação nativa, ao redor dos assentamentos concebidos, numa faixa de “dois tiros” de largura, “proporcionaria arejamento, aumentaria a área de pastagem e afastaria as onças, cobras e mosquitos”.<sup>426</sup>

Os aros verdes faziam parte da tradição, levada adiante inclusive por preceitos administrativos. Em termos prático-utilitários, buscava-se garantir a oferta de víveres através da disponibilização de solo agrícola na envolverência das cidades. Identificamos esse pensamento em certas fontes documentais, como o conteúdo do Foral de Olinda (1537).<sup>427</sup> Nos primórdios da colonização brasileira, as glebas que desempenhavam tal actividade estavam praticamente inseridas nos tecidos urbanos, o que nos leva a compreendê-las como unidades da mesma estrutura territorial, subordinadas à gestão dos Concelhos. O exame atento dos registos inaugurais sugere a transposição de costumes lusitanos, que influenciaram directamente o desenho da paisagem, marcado pelo fomento à agricultura. Frente aos indicativos fornecidos por Gabriel Soares de Sousa (1587), as roças deveriam ser compreendidas como os casais, equivalendo às almuinhas, herdades ou quintas rústicas

<sup>425</sup>-SILVEIRA, Tasso da. “Humus”. *Revista Festa- Mensário de Pensamento e de Arte*. Rio de Janeiro: Inelivro, nº 3, p. 5, 1980. Cópia facsimilada. (Edição original: 1927).

<sup>426</sup>-Cf. AHU. BAHIA-CA, D. 9147. “Relação individual do (...) Ouvidor da Capitania de Porto Seguro (...) desde o dia 3 de maio de 1767 até o fim de julho de 1777”. *Apud*: DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. p. 72.

<sup>427</sup>-OLIVEIRA, Valéria Maria Agra (coord.). *Projeto Foral de Olinda. Relatório II*. Olinda: Prefeitura Municipal de Olinda, Secretaria do Património e Cultura, 2000. /s.p./.

Cf. CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do Salvador do Mundo*. [Recife]: Editora ASA Pernambuco, 1986. p. 38-39.  
Cf. REGIMENTO de Tomé de Souza. *In*: História administrativa do Brasil. Rio de Janeiro: DASP, /s.d./, v.2. p. 223-226.  
*Apud*: AZEVEDO, Paulo Ormindo de. “Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira-origens”. *In*: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). *Colectânea de estudos. Universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1998. p. 56-57.

em Portugal.<sup>428</sup> Distinguiam-se das quintas de recreio por serem terrenos voltados única e exclusivamente à produção, conforme salientado anteriormente.<sup>429</sup>

Na realidade brasileira, as terras cedidas para o plantio das roças poderiam estar ou não vinculadas a outras glebas.<sup>430</sup> Os terrenos cultivados, em sua maioria, podiam ser devolutos ou pertencer a grandes propriedades.<sup>431</sup> Tais complexos de produção eram mantidos por mão-de-obra familiar, de agregados e/ou por reduzido número de escravos roceiros, encarregados do fabrico de mantimentos.<sup>432</sup> Os pequenos agricultores, ao exaurirem o potencial agrícola de um determinado sítio, sempre abriam novas frentes de trabalho, em locais de solos férteis, geralmente no interior das matas. Ao longo do período colonial e mesmo após a Independência, até o início do século XX, essa categoria de espaço foi essencial para activar a economia mercantil e abastecer núcleos urbanos e rurais, como é feito até hoje em regiões menos populosas do país.

Para reforçar o que ficou assinalado, mencionamos algumas assertivas sobre o entendimento da tipologia estudada. Gaspar Barleus, no século XVII, salientou, em seus escritos, que as roças eram propriedades rústicas, localizadas nos campos. Forneciam mandioca, matéria-prima para o preparo da farinha, que equivalia ao pão.<sup>433</sup> Raphael Bluteau (1720), além de considerar a importância da planta, atentou ainda para o processo do preparo da terra ou do roçado, compreendendo a limpeza da gleba, o corte das árvores, a queima da lenha e o tipo de cultura realizada.<sup>434</sup>

Tal procedimento abrangia o quadro da agricultura desenvolvida na vizinhança das matas e dos povoados, destacando-se ali o cultivo do algodão, do amendoim, do anil, do arroz, do café, da cana-de-açúcar, do feijão, da pimenta, do milho, do tabaco, do urucum e de diversas frutas, sobressaindo-se as bananas e laranjas, além do plantio de vários legumes.<sup>435</sup> Em grande parte dos

<sup>428</sup>-SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 100-101.

<sup>429</sup>-CF. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 34-35. Dissertação de Doutorado em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. Cf. FAUVRELLE, Natália. *Quintas do Douro. As arquitecturas do vinho do Porto*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID), 2001. p. 21-22. (Cadernos da Revista Douro- *Estudos & Documentos*).

<sup>430</sup>-LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Os alimentos que fizeram o Brasil". In: CAMPOS, Ana Cristina, CLÉCIA, Maylena (coord.). *Terra e alimento. Panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2000. p. 55-56.

<sup>431</sup>-BACELAR, Carlos de Almeida Prado. "Roça". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, 1994. p. 722-723.

<sup>432</sup>-GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora UNESP, Editora Polis, 2005. p. 83.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Op. cit.* p. 55-56.  
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 106-107.

<sup>433</sup>-BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc, ora governador de Wesel*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. p. 72.

<sup>434</sup>-BLUTEAU, Raphael, Padre D. *Vocabulario portuguez e latino ...* Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1720. v.VII. p. 350.

<sup>435</sup>-CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário crítico e etymológico da língua portuguesa*. Paris: Ângelo Francisco Carneiro (editor), 1863. p. 859.

SILVA, António de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1831. Tomo II. p. 659.  
VIEIRA, Domingos, Frei. *Grande dicionário portuguez ou thesouro da língua portuguesa*. Porto: E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874. v.5. p. 317.

textos lidos, a palavra roça é tida como um brasileirismo, sendo o responsável por seu cultivo o lavrador ou o roceiro, também denominado caipira, capiau, matuto, tabaréu ou vazanteiro,<sup>436</sup> designações que eram com frequência adoptadas no sentido pejorativo, no intuito de acentuar as diferenças entre “a civilização das grandes cidades e a simplicidade dos homens do campo”,<sup>437</sup> tomados como pessoas acomodadas e grosseiras.<sup>438</sup>

Contudo, os limites entre os dois mundos, o rural e o urbano, eram bastante ténues e por demais imprecisos. Os relatos de viajantes europeus, escritos a partir de extensas jornadas em território colonial, durante o século XIX, são fontes de conhecimento da estreita ligação entre o campo e a cidade, percebida através de costumes populares e do próprio desenho da paisagem. Em Goiás, Minas Gerais e São Paulo, Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) observou que as vilas e pequenas cidades tornavam-se movimentadas, particularmente, nos domingos e dias santos, quando recebiam a visita de senhores do campo e suas famílias. Era comum manterem uma segunda residência no meio urbano, onde cuidavam de interesses pessoais vinculados à venda de mercadorias produzidas em suas propriedades.<sup>439</sup>

Em determinadas circunstâncias, os deslocamentos efectuados entre as roças e os povoamentos certamente não ultrapassavam o raio de duas léguas, cerca de 13.200 metros. A partir daí, surgiam as primeiras fazendas ou latifúndios e as ocupações rareavam, conforme registos estabelecidos por Auguste de Saint-Hilaire.<sup>440</sup> A zona de influência dos espaços urbanos, na maioria das vezes, abrangia a referida distância, facto evidenciado por Gabriel Soares de Sousa (1587) ao tratar dos cultivos na envolvência do antigo núcleo de Salvador.<sup>441</sup> No caso, as dificuldades usuais de transporte e o estado precário das estradas influenciaram a distribuição, a localização e o tamanho dos terrenos agricultáveis. Na vizinhança das vilas de Cachoeira e São

<sup>436</sup>-SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil. “Onomástica geral da geografia brasileira”*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004. p. 281. (Primeira edição: 1910).

<sup>437</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 18, 21. (Edição alemã: 1823).

<sup>438</sup>-Cf. DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Tomo I. p. 227. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).

<sup>439</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo I. p. 395-396. Tomo II. p. 35. (Impressão Régia feita em 1817).

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Imprensa Paulista, 1937. Tomo I. p. 238. (Edição francesa: 1847).

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 154, 274. (Edição francesa: 1851).

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Op. cit.* Tomo III. p. 142-143.

<sup>440</sup>-Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. p. 37. (Edição francesa: 1830).

<sup>441</sup>-SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000. p. 100-101.

Félix, na Bahia, segundo apreciações feitas por Spix e Martius (1817/1820), capinzais, chácaras, hortas e roças, permaneciam em constante imbricação, criando uma atmosfera de apazibilidade e fertilidade.<sup>442</sup> O conjunto observado era distinto para os visitantes, sendo valorizado em oposição às terras incultas do sertão, caracterizadas pela rusticidade de sua paisagem.

Porém, os roçados não ficavam restritos ao aro das “urbes”. Foram igualmente notados nos aldeamentos indígenas, assistidos por religiosos, nas franjas dos latifúndios monocultores, sobretudo nos terrenos que não se aproveitavam para o plantio da cana-de-açúcar, nas margens dos cursos hídricos e das estradas, em certos lugares de parada ou permanência, denominados “ranchos”, sendo ainda encontrados nos assentamentos de escravos fugitivos, designados por mocambos e quilombos.<sup>443</sup> A cultura das roças e dos roçados sempre acompanhou o colonizador no desbravamento dos sertões e das florestas quase intransponíveis. Na maneira como os deslocamentos foram impulsionados, principalmente, por padres missionários e sertanistas, destacava-se a escolha de locais estratégicos, que serviam como pontos de apoio para novas conquistas. Os espaços ocupados, no geral, situavam-se próximos de nascentes e rios, por facilitarem eles a produção de víveres e o transporte de mercadorias e pessoas.<sup>444</sup> Salientamos que a adoção de procedimento semelhante orientou a implantação de mocambos e suas rancharias nas matas.<sup>445</sup> O mesmo princípio norteou o desenvolvimento da actividade agroaçucareira, observada em material cartográfico elaborado na primeira metade do século XVII.<sup>446</sup> Nas representações manuscritas, além do registo dos povoamentos e engenhos, ainda são notados anéis verdes, como ressaltado na envolvência do núcleo fundacional de Salvador (1631).<sup>447</sup>

Com relação a essa cidade, a imagem representada nos manuscritos aguarelados reflectia o incentivo do governo à tradição portuguesa. Por volta da década de 1570, tomaram-se certas providências que desobrigaram agricultores e/ou lavradores do pagamento de impostos.

<sup>442</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 270-271. (Edição alemã: 1823).

<sup>443</sup>-GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora UNESP, Editora Polis, 2005. p. 370-376, 387, 396, 408, 413.

<sup>444</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 208-209.

<sup>445</sup>-Cf. GOMES, Flávio dos Santos. *Op. cit.* p. 57.

<sup>446</sup>-Cf. “‘Perspectiva. Do Ressifé, e Villa, de Olinda’. Original manuscrito que integra o códice ‘Rezão do Estado do Brasil’, de Diogo de Campos Moreno. c.1616”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 74, 327.

Cf. “‘Todas as fortificações do lugar do Recife até a Villa de Olinda (...)’”. Original manuscrito de João Teixeira Albernaz do ‘Livro que dá Rezão do Estado do Brasil’, de [Diogo Campos Moreno]. c.1626”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. cit.* 2000. p. 74, 327.

<sup>447</sup>-No início do século XVII, os pequenos agricultores, responsáveis pelo plantio das roças, já eram citados em relatos da época, juntamente com os lavradores de cana e os senhores de engenho.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. LI. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

Cf. “‘Planta da Restituição da Bahia’. Original manuscrito de João Teixeira Albernaz I, do códice ‘Estado do Brasil coligido das mais certas notícias (...)’, Rio de Janeiro. 1631”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. cit.* 2000. p. 27, 313.

Certamente, o facto resultou na maior ocupação dos terrenos rurais, arroteados da periferia para o centro do aglomerado.<sup>448</sup> As medidas estabelecidas resultaram na continuidade do tecido verde no desenho da paisagem, o que permaneceu como característica do lugar até, aproximadamente, a primeira metade dos oitocentos. Mesmo levando-se em conta a ocorrência de fragmentação de antigas propriedades rurais e de sucessivas expansões da malha edificada sobre a zona de interface com o campo, Salvador era apreciada tanto pela existência de quintais, hortas, cercas e chácaras quanto pela ocorrência de roças em sua periferia.

Processo análogo aconteceu no Rio de Janeiro, com o espraiamento do primitivo núcleo, localizado no morro do Castelo. Isso ocasionou a gradual alteração do uso do solo nas cercanias, em zona ocupada por actividade agropecuária de carácter extensivo, que cedeu espaço ao cultivo das roças. As parcelas destinadas ao plantio de cereais, frutas e legumes eram, em sua maioria, arrendadas e pertenciam a fazendas de engenhos (Engenho Velho, Engenho Novo e de São Cristóvão). Nos setecentos, tais glebas passaram a ser ocupadas por chácaras.<sup>449</sup> Apesar da constante transformação da paisagem, o lugar foi com frequência observado como um grande jardim, desde o século XVI.<sup>450</sup>

No universo das informações apuradas daqueles documentos, das correspondências, em especial, dos jesuítas, desde que chegaram ao Brasil (1549), contribuem para o entendimento do tema pesquisado. Dão-nos conta da importância atribuída às roças de mantimentos e aos algodoais, situados nas periferias urbanas. Em Salvador, isso se relacionou com o estabelecimento do Colégio da Bahia, sendo priorizado pela administração. Basta dizer que, em outubro de 1550, o Padre Manoel da Nóbrega tomava posse de sesmaria escolhida, pessoalmente, pelo Governador Tomé de Souza (1549-1553), ficando o lugar conhecido como “Água dos Meninos”, designação bastante significativa por expressar a ocorrência de boas águas e nascentes no local, além de indicar a finalidade básica do terreno, ligada ao sustento dos meninos gentios que passaram a viver no Colégio. Para tornar a gleba produtiva, cederam-se negros da Guiné, incumbidos do fabrico de sustento, actividade possivelmente aprendida com os ameríndios.<sup>451</sup> Enquanto os

<sup>448</sup> -LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 417.

<sup>449</sup> -LEITE, Serafim, Padre. *Fazendas e engenhos jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945c. p. 201-204. (Separata da revista *Verbum*, Tomo II, fasc. 2, Jun. 1945).

<sup>450</sup> -Cf. “Le Vrai Pourtrait de Genere et du Cap de frie par Jqz de Vau de Claye [Jacques de Van de Claye]. Detalhe do original manuscrito da Bibliothèque Nationale, Paris”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 154-155, 358.

<sup>451</sup> -CASTRO, Fernando Pedreira de. *Crônica da Igreja no Brasil: período pré-archietano 1500-1553*. Rio de Janeiro: Editora ABC; São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938. p. 156-161.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; escritores de N a Z*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Civilização Brasileira; Lisboa: Livraria Portugália, 1949c. Tomo IX. p. 418.

LEITE, Serafim, Padre. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: (1538-1553)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1956b. v.I. p. 196-197.

homens permaneciam responsáveis pela caça/pesca e manutenção dos roçados, as mulheres dedicavam-se à manufactura da farinha de mandioca, feita a partir da raiz da planta, vulgarmente conhecida por aipi, aipim, carimã, castelinha, cassava, macaxeira, mandioca-doce, mandioca-mansa, maniva, maniveira, pão-de-pobre, uaipi.<sup>452</sup>

A roça de “Água dos Meninos”, localizada na parte norte da cidade, era bastante ampla, como as outras duas glebas doadas com o mesmo objectivo, no ano de 1563. Uma delas possuía duas léguas em quadra e a outra, menor, tinha um quarto da citada área. Em ambos os terrenos, assim que o provincial da Companhia de Jesus, o Padre Luiz de Grãa, tomou posse, mandou cortar o “mato” e plantar bananeiras.<sup>453</sup> Segundo um congregado da Ordem, que era cozinheiro e hortelão, os frutos do mencionado cultivo eram abundantes durante todo o ano, o que ajudava na subsistência alimentar, motivo pelo qual a espécie considerada encontrava-se bastante difundida na paisagem brasileira.<sup>454</sup> O acto de ocupar o solo e aproveitar a fertilidade da terra tinha sentido eminentemente pragmático: “fazer mantimentos e criações para a sustentação do dito Colégio”.<sup>455</sup>

O tamanho das roças facilitava a obtenção de alimentos, também oriundos da caça e da pesca. Registos do século XVI mostram que já se realizavam colheitas de frutas, legumes e outros víveres, além de serem criados animais domésticos.<sup>456</sup> As propriedades administradas por religiosos foram organizadas a partir de conhecimentos específicos, resultando na construção de açudes, na distinção e rotação de culturas, na drenagem de zonas alagadiças.<sup>457</sup>

Contudo, a bibliografia pouco esclarece a respeito do desenho adoptado no espaço como um todo e raramente informa sobre a área das glebas onde se plantavam as roças. No século XVI, sabe-se, por intermédio de outro registo religioso, do ano de 1564, que a “dada” ou “data” de terra, doada pelo Governador da Capitania de São Paulo, Martim Affonso de Souza, para a Companhia e o Colégio dos Jesuítas, tinha duas léguas em quadra junto à Piratininga, o que gerou protestos de moradores da região, por não lhes ficarem outros terrenos para fazerem suas lavouras, “ali perto da villa”.<sup>458</sup> No geral, tudo leva a crer que a tipologia estudada tinha área aproximada entre ½ a 2 léguas em quadra. No entanto, em zonas com maior número de pessoas,

<sup>452</sup>-FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª edição. Curitiba: Positivo, 2004. p. 1263.

<sup>453</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae IV (1563-1568)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Iesu], 1960. p. 28-29, 33.

<sup>454</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae III (1558-1563)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Iesu], 1958. p. 463.

<sup>455</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *Op. cit.* 1960. p. 28-29.

<sup>456</sup>-LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 417.

LEITE, Serafim, Padre. *Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 162.

LEITE, Serafim, Padre. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: (1538-1553)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1956b. v.I. p. 47-48.

<sup>457</sup>-Cf. LEITE, Serafim, Padre. *Fazendas e engenhos jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945c. p. 201-204. (Separata da revista *Verbum*, Tomo II, fasc. 2, Jun. 1945).

<sup>458</sup>-Cf. LEITE, Serafim, Padre. *Op. cit.* 1960. p. 42-43.

as roças eram menores, como aconteceu em Vila Bela (1752), no Mato Grosso, onde foram doadas propriedades com meia légua quadrada.<sup>459</sup> No início dos oitocentos, John Mawe (1812) fala do tamanho de algumas parcelas hortifrutícolas nas cercanias da cidade de São Paulo. As maiores glebas tinham, em média, légua e meia quadrada.<sup>460</sup> As referidas medidas baseavam-se no antigo sistema sesmeiro de concessão de terras, fundamentado nas Ordenações do Reino, particularmente nas Ordenações Manuelinas do Livro IV.<sup>461</sup>

## O Universo da Produção

Observamos, na leitura da bibliografia consultada, que poucos autores contribuíram, efectivamente, para o conhecimento do espaço das roças. Vários deles enfatizaram assuntos como: abertura de roçados, deslocamentos em zonas de fronteira agrícola, rendimentos de lavouras, técnicas de cultivo, mas sem estabelecer uma correlação com o desenho das parcelas criadas.

Os lugares orientados para a produção eram tidos, em sua maioria, como arcaicos, ingénuos, pragmáticos, primitivos e utilitários. Os viajantes estrangeiros do século XIX, ao se depararem com o mundo da produção e da rusticidade, consideravam-na expressão da mais pura e encantadora desordem e de miséria, opiniões que não estavam destituídas de juízos de valor. Tratavam as moradias, não raras vezes, como cabanas, choças, choupanas, mocambos, palhoças ou ranchos, devido ao facto de essas construções serem executadas com técnicas rudimentares. Na actualidade, a busca de conhecimento, em regiões fronteiriças, faz-nos atentar para a permanência de certas práticas culturais que nos levam a reflectir sobre o ordenamento das diversas partes de uma roça.

No conjunto patrimonial estudado, podemos situar primeiramente a sede, cuja edificação é definida por padrões tradicionais de moradia, por técnicas vernáculas, e apresentando-se organizada a partir de concepção simples e em pequenas dimensões, cerca de 5 metros de largura, por 6 a 12 metros de comprimento.<sup>462</sup> Os materiais empregados espelham o conhecimento e as possibilidades de cada sítio. Nas roças, barro, madeira e palha constituem arcabouço básico para quaisquer obras. Costumeiramente, as habitações são apoiadas no solo por quatro estacas, como

<sup>459</sup>-DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. p. 31.

<sup>460</sup>-MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. p. 82. (Edição inglesa: 1812).

<sup>461</sup>-MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991. p. 103.  
TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 219.

<sup>462</sup>-COSTA, Eliza Lozano *et al.* "Casa". In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 233-241.

ainda se pode ver na Amazônia Brasileira.<sup>463</sup> No geral, os edifícios localizam-se na contiguidade de caminhos ou estradas, no terço médio das encostas, em terrenos cujos solos eram bem drenados. A casa-sede ocupa posição de destaque frente a outras construções, também concentradas no terreiro, que chega a abranger área de até 50 x 50 metros, com limites visivelmente ténues.<sup>464</sup>

Não menos importante é a relação estabelecida entre a morada e a presença de recursos hídricos. Os lugares, de preferência ocupados pelas edificações, situam-se na vizinhança de mananciais, cujas águas concorrem para satisfazer as demandas quotidianas nos complexos agrícolas. Em alguns casos, aproveita-se também a água proveniente das chuvas armazenada em cacimbas ou poços, usualmente abastecidos por bicas ou tubulações feitas de taquaras, troncos de embaúba ou de paxiúba, palmeira nativa dos igapós.<sup>465</sup> Os sistemas hidráulicos, como são criados até hoje, reforçam o aspecto de continuidade, espontaneidade e irregularidade que caracteriza o conjunto da roça, e na ótica dos viajantes europeus apreciado com admiração, encantamento, espanto e certa dose de preconceito.<sup>466</sup>

Os terreiros, conforme a tradição, mostram-se iluminados, limpos e varridos. Constituem espaços funcionais, marcadamente de serviço, normalmente pontuados por várias construções, dentre elas o jirau, o paiol de mantimentos e os telheiros, sendo ainda destinados à criação de animais domésticos. O local em si estabelece comunicação com a horta, o pomar e a “casa de farinha”, além de irradiar caminhos que igualmente conduzem a igarapés, ribeiras, roçados e seringais.<sup>467</sup> Em outras palavras, os terreiros funcionam como lugares de encontro e dispersão. Os percursos irradiados de tais centros, no interior de cada propriedade, que pode alcançar, em média, 300 hectares por família,<sup>468</sup> acham-se dipostos em completa sintonia com o meio natural, ao longo das cumeadas, encostas e dos rios, não de maneira alinhada ou regular, mas de modo orgânico.

Na região Amazônica do Alto Juruá, por exemplo, os terreiros conservam pequenas hortas, conjugadas com jardins, na contiguidade da moradia. Os canteiros permanecem dispostos na meia-sombra, cercados e protegidos contra o ataque de formigas e ratos e a acção danosa de

<sup>463</sup>-Cf. MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. p. 82. (Edição inglesa: 1812).

<sup>464</sup>-COSTA, Eliza Lozano et al. “Casa”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 234.

<sup>465</sup>-Cf. *Idem. Ibidem*. p. 243.

LEMOS, Carlos A.C. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. p. 35.

<sup>466</sup>-Cf. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 110-112, 473-477. (Edição alemã: 1823).

<sup>467</sup>-COSTA, Eliza Lozano et al. “Casa”. *Op. cit.* p. 246-247.

<sup>468</sup>-FRANCO, Mariana C. Pantoja et al. “Botar roçados”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Op. cit.* p. 256.



galinhas e porcos. Em determinadas situações, as culturas são mantidas suspensas do chão, em velhas canoas, erguidas por forquilhas de madeira, ou em caixotes recheados de solo orgânico. Dentre as plantas cultivadas, no geral dispostas de maneira promíscua, destacam-se: os bredos, a cebola, a cebolinha, o coentro, a couve, a hortelã, o hortelão-do-irmão-José, o malvarisco, o mastruço, as onze-horas, a perpétua, a pimenta, o tajá, o tomate. A área da parcela amanhada pode variar, a depender da necessidade da obtenção de alimento e sobretudo do empenho de quem se dedica a esta actividade. Porém nem toda casa possui uma horta e/ou um jardim.<sup>469</sup> No mais, sobressai, em certos pontos desses terreiros, a imbricação entre plantas exóticas e nativas, disseminadas de modo aleatório. Notam-se, em tais circunstâncias, espécies como os cafeeiros e as laranjeiras, juntamente com abacateiros, abieiros, açais, bananeiras, biribás, cacaueiros, cajueiros, jambeiros, mamoeiros, mangueiras, a definirem com os respectivos atributos o citado lugar, mas sem haver o fechamento das copas e a redução da visibilidade ao redor, criando situações de aprazibilidade e continuidade com o espaço envolvente.

Nesse âmbito, a imagem de determinados artifícios, como os caixotes de madeira e as canoas, utilizados em plantios que evitam o contacto directo com o chão, leva-nos a pensar na transitoriedade da moradia, num mundo marcado pela produção, onde não se criam raízes ou vínculos duradouros com os lugares. Periodicamente, constroem-se novas casas, à medida que as culturas avançam sobre terrenos descansados e férteis da mata, não necessariamente situados nas proximidades dos antigos assentamentos. Tais mudanças, que acontecem no interior da mesma propriedade, decorrem sobretudo dos ciclos e ritmos produtivos do meio natural. A permanência num determinado espaço pode variar de três a cinco anos, a depender do número de colheitas realizadas nos roçados, principalmente de mandioca. De acordo com a tradição, os deslocamentos ocorrem quando a terra costuma apresentar os primeiros sinais de fadiga, como sucede até hoje na Amazônia brasileira, facto associado ao tipo de manejo do solo, que já era identificado nas primeiras cartas dos jesuítas, no século XVI.<sup>470</sup> Os cultivos ainda são feitos a partir da prática da coivara, técnica primitiva que consiste no corte da mata e na queima de troncos e galhos de árvores, cujas cinzas são aproveitadas como adubo, o que conseqüentemente reduz o potencial agrícola nas unidades arroteadas.

<sup>469</sup>-Cf. EMPERAIRE, Laure. “Entre paus, palheiras e cipós”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 406, 416.

Cf. COSTA, Eliza Lozano *et al.* “Casa”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Op. cit.* p. 245-246.

<sup>470</sup>-Cf. COSTA, Eliza Lozano *et al.* *Op. cit.* p. 231.

LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I. p. 178.

Antes de tratarmos dos roçados, devemos situar o pomar propriamente dito. Encontra-se na vizinhança do terreiro. Na faixa em que se acha inserido, observam-se outras intervenções humanas, como os campos ou as pastagens, implantados com o intuito de reforçar o limite em relação à mata. No caso específico da unidade examinada, disposta a uma pequena distância da moradia, observa-se que em geral ocupa parcela equivalente de 0,5 a 1 hectare, correspondendo a lugares anteriormente utilizados para arrotear mantimentos. A diversidade da vegetação cultivada e a área dessas parcelas variam segundo as condições edafo-climáticas de cada região e a disponibilidade de mão-de-obra para conservá-las produtivas. Muitas das espécies disseminadas resultam de aclimações, ora por serem plantas de interesse alimentar, medicinal e ornamental, ora por apresentarem potencial económico. Os pomares eram e continuam sendo espaços privilegiados para a prática de experimentos botânicos. Mudanças e sementes, por vezes, são difundidas nas relações de permuta entre vizinhos. É opinião corrente, no senso comum, que eles constituem locais amenos, aromáticos, calmos, sombreados e verdejantes, a propiciarem atmosfera de intimidade, encantamento e mistério, pela maneira irregular e promíscua como as fruteiras se encontram distribuídas. Árvores e arbustos contribuem assim para explicitar a dualidade entre lazer e produção.<sup>471</sup>

Levando-se em conta a noção de totalidade que buscamos trabalhar, é imprescindível incluir, na análise elaborada, os espaços de cultivo nas margens dos rios e no interior da mata, que também fazem parte da roça. Vulgarmente, são conhecidos por roçados. Trata-se de pequenas parcelas de terra, o que facilita o pousio ou a regeneração da cobertura vegetal nativa, quando as plantações deixam de ser realizadas e sucede o “descanso” da terra. Frente às alternativas advindas do tipo de manejo efectuado, é necessário concebermos as roças não como um extenso homogêneo, mas como um grande mosaico de diversas e variadas unidades produtivas, complementares entre si, que ajudam a manutenção do domínio ou a posse da propriedade no território. “Quando um seringueiro ‘coloca’ ou ‘bota’ um roçado, ele pode vendê-lo ou trocá-lo, sendo o valor estimado segundo a quantidade de ‘roça’ plantada”.<sup>472</sup> A noção de valor desse património paisagístico não se restringe à venalidade da terra em si, abrange principalmente as culturas praticadas. Nesse sentido, consideram-se os arbustos e as árvores como “bens de raiz”.<sup>473</sup>

Compreender a maneira como são escolhidos e abertos os roçados, faz-nos valorizar a lógica produtiva existente nas roças e a organização dos respectivos espaços, assunto pouco notado no conteúdo de relatos históricos. Para entendermos melhor a questão, devemos observar

---

<sup>471</sup>-Cf. EMPERAIRE, Laure. “Entre paus, palheiras e cipós”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 406.

<sup>472</sup>-FRANCO, Mariana C. Pantoja *et al.* “Botar roçados”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Op. cit.* p. 249.

<sup>473</sup>-COSTA, Eliza Lozano *et al.* “Casa”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Op. cit.* p. 232.

que, no conjunto da grande propriedade, ocorriam simultaneamente várias culturas, em diferentes ciclos ou estágios de desenvolvimento, dipostas em diversos lugares, o que requeria permanente trabalho para conservá-las. A complexidade do tema aumenta de grau, ao tratarmos das espécies vegetais utilizadas, temática considerada na sequência do texto.

De acordo com a tradição vigente, existem os roçados de “terra firme” e os de “várzea”. Os de “terra firme”, como o nome sugere, são realizados em locais que não estão sujeitos a alagamentos, sendo apropriados para produzir mandioca, ou seja, macaxeira. Conforme a posição que ocupam no relevo, são classificados da seguinte maneira: “ponta ou bico de terra” (cumeadas), “lombo” (linhas divisórias de água entre igarapés), “chapada” (grandes superfícies planas) e “baixo” (terço inferior da encosta). Em sua maioria, os terrenos arroteados costumam receber maior incidência de luz solar pela manhã, além de estarem dispostos na proximidade das ribeiras, onde se lava a macaxeira nas “farinhadas”.<sup>474</sup> Por sua vez, os plantios de “várzea” ou de “praia”, encontram-se distribuídos nas margens dos rios, em faixas distintas de culturas, sendo organizadas em função das características e da taxa de humidade do solo.<sup>475</sup> Os géneros obtidos nessas condições são de ciclo curto, produzidos no período da vazante, destacando-se entre eles o amendoim, o arroz, a batata-doce, o feijão-branco, o jerimum, a melancia, o milho, o tabaco. A fim de possibilitar a colheita de duas safras anuais de mantimentos, é usual conservar numa mesma propriedade o cultivo em parcelas de “terra firme” e de “várzea”.

Com referência ao desenho da tipologia analisada, devemos igualmente observar a ocorrência de diferentes estágios de cultura, em particular, da mandioca, que no geral é intrinsecamente associada aos plantios de feijão, milho e tabaco. Para melhor percebermos o complexo produtivo, constituído de um amplo e variado mosaico de parcelas, é necessário considerarmos a existência, em simultâneo, de roçados “novos”, “maduros”, “arrancadores” e “encapoeirados”. Segundo o costume ainda mantido na Amazônia, cada família conserva, no mínimo, três pequenas unidades em “terra firme”, destinadas basicamente à produção de mandioca.<sup>476</sup> No roçado denominado “novo”, a espécie é plantada após o cultivo do milho, que serve como fonte de alimento tanto para o homem quanto para os animais domésticos.<sup>477</sup>

A colheita da macaxeira, dependendo da espécie utilizada, é feita um ano após seu plantio, podendo ser prolongada por mais um ano. Enquanto o solo, em algumas parcelas, descansa ou é preparado para um novo ciclo de produção, em outras, mantém-se em plena

<sup>474</sup>-FRANCO, Mariana C. Pantoja *et al.* “Botar roçados”. CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 250.

<sup>475</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 250-251.

<sup>476</sup>-*Idem. Ibidem.*

<sup>477</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 271-272.

colheita, como acontece no roçado “maduro” ou no “arrancador”, que coincidem respectivamente com a fase intermediária e a final do processo de cultivo da mandioca. Na fase do “arrancador”, a terra, por vezes, é disposta para mais uma safra, o que é antecedido pela cultura do feijão e do tabaco. Antes que o referido espaço seja novamente ocupado por vegetação autóctone, designada por “capoeira”, depois de realizada a última colecta da macaxeira, é ainda aproveitado para produzir cana-de-açúcar. O “encapoeiramento” pode levar de dez a vinte anos, quando o solo se encontra suficientemente revigorado para mais um ciclo de cultivos na lavoura. A regeneração da mata é lenta, variando de lugar para lugar. Após vários anos de pousio, somente os habitantes nativos conseguem distinguir, no entremeio do coberto vegetal, os antigos locais arroteados.<sup>478</sup> Faz parte do trato na roça manter bem visíveis as parcelas amanhadas, principalmente através da demarcação de seus limites, com o plantio de várias espécies, dentre elas: abacateiros, bananeiras, mamoeiros, pés de abacaxi ou ananás, também utilizadas para delinear os caminhos até os roçados. Em fronteiras agrícolas, onde a mata sempre recobra a posse dos terrenos cedidos às lavouras, tais procedimentos tornam-se prudentes.<sup>479</sup>

No caso de uma propriedade ser compartilhada por várias famílias, como sucede numa colónia agrícola, tal prática representa uma maneira subtil de individualizar o território e estabelecer o domínio da terra, sem causar rupturas na continuidade do espaço da parcela cultivada. Nas periferias urbanas ou zonas rurais, as cercas de taquara, conjugadas com sebes vivas e valados, têm o propósito de definir e distinguir locais destinados à produção, sem interferência na permeabilidade do sistema natural ao longo da paisagem, como acontecia no passado.<sup>480</sup> Mesmo compartimentadas, as glebas permanecem intrinsecamente articuladas umas às outras. Nas roças, essa condição é favorecida pela forte presença de componentes ecológicos, especialmente da vegetação nativa no espaço como um todo. Nos domínios da tipologia estudada, certamente a mata é o lugar onde é mais pujante o poder da natureza, que se mantém através de uma biocenose equilibrada, tornando-se importante fonte de provisão para o homem, além de funcionar como um grande regulador climático.

Aos olhos dos naturalistas e/ou viajantes do século XIX, o contacto com as matas, que se apresentavam em espaços bastantes fechados, era balizado por um contínuo e alternado sentimento de espanto e êxtase, que contribuía para transportá-los a um raro e singular estado de

<sup>478</sup>-FRANCO, Mariana C. Pantoja *et al.* “Botar roçados”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 252-253.

<sup>479</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 253.

<sup>480</sup>-“(…) Pequenos sítios afastados da povoação [de Joazeiro], estão espalhados à beira do rio [São Francisco], separados uns dos outros por taipais de estacas ou cercas de espinheiros, e são guardados por grandes cães que tornam perigoso o mister do botânico”.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 401. (Edição alemã: 1823).

alma. A descrição de uma floresta era, com frequência, adjetivada por atributos de abundância, contentamento e mistério, chegando ela a ser temida, pelas sensações de caos e estranhamento provocadas pela verticalidade dos fustes arbóreos, pelas copas compactas e pelo imbricamento da massa vegetal, periodicamente minimizado nos roçados através do uso de machado e fogo, numa tentativa de estabelecer a ordem através do cultivo.<sup>481</sup>

No entanto, a adoção indiscriminada das citadas práticas resultou na incidência de certos desequilíbrios ecológicos provocados no meio natural, percebidos no Brasil desde o século XVI, sendo mencionados, inclusive, no conteúdo de relatos jesuítas. Com a abertura dos primeiros roçados nas matas, observavam-se de imediato ações danosas de formigas, gafanhotos, lagartos e outras pragas, que causavam estragos irreversíveis nas lavouras.<sup>482</sup> Em algumas situações, o problema alcançava proporções desmesuradas. O uso incorrecto do solo, além de provocar desertificações, erosões e esgotamentos nos terrenos destinados à produção de alimentos, também chegava a afectar a dinâmica da natureza no aro das *urbes*, resultando em infestações de insectos (carrapatos, cupins, formigas, mosquitos, lagartos), como aconteceu em algumas vilas no sul da Bahia durante o ano de 1758, acarretando a transferência daqueles povoados para outros lugares.<sup>483</sup>

A ocorrência desse fenómeno leva-nos a verificar as diferenças entre os roçados estabelecidos por ameríndios e os que foram criados pelo colonizador. O tipo de agricultura praticada por grupos indígenas, no geral, acontecia a partir da abertura de clareiras na mata, onde se conservava a diversidade da flora autóctone, fazendo-se simultaneamente o plantio variado da subsistência alimentar, o que, além de reduzir o impacto da acção do homem sobre o meio natural, também servia como alternativa de controlo biológico, para conter a disseminação de infestações e pragas. A lógica predominante, imposta pelo europeu, desconhecia ou negava tais cuidados, o que acabava gerando prejuízos ecológicos na ocupação do solo, conforme comentado anteriormente. Segundo a estratégia adoptada, a diversidade foi substituída por cultivos básicos. O grande elenco de plantas conhecido e conservado pelas populações nativas ficou reduzido a um universo limitado de espécies, definido em função de suas respectivas capacidades de adaptação, produção e resistência, processo selectivo que foi efectuado, ao longo do tempo, por meio de sucessivas

<sup>481</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 327-333. Tomo III. p. 7-13. (Edição alemã: 1823).

<sup>482</sup>-ACADEMIA BRASILEIRA. *Cartas jesuíticas; cartas avulsas (1550-1568)*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931. p. 142. LEITE, Serafim, Padre. *Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 162. LEITE, Serafim, Padre. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1956b. p. 47-48.

<sup>483</sup>-LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A produção de alimentos e suas crises". In: CAMPOS, Ana Cristina; CLÉCIA, Maylena (coord.). *Terra e alimento. Panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2000. p. 63. Cf. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Op. cit.* Tomo I. p. 160-162. (Edição alemã: 1823).

experiências no campo. Dentre os gêneros alimentícios, considerou-se a mandioca, desde o início do processo da colonização no Brasil, como uma das principais fontes de alimento.<sup>484</sup>

Contudo o “conjunto agrário colonial” não supria de maneira eficiente e regular as demandas do mercado interno, especialmente de povoados, vilas e cidades. As implicações daí decorrentes, acrescidas de vários outros factores, como: desequilíbrios climáticos regionais; emprego de escassa mão-de-obra, destinada ao desenvolvimento da agricultura; existência de especulação na venda de alimentos; imposição de normas e regulamentos instituídos pela Coroa portuguesa, sobressaindo-se a obrigatoriedade do envio de provisões às tropas militares, além da exportação de víveres, serviram para tornar mais grave o quadro de abastecimento alimentar. Em alguns períodos, tal conjuntura resultou em carestias, principalmente durante os séculos XVII e XVIII.<sup>485</sup> Para conter os surtos de fome, os governos locais tomavam medidas drásticas, o que acabava reflectindo-se no plantio das lavouras nos arredores das cidades.<sup>486</sup> No geral, era frequente a obrigação de se fazerem roças. A medida atingia até mesmo os comerciantes, que relutavam no cumprimento da determinação.<sup>487</sup>

### Método Tradicional de Preparo da Terra e Cultivo nos Roçados

Buscamos compreender o desenho nos roçados, também, a partir do método de preparo da terra, fundamentado nas seguintes etapas: “broca” da vegetação, derrubada de árvores ou “paus”, queima de lenha e plantio.<sup>488</sup>

Em linhas gerais, a “broca” diz respeito à retirada da vegetação de pequeno porte. É feita utilizando-se o facão, em terrenos de “mata fina” ou “capoeira nova”, e o machado, onde predomina a “mata bruta ou grossa”. Na sequência do processo, acontece a derrubada das grandes árvores, primeiro daquelas que possuem madeiras menos resistentes, como o cumaru, a samaúma, a sapota,

<sup>484</sup>-LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A produção de alimentos e suas crises”. In: CAMPOS, Ana Cristina; CLÉCIA, Maylena (coord.). *Terra e alimento. Panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2000. p. 61.

<sup>485</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 62-63, 65.

Cf. HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 78-81, 86, 89, 92, 96, 100, 172, 175-177, 180. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

<sup>486</sup>-AHU. PARAÍBA-ACL-CU-014, Cx. 5, D. 416: 1724, Junho, 25, Paraíba. “*CARTA do capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castel Branco, ao rei D. João V, sobre a difícil situação da capitania, em consequência da seca*”.

<sup>487</sup>-AMU. Nº 1352: 1701, Fevereiro, 27. “*ALVARÁ obrigando a plantação de mandioca na Capital da Bahia*”. Apud: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo I. p. 90-91.

AMU. Nº 1351: 1754, Novembro, 6, Bahia. “*PROTESTO de vereador da Câmara da Bahia contra a exportação da farinha de mandioca para a Costa da Mina e Reino de Angola*”. Apud: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Op. cit.* Tomo I. p. 89-90.

AMU. Nº 8458: 1771, Julho, 3, Bahia. “*OFÍCIO do governador Conde de Pavolide para Martinho de Mello e Castro, no qual informa acerca da representação dos comerciantes em que pedem para se lhes dispensar a obrigação de terem roças*”. Apud: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Op. cit.* Tomo II. p. 258-259.

<sup>488</sup>-COSTA, Eliza Lozano et al. “Casa”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 233-241.

para depois serem colocadas abaixo as espécies de troncos mais grossos e pesados, como o aguano, o bálsamo e o pau-d'arco. O madeirame disponibilizado, em tal fase, é empregado de diversas maneiras, inclusive na construção de moradias. A etapa seguinte consiste na queima do material lenhoso não aproveitado, que ocorre no período mais seco do ano.<sup>489</sup> A seguir, é feita uma limpeza no terreno desbastado, para dar início ao ciclo produtivo: “(...) o sucesso da plantação depende tanto de um bom verão, para que o terreno queime bem, como de água para fazer brotar (...)”.<sup>490</sup>

No século XIX, John Mawe (1812) já dizia: “(...) Em grande parte, o êxito da colheita depende desta queimada; se tudo for reduzido a cinzas, espera-se uma boa colheita; se o tempo for mau, as árvores derrubadas ficarão semi-queimadas, neste caso, as provisões são más (...)”.<sup>491</sup> É notório como determinadas crónicas de época espelham a realidade recente. Segundo o mencionado viajante, as roças, de áreas avantajadas, eram mantidas produtivas através do uso de métodos primitivos de manejo do solo. O que sucedia nas glebas localizadas nas cercanias da cidade de São Paulo, em terrenos de légua e meia quadrada ou mais, ainda ocorre na região Amazónica. De acordo com as narrativas, após atear fogo na “mataria”, restavam, em maior ou menor quantidade, ao longo das parcelas a serem arroteadas, troncos e raízes da vegetação abatida, o que trazia dificuldades para o plantio, estabelecido não necessariamente de modo regular ou uniforme, como acontecia na Europa com o uso do arado.

De acordo com os naturalistas Spix e Martius (1823),<sup>492</sup> o emprego daquele instrumento para amanhar o solo não estava difundido, nem era o mais adequado para lidar com a referida situação, especialmente em zonas ocupadas por extensas matas. Talvez a ferramenta tivesse mais êxito nas planícies da região sul. Ao serem percebidas as particularidades dos diversos lugares, nas várias regiões brasileiras, readaptaram-se técnicas habitualmente difundidas. Era bastante comum o manuseio da enxada, de amplo uso para a capina, a limpeza, o plantio e o semeio da terra, actividades desempenhadas basicamente por mão-de-obra escrava, no período colonial. Diante do exposto acima, presumimos que a grande maioria dos roçados permanecia num quadro de regularidade com alternâncias, o que acontece até hoje nas glebas voltadas à produção familiar e/ou ao abastecimento de mercados locais.

<sup>489</sup>-COSTA, Eliza Lozano *et al.* “Casa”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 233-241.

FRANCO, Mariana C. Pantoja *et al.* “Botar roçados”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Op. cit.* p. 260-261.

<sup>490</sup>-FRANCO, Mariana C. Pantoja *et al.* *Op. cit.* p. 262.

<sup>491</sup>-MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. p. 82. (Edição inglesa: 1812).

<sup>492</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 160-161. (Edição alemã: 1823).

Exemplificamos a questão descrevendo a maneira como se efectua o cultivo da mandioca, organizado em “corredores” ou faixas, estabelecidos segundo espaçamentos que levam em conta o passo humano ou a medida do cabo da enxada. Dificilmente, nos pequenos roçados, a regularidade é mantida na íntegra, devido à existência de resíduos de matas e de outros materiais inertes, que se encontram sobre o terreno amanhado. O agricultor, com frequência, é obrigado a adoptar uma noção de ordem variável, de acordo com as condições de plantio em cada parcela, o que está bem próximo da disposição de carácter irregular. O mesmo podemos dizer da cultura de feijão-branco, milho, tabaco.

Quanto ao cultivo do arroz de várzea, feijão-peruano e mamão, as sementes são lançadas a esmo, em solos adequados às respectivas culturas, o que reproduz, de certo modo, o quadro anteriormente apresentado.<sup>493</sup> Por vezes, a aparência promíscua nas parcelas arroteadas torna-se mais evidente, em função da morfologia de certas plantas, como aquelas que “enramam”. Na “terra firme”, onde é semeado o feijão, não se procede à limpeza do terreno, que é apenas “brocado”. Galhos e troncos da massa vegetal remanescente servem de suporte para as leguminosas.<sup>494</sup> Algo parecido ocorre nos roçados de mandioca, onde se fazem leiras para o cultivo do inhame e/ou do cará, cujas ramadas, ao contrário do que acontece com a batata-doce, não se alastram muito e podem ser razoavelmente orientadas, por meio de pequenas guias ou estacas de madeira, cravadas no solo.<sup>495</sup> Com referência ao assunto, Maria Graham (1842) deixou testemunho da maneira como se procedia ao plantio conjunto de cana-de-açúcar, feijão e milho, na zona rural do Rio de Janeiro.

*“As canas-de-açúcar são plantadas aqui durante os meses de março, abril, maio, e mesmo junho e julho. Nas filas entre elas, plantam-se pés de milho e de feijão, cujo cultivo é favorável à cana-de-açúcar. O feijão é colhido primeiro, quando o solo é mondado, limpo e afrouxado em torno das raízes das canas; em seguida é arrancado o milho, fazendo-se nova mondação e limpeza. Só depois disso o açúcar está bastante alto para ensombrar o terreno e evitar o nascimento de ervas más (...).”<sup>496</sup>*

Tal registo demonstra a sabedoria do agricultor que, em diversas circunstâncias, buscava tirar proveito do plantio associado, estabelecido a favor da produção. Além da necessidade de ordenar o cultivo em faixas, tendo em vista a facilidade de seu manejo, era patente o propósito a ser alcançado através da cultura conjunta. No caso, o feijão e o milho, pelo facto de serem plantas de ciclo curto e rápido crescimento, possibilitavam maior fertilidade do solo e sua protecção,

<sup>493</sup>-FRANCO, Mariana C. Pantoja *et al.* “Botar roçados”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 254-255, 265.

<sup>494</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 265, 283.

<sup>495</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 279-280.

<sup>496</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 334. (Edição inglesa: 1842).



resultando isso no desenvolvimento da lavoura de cana-de-açúcar. Diante do exemplo apresentado, vemos que quanto maior o convívio do homem num determinado meio maior é sua habilidade para percebê-lo e daí criar facilidades para sua própria adaptação. Na roça, isso significa dizer que o conhecimento prático e o senso de observação da natureza são fundamentais para o estabelecimento de soluções criativas e eficientes, que repercutem no sucesso das actividades agrícolas.

Situamos a questão a partir de duas situações recorrentes, observadas na região Amazónica, tratadas com sabedoria e simplicidade por moradores locais. Uma delas diz respeito à demarcação dos terrenos arroteados na interface com a mata, sem o rompimento da continuidade do espaço, o que é feito por meio do plantio de diversas touceiras de bananeiras, que se adequam bem às zonas sombreadas e de solos com alta taxa de humidade. A outra situação é marcada pelo uso de insecticidas ou remédios naturais, adoptados para o controlo de pragas que, frequentemente, atacam plantações domésticas.

*“Quando os pés de milho começam a soltar as suas primeiras espigas, os kaxinawá costumam colocar em um deles diversas folhas de uma planta chamada xinaitê para evitar que largatas as estraguem. Esse inseticida natural é tão eficaz que basta colocá-lo em um pé de milho, estrategicamente localizado no meio do roçado, para proteger todas as espigas do milharal. Processo semelhante é utilizado nas bananeiras, protegidas também por um ‘remédio da mata’, as folhas do manero (...)”*<sup>497</sup>

De acordo com a herança ancestral, admitimos que as técnicas difundidas para lavrar o solo, juntamente com a noção de qualidade de vida, considerada pelo morador do campo, são factores condicionantes do desenho das parcelas produtivas. No contexto da roça, a qualidade de vida está intrinsecamente associada à riqueza e à variedade de víveres obtidos em suas diversas unidades: hortas/pomares, terreiros, roçados e matas. Essa noção ainda está relacionada com a fartura proveniente da caça e da pesca, além do extractivismo (colecta) vegetal, dos criatórios e da colheita periódica de arroz, cana-de-açúcar, feijão, frutos, milho, legumes, tabaco e, sobretudo, de mandioca, matéria-prima para o fabrico de farinha, uma das principais fontes de alimento no meio rural.

O que importa é a produção, a ponto de se manter, numa única gleba, um ou mais roçados, até mesmo antes de ser construída a moradia. O tamanho das lavouras varia em função das expectativas desejadas, da mão-de-obra disponível, do modo de preparo da terra, além do tipo da cultura praticada. No caso do terreno destinado ao plantio da mandioca, pode alcançar, em média, na reserva extractivista do Alto Juruá, uma área de 0,3 a 0,9 hectare, o que abrange cerca de três mil covas ou “paus”, sendo tomado o espaçamento de 2 metros quadrados por cova. Como é hábito cuidar, no mínimo, de três roçados no domínio da roça, isso significa que menos de 1%

<sup>497</sup>-FRANCO, Mariana C. Pantoja et al. “Botar roçados”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 272.

dos 300 hectares previstos para cada grupo familiar, encontra-se arroteado na citada reserva, algo em torno de 1,8 a 2 hectares.<sup>498</sup>

### Elenco Vegetal

No vasto repertório das espécies vegetais encontradas na roça, conforme já mostrado, destaca-se a mandioca que, segundo Luís da Câmara Cascudo (1967), é tida como a “rainha do Brasil”. De acordo com esse autor, quando a posse da terra começou a ser feita, no Novo Mundo, nasceu o elogio à sua cultura, o que pode ser verificado no conteúdo de grande parte das crônicas escritas nos séculos XVI e XVII, como nas obras de Ambrósio Fernandes Brandão, André Thevet, Claude d’Abbeville, Fernão Cardim, Frei Vicente do Salvador, Gabriel Soares de Sousa, Hans Staden, Ivo d’Evreux, Jean de Lery, Joan Nieuhof, José de Anchieta, Manoel da Nóbrega, Pero de Magalhães Gandavo.<sup>499</sup> Até mesmo na Carta inaugural de Pêro Vaz de Caminha está citada a planta cuja raiz servia de alimento a tribos indígenas e que, equivocadamente, foi denominada inhame.<sup>500</sup>

Para o colonizador, a mandioca ficou bastante conhecida, principalmente, pela sua alta produtividade. Apresentava ainda a vantagem de seu cultivo ser pouco exigente com relação às condições edafo-climáticas. Além das qualidades mencionadas, era apreciada por sua ampla utilidade, servindo de matéria-prima ao fabrico de diversos tipos de alimentos, sobressaindo a farinha, vulgarmente apelidada de “munição de boca” ou “pão-de-pobre”, que bem acondicionada, na palha da bananeira ou em bruacas, matulas e surrões, constituía a ração básica para guerras, ofertas e viagens.<sup>501</sup> A história é rica de detalhes, que nos situam perante o valor atribuído à “manihot utilíssima”, como ficou celebrizada a mandioca, sendo tratada como um

<sup>498</sup>-Para estabelecer parâmetro de comparação entre as diversas culturas realizadas, podemos mencionar os espaçamentos adoptados nos seguintes plantios: da melancia, que mantém uma distância de 1,5 metro entre as covas, geralmente abertas ao longo dos rios; do jerimum, em torno de 2,0 metros, devido ao tamanho das folhas; do feijão “figo-de-galinha”, por volta de 2,0 metros, pois é uma das leguminosas que mais enrama; do feijão “coquinho”, apenas 0,55 metro entre as covas.

Convém esclarecer que a reserva do Alto Juruá, situada na Amazônia brasileira, não está dividida em lotes. É uma grande gleba compartilhada por diversos grupos familiares, cerca de 857 famílias cadastradas no ano de 1990 que, além de se dedicarem à subsistência familiar, buscam desenvolver o extractivismo na floresta, especialmente ligado à colecta da borracha, advinda de seringueiras nativas. Dos 500 mil hectares que correspondem a área total da reserva, aproximadamente 60% do mencionado território é destinado à zona de exploração. O restante é ocupado por mata “bruta” e terras devolutas. Diante dos dados levantados, percebe-se que o impacto produzido pelo homem, mediante a abertura de caminhos e pequenas clareiras na mata, é mínimo, frente à forte presença da “natureza” no local.

FRANCO, Mariana C. Pantoja *et al.* “Botar roçados”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 254-256, 280-281, 283.

<sup>499</sup>-Cf. CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004. p. 90. (Primeira edição: 1967).

<sup>500</sup>-CARTA de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2000. p. 77, 111. AZEVEDO, Ana Maria de; ÁGUAS, Maria Paula Caetano e Neves (orgs.).

<sup>501</sup>-LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A produção de alimentos e suas crises”. In: CAMPOS, Ana Cristina; CLÉCIA, Maylena (coord.). *Terra e alimento. Panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2000. p. 50-51.

símbolo da culinária colonial, seja na forma de bolo, beiju, caldo, farofa, mingau, papa, pirão, polvilho, seja na sua forma mais primária ou primitiva, como até hoje.<sup>502</sup>

No entanto, pouco se sabe a respeito do grande número de exemplares da referida planta. Temos uma vaga ideia da abrangência do tema a partir das variedades utilizadas nas zonas de fronteira agrícola, particularmente na região Amazônica, que servem de base para a compreensão das roças coloniais.<sup>503</sup> Essas variedades foram seleccionadas para produzir farinha, segundo a consistência e o sabor da polpa, processo que também levou em conta a rentabilidade, o tempo de maturação da raiz e de prorrogação da colheita. Estima-se que somente uma pequena quantidade de exemplares do universo existente, com mais de 100 espécies, encontra-se “domesticada”, tarefa levada adiante, ao longo do tempo, por comunidades indígenas, o que torna o espaço de suas respectivas roças lugares singulares, do ponto de vista da biodiversidade e do potencial genético. A preservação de um grande número de gramíneas, frutos, raízes e tubérculos certamente está intrinsecamente ligada à manutenção de tradições ancestrais e místicas.

Frente à riqueza botânica conhecida e divulgada a partir das populações nativas, o colonizador teve seu trabalho simplificado na tarefa de seleccionar as plantas utilitárias e economicamente mais rentáveis. Na cultura de contacto estabelecida com os ameríndios, o português acabou absorvendo costumes alimentares e práticas agrícolas que tiveram rebatimentos directos na transformação da paisagem, especialmente nas zonas de produção.

Tal assimilação de costumes também contribuiu para a difusão do cultivo de abóboras, amendoins, feijões, além de favorecer o predomínio das roças de mandioca na Amazônia, no litoral do Rio de Janeiro e no Nordeste, e das plantações de milho em terras goianas, mineiras e paulistas, durante o período colonial. Ao atentarmos para esse quadro, percebemos melhor a ocorrência de uma “geografia alimentar” no Brasil, caracterizada pelo grau de especialização de certas lavouras em diferentes regiões.<sup>504</sup> Podemos ainda identificar a adopção de legado tecnológico indígena, costumeiramente utilizado para o fabrico de provisões preparadas de maneira artesanal nas “casas de farinha”,<sup>505</sup> estrategicamente posicionadas entre os roçados, ao longo de ribeiras, em pontos de fácil acesso, como observado no desenho das parcelas arroteadas, onde usualmente se construíam monjolos ou enghocas movidas à água. No vasto mundo da roça, além da mandioca, outras

<sup>502</sup>-Cf CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004. p. 93-94.

<sup>503</sup>-Cf. FRANCO, Mariana C. Pantoja *et al.* “Botar roçados”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 266-268.

<sup>504</sup>-LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A produção de alimentos e suas crises”. In: CAMPOS, Ana Cristina; CLÉCIA, Maylena (coord.). *Terra e alimento. Panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2000. p. 54.

<sup>505</sup>-POSEY, Darrell. “O manejo da floresta secundária”. In: RIBEIRO, Berta. *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 173-189.

produções de origem nativa ou naturalizadas ocuparam lugar de destaque na lavoura brasileira, como o arroz, o feijão e o milho, situação verificada no levantamento realizado pelo vice-rei, 2º Marquês de Lavradio (1769-1779), feito no ano de 1779.<sup>506</sup>

O milho, apesar do valor nutritivo, não obteve a mesma evidência da mandioca. Seu cultivo era bastante popular somente em algumas regiões, principalmente, por ser de ciclo curto e alta produtividade. Outro motivo que influenciou a propagação da planta foi sua tolerância a diversos tipos de solo, sendo disseminada nas várzeas, em conjunto com outras culturas. Isso garantia a frequente reposição dos estoques alimentares ao longo dos caminhos, abertos em direcção ao povoamento da parte oeste do território brasileiro. Em mãos portuguesas, as variedades conhecidas tiveram significativo uso, visando a manter a escravaria e as criações domésticas, além de serem aproveitadas na culinária, em forma de bolos, canjica e pudim. Contudo, é escassa a bibliografia que trata das espécies, ainda conservadas por algumas populações indígenas. Sabe-se que os Kaxinawá conseguem distinguir sete variedades de milho massa ou paulista e duas de milho duro, além de outros exemplares.<sup>507</sup>

No quadro da alimentação brasileira, o arroz e o feijão constituíram outro pilar da subsistência quotidiana, desde os séculos XVII e XVIII. A cultura de arroz encontrava-se particularmente difundida nas várzeas da Amazônia, do Maranhão e no Rio de Janeiro, enquanto o feijão foi levado para as marchas de povoamento no interior, mantendo-se trivial na faixa litorânea, em especial, da Bahia e da região fluminense.<sup>508</sup> Na actualidade, os roçados da reserva extractivista do Alto Juruá fornecem indicativos dos exemplares mais valorizados nos dois tipos de cultivo, desenvolvidos segundo condições específicas da natureza amazónica.<sup>509</sup>

<sup>506</sup>-SILVA, Teixeira da; C., Francisco. A morfologia da escassez. Niterói: UFF, 1991. /s.p./ Apud: LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A produção de alimentos e suas crises". In: CAMPOS, Ana Cristina; CLÉCIA, Maylena (coord.). *Terra e alimento. Panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2000. p. 55.

<sup>507</sup>-FRANCO, Mariana C. Pantoja et al. "Botar roçados". In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 271-273.

<sup>508</sup>-LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Op. cit.* p. 54.

<sup>509</sup>-No tocante a outros tipos de roçados, podemos situar o plantio de mais espécies, algumas delas bastante comuns nos roçados também existentes na reserva extractivista do Alto Juruá, localizada na Amazônia brasileira:

- algodão: existem cerca de cinco variedades, seleccionadas pela coloração, resistência, tamanho e volume de suas fibras. Constitui matéria-prima para a tecelagem artesanal, que é tida como uma das principais fontes de renda, principalmente para grupos ameríndios.
- Amendoim: um dos principais roçados indígenas, realizado nas praias de rio. Na raiz, concentra-se uma importante reserva de proteínas.
- Bananas: uma das culturas mais populares da roça. São plantadas especialmente nas várzeas. Os bananais são constituídos de várias espécies.
- Batatas: são tidas como "alimentos finos", sendo cultivadas em pequenas quantidades, em solos arenosos. Dentre as variedades conhecidas, sobressaem a batata-doce, o cará, o inhame, além de algumas espécies nativas.
- Cana-de-açúcar: seu plantio pode ser efetuado tanto nas várzeas, como na "terra firme". No geral, uma touceira não dura mais que dois anos. A cana denominada "soca" é resultante de rebrota, que ocorre depois da queima do canavial.

No universo da roça, é a mata que abriga maior diversidade e repertório botânico, seu elenco possibilita tanto o desenvolvimento de tecnologias alternativas e o fomento da indústria extractivista quanto a permanência de costumes ancestrais, relacionados com a construção de casas, com a prática de actividades de lazer, caça e pesca, e certos ritos religiosos. A mata surge como um grande celeiro de plantas que favorece múltiplas aplicações, com o uso de espécies alimentares, medicinais, têxteis, ritualísticas, tintureiras, e mesmo ornamentais, além de contribuir para o enriquecimento da ambiência no complexo existente.<sup>510</sup>

A mata, na roça, sempre se apresenta rica em alternativas. Por hábito e/ou necessidade, as moradias, como no período colonial, são ainda edificadas utilizando-se basicamente madeira e palha, o que possibilita maior conforto bioclimático a seus moradores. As casas seguem padrões tradicionais, orientados pelo procedimento de seleccionar o tipo certo de madeira para cada parte da obra, a começar pelos barrotes e esteios, que devem apresentar durabilidade e resistência. Para realizar a amarração estrutural, executada na cumeeira, no frechal e no piso, conta-se com a flexibilidade de certas espécies arbóreas, algumas palmeiras e várias qualidades de embiras ou

---

-Jerimum: é com frequência observado nas várzeas. Ocupa bastante espaço no roçado, devido ao tamanho de suas folhas.

-Mamoeiros: juntamente com as bananeiras, encontram-se disseminados nos limites de caminhos e parcelas arroteadas.

-Melancias: é uma planta típica das praias de rio. É necessário bastante espaço para o cultivo.

-Tabaco: A propagação é feita por sementes, que devem ser plantadas em canteiros de 1x2 metros.

Cf. FRANCO, Mariana C. Pantoja *et al.* "Botar roçados". In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 271-283.

Cf. CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 35, 47, 75-76, 83-84, 95-98, 134-135, 159, 183-186, 190, 197, 209, 214-216, 230, 244-245, 322. (Impressão Régia feita em 1817).

Cf. MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zetlio Valverde, 1944. p. 80-82. (Edição inglesa: 1812).

Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 97, 214-215. (Edição francesa: 1851).

Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao interior do Brasil. Espírito Santo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 106, 118-122.

Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Imprensa Paulista, 1937. Tomo I. p. 14, 18-21, 23-24, 31-34, 36-37. Tomo II. p. 54-55. (Edição francesa: 1847).

Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 154, 169, 202-203, 223, 249-252, 274, 301. (Edição francesa: 1851).

Cf. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. 103-106, 146, 211, 256-257, 271, 275-276, 279, 293-295. Tomo II. p. 140-141, 152-153, 187-188, 194-195, 261, 268, 274, 303, 312-313, 333, 340, 350-352, 375-376, 387, 467-468, 547-551. Tomo III. 25-26, 68-69, 165-166, 385. (Edição alemã: 1823).

<sup>510</sup>-Cf. AMU. Nº 167: 1751, Outubro, 12, Bahia. "OFÍCIO: para o melhor aproveitamento das palmeiras do Brasil". Apud: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo I. p. 12-13.

Cf. CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Op. cit.* Tomo II. p. 159. (Impressão Régia feita em 1817).

Cf. EMPERAIRE, Laure. "Entre paus, palmeiras e cipós". In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Op. cit.* p. 405, 416.

Cf. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Op. cit.* Tomo II. p. 219-220, 274-278, 305, 342-343, 348, 356-357, 376, 378, 387, 395, 487-488, 547-551. Tomo III. p. 24-26, 30-31, 125-126, 150-151, 262, 369-370, 385.

enviras, que também servem para efectuar os encaixes. São plantas cujos componentes apresentam alta resistência à tração. Adoptam-se outras espécies para as vedações de paredes externas, a construção de escadas e assoalhos, além da cobertura, executada a partir da palha advinda de diversas palmeiras, escolhidas em função do tamanho das palmas, da flexibilidade e da resistência da palha.<sup>511</sup> Da mesma mata que fornece o material de construção também provêem alimentos e remédios, sobressaindo-se a fartura advinda das espécies frutíferas.<sup>512</sup>

No grupo das espécies medicinais, destacam-se plantas conhecidas, principalmente, pelas populações aborígenes, cuja sabedoria é compartilhada com benzedores, curadores, parteiras e rezadores. São utilizadas para as mais diversas finalidades, desde aliviar males digestivos, dermatológicos, respiratórios, e até minimizar os efeitos de picadas peçonhentas. As cascas, folhas, flores e/ou inflorescências, frutas, raízes e sementes constituem a base do preparo de remédios caseiros.<sup>513</sup> A prática de tal “ciência” não passava despercebida nem para o colonizador nem para os viajantes europeus do século XIX, que tentavam, mediante o contacto estabelecido com os nativos da terra, adquirir destreza na identificação e na manipulação dos segredos do mundo vegetal.<sup>514</sup>

No âmbito do pomar e do terreiro da roça, locais marcados pela diversidade e promiscuidade dos cultivos, evidenciam-se sobretudo as plantas alimentares e medicinais, destacando-se ainda espécies ornamentais, de carácter exótico, dentre elas: jasmineiros, laranjeiras e roseiras,<sup>515</sup> além de exemplares ligados à “protecção” da moradia e/ou de seus habitantes, como o cipó-jibóia, o manacá, o pinhão-roxo, o tipi.<sup>516</sup> Nos pomares, é comum a ocorrência de grandes fruteiras, que fornecem em certos pontos densas sombras, devido ao formato de suas copas. Nesse subespaço, costumam ser observados: abacateiros, anonas, apuruis, azeitonas-do-mato, bananeiras, biribazeiros, cafeeiros, caneleiras, goiabeiras, cajaranas, coqueiros, cupuaçus, frutas-pão, girus,

<sup>511</sup>-Veja-se: COSTA, Eliza Lozano *et al.* “Casa”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 233-241.

<sup>512</sup>-Veja-se: EMPERAIRE, Laure. “Entre paus, palheiras e cipós”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Op. cit.* p. 401, 408-409.

<sup>513</sup>-Veja-se: *Idem. Ibidem.* p. 400, 402, 404, 408-412.

<sup>514</sup>-Cf. AHU. PERNAMBUCO-ACL-CU-015, Cx. 163, D. 11689: 1788, Maio, 8, Recife. “OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], *Martinho de Melo e Castro, remetendo diversas amostras vegetais de uso medicinal, procedentes da Paraíba, e um abecedário das aplicações dessas plantas*”.

Cf. CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 244-245, 322. (Impressão Régia feita em 1817).

Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de (1779-1853). *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 325, 328-329. (Edição francesa: 1851).

Cf. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 203-214, 425-430. Tomo III. p. 370-372. (Edição alemã: 1823).

<sup>515</sup>-Cf. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Op. cit.* Tomo I. p. 145-146, 147-150.

<sup>516</sup>-Cf. EMPERAIRE, Laure. “Entre paus, palheiras e cipós”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Op. cit.* p. 415.

graviolas, ingazeiras, jaqueiras, jambeiros, laranjeiras, limeiras, limoeiros, mangueiras, manjeriobas, mamoeiros, maracujazeiros, pupunheiras, tamarindeiros, tangerineiras, urucuzeiros, como referimos anteriormente. Nos domínios da horta, encontram-se os seguintes exemplares de plantas aromáticas, condimentares e medicinais: açafroa, agrião, alfavaca, alho, anador, arruda, boldo, capim-santo, carajiru, carmelitana, cebola, cebolinha, chicória, cidreira, coentro, coramine, couve, elixir paregórico, erva-doce, eucalipto, gergelim, hortelãs, japana, macela (mansa e brava), malvarisco, manjiroba, mastruço, maxixe, melhoral, meru, patchuli, pimentas (malagueta, nativas e do-reino), pluma, quebra-pedra, rinchão, sabugueiro, sena, taioba, tomate, vassourinha, vinagre.<sup>517</sup>

Segundo a tradição vigente, a roça, assim como a chácara ou a cerca conventual, era e continua sendo constituída por diversos subespaços distintos, formal e funcionalmente complementares entre si, o que a torna versátil. No caso particular das roças, sabe-se que estavam voltadas para a prática do cultivo primitivo do solo, condição por demais evidenciada nas crónicas de época, que pouco se detinham nos subespaços desse conjunto, composto de casa, horta, jardim, pomar, mata, roçados e terreiro, além de criatórios e lugares apropriados para a localização de engenhocas destinadas ao processamento de algodão, cana-de-açúcar, mandioca e milho.<sup>518</sup>

Em suma, a roça é um complexo constituído por um amplo e rico repertório de espécies vegetais. A maneira como se encontra(va) disposta, segundo dados levantados, favorece a impressão de uma extensa mancha verde, fortalecida pela presença da mata. No universo dessa categoria tipológica, marcada pelo pragmatismo, os cultivos realizados permaneciam em completa sintonia com o suporte biofísico, as linhas de água, a ocorrência de solos férteis, a topografia, dentre outros recursos naturais. A adopção de princípios e regras tradicionais, referentes à escolha do sítio, à implantação dos edifícios e ao ordenamento das unidades produtivas, visava a proporcionar, além da produtividade, a maior interacção dos proprietários rurais com os conjuntos construídos e a paisagem, como acontece até hoje.<sup>519</sup>

<sup>517</sup>-EMPERAIRE, Laure. "Entre paus, palheiras e cipós". In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 402, 408-410.

<sup>518</sup>-Dentre as mercadorias produzidas, no mencionado domínio, durante os oitocentos, destacamos algumas, como açúcar granixó (mascavo), alfenim, azeite (de-andiroba, copaíba, gergelim, mamona), borracha, cachaça, canela, carne seca, cascas de árvores, castanhas-da-terra, copal/resinas, doces de fruta (goiabada, marmelada, tamarinada), "drogas do sertão" (baunilha, cacau, cravo-da-índia, cravo-do-maranhão, gengibre, guaraná, noz-moscada, piaçava, raízes aromáticas, salsaparrilha, urucum), estopa, farinhas da terra (fubá de milho, de mandioca), goma, mel (melado), plantas medicinais (quina-do-campo), plumária de aves raras, polvilho, rapadura, talco, tapioca, toucinho. Nesse quadro, salientamos a quantidade de artigos provenientes da colecta vegetal, que eram regularmente transportados até os centros consumidores, sem maiores riscos de perda.

Cf. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 211. Tomo II. p. 140-141, 194-195, 299, 312, 547-551. Tomo III. p. 25-26, 125-126, 369-370, 385. (Edição alemã: 1823). / LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 155-157.

<sup>519</sup>-LEMONS, Carlos A.C. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. p. 35.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. p. 82-83. (Edição inglesa: 1812).

## ESPAÇOS PÚBLICOS, REGULARIDADE E CIVILIDADE

---

Segundo Raphael Bluteau, o sentido conferido ao termo privado diz respeito a uma “pessoa que trata só de sua família e de seus interesses domésticos”,<sup>517</sup> o que estava de acordo com as memórias do senhor de engenho, Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, escritas no século XVIII.<sup>518</sup> O material é rico de informações que nos levam a observar a divisão do mundo daquela época em interior e exterior da habitação. Com base nos registros quotidianos realizados por Castelo Branco, considerava-se a casa como lugar confortável e tranquilo, ao contrário do que se supunha acontecer além dos domínios da propriedade particular, cujo espaço era considerado local de conflitos, desvios e perdição.

A sociedade colonial geralmente ressaltava as qualidades morais do domicílio, em contraposição ao universo do espaço público.<sup>519</sup> Para melhor conduzir o assunto, podemos examiná-lo a partir do binómio privado e público, o que nos ajuda, inclusive, a balizar e a compreender o surgimento dos Jardins Botânicos e dos Passeios construídos em algumas das principais cidades coloniais brasileiras, nos finais do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX.

O quadro que buscamos apresentar remete-nos a um contexto de sociabilidade restrita, polarizada entre o domicílio, a rua e a igreja. No domínio da moradia, jardins, hortas e pomares favoreciam o estreitamento dos laços de convívio ou mesmo o conhecimento dos atributos da natureza de cada sítio. Não era casual que aqueles espaços em Olinda e Ouro Preto, ou em outras cidades, fossem utilizados para encontros familiares ou de amigos. Tais locais costumavam reunir condições satisfatórias à estadia. Eram lugares de aprazibilidade, como procuramos demonstrar anteriormente. São dados que nos levam a reflectir sobre a preferência das elites em passar temporadas em suas casas de campo, nos arrabaldes dos aglomerados urbanos, onde as dimensões dos terrenos eram bem maiores do que as daqueles localizados no interior da malha urbana, proporcionando uma maior privacidade a seus proprietários.

Compreender esses traços é importante para a avaliação de uma das questões que mais intrigava os viajantes estrangeiros ao visitarem o Brasil no século XIX, ou seja, o constante abandono dos espaços públicos, em específico, dos Jardins Botânicos e dos Passeios, lugares destinados a servir a uma minoria privilegiada da população. Numa perspectiva mais ampla, o aspecto considerado deve ser visto como um valor cultural, estritamente vinculado a costumes

---

<sup>517</sup>-BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. /s.n.t./, *Apud*: DEL PRIORE, Mary. “Ritos da Privada”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.), SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1. p. 276.

<sup>518</sup>-BRANCO, Antônio Gomes Ferrão Castelo. “Borrador em que lanço todas as cartas que escrevo, principiado em agosto de 1742, estando na Bahia (século XVIII)”; manuscrito. São Paulo, Coleção José Mindlin. *Apud*: DEL PRIORE, Mary. *Op. cit.* p. 277.

<sup>519</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 297.



difundidos em Portugal continental, insular e ultramarino. De facto no Reino, não constituía hábito da elite usufruir os espaços abertos públicos, tornando-se obsoletos. Nessa conjuntura, os Passeios, construídos a partir da segunda metade do século XVIII, surgem como lugares modernos que representavam aspirações de um novo tempo, segundo o ideário e o espírito empreendedor de certos administradores, responsáveis pelo desenvolvimento do urbanismo, tal como havia acontecido na metrópole.<sup>520</sup>

Antes de nos determos em considerações relativas a tais logradouros, podemos destacar o valor concedido à privacidade, sobretudo pela aristocracia, que se mostrava bastante reservada, dentro e fora de suas vivendas. As habitações mais ricas possuíam “salas e espaços definidos para mulheres, hóspedes e escravos, além de aposentos destinados a atividades específicas como repouso, lazer, alimentação, oração, trabalho, etc”.<sup>521</sup> Nos edifícios oitocentistas, era notória a preocupação em manter a intimidade, o que ficava patente na maior compartimentação das plantas, compostas de diversos cômodos, situação que acabava por reflectir o “status” das famílias residentes. Tal padrão de espaço associava-se à noção de conforto difundida pelo ideário burguês.

Quanto ao papel dos jardins nas vivendas, geralmente serviam à sociabilidade de famílias abonadas, conforme destacado por Ilídio de Araújo.<sup>522</sup> Na África Portuguesa, também ocorria comportamento semelhante em segmentos privilegiados da sociedade local. Nesse sentido, tanto as hortas, situadas a uma milha de Luanda, quanto as casas de campo, localizadas a uma légua de distância da capital, serviam ao recreio.<sup>523</sup> Na Ilha de São Tomé, sabe-se, por intermédio de uma correspondência do Capitão-mor, João Baptista e Silva (1788), que uma quinta construída junto à praça do povoado, em terreno de 400 passos em quadra (43,56 ha), propriedade coberta de arvoredo e marcada por “ruas” de laranjeiras e limoeiros, também destinava-se ao recreio da população.<sup>524</sup> No Brasil, o viajante Hermann Burmeister (1807-1892), que esteve no Rio de Janeiro entre 1850 e 1852, descreve o costume das classes abastadas, que preferiam refugiar-se em suas chácaras e receber visitas em vez de frequentar certos logradouros da cidade, dentre eles, o Passeio Público.

<sup>520</sup>-Veja-se: TEIXEIRA, Manuel C. “A história urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes”. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS, 1415-1822. *Actas...* /coordenação de Renata Araújo, Hélder Carita e Walter Rossa. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 556.

<sup>521</sup>-ALGRANTI, Leila Mezan. “Famílias e vida doméstica”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.), SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1. p. 101.

<sup>522</sup>-ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.I. p. 202-203, 210-211.

<sup>523</sup>-MENEZES, Joaquim Antônio de Carvalho e. *Demonstração geographica e politica do territorio portuguez na Guine Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguella e suas dependencias*. Rio de Janeiro: Tipografia Clássica de F.A. de Almeida, 1848. p. 27. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 17].

<sup>524</sup>-AMU. Nº 12947: 1788, Junho, 5. “*CARTA do mesmo Capitão mór João Baptista e Silva para Marinho de Mello e Castro [Primeiro ministro entre os anos de 1770 e 1795], sobre as plantações de café e canella que projectava experimentar na Ilha de São Thomé*”. *Apud*: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo III. p. 84-85.

“Nota-se, antes de tudo, a ausência de senhoras bem vestidas [nas ruas]. Ao meio-dia e à tarde, que o calor é sufocante, é natural que ninguém saia, a não ser a negócios. Eu esperava, porém, que, ao escurecer, com a temperatura já mais amena, pudesse encontrar, nos lugares de recreio e nas praças públicas, uma sociedade bem vestida a fazer o seu passeio. Mas isso não acontece. O único lugar para divertimentos coletivos, o Passeio Público, encontra-se vazio todos os dias e todas as horas. Caminhando à tarde pelas ruas, pode-se ver, de quando em vez, uma senhora debruçada num balcão, mas é muito mais frequente encontrar-se cavaleiros ou carruagens, que se dirigem para fora da cidade, levando os que vão gozar as delícias da vida familiar na amenidade do campo. À noite, quando já bem escuro, a cidade parece então completamente vazia de qualquer habitante decente. Nas esquinas e nas ruas, vêem-se somente negros e também brancos de ambos os sexos, cujo aspecto jamais poderia atrair ou divertir o transeunte. Há poucos cafés ou confeitarias, sendo estes unicamente frequentados pela mocidade e pelos estrangeiros que se demoram algumas horas no Rio. Não existe propriamente vida em sociedade. Os que têm recursos vivem no campo, na sua ‘chacá’ ou, melhor dito, ‘chácara’, residência campestre, casa e jardim instalados de acordo com as posses do dono, donde os elementos femininos da família saem apenas uma vez cada oito ou quinze dias por motivos especiais. É lá que recebem os amigos e lá é que o forasteiro pode conhecer a família do dono, pois as relações sociais, na cidade, limitam-se a uma apresentação muito formal e superficial. Uma pessoa que não tem relações ou amigos, no Rio, não poderá fazer mais que levar vida retraída e contemplativa ou então dedicar-se ao estudo da natureza”.<sup>525</sup>

Esses lugares tornavam-se potencialmente sedutores, por serem hospitaleiros, reservados, e conterem uma diversidade de atributos formais. Além desse aspecto, o hábito da não-exposição pessoal era marcante tanto no Reino quanto em África, na América e na Ásia. Isso demonstrava o tipo de mentalidade predominante em alguns segmentos da sociedade. A lógica de ver e não ser visto fazia parte dos “bons” modos da cultura vigente, principalmente das elites.<sup>526</sup> Através do comentário feito por Carréve (1796) quando de visita ao Passeio de Lisboa, evidenciou a situação, assim percebida: “(...) esta espécie de logradouros são inúteis em Lisboa: os portugueses não passeiam e as portuguesas ainda menos (...)”.<sup>527</sup>

Isso não significa que outros locais não fossem frequentados pela maioria da população. Destacavam-se, nas cidades portuguesas, o rossio, a rua, o largo/prça, além de, no Brasil, certas pontes que serviam de lugares para vivenciar o ócio. Sem pretensões de ampliar o universo

<sup>525</sup>-BURMEISTER, Hermann, 1807-1892. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 63.

<sup>526</sup>-Até mesmo o serviço de transporte, feito a partir do trabalho escravo, tinha o intuito de manter a privacidade dos conduzidos, especialmente das ricas senhoras. Em África, em particular, em Angola e Moçambique, sobressaíam as tipóias ou manxilas, à semelhança das redes da América, onde também se viam cadeirinhas de arruar e liteiras. Em Macau, adotaram-se liteiras e palanquins, igualmente usados em Goa, onde ainda podiam ser vistos andores, cadeiras e redes. Conservou-se tal prática até a primeira metade do século XIX.

Cf. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda A. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 18-22].

No material iconográfico pesquisado, destaca-se na estampa abaixo especificada a seguinte legenda: “Rede em que transportão os Americanos para as suas Chácaras, ou Fazendas”. / Cf. JULIÃO, Carlos. “Configuração que mostra a entrada do Rio de Janeiro em distância de meya legoa ao mar (...). Gabinete de Estudos Arqueológicos e Engenharia Militar. Lisboa. ca.1779”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 181, 366.

<sup>527</sup>-CARRÉVE, J.B. *Panorama de Lisboa no ano de 1796*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989. p. 31, 49. *Apud*: BARBOSA, José Maria da Silva Pinto. *Da praça pública em Portugal*. Évora: Universidade de Évora, 1993. v.1. p. 83. Dissertação de Doutorado em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

trabalhado, relativo ao estudo das tipologias do tecido verde na cidade colonial, cabe desenvolvermos questões referentes aos espaços urbanos de uso colectivo, para o entendimento do processo que culminou, no século XVIII, com o surgimento dos Passeios Públicos. Em vez de restringirmos o tema estudado aos setecentos, preferimos tratá-lo como parte de uma continuidade histórica, principalmente a partir do reinado de D. Manuel (1495-1521). Nessa época, em específico, o conceito de cidade passou a ser fundamentado em princípios estéticos, humanistas e simbólicos, associados à civilidade, colectivismo, ludicidade e utilitarismo.<sup>528</sup>

Quanto à referida temática, ressaltamos o estudo de Manuel C. Teixeira e Margarida Valla sobre o urbanismo português. A obra considera o planeamento da “urbe” a partir do traçado regular vigente desde os séculos XIII e XIV até o XVIII, época em que predominavam concepções relativas ao “Iluminismo”. Cabe mencionar que o período compreendido entre os quatrocentos e os quinhentos correspondeu ao começo das experiências urbanísticas realizadas fora do Reino, embasadas em preceitos originados no Renascimento. Na transição para os seiscentos, ao longo da administração filipina (1580-1640), ou mesmo após essa fase, seguida pela Restauração, sobressaíram-se as cidades fortificadas.<sup>529</sup>

Estabelecidos alguns marcos históricos que nos impõem limites diante da abrangência do tema pesquisado, podemos registar informações mais específicas, a começar pelas ruas. O grande eixo estruturador da malha edificada, na maioria dos agrupamentos urbanos, foi a rua Direita. No geral, interligava o rossio à praça, que era estrategicamente centralizada em relação a vários pontos de interesse do tecido. No caso de lugares localizados em zonas litorâneas ou ribeirinhas, estava presente a conexão do referido eixo viário com o cais. Em diversas circunstâncias, a rua principal era paralela à faixa do mar ou do rio. Independentemente do modo como se encontrava implantada, tal via polarizava actividade comercial e serviços, gerando grande concentração urbana. Por vezes, podia haver mais de um eixo organizador no tecido das cidades.<sup>530</sup> A partir dos séculos XIV e XV, destacamos a presença da rua Nova, que deve ser compreendida à semelhança da rua Direita. Porém, se comparada a outras vias, apresentava maior largura e regularidade, merecendo tratamento arquitectónico especial, executado com esmero e homogeneidade, o que a

<sup>528</sup>-Para maiores detalhes sobre o assunto, vejam-se:

TEIXEIRA, Manuel C. “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 71-72.

URBE. *Ternos passeios- um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental, Câmara Municipal de Lisboa, 1997. p. 41.

<sup>529</sup>-Cf. TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 24.

<sup>530</sup>-ROSSA, Walter. *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002. p. 223.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *Op. cit.* 1999. p. 48-49.

URBE. *Op. cit.* p. 41.

tornava distinta na “urbe”. Além disso, concebeu-se a rua Nova para concentrar não só actividades comerciais, feiras e mercados, antes restritas ao rossio, mas também manifestações culturais, em específico, associadas a eventos administrativos e ritos da Igreja.<sup>531</sup> A formalização desse espaço, a nosso ver, foi uma das primeiras experiências, na longa trajectória de realizações urbanísticas, que resultaram na elaboração das vilas planeadas no século XVIII.

Os rossios, por sua vez, constituíram locais de relevância na cidade portuguesa, em especial, a partir da Idade Média. Normalmente, situavam-se junto às muralhas, na saída principal, onde aconteciam as feiras e outros eventos de grande concentração popular. O carácter plurifuncional desses espaços podia ser identificado através das denominações a eles atribuídas, dentre elas, chãos ou largos da feira ou do mercado, sendo ainda designados de campos, pelo facto de serem contíguos a zonas agricultáveis, no aro das “urbes”.<sup>532</sup>

No Brasil, os rossios possibilitaram o desenvolvimento de actividades comunais, como: coleta de lenha, cultivo de produtos alimentares (ervas medicinais, fruteiras, legumes, plantas condimentares, verduras), pastagem para rebanhos. Em diversos momentos da colonização, houve demonstrações de zelo, por parte das autoridades, tendo em vista a protecção dos recursos naturais existentes nesses lugares, principalmente das árvores, aproveitadas na execução de obras públicas. Citamos o exemplo do que aconteceu em Ouro Preto, durante o século XVIII, quando foi requerida pelos construtores grande quantidade de madeira de lei com o corte de espécies nobres, como: braúna, canela preta, cangerana ou sucupira, jaracará vermelho, peroba.<sup>533</sup> O aproveitamento do potencial madeireiro, aliado à intensa busca do ouro na região, resultaram na significativa transformação da paisagem, sobretudo ao redor da cidade. Consideravam-se os rossios ainda como ambientes aprazíveis e de passeio, costumeiramente arborizados.

Ressaltamos aqui similaridades entre a América portuguesa e a espanhola, onde os *ejidos*, equivalentes aos rossios, acabavam desempenhando funções semelhantes. Nesses locais, eram marcantes as *cañadas* que, além de funcionarem como caminhos por onde passavam os rebanhos, na divisa entre o campo e a cidade, foram tratadas como lugares privilegiados para a prática do lazer ou do recreio. Esse aspecto ficou evidenciado nas palavras do Padre Gabriel Guarda (1792),

---

<sup>531</sup>-MARQUES, A.H. de Oliveira. “O surto urbano, a moeda e os preços”. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira ( direcção). Nova história de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 1987. v.IV. p. 194. *Apud*: URBE. *Ternos passeios- um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental, Câmara Municipal de Lisboa, 1997. p. 41.

<sup>532</sup>-ROSSA, Walter. *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002. p. 222.  
URBE. *Op. cit.* p. 40-41.

<sup>533</sup>-VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 161.

a respeito da *cañada* de Santiago do Chile, notada como a “única diversão e desafogo que tem esta cidade e suas vizinhanças”. Nesse caso específico, estava disposta a partir de três ruas de salgueiros e outras árvores.<sup>534</sup>

Levando-se em conta a expansão das cidades sobre os terrenos livres, nas cercanias, era comum os antigos rossios também cederem lugar às praças, como aconteceu no Reino, especialmente em Évora, com a criação da Praça do Giraldo.<sup>535</sup> No século XVI, o mesmo fenómeno ocorreu em Viana do Castelo, com o deslocamento do centro cívico da cidade muralhada para o Campo do Forno, na periferia.<sup>536</sup> Podem ser citados outros exemplos do género, mas o que importa observar é a crescente estruturação da cidade portuguesa a partir dos espaços abertos, que passaram a receber cada vez mais a atenção do poder público, o que ficou estabelecido desde o governo de D. Manuel.

No que respeita à cidade portuguesa, a fundação das praças Novas deve ser avaliada como estratégia de planeamento, que previa a organização de centralidades em zonas de expansão. Assim, na constituição do tecido urbano, sobressaía uma multiplicidade de espaços abertos, onde se exerciam actividades económicas, militares, político-administrativas, recreativas, religiosas, distribuídas em vários pontos da malha edificada. Essa alternativa em termos de desenho permitia moldar com maior flexibilidade a forma urbana, se comparada ao modelo vigente na América espanhola, baseado no traçado de quadras regulares e na figura marcante da “Plaza Mayor”.<sup>537</sup>

Para exemplificarmos o procedimento adoptado na realidade lusíada, ressaltamos as iniciativas propostas pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), que visavam a fortalecer a imagem da cidade de Braga como sede do poder eclesiástico. Na primeira metade dos quinhentos, demarcaram-se vários campos, fora das muralhas, com símbolos e monumentos religiosos que acabaram orientando a expansão do tecido urbano. Dentre os campos existentes, das Carvalheiras, das Hortas e de São Miguel, dos Remédios, de São Tiago e da Vinha, sobressaía o de Sant’Ana, antigo rossio, que viria a tornar-se a actual Praça da República. Devemos notar que o emérito Arcebispo era homem informado dos factos da época, relacionados possivelmente com o conhecimento de referências teóricas e obras arquitectónicas e urbanísticas do Renascimento italiano, o que certamente influenciou o quadro de decisões tomadas.<sup>538</sup> Geralmente, esses novos

<sup>534</sup>-GUARDA, Gabriel, Padre. *La ciudad chilena del siglo XVIII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1968. p. 68-69. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 60.

<sup>535</sup>-URBE. *Ternos passeios- um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental, Câmara Municipal de Lisboa, 1997. p. 40-41.

<sup>536</sup>-TEIXEIRA, Manuel C. “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. *In*: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 84.

<sup>537</sup>-TEIXEIRA, Manuel C. “Introdução”; “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. *In*: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *Op. cit.* 2000. p. 11, 82.

<sup>538</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 78-79.

espaços públicos encontravam-se em locais destacados do tecido urbano, facilmente percebidos e na confluência de diversos caminhos.

No conjunto das intervenções urbanas, as praças tornavam-se distintas em comparação com outras categorias de espaços abertos. Além de traduzirem uma intencionalidade simbólica através do desenho, eram estritamente marcadas pelo fechamento de seus respectivos conjuntos, por meio da ocupação urbana ao redor. No âmbito das grandes intervenções, destacaram-se os Paços de Concelho, criados em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, como o Terreiro do Paço, em Lisboa, e a Praça de Vila Viçosa, defronte ao Paço Ducal.<sup>539</sup> Tais obras buscavam aliar estética, racionalidade, regularidade e utilidade, para valorizar a cultura do poder.

Também ocorriam soluções menos complexas, do ponto de vista formal, à semelhança das intervenções ocorridas em Braga, no início do século XVI, o que já vinha, de certo modo, acontecendo nas cidades medievais, desde os finais do século XV.<sup>540</sup> Nesse tipo de situação, era marcante a presença do edifício, seja da casa de Câmara, da Igreja Matriz ou da Misericórdia, em terrenos previamente seleccionados para acolher o uso institucional. Os lugares onde se implantavam as referidas construções, conforme comentado, acabavam gerando novas centralidades, resultando na criação de praças e na polarização do crescimento urbano. Conhecer esse processo leva-nos a entender não só o ordenamento do próprio tecido, mas de várias categorias de espaços abertos de carácter público.<sup>541</sup>

No Brasil, esta temática foi alvo de estudos realizados por Nestor Goulart Reis Filho (1968) e Roberta Marx Delson (1979). No caso, esses estudos estão relacionados à fundação de diversas aldeias, vilas e cidades, projectadas por engenheiros militares no século XVIII. A cidade desenhada, mesmo estando sujeita a influências de padrões construtivos, de carácter erudito e vernacular, mostrava-se com identidade própria. Os conjuntos urbanos fundamentavam-se na relação entre componentes culturais e ecológicos, mantendo-se em sintonia com os sítios onde se assentavam. Independentemente do período, as intervenções efectuadas visavam a atender a demandas existentes, resultando, de acordo com José Luiz Mota Menezes,<sup>542</sup> em soluções mais

<sup>539</sup>-URBE. *Ternos passeios- um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental, Câmara Municipal de Lisboa, 1997. p. 42.

<sup>540</sup>-TEIXEIRA, Manuel C. "Introdução". In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 12.

<sup>541</sup>-Contudo, o termo "praça" deve ser compreendido com certa cautela, em específico, no Brasil. O estudo de Lilian Fessler Vaz sobre o Rio de Janeiro, no período colonial, vem reforçar essa questão, demonstrando que a referida categoria de espaço foi igualmente assimilada como adro, campo, jardim público, largo, rossio e terreiro.

VAZ, Lilian Fessler. "Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no Período colonial". In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *Op. cit.* 2000. p. 141.

<sup>542</sup>-MENEZES, José Luiz Mota. "Olinda e o Recife, 1580-1780 arte e arquitectura: dois momentos". In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, *Actas...*, 5, Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, 2002. p. 158-159.

Cf. TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 215-216.

ligadas à forma do que à fórmula. Nesse sentido, buscava-se adequar o desenho às condições impostas por factores biofísicos.

Assim, na maioria das vezes, nos povoados coloniais, salientamos que os espaços abertos resultavam do processo de ajuste da malha edificada às condições biofísicas de cada lugar. Mesmo com a fundação de certos núcleos, como o Terreiro de Jesus em Salvador, no século XVI, o de Belém do Pará e a praça central em São Luis do Maranhão, no século XVII, tomados como excepção devido à constituição prévia do traçado, ficou clara a noção de planeamento que sempre deixava brechas para a acomodação da forma urbana.<sup>543</sup> No entanto, é importante entender tais realizações não como acontecimentos isolados, mas como parte da continuidade dos preceitos estabelecidos pelo urbanismo português que, desde o século XIII, procurava se afirmar na prática dos traçados geométricos.<sup>544</sup> Nos setecentos, esse quadro evoluiu, com as vilas planeadas, cujas praças passaram a desempenhar papel estruturador no desenho dos aglomerados, o que nos ajuda a compreender a inserção dos Passeios Públicos no citado contexto.<sup>545</sup>

Nos primitivos assentamentos, os largos encontravam-se delineados sobretudo a partir da confluência ou do cruzamento de caminhos. Normalmente, situavam-se nas proximidades do cais ou de mercados ou ainda na vizinhança de edificações de carácter civil ou religioso. O termo “largo” já sugere uma certa indefinição relativa à forma do local assim designado, que se poderia transformar numa praça, no geral, de feição irregular. Tal como nas praças, nos largos exerciam-se actividades militares, político-administrativas, recreativas e religiosas.<sup>546</sup> Porém nem sempre ficava evidenciado o carácter representativo e simbólico desses núcleos funcionais.

No conjunto de intervenções públicas ocorridas na cidade colonial, sobressaíam igualmente as pontes como locais de vivência colectiva. A partir da leitura de determinados relatos, evidencia-se o registo de uma ponte de pedra, edificada no varadouro de Olinda, sobre o rio Beberibe, na década de 1740. A informação apurada permite-nos entrever o modo como os transeuntes utilizavam a referida obra. Estruturada em arcadas, possuía bancos e cobertura para proporcionar descanso e recreio a seus utentes, equiparando-se a uma arquitectura de prazer. Frei António Jaboatam descreve-a nos seguintes termos:

<sup>543</sup>-TEIXEIRA, Manuel C. “Introdução”; “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 14-15, 82.

<sup>544</sup>-TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 26.

<sup>545</sup>-Cf. GOMES, Luís Miguel Martins. “Geometria no traçado de praças, teoria versus prática, no tempo de Pombal”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 204-205. TEIXEIRA, Manuel C. “Introdução”; “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. In: *Idem. Ibidem*. p. 14-15, 83.

<sup>546</sup>-URBE. *Ternos passeios- um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental, Câmara Municipal de Lisboa, 1997. p. 39. VAZ, Lilian Fessler. “Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no Período colonial”. In: TEIXEIRA, Manuel C. *Op. cit.* 2000. p. 146-151.

“Ao presente se acha nesta fôrma, desde os annos de 1744, em que, sendo Juiz de Fora de Pernambuco o Doutor João de Sousa de Menezes, a diligência, e cuidado seu, instancia dos Vereadores de Olinda, e concorrência do povo, se fez a sua nova ponte de pedra lavrada, com vinte tres aqueductos, parte destes em sangradouros de tres palmos de largo, e mais altos para despedirem as agoas nas enchentes do Rio, e a outra parte em bicas, ou canos da mesma pedra, e mais baixos que os sangradouros alguma cousa, desorte, que nunca a maré, por mais alta que seja, lhes possa chegar, e fique conveniente a poder-se das canoas tomar a agoa. (...) Por cima do seu lagedo de 328 palmos de comprido, que he todo de pedra lavrada, tem huma bastante casa de 74 palmos de comprido, e 27 de largo, formada sobre arcos, cinco por cada lado, com seus assentos da mesma pedra, em que descansão os que passão, se divertem os que passeão e os que vão tomar seus banhos, ou por necessidade, ou regalo (...)”.<sup>547</sup>

A partir de fragmentos textuais, é possível compreender que algumas intervenções urbanísticas, consideradas estritamente utilitárias, poderiam representar algo mais. As pontes contribuíam igualmente para despertar consciência de e proporcionar sensações a respeito das zonas ribeirinhas, frequentemente notadas por predicados que expressavam alegria e fertilidade. Na vizinhança de tais lugares, cultivavam-se hortas, percebidas à imagem de jardins. Isso vinha demonstrar o tipo de relação entre cultura e natureza vigente no meio urbano, baseado no apelo aos sentidos, possibilitando sempre novas experiências de ver o mundo. Assim, não nos parece mera coincidência a colocação de assentos em várias construções das cidades de Ouro Preto, São João d’Rey e do Rio de Janeiro, facto igualmente observado em Portugal.

Em Ouro Preto, edificaram-se tais obras particularmente entre os anos de 1740 e 1760. Ali, as pontes também foram implantadas para proporcionar lazer contemplativo, facilitando a apreciação da espacialidade existente na cidade.<sup>548</sup> Apesar de esses locais terem sido bastante descaracterizados, devido à ocorrência de ocupações aleatórias e clandestinas, ainda fornecem pistas para que possamos percebê-los como lugares de estadia. Sobressaem como ambientes especiais, proporcionando abertura visual na malha urbana, permitindo aos transeuntes momentos de desconcentração e paz, principalmente em certos pontos, como na vizinhança da ponte do Largo de Dirceu, de onde se observa um dos últimos jardins do lugar.<sup>549</sup> Situação semelhante acontece nas proximidades da Ponte de São José, contígua à Casa dos Contos, de onde se apreciam os vestígios do antigo Horto Botânico, implantado no final do século XVIII.<sup>550</sup>

<sup>547</sup>-JABOATAM, António de Santa Maria, Frei. *Orbe seráfico novo brasilico*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, MDCCLXI (1761). Livro I. p. 85.

<sup>548</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 157-161.

<sup>549</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 162-166.

<sup>550</sup>-A partir do ano de 1741, foi marcante a quantidade de obras públicas em Ouro Preto. Além de chafarizes e pontes, erguidos ao longo do principal caminho, executaram-se alinhamentos, correcções e pavimentações no sistema viário.

ANASTASIA, Carla Maria Junho *et al.* “Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. A casa e a rua”. *Officina do Inconfidência revista de trabalho*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, nº 0, Ano 1, p. 71, Dez. 1999.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956. p. 114.

Vejam-se, no volume II, as figuras nº 194-196.



Há de se considerar também as pontes construídas sobre o rio da Carioca, no bairro das Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro. Em frente a cada portão de chácara havia pequenas e belas pontes, com bancos revestidos de azulejos ou embrechados, que formavam “desenhos curiosíssimos”, segundo Adolfo Morales de Los Rios Filho.<sup>551</sup>

### **Em Nome da “Boa” Ordem**

---

A fim de contribuir com o conhecimento dos tipos de espaços abertos, devemos manter em vista a concepção das vilas planeadas durante o século XVIII, quando ocorreu a expansão da rede urbana brasileira. Tal como foi dito anteriormente, a vila setecentista, planeada em termos morfológicos, possuía características bem definidas. Sua forma era considerada a partir de regras implícitas no próprio traçado, organizada em quadriculas ortogonais, onde se destacava a praça como a estruturadora do tecido, conforme evidenciado por Manuel C. Teixeira.<sup>552</sup>

É relevante comentar que se planearam as novas vilas para serem “comunidades-modelo”, segundo pretensões estabelecidas pelo Marquês de Pombal, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII. A implantação dessas comunidades visava a estimular novos comportamentos, com o sentido de europeizar indígenas e outros moradores acostumados aos sertões. A estruturação de uma rede de pequenos núcleos urbanos também servia para respaldar o fortalecimento das noções de autoridade e ordem forjadas em várias regiões brasileiras. Utilizou-se a planificação como instrumento de controlo político-administrativo.<sup>553</sup>

Na oportunidade, ressaltamos as palavras do governador da Capitania de São Paulo (1766), Luís António de Souza, o Marquês de Lavradio, para evidenciar a noção de cidade moderna, pensamento que reflectia a preocupação com o ordenamento do espaço público:

*“Uma das coisas de que os países mais adiantados costumam cuidar atualmente é da simetria e harmonia das edificações que estão surgindo em cidades grandes e pequenas, de modo que, da sua aparência (disposição), resulte não só o conforto público, mas o prazer, com os quais as aglomerações se tornam mais atraentes e apropriadas, sabendo-se da boa ordem, com que essas edificações são dispostas, da disciplina e cultura de seus habitantes”.*<sup>554</sup>

No século XVIII, era nítido o esforço da Coroa portuguesa na criação e na manutenção dos povoamentos no sertão brasileiro, como vinha acontecendo desde a década de 1740, quando

---

<sup>551</sup>-MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 124. (Primeira edição: 1946).

<sup>552</sup>-TEIXEIRA, Manuel C. “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 83.

<sup>553</sup>-DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. p. 56, 62, 64, 69, 82.

<sup>554</sup>-BNRJ-RC. Lista 1: 1766, Setembro, 15, São Paulo. “PORTARIA que levou o Dr. Juiz de Fora quando foi para Santos”. fl.67-68v. *Apud*: DELSON, Roberta Marx. *Op. cit.* p. 73.

se estabeleceram medidas administrativas para a regulamentação das novas vilas.<sup>555</sup> Tendo em vista a vigência de legislação régia, é possível perceber quais aspectos nortearam a gênese dos referidos núcleos, sobressaindo-se a organização dos tecidos a partir das praças, assim como sucedeu em algumas cidades do Reino, temática verificada nos estudos de José Manuel Fernandes sobre Lisboa, mais especificamente, a respeito do Rossio e do Terreiro do Paço, e na análise do traçado de Vila Real de Santo António, elaborada por Horta Correia.<sup>556</sup>

Para melhor entendimento dos espaços abertos nas vilas planeadas, é necessário compreendermos o valor atribuído à cultura, que se tentava impor de todas as maneiras perante a natureza, tida como hostil ou selvagem. Essa ideia torna-se bastante clara nos procedimentos adotados por José Xavier Machado Monteiro, responsável pela Comarca de Porto Seguro (c.1768-?), na Bahia. Tal como outros administradores, esse governante seguiu o ideário da planificação e do crescimento urbano controlado, colocando-os em prática na fundação das comunidades de Portoalegre (c.1769), Prado (1772) e Vila Viçosa (1768).<sup>557</sup>

Nos lugares citados, notabilizava-se a padronização do desenho, concebido a partir da noção da “boa ordem”, que visava à difusão de costumes e hábitos civilizados nos sertões. Na estruturação dos núcleos planeados, destacamos dois tipos básicos de espaços públicos, aqueles que se apresentavam completamente manipulados, segundo os princípios da ordem vigente, e os locais incultos, cuja cobertura vegetal era vista como “mato”. Essas acepções encontram-se nitidamente delineadas nos relatos de época, como na *Corografia Brasílica* (1817), elaborada pelo Padre Manuel Aires de Casal.<sup>558</sup> No geral, tais narrativas demonstram haver receios em relação às florestas localizadas nas proximidades dos povoados, justificando a ocorrência de desmatamentos, como sucedeu na Comarca de Porto Seguro, mais especificamente, ao redor das comunidades recém-implantadas, numa “largura de dois tiros”. Segundo os preceitos divulgados nos setecentos,

<sup>555</sup>-O Regimento de 1747, instituído pelo Ministro Alexandre de Gusmão, fazia parte do plano destinado ao povoamento da região sul, com a chegada de casais açorianos, em especial, nas terras do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Estabeleceram-se as normas de ocupação segundo critérios de ordem e uniformidade, sendo priorizada, nos núcleos urbanos, a implantação de praça quadrada com 500 palmos (110 m) de lado e a disposição de ruas com não menos de 30 pés (9,14 m) de largura, sobressaindo-se a demarcação dos quintais nas habitações, no intuito de promover a subsistência familiar. DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. p. 45.

<sup>556</sup>-CORREIA, José Horta. Vila Real de Santo António, urbanismo e poder na política pombalina. Lisboa: F.C.S.H./UNL, 1984. Dissertação de Doutoramento em História da Arte. *Apud*: GOMES, Luís Miguel Martins. “Geometria no traçado de praças, teoria versus prática, no tempo de Pombal”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 218.  
FERNANDES, José Manuel. “Índia e Sul do Brasil: planos do urbanismo português no século XVIII”. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). *Coleção de estudos. Universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1998. /s.p./ *Apud*: GOMES, Luís Miguel Martins. *Op. cit.* p. 217.

<sup>557</sup>-DELSON, Roberta Marx. *Op. cit.* p. 69-72.

<sup>558</sup>-Cf. CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 84, 146-147, 179, 206. (Impressão Régia feita em 1817).

a referida iniciativa “proporcionaria arejamento, aumentaria a área de pastagem e afastaria as onças, cobras e mosquitos”, conforme comentado anteriormente.<sup>559</sup>

O desejo do homem de exercer controlo sobre o espaço ao redor das aglomerações urbanas, muitas vezes acabava atribuindo um fundo de verdade às teorias que consideravam a natureza, em seu estado primitivo de floresta ou mata, prejudicial à saúde das populações, tornando-se premente sua domesticação para que fosse apreciada como um lugar útil. De acordo com Magnus Pereira,<sup>560</sup> esse tipo de visão permeou o universo cultural português, servindo para orientar a política pombalina de criação das novas vilas nas colónias. Aquela visão é exemplificada em relato do Morgado de Mateus, Capitão-General de São Paulo, D. Luís António de Souza (1772).

“O [clima] sempre se costuma mostrar infesto e letal em todas as partes, adonde se fundam Povoações novas, pois mais ano menos ano vêm a experimentar rigorosas doenças, de que falece grande número de povoadores; enquanto as terras não se rompem, e os ares não se purificam com os fogos, com as criações de gado, que são muito úteis para este benefício, e com o costume que forma nova natureza”.<sup>561</sup>

Com base nisso, fundaram-se diversas comunidades em locais com fartura de água, ares salutíferos e solos férteis, visando ao desenvolvimento da agricultura, actividade valorizada nas cidades coloniais como símbolo de beleza e civilidade. Nesses assentamentos, dentre os espaços abertos, sobressaíam-se alamedas, tidas como manifestações do mundo civilizado da época, observadas especialmente nas representações das sedes de poder administrativo, como Vila Bela (1752), no Mato Grosso, e em Vila Boa (1736-9), actual Goiás, e nas povoações de Aldeia Maria (c.1780), em Goiás, e Casalvasco (c.1782), em Mato Grosso.

Vila Bela, fundada oficialmente em 1752, tornou-se um símbolo da ocupação portuguesa no extremo oeste, um “baluarte de todo o interior do Brasil”.<sup>562</sup> Como obra emblemática, a recém-criada Capitania do Mato Grosso deveria espelhar os cânones da modernidade, assimilados a partir de normas adoptadas no planeamento de Vila Boa, facto sucedido na década de 1730. Tais instruções, colocadas em prática pelo Capitão-General António Rolim de Moura, na década de 1750, previam a escolha de sítio saudável, em lugar estratégico do ponto de vista económico e político, priorizando-se a abertura de ruas largas e rectas, e a construção de casas com fachadas uniformes.<sup>563</sup>

<sup>559</sup>-AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. ?, D. 9147: “*RELAÇÃO individual do (...) Ouvidor da Capitania de Porto Seguro (...) desde o dia 3 de maio de 1767 até o fim de julho de 1777*”. *Apud*: DELSON, Roberta Marx. *Op. cit.* p. 72.

<sup>560</sup>-PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. *In*: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 23].

<sup>561</sup>-MATEUS, Morgado de. “Projecto ou plano ajustado por ordem de S.M.F. entre Governador e Capitão-General de São Paulo D. Luís António de Souza & o Brigadeiro José Custódio de Sá Faria. 1772”. *Monumenta*. Curitiba: /s.e./, v.1, p. 100, 1987. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. cit.* [p. 24].

<sup>562</sup>-DAVIDSON, David M. *Rivers and Empire: the Madeira route and the incorporation of the brazilian far west, 1737-1808*. Michigan: University Microfilms International, Ann Arbor, 1970. /s.p./ *Apud*: DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planeamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. p. 33.

<sup>563</sup>-DELSON, Roberta Marx. *Op. cit.* p. 31-36.

No conjunto de Vila Bela, houve a preocupação de destacar a presença da praça, como acontecia em outras vilas planeadas, a partir da demarcação de um quadrado que, na mencionada realidade, contava 408 palmos (89,76 m) de lado, delimitado por ruas de 60 palmos (13,20 m) de largura. A praça era definida pela presença da casa de Câmara, da igreja paroquial, do quartel e da moradia do Governador, reforçando mutuamente o carácter simbólico do lugar. Quanto à residência do Governador, D. Rolim de Moura, projectada no Rio de Janeiro, ela destacava-se pela monumentalidade. Situava-se em terreno equivalente a duas ou mais quadras, que incluíam um grande jardim, posteriormente seccionado com a abertura de uma rua. Segundo Magnus Pereira, uma das partes desse jardim foi destinada ao lazer da população, sendo criado o Primeiro Passeio Público brasileiro, antes mesmo da fundação de espaço congénere no Rio de Janeiro, inaugurado em 1785.<sup>564</sup> Aventou-se essa hipótese através da análise iconográfica, levando-se em conta os registos de Vila Bela, elaborados entre 1773 e 1777, que primavam pela excelente qualidade da representação.<sup>565</sup> Nesse período, não se sabe ao certo quando ocorreu o prolongamento da rua da Virgem nem o que motivou o empreendimento, o qual resultou na interceptação da alameda contida na residência oficial do governador. A parcela desanexada posteriormente foi reocupada para outros usos, tendência já observada no ano de 1789.<sup>566</sup>

Com relação à Vila Boa de Goiás, foi alvo de melhorias urbanas no governo de Luís da Cunha Menezes (1778-1783). Ao ser consultado pelo Ouvidor da Comarca, António José Cabral de Almeida (1778), a respeito do plano para a reforma do povoado, Cunha Menezes deixou bem clara sua convicção sobre os efeitos benéficos da “perspectiva ordenada”.<sup>567</sup> Assim como outros administradores de seu tempo, acreditava que através da “boa” forma era possível alcançar a urbanidade. Uma perspectiva “agradável” podia ser assimilada através do alinhamento das ruas, da regularidade da arquitectura, da uniformização das fachadas. As medidas preconizadas tinham

<sup>564</sup>-DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. p. 31-36.

<sup>565</sup>-PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 7].

<sup>566</sup>-Cf. “ ‘Novo Projecto para a continuação do Plano primitivo desta V.a q. o Ill.mo e Ex.mo Sr. Luiz DAAlbuquerque DMello Pereira e Cáceres, Gov.or e Cap.am Gen.al desta Capitania, mandou deliniar; e ordena q. se observe exactamente/ 25 de 9bro. de 1773’. Original de propriedade da Casa da Ínsua, Portugal”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 259, 393. Cf. “ ‘Plano da Capital de Villa Bella do Matto groço (...); Cujo Plano se levantou no anno d’1777 por direção do Gov.or e Cap.am General daquella Cap.ta a mais Ocidental do Brazil Luis d’Abuq.e d’Mello Pr.a e Caceres’. Original manuscrito pertencente à família Albuquerque, que integra o acervo da Casa da Ínsua, Portugal. 1777”. In: *Idem*. *Ibidem*. p. 260, 394. Cf. “ ‘Plano de Villa Bella da Santíssima Trindade Capital da Capitania de Matto Grosso levantado no anno de 1789 aos 37 da sua fundação (que foi em 1752) pello 1º Governador e Capitão General D. António Rolim de Moura depois Conde d’Azambuja e 18 do Governo do 1º Gov.or e Cap.m General Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres’. Original do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. 1789”. In: *Idem*. *Ibidem*. p. 261, 394. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 178-179.

<sup>567</sup>-BNRJ. IV-13-14-10, Documento 17: 1778, Dezembro, 28, [Vila Boa]. “*CARTA do governador Luís da Cunha Menezes ao Ouvidor António José Cabral de Almeida, contendo instruções sobre o realinhamento da vila*”. Apud: DELSON, Roberta Marx. *Op. cit.* p. 84.

o objectivo de promover a modernidade na sede da capitania, segundo princípios adoptados nas nações mais “civilizadas” da Europa. Ao determo-nos no estudo da planta de Vila Boa, datada de 1782,<sup>568</sup> é perceptível, além da preocupação com a regularidade de edifícios e ruas, a intenção de valorizar os principais eixos viários e visuais da zona urbana, destacando-se o plantio alinhado e sistemático de árvores na antiga praça da Câmara. Nesse local, o chafariz servia como ponto focal da alameda construída, vista como um Passeio Público no relato do Padre Manuel Aires de Casal (1817).<sup>569</sup> A vegetação que se implantou naquele espaço ficou definida pela regularidade.<sup>570</sup>

Quanto ao Governador Luís da Cunha Menezes, é oportuno salientar que, ao ser eleito como administrador da Capitania de Minas Gerais, contou com a experiência de ter participado da requalificação do tecido urbano de Vila Boa e da implantação de povoados indígenas em Goiás, como Aldeia Maria (c.1780) e São João de Mossamedes (c.1780).<sup>571</sup> Tais assentamentos foram planeados para manter o controlo político-administrativo, mediante a imposição da ordem pública.<sup>572</sup> No caso particular da Aldeia Maria, sua trama era bem simples.<sup>573</sup> Organizava-se a partir da praça central, onde havia intenção de plantio de árvores ao redor do grande vazio, possivelmente com o objectivo de amenizar a rigidez do traçado com a criação de áreas de sombreamento. A solução urbanística adoptada pretendia promover a unidade formal no conjunto planeado, visando a propiciar o desenvolvimento da civilidade, facto relacionado com a afirmação do poder real na conquista do território.

<sup>568</sup>-Cf. “Planta de Villa Boa Capital da Capitania de g.al de Goyás, Levantada no ano de 1782, pelo Il.mo e Ex.mo Snr. Luis da Cunha Menezes, governador, e Capm General da mesma Capitania, e Copiada pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guim.es na qual demonstra tambem alem das declaraçoens feitas no Canvoa (sic), q. a dita V.a tem actualmente 554 moradas de Cazas, habitadas por 3.000 pessoas (...)” Original de Manoel Ribeiro de Guimarães, no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. 1782”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 240, 388. Vejam-se, no volume II, as figuras n° 171-173.

<sup>569</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasilica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo I. p. 333-334. (Impressão Régia feita em 1817). Vejam-se, no volume II, as figuras n° 172-173.

<sup>570</sup>-SOUZA, S.A. Silva e. *Memórias goianas. /s.n.t./*. Apud: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 8].

<sup>571</sup>-Cf. MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 177.

Na antiga Vila Rica, actual cidade de Ouro Preto, Luís da Cunha Menezes foi o responsável pela edificação do projecto da Casa de Câmara e Cadeia, iniciada em 1784, no morro de Santa Quitéria, lugar mais conhecido como Praça Tiradentes. O que nos chama a atenção no citado empreendimento é a assinatura do desenho, que evidencia o nome de Manoel Ribeiro de Guimarães, tido como um copista, mas que levanta dúvidas quanto à autoria do desenho do prédio da Câmara, atribuído ao eminente Governador. Pouco se conhece a respeito de Manuel Guimarães, ficando destacada sua actividade militar, mais especificamente como sargento-mor. No entanto, não se pode negar sua excepcional habilidade para a representação gráfica, de fino traço, observada na planta do levantamento de Vila Boa (1782) e no referido projecto, podendo ser ainda apreciada no desenho perspectivado do horto botânico de Ouro Preto, datado de 1798, cuja concepção é invulgar para os padrões da época.

<sup>572</sup>-DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. p. 81-82.

<sup>573</sup>-Cf. “Plano projectivo de hum novo estabelecimento de Indios da Nação Cayapó situado na margem do R° Fartura, e denominado Aldeya Maria a 1ª, e tendo por oraculo a sua Igreja N. Snr° da Gloria como se ve do numero 1°”. Original do Arquivo Histórico Ultramarino. 1782”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. Nestor Goulart. *Op. cit.* 2000. p.. 242, 389. Veja-se, no volume II, a figura n° 174.

O mesmo podemos dizer com referência à fundação da Vila de Casalvasco (c.1782), situada a oito léguas, cerca de 52,80 quilómetros, ao sul de Vila Bela do Mato Grosso. O desenho do povoamento denotava apuro na organização de sua malha, talvez pelo motivo de ter merecido atenção especial do Governador Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, sendo considerado um lugar apropriado para férias ou recreio. O local foi organizado a partir de traçado reticulado, de aspecto uniforme, tendo como focos da intervenção urbana três grandes espaços públicos, uma alameda e duas praças; construídas para permitir, através dos eixos projectados, o máximo de integração com a paisagem. As praças, de planta regular, foram definidas por fileiras de árvores. Apresentavam um dos lados abertos para o rio Barbados, criando situações propícias ao lazer.

Além de essas praças desempenharem função residencial, também se destinavam à ocupação institucional, destacando-se prédios para alojamento de oficiais, casa da Câmara, habitação do Governador, hospital, quartel. Em tal contexto, as moradias existentes permaneciam definidas com os seus quintais, no intuito de estimular tanto o convívio com a urbanidade quanto a promoção do auto-abastecimento. Ordem, regularidade e simetria eram princípios recorrentes no ordenamento das vilas planeadas.<sup>574</sup>

No entanto, ao compararmos a proposta inicial concebida para Casalvasco (c.1782) com a representação panorâmica desse lugar (1790), deparamo-nos com algumas diferenças entre aquilo que se imaginava para o local e o que de facto aconteceu. De acordo com a representação feita, não se via uma só árvore nos logradouros públicos, facto relacionado à falta de conservação do espaço urbano.<sup>575</sup> Provavelmente, os moradores preferiam ficar refugiados em suas casas, em vez de se exporem em público. O aparente estado de abandono das praças e das ruas, de certo modo, dizia respeito às dificuldades de convivência entre diferentes grupos de habitantes, o que acabava gerando grandes conflitos em termos de valores, tornando-se contraditória a experiência da padronização do comportamento humano, pensamento idealizado na teoria. O que supostamente ocorreu em Casalvasco, sucedeu em diversas outras comunidades fundadas nos setecentos.

No final do século XVIII, nada era mais apropriado a um governante do que abraçar a causa pública. Nessa época, ficou patente a noção do ordenamento global, difundida nas principais cidades e vilas coloniais. Com base nos preceitos salientados, destacamos o

<sup>574</sup>-Cf. DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. p. 79-80.

<sup>575</sup>-Cf. “Planta da nova povoação de Casal Vasco (...) erigida no anno de 1782 pelo Ill.mo e Ex.mo Senhor Luiz D’Albuquerque de Mello P.ra e Cáceres”. Original Pertencente à Casa da Ínsua, Portugal. 1782”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 263, 395.

Cf. “Prospecto da Povoação de Casal Vasco, situada no Rio dos Barbados, [8] léguas ao sul de Villa Bella’. Original manuscrito do Museu Botânico Bocage, Lisboa. ca.1790”. In: *Idem. Ibidem*. p. 264, 396.

Vejam-se, no volume II, as figuras n° 176-177.

oportunismo dos administradores que buscavam seguir os passos do Marquês de Pombal, responsável por várias iniciativas reverenciadas, dentre elas, a reconstrução da Baixa e a fundação do Passeio Público lisboeta (1764).

No Brasil, até mesmo as intervenções mais modestas eram norteadas por aquelas ideias, aspecto notado tanto na construção de alamedas, nas pequenas comunidades da Capitania do Grão-Pará,<sup>576</sup> quanto na ocupação de charcos ou paus considerados insalubres ou pestilentos, geralmente localizados em zonas de expansão, como aconteceu nos arredores da cidade da Paraíba (1785), actual João Pessoa, no governo de Jerónimo Jozé de Mello e Castro (1764-1797). Nessas circunstâncias, as obras visavam à transformação das cercanias em jardins apropriados ao convívio colectivo e ao recreio, segundo os novos ideais urbanos e os padrões da modernidade. Assim, o lugar considerado um charco “indecente” foi alvo de melhorias, sendo ocupado com jardim público. O local em si, que não tinha atractivos, passou a ser uma referência regional, conforme palavras do ilustre governante:

*“Na fonte nova que Sua Majestade permittio se fizesse de Sua Real Fazenda, admirão todos a sua incançavel assitência que diariamente faço na mesma obra, de que a Nobreza, e o Povo estão satisfeitos por verem hum chafariz de sete bicas de agoas abundantes, em hum lugar que antes era hum Paul, e charco indecente onde os escravos brigavão pela pouca agoa de huma casimba, servindo hoje de passeio público pela situação amena, e mais delicioza pelas arvores silvestres que na melhor ordem mandei plantar ficando a melhor obra que tem a cidade e ainda Pernambuco”*.<sup>577</sup>

Frente ao exposto, compreendemos as gravações dos dísticos “Ao Amor do Público” e “Interesse pela Causa Pública”, em marcos de pedra dos Passeios do Rio de Janeiro e de Luanda, factos já assinalados por Hugo Segawa e Magnus Roberto de Mello Pereira.<sup>578</sup> Os conjuntos concebidos, de uma maneira geral, promoviam centralidades, estabeleciam directrizes de ocupação do solo, induzindo a ocorrência de alinhamentos e enquadramentos perspectivos no espaço urbano.

<sup>576</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 328, 355-357. (Impressão Régia feita em 1817).

<sup>577</sup>-AHU. PARAÍBA-ACL-CU-014, Cx. 29, D. 2144: 1785, Maio, 6, Paraíba. “OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a chegada do vigário António Soares Barbosa e a propósito da construção de uma fonte nova, com um passeio público, que antes só servia aos escravos”.

<sup>578</sup>-PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 5]. Cf. SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 89.

## Passeios Públicos

*“(...) Sobre o terraço do Passeio podia eu cismar tranqüilo e entregar-me completamente às queridas imagens perdidas. Não escutava mais que o canto das cigarras, atrás de mim, nos ramos do arvoredo, e a onda que marulhava na praia”<sup>579</sup>*

A análise dos Passeios Públicos leva-nos a considerá-los como categorias especiais de espaços abertos, diferentes das praças e dos rossios, devido à maneira como foram dispostos e utilizados. Tais jardins visavam ao favorecimento do lazer ou do recreio das elites, ou de segmentos afins, o que restringia o acesso de grande parte da população a seus domínios. No geral, os Passeios devem ser entendidos como manifestações de uma nova época, de novos costumes, que acabaram reforçando a concepção de lugar do “visível”, destinado à sociabilidade de grupos abastados.

Nesse caso, o desenho do jardim não estava dissociado de normas ou regras sociais preestabelecidas, que orientavam a adopção de certos comportamentos ligados ao modo de reunir-se, que variava de acordo com a cultura de cada época. Nos séculos XVII e XVIII,<sup>580</sup> o “ver e ser visto”, segundo a aristocracia britânica e francesa, significava:

*“(...) fazer-se público de sua presença, exhibir pompa, ver homens e mulheres bem vestidos e bonitos, contar e ouvir novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a cortesãs. Os jogos sociais e sexuais- com a tácita concordância entre seus praticantes- o ‘plaisir de la promenade’, tinha o palco magnífico nos jardins públicos”<sup>581</sup>*

Nesse universo dos acontecimentos, é importante salientar que se considerou a América, desde o século XVI, como um grande laboratório de experiências urbanísticas calcadas em noções de ordem, inspiradas no pensamento renascentista. Segundo Francisco de Solano, não foi casual a aprovação das *Nuevas Ordenanzas de Descubrimiento y Población* (1573), normativas que teriam sido

<sup>579</sup>-RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. /s.p./ (Primeira edição: 1858).

<sup>580</sup>-Porém, existem referências bem anteriores a esse período, que nos situam em relação à temática pesquisada na Península Ibérica. Entre os séculos VIII e X, nos arredores de Córdoba, já existiam locais que serviam ao lazer e recreio colectivos, sobressaindo-se o açude de *Malik*, destinado à prática do nado e do remo, o horto de *Arrusafa*, lugar que se destinava à aclimação de espécies exóticas oriundas de diversas partes do Oriente, a *Muryat al-Zubayr*, onde existiam formosos renques de amendoeiras, além dos recantos do vale de *al’Aqiq*. A situação de relativa paz e o acúmulo de riquezas devido aos surtos de comércio no mediterrâneo oriental, afora os benefícios da revolução cultural presenciada em território islamizado, principalmente no período que vai do século X ao XIV, foram factores que influenciaram a construção de logradouros públicos. É pertinente dizer que a Península Ibérica participou activamente do desenvolvimento verificado na arte dos jardins, o que resultou em realizações que denotavam elevada capacidade intelectual de seus promotores. Dentre as intervenções concebidas, citamos o Jardim Botânico de Toledo, os Jardins Reais de Sevilha e os hortos de várias cidades portuguesas, como, Coimbra, Évora, Santarém, Silves, Sintra, envolvidas por expressivos aros verdes.

CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 144-146, 148-164, 169. Dissertação de Doutorado em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

Cf. COELHO, António Borges. Portugal na Espanha Árabe. Lisboa: Caminho, 1989. v.1. p. 86. *Apud*: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Op. cit.* 1995. v.1. p. 167.

<sup>581</sup>-SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 46.



inspiradas no *De re aedificatoria* de Alberti (1450).<sup>582</sup> A adopção de novos pressupostos estéticos e teóricos acabou gerando empreendimentos pioneiros, que resultaram na criação de Passeios Públicos na cidade do México (1592) e de Lima (1609), no Peru.<sup>583</sup>

Esses e outros Passeios apresentavam traços semelhantes, a começar pela escolha dos lugares onde eram implantados. Situavam-se nos arrabaldes, nas proximidades de zonas ribeirinhas ou de charcos. Geralmente, tais logradouros eram organizados com base numa trama de caminhos definida por meio de axialidades, reforçadas através de alamedas que buscavam a valorização de conjuntos escultóricos, normalmente associados ao sistema hidráulico. De acordo com o espírito da época, esses espaços serviam a vários propósitos, em particular os culturais e os sociais. O acto de passear era visto como uma possibilidade de entendimento dos fenómenos naturais, através da razão e dos sentidos. Considerava-se que os jardins públicos agregavam em torno de si funções e qualidades julgadas essenciais, como o estímulo ao desenvolvimento das noções de civilidade e modernidade, eminentemente prezadas no contexto europeu.<sup>584</sup>

Transcender o patamar das ideias nunca foi tarefa simples, pelo contrário, principalmente se observarmos que a grande maioria das cidades europeias apresentava seus núcleos já inteiramente consolidados, dificultando a alteração da forma urbana nos antigos tecidos. Contudo, as manifestações de poder monárquico, aliadas a circunstâncias económicas e políticas favoráveis, resultaram em realizações urbanísticas de grande impacto. Algumas delas aconteceram enquanto respostas de certos governos a catástrofes, sobressaindo-se nesses casos a reconstrução da Baixa em Lisboa, que buscou reparar os estragos resultantes do terremoto de 1755. Tal intervenção tornou-se paradigmática. O desenho efectuado ficou marcado pela regularidade do traçado, que representava uma nova ordem arquitectónica, eminentemente baseada na geometria, na harmonia de combinações e proporções regulares, na relação entre o todo e as partes. O Passeio Público de Lisboa (1764) também fazia parte do conjunto construído na Baixa. O apuro técnico-científico, aliado à capacidade de planeamento, e à visão administrativa de certos dirigentes constituíram a base dos projectos executados, que serviram de referência para a transformação do espaço em muitas cidades e vilas, conforme observado nos domínios portugueses. Porém, antes do Passeio

<sup>582</sup>-SOLANO, Francisco de. *Ciudades hispanoamericanas y pueblos de indios*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990. /s.p./i. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 214.

<sup>583</sup>-SEGAWA, Hugo. *Op. cit.* p. 62-66, 214.

<sup>584</sup>-A difusão dessas noções derivou na fundação de um grande número de Passeios Públicos ao redor dos principais centros urbanos. Assim, podemos citar a fundação da *Unter den Linden* em Berlim (1647), do *Jungfernstieg* em Hamburgo, do *Beaux'Walk*, do *Gardiner's Mall* em Dublin; da *Nieuwe Plantage* em Amsterdã (1682), dos *Paseos del Prado*, *Manzanarès*, *Florida*, *de las Delicias* em Madri (1745), do *Jardin Royal* em Bordeaux (1746), do Passeio Público em Lisboa (1764), do *Pepinière Royal* em Nancy (1772), da *Augarten* em Viena (1775), do *English Garden* em Munique (1791). *Idem. Ibidem.* p. 44-45.

de Lisboa, aconteceram pelo menos duas outras intervenções marcantes, a Alameda da Cordoaria, na cidade do Porto, implantada no século XVII, e a Alameda do Senhor do Bom Fim, em Setúbal, criada na primeira metade do século XVIII, além da proposta para a regularização da frente ribeirinha do Tejo (1742), encomendada no reinado de D. João V (1706-1750).<sup>585</sup> Vimos o surgimento de tais logradouros como uma síntese de regras teóricas e experiência, processo que já vinha ocorrendo desde o final do século XV.<sup>586</sup>

Em termos práticos, a execução de obras planeadas, como os Passeios Públicos e as praças também abrangia as envolvências que os delimitavam. As intervenções realizadas acabavam interferindo na composição das fachadas dos edifícios ao redor, na definição de suas alturas e volumes, e na retificação do traçado viário. Também era nítida a vontade de regular a conduta dos utentes desses lugares. Enfim, existia uma visão de mundo, eminentemente urbana, baseada na supremacia da razão sobre a natureza. Conferiu-se à arquitectura a função organizadora do espaço, no sentido amplo, pressupondo-se ainda seu papel de reformadora social. A concepção de ordem envolvia tanto a micro quanto a macroescala, ou seja, a cidade.

Considera-se a fundação do Passeio de Lisboa (1764) como um acto de desprendimento vinculado à imagem de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), primeiro-ministro do Reino na época de D. José (1750-1777), mais conhecido como Marquês de Pombal (1770). Tal feito inspirou muitos governantes, sobretudo no ultramar. Não se sabe até que ponto existia uma nítida consciência do significado simbólico atribuído à mencionada obra ou se o empreendimento foi assumido apenas como mais um modismo, para satisfação daqueles que tentavam seguir os passos do Marquês. Talvez um misto das duas hipóteses ajude a explicar a difusão da tipologia analisada em Portugal. Aproveitamos para ressaltar que o citado Jardim, cujo projecto foi atribuído a Reinaldo Manuel dos Santos (1700-1790), abrangia área de aproximadamente 88 metros de largura por 300 de comprimento, equivalente a 2,64 ha. Situava-se num vale, entre os morros de São Roque e Santana, mais especificamente na Horta Seca e em parte da propriedade dos Palácios Castelo-Melhor, da família de D. Luís de Vasconcelos,<sup>587</sup> governante que conduziu a implantação do Passeio Público do Rio de Janeiro, inaugurado em 1785.

<sup>585</sup>-Cf. SILVA, Francisco Ribeiro. O Porto e seu termo (1580-1640); os homens, as instituições e o poder. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988. v.1. p. 90. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. "De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa". In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'Água, 1999. [p. 3].

Cf. SETÚBAL. Posturas municipais. In: PIMENTEL, Alberto. Memória sobre a história e administração do Município de Setúbal. Setúbal: Câmara Municipal, 1992. p. 94. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. cit.* [p. 3].

Cf. FRANÇA, José Augusto. *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. Lisboa: ICALP, 1980. p. 34.

<sup>586</sup>-Veja-se: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 83-86.

<sup>587</sup>-FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1977. p. 131.

O Passeio lisboeta, com mirantes e muros fenestrados que permitiam ver a cidade e garantiam abrigo aos passeantes, também sobressaía pela forma da vegetação, disposta segundo pressupostos estéticos definidos a partir de axialidades e simetrias, que faziam lembrar os *boulevards*, expressando o desejo civilizador em voga na Europa.<sup>588</sup> No geral, esses eram recursos adoptados no ordenamento dos hortos de recreio, particularmente, entre os séculos XVII e XVIII.<sup>589</sup> A vegetação, mesmo se mostrando ordenada de modo bem geométrico e rígido, ajudava a transformar o lugar num ambiente agradável, propício à estadia, ao contrário do que se comentava. Talvez o hábito de os viajantes estrangeiros estabelecerem comparações com outros Passeios da Europa, notadamente mais prestigiados, tenha influenciado nas descrições feitas, em que se minimizavam as qualidades ambientais e os pontos positivos do protótipo em causa. Tal Jardim contribuiu para propagar valores intelectuais e morais.

Por uma imposição dos tempos modernos, esse lugar cedeu espaço à abertura da avenida Liberdade, na década de 1880. Sua existência foi profícua, servindo de inspiração a diversas intervenções urbanísticas ocorridas em Portugal.<sup>590</sup> Devemos salientar que, durante o século XIX, com a difusão das teorias higienistas, os jardins públicos tornaram-se mais valorizados e visitados.

No Brasil, consideramos que o Passeio Público de Lisboa também tenha inspirado a construção de vários empreendimentos, destacando-se o Passeio do Rio de Janeiro (1785), inaugurado no vice-reinado de D. Luís de Vasconcelos (1779-1790), por ocasião das festividades do casamento do Príncipe D. João com a Princesa Carlota Joaquina. Tal iniciativa serviu de parâmetro para a realização de outras intervenções na cidade, como os Passeios executados no

<sup>588</sup> -Considerava-se o citado Passeio nos seguintes termos: "(...) grande, bonito e asseado, mas no velho gosto francês. Tem assentos cómodos por toda parte e, no muro que o cerca, mirantes com bancos de pedra, uns em frente dos outros, e largos postes guarnecidos com lindas grades de ferro, através dos quais se podem ver, muito à vontade, as ruas que circundam o jardim".

RUDERS, Carl Israel. Viagem em Portugal, 1798-1802. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. /s.p./ Apud: SANTOS, Piedade Braga et al. Lisboa setecentista vista por estrangeiros. Lisboa: Livros Horizonte, 1987. p. 73.

Segundo registo contido em periódico da década de 1830, o Passeio de Lisboa "(...) constava unicamente de um bosque de 772 pés [aproximadamente 235m] de comprimento, cercado de grossos muros revestidos pela parte interior com buxo e louro, tendo de cada lado 30 janelas com grades de ferro e assentos. A porta de entrada era de madeira, assim como toda a frente, obra provisória, mas que durou muitos anos, porque o pensamento de acabar o Passeio esteve completamente abandonado até dezembro de 1834".

PASSEIO (O) Publico. Universo pittoresco, Lisboa, v.1, p. 337-339, 1839/1840. Apud: SEGAWA, Hugo. Ao amor do público; jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 84.

<sup>589</sup> -ARAÚJO, Ilídio Alves de. "Quintas de recreio". BRACARA AUGUSTA. Braga: Câmara Municipal, n. 63 (75), v. 27, p. 324, 1973. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. Da essência do jardim português. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 213-215, 218-221, 264-265. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>590</sup> -Dentre os jardins construídos, citam-se o Passeio dos Assentos (1780-1783), actual Jardim das Barrocas, em Barcelos, a Alameda das Fontainhas (1790) e o Jardim de São Lázaro (c.1780), no Porto.

Cf. ARAÚJO, Ilídio Alves de. Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.I. 244-245.

Cf. URBE. Ternos passeios- um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental, Câmara Municipal de Lisboa, 1997. p. 44.

Campo de Santana, em duas outras ocasiões, com o intuito de enaltecer a presença da Família Real na América, em específico, na nova sede do Reino Unido.<sup>591</sup>

A primeira versão de recinto público disposta no Campo de Santana teve o propósito de comemorar as bodas da Princesa Maria Teresa, facto ocorrido em 1810. A outra versão, instaurada em 1818 e demolida em 1821, por motivos políticos, tornou possível os festejos da aclamação de D. João VI como Rei de Portugal. Não menos significativa foi a implantação do Passeio de Salvador (181?). Continha obelisco para homenagear o desembarque da Família Real na cidade (1808), momento solenizado na administração de D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos. Convém salientar que esse dirigente já havia sido Governador da Capitania do Grão-Pará (1803-1806) e último Vice-Rei do Brasil, sendo estimado, juntamente com seu sucessor, José Narciso de Magalhães e Menezes (17??-1810), como um dos mentores do plano de expansão da cidade de Belém, ou seja, trazia consigo a experiência de ter concebido anteriormente projectos urbanísticos.<sup>592</sup>

No elenco dos empreendimentos realizados, entre a segunda metade dos setecentos e ao longo dos oitocentos, percebe-se uma preocupação cada vez maior com o ordenamento do espaço urbano e a construção de símbolos representativos da civilidade, como os Passeios, criados especialmente nas sedes das capitanias e depois, das províncias. No contexto em pauta, podemos situar outras intervenções, sobressaindo-se a fundação de um vasto número de novas vilas, dentre elas a Vila Real da Praia Grande (1819), actual cidade de Niterói, cujo plano, assinado por Armand Jullien Pallière (1816), incluía desenho de outro Passeio, dedicado à memória de D. João VI, em lugar conhecido como Campo de Dona Helena.<sup>593</sup> A comprovação dessas iniciativas ajuda a reflectir sobre o processo de disseminação dos jardins públicos, facto também ocorrido na cidade de Recife, com o antigo Campo das Princesas, durante a década de 1870. Dentre as justificativas que embasaram a construção de um logradouro em tal lugar, sobressaía o argumento da utilidade “higiénica, moral e social”, intrinsecamente relacionado com as noções de regularidade e urbanidade do Período.<sup>594</sup>

<sup>591</sup>-A execução de ambas as obras, no Campo de Santana, teve participação de Paulo Fernandes Viana (1757-1821), Desembargador do Paço, que actuou como Intendente Geral da Polícia, no período de permanência da Corte no Rio de Janeiro (1808-1821). Foi um dos principais responsáveis pela modernização e pelo ordenamento do espaço urbano da nova Capital. SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 154.

<sup>592</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 109-126, 151-174.

<sup>593</sup>-BSGL. 3-G-3 Cartografia. *Projecto de hum Passeio Público em memória do dia 13 de Maio de 1816 a S.M.F. o Senhor Rey D. João VI pela Camara de V.R. da Praia Grande, por Julião Pallière, 1819*. Veja-se, no volume II, a figura nº 190. Cf. SANTOS, Francisco Marques dos. “O ambiente artístico fluminense à chegada da missão francesa em 1816”. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: /s.e./, nº 5, p. 238, 1941. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 14].

<sup>594</sup>-MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 234-235.

Para termos ideia da interactividade dos acontecimentos que sucederam em África e nas ilhas Atlânticas, citamos, por exemplo, a construção de uma praça arborizada em Luanda, no governo do Vice-Almirante Luiz da Motta Feo e Torres (1816-?). Esse lugar, com vista panorâmica da baía, serviu ao propósito de homenagear a D. João VI.<sup>595</sup> Na época, não passou despercebida a iniciativa do Governador de Cabo Verde, António Pusich, responsável pela implantação de outro Passeio, no largo da capital, em Vila da Praia, mais tarde transferido para a Fonte Ana, na parte alta do povoado.<sup>596</sup> Possivelmente, à semelhança de Angola e Cabo Verde, Moçambique também teve seu Jardim Público, no período em que foi administrada por Baltazar Manuel Pereira do Lago (1765-1779).<sup>597</sup> É importante ainda destacar a transformação do Terreiro da Sé, no Funchal, capital da Ilha da Madeira, num vistoso logradouro, no início do século XIX.<sup>598</sup>

### Viabilizando a Causa Pública

Consideramos o Passeio Público do Rio de Janeiro uma referência paradigmática, de carácter erudito. Para compreender a inserção dessa obra no tecido urbano, é necessário atentar para o conteúdo do pequeno texto contido na cartela do Chafariz das Marrecas (1785-1896), que registou a noção de ordem aplicada ao lugar, concebida pelo Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos (1740-1807) e executada pelo Mestre Valentim da Fonseca e Silva (c.1745-1813). Na citada inscrição, gravada em latim, ficou ressaltado que

*“Durante o reinado de Maria I e Pedro III / Secou-se um lago outrora pestífero / E converteu-se em forma de passeio / Repeliram-se as águas do mar por ingente muralha / Aduziram-se fontes em jorrantes bronzes / Derribados os muros, transformou-se o horto em rua / Construíram-se casas em admirável simetria. / Ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos de Sousa, sob cujos auspícios foi tudo isso realizado. / O povo do Rio de Janeiro, em sinal de grato ânimo / No dia 13 de Julho de 1785”.*<sup>599</sup>

Era clara a intenção de planejar o referido trecho da cidade. Organizou-se o lugar a partir de um eixo longitudinal que começava no sopé do morro de Santo António indo em direcção ao mar, constituindo perspectiva bastante atractiva. Num extremo desse eixo, fora do recinto público, situava-se o Chafariz das Marrecas, na rua das Belas Noites ou Boas Noites. No outro extremo, dentro do Passeio, construiu-se o imponente conjunto escultórico da Fonte dos Amores, outro

<sup>595</sup>-PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'Água, 1999. [p. 14].

<sup>596</sup>-*Idem. Ibidem.* [p. 11].

<sup>597</sup>-Cf. ILHA de Moçambique em perigo de desaparecimento; uma perspectiva histórica, um olhar para o futuro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. /s.p./ *Apud: Idem. Ibidem.* [p. 6].

<sup>598</sup>-PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. cit.* [p. 11].

<sup>599</sup>-Inscrição em latim, traduzida por Padberg-Drenkpol.

CORREIA, Armando Magalhães. “Fontes e chafarizes”. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v.170, p. 59, 1939. *Apud: CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. Mestre Valentim*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify Edições, 1999. p. 41. Cf. SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 90.

foco da composição cenográfica do local. Tal artifício permanecia agregado ao famoso terraço com vista panorâmica para a baía de Guanabara. A axialidade e a simetria foram adoptadas como recursos projectuais para o aproveitamento máximo dos atributos naturais do espaço envolvente, além de dotar a intervenção urbana de harmonia e regularidade, o que foi possível com o desmonte de um contraforte do morro do Desterro, denominado das Mangueiras. Os escombros da demolição serviram para aterrar imensa área alagadiça ocupada pela lagoa do Boqueirão da Ajuda, ambiente considerado insalubre e pestilento, retratado em quadro de Leandro Joaquim (c.1738-c.1798).<sup>600</sup> Ao final da obra, o sítio escolhido para a construção do Passeio Público mostrava-se bastante adequado em termos de potencial lúdico e ventilação natural.

O projecto desse logradouro, efectuado por Mestre Valentim, reflectia a cultura de seu tempo, de forte raiz lusíada. É necessário considerar que o brasileiro Valentim da Fonseca e Silva residiu, aproximadamente, 22 anos em Portugal, o que o levou a ter contacto directo com os fundamentos da tradição portuguesa e o pensamento de correntes artísticas em voga na Europa.<sup>601</sup> As influências recebidas manifestaram-se claramente na sua obra. A implantação do conjunto e a execução de certos detalhes fazem lembrar os jardins das quintas de recreio. A semelhança formal entre o mencionado jardim e os congéneres do Reino é evidente, o que deve ser compreendido como resultado da difusão de princípios compositivos que, certamente, norteavam a disposição dos hortos de recreio no âmbito das residências palacianas. Com o intuito de melhor perceber tal obra, é prudente contextualizá-la.

Os Passeios eram idealizados segundo uma lógica de abstracção do quotidiano e de segregação social. Normalmente, esses lugares eram cercados por grades ou muros e organizados a partir de traçados ortogonais, dinâmicos e multidireccionais, no intuito de favorecer a sociabilidade de seus utentes. Como nos hortos de recreio das propriedades privadas, também eram locais que reflectiam concepções modernizantes, de acordo com os códigos artísticos importados. Enquanto no século XVIII predominavam intervenções paisagísticas orientadas por axialidades, nos oitocentos era visível a utilização de outros referenciais, destacando-se o gosto pela gramática romântica, de cariz orgânico, de linhas ondulantes, aspecto reforçado pela modelação do terreno e pela disposição do coberto vegetal, composto em grande parte de espécies exóticas.

Nos Passeios, tudo era construído, desenhado e modelado, para que os jardins fossem vistos como extensos contínuos e variados. Se, por um lado, tais lugares eram de fácil percepção, por outro, mostravam-se complexos, pelo contraste de suas ambiências e pelo simbolismo

---

<sup>600</sup>-CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. *Mestre Valentim*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify Edições, 1999. p. 18-19.

<sup>601</sup>-Valentim da Fonseca e Silva, filho de uma crioula com um fidalgo português, contratador de diamantes, [Francisco Ferreira da Silva], é levado ainda menino, com idade aproximada de 3 anos, para Portugal, onde aprendeu ofício de toreuta (escultor e entalhador de madeira, metal e pedra). No ano de c.1770, retorna ao Brasil, permanecendo como prestador de serviços na capital do Vice-Reino.

*Idem. Ibidem.* p. 107-109.

atribuído a seus elementos. Independentemente do tipo de concepção adoptada, ficava patente a importância da vegetação na estrutura de cada lugar. A forma de conservação do coberto vegetal reforçava, por assim dizer, o carácter construído e espontâneo do espaço. Tornava-se evidente o confronto entre a ordem artificial e a ordem natural, gerador de situações ambíguas e duais. Percebiam-se os recintos assim formalizados como locais abertos e fechados, claros e escuros, externos e internos, diversos e uniformes. O contraste e a variedade das situações identificadas contribuíam para tornar “caleidoscópicos” e múltiplos esses logradouros, que se apresentavam cheios de surpresas e de qualidades etéreas e físicas.<sup>602</sup>

Sobressaía, juntamente com a vegetação, a presença de sistemas hidráulicos ornamentais. Encontravam-se dispostos com o propósito de enriquecer a espacialidade e valorizar a cenografia dos conjuntos construídos. Nessas circunstâncias, relativas ao desenho da tipologia estudada, o uso da água ganhava tratamento plástico e simbólico, o que variava de acordo com os modismos e as condições culturais e económicas de cada período. No geral, os artificios hidráulicos ficavam em locais destacados, nas proximidades de bancos, caramanchões e latadas. Nos complexos estruturados, viam-se chafarizes, fontes, taças, tanques como objectos de interesse estético, tanto pelo facto de proporcionarem frescor, luminosidade, movimento e sonoridade aos logradouros quanto pelo requinte de suas formas, valorizadas pelo emprego de elementos inertes (azulejos, embrechados e esculturas). O aproveitamento da água, traduzida em expressão artística e poética, contribuía para a integração e o ordenamento nos jardins, criando situações dinâmicas e reduzindo o impacto de traçados geométricos.<sup>603</sup>

Nos recintos projectados, a estatuária igualmente reflectia o espírito dos movimentos artísticos vigentes. Os Passeios constituíam lugares propícios a manifestações de linguagens estilísticas, destacando-se o apego ao figurativismo de carácter simbólico e, sobretudo, de cunho clássico. O repertório temático adoptado era amplo, sobressaindo-se peças que retratavam cenas arcadianas, divindades mitológicas, ninfeus, representações da natureza, segundo conceitos eruditos. Essa diversidade levava ao emprego de colunas, fogaréus, pináculos, vasos, volutas, urnas e outros tipos de ornatos.

Tais elementos propiciavam a composição de balaustradas, chafarizes, edificações, muros, nichos, portadas, cujas silhuetas eram ressaltadas contra o fundo verde do coberto vegetal. Assim como a água, os elementos escultóricos conduziam o olhar e influenciavam a demarcação de ritmos e percursos, integrando as partes num todo construído, reforçando a hierarquia na trama organizada.

<sup>602</sup>-Cf. LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins*. France: Olivier Orban, 1990. p. 18-19.

<sup>603</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 312-314, 319-322, 353, 382-383. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

Diante das considerações supracitadas, percebe-se com maior clareza a proposta do Mestre Valentim para a construção do Passeio carioca.<sup>604</sup> De acordo com as informações levantadas, o projecto abrangia área aproximada de 2 ha, cuja dimensão era equivalente, em termos brasileiros, a um terreno ocupado por convento ou mosteiro ou por pequena chácara nas cercanias. A forma do recinto público era trapezoidal, delineada a partir de axialidades que, por sua vez, orientavam-se segundo princípios baseados na perspectiva e na simetria.

A exemplo do congénere lisboeta, tal logradouro achava-se vedado por muro, destacando-se, na rua do Passeio, a entrada sumptuosa, à semelhança dos acessos existentes em ricas quintas de Portugal, como também se notava em algumas chácaras brasileiras. A imagem do conjunto criado pode ser apreciada na litografia aguarelada de K. Loeillot de Mars, elaborada a partir de desenho de Karl von Thiermin (1835).<sup>605</sup> Nesse caso, a existência do fechamento demonstrava claramente a intenção de estabelecer descontinuidade em relação à malha urbana, assegurando um certo grau de autonomia e recato ao referido jardim. Se, por um lado, o muro era signo de compartimentação, hierarquia, isolamento e segregação, por outro, sua presença trazia possibilidades de maior integração visual, no sentido de facilitar a interacção entre o exterior e o interior e vice-versa, com a inserção de janelas gradeadas em sua alvenaria. Certamente, havia lógica na distribuição dessas aberturas, que deveriam coincidir com os eixos criados no traçado disposto em planta, como ficava evidente na entrada do logradouro. Tais fenestração contribuíram para a organização do Passeio, determinando a localização de bancos, canteiros e latadas junto aos muros, que lhes serviam de suportes e ofereciam aos passeantes acomodações necessárias à contemplação do jardim e da paisagem.

Tinha-se acesso ao jardim por uma grande portada de granito, concebida a partir de duas pilastras jónicas encimadas por vasos, ladeadas por nichos, que funcionavam possivelmente como guaritas, além de outros elementos escultóricos, dentre eles: pinhas, urnas e volutas. No conjunto, destacava-se o portão, cuja trama, constituindo quase um arabesco, ostentava medalhão de bronze

---

<sup>604</sup>-É oportuno comentar a difusão da estatuária de carácter não religioso nos logradouros brasileiros, tendência inaugurada no Rio de Janeiro com as obras executadas por Mestre Valentim, precursor da arte escultórica em metal fundido. O trabalho desse Mestre-escultor reflectia concepções estéticas diversas, que iam do barroco-rococó ao gosto classicizante da Escola de Lisboa. CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. *Mestre Valentim*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify Edições, 1999. p. 25, 38-39. Porém a grande disseminação de peças oriundas da fundição artística só viria a ocorrer a partir do início do século XIX, com a abertura dos portos (1808) e a consequente entrada, em número cada vez maior, de modelos de ferro fundido, especialmente fabricados na França. Logo que chegaram em terras americanas, divulgaram-se esses produtos como símbolos de modernidade, prestígio, progresso e requinte. Eles tornaram-se bastante atractivos, diante da possibilidade de serem equiparados a peças originais, e podendo ser adquiridas a preços acessíveis. Cf. JUNQUEIRA, Eulalia. *Arte francesa do ferro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2005. p. 22-37.

<sup>605</sup>-Cf. THEREMIN, Karl von. "O Passeio Público. Entrada". In: SAUDADES do Rio de Janeiro. Berlim: L.Sachs & Co., 1835. Prancha 1. O original se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. *Mestre Valentim*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify Edições, 1999. p. 23. Vejam-se, no volume II, as figuras nº 182-184.



com efígies reais. Ao ingressar no recinto, o passeante deparava-se com um espaço particularizado pela cenografia, com caminhos definidos por renques de árvores, traçados em diagonal e perpendicular ao eixo principal. No complexo edificado, a Fonte dos Amores era enquadrada por dois marcos piramidais de granito, de aspecto emblemático. Sobressaíam, em seus respectivos medalhões de mármore, os seguintes dizeres: “Ao amor do Público” e “A Saudade do Rio”. Serviam não só para perpetuar a memória do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos, governante “ilustrado”, mas também para assinalar o valor atribuído à causa pública.

Nos Passeios, os caminhos eram simetricamente distribuídos, valorizados em alguns pontos pela inserção de caramanchões, pergolados ou treliças, criando situações que reflectiam claramente o uso ornamental do elenco florístico, organizado para ressaltar ritmos e transparências e controlar atributos estéticos como o aroma e a luminosidade. No geral, os traçados mostravam-se bastante atractivos, despertando a atenção dos transeuntes, convidando-os a entrarem no recinto, considerado vistoso, principalmente devido ao dinamismo observado na disposição de seus elementos. Na estruturação dos Passeios implantados no Rio de Janeiro, os caminhos, assim como os artificios hidráulicos, as balaustradas, os bancos, os elementos arquitectónicos e escultóricos, os miradouros, a vegetação, dentre outros, configuravam um todo harmónico, concebido mediante intervenções de carácter globalizante e racionalista. Na apreciação de certos viajantes, como no caso do comerciante inglês John Luccock, residente no Brasil entre 1808 e 1818, a obra de Mestre Valentim foi considerada como espaço calmo, integrado e uno. Porém as descrições feitas não estavam isentas de preconceitos nem de valores subjectivos.<sup>606</sup>

Com base nas narrativas estabelecidas, podemos abordar outras questões concernentes à tipologia em estudo, destacando-se a noção de natureza representada de modo artificial, ordenado

---

<sup>606</sup>—“O Passeio Público, embora pequeno, perfeitamente plano, construído em estilo muito afetado e negligentemente mantido, reclama para si o primeiro lugar entre os sítios de divertimento do Rio. A entrada para esse retiro favorito é pela Rua das Marrecas, através de um belo portão... Pela frente desse portão, a alameda principal se estende até um terraço, no lado oposto do jardim, elevado de cerca de dez pés [3 metros] acima do nível natural do terreno. Em frente dele há uma gruta artificial, coberta de vegetação, em meio da qual se vêem engalfinhados dois jacarés de bronze de cerca de oito pés [2,43 m] de comprimento. Despejam água da boca e parecem a pique de mergulhar dentro de um tanque de pedra, em que aquela se precipita. Dali, a água é levada para dentro de duas outras vascas, ao nível do chão, uma de cada lado da alameda, por trás das quais existem compridos bancos de pedra, ensombrados por bellissimas árvores e plantas sustentadas por treliças de madeira, onde, sob o abrigo da flor do maracujá os tismados brasileiros gozam o luxo de uma atmosfera fresca. Bem junto dali erguem-se duas esguias pirâmides de granito, de boas proporções e bem lavradas, com inscrições adequadas. Em cada extremidade da esplanada há um amplo lance de degraus; perto do topo do que fica à esquerda, acha-se a pequena estátua de um cupido risonho e alado que com os pés se apóia numa tartaruga terrestre, através de cujo corpo a água se despeja numa casca de granito, em baixo, provida de uma concha que convida os sedentos a beberem. Sobre uma pequena taboleta, frouxamente enroscada ao redor do braço direito, acha-se pintada a seguinte divisa alusiva: ‘Ainda brincando sou útil’. A singeleza da sentença, o garbo da figura, e o frescor proveniente da bebida que fornece, agradam a toda gente e freqüentemente inspiram um sorriso. O terraço tem cerca de 100 jardas [91,40 m] e largura proporcionada, calçado num xadrez grosseiro de granito de várias cores e provido de assentos. Para cada lado do mar possui um parapeito, sobre o qual se acham vasos com plantas e flores; para o lado do jardim uma balaustrada de pedra bem talhada. Em cada extremidade há um pequeno quiosque, muito ornamentado de pinturas e douração”.

LULLCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil; tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, [1951]. p. 59-60.

e funcional, com o fim de proporcionar aos passeantes uma “promenade” aprazível, num ambiente controlado, que fizesse lembrar a Eterna Primavera, segundo a ideia de “locus amoenus”. No entanto, na ótica de alguns visitantes estrangeiros, tal aspecto parecia por demais inconveniente, causando estranhamentos, conforme descrito pelo navegante inglês John Barrow (1764-1848), ao visitar o Passeio do Rio de Janeiro (1792). Na sua crónica, ficou assinalado o predomínio de plantas europeias, cujo aspecto era pouco saudável, quando comparado ao viço do coberto vegetal das chácaras e de outros lugares, igualmente localizados nas cercanias. Não passou despercebida a Fonte dos Amores, onde, além do grupo de jacarés, sobressaíam outras peças de metal fundido, como as três garças pousadas num coqueiro, equiparado por Barrow a um “pé de papaia”. De acordo com o julgamento estabelecido, era o “mais desprezível objecto” do recinto, uma “miserável imitação” de cobre, “de tamanho natural [cerca de 4,40 m] e pintado de verde, enquanto a planta verdadeira, ao seu lado em toda sua exuberância tropical, desdenhava sua desajeitada e desfigurada imitação”.<sup>607</sup> Era um romântico a falar.

Consoante o olhar dos visitantes, sobressaía o terraço, de onde era possível entrever um dos mais belos panoramas do Rio de Janeiro, a baía de Guanabara. O lugar dominava os outros, o que nos leva a reflectir sobre a valoração de determinadas vistas no desenho dos Passeios, assim como acontecia nos hortos de recreio das chácaras. O facto de se tratar de um mirante, além de predispor os passeantes a um estado de contemplação, ajudava a promover a consciência em relação ao recinto observado. Havia o propósito de facilitar a visualização do traçado do jardim, notado de forma bem nítida, devido à clareza da composição e ao modelado do terreno, que contribuíam para a unificação do espaço.<sup>608</sup> Para o Padre Manuel Aires de Casal (1817), a plataforma que avançava sobre o mar, no caso, correspondia a uma magnífica “varanda”, termo utilizado para ressaltar as qualidades estéticas ali observadas.<sup>609</sup> Nas extremidades do terraço, construíram-se duas pequenas edificações, à semelhança das arquitecturas de prazer, existentes nas quintas portuguesas e nas chácaras brasileiras.

A varanda era ladeada de muretas e bancos adossados, revestidos de azulejos e encimados por vasos. Na face voltada ao jardim, notavam-se balaustradas e escadarias de acesso ao lugar. Com relação às edificações, apresentavam-se de modo bem simples, de formato quadrangular e cobertura de quatro de águas. Havia pequenos rasgos ou janelas nas alvenarias que possibilitavam

<sup>607</sup>-BARROW, John. *A voyage to Conchichina in the years 1792 and 1793*. London: T.Cadell & W.Davies, 1806. p. 81. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 88.

<sup>608</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. p. 211, 264-265, 342-343, 356. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>609</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 30. (Impressão Régia feita em 1817).

o contacto com a paisagem, conforme está representado em aguarela de Richard Bates (1809).<sup>610</sup> Internamente, tais edificações dispunham-se em planta octogonal, com os espaços ricamente ornamentados.

Na decoração dos pequenos pavilhões, de carácter simbólico e gosto ecléctico era evidente a intenção de divulgar o conceito de natureza domesticada, em conformidade com pressupostos do Iluminismo. Em cada uma das edificações, nos vértices dos beirais, encontravam-se figuras de ananazes, que traziam consigo o significado de fruta da realeza e, na coroação das coberturas, as imagens de Apolo e Mercúrio, respectivamente, o Deus das artes, da beleza e da luz, e o Deus do comércio e da velocidade. A obra dedicada a Apolo fazia uma alusão à sabedoria e à nobreza. Tinha o forro do tecto revestido com ornatos de escamas de peixe, penas de pássaros e ramalhetes de flores secas, trabalho atribuído a Francisco Xavier Cardoso, também conhecido pela alcunha de “Xavier dos Pássaros”. Nas paredes, observavam-se quadros reproduzindo vistas panorâmicas do Rio de Janeiro. Quanto à edificação consagrada a Mercúrio, era análoga a sua congénere. O tecto, criação de Francisco dos Santos Xavier, o “Xavier das Conchas”, era ornamentado com conchas e penas, e as paredes exibiam pinturas que retratavam a arte da mineração e as indústrias existentes no país. Em ambos os interiores, as representações pictóricas pertenciam, possivelmente, a Leandro Joaquim.<sup>611</sup> Foram elaboradas para possibilitar a evasão mental e a integração do espaço arquitectónico, como acontecia nas quintas de recreio com o uso da azulejaria e da pintura a fresco.<sup>612</sup>

No caso analisado, as alegorias fundidas na arquitectura não passavam de detalhes, se comparadas à força da paisagem marítima vista do terraço. Sem dúvida, era a grande atracção do jardim. Os aromas intensos, a plasticidade e o movimento das ondas, as brisas e a luminosidade do mar, as mudanças de cores na atmosfera, a sonoridade, dentre outros fenómenos, eram estimulantes para a alma e o corpo dos passeantes. Tornavam especial o espaço, o que compelia à realização de eventos, como os descritos pelo escritor Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882):

*“Nas noites de brilhante luar, dirigiam-se alegremente para o Passeio Público numerosas famílias, galantes ranchos de moças, e por consequência, cobiçosos ranchos de mancebos; e todos, depois de passear pelas frescas ruas e pelo ameno e elegante terraço, iam, divididos em círculos de amigos, sentar-se às mesas de pedra, e debaixo de tetos de jasmims odoríferos*

<sup>610</sup>-Cf. BATES, Richard. “Terraço do Passeio Público visto da Igreja de Nossa Senhora da Glória (1809). Reprodução do álbum de estampas Aquarelas, prancha 3, Aquarela original na Cornell University, EUA”. In: CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. *Mestre Valentim*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify Edições, 1999. p. 33.

<sup>611</sup>-CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. *Op. cit.* 1999. p. 27-29.  
MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 109. [Primeira edição: 1946].

<sup>612</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. p. 324-325, 336. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

*ouviam 'modinhas' apaixonadas, e 'lundus' travessos, cantados ao som da viola e da guitarra, rematando sempre esses divertimentos com excelentes ceias dadas ali mesmo (...)*<sup>613</sup>

Desde essa época, várias intervenções ocorreram no conjunto desse Passeio e na paisagem na qual estava inserido, sendo a principal delas o aterramento da faixa litorânea para a construção da avenida Beira-Mar, que eliminou a visão da baía. Mesmo assim, apesar de todas as descaracterizações, o antigo recinto continua sendo um marco verde na malha urbana do Rio de Janeiro.

Os Passeios tornaram-se referências emblemáticas, de urbanidade e da “boa” ordem, levadas adiante por governantes esclarecidos. Também eram lugares intrinsecamente associados à difusão de concepções estéticas importadas, que ditaram moda e serviram de inspiração para as reformas ocorridas em diversos logradouros, que raramente cumpriam o papel de promover a sociabilidade. As obras realizadas nos recintos públicos não condiziam com as expectativas das elites, que se mostravam inibidas, e receosas de participar da vida colectiva na cidade.

Desse modo, mantiveram-se costumes e hábitos ancestrais, pautados na vivência do lazer, ócio e/ou recreio, especialmente nas vivendas, contrariando o desejo da “moderna” administração, fundamentada na defesa da causa pública. Assim, podemos dizer que se conservaram os Passeios de forma artificial, literalmente “para inglês ver”, o que nos permite entender a contratação do Paisagista bretão Auguste François Marie Glaziou (1833-1906), um dos principais responsáveis pela difusão da estética romântica no Brasil, no período pós-colonial, em particular no Rio de Janeiro, com intervenções executadas em alguns dos principais logradouros da cidade, destacando-se o Campo de Santana (1873/1880), o Passeio Público (1860/1862) e a Quinta da Boa Vista (1868/?).<sup>614</sup>

Para compreendermos a aceitação desse novo pensamento, na segunda metade do século XIX, cuja gênese revela uma negação das elites em relação aos valores lusíadas, lançamos mão das memórias de Joaquim Manuel de Macedo (1861), que se posicionou inteiramente a favor da disseminação do jardim de traço inglês, também assimilado como jardim “de planície” ou “paisagista”. Em suas palavras, o promotor do referido estilo é aquele que:

*“(...) corta, levanta, cava o terreno entregue à sua perícia, planta e semeia onde convém cobrir o solo, ou onde é conveniente esconder o triste aspecto dos sítios; copia em sua obra as obras*

<sup>613</sup>-MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. p. 67. (Primeira edição de 1863).

<sup>614</sup>-Durante os oitocentos, sobressaíram outros nomes, além de Glaziou, no campo da Arquitectura Paisagista, dentre eles o inglês John Tyndale, responsável pela reforma dos jardins da chácara do Lage e dos Palacetes da família Guinle, no Rio de Janeiro, e do Botânico Binot, que se destacou no ordenamento do Parque do Palácio Imperial, em Petrópolis. No entanto, ainda podem ser mencionados o Jardineiro João Dierberger e seu filho, Reynaldo Dierberger, prestadores de serviço à elite paulistana, e Joaquim Gaspar dos Santos Pereira, difusor de preceitos relativos ao jardim inglês, na cidade de São Paulo.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: [Projeto Quapá, Laboratório da Paisagem, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo], 1999. p. 33, 40, 44.

TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, 1996. p. 49-77. (Série Dissertações e Teses).

*da criação, aproveita ou improvisa rios e lagos, montes, outeiros, grutas e bosques; mas em sua cópia tudo é palpável, tudo tem a sua vida especial, tudo brilha com as próprias tintas. / Não pensem que estou poetizando: repetida a lição de um mestre na matéria, e em breve teremos um exemplo deleitoso dessas idéias na reforma do Passeio Público. / Os três pensamentos que devem apresentar-se dominando nesta são escolha de árvores e plantas formosas e raras; o cuidado de reunir no limitado recinto do jardim diversos encantos da natureza reproduzidos embora em ponto pequeno; e enfim, a observância esmerada das leis da perspectiva na disposição das árvores, de modo que entre elas os olhos do observador vão espraiar-se ao longo e gozar ainda muito além dos limites do Passeio os panoramas admiráveis de sítios pitorescos que aformoseiam a cidade do Rio de Janeiro.*<sup>615</sup>

Frente ao testemunho de época, é possível perceber a nítida preferência pela ordem provinda da estética romântica que, segundo seus defensores, proporcionava as “mais agradáveis e completas ilusões” do mundo natural, em contraposição às noções, ainda vigentes, da regularidade, baseadas na geometria, associadas à tradição portuguesa. De acordo com Joaquim de Macedo, a visão do antigo coincidia com as imagens do compasso e do cordel, instrumentos que reflectiam o “sistema de alamedas em linha reta e de maciços regulares e uniformes”,<sup>616</sup> conforme identificado no projecto original do Passeio Público do Rio de Janeiro. Após sua reforma, o lugar que se mantinha como símbolo de civilidade continuava sendo representante da modernidade, cujo desenho passou a ser fundamentado no gosto “paisagista”, aspecto ressaltado no olhar de Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1862).<sup>617</sup>

Levando-se em conta as constantes transformações ocorridas no mencionado Passeio, somos instigados a verificar o que aconteceu em outros recintos públicos, mais especificamente nos jardins do Campo de Santana. Esse espaço, no século XIX, ainda fazia parte do antigo rossio, sendo um dos limites do núcleo colonial. Constituíam um vazio urbano cheio de significados, servindo de palco para as mais diversas celebrações e, também, conflitos.<sup>618</sup> Nesse sentido, tal logradouro foi apropriado como lugar multifuncional. Os viajantes que passavam por ele eram

<sup>615</sup>-Em outro trecho do relato, ficaram destacadas a arte e a ciência como pressupostos das intervenções paisagistas. “(...) O olhar do artista e a ciência da botânica são os grandes instrumentos deste trabalho. Esse olhar que nivela o terreno, destruindo-lhe as ondulações, que cria nele claros-escuros, divaga muitas vezes por muito longe dos limites fixados ao lugar da sua obra; anda procurando perspectivas louças e encantadoras; cobiça os panoramas longínquos, apodera-se deles, liga-os pela arte ao jardim que deste modo parece muito maior, ilimitado mesmo”.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. p. 74. (Primeira edição de 1863).

<sup>616</sup>-*Idem. Ibidem.*

<sup>617</sup>-“O portão que é antigo [do Passeio Público], fica fronteiro à rua das Marrecas, e transpondo-o vê-se um jardim lindo e de agradável perspectiva; em vez da regularidade das ruas, no plantio das árvores, nos triângulos, nas grades de ferro, em vez da disposição geométrica, da simetria monótona que até então era seguida em todos os jardins, vêem-se ruas curvar unindo-se umas às outras, tabuleiros de grama de diversa extensão e feição com maciços de flores e arbustos, e de espaço em espaço sobre a relva árvores destacadas, ou reunidas constituindo um denso bosque. É um jardim paisagista, no qual não predominam, como outrora no antigo Passeio, o cordel do jardineiro, o compasso do cálculo e da simetria, porém a linha curva, a variedade, a imitação da natureza de um modo elegante e gracioso, não como ela é, mas como deverá ser (...)”.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidade*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969. v.1. p. 556. (Segunda edição: 1861). *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 106.

<sup>618</sup>-SEGAWA, Hugo. *Op. cit.* p. 173-174.

frequentemente surpreendidos pela dimensão do espaço aberto, que tinha cerca de 286 braças (629,20 m) de comprimento, por 155 (341 m) de largura, uma área equivalente a 21,46 ha.<sup>619</sup> Assim, qualquer construção realizada na proximidade do grande vazio praticamente desaparecia, devido às proporções do terreno, refeitas com o tempo.<sup>620</sup>

No Campo de Santana, eram evidentes as construções efémeras, como os Passeios construídos nos anos de 1810 e 1818, para comemorar, respectivamente, o casamento da Princesa Maria Teresa (1793-1874) e a aclamação de D. João VI (1767-1826), além do casamento do Príncipe D. Pedro com a Arquiduquesa da Áustria, Maria Leopoldina, em 1818. Tais obras vinham demonstrar a potencialidade do lugar, em termos lúdico e simbólico, valorizada em outras propostas, como a intencionada pelo Arquitecto Granjean de Montigny (1825/1827), que pretendia transformar o local numa praça.<sup>621</sup> A reforma do grande vazio sucedeu mais tarde, com o plano elaborado por Auguste François Marie Glaziou, na década de 1870.

O desenho de tais Passeios apresentava muitos pontos comuns, destacando-se o formato quadrangular dos recintos, a harmonia e a justaposição controlada de elementos inertes e vivos, o modelado do terreno, a simplicidade da organização dos traçados, baseados na valorização do sistema de alamedas. As obras concebidas pretendiam divulgar noções de amenidade e civilidade, no domínio público, especialmente para a exibição da Corte, inclusive em eventos noturnos. Adoptaram-se artificios para proporcionar sensação de requinte nos jardins. Alguns deles eram por demais curiosos, como o emprego de peças de madeira que figuravam como esculturas de mármore, deixando transparecer o carácter efémero e ilusório das intervenções executadas. Também era visível o estado pouco desenvolvido da vegetação, revelando a rapidez da montagem desses cenários.

Nas descrições realizadas percebe-se a vontade de ajustar o conceito de jardim quadripartido à realidade do Campo de Santana. Tal imagem, assimilada como símbolo de europeização, inspirou o desenho da estrutura centralizada do segundo Passeio, onde se destacavam os acessos em diagonal. O emprego desse tipo de traçado tinha o objectivo de tornar os conjuntos dispostos mais dinâmicos e variados, favorecendo a interacção visual. A importância

---

<sup>619</sup>-SANTOS, Luís Gonçalves dos, Cónego. Memória para servir à história do reino do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v.1. p. 49. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 157.

<sup>620</sup>-Nesse contexto, foi marcante a implantação de quartéis no lado norte do logradouro, onde hoje é o Palácio Duque de Caxias. As arquitecturas militares (armazéns, hospitais, paióis, quartéis), além de contribuírem para a polarização do crescimento da cidade, também influenciaram o desenho do tecido urbano, dotando-o de maior regularidade. No campo de Santana, as referidas edificações chegavam a contrastar com o restante do espaço.

LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil; tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, [1951]. p. 27.

Cf. TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 156.

<sup>621</sup>-SEGAWA, Hugo. *Op. cit.* p. 164, 169-171.

do olhar reflectia-se até mesmo no modo de vedar os recintos, através do emprego do gradeado de madeira, cuja altura variava entre 0,88 e 1,32 m, permitindo aos passeantes manter amplo contacto com o espaço envolvente.<sup>622</sup>

Havia uma estreita ligação entre o Passeio e a “praça de curro”, edificação de madeira em forma de anfiteatro, destinada à realização da tradicional cavalhada e corrida de touros, em épocas de festejos. Para termos ideia da grandiosidade das intervenções executadas, sabe-se que o anfiteatro, erguido em 1810, tinha cerca de 104 metros de comprimento por 77 de largura e aproximadamente 9 de altura. Também a dimensão dos Passeios era bastante expressiva. Para as solenidades da aclamação (1818), implantou-se recinto que media cerca de 100 braças em quadra, ou seja, 4,84 ha, o que correspondia a 0,23% da área total do referido campo. O cenário construído, observado na estampa de Franz Fröhbeck (1818),<sup>623</sup> foi descrito nas narrativas do Cónego Luís Gonçalves dos Santos (1767-1844), publicadas em Lisboa (1825). A crónica caracteriza-se pela riqueza de detalhes:

“[O Campo de Santana] (...) *Tem já muitas arvoritas de amoreiras, mas para esta função [de cenário dos festejos da aclamação] se plantaram interinamente cousa de quatrocentas palmeiras, a fim de formar uma vista do bosque. Nos quatro ângulos se construíram outros tantos castelos, nestes tremulavam as armas reais (...). No centro do passeio se formou uma praça circular com dezesseis estátuas de deuses, e semideuses sobre bases, que as sustentavam, fingindo serem de mármore, assim como as ditas estátuas, e cada uma tinha o seu letreiro na mesma base; no meio desta praça se levanta uma cascata artificial dentro de um belo tanque, revestido exteriormente de conchas, e por um repuxo [que] lançava a água a grande altura, a qual tornava a cair sobre a cascata, se recolhia dentro do tanque; desta praça saíam ruas em todas as direcções, as quais se viam adornadas de sessenta e quatro bustos de heróis, heroínas gregas, e romanas, e com cento e duas agulhetas; e tanto aqueles como estas elevadas sobre pedestais, todos iluminados; e da mesma sorte eram iluminados com grande profusão de luzes o engradamento, que bordava os lados das ruas, todas as quatro faces exteriores do Passeio, e os castelos dos seus ângulos; além desta iluminação se viam de espaço em espaço por entre as palmeiras grandes lampiões de vidro suspensos de uns altos candieiros de madeira, e no meio das ruas havia outros candieiros menores, e cada um dos quais sustentava sete pequenos lampiões. Nos lados da cascata mencionada estavam duas pirâmides de cinquenta palmos [cerca de 11 metros] de altura pouco mais, ou menos, e cada uma delas iluminada com quatrocentas luzes em vidros corados. No vão inferior dos castelos se formavam quartos muitos decentes, onde se deu gratuitamente, e com profusão ao povo refrescos, que qualquer apetecia, e nos mesmos castelos se colocou em cada um deles um coro de música militar, que tocava de espaço em espaço muito agradáveis sinfonias”.*<sup>624</sup>

Segundo as palavras do Cónego Luís Santos, sobressaía o emprego de elementos inertes, facto que influenciou directamente a imagem do lugar, de aspecto mais artificial e edificado do que o Passeio projectado por Mestre Valentim. Como em outros logradouros públicos, este

<sup>622</sup>-Cf. SANTOS, Luís Gonçalves dos, Cónego. *Memória para servir à história do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v.2. p. 1981. v.1. p. 269. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público, jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 158.

<sup>623</sup>-Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. p. 240-241. (Primeira edição de 1862).

Veja-se, no volume II, a figura nº 189.

<sup>624</sup>-SANTOS, Luís Gonçalves dos, Cónego. *Op. cit.* v.2. p. 177-178. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Op. cit.* p. 159-160.

mostrava forma interactiva e racionalizada, ficando explícita a sintonia entre o uso de linguagem arquitectónica, decorativa e escultórica, e a disposição do traçado, de forma geométrica. Na segunda intervenção realizada no Campo de Santana, sobressaía a presença de miradouros, denominados “castelos”, que forneciam sombra e contribuíam para a apreciação integrada do espaço, sensação acentuada pelo ordenamento de palmeiras em renques, com o intuito de proporcionar maior dinamismo, ritmo, transparência e verticalidade ao conjunto. Na composição do recinto também se destacava a altura da cascata e de dois marcos piramidais. Além de reflectirem filiação ao desenho de cunho erudito e simbólico, esses artificios contribuíam para minimizar a sensação de vazio advinda da escala ao redor.

Mesmo que esse jardim não tenha se tornado uma referência duradoura na cidade do Rio de Janeiro, devido ao surgimento de contendas políticas que repercutiram em seu abandono e consequente demolição em 1821, sua existência certamente inspirou novas propostas arquitectónicas. Estas surgiram motivadas principalmente pela condição de centralidade do lugar. Segundo as memórias do oficial Carl von Koseritz (1830-1890), publicadas na Alemanha (1885), é possível verificar as mudanças ocorridas no logradouro. No entanto, foram mantidos traços do desenho anterior, resultando o todo “num dos mais belos parques do mundo”.<sup>625</sup>

No conjunto constituído, ficou patente o uso de elementos naturais, em benefício da organicidade, unidade e variedade formal. O Campo de Santana transformou-se em lugar acolhedor, calmo, intimista e lúdico, em contraposição ao tipo de desenho mais aberto que caracterizava o local antes da reforma. Interessa verificar que, no quadro ideológico da época, certos elementos, como água e vegetação, foram apropriados para reforçar o discurso em favor da salubridade, contribuindo para a divulgação dos Passeios como “passatempos” higiênicos, conforme observado por D. Pedro II (1825-1891) ao tratar, em específico, da Quinta da Boa Vista, aberta ao público após intervenção também coordenada por Glaziou (1868-c.1881).<sup>626</sup> De modo

<sup>625</sup> -“(…) *A orgulhosa cidade imperial deu-se este luxo: queria ter um grande parque e o teve. (...) o parque cobre todo o espaço, com exceção das largas alamedas que o cruzam nas quatro direções. Pode-se assim fazer uma idéia do tamanho deste jardim, que é cercado em toda a sua extensão por um muro de granito encimado por grades de ferro. Numerosos e largos caminhos, cobertos de areia fina, cruzam o parque; lindas árvores e moitas de arbustos das mais raras e belas qualidades se espalham pelos seus gramados; pequenos lagos e canais correm em todas as direções atravessados por pontos que fingem, em pedra, troncos de árvores; lindas ilhas de pedra cobertas de vegetação exótica levantam-se no meio da água; tritões de bronze atiram para o ar repuxos cristalinos; cisnes cortam as águas; aqui e ali pedestais de pedra coroados com estátuas e grupos de figuras se mostram nas margens dos lagos e canais: -em uma palavra, tudo é belo e magnífico, mas o soberbo é este grande conjunto de pedra, de cujo cimo brota uma maravilhosa cachoeira que cai sobre um tanque de pedra, no qual nadam peixes dourados que vivem na maior camaradagem com jovens marrecos. Por uma estreita passagem chega-se à entrada de uma grande caverna, que toma todo o interior do rochedo, rebrilhante de lindos cristais, enquanto descem do teto enormes estalactites. É belo o interior desta caverna sobre a qual se lança a cachoeira e o conjunto causa uma grandiosa impressão (...)*”.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Martins/Edusp, 1972. p. 124-125. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 170-171.

<sup>626</sup> -CALMON, Pedro. “A Quinta da Boa Vista”. *O Cruzeiro*. /s.l./: /s.e./, p. 122-123, Dez. 1961. *Apud*: TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, 1996. p. 65. (Série Dissertações e Teses).



geral, as narrativas de época ressaltam aspectos concernentes à planura dos terrenos e à simetria dos projectos, valorizando ainda a importância do asseio e da amenidade do verde, proporcionada pela ocorrência de atributos estéticos, que tornavam o espaço um extenso contínuo.<sup>627</sup>

Além da questão higiénica, é de se considerar uma outra vertente do estudo sobre os Passeios. Trata-se da estreita ligação entre a origem de alguns desses espaços e a criação dos Jardins Botânicos no Brasil. Podemos adiantar que havia uma certa ambiguidade no funcionamento e na maneira como se organizaram vários espaços públicos, ficando explícita a dualidade entre a prática do lazer ou do recreio colectivo e as actividades do viveiro de mudas.

Entre o final dos setecentos e as primeiras décadas dos oitocentos, construíram-se Passeios Públicos em locais seleccionados para Jardins Botânicos. Levando-se em conta os progressivos ajustes entre as economias colonial e metropolitana, com base no incremento da agricultura e na ênfase na produção e na exportação de especiarias, foi providencial a promulgação do Aviso Régio de 19 de novembro de 1798.<sup>628</sup> Recomendava-se aos Capitães-Generais da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, dentre outros lugares, a implantação de Jardins Botânicos, à semelhança do Horto de Belém do Pará, criado em resposta à Carta Régia de 4 de novembro de 1796.<sup>629</sup> Porém, entre a vontade da administração e a realidade dos factos, tal política nunca chegou a ser

<sup>627</sup> - Quanto ao entendimento da palavra salubridade, adoptamos o pensamento de Michel Foucault: “(...) [Salubridade] não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permite a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio (...)”. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 93.

No contexto português, Magnus Roberto de Mello Pereira considera a construção do Passeio de Penedo, em Luanda, obra de referência quanto ao valor conferido à salubridade. Apesar da escassez de informações sobre o lugar, sabe-se que essa obra foi executada no ano de 1771, no governo do Capitão-General D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Segundo registo de época, elaborado por Elias da Silva Corrêa, nascido no Brasil e residente em Angola, entre os anos de 1782 e 1789, tal logradouro localizava-se entre a fortaleza de São Francisco e a igreja de Nossa Senhora de Nazaré, em sítio caracterizado pela presença de árvores frondosas e vista aprazível. O lugar permaneceu como signo de urbanidade enquanto Sousa Coutinho foi governador. Certamente, o Passeio de Luanda não passava de um projecto de autopromoção. Em 1779, foi transferido para local conhecido como Ponta Isabel, sendo efectivamente implantado somente em 1816. Viabilizou-se tal empreendimento na administração do Vice-Almirante Luís da Motta Feo e Torres, depois de ter ocupado o Governo da Paraíba e um cargo no Supremo Conselho Militar do Rio de Janeiro. Destacamos que esse administrador havia adquirido experiência em duas cidades onde já se notavam requintes da vida civilizada e moderna. O Passeio de Ponta Isabel resultou da perspicácia de Motta Feo, que identificou numa extremidade da baía de Luanda potencial biofísico e lúdico para a execução de um logradouro público. Vale ressaltar que o sítio já era apreciado e utilizado por enfermos do lugar. Embora o registo do logradouro seja por demais vago, serve para ampliar o leque da pesquisa a respeito da tipologia examinada. Na ótica do citado governante, sobressaía a intenção de tirar proveito do contexto percebido, sob o pretexto de melhorar a “sorte” de todos.

CORREIA, Elias A. da Silva. História de Angola. Lisboa: /s.e./, 1937. p. 31. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 6, 13].

TORRES, J.C. Feo Cardozo de Castelobranco e. Memórias; contendo a biographia do Vice Almirante Luis da Motta Feo e Torres, a história dos Governadores Geraes de Angola, desde 1575 até 1825 e a descrição geographica e política de Angola e de Benguella. Pariz: Fantin livreiro, 1825. p. 90. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. cit.* [p. 13-14].

<sup>628</sup> - AHU. ACL-CU-Códice nº 574: 1798, Novembro, 19, Lisboa. “AVISO RÉGIO. Para estabelecer hum Jardim Botânico”.

<sup>629</sup> - AHU. PARÁ-ACL-CU-013, Cx. 114, D. 8821: 1799, Fevereiro, 2, Pará. “OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a notícia da chegada dos navios de guerra que partiram do porto de Belém do Pará e informando ter recebido a relação impressa das plantas do Horto Botânico daquela cidade”. Anexo: catálogo das plantas do Horto Botânico. Observação: documento impresso.

completamente efectivada. Os mencionados estabelecimentos não tiveram grande futuro, chegando alguns deles, como o de Minas Gerais (Ouro Preto) e o de Pernambuco (Olinda), a serem abandonados, invadidos ou mesmo arrendados e vendidos, na segunda metade do século XIX.<sup>630</sup> O que determinou a permanência de tais jardins na Bahia (Salvador) e em São Paulo (São Paulo), certamente foi o conjunto de atributos formais que os caracterizava.

Mediante o exposto, verificamos as condições fundacionais do Passeio de Salvador, cuja localização era privilegiada. A decisão da escolha do terreno não foi aleatória, pelo contrário. Coube ao médico e naturalista Ignácio Ferreira da Câmara Bittencourt, nomeado pelo Governador da Bahia, D. Fernando José e Castro (1752-1817), Marquês de Aguiar, o direito de decidir sobre o lugar onde seria construído o futuro Jardim Botânico, que nunca chegou a ser concretizado.<sup>631</sup> Na qualidade de suposto director, responsável por tal iniciativa, Ignácio Bittencourt mostrava-se interessado por lugares amplos, arejados, com abundância de água e solos férteis. Eram parcelas que, situadas na periferia de Salvador, iriam servir tanto à aclimatação de espécies utilitárias, quanto ao lazer ou ao recreio, conforme constatado. Entre as possibilidades verificadas, destacava-se a Quinta do Tanque, propriedade confiscada dos jesuítas, com a expulsão da Ordem (1759). Porém havia o inconveniente da distância em relação ao núcleo urbano, cerca de uma légua. O processo de selecção do melhor terreno foi lento, arrastando-se ainda durante o Governo de D. Francisco Cunha Meneses (1802-1805), quando se fez a opção de compra da “roça” do Coronel Caetano Maurício Machado, localizada na vizinhança do Forte de São Pedro.<sup>632</sup>

Se, por um lado, a iniciativa de Ignácio Bittencourt não trouxe o resultado esperado, que seria a implantação do Jardim Botânico, por outro, seu esforço não foi em vão. O terreno escolhido acabou sendo reaproveitado para a construção de um Passeio, graças à sagacidade de D.

<sup>630</sup>–“Vende-se a propriedade denominada Jardim Botânico da cidade de Olinda (...)”. Diário de Pernambuco. Recife, 27 Fevereiro 1858. /s.p./ Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 230.

“Ao ministério da fazenda pedindo autorização para ser arrendado ou cedido o Jardim Botânico [de Ouro Preto] afim de ser estabelecida a dita escola [Escola Normal de Agricultura]”. *Relatório que ao (...) Senador Manoel Teixeira de Souza apresentou no dia do corrente o (...) Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides por ocasião de passar-lhe a administração desta província* [de Minas Gerais]. Ouro Preto: Typ. do Minas Gerais, 1870. p. 21. Apud: MINAS GERAIS, [FUNDAÇÃO JOÃO PINNHEIRO]. *Jardim Botânico do Passa-Dez/ Ouro Preto. Projeto Ouro Preto/ Mariana*. [197?]. (Material não publicado).

<sup>631</sup>–AMU. D. 16661, 16662, 16665. 1796, Julho, 16, Bahia. “OFFÍCIO do Governador D. Fernando José de Portugal para Luiz Pinto de Sousa, no qual participa a remessa de várias plantas para o Jardim Botânico de Lisboa, colligidas por João Ferreira da Câmara”. Apud: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo II. p. 396.

<sup>632</sup>–Salientamos que as “roças” na Bahia significavam o mesmo que chácaras. “Além de [o Jardim] estar perto da cidade e em uma boa e aprazível situação, tem toda a suficiência para o estabelecimento que se pretende por ora fazer, ficando, todavia, a esperança de se poder alargar para o futuro com a roça contígua, denominada Canelas [bairro de Salvador], cuja compra também presentemente se dificulta, por ali morar a proprietária doente e já avançada em anos. É do meu dever, Senhor, por na presença de V. Exa. a necessidade que há se comprar a dita roça para se dar o princípio ao jardim”.

AMARAL, Braz do. [Notas]. In: SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1940. v.6. p. 260. Apud: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 121.

Marcos de Noronha e Brito (1771-1828), Conde dos Arcos, que governou a Bahia no período de 1810 a 1818. Soube ele compreender o alcance das intervenções pombalinas, no tocante ao investimento feito em obras de alcance público.<sup>633</sup> Com relação à obra do Passeio, na capital baiana, esse governante mandou erigir obelisco de mármore, à semelhança dos marcos inseridos em logradouros do Rio de Janeiro. No caso específico, tal monumento, inaugurado em 1815, serviu para celebrar a chegada da Família Real ao Brasil (1808), além de ampliar o significado simbólico do espaço recém-implantado que, segundo o sueco Gustavo Beyer, já era “belo, extenso e bem traçado”, em 1813.<sup>634</sup>

Como em outros jardins públicos, o recinto de Salvador mostrava-se mais do que um simples cenário para pompas reais. Denotava um sentimento para com a própria natureza, valorizada a partir de seus atributos estéticos, revelando a importância concedida à actividade contemplativa ou à vivência lúdica do lugar. Observava-se o conjunto do Passeio como um “locus amoenus”, estruturado com base em um sistema ordenador racionalista, cujo desenho era atenuado pelo soberbo panorama da baía e pelas qualidades da vegetação, disposta especialmente ao longo de alamedas. Tratava-se de um ambiente aberto, amplo, extrovertido e de fácil percepção, mas, ao mesmo tempo, rico de detalhes, pontuado por elementos inertes e vivos. O todo construído apresentava um quadro de complexidade e variedade, segundo a apreciação de Johann Spix e Carl Martius (1817/1820).

*“Quão profusamente recompensa a beleza da vegetação tropical o cuidadoso trabalho do jardineiro,- é o que atesta ao viajante o Passeio Público, sito num dos mais altos pontos, na extremidade sudeste da cidade, perto do Forte de São Pedro. As alamedas de laranjeiras, limoeiros, jambeiros, mangueiras e árvores da fruta-pão, as densas e aparadas cercas de pitangueiras, e os renques de variadas plantas de ornamentação do sul da Europa, das Índias Orientais e do Brasil, tornam à tarde o mencionado Passeio, graças à viração fresca, um lugar aprazível. Do pavilhão construído com bom gosto, o olhar vagueia aqui sobre grupos de ilhas verdejantes da bela baía, ou pousa saudoso no infinito azul do oceano, que cintila a sol poente com irizações deslumbrantes. Entre todos os jardins que vimos no Brasil, este é o que mostra mais os característicos da floricultura européia. Nele encontrei a quina peruana, cultivada com o nome de quássia (*Quassia amara*, L.), que, entretanto, não se desenvolve bem. Uma inscrição do obelisco, erigido no ponto mais alto deste jardim, cita a data de 1808, em que d. João VI aportou à Bahia. Foi ele o primeiro monarca europeu que pisou o solo do Novo Mundo; esse dia marcou a nova era de grandes progressos”.*<sup>635</sup>

Essa descrição permite constatar a presença de alguns aspectos característicos, como: o carácter “naturalista” do coberto vegetal, a existência de um pavilhão que servia como local

<sup>633</sup>-SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. Memórias históricas e políticas da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1940. v.3, 1931. p. 62. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 122.

<sup>634</sup>-BEYER, Gustavo. “Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas notícias sobre a cidade da Bahia e a ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil e que ha pouco foi ocupada”. Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo. São Paulo: /s.e./, v.12, p. 275-276, 1908. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Op. cit.* p. 122.

<sup>635</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 287. (Edição alemã: 1823).

de estadia, à semelhança das arquitecturas de prazer implantadas nas chácaras, além da predominância da cor verde em todo o recinto e da importância dos atributos de algumas espécies, como pitangueiras, laranjeiras e limoeiros em sebes ou renques que mantinham o controlo da luminosidade excessiva no local, propiciando ainda suaves aromas. A arquitectura vegetal também se revelava como uma resposta ao condicionalismo climático, ficando clara a intenção do emprego de árvores com copas abertas, densas e redondas, com a finalidade de oferecer abrigo sereno e tranquilo aos passeantes.

Na disposição de tal conjunto, sobressaía a presença de um amplo terraço em sintonia com o desenho do Passeio, concebido a partir de axialidades, traço marcante nos jardins construídos nas primeiras décadas dos oitocentos. De acordo com o Padre Manuel Aires de Casal (1817), o terraço apresentava-se como uma “varanda”, proporcionando grande abertura visual sobre a baía de Todos os Santos,<sup>636</sup> o que é observado em litografia do período contida no álbum de Charles Ribeyrolles, editado em 1859.<sup>637</sup> Nessa gravura, além do obelisco de mármore, que constituía o foco do Passeio, estão representados bancos e pedestais adossados à convexidade do citado miradouro, onde permanecia exposta estatuária de temática clássica, reforçando, como os demais elementos, a integração entre as partes. Da mesma maneira que outros Passeios, o logradouro de Salvador não cumpria bem seu principal papel, o de promover a sociabilidade. Apesar da realização de eventos domingueiros organizados especialmente na segunda metade do século XIX, o local permanecia praticamente sem uso.<sup>638</sup>

Ao tratarmos da existência dos jardins públicos, destacamos a sabedoria de certos gestores que buscavam aproveitar terrenos livres, nas cercanias das cidades, para a implantação de Passeios, como aconteceu no Rio de Janeiro, em Salvador e em diversos outros lugares, dentre eles, São Paulo. Nesse caso em particular, o jardim, na vizinhança do Campo da Luz, teve origem semelhante ao espaço congénere baiano, a partir da promulgação do Aviso Régio, de 19 de novembro de 1798, que determinou a construção de estabelecimentos botânicos em algumas das principais capitanias do Brasil. O Campo da Luz, como outros vazios urbanos, agregava em torno de si diversas actividades, sobressaindo-se como lugar multifuncional, onde aconteciam feiras e mercados.<sup>639</sup>

<sup>636</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II, p. 122. (Impressão Régia feita em 1817).

<sup>637</sup>-RIBEYROLLES, Charles; FROND, Victor. *Brazil pittoresco historia, descripções, viagens, instituições, colonisação*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859. *Apud*: LAGO, Pedro Corrêa do. *Iconografia brasileira: Coleção Itaú, Sala Alfredo Egdio de Souza Aranha*. São Paulo: Itaú Cultural/ Contra Capa Livraria, 2001. p. 226. Veja-se, no volume II, a figura nº 188.

<sup>638</sup>-Na actualidade, tal lugar acha-se bastante modificado, seja pelo decréscimo de sua área original, seja pela falta de conservação ou ainda pela ocorrência de descaracterizações que se sucederam ao longo do tempo, circunstâncias que denotam a desvalorização do património paisagístico.

<sup>639</sup>-Em resposta à ordem expedida, o Governador e Capitão-General, António Manoel de Melo Castro e Mendonça, já oferecia, em 1799, solução à demanda apresentada, no tocante à fundação do Jardim Botânico, que deveria ter lugar no mesmo terreno destinado à instalação da Casa do Trem e do Hospital Militar, na envoltura do Campo da Luz.

Tal lugar ficava a uma distância aproximada de uma milha do núcleo de São Paulo, cerca de 1.609 m. O terreno de dimensões avantajadas chegou a possuir área aproximada de 10,5 ha e possivelmente uma testada de 273 braças.<sup>640</sup> Em 1827, o jardim encontrava-se vedado com muros de 14 palmos de altura (3,08 m).<sup>641</sup>

Para termos noção do estado precário de funcionamento do mencionado Passeio, é pertinente considerar o comentário do Presidente da Província, José Carlos Pereira de Almeida Torres (1830). Retratou esse espaço como uma propriedade rural que servia de pastagem para bois e cavalos, demonstrando um certo desdém pelo logradouro público, talvez uma reação nacionalista em oposição à administração colonial.<sup>642</sup>

Na avaliação do Jardim da Luz, durante o século XIX, sobressaía a imagem de um lugar perfumado e solitário, apesar da ocorrência de inúmeros eventos, que visavam à instrução e à mudança de comportamentos da sociedade local. Nesse sentido, percebiam-se os Passeios como instrumentos culturais, utilizados para a difusão e a exaltação de modismos importados, particularmente da França e da Inglaterra, tidos como referências de urbanidade, facto associado à negação da tradição lusíada como fonte de conhecimento.

No contexto tratado, não podemos deixar de considerar feito urbanístico na capital do Grão-Pará, que teve origem no Governo de D. Marcos de Noronha e Brito (1803-1806), estendendo-se à administração de seu sucessor, José Narciso de Magalhães e Menezes. A obra em si dizia respeito a um plano de expansão da cidade de Belém, que previa a abertura de vias rectilíneas, implantadas nas cercanias do primitivo núcleo, mais especificamente, nas terras do Convento de São José e adjacências. Em determinado trecho de tal intervenção, construiu-se o Jardim das Caneleiras, obra motivada pela facilidade da obtenção de mudas e sementes do viveiro de Gabrielle, situado na Guiana Francesa, que se encontrava sob o domínio português desde 1809, em represália à invasão do Reino pelo exército napoleónico.<sup>643</sup> Era evidente o impacto causado pelo empreendimento como um todo. Os visitantes estrangeiros tomavam-no como uma iniciativa ousada, em termos de utilidade pública, chegando ao ponto de equipará-lo a uma grande alameda, como foi descrito nas narrativas de Johann Spix e Carl Martius (1817/1820).

---

AHU. SÃO PAULO-ACL-CU-023, Cx. 015, D. 735: 1800, Junho, 16, São Paulo. “*OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, António Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretario de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a instalação do novo mercado público para atender ao comércio da agricultura*”.

<sup>640</sup>-KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução*. São Paulo: Pini, 1993. p. 68.

SANT’ANNA, Nuto. São Paulo histórico. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1939. p. 129. *Apud*: KLIASS, Rosa Grena. *Op. cit.* p. 65.

<sup>641</sup>-Cf. MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo antigo (1554-1910)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973. p. 127-128, 167-168.

<sup>642</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 131.

<sup>643</sup>-Cf. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio corográfico sobre a província do Pará por ... Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839. p. 256-257. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 117.

*“Na parte da cidade, voltada a leste para o continente, acha-se o Passeio Público, instituído pela providência do falecido D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, que iniciou a sua benéfica atividade no Brasil, assumindo o governo do Pará. Adquiriu um trecho de terreno devoluto, que drenado por meio de covas, guarnecido com avenidas de belas árvores, é o único logradouro da cidade. As mungubeiras (*Bombax munguba*, Mart.) e as sumaumeiras (*Ceiba*, L.), as árvores-do-pão (*Artocarpus incisa*, Forst.), as mangueiras (*Mangifera indica*, L.), os mombins (*Spondias myrobalanus*, L.) cresceram em dois decênios, dando troncos frondosos, e enfeitam com o seu viço e sombra a região aprazível, onde existem algumas chácaras [rocinhas]. Com essa eficaz plantação, a cidade do Pará muito lucrou em salubridade, e aqui não flagelam as doenças endêmicas, que se observam nos trópicos”*.<sup>644</sup>

No entanto, o que parecia ser um Passeio era a estrada das Mungubeiras, que se estendia por uma milha de distância, cerca de 1.609 m,<sup>645</sup> tendo em vista a ampliação da malha urbana em zona alagadiça, na periferia. Essa obra destacava-se pela concepção integrada de planejamento, que buscava aliar o agradável ao útil, segundo preceitos da então moderna administração. Aproveitou-se a oportunidade para a viabilização de espaço ordenado que, além de expressar nitidamente o valor conferido ao formalismo da composição vegetal, representava a vontade de o homem se impor perante a natureza, vista, na maioria das vezes, como fonte de doenças e outros males.

Tal empreendimento surgia como algo contrastante e inusitado, principalmente, se considerarmos a floresta amazônica como pano de fundo para a obra realizada. Podemos imaginar o misto de satisfação e surpresa dos estrangeiros, ao se depararem com um empreendimento desse vulto em plena região de mata densa e fechada. Observava-se o conjunto implantado como um requinte da vida civilizada no interior do Brasil ou ainda como lugar propício à vivência lúdica e poética, onde a natureza artificiosa, humanizada, idealizada, agradável aos sentidos, era valorizada como objecto de contemplação.

Sabe-se que, durante o século XIX, a estrada das Mungubeiras manteve-se como vector de crescimento urbano. No entanto, os jardins que a ladeavam tiveram curta duração, sendo gradativamente apagados da memória. Não foram reaproveitados em benefício da colectividade, o que nos leva a reflectir sobre os desajustes da administração pública no período colonial. Grande parte dos governantes não mostrava vontade política para dar continuidade às obras de seus antecessores, tal como acontece até hoje.

<sup>644</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 15-16. (Edição alemã: 1823).

<sup>645</sup>-BATES, Henry Walter, (1825-1892). O naturalista no Rio Amazonas. Tradução e notas por Cândido de Mello-Leitão. São Paulo: Editora Nacional, 1944. /s.v./ p. 39-40. (Do original: *The Naturalist on the Amazon River*). Apud: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 118.

## Elenco Vegetal

Nas narrativas dos viajantes e cronistas do século XIX, percebemos claramente a importância crescente da vegetação no desenho dos logradouros públicos, em particular dos Passeios, que se destacavam pela diversidade das espécies aclimatadas. Vários desses lugares foram também utilizados para a realização de experimentos, como foi o caso do Passeio do Rio de Janeiro, onde funcionou um pequeno jardim botânico, nas décadas de 1830 e 1840, possivelmente para subsidiar actividades desenvolvidas por Frei Leandro do Sacramento, responsável ali por cursos de agricultura e botânica (c.1814-c.1829).<sup>646</sup> No mesmo período, sabe-se que Frei Leandro ainda cuidava da manutenção do Horto Real da Lagoa Rodrigo de Freitas, fundado por D. João, em 1808, o que certamente facilitou a transposição de mudas e sementes de um lugar para outro.

Para melhor compreendermos o processo de dispersão das novas plantas pelos jardins, é necessário considerar o incremento do comércio ocorrido durante o século XIX, resultando na importação de um vasto número de espécies exóticas, procedentes de diversos lugares, sobretudo, da Ásia, Europa e Oceania. Dentre os exemplares difundidos, destacavam-se os de carácter ornamental, que ajudavam na composição dos espaços abertos. No elenco das variedades disponíveis, sobressaíam as árvores frutíferas, que encantavam pela beleza de seus atributos.

A grande aceitação e divulgação de tais plantas contribuía para atrair e sensibilizar os visitantes dos jardins públicos. Na maioria das vezes, tais ambientes eram pontuados por aromas, cores, sombras e pelo porte elegante de várias espécies, como laranjeiras, limoeiros, pitangueiras, romanzeiras, para além de coqueiros e palmeiras.

Assim, podemos referir-nos à propagação de suaves fragrâncias, oriundas de jasmineiros, conforme testemunhado por Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), ao descrever certos locais do Passeio Público do Rio de Janeiro, apreciados pela agradável estadia.<sup>647</sup> O mesmo podemos dizer em relação ao tratamento da cercadura do recinto existente no Campo de Santana (1818), com o cultivo de espécies odoríferas. Os exemplos são oportunos, uma vez que evidenciam um quadro de amenidades nesses Passeios, onde também não passava despercebido o tipo de luminosidade ao longo dos caminhos. No geral, a claridade em tais lugares, especialmente naqueles sedimentados no tempo, era ténue e radiosa, concebida para evitar fortes contrastes de luz e sombra, justificando o emprego de alamedas ou renques ou ainda de latadas. Em regiões de elevadas temperaturas, preferia-se o plantio de árvores com copas abertas e densas, como as

<sup>646</sup>-MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 113-115. (Primeira edição: 1946).

<sup>647</sup>-MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. p. 74. (Primeira edição de 1862).

jaqueiras, os jambeiros e as mangueiras. Os complexos constituídos tinham aspecto de verdadeiros pomares, muito apreciados na cultura brasileira. Porém, os espaços de uso colectivo não chegavam a cativar inteiramente os nativos a ponto de modificarem seus costumes ou hábitos ancestrais, mesmo com a imposição de novos modelos culturais.

Era notória a difusão de plantas que podiam ser moldadas em formas arquitectónicas. A vegetação dos Passeios, além de funcionar como amenizadora do clima, também contribuía para reforçar a continuidade e a demarcação dos traçados. Nesse quadro, notamos a preferência, em algumas das situações identificadas, pelo uso de camélias, ciprestes, laranjeiras, limoeiros, pitangueiras, romanzeiras, roseiras. A regularidade percebida em certos logradouros, principalmente os concebidos no final dos setecentos e nas primeiras décadas dos oitocentos, era atenuada por qualidade formais das espécies utilizadas.

Em certas circunstâncias, as soluções executadas encantavam pela grandiosidade, tal como sucedeu no Jardim Botânico ou antigo Horto Real, que se destacava, no século XIX, como um dos principais logradouros do Rio de Janeiro. O grande eixo estruturador do lugar, uma alameda construída no início da década de 1840, impressionava pela robustez e pelo vigor das palmeiras (*Palma mater*), dispostas ao longo de, aproximadamente, 240 metros de comprimento, facto considerado símbolo de distinção e nobreza.<sup>648</sup> A imagem do Jardim sobressaía pelo aspecto *sui generis* do local, opinião reforçada nas palavras do francês Charles de Ribeyrolles (1858):

*“Nesse jardim, pobre em espécies [Jardim Botânico], deficiente quanto à ciência, se ostenta dupla colunata como tiveram palácios e templos. É uma aldeia de palmeiras em dois renques. Regularmente espaçadas, cheias em baixo, de fuste esbelto, abrem-se em capitel numa coroa de flores. Nunca cabeças de fidalgos ostentaram tão belas plumagens. Lá estão elas de guarda, noite e dia, imóveis como mármore. Aos raios do luar, à vista desses alvos espectros, dir-se-ia uma enfiada de colunas tebanas.*

*Este primeiro aspecto de grande alameda ao mesmo tempo encanta e impressiona. Não se quer ver nem procurar mais nada. Faz-se a corte às palmeiras. E que se encontraria mais longe? Ricas essências sem competição, nacionais ou estrangeiras. Mas aqui domina o exótico, o que é lamentável dano (...).<sup>649</sup>*

Muitas das realizações paisagísticas no Brasil mantiveram-se coerentes com os princípios adoptados no Reino. Apesar do valor concedido ao exotismo, também era evidente o uso de elementos da terra, ou seja, da flora autóctone, o que pode ser identificado no aproveitamento de árvores típicas, como o cajazeiro, a [mutambeira], a mungubeira, o oiti, a pitangueira, a sumaúma. Em se tratando de coqueiros e palmeiras, eles eram particularmente vistosos na demarcação dos percursos urbanos e na disposição de certos logradouros, conferindo a esses lugares dinamismo, elegância, ritmo, transparência e verticalidade. Era notória a correspondência entre o modo de organizar a vegetação e a

<sup>648</sup>-MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 115-116.

<sup>649</sup>-RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 192.



modernidade da linguagem artística, adoptada no desenho dos jardins públicos. No que concerne ao século XIX, devemos ressaltar o gosto crescente pelas raridades botânicas, consideradas elementos de destaque na composição dos jardins. Dessa maneira, não era fortuito o cultivo das espécies ornamentais, que encantavam pelas próprias qualidades. No selecto grupo das plantas exóticas, citamos a quina peruana, observada no Passeio de Salvador ou ainda os exemplares de casuarina, eucaliptos da Austrália, oliveira e pinheiros, percebidos em meio à vegetação do Jardim da Luz em São Paulo.<sup>650</sup> Dada a diversidade das espécies aclimatadas, tais espaços acabavam sendo interpretados como referências de civilidade, no sentido de constituírem livros abertos ao conhecimento, o que se adequava bem aos propósitos da cultura divulgada pelo Iluminismo.

Assim, sempre havia vontade de inovar e de garantir o sucesso das plantações. Era explícita a importância crescente dos viveiros de mudas em jardins públicos. Os viveiros tornaram-se fundamentais no processo de aclimação, multiplicação e reposição do material botânico, em caso de danos e perdas naturais, além de possibilitarem estudos sobre as novas espécies.

Quanto à ocorrência da vegetação em outros tipos de espaços públicos, além dos Passeios, destacamos relato do Padre Fructuozo Correa (1696),<sup>651</sup> a respeito da cidade de São Luís do Maranhão. Entre as benesses da cidade, descritas pelo referido jesuíta, sobressaía a presença do verde na malha urbana, “retalhada” de arvoredo, que contribuía para atenuar as condições climáticas do lugar. Apesar de serem escassos os registos que atestam a existência do componente vegetal em adros, campos, largos, praças, ruas, podemos supor sua continuidade e permanência, em particular nos povoados inseridos nas brenhas do interior. As narrativas de Spix e Martius (1817/1820) possibilitam-nos reflectir sobre o que acontecia nos pequenos aglomerados, onde se observavam casas, choças, mocambos ou palhoças em meio a espécies frutíferas, como presenciado no lugarejo denominado Breves, assim percebido:

*“(...) é um povoado sito a sudoeste da ilha de Marajó. Mal o posso chamar de aldeia, pois que, entre as 30 ou 40 choças espalhadas por ali e construídas sem regra, em volta, sob a sombra de frondosos cacauzeiros, jameiros, abieiros e laranjeiras, somente a casa do juiz é de pau a pique e barro; as outras não são mais do que tetos feitos com folhas de palmeiras ubuçu (...).”<sup>652</sup>*

<sup>650</sup>-AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold, 1812-1884. *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953. v.2. p. 337. (Edição alemã: 1859).

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 287. (Edição alemã: 1823).

<sup>651</sup>-CORREA, Fructuozo, Padre. Relação da viagem que fez o Padre Fructuozo Correa mandado por ordem de Nosso Reverendo Padre Geral Tyrso Gonzalez a ler a Theologia ao Maranhão “ad tempus”, e de algumas cousas notaveis, que vio em Cabo Verde, e na Cidade de São Luiz Maranhão, levando para aquella Missão o Irmão Miguel da Silva, e dous pertendentes da Companhia de Jesus. /s.n.t./, 1689. *Apud*: LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; escritores de N a Z*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Civilização Brasileira; Lisboa: Livraria Portugalíia, 1949c. Tomo IX. p. 391.

<sup>652</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Op. cit.* Tomo III. p. 110.

Spix e Martius, ao retratarem outro povoado, conhecido como Mosqueiro, na região do Pará, praticamente repetiram a narrativa anterior, ficando bem visível o aspecto rural no meio urbano. As moradias encontravam-se “espalhadas, por entre capoeira baixa, roças de milho e feijão, bem como canaviais e cacauzeiros”.

*“(...) Essa fértil região é habitada por famílias de índios e mulatos, cujas palhoças se avistam por entre bananeiras, goiabeiras e laranjeiras silvetres, ostentando serena pobreza e contentamento. Aqui no Novo Mundo, os meus olhos pousaram, como dupla alegria, nesse espetáculo idílico”.*<sup>653</sup>

A maioria desses lugarejos apresentava traços semelhantes, que variavam apenas em função das singularidades biofísicas de cada lugar. Todavia, sabe-se que, ao longo dos setecentos e início dos oitocentos, diversos governantes incumbiram-se de modificar esse quadro. Em nome da civilidade e cultura, passaram a exigir maior controlo sobre a organização do espaço urbano, sobretudo nas vilas recém-implantadas. Acharmos oportuno evidenciar facto ocorrido em Santo António do Príncipe, no arquipélago de São Tomé, no ano de 1719, quando a Câmara resolveu intervir na arborização local, determinando a todos que “botassem abaixo aroxoadas” (sic) de grãos, bananeiras, mamoeiros e demais exemplares da vegetação utilizada, ficando sujeitos a pesadas multas aqueles que não obedecessem à referida disposição.<sup>654</sup>

A nosso ver, isso sucedeu com base na vigência de uma nova ordem estabelecida no contexto urbano. Tudo que não estivesse associado ao geometrismo e/ou à regularidade, no espaço público, não era bem-vindo, o que também era válido para a disposição do componente vegetal. Ao redor dos núcleos coloniais, tratavam-se as matas como algo ameaçador, daninho ou fora de controlo. O coberto nativo era frequentemente derrubado e queimado para ceder lugar às actividades agropecuárias, o que não deixava de ser observado como facto decorrente da civilidade. De acordo com o pensamento de final do século XVII e início do XVIII, havia tendência a se acreditar que as florestas eram directamente responsáveis pela insalubridade, o que ficou registado em parecer sobre os surtos epidémicos na velha Goa:

*“As árvores são um espécie de bombas que metendo o ar na terra conservam a sua umidade mas enquanto esta umidade é útil, as folhagens que apodrecendo no chão as fazem tanto mais nocivas quanto é certo que apodrecendo levam ao ar exalações impuras. Por isso é que assentam os filósofos naturalistas que os bosques são constantemente perniciosos à saúde”.*<sup>655</sup>

<sup>653</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 474. (Edição alemã: 1823).

<sup>654</sup>-SANTO ANTÓNIO DO PRÍNCIPE. Actas da Câmara de Santo António da Ilha do Príncipe. 1672-1777. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970. p. 220. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. *In*: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 27].

<sup>655</sup>-GOA. Pareceres que os médicos, cidadãos como peritos deram do estado em que se achava a cidade, e do exame e vistoria que procederam dos poços, canos, e mais lugares da mesma cidade, e seus subúrbios, em execução da carta de S<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. *In*: ALBUQUERQUE, Viriato A.C. de (ed.). O Senado de Goa; memória histórico-arqueológica. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1909. p. 347. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. *In*: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *Op. cit.* [p. 23].

Porém nem todas as espécies eram consideradas nocivas. No citado período, a ideia de insalubridade estava directamente associada ao desconhecimento. À medida que certas plantas se tornaram úteis, começavam a ser vistas de maneira amistosa, o que ia enfraquecendo o mito relativo às pestilências.

Além do interesse pelo potencial económico de certas espécies, foram prestigiados arbustos e árvores que oferecessem suaves aromas, boas sombras e tivessem portes harmoniosos, à semelhança de laranjeiras, limoeiros e toranjeiras. No universo das variedades aclimatadas, destacavam-se os coqueiros e as palmeiras, por facilitarem a circulação do vento e “fazerem sombrio”.<sup>656</sup> Em Goa ou em qualquer outra localidade do território ultramarino, era nítido o predomínio da cultura sobre a natureza, de modo a garantir o bem-estar do homem. No contexto brasileiro, a flora igualmente oferecia contribuições regionais, o que ficou patente nos apontamentos do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, elaborados na sua viagem “filosófica” pelas Capitânicas de Cuiabá, Grão Pará, Mato Grosso e Rio Negro (1783/1793). Assim, não deixaram de ser notados: o cravo, o puxiaçu, o puximirim e o umiri, devido aos seus atributos aromáticos.<sup>657</sup>

Parece-nos oportuno mencionar o surgimento, a partir da segunda metade do século XVIII, de acções administrativas voltadas para a arborização urbana, como ficou estampado em muitas representações de cidades, povoados e vilas, fundados, em particular, no interior do Brasil. Desse modo, podemos situar o plantio ordenado da vegetação até mesmo nos pequenos assentamentos, conforme verificado em Nogueira, localidade da Província do rio Solimões, no extremo norte. O referido aglomerado foi retratado pelo Padre Manuel Aires do Casal (1817) como vila “mediocre” e apazível. Havia renques de laranjeiras nas suas ruas, o que possivelmente encantava o olhar dos visitantes, conferindo ao lugar ares de requinte europeu.<sup>658</sup> O exemplo é pertinente e leva-nos a reflectir sobre a contribuição das pequenas “comunidades-modelo”, implantadas em locais ermos que, no geral, se adequavam ao traçado do desenho regulador. As experiências realizadas induziram a ocorrência daquilo que foi denominado, por Roberta Marx Delson, de “inversão no modelo tradicional de transferência cultural”.<sup>659</sup> Tal fenómeno contribuiu para a divulgação de soluções espaciais, testadas e aprimoradas, como

<sup>656</sup>-GOA. Pareceres que os médicos, cidadãos como peritos deram do estado em que se achava a cidade, e do exame e vistoria que procederam dos poços, canos, e mais lugares da mesma cidade, e seus subúrbios, em execução da carta de S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>. In: ALBUQUERQUE, Viriato A.C. de (ed.). O Senado de Goa; memória histórico-arqueológica. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1909. p. 355, 364. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 23].

<sup>657</sup>-FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem philosophica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793). /s.n.t./, 1888. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Op. cit.* [p. 23].

<sup>658</sup>-CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 328. (Impressão Régia feita em 1817).

<sup>659</sup>-DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997. p. 98-99.

certamente aconteceu com a arborização sistemática dos logradouros públicos, que nem sempre foi facilmente assimilada no cotidiano de cidades e vilas brasileiras.

O que importava de facto era promover a marca da civilidade, ainda que fosse através da conservação, quase obstinada, de jardins à moda europeia ou através do plantio de alamedas em plena região amazônica, o que era certamente visto como algo bastante inusitado. A visão de árvores e palmeiras perfiladas ao longo de ruas da cidade e dos caminhos na periferia, onde se localizavam as chácaras, tinha o propósito de deixar claro o espírito moderno de seus promotores. Devemos ressaltar a difícil tarefa dos governantes na preservação do coberto vegetal no espaço público, pela falta de apoio e consciência de grande parte da população urbana, que se colocava normalmente à margem das melhorias executadas, situação que derivava, em alguns casos, na ocorrência de depredações e hostilidades com relação à arborização de praças e ruas.

Tais problemas eram generalizados, segundo Magnus Pereira. Os governantes, ao incentivarem a arborização de logradouros públicos, enfrentaram resistências de diversos grupos de moradores das cidades, por vários motivos, seja pela falta de preparo das pessoas para lidar com a modernidade, seja pela desconfiança dos efeitos sanitários ou pela ocorrência de contendas políticas, identificadas em pelo menos duas situações. Uma delas em Fortaleza, quando Lord Cochrane passou a administrar o Ceará (1824), acontecimento que induziu a distúrbios, resultando na depredação e derrubada de árvores.<sup>660</sup> No caso, actos de vandalismo ocorreram também na Vila da Praia, em Cabo Verde (1841), em virtude de desavenças entre facções rivais, o que acabou na destruição do plantio executado na praça do lugar.<sup>661</sup>

Esse quadro ainda vai perdurar durante boa parte do século XIX, devido a uma série de motivos, dentre eles: a indiferença ao “culto” da árvore, a inexistência de cuidados com o desenvolvimento das mudas, minimamente assistidas com adubação e regas periódicas, a precária consciência do “amor ao público”, as reduzidas dimensões de becos, travessas e ruas dos antigos núcleos coloniais, o que dificultava a presença da vegetação em seus domínios. Também havia uma certa dose de hostilidade dos moradores em relação a todos os tipos de melhorias no espaço público, devido possivelmente ao valor concedido ao lugar privado, traço peculiar em diversos segmentos da sociedade.

---

<sup>660</sup>-KIDDER, Daniel Parish, 1815-1891. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. São Paulo: Livraria Martins, [1972]. p. [153].

<sup>661</sup>-CHELMICKI, J.C.C. & VARNAGEN, F.A. *Corografia cabo-verdeana*. Lisboa: Typographia de L.C. da Cunha, 1841. v.2. p. 231-232. *Apud*: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 28-29].

## Jardins Botânicos

*“Quão grande seja a utilidade de hum Jardim Botânico, (além do gosto de ver juntas as plantas de todas as partes do Mundo; do proveito, que delas recebem a Medicina, as Artes, o Commercio, etc) para a Agricultura, só ignora aquele, que não sabe quantas plantas de regiões remotas, por meio dos Jardins, são hoje commuas, e ordinarias na Europa (...).”<sup>662</sup>*

Reflectir sobre a criação, a disposição, a forma e o funcionamento dos Jardins Botânicos, sobretudo a partir do século XVI, é considerar a existência de uma nova maneira de observar a natureza, em particular, a flora de cada lugar ou região. Desde o Renascimento, tornou-se marcante o avanço da ciência, que gradativamente deixou de ser orientada pela racionalidade teológico-filosófica. Tal mudança, conforme os paradigmas então vigentes, buscava acima de tudo a compreensão da ordem do cosmo a partir de valores antropocêntricos. Ficava clara a ascensão da cultura em relação ao meio natural, denotando a vontade do homem na regulação dos fenómenos, o que repercutia inclusive na crescente formalização do espaço urbano, conforme observado anteriormente. É nesse quadro que situamos tanto a fundação de novas vilas, quanto a implantação dos Jardins Botânicos e dos Passeios Públicos, no geral, localizados nos arredores das cidades.

Aproveitamos o discernimento e a lucidez de Paolo Casini, que descreve sucessivas etapas do longo e tortuoso processo de consolidação das bases da ciência moderna, para inserir os Jardins Botânicos em nosso estudo. Assim, podemos identificá-lo como parte da revolução cultural que principia no século XV, em diversos ramos do saber, abrangendo anatomia, arquitectura/urbanismo, artes mecânicas, astronomia, escultura, filosofia, matemática, navegação, poesia, pintura. Afirma-se uma visão de natureza pautada principalmente pela ciência empírica. Com o predomínio dessa visão, evidenciou-se o potencial inventivo do homem na criação e no uso de múltiplos instrumentos que lhe pudessem permitir sustentar suas próprias convicções, o que resultava num contínuo aperfeiçoamento tecnológico. A apreensão do desconhecido deixava de ser guiada pela filosofia fundamentada na escolástica, de base moralizante, para galgar determinados caminhos, antes concebidos como pecaminosos, ligados à busca do conhecimento, relativo à compreensão dos mistérios da natureza.<sup>663</sup>

Nesse sentido, ficou patente, como argumentou o próprio Casini, o entendimento “artificial” dos factos, baseado no uso de instrumentos e métodos destinados a desvendar o imponderável ou o intangível.<sup>664</sup> É prudente observar que as mudanças ou as transformações na maneira de pensar dos intelectuais não significaram uma ruptura com a tradição. Foi notória, em

<sup>662</sup>-VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charneças*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770. p. 5-7.

<sup>663</sup>-CASINI, Paolo. *As filosofias da natureza*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 84-85.

<sup>664</sup>-*Idem*. *Ibidem*. p. 85.

diversas circunstâncias e momentos da história, entre os séculos XVI e XVIII, a convivência paradoxal entre situações de traço “conservador” e de carácter “revolucionário”.<sup>665</sup> Podemos assim apreciar os Jardins Botânicos como instrumentos de investigação de carácter experimental, a serviço dos caprichos, das curiosidades e das necessidades do homem, na busca da compreensão das maravilhas ou dos segredos da flora que, segundo John Prest, se apresentava como uma verdadeira “enciclopédia viva”.<sup>666</sup>

Tal concepção da realidade tornou-se preponderante, principalmente, após os Descobrimientos da Índia e do Novo Mundo. A partir dos quinhentos, ficou evidente, em especial na Europa, a grande difusão de exemplares e produtos pertencentes à fauna, flora e ao reino mineral, até então desconhecidos da ciência. Em Portugal, a divulgação de textos referenciais, como o *De Materia Medica* de Pedacios Dioscorides, a partir de 1561, além da tradução de obras como a de Garcia da Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, contribuíram para o desenvolvimento da História Natural, influenciando a realização de pesquisas botânicas, como as de Charles L’Ecluse e Mathias L’Obel, no século XVII.<sup>667</sup>

Tudo leva a crer que diversos tipos de jardins, no âmbito das principais cidades portuguesas e de outras nações europeias, tenham se transformado em lugares de experimentação, sem no entanto ofuscarem o desempenho dos verdadeiros Jardins Botânicos, que possuíam características peculiares. É o que tentaremos demonstrar a partir de certos estabelecimentos fundados entre os séculos XVI e XIX. Salientamos que a maioria das pesquisas desenvolvidas no Brasil, como os trabalhos de Hugo Segawa (1996) e Ricardo Ferreira Ribeiro (2005), não aprofunda a questão formal, o que acaba constituindo uma lacuna no campo do saber.

Os Jardins Botânicos reflectiram nos seus traçados noções clássicas referentes à concepção do Paraíso, notada como uma aspiração desde a antiga Pérsia. A formalização dessa ideia, na Europa Ocidental, em diversas categorias de espaços abertos, correspondia à construção de recintos, no geral, organizados a partir de traçado quadripartido, biaxial, que tinha ao centro pequenas fontes, normalmente associadas a elementos escultóricos, conforme evidenciamos. Nos conjuntos dispostos, que se mostravam bastante privativos ou reservados, além da predominância da cor verde da vegetação, ficava evidente o emprego de espécies utilitárias e/ou ornamentais, propiciando sobretudo lazer ou ócio.

<sup>665</sup>-CASINI, Paolo. *As filosofias da natureza*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1987. p. 80-81.

<sup>666</sup>-PREST, John. *The garden of Eden*. New Haven, London: Yale University Press, 1981. p. 6.

<sup>667</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. v.1. p. 226-230. (Texto policopiado).  
CARVALHO, Rómulo. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 9-10.

No sentido geral, tratou-se o jardim quadripartido como referência de civilidade, erudição e nobreza. Empregava-se tal protótipo também para representar a mundividência concebida nos séculos XVI e XVII, relativa à divisão do globo terrestre em quatro continentes, América, África, Ásia e Europa. Havia uma correspondência entre as partes dos jardins e os continentes conhecidos, aspecto que se reflectia na localização das espécies aclimatadas, normalmente orientadas segundo as direções cardeais. A descoberta da América contribuiu para a visualização do mundo de maneira integrada, ou seja, a realidade passava a ser apreendida a partir da análise, da comparação e da descrição de uma significativa variedade de exemplares e produtos naturais, que se colocavam lado a lado, impregnando o imaginário europeu.<sup>668</sup>

Em função dessa perspectiva, baseada na ampliação do universo humano, a noção de Paraíso adquiriu novas nuances, repercutindo na criação de instituições especializadas que visavam à formação de vastas colecções, como aconteceu com a fundação de uma série de Jardins Botânicos durante o século XVI, a começar pelos Jardins de Veneza (1553), Pádua (c.1545), Pisa (c.1576), Bolonha (1568), Paris (1576), Leipzig (1580), Leyden (c.1587), Montpellier (1598).<sup>669</sup> Devemos atentar para a localização de tais cidades. A maioria delas situava-se ao longo de importantes rotas comerciais existentes na Europa Central, desde o século XV, o que facilitava a divulgação e a grande dispersão de mudas e sementes de espécies exóticas. Os referidos hortos tinham a finalidade de aclimatar os exemplares colectados e promover, na medida do possível, o conhecimento sobre milhares de plantas sistematicamente classificadas, estudadas e organizadas no espaço. A ordem constituía requisito prioritário, facilitando a compreensão das particularidades do reino vegetal.<sup>670</sup>

Os Jardins Botânicos, mesmo sendo instrumentos que serviram ao avanço da ciência, não deixaram de ser notados como jardins de prazer, inclusive para demonstrar a existência de Deus, manifestado em suas inúmeras criações. Tais lugares incluíam também alegorias, e eram cercados por muros e pontuados por espécies ornamentais,<sup>671</sup> além de ficarem sujeitos a desenhos de linguagem modernizante, que variava de acordo com os pressupostos estéticos de cada período. Podemos ainda considerar os espaços analisados como locais de sociabilidade, na maioria das vezes, de carácter erudito, intelectual e restrito, reflectido na especialização da forma, alcançada com o desenvolvimento da História Natural.<sup>672</sup> Tornava-se ainda evidente a interactividade

<sup>668</sup>-PREST, John. *The garden of Eden*. New Haven, London: Yale University Press, 1981. p. 40.

<sup>669</sup>-DELUMEAU, Jean. *Uma história do paraíso*. Lisboa: Terramar, 1994. p. 164.

Cf. CARVALHO, Rómulo. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 61.

<sup>670</sup>-Cf. PREST, John. *Op. cit.* p. 1-5.

<sup>671</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 6, 10, 23-24, 47.

<sup>672</sup>-MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colónias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 24, 29, 31, 39, 84.

observada entre os Jardins Botânicos e vários outros institutos, como academias, gabinetes, laboratórios e museus, situação vigente em Portugal no século XVIII, identificada com a criação do Real Jardim de Nossa Senhora da Ajuda (1768) e do Jardim da Universidade de Coimbra (c.1773).

Todavia, antes de considerarmos a realidade lusitana, ressaltamos a íntima relação entre a forma e a função nos recintos destinados a experimentos botânicos, como no Jardim de Pádua (c.1545). O referido horto compreendia uma estrutura principal, circular, biaxial e ortogonal, onde quatro de suas unidades básicas destacavam-se, polarizando a disposição intrincada dos canteiros, cujas partes destinavam-se ao estudo e à transplantação, em particular, no caso das plantas medicinais. Segundo estampa do lugar intitulada *L'horto de i simplici di Padova* (1591), havia correspondência entre cada célula de cultivo e um determinado número, que permitia a identificação e o acompanhamento dos exemplares aclimatados.<sup>673</sup>

Observaram-se situações análogas em outros hortos europeus, como o Jardim de Leyden (c.1587) cujas espécies, além de permanecerem vinculadas a células específicas de cultivo, estavam distribuídas em canteiros rectangulares que, na composição do conjunto, faziam menção à ideia do horto quadripartido.<sup>674</sup> Apesar das diferenças formais, normalmente existentes em cada lugar, a essência da forma, nos citados estabelecimentos, era a mesma. Porém, em algumas circunstâncias especiais, a grandiosidade, a pompa, o requinte também influenciavam o traçado dos recintos botânicos, como aconteceu no *Jardin du Roi*, fundado em Paris, no ano de 1626. Nesse caso específico, o desenho do espaço construído tinha aspecto mais complexo, configurando um vasto rendilhado de canteiros, ordenados segundo o esquema tradicional, em que as unidades maiores se conjugavam entre si por meio de grandes eixos.<sup>675</sup>

Para uma melhor compreensão dos Jardins Botânicos na realidade brasileira, decidimos pesquisar alguns pontos que nos parecem essenciais. O primeiro aspecto trata da constante ampliação das colecções, em termos qualitativos e quantitativos. O aumento do número das espécies catalogadas e pesquisadas influenciou, de forma decisiva, a expansão das áreas construídas e cultivadas, como aconteceu no Jardim de Leyden, no século XVIII, facto identificado através de estampa datada de 1720.<sup>676</sup> Era nítido o nível de especialização alcançado em tais recintos. O ordenamento do *Jardin du Roi*, por exemplo, estendia-se numa área de aproximada de 7,20 ha. De acordo com o desenho contido no *Reliquae operis historici plantarum*

<sup>673</sup>-Cf. PREST, John. *The garden of Eden*. New Haven, London: Yale University Press, 1981. p. 44 (FIG. 32), 55 (FIG. 41).

<sup>674</sup>-Cf. *Idem. Ibidem*. p. 43 (FIG. 33), 55 (FIG. 42 e 43).

<sup>675</sup>-Cf. *Idem. Ibidem*. p. 49 (FIG. 35).

<sup>676</sup>-BOERHAAVE, H. *Index plantarum quae in horto academico Lugduno Batavo reperiuntur*. Leyden: /s.e./, 1720. /s.p/. *Apud: Idem. Ibidem*. p. 53 (FIG. 38).



(1641),<sup>677</sup> podemos observar intervenções ali realizadas com a finalidade de reproduzir diversos tipos de ambientes, como: os bosquetes, as pradarias, as regiões montanhosas e pantanosas.<sup>678</sup>

A localização geográfica também era factor preponderante para a implantação dos Hortos Botânicos, como aconteceu no caso da cidade do Cabo, na África do Sul, ocupada pelos holandeses, por volta de 1652. Destacava-se ali um grande Jardim situado na vizinhança de um hospital, com aproximadamente 1.000 passos de comprimento, o que equivalia a 1.650 m por 260 de largura, ou seja, 429 m, resultando numa área de cerca de 70,79 ha. Essa dimensão considerável pode ser entendida a partir do posicionamento estratégico do lugar, no cruzamento de diversas rotas da navegação global. Tal Jardim recebia mudas e sementes de várias regiões, o que certamente influenciou a extensão da obra.<sup>679</sup>

Também podemos considerar o interesse especial pelas plantas medicinais, justificando-se desse modo a estreita ligação dos Jardins Botânicos com os hospitais, as faculdades de “filosofia natural” e de medicina. Na cidade do Cabo, ficou marcante o vínculo criado com o serviço de atendimento à saúde. Em outras situações, como nos Jardins de Chelsea, Cambridge, Kew, Leyden, Oxford, Pádua e Paris, foi também patente, em maior ou menor grau, a busca dos segredos curativos da flora.<sup>680</sup> Tais estabelecimentos ainda abrigavam, nos respectivos espaços, além de vasto repertório florístico, exemplares dos reinos animal e mineral, à semelhança do que ocorreu nos Jardins de Bolonha, Leyden e Pádua. A amostragem da fauna exótica igualmente fazia parte do elenco de variedades extraídas de várias regiões.<sup>681</sup>

A curiosidade despertada pela História Natural influenciou igualmente o modismo das colecções particulares, sobretudo em ricas residências. Em Portugal, a partir dos Descobrimentos, até o século XIX, era notória a utilização de salões e ambientes abertos para a exibição de produtos exóticos oriundos de lugares distantes, quase “imaginários”, expostos como troféus de

<sup>677</sup>-Cf. PREST, John. *The garden of Eden*. New Haven, London: Yale University Press, 1981. p.49 (FIG. 35).

<sup>678</sup>-Quanto à temática exposta, salientamos a importância das anotações efectuadas, referentes às colectas de sementes, com frequência enviadas do Brasil ao Reino, no período entre 1763 e 1807, sendo redistribuídas a outros Jardins Botânicos europeus. Esse procedimento ficou explicitado no ofício do Governador da Paraíba, Luis da Mota Fêo, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo, relativo ao envio de caixotes e listagem de sementes de “plantas bravas”, a serem despachados para a Corte de Berlim (1804). O que nos chamou a atenção, em tal documento, foi a preocupação classificatória do seu conteúdo. Para cada exemplar de semente remetido, estabeleceu-se uma correspondência entre a categoria da espécie colectada e o respectivo *habitat*, ou seja, havia preocupação em discriminar o tipo de vegetação distribuída em árvores, arbustos, cipós, coqueiros, ervas, e os biótopos onde eram normalmente encontradas essas plantas: alagadiços, bosques, campos, margens de rios, matas, montes, regiões montanhosas, tabuleiros, sequeiros, terras arenosas, terras baixas, terras frescas, terras secas, vales e várzeas.

AHU. PARAÍBA-ACL-CU-014, Cx. 41, D. 2904: 1804, Janeiro, 25, Paraíba. “OFÍCIO do [governador da Paraíba], Luis da Mota Fêo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], remetendo caixotes e lista de sementes de plantas bravas para o Jardim Botânico da Corte de Berlim”.

Cf. MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 58-59.

<sup>679</sup>-PREST, John. *Op. cit.* p.48-49.

<sup>680</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 57.

<sup>681</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 52-53.

galantaria ou símbolos de poder e prestígio. Para termos noção da importância atribuída às colecções, citamos vários Jardins Botânicos, fundados desde o século XVII, a começar pelo recinto no sítio de Xabregas, organizado por iniciativa de D. João IV.<sup>682</sup> Implantou-se a maioria desses jardins no século XVIII, sobressaindo-se os estabelecimentos da Ajuda e de Coimbra. Também se destacavam em Lisboa o horto de Suas Altezas, no sítio da Palhavã, utilizado para o divertimento de infantes e príncipes, o jardim anexo ao palácio do Marquês de Angeja, localizado no Lumiar, o horto do “provedor dos armazens”, em São Sebastião da Pedreira, o jardim do Marquês de Abrantes, na quinta denominada Gerardo Devisme, em Benfica. No Porto, por sua vez, não passou despercebido o jardim do negociante inglês, Francisco Biasly.<sup>683</sup>

O gosto pelo coleccionismo estimulava a transposição de plantas oriundas de várias regiões do território ultramarino. Normalmente, o elenco das espécies difundidas visava a contribuir para o destaque das quintas reais e moradias abonadas que, além de outras funções, serviam ao propósito do passeio e da sociabilidade, fenómeno também identificado em algumas chácaras brasileiras.

No caso específico dos jardins públicos, era instigante a possibilidade de reunir, num único lugar, todas as manifestações possíveis do mundo natural, para que seus componentes fossem analisados, catalogados e ordenados.

Os Jardins Botânicos apresentavam-se como instrumentos para viabilizar a lógica da domesticação e da dominação, forjando uma ideia de natureza utilitária, percebida como fonte de prazer e riquezas, o que autorizava, por assim dizer, o desenvolvimento de actividades exploratórias e lucrativas, inclusive com o aval da doutrina cristã.<sup>684</sup>

Para termos noção do papel atribuído a tais instituições a partir do século XVII, ressaltamos trecho do *Discurso sobre a transplantação das plantas de especiarias da Ásia para a América ou nossos Brasis* (1675), de Duarte Ribeiro de Macedo, Discurso esse que lançou as bases do projecto que resultou, no final dos setecentos e início dos oitocentos, na criação dos Jardins brasileiros. Ficavam evidentes as possibilidades económicas advindas com a construção de uma rede de Jardins Botânicos, como observado no seguinte trecho: “Athe agora todas as experiencias de transplantação se fizerão em flores, e plantas, que servem de ornato aos jardins, mais por huma curiosidade agradável, que por huma utilidade real: mas se se começam a fazer pelo interesse, o proveito as fará continuar, de sorte que seja immensa a riqueza (...)”<sup>685</sup>

<sup>682</sup>-CASTEL-BRANCO, Cristina. “O lugar da Ajuda”. In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 95.

<sup>683</sup>-CARVALHO, Rómulo. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 68-69.

<sup>684</sup>-PREST, John. *Op. cit.* p. 54-56.

<sup>685</sup>-IAN/TT. Manuscritos do Brasil n° 39. MACEDO, Duarte Ribeiro de. *Discurso sobre a transplantação das plantas de especiarias da Ásia para a América ou nossos Brasis; e conveniências que disto pode resultar a Portugal com diminuição do comércio holandês*, 1675.

Tais palavras já previam a importância que os referidos espaços passariam a ter. Foram considerados, cada vez mais, locais estratégicos para o desenvolvimento da ciência aplicada e a viabilização de “riquezas”. Isso predispunha à fundação de jardins voltados não só para a classificação taxonómica e à montagem de vastas colecções de plantas, mas também para a geração do conhecimento, em prol dos interesses do Estado. Buscava-se o fomento de políticas de apoio a práticas especulativas, em diversos segmentos do saber, agricultura, arte, comércio, indústria e medicina, pensamento levado adiante pela Academia de Ciências de Lisboa, fundada em 1779.<sup>686</sup> Assim, soava sensato o discurso apologético de Domenico Vandelli, em sua *Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charnecas* (1770), demonstrando o autor estar completamente inteirado dos acontecimentos de seu tempo.<sup>687</sup>

Com base no exposto, permitimo-nos fazer uma breve digressão, com o intuito de melhor percebermos as grandes directrizes económico-políticas desse período, o que nos possibilita situar a construção dos Jardins Botânicos portugueses. Parece-nos oportuno atentar para a expansão e a manutenção dos impérios coloniais e as relações de controlo e exploração de seus recursos, aspecto defendido inclusive a partir de propostas teóricas fomentadas pelo “Iluminismo”. Tal domínio, exercido pelas nações “civilizadas”, era visto como um “dever moral”, de “valor ético positivo”, o que acabava gerando situações ambíguas e contraditórias. O pensamento vigente era pontuado por debates relativos a diferenças e igualdades, mais especificamente, entre os europeus e os outros povos.<sup>688</sup> É necessário ter cautela com as generalizações, conforme salienta Dorinda Outram, frequentemente estabelecidas entre o “Iluminismo” e a monarquia, sem verificar as peculiaridades existentes em cada Estado ou mesmo em cada região.

Dada a diversidade dos acontecimentos que caracterizaram os setecentos, seria mais prudente, segundo a referida autora, observar o alcance da política mercantilista, fundamentada na estabilidade e na permanência de “Estados fortes”, na expansão económica, na regulamentação e no “bem-estar” social, além de manter os territórios coloniais de maneira a garantir situação favorável, propícia e segura aos interesses dominantes.<sup>689</sup> De acordo com as convicções existentes, no intricado panorama do século XVIII, a terra era vista como fonte de riquezas. Deveria ser investigada por especialistas, destacando-se o papel dos botânicos, responsáveis pela identificação, no reino da flora, das potencialidades que pudessem incrementar o comércio e a indústria.

<sup>686</sup>-MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 30-31, 58-59.

VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charnecas*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770. p. 5-7.

<sup>687</sup>-VANDELLI, Domenico. *Op. cit.* p. 6-7.

<sup>688</sup>-OUTRAM, Dorinda. *O Iluminismo*. 1ª edição. Lisboa: Temas e Debates, 2001. p. 102-103, 112-115, 117.

<sup>689</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 152-153.

Era patente a preocupação de certos governos, em especial, com a formação de seus funcionários, o que justificava a realização de investimentos no sector educativo, destacando-se a fundação de novas universidades e a divulgação do saber a partir do incentivo ao ensino e às publicações técnicas, em diversos ramos: agricultura, engenharia, minas, silvicultura, veterinária, além da fundação de estabelecimentos científicos, dentre eles, as Academias de Ciências, os Jardins Botânicos, os Museus de História Natural.<sup>690</sup> Profissionais actuates e conscientes, a serviço do Estado, poderiam supostamente responder com maior eficiência e rapidez às demandas do sector público.

Parece-nos importante, neste ponto do trabalho, entender alguns dos pressupostos da citada política em Portugal, que visava a todo custo à modernização da máquina administrativa, o que possibilitou o estabelecimento dos Jardins da Ajuda (1768) e de Coimbra (c.1773). A contextualização dos factos é necessária, permitindo-nos, na medida do possível, fazer correlações com os Jardins brasileiros que, a nosso ver, reflectiram procedimentos típicos da realidade lusitana, assunto praticamente inexplorado em publicações brasileiras. Com base nas informações apuradas por Oswaldo Munteal Filho e Mariana Ferreira Melo (2004), Rómulo de Carvalho (1987), dentre outros pesquisadores, que se dedicaram ao estudo da História Natural, julgamos ter condições de aprofundar a temática em questão.

É oportuno verificar particularidades do ideário português, especialmente no período da administração pombalina. Nessa época, ficou bastante evidente o conceito de natureza utilitária, que vinha reforçar o papel das colónias como centros produtores de matéria-prima. Cabia à ciência a função de subsidiar, de maneira pragmática, a exploração racional dos recursos disponíveis, tendo em vista a implementação da agricultura, das artes e da indústria. Sobressaía, no quadro de então, a mentalidade ecléctica da referida administração, consolidada com o apoio de burocratas, intelectuais e tecnocratas, que se mantinham afinados com várias doutrinas, como o fisiocratismo e o mercantilismo. Porém os princípios correspondentes não eram seguidos de modo ortodoxo. Serviam para alicerçar as conveniências do Estado.<sup>691</sup>

Nesse quadro, pontuado por diversidades ideológicas, também podemos citar as reformas pedagógicas ocorridas no ensino, com a criação do Colégio dos Nobres (1768) e a intervenção na Universidade de Coimbra (1772). Apesar de as citadas iniciativas terem pretensões moralizantes, principalmente com referência à secularização da formação académica, não conseguiram romper por completo com as amarras da escolástica.<sup>692</sup> Tal facto repercutiu-se na continuidade do

<sup>690</sup>-OUTRAM, Dorinda. *O Iluminismo*. 1ª edição. Lisboa: Temas e Debates, 2001. p. 97, 155.

<sup>691</sup>-CF. MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colónias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 48, 54-55, 61, 64, 91-93.

<sup>692</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 27, 29, 54.

pensamento religioso no estudo da História Natural, favorecendo a actuação obstinada de certos clérigos em vários tipos de actividades, seja na administração de jardins públicos, seja na elaboração de obras científicas ou na realização de pesquisas “filosóficas”. Destacamos o empenho de Frei José Mariano da Conceição Veloso, autor da *Flora Fluminense*, e de Frei Leandro do Sacramento, carmelita pernambucano, discípulo de Brotero, responsável pela gestão do Jardim Botânico e do Passeio Público do Rio de Janeiro (c.1814-c.1829).<sup>693</sup>

Na essência, o que importava ao Estado era implementar um projecto de política económica de alcance ultramarino, baseado na exploração racional dos recursos naturais, mediante o apoio integrado de várias instituições científicas. A execução desse plano resultou numa menor distância entre os vários centros de interesse do império colonial, fenómeno observado na realização de viagens “filosóficas”, coordenadas por Vandelli e executadas por bacharéis de “filosofia”, naturalistas e “riscadores”, que tinham o objectivo de registar, nos mínimos detalhes, as potencialidades do luso mundo.<sup>694</sup> A partir de 1780, direccionou-se a maioria das pesquisas para o conhecimento das seguintes realidades: Angola, Brasil, Cabo Verde, Goa, Madeira, Moçambique.<sup>695</sup> Nesse contexto, reforçou-se o papel dos Jardins Botânicos, considerados espaços estratégicos destinados à produção do saber mediante o desenvolvimento da ciência aplicada. Dentre as actividades realizadas em tais estabelecimentos, sobressaía o inventário da flora colonial, vista como fonte de riquezas. Tais jardins destacavam-se como lugares emblemáticos, onde predominavam vastas colecções de plantas exóticas, que expressavam sobretudo possibilidades económicas e medicinais.<sup>696</sup>

Com base nesses pressupostos fundamentados numa visão utilitarista da natureza, buscou-se definir o tipo de obra a ser realizada em Portugal. Em termos formais, os Jardins Botânicos reflectiam, além de questões já expostas, o desejo de unir o científico ao agradável, ou seja, constituíam lugares que igualmente favoreciam o lazer ou o ócio, a partir das condições biofísicas dos sítios onde se implantavam tais complexos.

<sup>693</sup>-MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 113-115. (Primeira edição: 1946).

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 97-101. (Edição alemã: 1823).

<sup>694</sup>-Convém salientar o engajamento de intelectuais, naturalistas e práticos estrangeiros na administração pública, como foi o caso de Domenico Vandelli, convidado a actuar em Portugal, a pedido de D. José I, devido a seu conhecimento da História Natural e a sua ligação com o Jardim de Pádua. Além de receber a incumbência de fundar estabelecimentos congéneres no Reino, actuou como docente da Universidade de Coimbra, dedicando-se a actividades do Laboratório de Química e Museu de História Natural, sendo ainda um dos defensores da criação da Academia de Ciências, juntamente com o abade Correia da Serra.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colónias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 52, 98.

<sup>695</sup>-REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 80.

<sup>696</sup>-Cf. MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Op. cit.* p. 13, 26, 36, 59, 67, 71.

Antes de nos determos nesse assunto, cabe exemplificarmos o difícil processo de viabilização dos mencionados estabelecimentos.<sup>697</sup> Na realidade do Reino, destacavam-se duas posições. Uma delas demonstrava, com clareza, o propósito de minimizar investimentos e transformar os Jardins Botânicos em locais eminentemente práticos. A outra posição, por sua vez, era menos óbvia. Pode ser exemplificada a partir do projecto de Elsdén para a construção do Jardim Botânico de Coimbra, que contou com a colaboração dos “Professores Italianos”, assim chamados, em tom pejorativo, por Pombal. Do ponto de vista do Marquês, tal proposta deveria estar voltada para o desenvolvimento da ciência, sem qualquer apelo ao “luxo botânico”, que sempre era motivo de cautela, por representar elevados custos para os cofres das nações.<sup>698</sup>

<sup>697</sup>-Convém registar a participação do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), Primeiro-Ministro no reinado de D. José I, em especial, no episódio que resultou na implantação do Jardim ou do Horto de Coimbra. O facto em si foi ressaltado com o envio de ofício ao Reitor da Universidade, Francisco Lemos, em outubro de 1773, contendo parecer do Governo sobre a proposta de autoria do Coronel-engenheiro William Elsdén, que já era a segunda proposta elaborada para o lugar. Os termos utilizados por Carvalho e Melo no julgamento do referido projecto foram bastante contundentes, facilitando-nos entender o modo de perceber o horto público, particularmente em território português. O primeiro projecto foi desenvolvido por Jacob de Castro Sarmiento, em 1731, baseado na concepção do *Chelsea Physic Garden* de Londres, sendo logo preterido pelos Professores de História Natural, Vandelli e Dalla Bella, devido à simplicidade do desenho.

IAN/TT. Manuscritos do Brasil nº 39. Avulsos 3. Documento 15. *Carta escripta ao Reitor da Universidade de Coimbra pelo Marquez de Pombal*, [1773].

ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.I. p. 242-244.

CARVALHO, Rómulo. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 59.

COIMBRA. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. *Jardim Botânico*. Coimbra, /s.d./ /s.p./.

<sup>698</sup>-“(...) Os ditos Professores são Italianos, e a gente desta Nação acostumada a ver deitar ao ar as centenas de mil cruzados de Portugal em Roma, e cheia deste enthuziasmo, julga que tudo o que não he excessivamente custozo, não he digno do nome Portugues, ou do seu nome delles. Daqui vejo, que ideando elles nesta Corte, junto ao Palacio de Nossa Senhora d’Ajuda em pequeno espaço de terra hum Jardim de Plantas para ociosidade; quando eu menos esperava, achei mais de cem mil cruzados de despeza tão exorbitante, como inutil. E com esta mesma ideya trabalharão pellas medidas da vasta fantazia, o dilatado espaço que se acha descripto na referida Planta [relativa ao projecto do Jardim Botânico de Coimbra], o qual vy, que sendo a imitação do pequeno rescinto do outro Jardim Botânico [da Ajuda, em Lisboa], de que assim fallo absorvia os meios pecuniarios da Universidade antes de concluirse. Eu porem entendi athe agora, e entenderey sempre, que as couzas não são boas, porque são muito custozas e magnificas, mas sim, e tão somente porque são proprias e adequadas para o uso, que dellas se deve fazer. Isto que a razão me dictou sempre, vy praticado especialmente nos Jardins Botânicos das Universidades d’Inglaterra, Hollanda, e Allemanha e me consta que o mesmo succede na de Padua, porque nhum destes foy feito com [dinheiro] Portugues. Todos estes Jardins estão reduzidos a hum pequeno rescinto cercados de muros com as commodidades indispensaveis para hum certo numero d’hervas medicinaes e proprias para o uso da Faculdade Medica, sem que se excedesse dellas, a comprehender as outras hervas, arbustos, e ainda as arvores de diversas partes do Mundo, em que se tem derramado a curiozidade já vicioza, e transcendente dos sequazes do Linneu, que hoje tem arruinado as suas cazas para mostrarem o Malmiquier da Persia, huã Assucena da Turquia, e huã geração e propagação dos Aloes com diferentes appellidos que os fazem pomposos. Debaxo destas regulares medidas deve pois Vossa Excelência fazer delinear outro Plano, reduzindo somente ao numero de hervas Medicinaias, que são indispensáveis aos exercicios Botânicos e números para darem aos Estudantes as nocções precisas, para que não ignorem esta parte da Medicina, como se está praticando nas outras Universidades acima referidas, com bem pouca despeza, deixando-se para outro tempo o que pertence ao luxo Botânico, actualmente grassa em toda a Europa. Para tirar toda a duvida pode Vossa Excelência determinar logo por huma parte, que Sua Magestade não quer Jardim Mayor, nem mais sumptuozo, que o de Chelsea na Cidade de Londres, que he o mais opulento da Europa, e pella outra parte que debaixo desta idea se marque o lugar, se faça planta delle, com toda a expificação de suas partes, e se calcule por hum justo orçamento o que ha de custar o tal Jardim de Estudo de Rapazes, e não de ostentação de Principes, ou de particulares e daquelles extravagantes e opulentos, que estão arruinando grandes cazas para mostrarem Bredos, Beldroegas da India e Poejos da China e da Arabia (...)”.

IAN/TT. Manuscritos do Brasil nº 39. Avulsos 3. Documento 15. *Carta escripta ao Reitor da Universidade de Coimbra pelo Marquez de Pombal*, [1773].

A questão-chave, que tanto preocupava o emérito estadista, dizia respeito ao emprego da linguagem artística no desenho relativo ao Horto da Universidade, como sucedeu no Real Jardim da Ajuda, em Lisboa. No episódio, defendia-se a contenção de gastos “supérfluos”, além do uso adequado do recinto, destinado, sobretudo, ao estudo da flora colonial. Na apreciação dos factos, evidenciava-se a percepção aguçada e crítica de Pombal. Demonstrava estar bem informado sobre vários estabelecimentos congéneres no contexto europeu. Isso lhe permitia estar em vantagem na defesa do Jardim Botânico ideal, o equivalente a um lugar reservado, contido em área reduzida, voltado única e exclusivamente ao ensino, sem estabelecer derivações para a ostentação de extravagantes, particulares e príncipes, conforme salientado.

Quanto à aclimação de espécies exóticas ornamentais, Pombal alertou contra o que foi denominado de “curiosidade viciosa” dos botânicos, ou seja, a realização de pesquisas sem o compromisso da aplicação prática. Na redefinição da proposta de William Elsdon, não se sabe ao certo quais medidas foram viabilizadas ou até que ponto as advertências feitas ao Reitor, Francisco Lemos, resultaram em contribuições efectivas à redução dos custos da obra. Tal dúvida pode ser exemplificada a partir das palavras do escritor Guido Battelli (1929), a respeito do Jardim de Coimbra, onde se notava tudo como se estivesse embebido pelo “espírito italiano”,<sup>699</sup> ponto de vista que me despertou para a necessidade de entender o traçado de outro Jardim, o da Ajuda.

Para melhor analisarmos tal interpretação, talvez seja oportuno determo-nos no exame de alguns dos pressupostos que orientaram o desenho dos mencionados lugares. Os terrenos escolhidos para a viabilização dos Jardins Botânicos eram sítios especiais, no geral, localizados nos arredores de importantes cidades, sedes de poder administrativo ou institucional. Em termos biofísicos, eram locais privilegiados, devido à presença de condições edafo-climáticas adequadas e de recurso hídrico abundante, factores essenciais para o êxito da transposição de um grande número de plantas vindas de várias regiões do território português. Diante do desafio de tornar exequível esse propósito, foi notória a reutilização de propriedades adquiridas pelo governo, onde anteriormente existiam cercas monásticas e quintas de recreio, procedimento adoptado no Reino e que foi difundido em território ultramarino. É um dado significativo, por nos facilitar a compreensão do tipo de ambiência observada nos recintos estudados, eminentemente marcados pela apazibilidade.

No caso do estabelecimento da Ajuda, o terreno disponibilizado para a criação do Jardim Botânico, que compreendia uma área aproximada de 3,5 ha,<sup>700</sup> fazia parte da Quinta do Conde de Óbidos, igualmente designada como “Quinta de Cima” ou ainda como Quinta de “Frutta e de

<sup>699</sup>-BATELLI, Guido. “Domenico Vandelli e il Giardino Botanico di Coimbra”. *Biblos. /s.l./: /s.e./*, nºV, p. 110-125. 1929. *Apud*: CARVALHO, Rómulo. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 61, 115.

<sup>700</sup>-COUTINHO, Manuel Sobral Azevedo. *O Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1948. p. 1-2.

Hortalize”, conforme assinalado por Vandelli. Tal Horto localizava-se na encosta sul da serra de Monsanto, próximo ao estuário do Tejo. Era protegido contra os ventos dominantes, além de possuir um microclima favorável, com temperaturas amenas durante boa parte do ano, necessários para o crescimento das plantas. Também é importante salientar que a captação hídrica e a geologia do sítio facilitaram as actividades ali realizadas. Todos os condicionantes naturais influíram no estabelecimento da identidade desse Jardim, facto que pode ser aplicado a outros lugares congéneres.<sup>701</sup> Segundo apreciação feita pelo viajante alemão Henry Frederick Link, no ano de 1798, somos levados a crer que o espaço tratado era distinto, em virtude da ambiência constatada, o que predispunha à prática do ócio. Nas palavras de Link, ficou clara essa noção, registada nos seguintes termos:

*“A situação deste jardim é encantadora (this garden is charminggly situated); oferece uma linda vista do rio e do mar, e do mesmo modo que o de Paris domina uma parte da cidade. Está muito longe de ser espaçoso, e as estufas são pequenas; mas há ali um lago para as plantas aquáticas. Conserva-se em bom estado de asseio, e é muito interessante para os Botânicos, os quais podem fazer ali alguns descobrimentos; porque tudo o que se recebe é plantado, e à natureza se deixa o cuidado posterior de desenvolvimento. Sucede também que para este Jardim são mandadas muitas plantas do Brasil e de outras partes. Nesta ocasião encontro aqui algumas plantas de especiaria, que estão crescendo para serem enviadas para o Brasil, a fim de serem ali cultivadas (...).”*<sup>702</sup>

A disposição do Jardim reflectia o aproveitamento das potencialidades do sítio, como sucedia nas quintas de recreio, inseridas nas adjacências, na encosta que ia da Ajuda a Belém. Por vários motivos, o espaço envolvente agradava, sobressaindo-se pela amenidade do clima, pela existência de bons solos, pela localização privilegiada, próxima ao centro de Lisboa, da qual distava menos de meia légua, além de contar com águas saudáveis e vistas aprazíveis. Eram atributos que tornavam os arredores “amenos, risonhos e verdejantes”, sendo bastante apreciados por ricos senhores que residiam nas cercanias.<sup>703</sup> Ressaltamos a relação de vizinhança estabelecida, no aro das “urbes”, entre as residências abastadas e os Jardins Botânicos, como mais tarde ocorreu no Brasil, na periferia de algumas cidades, dentre elas, Olinda, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo.

Esta mesma preocupação encontramos-la presente na escolha do lugar para a implantação do Jardim Botânico de Coimbra, como considerava o Marquês de Pombal. Segundo ele, o

<sup>701</sup>-Cf. CASTEL-BRANCO, Cristina. “O lugar da Ajuda”. In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 15, 21, 37.

<sup>702</sup>-RIBEIRO, José Silvestre. História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1871-1893. v.10. p. 345. *Apud*: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 88.

<sup>703</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 199. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).  
CASTEL-BRANCO, Cristina. “O lugar da Ajuda”. In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p.26.



mencionado Horto deveria ser construído em lugar “próprio e ajustado”, motivo que o levou a escolher uma fração da Cerca do Convento dos Beneditinos, nas adjacências da Universidade, cujo espaço incluía a horta, no terço inferior da encosta. Contudo, o local cobiçado não era muito favorável ao empreendimento. Por um lado, o terreno apresentava declive acentuado, por outro, tal parcela, na porção mais baixa da cerca, estava sujeita a possíveis inundações do Mondego. Diante da situação, optou-se por outra parcela, localizada no terço superior da encosta, nas proximidades dos Arcos do Aqueduto da cidade e da estrada que conduzia a outro complexo religioso, o de São José dos Marianos.<sup>704</sup>

Essa foi a melhor alternativa possível, devido aos seguintes factores: condição topográfica favorável, que incidiu na redução dos custos da obra, facilidade da obtenção de água, que podia ser captada nas vertentes de Celas para o Cidral e transportada pelo Aqueduto das Freiras de Santa Ana, e menor distância em relação à Universidade.<sup>705</sup> De acordo com Rómulo de Carvalho, outros ajustes ainda se fizeram necessários para o adequado funcionamento do Jardim, como a incorporação de uma “pequena planície”, adquirida na década de 1770, e de mais algum terreno, em 1809, que também pertencia aos Padres Marianos.<sup>706</sup> No século XIX, com a expropriação das ordens religiosas, ocorreu mais uma inclusão fundiária. Tratava-se de “extensa” mata, existente na encosta, contígua à estrada da Beira.<sup>707</sup> Na integração das partes, o núcleo do Jardim propriamente dito permaneceu organizado em vários níveis, resultando isso num ambiente compartimentado e diverso, que reforça o carácter aconchegante e intimista do espaço.

Para aprofundarmos a compreensão da temática apresentada, propomos um quadro-síntese a respeito dos Jardins Botânicos, em especial, dos existentes no Reino. Essa tarefa é necessária, na medida em que nos possibilita identificar diferenças e semelhanças formais relativas a tal tipologia, também identificada na realidade brasileira, no final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX.

Os Jardins Botânicos eram locais fechados, delimitados por muros ou gradeados, de acesso restrito. Localizavam-se na periferia urbana, assim como outras tipologias anteriormente

<sup>704</sup>-ANRJ. Correspondência entre autoridades, 1772-76. Coleção Negócios de Portugal, caixa 711. *Apud*: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 85-86.

<sup>705</sup>-CRUZ, Lígia. “Vandelli: alguns aspectos da sua atividade em Coimbra”. *Boletim do Arquivo da Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 22, 1976. *Apud*: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Op. cit.* p. 86.

<sup>706</sup>-CARVALHO, Rómulo. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 61.

COIMBRA. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. *Jardim Botânico*. Coimbra, /s.d./ /s.p./.

<sup>707</sup>-ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.1. p. 242-244.

Na actualidade, o Jardim de Coimbra ocupa uma área de 13,5 ha.

Cf. COIMBRA. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. *Jardim Botânico*. Coimbra, /s.d./ /s.p./.

consideradas, dentre elas: as cercas religiosas, as hortas, as quintas e os Passeios. Em linhas gerais, os Hortos Botânicos mostravam-se de forma intelectualizada, normalizada e racionalizada, tornando-se evidente o valor concedido ao coleccionismo de espécies exóticas. Salientamos que a organização do repertório florístico nos conjuntos construídos anulava ou minimizava o formalismo dos respectivos desenhos, geralmente dispostos segundo linguagens estilísticas de períodos distintos, que também influenciavam a arquitectura e o uso de elementos decorativos e escultóricos, à semelhança do que acontecia nas quintas de recreio<sup>708</sup> ou mesmo nos Passeios. Observa-se tal aspecto no desenho do Jardim da Ajuda.<sup>709</sup>

Em situação de encosta, os Jardins organizavam-se em patamares, o que criava locais de aparência bastante artificiosa e de carácter compartimentado, descontínuo e intimista, ao contrário do que sucedia em regiões menos íngremes ou planas, onde se observava com maior clareza a continuidade do espaço. A irregularidade do relevo certamente dificultava a reprodução de princípios teóricos advindos de concepções estrangeiras.

No que se refere à noção de ordem que regulava a distribuição do elenco vegetal, levamos em conta os “Estatutos Pombalinos” da Universidade de Coimbra concernentes ao Jardim Botânico. Eles expressam a importância da organização do espaço, o que, além de facilitar o ensino académico, favorecia a tarefa do Jardineiro ou do Oficial responsável pela cultura e pelo tratamento das milhares de espécies úteis aclimatadas. As plantas deveriam ser exibidas segundo “a ordem metódica dos botânicos”, sendo ainda respeitadas as particularidades biológicas de cada exemplar existente.<sup>710</sup> Desse modo, os conjuntos concebidos orientavam-se a partir de pressupostos científicos, mostrando-se subtilmente estruturados e hierarquizados. Para a disposição do repertório existente, utilizavam-se sistemas classificatórios, que reflectiam linhas de trabalho distintas, adoptadas pelos profissionais encarregados de conservar cada recinto. Sobressaía, no século XVIII, o método de Carl von Linné (1707-1778), considerado “artificial” e “morfológico”, baseado no estudo comparativo dos exemplares.<sup>711</sup> Possivelmente, os citados procedimentos mantinham-se conjugados com outras técnicas de amostragem, como a formação de grupos de indivíduos representativos de diferentes regiões fitogeográficas. Era complexa e grandiosa a tarefa de manter em funcionamento tais lugares.

<sup>708</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 214, 264-265, 268, 271, 292-293. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto fotocopiado).

<sup>709</sup>-Os desenhos realizados eram referentes tanto à concepção de traçado geométrico, vigente nos séculos XVII e XVIII, quanto à tendência de cariz orgânico, de linhas sinuosas, oriunda de padrão romântico, característico dos oitocentos. Cf. CASTEL-BRANCO, Cristina *et al.* “O aparecimento do Jardim: Domingos Vandelli”. In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 68, 75-77.

<sup>710</sup>-CARVALHO, Rómulo. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 58.

<sup>711</sup>-SOARES, Ana Luísa *et al.* “Restauro e recuperação do Jardim Botânico no final do século XX”. In: REIS, Dulce (coord.). *Op. cit.* p. 181.

A maneira como se regulava a distribuição do repertório botânico influenciava directamente a espacialidade dos Jardins, demonstrando o tipo de visão que interessava divulgar, baseada numa ideia de natureza domesticada e utilitária, apta a ser tratada como um objecto de análise ou estudo visando à exploração dos seus recursos em benefício da agricultura, economia, farmacopeia ou medicina e de outras artes, como se dizia nos setecentos e oitocentos. De acordo com essa ótica, os Jardins Botânicos foram compreendidos como rebatimentos de uma cultura “prático-científica”, instrumentalizada com métodos específicos, que contribuíam para o conhecimento, o inventário e a verificação das potencialidades da flora, com vistas a geração de riquezas. Os Hortos eram lugares de grande interesse, que se articulavam com diversos outros estabelecimentos de instrução e/ou investigação, como já dito anteriormente.<sup>712</sup>

Podemos comentar que o Jardim da Ajuda chegou a possuir uma colecção de aproximadamente cinco mil espécies botânicas, número bastante significativo. Eram condicionadas e distribuídas, no tabuleiro superior desse recinto, ao longo de uma malha reticulada de canteiros, conformada em quadrículas alinhadas, tendo em alguns pontos de interesse pequenas fontes e tanques, o que nos remete à imagem clássica dos primitivos hortos de traçado biaxial e quadripartido. Interessa observar que tais canteiros eram construídos por meio de lancil, com o intuito de isolar as plantas umas das outras e dificultar a propagação de espécies infestantes,<sup>713</sup> prática difundida inclusive no Brasil, percebida na conformação de antigos jardins ouropretanos, como no solar das Lajes ou no espaço onde permaneceu, por algum tempo, o Horto Botânico.

No caso dos Jardins Botânicos, são igualmente vistosos os artificios hidráulicos, que no geral pontuam canteiros, ordenados ao longo de uma trama. No exemplo comentado, ressaltamos a existência de uma grande rede de abastecimento hidráulico, conjugada com o sistema de drenagem, demonstrando o requinte do desenho em tais lugares, onde tudo se apresenta construído, desenhado e modelado. Tais lugares destacam-se como ambientes variados e, sobretudo, vivos, tornando-se lugares aprazíveis a partir das qualidades provenientes da água e da vegetação. À semelhança de outros tipos de hortos, são locais complexos, contrastantes e dinâmicos, devido às ambiências de seus diferentes espaços, o que dificilmente pode se supor por meio de uma simples análise dos traçados contidos nos registos. O mundo concentrado desses jardins oferece uma multiplicidade de imagens, o que os transforma em lugares propícios à estadia e à fruição da beleza própria dos elementos naturais, constituindo-se em conjuntos coesos, harmónicos e integrados.

<sup>712</sup>-Cf. MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 24-25, 29, 60.

<sup>713</sup>-SOARES, Ana Luísa *et al.* “Restauro e recuperação do Jardim Botânico no final do século XX”. In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 178.

Na tipologia pesquisada, a fruição estética do espaço, pautada por sombras refrescantes e vistas aprazíveis, na maioria das vezes, tem como foco grupos taxonómicos ou temáticos de plantas exóticas. Os exemplares em causa são identificados como símbolos de cultura, exotismo e raridade. Situam-se em locais destacados, como fica patente no Jardim de Coimbra. Esse lugar sugere ao observador uma leitura integrada e variada da espacialidade, através de uma malha de caminhos intencionalmente concebida com o sentido de educar e instruir, como se fosse uma grande “montra” ou uma “janela”, conforme explicitado no *Guia para visitantes* do Horto e Museu Botânico, elaborado pela Universidade.

*“É como abrir uma ‘janela’ que é única, na medida em que se mostra um ‘universo vivo’ com uma identidade própria e uma estética singular que o define, caracteriza e distingue de qualquer outro espaço. / É, simultaneamente, uma oportunidade rara de contacto com uma grande variedade de espécies vegetais, oriundas de todo o Mundo e reunidas e organizadas num só espaço: o Jardim. / Vamos conhecer um percurso; vamos aprender a usufruir do Jardim”.*<sup>714</sup>

Nesse Horto, os percursos criados são bastante atractivos, pelo facto de unirem o científico ao agradável, ou seja, são capazes de estimular o interesse pelo repertório florístico, exibindo, de modo claro, uma diversidade de ambientes que compõem o grande recinto, alguns deles marcados por aberturas, fechamentos, ritmos, sonoridades e transparências. O espaço como um todo revela-se como um estrato de sucessivos tempos culturais, ficando expressa a função de aclimatar e condicionar as espécies vegetais, proporcionando ainda aos visitantes uma alternativa de entretenimento. Salienta-se ainda o aproveitamento das condições biofísicas dos trechos das encostas visando à criação de microclimas ideais, o controlo da humidade e da temperatura nas estufas, o trabalho de conservação e ordenamento das espécies, distribuídas por famílias, objectivando a criação de um banco de sementes e de colecções para o estudo e a permuta de plantas. Tal actividade, efectuada nas denominadas “Escolas”, abrange amplos terraços, que contêm, ao todo, 150 canteiros rectangulares, numerados e bordejados com buxo, constituindo-se assim uma massa de fragrância e verdura que delimita os caminhos.<sup>715</sup> É marcante a relação verificada entre os percursos e a visualização das espécies, aspecto acentuado no conteúdo dos guias escritos, que procuram orientar a percepção dos visitantes para o reconhecimento das colecções botânicas.<sup>716</sup>

<sup>714</sup>-COIMBRA. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. *Guia para visitantes: Museu Botânico, Jardim Botânico*. Coimbra, 2003. /s.p./.

<sup>715</sup>-Sinteticamente, podemos enumerar vários locais do Jardim de Coimbra, sobressaindo-se: a Alameda das Tílias, o Bambuzal, as “Escolas”, onde se cultivam as plantas de modo sistemático, as estufas, o “Quadrado Central”, o “Recanto Tropical”, além de lugares mais contidos e reservados, como a Mata, os viveiros e outras unidades que ainda guardam construções e reminiscências do antigo Convento dos Beneditinos, destacando-se o edifício do Colégio, ocupado na actualidade pelo Instituto Botânico da Universidade e a “Capela” de São Bento, inserida no interior da mata, como acontecia nos complexos religiosos.

COIMBRA. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. *Guia para visitantes: Museu Botânico, Jardim Botânico*. Coimbra, 2003. /s.p./.

COIMBRA. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. *Jardim Botânico*. Coimbra, /s.d./ /s.p./.

<sup>716</sup>-No citado contexto, destacam-se os áceres, as azáleas, os calistemos, as camélias, as cerejeiras-de-jardim de flores rosadas, as cicas, a criptoméria, a eritrina, as faias de folhas escuras, os loendros, as magnólias, as sevadilhas, no

O Jardim da Ajuda também está implantado em planos distintos. A plataforma superior destinava-se à “escola prática” e ao “quadro de classificações”.<sup>717</sup> O patamar inferior cumpria a finalidade da realização de experimentos, apresentando contudo um formoso tanque.

Os Jardins Botânicos continuam sendo lugares privilegiados, por possibilitarem o acompanhamento, em simultâneo, de um vasto repertório florístico, oriundo de diferentes continentes e regiões, o que nos religa à noção do Paraíso. Adoptou-se tal ideia para justificar tanto a utilidade das colecções, quanto a ocorrência desses recantos, pontuados por conjuntos alegóricos e espécies ornamentais. Convém observar que a ordem e a sistemática predominantes nesses hortos não representaram qualquer ruptura com a tradição, proporcionando o ordenamento de locais calmos, intimistas e verdejantes, propícios à reflexão.

Também nos referidos jardins estão presentes alegretes, balaustradas, bancos, muretas, vegetação no recobrimento das estruturas edificadas. Esses componentes permitem maior interatividade entre as partes, resultando na formalização de espaço uno, em termos funcionais e vivenciais, como sucede nas quintas de recreio.<sup>718</sup>

É disso exemplo o Jardim da Ajuda, em Lisboa, mais especificamente, no patamar superior, onde existem as “Escolas” de classificação. Tal patamar, privilegiado pela amplitude visual, apresenta-se como uma verdadeira tribuna em relação ao plano situado em nível imediatamente inferior, disposto a partir de traçado dinâmico e multidireccional. No caso específico desse horto, o tipo de espacialidade concebido favorecia a ocorrência da sociabilidade, o que não estava desvinculado dos propósitos pretendidos para o espaço, além de acalentar, por assim dizer, o velho sonho de estreitar a ligação com o Palácio da Ajuda, cujas obras se iniciaram em 1796.<sup>719</sup>

Enquanto o plano superior do Jardim da Ajuda permanece mais ligado à função botânica, a partir da distribuição sistemática de mudas e sementes, na trama de diversas quadrículas, o plano inferior mostra-se mais apto à actividade de recreio. No passado, o lugar destinava-se à instrução de príncipes e ao lazer da Família Real, questão observada por Maria Isabel Braga Abecasis, o que era prática notória nas cortes europeias dos séculos XVIII e XIX. Isso ajuda a explicar a existência de traçado clássico, de linhas geométricas no patamar inferior, criação atribuída a

---

“Quadrado Central”; a alpinia, na Estufa Fria; o bambu-largo, no Bambuzal; a dilenia, o nenúfar da Amazónia, as nepentes, as orquídeas, as plantas insectívoras, a rosa-de-porcelana, nas Estufas; o dragoeiro, na Alameda; as estrelitzias arbóreas, os fetos, a jubacea, no “Recanto Tropical”; a figueira “estranguladora”, em espaço contíguo ao “Quadrado Central”; o eucalipto, o ginkgo, o rododendro, a sequoia, a victoria, nas proximidades da “Escola de Sistemática”; a *welwitschia*, na Mata. Cada planta em seu lugar.

<sup>717</sup>-COUTINHO, Manuel Sobral Azevedo. *O Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1948. p. 1-2.

<sup>718</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 264-265, 357-359. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>719</sup>-CASTEL-BRANCO, Cristina. “O lugar da Ajuda”. In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 46.

Vandelli e ao Arquitecto Manuel Caetano de Sousa. O complexo como um todo destaca-se tanto pelo posicionamento dos terraços, bem “encaixados” na encosta, quanto pela inserção de elementos arquitectónicos e escultóricos em certos pontos do espaço. Assim, não passam despercebidas a grande balaustrada e as imponentes escadarias que permitem acesso ao patamar de nível inferior, onde logo se nota a volumetria do aparelho hidráulico de formas sinuosas, de inspiração barroca. Esse artifício, designado como a fonte “das quarenta bicas”, situa-se no cruzamento de importantes eixos, sobressaindo-se pelo requinte ornamental. É um trabalho digno de “prateiro”, constituindo-se numa alegoria do mundo natural.<sup>720</sup>

Com base nos factos apurados, podemos considerar tais hortos segundo pressupostos do classicismo. A aceitação desse ideal estético, de acordo com o que já foi tratado, reflectiu-se na implantação de lugares amplos e integrados, marcados por aberturas e eixos visuais, pela indicação de acessos e caminhos, pela modulação e repetição de motivos geométricos, pelo valor plástico conferido aos canteiros, dispostos em composições regulares assentadas em grandes patamares pontuados por artifícios hidráulicos e elementos escultóricos. Em termos ambientais, os conjuntos construídos tornaram-se espaços complexos, dinâmicos e variados, repletos de atributos naturais, que reduzem a importância dos códigos artísticos importados da tratadística europeia, assim como outras tipologias estudadas.<sup>721</sup> Essa situação pode ser apreciada nos Jardins da Ajuda e de Coimbra, respectivamente, no plano inferior e no “Quadrado Central”, cujos percursos convidam ao passeio e definem locais de estadia.

O desenho de ambos os subespaços remete-nos à noção clássica do traçado biaxial, ortogonal e centralizado. O “Quadrado Central”, o mais antigo dos patamares do Jardim de Coimbra, construído no final dos setecentos, constitui ambiente “sui generis”, que se diferencia dos demais, sobretudo pelas sensações de intimismo e protecção que produz. Aquele Quadrado situa-se abaixo de outros planos, de modo que, ao vê-lo, somos por ele atraídos com suas qualidades estéticas privilegiadas advindas da água, oriunda do fontanário, e da vegetação de porte arbóreo e arbustivo, de carácter essencialmente ornamental. Assim, compreendemos o sentido do posicionamento de alegretes, balaustradas, bancos e muretas nos patamares das jardineiras e em

<sup>720</sup>-CASTEL-BRANCO, Cristina. “O lugar da Ajuda”. In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 40-45.

ABECASIS, Maria Isabel Braga. “A família real e o gosto pela natureza: o Jardim Botânico e o Museu de História Natural”. In: REIS, Dulce (coord.). *Op. cit.* p. 125, 130, 132.

CASTEL-BRANCO, Cristina *et al.* “O aparecimento do Jardim: Domingos Vandelli”. In: REIS, Dulce (coord.). *Op. cit.* p. 72-73.

SOARES, Ana Luísa. “Restauro e recuperação do Jardim Botânico no final do século XX”. In: REIS, Dulce (coord.). *Op. cit.* p. 175, 184.

<sup>721</sup>-CF. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 24, 213-214, 219, 268, 357-359. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

parte do percurso direccionado à Alameda das Tílias, pois acabam estimulando a contemplação desse pequeno Paraíso que mantém estreita ligação com a mata. Os eixos que definem sua centralidade são reforçados por meio de escadarias e portadas caprichosamente esculpidas.

Nos cenários concebidos, os componentes formais encontram-se meticulosamente dispostos, constituindo-se em “sistemas cósmicos ordenados”. A água surge como elemento essencial para a constituição de ambientes lúdicos, ornamentais e utilitários. No mundo concentrado dos hortos botânicos, qualidades como o frescor, a luminosidade, o movimento e a sonoridade, advindas de recursos hídricos, caracterizam os recintos. A água, sem dúvida, é um dos protagonistas do espaço que, ao mesmo tempo, interliga e regula as diversas partes ou unidades, o que acontece no “jardim lusiada” de um modo geral.<sup>722</sup>

Além dos citados artificios, destacam-se os elementos escultóricos. Apresentam-se em formas variadas, correspondendo a figuras antropomórficas, zoomórficas e fitomórficas, fazendo menção a diversos momentos da cultura, mais especificamente, a diferentes correntes artísticas e estilísticas, o que variou ao longo do tempo, conforme assinalado a respeito das quintas de recreio.<sup>723</sup> Torna-se evidente o papel da estatuária na articulação das partes, na hierarquização dos caminhos, na visualização dos conjuntos. No ordenamento dos Hortos da Ajuda e de Coimbra, a presença de elementos escultóricos reforça a importância da linguagem artística, de carácter conceptual, erudito e intelectual.<sup>724</sup>

No que se refere aos volumes arquitectónicos, identificamos questão de interesse. Tal questão pode ser tratada a partir do reaproveitamento de edificações e estruturas dos antigos complexos onde se implantaram os Jardins Botânicos. Levando-se em conta a preexistência, essas construções tornaram-se componentes essenciais ao desenvolvimento de um amplo leque de

<sup>722</sup>-CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 87-89, 101, 312-313, 322-323. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>723</sup>-*Idem. Ibidem*. 1995. v.1. p. 328-332.

Do século XVIII, sobressaem a balaustrada, as escadarias e o fontanário do Jardim da Ajuda, executados praticamente no mesmo período em que foi edificado, no espaço congénere de Coimbra, o portal em homenagem à D. Maria I, datado de 1791, onde também se destaca a portada de acesso à Avenida Júlio Henriques, obra de feição barroca, atribuída ao Mestre Galinha, construída por volta de 1884. Nesse mesmo recinto, nota-se a tendência à valorização da memória de personalidades, sobretudo aquelas ligadas ao mundo científico português, o que se percebe nas obras dedicadas a Brotero (1887), Júlio Henriques (1951) e Luís Carriso (1948). Facto análogo é identificado no desenho do Jardim de Madrid, lugar pautado, além de outros componentes, por estátuas alusivas a ilustres botânicos e à figura de Carlos III, responsável pela fundação do actual recinto, junto ao *Paseo del Prado*.

COIMBRA. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. *Guia para visitantes: Museu Botânico, Jardim Botânico*. Coimbra, 2003. /s.p./.

COIMBRA. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. *Jardim Botânico*. Coimbra, /s.d./ /s.p./.

Cf. CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS. *Real Jardín Botánico*. Madrid, /s.d./ /s.p./ Catálogo.

<sup>724</sup>-Registamos o posicionamento estratégico da peça alusiva a Félix de Avellar Brotero, no Jardim de Coimbra, que permanece ladeada por dois exemplares de Ginkgo, planta emblemática do Oriente, utilizada para conotar longevidade e veneração.

COIMBRA. *Op. cit.* 2003. /s.p./.

COIMBRA. *Op. cit.* /s.d./ /s.p./.

actividades associadas à administração, ao ensino, à realização de experimentos científicos, à taxonomia, à conservação do elenco vegetal. No Jardim lisboeta da Ajuda, além das colecções, sobressaíam a Casa do Risco, o Laboratório Químico, o Herbário e o Real Gabinete ou Museu de História Natural. Tais unidades mostravam-se associadas aos ideais da Academia de Ciências, que promoveu o estudo das milhares de espécies aclimatadas da flora ultramarina, tarefa complementada com a permuta de mudas e sementes advindas de Hortos estrangeiros. Situação análoga é identificada no Jardim de Coimbra que, na actualidade, faz parte do Instituto Botânico da Universidade, instalado em prédio beneditino, onde funcionam a Biblioteca, o Herbário, os Laboratórios e o Museu de História Natural.

### Os Jardins Botânicos na Realidade Brasileira

Com base nas memórias de Gilberto Freyre, é possível perceber o fascínio do colonizador, desde os primórdios dos Descobrimentos diante da riqueza do mundo botânico, pontuado de cores, formas, perfumes e sabores até então desconhecidos. Tais atributos naturais, que faziam parte do repertório de belezas e raridades do vasto império constituído, sem dúvida aguçaram o desejo da conciliação do agradável ao útil. Isso se traduziu na selecção de um amplo elenco de espécies vegetais, aclimatadas a princípio em hortas e pomares domésticos, onde também estavam presentes laranjeiras e limoeiros, “tropicalmente dourados”, símbolos da cultura lusíada.<sup>725</sup>

Não menos significativas são as palavras de Rómulo de Carvalho sobre os primórdios da História Natural em território português, palavras que subtilmente situaram os Jardins Botânicos no enquadramento do século XVIII e, por consequência, na realidade brasileira. Na condição de “senhores de boa parte do mundo”, os portugueses não ficaram insensíveis ou passivos diante dos

*“(...) surpreendentes repositórios de produtos naturais, plantas, animais e minerais muitos deles nunca antes observados; por outro lado o entusiasmo, o alvoroço, a euforia com que muitos cientistas estrangeiros se entregaram, nesse século, à recolha, observação, descrição e catalogação de tudo quanto a Natureza lhes deparava e que, por contactos fortuitos connosco, nos foram envolvendo no mesmo gosto de observar, estudar e coleccionar, independente do comerciar”.*<sup>726</sup>

À medida que se estreitou o conhecimento a respeito das potencialidades existentes nos territórios africanos, asiáticos e, sobretudo, no brasileiro, houve maior objectividade por parte da administração. Passaram a ser incentivadas actividades exploratórias, destacando-se o interesse, cada vez maior, pelos recursos oriundos do reino vegetal, considerado como fonte inestimável de

<sup>725</sup>-FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 55-56, 93.

<sup>726</sup>-CARVALHO, Rómulo. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 9-10.



riquezas, susceptível de domesticação, e de estudo por parte da Ciência. O intuito de desvendar os mistérios da flora tinha razão eminentemente prática, ou seja, voltava-se para o desenvolvimento económico do Reino, a partir da implementação da agricultura, do comércio, da medicina e de outras artes, reforçando o papel das colónias no fornecimento de matéria-prima.

Devido ao vasto número de questões associadas aos Jardins Botânicos, devemos estabelecer alguns recortes, para tratarmos em seguida da formalização da citada tipologia no Brasil, a partir da década de 1790. Assim, faz-se necessário destacar certos factos oriundos de iniciativas provenientes do governo metropolitano e que visavam à transformação da colónia americana num grande celeiro e fornecedor de especiarias, projecto vislumbrado desde os seiscentos. Antes desse período, no século XVI, o autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, Ambrósio Fernandes Brandão, já antevia o futuro promissor da América portuguesa quanto à sua vocação para a agricultura, o extractivismo e, especialmente, o cultivo de plantas asiáticas.<sup>727</sup> Somente no século XVII essa mencionada consciência deu sinais de amadurecimento, tomando-se conhecida a necessidade de investimentos para a viabilização da cultura, em larga escala, de tais produtos, tendo em vista a manutenção do comércio português no cenário económico da época, que já enfrentava a concorrência feroz de holandeses e ingleses no Oriente. Dentre as mercadorias de alto valor no mercado internacional, destacavam-se: o anil, a canela-do-ceilão, o cravo-das-molucas, o gengibre, a noz-moscada, a pimenta-do-malabar.

Surgiram então importantes reflexões a respeito da recuperação do prestígio lusitano com destaque para duas personalidades que tinham bem clara a noção dos acontecimentos vigentes, a saber, o Padre António Vieira e seu amigo e correspondente, Duarte Ribeiro de Macedo, autor do *Discurso sobre a transplantação das plantas de especiarias da Ásia para a América ou nossos Brasis; e conveniências que disto pode resultar a Portugal, com a diminuição do comércio holandês*, obra remetida da França, onde se encontrava Duarte de Macedo no ano de 1675.<sup>728</sup> O texto expõe a génese dos Hortos Botânicos portugueses, além de indicar procedimentos específicos que seriam, tempos depois, adoptados e aprimorados pela Filosofia Natural, como a aclimação e a recolha sistemática de mudas e sementes de interesse especulativo, prática efectuada principalmente entre a segunda metade dos setecentos e início dos oitocentos. Ficou expressa a intenção de realizar experimentos nas terras dos Açores, da Bahia, de Cabo Verde, de Lisboa, do Maranhão, do Pará, de Pernambuco, o que de facto sucedeu no final do século XVII e início do XVIII.<sup>729</sup>

<sup>727</sup>-BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 3ª edição integral, segundo apógrafo de Leiden. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. p. XLV, XLVIII-LIII, 118-120, 129-166. (Texto datado do segundo semestre de 1618).

<sup>728</sup>-IAN/TT. Manuscritos do Brasil nº 39. MACEDO, Duarte Ribeiro de. *Discurso sobre a transplantação das plantas de especiarias da Ásia para a América ou nossos Brasis; e conveniências que disto pode resultar a Portugal com diminuição do comércio holandês*, 1675.

<sup>729</sup>-Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. "O Brasil e as drogas do Oriente". *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos Portugal, nº.18, p. 7-24, Ago. 1966. / ALMEIDA, Luís Ferrand de. "Plantas do Oriente no Brasil em fins do século XVIII". *Colóquio Revista de Artes e Letras*. Lisboa: António da Costa Isidoro, nº 36, p. 53, Dez. 1965.

Um dos pontos salientados no registo de Duarte de Macedo foi a situação favorável da colónia americana, dadas a proximidade com a Linha do Equador e a ampla faixa litorânea do Atlântico, “mais de setecentas legoas de costa chea de portos capacíssimos[,] cortada de infinitos ribeiros; terra a mais sadia, que há em toda a America”. A estratégia do aproveitamento de todas essas possibilidades naturais aconteceria de modo integrado, com o apoio do Vice-Rei da Índia, que teria por função fiscalizar a recolha de estacas e sementes provenientes de Goa, sobretudo das espécies de valor económico no mercado europeu, e enviá-las ao Brasil.<sup>730</sup>

Convém esclarecer que a observância de tal ordem deveria ser acompanhada do registo dos condicionantes de cada sítio de onde se recolhia o material florístico, tendo em vista facilitar as aclimações e transposições efectuadas. Tornava-se necessário relatar se os lugares de colecta eram baixos, húmidos ou secos, se estavam localizados em campos ou montes e qual a posição favorável das espécies em relação ao sol e ao vento dominante. Falava-se também da importância da diversificação dos experimentos e do aproveitamento de certas monções para a realização de viagens da Índia ao Brasil, mais especificamente à Bahia.<sup>731</sup>

Desde o final do século XVII, a partir da década de 1670, já se punha em prática a aclimação das especiarias asiáticas. Segundo José Roberto do Amaral Lapa, encomendou-se ao Vice-Rei e Capitão-General da Índia, D. Pedro de Almeida, no ano de 1678, a remessa das “mais importantes” plantas indiáticas a serem produzidas no Brasil. A intenção de transformar a América portuguesa numa outra Índia envolveu ainda a contratação de canarins ou de “cabras práticos”, que pudessem ensinar os segredos da arte do cultivo das citadas plantas. Sublinhe-se a existência de recomendações, datadas de 1681, no sentido de que se efectuassem ensaios botânicos, especialmente nas terras da Bahia, do Maranhão e de Pernambuco, devido à ocorrência de factores biofísicos favoráveis.<sup>732</sup> Do início do século XVIII, destacamos os préstimos de João da Assumpção, franciscano contratado em Goa para se encarregar da aclimação da canela e da sementeira da pimenta no recôncavo baiano, em particular nas “roças” da vizinhança de Salvador, periodicamente empregadas para ensaios como os que se fizeram nas terras do Coronel Lourenço Monteyro, em 1755, relativos à transplantação da amoreira.<sup>733</sup> Dentre os acontecimentos do período, foram expressivas as ordens reais de 1725 repassadas aos senhores de engenho da Capitania de Pernambuco

<sup>730</sup>-IAN/IT. Manuscritos do Brasil nº 39. MACEDO, Duarte Ribeiro de. *Discurso sobre a transplantação das plantas de especiarias da Ásia para a América ou nossos Brasis; e conveniências que disto pode resultar a Portugal com diminuição do comércio holandês*, 1675.

<sup>731</sup>-*Idem. Ibidem.*

<sup>732</sup>-Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. “O Brasil e as drogas do Oriente”. *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos Portugal, nº 18, p. 7-24, Ago. 1966. / ALMEIDA, Luís Ferrand de. “Plantas do Oriente no Brasil em fins do século XVIII”. *Colóquio Revista de Artes e Letras*. Lisboa: António da Costa Isidoro, nº 36, p. 54, Dez. 1965.

<sup>733</sup>-AMU. Nº 1696: 1755, Junho, 20, Bahia. “*Mudas de amoreiras transplantadas nas roças do Coronel Lourenço Monteyro*”. *Apud*: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo I. p. 114-115.

para que se empenhassem com esmero no cultivo da canela, a ser difundido na Capitania do Maranhão.<sup>734</sup> Se, por um lado, havia condições naturais propícias aos novos experimentos, por outro, existiam empecilhos e limitações de investimentos, o que inibia o sucesso de quaisquer tentativas.

Com relação à Consulta feita pelo Conselho Ultramarino ao Rei D. João V, datada de 1709, foi relevante o papel atribuído a João da Assumpção, anteriormente mencionado.<sup>735</sup> Através de seus préstimos, seriam seleccionados sítios adequados ao cultivo de especiarias, tarefa acompanhada da divulgação de técnicas de plantio e de beneficiamento das culturas realizadas. As actividades confiadas a esse franciscano devem ser vistas como algo significativo, próprio do universo religioso, também conhecedor da arte do amanho da terra, ocupação tradicional nos conventos e mosteiros e nas glebas pertencentes às ordens eclesiásticas.

Tais espaços poderiam ser considerados verdadeiros laboratórios ou hortos de aclimação que, trabalhados com afinco, paciência e sabedoria, tornavam possível o ideal da difusão das espécies exóticas. Contudo, fora dos limites das propriedades ou dos recintos cuidados pelos religiosos, conforme verificado no conteúdo de vários registos, a situação era outra. Formigas, pássaros e caracóis não davam trégua às mudas e sementes recém-transplantadas, raramente permitindo-lhes sobreviver, o que representava séria ameaça aos interesses do Estado.

Vale considerar aqui algumas experiências, já comentadas acima, o que contribui para reflectirmos sobre os motivos que levaram à criação dos Hortos ou Jardins Botânicos no ultramar, em específico no Brasil. O facto de o governo não possuir estrutura própria retardou sobremaneira o avanço das iniciativas almeçadas, sempre sujeitas a infortúnios. Dentre os obstáculos enfrentados, sobressaía a falta de estímulo e instrução dos donos das roças que, consumidos pelo nível de pobreza em que se encontravam, dificilmente se empenhariam na continuidade dos projectos criados do outro lado do Atlântico, na Corte “iluminada”.

Diante de uma natureza nem sempre amigável e benevolente, havia um reduto considerado exemplar, a Quinta do Tanque. Situava-se nos arredores da cidade de Salvador. Era a própria imagem do Paraíso, no molde pretendido pela administração metropolitana, livre de formigas e com muitas caneleiras e outras plantas exóticas em fase produtiva, conservadas às custas de incansáveis diligências e dos olhares atentos dos padres jesuítas, exímios botânicos.

<sup>734</sup>-AHU. PERNAMBUCO-ACL-CU-015, Cx. 31, D. 2825: 1725, Junho, 30, Pernambuco. “*CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], D. Manuel Rolim de Moura, ao rei [D. João V], sobre o envio da planta de canela para a capitania do Maranhão e o cultivo daquela planta também em terras dos engenhos desta capitania*”.

<sup>735</sup>-AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. 6, D. 487: 1709, Junho, 19, Lisboa. “*CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V referente a doação de um cruzado por dia ao religioso que veio da Índia para por em prática no Brasil a cultura das árvores de canela e sementeira de pimenta*”.

Cf. AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. 7, D. 606: 1712, Maio, 4, Bahia. “*CARTA do governador-geral do Brasil do Brasil Pedro de Vascelos ao rei [D. João V] em resposta a carta régia sobre a cultura da canela e da pimenta na Bahia*”.

Conforme registo de época, buscava-se ressaltar que “(...) so ôs Padres da Companhia, [na zona de influência de Salvador] he que se achão com bastante Canelleiras na sua quinta; porque com a sua industria, e poder, extinguirão os furnigueiros que nella havia”.<sup>736</sup>

Convém considerar as ordens religiosas como corporações bem sucedidas, pelo facto de funcionarem em rede e por permanecerem completamente inteiradas dos acontecimentos do mundo globalizado daquela época, ideia já exposta anteriormente. Assinalamos o envio de mudas de canela, na década de 1680, directamente da Índia para a referida Quinta onde, no mesmo período, se encontravam canarins treinados na arte do cultivo das especiarias.<sup>737</sup> No século XVIII, os Carmelitas Calçados também eram versados na cultura da pimenta, actividade observada no Hospício de Nossa Senhora do Pilar, na vizinhança de Salvador.<sup>738</sup>

O interesse pelas plantas exóticas de potencial económico estendeu-se pelos oitocentos, juntamente com o repasse de práticas agrícolas. Com a introdução do chá asiático no Brasil, no início do século XIX, foram trazidas famílias de colonos chineses para tentar, da melhor maneira possível, a aclimação, o beneficiamento e a produção de várias espécies, a princípio introduzidas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e na Fazenda de Santa Cruz, património expropriado dos Jesuítas e incorporado aos bens da Família Real, transformando-se assim numa residência campestre.<sup>739</sup>

Num quadro marcado pela escassez de recursos económicos, humanos e de suporte material, os esforços administrativos convergiram para a apropriação de recursos produtivos existentes. Tendo em vista a necessidade da criação de uma rede de Hortos, era prioritária a selecção de propriedades que pudessem satisfazer os interesses do Reino. No geral, tratava-se de lugares aprazíveis, situados nos arredores urbanos, com água em abundância, microclimas satisfatórios e solos férteis, além de ambientes flexíveis e versáteis.

Se, por um lado, as fontes documentais consultadas são por demais objectivas e direccionadas à temática da grande produção, por outro deixam entrever certos fundamentos da

<sup>736</sup>-AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. 6, D. 487: 1709, Junho, 19, Lisboa. “CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V referente a doação de um cruzado por dia ao religioso que veio da India para por em prática no Brasil a cultura das árvores de canela e sementeira de pimenta”.

<sup>737</sup>-AZEVEDO, J. Lúcio de (coord.). Cartas do Padre António Vieira. Coimbra: /s.e./, 1925-1928. Tomo III. p. 464-467. Apud: LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV. p. 156-157.

AZEVEDO, J. Lúcio de (coord.). *Op. cit.* p. 592. Apud: LEITE, Serafim, Padre. *Op. cit.* 1943b. Tomo IV. p. 156-157.

Cf. CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principais províncias do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810a. p. 9.

<sup>738</sup>-AMU, Nº 12809 e 12811: 1788, Fevereiro, 21, Bahia. “OFÍCIO do Governador D. José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, no qual se refere especialmente à cultura da pimenta”. Apud: ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. Tomo III. p. 73.

<sup>739</sup>-MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. p. 329-335. (Edição inglesa: 1812).

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo I. p. 141-142, 171-172. (Edição alemã: 1823).

tradição lusitana encontrados na origem dos Jardins Botânicos brasileiros. Apesar de depararmos na actualidade com o enfraquecimento de nossas próprias raízes, o que nos dificulta a tarefa da realização de leituras mais abrangentes e críticas em relação à realidade examinada, é-nos possível identificar pressupostos concernentes aos espaços concebidos, baseados na relação entre a apazibilidade e a utilidade.

Era o que acontecia normalmente nos locais reservados a ensaios agrícolas, em zonas urbanas, peri-urbanas e rurais, a saber: nos quintais, nas hortas, cercas religiosas, chácaras, roças e fazendas. Essas categorias tipológicas compreendiam funções que mais tarde foram desempenhadas pelos Hortos públicos, no final do século XVIII e início do XIX. Para exemplificarmos o processo que culminou com a criação dos Hortos, é oportuno atentar para a utilização desses terrenos. Destacamos o caso da cerca do Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, no morro do Castelo que, desde a década de 1760, pertencia a António José Castrioto, agraciado com o favor concedido pelo Vice-Rei, D. Luis de Almeida Portugal Soares de Alarcão D’Eça e Melo Silva Mascarenhas, 2º Marquês de Lavradio (1729-1790).<sup>740</sup>

Levando-se em conta as infomações apuradas, tecemos a seguir comentários sobre o espaço do citado Colégio, alvo de disputa entre dois requerentes. O resultado de tal embate resultou na fragmentação do complexo construído, que foi tratado como duas unidades distintas: o prédio, propriamente dito, reaproveitado como hospital, e a antiga cerca, destituída de suas funções primeiras, desde a expulsão dos jesuítas, em 1759. Nesse quadro, o Deus agricultor ou jardineiro não mais habitava o local, tendo sido sua obra relegada ao plano mundano. Na nova fase, o lugar transmutara-se num precioso “Orto” Botânico, “cheio de plantas e árvores raras”, obra atribuída a José Castrioto. Água, solo produtivo e vista aprazível continuavam a existir no interior do recinto. Tampouco passou despercebido o “ar salutífero” do sítio, primordial para a recuperação de convalescentes.

Os recursos naturais mantiveram viva não só a ideia de lazer ou recreio, mas a noção de serventia, sobressaindo-se a intenção de manter o espaço da cerca para a cultura do arbusto da cochonilha, actividade considerada de suma importância e de utilidade pública. No exercício dessa função, José Castrioto assumia o compromisso da transmissão de conhecimentos adquiridos na arte do cultivo da citada espécie em troca do favor que lhe fora concedido no tocante à sua

<sup>740</sup>-AHU. RIO DE JANEIRO-ACL-CU-017, Cx. 116, D. 9502: 1781, Julho, 15, Rio de Janeiro. “OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao secretário de estado da Marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o envio da cochonilha, que vinha tentando disseminar, embora os moradores ainda fossem avessos a novas culturas, o andamento e os gastos feitos com as várias construções e obras que vem realizando na cidade do Rio de Janeiro, entre elas a da Alfândega, dos canos da Carioca, a casa da Relação, a casa da Correição, realçando quatro fatores que precisam ser resolvidos para que a capitania volte a crescer: o excesso da despesa sobre a receita, o atraso no pagamento do anil e outros gêneros, o não pagamento das dívidas e a falta de meios para as obras mais necessárias, recomendando a criação de uma loteria”. Anexo: officios (cópias), mapas, relação, extrato de officio, listas, atestados.

permanência no mencionado Horto. Convém salientar que a produção da cochonilha mereceu atenção especial do governo metropolitano, principalmente na administração pombalina, por ser considerada imprescindível para a indústria tintureira. Apesar de todos os esforços para assegurar o êxito de tal empreendimento, não houve grandes resultados. O que aconteceu nesse caso particular exemplifica, possivelmente, o ocorrido em outras experiências e ensaios botânicos do período. A falta de uma política económica aliada à escassez de investimentos manifestou-se em periódicas crises do sector produtivo, comprometendo a actuação da empresa colonial.<sup>741</sup>

O lucrativo ramo de comércio que se pretendia implantar no Brasil mediante a introdução de espécies de valor económico era algo complexo para os padrões da época, pois pressupunha a montagem de uma rede de fornecedores de matéria-prima que se mantivesse em contínua actividade. Daí considerarmos a estratégia criada pelo governo, associada à doação a particulares de terrenos devolutos, e tais pessoas, supostamente comprometidas com seus respectivos empreendimentos, acabariam contribuindo com os planos da administração pública. Era também patente no período a preocupação com a transmissão de informações técnicas relativas às culturas experimentais. Salientou-se essa questão inclusive no conteúdo do registo sobre o Horto criado no morro do Castelo, no Rio de Janeiro.<sup>742</sup> De acordo com a fonte escrita, o lugar funcionaria como uma “escola” destinada à difusão de conhecimento utilitário, em prol do cultivo da cochonilha. Esse aspecto parece-nos significativo, uma vez que estabelece elos com o que já acontecia no Reino, mais especificamente, nos Jardins da Ajuda e de Coimbra, voltados para a divulgação do ensino académico e do saber prático, em proveito da agricultura, da indústria, da medicina, do mercado e de outros sectores da economia.

O processo de levar adiante o referido propósito, baseado no incentivo à produção de especiarias em solo brasileiro, contribuiu para a afirmação da causa pública, no universo de interesses particulares. Nas diversas experiências e tentativas incentivadas ou patrocinadas pelo governo, ficou evidente a necessidade da fundação de estabelecimentos próprios, com espaços adequados, administrados por pessoas habilitadas, bem formadas, capazes de desempenhar funções à altura das pretensões vislumbradas. Os ganhos práticos, apesar de todos os esforços empreendidos, foram bastante reduzidos. Entre as esferas do querer e do poder, do público e do privado, ocorreram

---

<sup>741</sup>-A divulgação do termo cochonilha também se referia ao insecto designado como *Cactus cacti*, que se alimentava da seiva da “urumbeba”, *Cactus opuntia*.

Cf. WESTPHALEN, Cecília Maria. “Cochonilha”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, 1994. p. 176-177.

<sup>742</sup>-AHU. RIO DE JANEIRO-ACL-CU-017, Cx. 116, D. 9502: 1781, Julho, 15, Rio de Janeiro. “OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao secretário de estado da Marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o envio da cochonilha, que vinha tentando disseminar, embora os moradores ainda fossem avessos a novas culturas, (...) o atraso no pagamento do anil e outros gêneros, o não pagamento das dívidas e a falta de meios para as obras mais necessárias, recomendando a criação de uma loteria”. Anexo: ofícios (cópias), mapas, relação, extrato de ofício, listas, atestados.

muitas contendas, principalmente no período que antecedeu a institucionalização dos Hortos Botânicos. Tal quadro é comentado nos apontamentos do médico e naturalista, Manuel Arruda da Câmara (1752-1811), que defendia a implantação e manutenção de um conjunto de Jardins públicos desvinculados de quaisquer iniciativas particulares, concepção justificada pela alegação da costumeira “ignorância” dos agricultores aliada à falta de assistência técnica, à escassez de condições pecuniárias e de locais adequados para o condicionamento de mudas e sementes, além da inexistência de instrução aos moradores do campo.<sup>743</sup> Todos esses motivos acabavam comprometendo o empenho dos governadores das capitânias no cumprimento das ordens reais.

Com vistas a sanar tais problemas, ocorreu a fundação daquele que se considerou o primeiro Horto público brasileiro, o Horto de São José, implantado em terreno expropriado da Congregação de Nossa Senhora da Piedade, localizado na envolveria da cidade de Belém do Pará. O acto em si, que resultou na citada obra, surgiu de motivação directa do Reino. Na Carta Régia de 4 de novembro de 1796, ficava evidente o interesse no aproveitamento das potencialidades botânicas da região Amazónica, em particular das plantas úteis à economia portuguesa, assunto tido como prioridade de Estado, sobretudo após o declínio do Ciclo do Ouro, em Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse contexto, destacou-se D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), que ocupou o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar no governo de D. Maria I, no período de 1796 a 1803. Foi defensor da promoção do intercâmbio de mudas e sementes entre as diversas regiões do território lusitana, retomando também o projecto de aclimação das especiarias orientais, ideias contidas em sua *Memória sobre o melhoramento dos Domínios de S. M. na América* (c.1797).<sup>744</sup>

Os procedimentos adoptados no Pará, que culminaram com a criação do Horto de São José, fizeram parte de uma longa trajectória de ensaios implementados nos mais diversos tipos de parcelas hortifrutícolas. Assim como aconteceu no Rio de Janeiro e em outras cidades, utilizaram-se determinadas glebas nas cercanias de Belém a fim de se alcançar os objectivos concernentes à transposição e ao beneficiamento da cultura de espécies exóticas. Isso fica claro no conteúdo do catálogo impresso do referido jardim, que se mantinha associado a outros hortos.<sup>745</sup> Nesse período, de acordo com os relatos de Spix e Martius (1817/1820), como já referimos anteriormente,

<sup>743</sup>-CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principais provincias do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810a. p. 15-16.  
Cf. RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão- o Cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 398, 400, 401.

<sup>744</sup>-ALMEIDA, Luís Ferrand de. “Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, /s.e./, v.15, p. 401, 1975. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 113.

<sup>745</sup>-AHU. PARÁ-ACL-CU-013, Cx. 114, D. 8821: 1799, Fevereiro, 2, Pará. “OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a notícia da chegada dos navios de guerra que partiram do porto de Belém do Pará e informando ter recebido a relação impressa das plantas do Horto Botânico daquela cidade”. Anexo: catálogo das plantas do Horto Botânico. Observação: documento impresso.

sobressaía a ocupação portuguesa na Guiana Francesa (1809-c.1819), mais especificamente em Caiena, notabilizada pelo Jardim de *La Gabrielle*. Rico em especiarias aclimatadas, o lugar passou a cumprir a função de preparar material botânico e enviá-lo ao Pará e a outros lugares com estabelecimentos congêneres, como ao Horto de Olinda, administrado pelo caienense [Estevão]-Paul Germain, que assumiu o cargo em 1811. Substituiu ele o Padre João Ribeiro Pessoa Montenegro, Professor do Seminário, responsável pela criação e manutenção do viveiro de plantas, composto por: árvores-do-pão, bananeiras-do-taiti, bilimbizeiros, caneleiras, caramboleiras, corais-da-índia, frutas-do-conde, girofleiros, gonçalinhos-de-moçambique, groselheiras, lilases, moringazeiros, moscadeira, nogueiras, pimenteiras-da-índia, quássias, virgíneas.<sup>746</sup>

As fazendas ou os hortos particulares, existentes nas proximidades de Belém, valeram-se de igual modo da relação estabelecida com o território recém-ocupado da Guiana, de onde se despacharam mudas e sementes de várias espécies, dentre elas: a árvore-do-pão, a bananeira-da-folha-vermelha-do-Pacífico, o bilimbi, a caramboleira, a canforeira, o coitezeiro, o flamboaiã, o girofleiro, a goiabeira, a lichia, a moscadeira, a noz-de-behn, a pimenteira-da-índia, que já tinha sido introduzida pelos jesuítas no Brasil, em épocas anteriores, importada de Macau e do Timor.<sup>747</sup>

Com base nas anotações de Spix e Martius (1817/1820), julgamos necessário salientar alguns aspectos relativos à ambiência dos Hortos Botânicos, como o da Fazenda da Olaria, localizado na periferia da capital do Grão-Pará, o que nos orienta na compreensão dos Jardins pesquisados. Normalmente, alguns desses hortos podiam ser comparados a extensos pomares. Eram regulados por alinhamentos e outras técnicas de cultivo empregadas nas Índias Orientais, como o plantio associado da pimenteira com o coitezeiro, a goiabeira, a noz-de-Behn e o flamboaiã, que lhe serviam de “esteios” para a sustentação dos ramos da primeira. O resultado de tal manejo não deixava de surpreender pela aparência promíscua da cultura, ou seja, pelo emaranhado de galhos ou pela própria mescla da vegetação. Com referência às copas, que se conservavam em formato piramidal, não ultrapassavam os 12 pés de altura, cerca de 3,96 m. No geral, os espaçamentos adoptados variavam de 8 a 12 pés, ou seja, de 2,64 a 3,96 m. Tudo era ordenado segundo os princípios da produção. Observavam-se ainda outros requisitos, como a qualidade do solo, factor essencial para o pleno desenvolvimento dos exemplares transpostos. Assim, a plantação de caneleira deveria ficar restrita a regiões baixas, de solo “bastante húmido

<sup>746</sup>-RECIFE. Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, FIDEM. *Horto de Olinda. Plano Diretor*. v.1. 1979. p. 28-29. (Material não publicado).

RECIFE. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, FIDEM. *Plano Diretor. Horto de Olinda. Aspectos históricos- Pesquisa bibliográfica*. 1979. p. 112. (Material não publicado).

<sup>747</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 29-30, 62-63. (Edição alemã: 1823).



e de altitude suficiente para não ser inundada nos transbordamentos do rio”. Por sua vez, mantinha-se a cultura da pimenteira, de preferência em locais de solo “barrento, gordo, ferruginoso, bem limpo das hervas más”. No entanto, nem a canforeira nem a moscadeira se adaptaram bem ao novo *habitat*, devido às condições climáticas do Pará. No caso da segunda espécie, teria que receber cuidados extras, como acontecia nas Molucas, sendo necessários, além da protecção contra o forte calor e a luminosidade do sol, terrenos fofos e com bastante húmus. Em suma, cada espécie vegetal era colocada em seu devido lugar, cada uma delas ostentando seus respectivos atributos. Mesmo no âmbito dos cultivos experimentais, destacavam-se alguns traços marcantes, como a beleza do porte da árvore-do-pão, a floração do bilimbi, a frutificação da caramboleira, a frondosidade e o aroma dos girofleiros, a nobreza da moscadeira. A utilidade das espécies associava-se a questões estéticas.<sup>748</sup>

Nesse quadro, evidenciou-se também a dinâmica e o funcionamento dos hortos botânicos. Fossem eles privados ou públicos, eram sempre interligados, a fim de se facilitar a disseminação de mudas e sementes de interesse económico. Tal facto encontra-se fundamentado no Aviso Régio de 19 de novembro de 1798, que recomendava aos Capitães-Generais das Capitânicas da Bahia, de Goyazes, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio Grande de São Pedro e de São Paulo a fundação de espaços similares ao Horto de São José, considerado referência modelar em termos do cultivo e da difusão de plantas úteis, como será visto ao tratarmos do elenco vegetal.<sup>749</sup> Salientamos trecho do referido Aviso que, a nosso ver, é elemento importante para reflexão sobre os objectivos dos Jardins Botânicos brasileiros. Assim, orientava-se no sentido de se

*“(…) estabelecer nesta Capitania com a menor despeza que for possível hum Jardim Botânico semelhante ao do Pará, em que se cultivem todas as Plantas assim indigenas, como exoticas, e em que particularmente se cuide em propagar de sementes de Arvores, que dão Madeiras de Construção para depois se semearem nas Mattas Reaes”.*<sup>750</sup>

Em outras palavras, o Aviso indicava que não haveria fartos investimentos para a execução de grandes obras nem a aquisição de parcelas a preços exorbitantes. No geral, punham-se à disposição, após expropriações ou muita negociação, terrenos particulares. Eram lugares que dispunham de um mínimo de recursos para o desempenho das actividades pretendidas. O que se

<sup>748</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 29-30, 62-63. (Edição alemã: 1823).

<sup>749</sup>-Ressaltamos aqui a fundação do Jardim Botânico de Olinda, em 21 de junho de 1811, em lugar denominado “Manguinho”. O citado estabelecimento serviu de base para a distribuição de plantas exóticas a outros Hortos posteriormente implantados, como a Fazenda Primavera, instituída como local de aclimatação em 17 de março de 1818, e o viveiro de mudas criado à margem do rio Capibaribe, em 27 de setembro de 1825.

RECIFE. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, FIDEM. *Plano Diretor. Horto de Olinda. Aspectos históricos- Pesquisa bibliográfica*. 1979. p. 113. (Material não publicado).

<sup>750</sup>-AHU. ACL-CU-Códice n° 574: 1798, Novembro, 19, Lisboa. “AVISO RÉGIO. Para estabelecer hum Jardim Botânico”.

considerava prioritário era o funcionamento em rede de tais hortos. Deveriam estar integrados na política globalizante do governo. Na contextualização dos factos, podemos citar a determinação do Príncipe Regente, no ano de 1800, relativa à remessa de todas as qualidades de sementes de plantas, “juntando-se mui particularmente as que produzirem belas, e cheirosas Flores”. Expediu-se a referida ordem a diversas localidades do vasto império português, dentre elas: as Capitânicas brasileiras ora citadas e as do Ceará, do Espírito Santo, da Paraíba, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe d’El Rey, para além dos territórios de Angola (Benguella), Bissau e Moçambique, das Ilhas do Cabo Verde, do Príncipe e de São Thomé, na África, da Índia e das Ilhas dos Açores e da Madeira, estendendo-se a resolução ao Cacheo e à Ilha do Fogo.<sup>751</sup>

De acordo com o ideário da época, os Jardins Botânicos implantados nas colónias espelhavam a concepção de uma natureza instrumental, ordenada, produtiva e utilitária. Isso tinha origem na Academia de Ciências que visava ainda a orientar metodicamente a exploração das potencialidades ou dos recursos disponíveis em cada região. Implementava-se o estudo da botânica, percebida como uma fonte promissora de riquezas, em especial para o desenvolvimento da agricultura, da farmácia, do comércio e outros ramos do conhecimento, assunto amplamente defendido por intelectuais, como: Domenico Vandelli, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, G.A. Dalla Bella, Manuel Arruda da Câmara.<sup>752</sup>

Podemos ainda apontar outras situações que ajudam a exemplificar a pretendida integração, no âmbito das medidas administrativas. Uma delas diz respeito à criação de Hortos ou fazendas experimentais na Ilha da Madeira, como ocorreu no Brasil, tendo em vista a difusão de culturas proveitosas à economia portuguesa. Essa iniciativa associava-se ao envio de naturalistas para a citada Ilha, no ano de 1798.<sup>753</sup> Havia o intuito de se promover a colecta selectiva de plantas nativas e remetê-las ao Real Jardim da Ajuda, em Lisboa, procedimento igualmente adoptado em diversas partes do Ultramar, iniciando-se assim uma grande colecção de plantas exóticas, utilizadas, inclusive, na agilização de intercâmbios com outros Jardins europeus, como os de Berlim, Paris e Petrogrado.<sup>754</sup>

<sup>751</sup>-AHU. ACL-CU-Códice nº 575: 1800, Novembro, 19, Palácio de Queluz. “Para que remetta toda a qualidade de sementes de plantas”.

<sup>752</sup>-CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principais provincias do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810a. p. 14-16.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colónias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 26, 30, 42, 94-95.

VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura e principalmente da cultivação das charnecas*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770. p. 1-9.

<sup>753</sup>-CARVALHO, Rómulo. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 67-68.

<sup>754</sup>-MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Op. cit.* p. 58-59.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão- o Cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 391.

O que sucedia em Portugal com relação ao recebimento de mudas e sementes do Ultramar e das Ilhas Atlânticas, periodicamente enviadas ao Jardim da Ajuda, também ocorria em outras nações. No império colonial da Espanha, os Jardins Botânicos da [Colômbia], de Cuba (Havana), das Filipinas, da Guatemala, do México (Guadalajara e México), do [Peru], da [Venezuela], ligavam-se ao de Madrid.<sup>755</sup> O mesmo acontecia entre as ilhas caribenhas de Saint Thomas e Saint Vincent e o *Kew Garden* de Londres.<sup>756</sup> O século XVIII, na Europa, foi particularmente marcado pela actuação conjunta de Academias Científicas, Hortos de Aclimação, Laboratórios, dentre outros estabelecimentos. Várias instituições dedicaram-se a desvendar os segredos do mundo natural, objectivando a potencialização da economia mercantilista.<sup>757</sup>

### Critérios de Implantação e Aspectos Formais

Como ponto de partida para a análise formal, consideramos alguns registos que nos permitem avançar no entendimento dos factos. Buscaremos apresentar as nossas convicções levando em conta as informações relativas aos Jardins ou Hortos Botânicos de Belém do Pará, de Olinda, de Ouro Preto e do Rio de Janeiro.

Na realidade da colónia americana, a intenção de implantar uma rede de Hortos visando à aclimação e à difusão de plantas exóticas não chegou a ser efectivada, ou seja, não houve cumprimento integral do Aviso Régio de 19 de novembro de 1798, aspecto já comentado anteriormente e que revela a descontinuidade de acções administrativas, a princípio coordenadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), Secretário de Estado e Ministro da Marinha e Ultramar (1796-1803).

Além dos citados jardins, como já foi referido, previa-se a fundação de mais outros recintos de igual tipo que também não chegaram a ser concretizados. Na Bahia, reaproveitou-se o terreno, a princípio destinado à construção do Jardim Botânico, para a instalação de um Passeio Público. Episódio análogo aconteceu em São Paulo, cujo Passeio ainda serviu à instrução botânica e comportou o funcionamento de um viveiro de mudas, durante o século XIX.<sup>758</sup> Eram lugares

<sup>755</sup>-O Jardim Botânico de Madrid não foi o único no Reino espanhol. Anteriormente à sua fundação, já existia o Jardim Botânico do Palácio de Aranjuez, criado na época de Filipe II (1527-1598).

CASTEL-BRANCO, Cristina; REGO, Francisco Castro. "O mundo das plantas e a ciência". In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 94, 98.

<sup>756</sup>-TEXERA ARNAL, Yolanda. "Exploradores botânicos europeus en Venezuela durante el siglo XIX". Quipu. Mexico, v.4, n° 1, /s.p.J, may/ago. 1987. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 59, 215.

<sup>757</sup>-Cf. MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 13-14, 24-26.

<sup>758</sup>-AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold, 1812-1884. *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953. v.2. p. 337. (Edição alemã: 1859). / SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. p. 179.

situados nos arredores urbanos e propícios à transposição de espécies vegetais. Em outras localidades, como na Vila de Cuiabá, sede da Capitania de Mato Grosso, a divulgação do Aviso de 1798 tampouco resultou na implantação de Horto Público, apesar do esforço empreendido pelo Governador e Capitão-General desse território, Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1748-1827), que o considerava um “tão útil e deleitável” estabelecimento, da “maior” necessidade. É que faltava naturalista de “profissão”, que pudesse levar adiante as determinações reais.<sup>759</sup>

Em Vila Boa, sede da Capitania de Goiás, o processo que visava à implantação do Jardim Botânico reflectia a conjuntura colonial, marcada pela falta de consenso entre burocratas e pela escassez de recursos, de mão-de-obra habilitada, de material necessário ao desempenho de serviços específicos, além do costumeiro quadro de contendidas, intrigas e solicitação de favores. O Horto de Goiás, também inviabilizado, seria implantado na chácara pertencente ao ex-tesoureiro, Francisco José Hutim, local bastante espaçoso e com um “excelente rego de água”. Embora o Governador e Capitão-General, D. João Manuel de Menezes, fosse defensor da iniciativa, tudo leva a crer que houve forte oposição por parte dos Deputados da Junta da Fazenda ao projecto inicial, equivocadamente tratado como assunto doméstico, “à semelhança de huma horta de couves e de alfaces”.<sup>760</sup> Quanto à implantação de outro Horto, o de São Luís do Maranhão, repetia-se o mesmo discurso relativo às dificuldades enfrentadas pelos administradores. Nesse caso, ficou clara a falta de dotação orçamentária para a modelação do terreno destinado à aclimação de especiarias.<sup>761</sup> Com base nos exemplos comentados, supomos que a fundação de um Jardim Botânico não era tarefa tão facilmente entendida e cumprida, a começar pela escolha do terreno, que sempre esbarrava nas limitações económicas impostas pelo governo. Assim, concebiam-se os empreendimentos como um meio termo entre o desejado e o possível. No campo do desejado, segundo a concepção de Manuel Arruda da Câmara, os Hortos deveriam abranger parcelas que englobassem diversos tipos de ambientes.

<sup>759</sup>-AHU. MATO GROSSO-ACL-CU-010, Cx. 38, D. 1890: 1800, Abril, 21, Vila de Cuiabá. “OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a criação de um Jardim Botânico na capitania”.

<sup>760</sup>-AHU. GOIÁS-ACL-CU-008, Cx. 42, D. 2552: 1800, Setembro, 30, Vila Boa. “OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso], D. João Manuel de Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o sequestro dos bens do tesoureiro da casa de Fundação de Vila Boa, José Francisco Hutim, preso sob a acusação de roubo e acerca de algumas plantas que o acusado tinha em seu poder, e que teriam sido deixadas ao cuidado do padre Inocêncio Pereira Pedrosa para o Horto Botânico”.

AHU. GOIÁS-ACL-CU-008, Cx. 45, D. 2659: 1803, Abril, 04, Vila Boa. “OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Goiás], D. João Manuel de Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], sobre a arrematação das casas do ex-tesoureiro, Francisco José Hutim, para o estabelecimento de um horto botânico; de uma chácara de Manuel José Leite, propícia para o estabelecimento de uma plantação de café, e a oposição da junta da Fazenda Real aos seus projetos. Anexo: 3 docs. (relativos ao comércio de café entre Goiás e Belém do Pará).

<sup>761</sup>-AHU. PIAUÍ-ACL-CU-016, Cx. 23, D. 1223: 1800, Outubro, 1, São Luís do Maranhão. “OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania do Maranhão], D. Diogo de Souza, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os insultos dos índios no Piauí; as diligências relativas à descoberta do salitre; as razões porque não foi possível estabelecer o horto botânico; as providências militares para as promoções e regulamento de Milícias; o indeferimento da pretensão do governador interino do Piauí, [Francisco Diogo de Moraes], e a nomeação de José Pedro Fialho para ouvidor do Piauí. Anexo 2 docs.

*“Todavia a escolha de lugar para a instituição destes Hortos não he coiza indifferente; pois que, havendo de transplantar se nelles vegetaes de diversas partes do mundo, e de differentes naturezas, huns serão proprios de terras argilozas, outros areiscas, a hum he proveitosa a expozição dos ventos, a outros o resguardo delles, huns vegetarão bem em lugares humidos, outros nos seccos, &.*

*Cumpra pois que o lugar, que se destinar para o Jardim, inclua varzea, mais e menos fresca, terra argilozas, areisca, altos expostos ao vento, e ao sol: e será ainda mais necessario, que pelo Jardim passe algum arroio, ou fonte corrente, com a qual se possam facilmente regar as plantas”.*<sup>762</sup>

Quanto ao resultado obtido em tais estabelecimentos, Arruda da Câmara destacou a necessidade de contar com os préstimos de um Inspector, profissional instruído nos princípios da agricultura e da botânica. Em outras palavras, ele deveria ser capaz de manter o elenco das plantas transpostas, atestar as práticas difundidas, catalogar e desenhar as espécies novas e raras, proceder a intercâmbios com outros Hortos, realizar experimentos científicos, registar as qualidades biofísicas dos sítios, onde se colectava material florístico, enfim, de levar adiante as iniciativas pretendidas, que envolviam uma série de funções específicas. Também não passou despercebida a serventia do Jardineiro, que seria um auxiliar directo do Inspector, encarregado da execução de projectos e da coordenação de serviços feitos pela escravaria e por outros trabalhadores, bem ao molde do feitor das propriedades rurais, certamente um traço peculiar da realidade colonial brasileira. A definição das obrigações dos respectivos funcionários nos permite perceber o modelo do espaço estudado, destinado a cultivos experimentais, herborizações e tratamentos de espécies úteis e agradáveis, como a caneleira, o cravo girofleiro, a ipecacuanha, a moscadeira, a pimenteira, a tamareira, o tamarindo.<sup>763</sup>

O jardim ideal coincidia com a imagem de um lugar agradável, atraente e favorável ao amplo contacto com o público, em particular com os agricultores. Tinha por objectivo proporcionar informações técnicas a respeito das culturas de potencial económico, actividade normalmente acompanhada da distribuição de mudas e sementes. O Jardim Botânico operava como instrumento a serviço do Estado, de acordo com os objectivos estabelecidos.<sup>764</sup> Interessava, nessas circunstâncias, a conservação e o funcionamento parcimonioso do conjunto construído, sem grandes despesas, resultando isso, na maioria das vezes, em apropriações de terrenos particulares, ou seja, de parcelas hortifrutícolas localizadas nas periferias urbanas, dotadas de estruturas básicas, como as cercas monásticas e as chácaras.

Em termos práticos, a estratégia consistia na aquisição e na manutenção de certas propriedades que se destacavam pelas condições biofísicas e pelo alto grau de fertilidade das respectivas glebas. Assim, os jardins que chegaram a ser implantados no Brasil estavam

<sup>762</sup>-CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principais provincias do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810a. p. 16-17.

<sup>763</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 19.

<sup>764</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 16-18.

intrinsecamente relacionados com o mundo agrário. Além da vizinhança com o meio rural, ligado à grande produção, apresentavam, em seus próprios terrenos, vestígios de antigas ocupações, que os aproximavam de tal realidade. Levando-se em conta o facto, podemos dizer, no tocante ao aspecto formal, que os primitivos Hortos Botânicos foram implantados sobre bases anteriormente edificadas, bastante distintas umas das outras, tendo em comum traços da cultura portuguesa.

A disposição do espaço no contexto observado reflectia a assimilação de técnicas e regras práticas ligadas à cultura de raiz, notadamente versada na arte de potencializar os recursos de cada sítio ou região, o que transformava os citados Jardins em lugares amenos, calmos e verdejantes. Como a maioria das parcelas hortifrutícolas localizadas nas periferias urbanas, ainda espelhavam a imagem de uma natureza artificiosa, muitas vezes situada entre espontaneidade e formalismo, sem o apelo directo e ostensivo ao uso da linguagem artística e estilística, conforme aconteceu em algumas chácaras brasileiras ou mesmo nas quintas de recreio e nos estabelecimentos da Ajuda e de Coimbra, em Portugal. Além dessa particularidade, os Hortos eram recintos individualizados, cercados por muros, sebes e/ou valados, onde predominava o coleccionismo de plantas exóticas e raras, visando à realização de cultivos experimentais. Eram ambientes extremamente propícios à vivência do lazer ou do ócio. Constituíam lugares amenos, geralmente dotados de sistemas hidráulicos, caminhos cobertos com pérgolas e outros artificios geradores de sinestésias, ampliando assim a capacidade perceptiva dos usuários.

O todo construído, em tais lugares, era percebido como algo complexo, dinâmico e variado, principalmente em função das ambiências proporcionadas pelas formas naturais da água e da vegetação, que se justapunham a desenhos de modulações proporcionais, de retículas regulares ou de traçados de geometria simples.<sup>765</sup> O uso consciente de elementos vivos e vivificantes na trama dos Jardins Botânicos derivava, por assim dizer, na criação de extensos contínuos, como acontecia em outros tipos de espaços abertos contidos na estrutura da “urbe” colonial, igualmente pautados por uma infinidade de cores e nuances, odores, sombras, sons e outras manifestações etéreas e físicas, que os enriqueciam. Conforme salientado, a água era um dos principais protagonistas dos conjuntos existentes, onde normalmente se implantavam sistemas hidráulicos com o propósito de integrar as diversas unidades e preservar as culturas realizadas. Além da questão funcional e utilitária, a presença da água contribuía ainda para realçar o carácter lúdico e ornamental de tais Jardins, o que reduzia a presença do geometrismo no desenho.

Também o elenco vegetal concorria para a espontaneidade dos recintos implantados. As espécies transplantadas eram intencionalmente distribuídas de acordo com as características e as

---

<sup>765</sup> -Vejam-se, no volume II, as figuras nº 194-196.

necessidades de cada indivíduo, ou seja, dispostas em função da melhor exposição solar, da necessidade de rega, do tipo de solo adequado, dentre outros condicionantes. Os cultivos experimentais organizavam-se geralmente em alinhamentos. O aspecto resultante desse tipo de ambiente pode ser considerado a partir de um quadro de contrastes entre formas artificiais e naturais, como ficou evidente no Horto de São José em Belém do Pará. Neste caso, tratava-se de iniciativa pioneira, promovida por D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Governador da Capitania do Pará, irmão do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Tal empreendimento, realizado nas terras do Convento de São José, fazia lembrar o que aconteceu no Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, na década de 1760, que teve seu conjunto fragmentado em duas unidades, o prédio e a cerca propriamente dita, como já vimos. O mesmo sucedeu no mencionado Convento. Após a expulsão dos congregados de Nossa Senhora da Piedade, em 1758, adaptou-se o edifício existente para funcionar como hospital, prisão e quartel, sendo o restante do terreno reaproveitado para a instalação do Jardim Botânico.<sup>766</sup> Ao todo, a propriedade remanescente abrangia área equivalente a 50 braças em quadra, correspondendo a 110 x 110 m (1,21 ha). De acordo com o testemunho de Antônio Ladislau Monteiro Baena, contido em seu *Ensaio corográfico sobre a província do Pará* (1839),

*“O Horto Botânico, que foi estabelecido em 1798 em virtude da Carta Régia de 4 de Novembro de 1796, é um espaço quadrado de cinquenta braças em cada quadra nas terras de São José pertencentes à Fazenda Real por doação de Hilário de Souza e sua Mulher todo cingido de valado com tapume vivo de limão, cujo centro um poço ocupa com parapeito de alvenaria, que o contorna; o qual era coberto por um grande teto de telha acoruchado, e do qual por meio de uma bomba se fazia irrigação das plantas. Da casa deste poço pavimentada de ladrilho vermelho e alvo e guarnecida de poiais partem renques de plantas domésticas e forasteiras já climatizadas, que se cruzam com outras, e dentro dos quadriláteros, que elas formam, existiam latadas e bosquetes de várias flores, que em torno adereçavam o espaço interior, e também algumas drogas necessárias ao homem que prova desmancho na saúde (...)”*<sup>767</sup>

Com base no exposto, interessa observar a preservação de parte da antiga cerca, delimitada por valados e contida por sebes de limoeiros. Na organização do lugar, era nítida a adoção de traçado biaxial ortogonal, tendo ao centro, possivelmente, arquitectura de prazer, de onde se irradiavam renques de plantas cultivadas. A descrição do espaço, além de expressar noções relativas à intrincada ordem das culturas e à apazibilidade e fertilidade do recinto, considerado como Paraíso, também dizia respeito à manutenção das espécies exóticas transpostas. Porém, o que realmente chama a atenção, no registo elaborado, é a permanência, durante algum tempo, de determinados elementos ligados à tradição lusíada, favoráveis à contemplação do local. Assim, percebemos a inserção de casa de prazer, bancos, latadas e sebes no desenho considerado,

<sup>766</sup>-SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 114, 116.

<sup>767</sup>-BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará por ...* Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839. v.3. p. 29. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Op. cit.* p. 115-116.

mais particularmente, em determinados pontos, propícios à estadia e ao recolhimento. Tais componentes desempenharam papel preponderante. Ajudaram a transformar o estabelecimento num “sistema cósmico ordenado”, à semelhança dos hortos de recreio portugueses, que se contrapunham ao “caótico” da produção.<sup>768</sup> Nesse universo, era marcante a tendência a se controlar as qualidades etéreas e físicas do espaço com a formalização de latadas, renques e sebes, garantindo-se a predominância, ao longo dos caminhos, de fragrâncias refrescantes, de luminosidades suaves, de sombras perfumadas e de tonalidades da cor verde. Na disposição do complexo constituído, a vegetação desempenhava função estruturante e ornamental, sobressaindo-se o emprego dos citrinos, devido a sua beleza intrínseca.

A síntese de todos esses elementos estimulava os sentidos, fazendo com que o Horto de São José, em Belém, fosse visto como uma referência ao gosto europeu, que contrastava, em alto grau, com a floresta envolvente. A mesma sensação de estranhamento que marcava a percepção de tal jardim certamente norteava a opinião sobre outro lugar público; o Horto das Canaleiras, situado nos arredores da referida cidade, sendo designado como “espaço hortado, no qual se culti[va]vam árvores aromáticas, transpostas da Gabrielle, jardim de Caiena”.<sup>769</sup> O lugar foi concebido como parte integrante da urbanização executada, em região alagadiça, na vizinhança do Convento de São José. Esse empreendimento era completamente inusitado para o local onde se encontrava, destacando-se diante do emaranhado da mata ao redor.<sup>770</sup> Porém, nenhum desses lugares teve vida longa, dadas as dificuldades administrativas que marcaram o governo colonial, facto já conhecido. Gradativamente, foram abandonados e descaracterizados durante o século XIX, até seu completo desaparecimento, no início do XX. O que sucedeu em Belém do Pará, com relação à desintegração desses hortos, ocorreu em Olinda e Ouro Preto.

Em Olinda, as impressões do comerciante francês Louis-François Tollenare (1780-1853), registadas durante visita à cidade entre os anos de 1816 e 1817, concorrem para reforçar o que já foi dito anteriormente sobre o uso de certas propriedades situadas nos arrabaldes e adaptadas para o funcionamento dos Jardins Botânicos recomendados pelo Aviso Régio de 19 de novembro de 1798. O Horto de Olinda passou a existir somente em 1811, depois de resolvida uma série de empecilhos administrativos. De acordo com as descrições de Tollenare, o local escolhido para a instalação do Jardim Botânico, numa das encostas da cidade, apresentava razoável diversidade de

<sup>768</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 91, 278-279, 303. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>769</sup>-BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio corográfico sobre a província do Pará por ... Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839. [v.3]. p. 256-257. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 117.

<sup>770</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 15-16. (Edição alemã: 1823).



espaços, propícios à realização de ensaios.<sup>771</sup> Também havia desvantagens, como a aridez e a secura nos cumes do terreno e o solo alagadiço nas partes mais baixas, isso sem esquecer a limitada superfície da propriedade, que abrangia apenas 4 jeiras, cerca de 0,8 ha, aspecto contradito pelo botânico escocês George Gardner (1812-1849), no ano de 1837.<sup>772</sup> Apesar da falta de consenso sobre o assunto, tal estabelecimento abrigava cursos de agricultura e botânica, ministrados pelo cirurgião e inspetor Joaquim Jerônimo Serpa (1773-1842), o que correspondia aos objectivos pretendidos para o lugar.<sup>773</sup>

Ao que tudo indica, o referido Horto permanecia aberto à visitação pública. Todavia, não se mostrava por demais cativante, seja pela conservação precária do espaço, seja pela desmotivação administrativa, provocada sobretudo pela escassez de recursos destinados a garantir a continuidade do empreendimento. O agravamento dessa circunstância a partir da década de 1840 resultou supostamente na publicação de anúncios de locação e venda do imóvel. As informações apuradas no conteúdo das respectivas notícias são esclarecedoras no sentido de facilitar-nos a compreensão do conjunto construído, tratado como um “sítio”. Em termos regionais, a palavra sítio era, em Pernambuco, equivalente à palavra chácara. Assim, o Horto de Olinda tinha a aparência e a forma de uma chácara. Foi valorizado por possuir “excelente[s]” localização e vivenda, casa para “pretos” e feitor, cocheira, estrebaria, três grandes cacimbas com tanque, uma delas de água para “beber”, a outra para o “gasto” doméstico e a terceira de água mineral ferruginosa, além de boa “baixa de capim”, para sustentar mais de quatro cavalos, e terreno propício à horta e a outros cultivos variados. Todo o recinto era cercado de limoeiros, sendo murado somente em alguns pontos. Nas partes baixas, havia valas, que tinham por finalidade drenar o excedente hídrico. Periodicamente, tais regos deveriam ser limpos. Os registos nos dão ainda conta da existência de portão principal, de bancos ao longo de caminhos, de caramanchão, latadas e renques de árvores. Ademais, cultivavam-se plantas medicinais europeias e muitas espécies de frutos “esquisitos”, a maioria deles de procedência asiática, que se viam em praticamente todas as parcelas hortifrutícolas da redondeza.<sup>774</sup>

<sup>771</sup>-TOLLENARE, Louis-François. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978. p. 132-133.

<sup>772</sup>-Cf. GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975. p. 52. (Do original: *Travels in the interior of Brazil*. 1ª edição. Londres: Reeve, Brothers, King William Street, Strand, 1846).

<sup>773</sup>-RECIFE. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, FIDEM. *Plano Diretor. Horto de Olinda. Aspectos históricos- Pesquisa bibliográfica*. 1979. p. 117. (Material não publicado).

<sup>774</sup>-O Diário de Pernambuco. Recife, 9 Abril 1844. /s.p./ Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 217-218.  
O Diário de Pernambuco. Recife, 2 Junho 1845. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem*. p. 221.  
O Diário de Pernambuco. Recife, 12 Outubro 1857. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem*. p. 230.  
O Diário de Pernambuco. Recife, 27 Fevereiro 1858. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem*. p. 230.  
O Diário de Pernambuco. Recife, 14 Abril 1868. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem*. p. 236.  
O Diário de Pernambuco. Recife, 29 Maio 1883. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem*. p. 250.  
Cf. GARDNER, George. *Op. cit.* 1975. p. 52.

O quadro descrito amplia nossa compreensão da paisagem colonial, eminentemente marcada pela forte presença do campo na cidade, aspecto reflectido na organização do espaço. Nas propriedades policultoras e/ou experimentais, localizadas nas cercanias, ficava bem nítida a ideia da fertilidade, mantida às custas do trabalho escravo. Nos relatos examinados, deparamo-nos com menções à existência de senzalas, igualmente observadas nas cercas religiosas, chácaras, fazendas e nos Jardins Botânicos. Outro aspecto, não menos relevante, no desenho de tais grupos tipológicos, dizia respeito à importância atribuída à noção de natureza agradável que, sem dúvida, favorecia a implantação de conjuntos lúdicos. A maioria desses lugares era disposta de maneira simples, prática e pouco alegórica, mas nem por isso menos sensual. Os espaços construídos eram vistosos por uma série de motivos, dentre eles: o apreço pelas plantas aromáticas e especiarias botânicas, o aproveitamento das condições biofísicas de cada terreno, a presença de contrastes de luz e sombra, a valorização de determinadas vistas e das múltiplas formas dos elementos hídricos e da vegetação, que muito contribuíam para a noção de continuidade e a espontaneidade nos recintos criados, mantendo-se traços do “jardim lusíada”.<sup>775</sup> Tais complexos mostravam-se dinâmicos, variados e versáteis, ou seja, eram plenos de surpresas.

Desse modo, ao examinarmos o Horto Botânico de Olinda, concebido com base numa chácara, devemos atentar para a constituição do espaço. Considerando-se as informações apuradas, pelo menos três subespaços eram claramente identificados: o jardim, a horta e o pomar o qual, no caso, possivelmente substituíam a mata. Tais lugares eram adequados para a realização de experimentos. Quanto aos jardins, situavam-se junto aos edifícios que, no geral, continham amplas varandas. Eram vistos como ambientes aconchegantes, aprazíveis e completamente ordenados em termos do controlo de atributos naturais, como o aroma e a luminosidade. Nesses locais, os caminhos eram definidos por canteiros e/ou pela vegetação, habitualmente disposta em latadas ou renques, visando a enfatizar eixos de ligação com o edifício-sede, cuja envolvente mostrava-se susceptível a linguagens arquitectónicas modernizantes, de influência europeia, adaptadas ao contexto brasileiro.

Com referência aos demais subespaços, também incluídos no universo das chácaras, podiam ser notados como locais arcaizantes, ingénuos, multifuncionais, que expressavam, acima de tudo, a ordem das culturas efectuadas, variando entre alinhamentos de geometria elementar e cultivos de forma promíscua. As qualidades estéticas percebidas advinham da dispersão sem controlo de atributos do elenco vegetal. Normalmente, as hortas e os terreiros caracterizavam-se por serem lugares abertos e iluminados, ao passo que os pomares e as matas revelavam-se

<sup>775</sup>-Cf. CABRAL, Francisco Caldeira. *Fundamentos da arquitectura paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993. p. 129-132. Palavras prévias: Fernando Pessoa. Prefácio: Gonçalo Ribeiro Telles.

bastante fechados e sombreados. Enquanto as hortas possuíam maior variedade de plantas alimentares, condimentares, medicinais, ornamentais, os pomares eram mais acolhedores, menos expostos a variações climáticas. No mais, as mencionadas unidades eram conjugadas, ficando explícita a condição de totalidade que abrangia o Horto de Olinda. Levando em conta tal aspecto, não podemos deixar de destacar a vedação externa. O uso da sebe de Limoeiro, ao longo dos limites da propriedade, reforçava a sensação de continuidade e de recato no recinto, ao mesmo tempo que o integrava na paisagem, onde muitas vivendas eram cingidas de maneira análoga, com espécies ornamentais nas cercaduras, sobressaindo-se, além dos citrinos, os jasmims e as mimosas.<sup>776</sup> Ainda de acordo com a temática exposta, observamos que tais complexos eram regulados por princípios hortícolas ou produtivos, indicando a predilecção por terrenos naturalmente privilegiados pelo suporte biofísico.

No quadro da realidade brasileira, a fundação dos Hortos de Olinda, de Ouro Preto e do Rio de Janeiro estava associada à escolha criteriosa das respectivas parcelas, que normalmente continham bons solos e recursos hídricos. Para alcançar a forma desejada em cada um desses jardins, foi necessário contar com o emprego de mão-de-obra braçal e o conhecimento de técnicas agrícolas, visando à realização de bons cultivos ou de experimentos em locais apropriados, atentando para o declive do relevo, a drenagem, a exposição solar e a rega do solo. No caso do primitivo “Orto” de Ouro Preto, ficou explícita a intenção de moldar o terreno por meio da construção de sucessivos patamares ou socalcos, estruturados em retículas regulares, procedimento usualmente adoptado na Península Ibérica.<sup>777</sup> A execução de tal obra, na sede da Capitania de Minas Gerais, aconteceu em função do Aviso Régio de 1798, que teve como directriz o projecto assinado pelo [Capitão] Manuel Ribeiro Guimarães (1799),<sup>778</sup> igualmente

<sup>776</sup>-GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975. p. 51. (Do original: *Travels in the interior of Brazil*. 1ª edição. Londres: Reeve, Brothers, King William Street, Strand, 1846).

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo de jornal*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1998. p. 158-159.

<sup>777</sup>-Cf. HERRERA, Alonso. *Agricultura general que trata de la labranza del campo y sus particularidades crianza de animales y propiedades de las plantas*. Madrid: Eloy Terrón, 1980. Livro Tercero, capítulo III. p. 148. (Primeira edição: 1513). *Apud*: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 48. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

<sup>778</sup>-Apesar dos poucos registos relativos ao trabalho do mencionado Oficial, dizemos que são expressivos, pois exemplificam a actuação dos militares no processo de ordenamento do espaço urbano e de execução de obras públicas nas cidades coloniais, principalmente, durante os séculos XVII e XVIII.

AHU. MG 1166. “*Planta da nova Cadeia de V<sup>o</sup>. Rica principiada no anno de 84 pelo Ill.<sup>mo</sup> Exm.<sup>o</sup> o Senhor Luiz da Cunha Menezes G<sup>o</sup>, e Cap.<sup>m</sup> General da mesma, e desenhada pr. C. Manoel Rib. Guimaraens*”.

MI. “*Mapa Topografico do Orto Botanico do Ouro preto*”.

“*Planta de Villa Boa Capital da Capitania de g.al de Goyás, Levantada no ano de 1782, pelo Il.mo e Ex.mo Snr. Luis da Cunha Menezes, governador, e Capm General da mesma Capitania, e Copiada pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guim.es (...)*” Original de Manoel Ribeiro de Guimarães, no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. 1782”. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000. p. 240, 388.

Cf. TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 134-137.

responsável pelos desenhos das plantas de Vila Boa/Goiás (1782) e da Casa de Câmara e Cadeia da então Vila Rica (Ouro Preto), actual Museu da Inconfidência.

Na implantação do dito “Orto”, presumimos que houve empenho por parte do Padre Naturalista Joaquim Veloso de Miranda (c.1750-c.1817), considerado por Augusto de Lima Júnior seu primeiro construtor. De certo, as ideias de Joaquim Veloso influenciaram o desenho da proposta estabelecida, intrinsecamente vinculada à tradição lusíada. Esse facto pode ser explicado pela trajectória de vida do emérito brasileiro, que estudou em Coimbra, chegando a leccionar na Universidade, destacando-se ainda como sócio da Real Academia de Ciências de Lisboa.<sup>779</sup> O contacto prolongado com a cultura portuguesa (c.1769-c.1785) o fez conhecedor das noções e princípios adoptados nos Jardins do Reino.

De início, instalou-se o Horto Botânico em terreno contíguo à moradia do Contratador João Rodrigues Macedo. Possivelmente, tal lugar tenha sido expropriado do Tenente-coronel José Pereira Marques, sendo seu património posto à disposição do erário, o que trouxe a elaboração do referido projecto, a mando do Capitão-general Bernardo José de Lorena (1756-1818).<sup>780</sup> Assim, previa-se a completa modelação da mencionada parcela, situada numa das encostas da cidade e delimitada pela ponte dos Contos ou de São José, na parte mais baixa, e a Igreja de São Francisco de Paula, no outro extremo. A proposta impressionava pela coerência do conjunto. Concebeu-se o espaço como um todo coeso, apesar da sua compartimentação em diversos planos, devido às condições locais do relevo, bastante acidentado. O modo de preparar o terreno, associado aos cultivos realizados, priorizava a funcionalidade do Jardim e a protecção do solo, evitando-se a ocorrência de erosão.<sup>781</sup> A estrutura representada em desenho dispunha-se em vários patamares, sobre os quais viam-se canteiros geométricos, quadrangulares, ordenados segundo traçado biaxial ortogonal, polarizados por taças ou tanques de água, noção prevalecte na realidade portuguesa, sobretudo nos séculos XVII e XVIII,<sup>782</sup> o que já se observou em outros Hortos comentados.

<sup>779</sup>-LIMA JÚNIOR, Augusto de. “O sábio Joaquim Veloso de Miranda: apontamentos para a sua biografia”. Revista de História e Arte. Belo Horizonte: /s.e.l/, 5, p. 58-59, 1963. Apud: RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do serião- o Cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 352-353.

<sup>780</sup>-CF. AHU. MINAS GERAIS-ACL-CU, Cx. 148, D. 36: 1799, Maio, 10, Vila Rica. “OFÍCIO do governador de Minas, Bernardo José de Lorena para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o qual dá conta do estabelecimento de 1 jardim botânico nas terras do ten. Coronel José Pereira Marques”. Com anexo: 1 ofício. Nota: contém segundas vias dos documentos anteriores.

CF. FERRAZ, Eugênio, 1953. *A casa dos Contos de Ouro Preto: ensaio e memória da Restauração no ano do seu bicentário (ocorrido em 1984)*. Belo Horizonte: C/Arte, 2004. p. 36.

<sup>781</sup>-CF. CABRAL, Francisco Caldeira. *Fundamentos da arquitectura paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993, p. 159-161. Palavras prévias: Fernando Pessoa. Prefácio: Gonçalo Ribeiro Telles. (“Lição proferida no Instituto Superior de Agronomia, em 25/01/1943. Separata do volume *Conferências realizadas no ano lectivo de 1942-1943*. Universidade Técnica de Lisboa”). Vejam-se, no volume II, as figuras nº 197-198, 200.

<sup>782</sup>-CF. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 259. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado).

De acordo com o registo de Manuel Ribeiro Guimarães (1799), estimamos que o primitivo Horto, cujo local ainda guarda vestígios da antiga ocupação, foi também propício ao lazer contemplativo. O complexo projectado revelava-se artificioso, dinâmico ou até mesmo extrovertido, devido às possibilidades construtivas oferecidas pelo próprio terreno. Com relação a suas unidades, eram individualizadas e descontínuas, convenientes à manifestação do intimismo, traço marcante do “jardim lusíada”. Nota-se a evidência dessa peculiaridade através dos desenhos de José Wash Rodrigues, feitos no início do século XX. Esse material retratou o lugar próximo à ponte dos Contos, que lhe servia como uma verdadeira tribuna, de onde se apreciava a entrada do estabelecimento, certamente visto como um “locus amoenus”.<sup>783</sup> Assim, seduzia-se o olhar, e estimulava-se a vontade de observar outras partes do recinto. Os caminhos organizavam-se a partir da distribuição de canteiros em composições regulares, mostrando-se convidativos a deambulações pelos patamares do jardim que, equiparados a mirantes, valorizavam determinadas vistas e criavam sensação de continuidade no espaço, como acontecia nas quintas nortenhas.<sup>784</sup>

Prevalencia, no antigo Horto, o conceito de espaço global. Por mais compartimentado que se apresentasse, através da construção de módulos de cultivo, era completamente cingido. Assim, utilizavam-se os artifícios hidráulicos e a vegetação, os caminhos e as vistas como componentes essenciais do espaço, visando à criação de um complexo integrado e ordenado, onde a espontaneidade e o formalismo contrapunham-se. De acordo com o projecto, ficava bastante nítida a ligação entre o edifício e os canteiros situados em suas proximidades. Percebia-se tal aspecto a partir da interação promovida pela estrutura axial inserida no modelado do terreno, ao longo de diversos patamares, ao contrário do que sucedia nas partes superiores da encosta, possivelmente destinadas a culturas arbóreas e arbustivas, resultando em ambiências bem distintas. O composição de todo o conjunto fazia lembrar a lógica distributiva das unidades de uma chácara ou quinta de recreio, onde se viam jardins, hortas, pomares e mata dispostos segundo critérios eminentemente práticos, voltados para o aproveitamento das potencialidades biofísicas do sítio, favorecendo a manifestação da beleza e a promoção do ócio.

Considerando-se as poucas informações apuradas nos registos históricos, não é possível identificar, com clareza, os motivos que influenciaram o abandono do citado lugar, preterido em favor da implantação de um outro Horto, no “Passa-Dez de Cima”, localizado a uma milha do núcleo de Ouro Preto, cerca de 2.200 m, nas proximidades do caminho que levava a Cachoeira do Campo. Em concordância com Hugo Segawa e Ricardo Ferreira Ribeiro, supomos que isso se deveu às

<sup>783</sup>-RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. p. 124-127.

<sup>784</sup>-Cf. CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. v.1. p. 219, 268, 356-359. Dissertação de Doutorado em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem.

descontinuidades político-administrativas do período colonial, em particular àquelas decorrentes do término do mandato de Bernado José de Lorena (1803) e da morte de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1813), o grande incentivador da criação de uma rede de Jardins Botânicos em território português.<sup>785</sup>

Provavelmente, o terreno do primitivo Horto não mais oferecia boas condições de trabalho. O facto em si poderia estar relacionado à expansão da malha urbana sobre os limites da mencionada propriedade, de tamanho reduzido, inserida em lugar de relevo acidentado. O declive natural do sítio certamente dificultava o uso do solo, encarecendo os custos da conservação do empreendimento. Isso levou ao abandono de tal Horto, o que aconteceu por volta da década de 1830.<sup>786</sup>

O facto é que o Jardim foi transferido para outra propriedade abrangendo área equivalente a 28,30 ha<sup>787</sup> que, a nosso ver, correspondia à dimensão e forma de uma chácara, nos moldes das existentes nas cercanias de Ouro Preto. O governo sempre impôs restrições à aplicação de investimentos públicos, em específico, no que se referia a recursos destinados à fundação e à manutenção dos Jardins Botânicos. Era bastante conveniente a escolha de terrenos que já tivessem benfeitorias consolidadas, o que reduzia os custos da implantação de infra-estrutura e novas obras. Segundo Henrique Barbosa da Silva Cabral (1875-1946), o local seleccionado comportava “grande casa assobradada, tôda construída de pedras, com ampla varanda na frente, salas enormes, quartos espaçosos e outras dependências”. Mostrava-se ainda favorável ao repouso dos Presidentes da Província.<sup>788</sup> Ao contrário do que foi admitido por Hugo Segawa,<sup>789</sup> presumimos que, no referido domínio, houvesse actividades de lazer, especialmente nas proximidades do edifício, construído nas fraldas da Serra de Ouro Preto, onde havia fartos recursos hídricos.<sup>790</sup> Alguns registos de época sugerem a ocorrência da função recreativa.<sup>791</sup>

De acordo com o naturalista George Gardner, que conheceu tal lugar em meados de 1840, observava-se a existência de belas “avenidas” de Araucária contíguas à moradia, ao redor do

<sup>785</sup>-RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão- o Cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 403.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 113.

<sup>786</sup>-REVISTA DO ARCHIVO PÚBLICO MINEIRO. “O Jardim Botânico de Ouro Preto em 1835”. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, ano III, p. 774-777, 1898.

<sup>787</sup>-OURO PRETO. Prefeitura Municipal. *Ouro Preto: Cartela de Projectos*. [199?]. p. 18. (Documento interno).

<sup>788</sup>-CABRAL, Henrique Barbosa da Silva (1875-1946). *Ouro Preto*. Belo Horizonte: /s.e./, 1969. p. 139.

<sup>789</sup>-SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 131.

<sup>790</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 203-204.

<sup>791</sup>-Cf. “Carl Friedrich Phillip von Martius. Jardim Botanique a Ouro Preto. Desenho a lápis, 32 x 47,5 cm. Contindo no Álbum encadernado Vues du Brésil, coleção particular, São Paulo”. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *O Brasil dos viajantes*. 2ª edição. São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1999. 2ª parte. p. 114.

APM. SP/PP, 1/6, Cx. 04, Doc. 08. 1843. *Apud*: RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão- o Cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 405.

RELATORIO que ao (...) Dr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, 1º vice-presidente da Província entregou o (...) Sr. Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, em o dia 6 de abril de 1859 no momento de seguir para a Villa de Lavras a fim de assistir as arrematações das estrada do Passa-Vinte. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1859. p. 45-46. *Apud*: MINAS GERAIS, [FUNDAÇÃO JOÃO PINNHEIRO]. *Jardim Botânico do Passa-Dez/ Ouro Preto. Projeto Ouro Preto/ Mariana*. [197?]. /s.p./ (Material não publicado).

jardim.<sup>792</sup> O local distinguia-se pela disposição metódica da referida espécie, considerada símbolo de nobreza e que conferia ao espaço dinamismo, ritmo, transparência, verticalidade e volumetria. No geral, esses pinheiros dispunham-se ao longo dos acessos das chácaras, o que pode ser identificado na gravura de uma outra vivenda nas cercanias, implantada em situação semelhante, na serra do Itacolomi.<sup>793</sup>

Com referência ao desenvolvimento das actividades, o segundo Horto de Ouro Preto revelava-se multifuncional, como qualquer outro estabelecimento congénere, dedicado à instrução botânica e à disseminação de mudas e sementes de plantas úteis. O espaço era constituído de várias subunidades, podendo ser considerado como um complexo produtivo. Havia necessidade de regular os cultivos de acordo com as exigências ou particularidades das espécies aclimatadas, à semelhança dos procedimentos adoptados nas parcelas hortifrutícolas, o que variava em função das afinidades edafo-climáticas, das épocas de frutificação e colheita, dos espaçamentos necessários.

No conjunto implantado, sobressaía a imagem de uma natureza domesticada, ordenada e utilitária e ao mesmo tempo, sedutora. De certo, esse lugar permanecia marcado por contrastes de luz e sombra, de abertura e fechamento, de exposição e recato, a depender da organização ocorrida em cada parte do Jardim. Sabe-se, por exemplo, da existência de certos locais reservados à cultura do chá-da-índia. Tais subespaços, em específico, eram abertos e iluminados, como tapetes verdes moldados segundo o relevo. As podaduras efectuadas visavam à rebrota de árvores que, mantidas em baixa estatura, forneciam tenros brotos à indústria do chá, principal atractivo e meio de subsistência desse empreendimento.

Não era tarefa fácil a conservação de um Jardim Botânico. Exigia dedicação e preparo por parte de quem a realizava, como era o caso do Administrador ou Inspector Fernando Antônio Pereira de Vasconcelos, diplomado em Ciências Naturais na Holanda e estagiado no Rio de Janeiro. Tal formação o habilitava a ser o responsável pelo Jardim de Ouro Preto e a ousar em seus experimentos, sendo considerado o introdutor da cultura da amoreira, da caneleira-do-ceilão, do chá-da-índia, do cravo-da-índia e da criação de abelhas europeias e do bicho da seda em Minas Gerais. Mesmo enfrentando dificuldades administrativas referentes à escassez de recursos humanos e orçamentários, obtinha bons resultados no desempenho de suas actividades em termos da aclimação de espécies de valor alimentar, condimentar, ornamental e/ou medicinal, difundidas

<sup>792</sup>-GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975. p. 229. (Do original: *Travels in the interior of Brazil*. 1ª edição. Londres: Reeve, Brothers, King William Street, Strand, 1846).

<sup>793</sup>-Cf. "Casa de campo na região da serra do Itacolomi. IEB-USP. c.1780". In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004. p. 123, 137.

Veja-se, no volume II, a figura nº 142.

em hortas e pomares da região.<sup>794</sup> O citado naturalista foi ainda o facilitador do funcionamento de uma Escola Agrícola no próprio Horto (1840), voltada para o cultivo e o beneficiamento do chá.<sup>795</sup> Ao que tudo indica, após a morte do Inspector, o lugar entrou em decadência, deixando de ser produtivo, facto que se agravou ao longo da década de 1850, justificando-se, a partir daí, o aproveitamento do local para diversos outros usos como, “depósito” de escravos livres (1863), lazareto (1874), paiol (1875), sendo ainda cogitado o arrendamento desse complexo ou sua transformação numa penitenciária (1879).<sup>796</sup> A falta de cuidados com a estrutura existente foi determinante para a ruína da edificação principal, em finais do século XIX. Hoje em dia, o terreno do antigo Horto acha-se fragmentado e apossado, em alguns trechos, por particulares.

Dos Jardins Botânicos coloniais, o único que permaneceu activo foi o do Rio de Janeiro, apesar de inúmeros problemas decorrentes da expansão urbana sobre seus limites.<sup>797</sup> Na actualidade, esse estabelecimento abrange área aproximada de 54 ha, valor mínimo se comparado ao tamanho da propriedade que lhe deu origem. Na década de 1830, tinha cerca de duas léguas em quadra, ou seja, 17.424 ha,<sup>798</sup> equivalendo, em termos de medidas agrárias, ao terreno de uma fazenda ou de uma roça. No caso específico, correspondia às terras do Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa [Rodrigo de Freitas], possivelmente expropriadas pelo governo português. O decreto promulgado em 13 de maio de 1808 destinava o local à instalação de uma fábrica de pólvora. Um mês depois, outro decreto autorizava a implantação, no mesmo lugar, do Horto Real, com vistas à aclimação de especiarias exóticas, e que, somente a partir de 1819, passou a ser denominado “Jardim Botânico”.<sup>799</sup>

De acordo com as descrições de Maria Graham (1785-1842), elaboradas no ano de 1821, antes mesmo da abertura do Jardim ao público, facto ocorrido apenas no governo de D. Pedro IV (1826-1828), já era visível o desenho do espaço produtivo onde se faziam os ensaios botânicos. O

<sup>794</sup>-REVISTA DO ARCHIVO PÚBLICO MINEIRO. “O Jardim Botânico de Ouro Preto em 1835”. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, ano III, p. 774-777, 1898.

<sup>795</sup>-CABRAL, Henrique Barbosa da Silva (1875-1946). *Ouro Preto*. Belo Horizonte: s.e./l. 1969. p. 141.

<sup>796</sup>-RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1863 o Conselheiro João Crispiniano Soares, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. do “Minas Geraes”, 1863. p. 27. *Apud*: MINAS GERAIS, [FUNDAÇÃO JOÃO PINNHEIRO]. *Jardim Botânico do Passa-Dez/ Ouro Preto. Projeto Ouro Preto/ Mariana*. [197?]. s.p./l. (Material não publicado).

RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou no acto da abertura da sessão ordinaria de 1874 o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto: Typ. de J.F. de Paula Castro, 1874. p. 31-32. *Apud*: *Idem*. *Ibidem*.

RELATORIO que ao (...) Dr. Francisco Leite da Costa Belem, 2º vice-presidente da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto de passar-lhe a administração das mesma Provincia o Exm. Sr. Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques, à 6 de março de 1875. Ouro Preto: Typ. de J.P. de Paula Castro, 1875. p. 10. *Apud*: *Idem*. *Ibidem*.

RELATORIO apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, na abertura da 2ª sessão da 22ª legislatura, a 15 de outubro de 1875 pelo (...) Dr. Manoel José Gomes Rebello Horta, presidente da mesma provincia. Ouro Preto: Typ. do Actualidade, 1879. p. 54. *Apud*: *Idem*. *Ibidem*.

<sup>797</sup>-RIO DE JANEIRO. 6ª SR/IPHAN/DPROT. *Parecer sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. [200?]. p. 3. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim).

<sup>798</sup>-SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 64. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 141-142.

<sup>799</sup>-RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis* ou breve notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894. p. III, IX. *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Op. cit.* p. 138, 140.



citado conjunto era privilegiado pelas próprias condições biofísicas, com fartura de recursos hídricos advindos de uma das vertentes do maciço da Tijuca, e solo fértil, suavidade do relevo e visão das matas e montanhas ao redor, tendo ao fundo a imagem de uma pequena planície junto ao mar, visão diferente na actualidade. O Horto, fundado por D. João VI (1767-1826), reunia amplas condições de lazer, sendo a princípio utilizado como um Passeio particular da Família Real, que se hospedava na sede do antigo Engenho.<sup>800</sup> Tal complexo também guardou reminiscências da predilecção que D. Pedro IV tinha por ele, ao visitar o Jardim, em especial o pequeno cômodo erguido na gestão de Frei Leandro do Sacramento (1823-1829) e conhecido como a “Mesa do Imperador”, local adequado para a permanência.<sup>801</sup>

Para compreendermos o desenho do complexo examinado, é oportuno voltarmos às anotações de Maria Graham, que nos permitem conhecer a primitiva forma do lugar, definida por quadras regulares, faceadas tanto por renques de árvores, alinhados ao longo dos principais caminhos, quanto por sebes, observadas nos limites entre os cultivos. Os renques, como nos Passeios Públicos, conferiam legibilidade ao traçado, atrelando-o à noção de urbanidade. Por sua vez, as sebes destinavam-se a assegurar abrigo ou protecção aos experimentos realizados, o que proporcionava maior recato a cada um dos subespaços de plantio, dotando-os de intimismo.<sup>802</sup>

Retrataram-se ainda com destaque certos exemplares do elenco vegetal que encantavam pela beleza e raridade. As árvores sobressaíam como elementos estruturantes e ornamentais, destacando-se o castanheiro-de-“bencoolen” e o chá-da-india, cujo aspecto fazia lembrar a murta, sendo igualmente apreciado como planta ornamental, conforme indicado nas descrições da Fazenda Santa Cruz onde, de certo, funcionou outro Horto Botânico. No universo do Jardim observado, a colecção de especiarias asiáticas era, sem dúvida, uma das grandes atracções, destacando-se o cinamomo, o cravo e o jambo-da-índia, a lichia, a [longona], a moscadeira, sendo particularmente desejados os arbustos e as árvores que embalsamavam o ar.<sup>803</sup>

Ao examinarmos o desenho do espaço em questão, é nítida a disposição de uma malha ortogonal regular facilitando, por assim dizer, a sobreposição dos sistemas hidráulico, produtivo e viário. A adopção da grelha geométrica possibilitou a implantação de grandes eixos ladeados por canais de irrigação e renques dispostos na maioria das quadras nos respectivos limites. Ao que tudo indica, o mencionado traçado serviu ainda de base para a introdução de novos signos

<sup>800</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. p. 199-200. (Edição inglesa: 1842).

<sup>801</sup>-JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. *Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, /s.d/. (Folheto explicativo). Cf. “Brenno Treidler. Mesa do Imperador, Rio de Janeiro, 1898, óleo sobre tela: 63 x 85 cm”. In: INSTITUTO CULTURAL SÉRGIO FADEL. *O Brasil do século XIX na Coleção Fadel*. Rio de Janeiro, 2004. p. 104.

<sup>802</sup>-GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Op. cit.* p. 199-200, 344. Veja-se, no volume II, a figura nº 193.

<sup>803</sup>-*Idem. Ibidem.*

arquitectónicos, como as latadas e os tanques, dando ao conjunto construído maior dinamismo e diversidade, ampliando as possibilidades estéticas e vivenciais do lugar, por meio do controlo da dispersão de aromas e dos efeitos de luz e sombra. No geral, tais elementos, evidenciados nos locais de estadia, associados ou não a objectos artísticos, ajudavam a pontuar o espaço e a direccionar olhares. Destacamos a presença do grande repertório de esculturas, alusivo a cientistas, naturalistas, à memória do soberano fundador e a figuras de cunho clássico, peças que foram agregadas ao Jardim em diferentes épocas.

Com base nas informações apuradas, presumimos que, ao longo do tempo, conservaram-se traços da estrutura primária, ou seja, do suporte físico original, enquanto a estrutura secundária, no interior de certas quadras, foi acrescida e/ou modificada com obras modernizantes, como aquelas que nos remetem à estética romântica, difundida principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Assim, identificam-se recantos marcados pelo enquadramento do arboreto, conjugado, em determinados locais, com caminhos deambulantes e sinuosos, além de fontes, grutas, cascatas, esculturas, lagos, mirantes, monumentos e pequenas edificações, pontículas, repuxos, dentre outras construções. Os subespaços concebidos passam a sensação de uma natureza idílica, completamente inserida na paisagem, propícia à estadia e à contemplação.

Nesse complexo, é marcante a contribuição dos mananciais para a constituição da ambiência e da continuidade do Jardim Botânico. No caso específico, como em outros estabelecimentos congêneres, é patente a existência integrada de canaletas, cascatas, fontes, lagos, regatos, tanques que compõem a rede hidráulica de abastecimento, influenciando directamente o carácter, a disposição e a dinâmica do lugar como um todo. Nota-se, na estrutura do Jardim, uma sucessão de elementos especiais balizados pela forte presença do componente hídrico, que se encontra ali intrinsecamente associado às mais diversas formas da vegetação. A alameda Barbosa Rodrigues, por exemplo, notabilizada pelo alinhamento de palmeiras-reais, é favorecida pelo movimento, pela sonoridade da água e pelo refrigério por ela propiciado, sobressaindo-se, no citado eixo, o chafariz central tendo ao fundo o Pórtico da Antiga Academia de Belas Artes. O tipo de composição, que se repete em outros pontos do lugar, advém de modelos estéticos disseminados nos oitocentos. Nesse universo, destacam-se os canais de irrigação e os lagos que, além de tornarem o horto potencialmente estimulante, contribuem para a conservação do vasto elenco de plantas exóticas e nativas, constituído por mais de 200 famílias botânicas e cerca de 6.500 espécies, distribuídas metódica e sistematicamente pelo arboreto e pelo bromeliário, pelo cactário e pelo orquidário. Em algumas das unidades, no interior das quadras, sobressai a intenção de formar colecções exclusivas ou mesmo de tentar reproduzir *habitats* típicos de determinadas regiões, como a Amazónia. Tal iniciativa visa a proporcionar informações sobre vários tipos de

ambientes naturais, deveras sedutores pelas qualidades que lhes são inerentes.<sup>804</sup> Tudo é abarcado pelo propósito da instrução, facto peculiar no caso dos Hortos Botânicos, o que justifica a manutenção, no recinto estudado, do banco de sementes, da biblioteca, da carpoteca, das estufas, da fototeca, do herbário, dos laboratórios, da mapoteca, da xiloteca.

Ressaltamos a posição do Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim, que descreve o mencionado conjunto como uma “urdidura” bastante diversificada, cuja trama, repleta de significações, reflecte a inter-relação entre componentes culturais e naturais, o que resulta num ambiente altamente dinâmico e representativo.<sup>805</sup> Essa maneira de perceber a realidade predispõe a observar o actual Jardim como decorrência de sucessivos estratos agregados ao longo do tempo à base inicialmente comentada, base essa de características rurais, “aformoseada” no século XIX e no início do XX, e que hoje se acha gradativamente ocupada por construções nem sempre adequadas aos objectivos da categoria tipológica analisada.<sup>806</sup>

Lidar com a conservação do Jardim Botânico é tarefa árdua, requer visão totalizante do que acontece tanto em seu interior quanto em sua envolvência. Como sugere o próprio Carlos de Moura Delphim, interessa proteger, de modo íntegro, o complexo que abrange a Floresta da Tijuca, a Igreja de Nossa Senhora da Cabeça, o Jardim Botânico, o Jóquei Clube, a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Parque da Cidade, o Parque Lage. A abordagem sistémica, segundo a ótica personalizada de certos técnicos do IPHAN (Instituto de Património Histórico e Artístico Nacional), tem derivado, desde a década de 1980, na gradativa restrição do uso e da ocupação do solo no citado trecho da cidade do Rio de Janeiro, reduzindo impactos negativos advindos da especulação imobiliária.<sup>807</sup> Nota-se porém, no geral, que os gestores e/ou planeadores brasileiros pouco têm avançado em discussões relativas à protecção do contínuo verde na estrutura das cidades. A actual conjuntura leva-nos a reflectir a respeito do processo de desumanização ou de desintegração da paisagem global, resultando isso no enfraquecimento da identidade cultural e na desqualificação do meio urbano.<sup>808</sup> É necessária a consolidação de estratégias e regulamentos de usos visando à manutenção, a todo custo, do equilíbrio ecológico em diversos níveis da paisagem.<sup>809</sup>

---

<sup>804</sup>-JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. *Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, /s.d/. (Folheto explicativo).  
JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. *Estufa nº 3, Plantas insetívoras*. Rio de Janeiro, /s.d/. (Folheto explicativo).

<sup>805</sup>-RIO DE JANEIRO. 6ª SR/IPHAN/DPROT. *Parecer sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. [200?]. p. 2-3. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim).

<sup>806</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 8-9.

<sup>807</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 9.

<sup>808</sup>-TELLES, Gonçalo Ribeiro. “Paisagem Global”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 39, 44-45.

<sup>809</sup>-Cf. ESPENICA, André. “Paisagem e sustentabilidade”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Op. cit.* p. 93-94.

## Elenco Vegetal

Segundo as informações apuradas, notamos um quadro de semelhanças arquitectónicas entre as chácaras, os Passeios e os Jardins Botânicos. A fim de compreendermos algumas dessas situações inerentes ao universo do elenco florístico, é importante levarmos em conta os pressupostos estéticos e as questões utilitárias. Em termos culturais, os Jardins Botânicos, além de funcionarem como estabelecimentos destinados à aclimação e à difusão de plantas de interesse económico, eram locais amenos, como as demais tipologias. Expressavam uma visão artística e poética do homem na natureza, que se mostrava bela e sedutora a partir de seus atributos e componentes.

A adequação do referido pensamento à realidade de tais lugares, reflectiu-se, de um lado, na manifestação de linguagens arquitectónicas, decorativas e escultóricas, veiculadas à noção de urbanidade. De outro, era evidente a formalização de ambientes agradáveis, calmos, férteis e verdejantes. Destacava-se o confronto estabelecido, nos respectivos recintos, entre a ordem dos artificios e a ordem natural, sobretudo, ligadas aos atributos da água e do elenco vegetal, propiciando ao olhar do visitante uma multiplicidade de imagens, criadas e recriadas a partir da percepção sensorial. Ficava evidente a importância do repertório florístico na articulação entre as partes e na continuidade do Jardim, que permanecia sempre coeso.

Identificamos, nos desenhos dos conjuntos criados, tendência à valorização de certos exemplares botânicos notabilizados pelas respectivas qualidades estéticas. Normalmente, encontravam-se dispostos individualmente ou sob a forma de latadas, renques e sebes, ao longo dos caminhos e/ou nos limites das propriedades, conferindo a tais lugares apazibilidade, continuidade e naturalismo, requisitos muitas vezes alcançados por meio da presença dos citrinos. Quanto às latadas, eram bem visíveis nos locais de estadia. Constituíam-se de glicínias e jasmims, cujas sombras vivificavam os recantos. Devemos ter em mente que os espaços analisados não só reflectiram a noção de “locus amoenus” a partir da organização de seus elementos, como serviram ao propósito de divulgá-la, por meio da doação de mudas e sementes de espécies exóticas e raras.

Não passou desapercibido o elevado número de plantas aclimatadas no Horto de Ouro Preto, muitas delas consideradas ornamentais, sendo difundidas em hortas/pomares ou jardins domésticos. Dentre elas, sobressaíam: o abacate, o abricó-de-caiana, a alcanforeira, a ameixeira, a árvore-da-independência, a árvore-do-pão, a árvore-do-sebo, a banana-comprida, a banana-curta, o café, a camélia, a caneleira-do-ceilão, o cardamomo, a castanheira, a casuarina, o cedro-espalmado, o chá-da-índia, o cravo-da-índia, a figueira, a fruta-do-conde, a goiabeira, a jabuticabeira, o jambeiro, o jambo-de-malaca, a laranja-da-china, o limoeiro, a macieira, a mangueira, a moscadeira, a nespereira, a nogueira-do-reino, a nogueira-de-baneourt, a pereira, o

pessegueiro, o pinheiro-manso, o pinheiro-de-minas, a pitangueira, a romãzeira, o sabugueiro, o sagu, a sapucaia, a sardinheira, a toranja, a zamboa, assim como, o ananas, a anêmona, a angélica, o amor-perfeito, o arifaxá, a arourut (sic), a boa-noite, o bogari, a cenoura, a coroa-de-estrelas, o craveiro, a cravina, a dália, a dormideira, a espora, a hortelã, o jasmim-do-cabo, o jasmim-ordinário, o jasmim-de-latada, a linda-flor, o lírio-branco, o lírio-cheiroso, a longana, a losna, a maravilha, a macela-galega, a madressilva, a malva-cheirosa, o minuete-de-cheiro, o não-me-deixes, o poejo, a rosa-cheirosa, a roseira-de-cerca, a saudade, a sempre-viva.<sup>810</sup>

A análise, do ponto de vista cultural, também nos ajuda a compreender os Jardins a partir dos modismos de época, reflectidos em seus desenhos e na divulgação de certas plantas. Na disposição do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, observa-se a materialização de concepções marcadas tanto pela definição de axialidades, quanto pela adoção de princípios fundamentados na estética romântica. Parece-nos sensato mencionar que as citadas noções, cada uma a seu tempo, primavam pela difusão de espécies “nobres”, o que contribuía com o tipo de instrução botânica promovida nesses hortos. De acordo com a estética clássica, podemos situar o uso das palmeiras imperial e real no delineamento de caminhos. Consideravam-se tais espécies, perfiladas em alamedas, símbolos de civilidade e ostentação.<sup>811</sup> A disseminação desse pensamento ficou evidente através do costume de se demarcar os acessos de ricas residências, nas proximidades do Rio de Janeiro, onde as edificações demonstravam, logo no início dos oitocentos, adesão às formas neoclássicas. Importa considerar a adaptação da mesma regra em vários lugares do Brasil. Em Ouro Preto e regiões adjacentes, por exemplo, a araucária cumpria papel semelhante ao das palmeiras, sendo uma das espécies mais procuradas no viveiro da cidade, perdendo em importância somente para o Chá.<sup>812</sup>

Com referência à propagação da estética romântica, no século XIX, é necessário invocar o testemunho de memorialistas, como o escritor Joaquim Manuel de Macedo (1820-1862), que nos esclarece a respeito da assimilação de certas noções da modernidade reflectidas na composição dos espaços públicos, facultando-nos o entendimento do gosto pelo colecionismo, principalmente de plantas exóticas, aspecto já comentado.<sup>813</sup>

No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ao longo de certos caminhos, sobressaem determinados exemplares do elenco vegetal em conformidade com essas concepções, e que facilitam a divulgação de potencialidades da flora aclimatada. Ao percorrermos esse recinto,

<sup>810</sup>-REVISTA DO ARCHIVO PÚBLICO MINEIRO. “O Jardim Botânico de Ouro Preto em 1835”. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, ano III, p. 774-777, 1898.

<sup>811</sup>-Cf. RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 192.

<sup>812</sup>-LATIF, Miran de Barros. *Uma cidade no trópico: São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965. p. 134.  
REVISTA DO ARCHIVO PÚBLICO MINEIRO. “O Jardim Botânico de Ouro Preto em 1835”. *Op. cit.* p. 775.

<sup>813</sup>-Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. p. 74. (Primeira edição de 1862).

deparamo-nos com uma grande diversidade de elementos o que nos possibilita vivenciar lugares atraentes e impregnados de valores culturais, históricos, paisagísticos e simbólicos. Nota-se inclusive a intenção de priorizar trajectos no complexo construído a fim de facilitar o conhecimento fenológico de várias espécies, durante as estações do ano. Na “trilha do outono”, por exemplo, acham-se evidenciadas as seguintes variedades: o abricó-de-macaco, a azálea, o bonnet-d’evêque, o cacau, o coelho-no-prato, a extremosa, o grão-de-porco, a lanterna-chinesa, o papo-de-peru, a primavera, a quaresma, o rabo-de-cutia, o tamarindo, a unha-de-vaca, a violetera. Na “trilha de verão”, por sua vez, distinguem-se: a árvore-da-vela, a bananeira-de-jardim, o bastão-do-imperador, a chuva-de-ouro, a colónia, a falsa-moscadeira, o flamboyant, a esponjinha ou esponjeira, a estrela-de-açucena, o jenipapeiro, o jambo-vermelho, o jasmim-do-cabo, o jasmim-vermelho, o lírio, a lótus, o rabo-de-tucano, a rosa-da-montanha, a trombeteira, a vitória-régia.<sup>814</sup>

No universo estudado, destacam-se sobretudo as plantas de interesse prático-utilitário, assunto que nos religa às origens dos Jardins Botânicos. Na ótica do governo português, os citados estabelecimentos deveriam contribuir para a prosperidade da agricultura, do comércio, da economia e da subsistência, levando-se em conta as inúmeras possibilidades do repertório proveniente da flora. Nesse quadro, presumimos que não houve grandes avanços na transposição de espécies nativas, seja pela escassez de investimentos, seja pela falta de recursos humanos. As listas de exemplares difundidos, no âmbito dos Jardins examinados, sempre tiveram como base o elenco de espécies do Horto Botânico de São José, de Belém do Pará, considerado espaço pioneiro no recebimento de mudas e sementes do Jardim de Caiena, da Guiana Francesa, elenco que, ao que tudo indica, constituía-se, em sua maioria, de variedades asiáticas que, disseminadas em rede, poderiam significar novas perspectivas económicas ao Reino. O catálogo do Horto de São José reflecte o interesse pela propagação de plantas alimentares, aromáticas, condimentares, madeireiras, medicinais e/ou até mesmo ornamentais, como ficou expresso no conteúdo da seguinte relação, divulgada em 1798: “albricoqueiros-de-são-domingos, anil ou indigoeira, angelim, arvores-do-pam, baonilha, biribas, bringellas, cacaoseiras, caffeseiras, cajuseiros, canelleira-da-índia, cana-assucareira, cravo-do-maranhão, gengibre, girofleiros, herba-sancta, jaqueiras, mangueiras, maracujaseiros, massaranduba, morajuba, patajuba, pimenta-da-terra, piquiá ou amendoeira-do-brasil, pixori-grosso, pixori-miudo ou casca-preciosa, quina-de-surinam, sapolite ou sapotaseiros, salsa parrilha, sorvas ou mangabeiras, socopira, tamarindeiros, umariseiros, uvacateiras ou loureiro-pessego”.<sup>815</sup>

<sup>814</sup>-JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. *Outono no Jardim Botânico*. Rio de Janeiro, /s.d/. (Folheto explicativo).

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. *Verão no Jardim Botânico*. Rio de Janeiro, /s.d/. (Folheto explicativo).

<sup>815</sup>-AHU. PARÁ-ACL-CU-013, Cx. 114, D. 8821: 1799, Fevereiro, 2, Pará. “OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro]. D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a notícia da chegada dos navios de guerra que partiram do porto de Belém do Pará e informando ter recebido a relação impressa das plantas do Horto Botânico daquela cidade”. Anexo: catálogo das plantas do Horto Botânico. Observação: documento impresso.

Segundo informações pertinentes à realidade amazônica, presumimos que havia permuta de material botânico entre os hortos públicos e os privados, visando sempre a testar novas bases de aclimação e procedimentos de cultivo. No catálogo anteriormente comentado, ficou patente a existência de viveiros particulares nas Capitanias da Bahia, do Pará e do Rio de Janeiro. Na Bahia, já tinham sido propagadas as atas, as frutas-do-Conde e as pinhas, assim como no Rio de Janeiro, onde eram notórias algumas espécies exóticas, inclusive, a ponto de serem enviadas do Brasil a outros lugares, destacando-se: a açafroeira, o bogari, o gengibre-de-dourar, o guando, o gonçálim, o jambeiro, o jasmim-do-cabo, o sychomorro.<sup>816</sup> Certos relatos, como os elaborados por Spix e Martius (1817/1820), permitem-nos compreender a proliferação de plantas exóticas no meio urbano e nas respectivas cercanias. Em Belém do Pará, cultivavam-se espécies importadas das Antilhas e das Capitanias de Pernambuco e do Maranhão, como o abacate, o abricó, o abiu, o verdadeiro ananás e possivelmente o bilimbi. O sucesso de tais iniciativas, nos pomares de Belém, associava-se sobretudo às melhores condições do solo, menos húmido se comparado ao do Jardim Botânico, situado nos arredores da cidade.<sup>817</sup>

Ao examinarmos com cautela a bibliografia, notamos que os estabelecimentos oficiais mantinham-se interligados a vários hortos, facilitando o envio de mudas e sementes de um local a outro, como sucedeu a partir do Jardim de Olinda. Nesse caso, o mencionado lugar contribuiu para o enriquecimento da vegetação da cidade de João Pessoa e da ilha de Fernando de Noronha, no ano de 1841, para além do aumento do número de espécies nas fazendas de engenho e sobretudo nas chácaras.<sup>818</sup> Sabe-se, por exemplo, que os engenhos detiveram capacidade multiplicadora em suas diversas subunidades, hortos/pomares e jardins. Ao receberem mudas e sementes distribuídas pelo governo, poderiam muito bem ter colaborado com as pretensões administrativas, ligadas ao incremento da economia agrícola. O não desempenho de tal tarefa tinha seus motivos, dentre eles, a falta de incentivo e de instrução do homem do campo, o que inibia por completo o melhor aproveitamento do material botânico difundido.<sup>819</sup>

Com relação à diversidade florística nas diversas tipologias polarizadas pela “urbe”, reforçamos o papel dos Hortos Botânicos como irradiadores de influências e de várias espécies exóticas e raras, facto patente na realidade de Olinda, que ainda mantém, em seus quintais, traços bem visíveis da referida herança. De acordo com informes do *Diário de Pernambuco*, verificamos a ocorrência de uma intensa dispersão de mudas, especialmente, entre os anos de 1840 e 1841,

<sup>816</sup>-Cf. AHU. PARÁ-ACL-CU-013, Cx. 114, D. 8821: 1799, Fevereiro, 2, Pará.

<sup>817</sup>-SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo III. p. 28, 62-63. (Edição alemã: 1823).

<sup>818</sup>-Diário de Pernambuco. Recife, 13, 14 Setembro 1841. /s.p./ Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 211-212.

<sup>819</sup>-Diário de Pernambuco. Recife, 10 Janeiro 1854. /s.p./ Apud: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. cit.* 1985. p. 224. “COMUNICADO”. Diário de Pernambuco. Recife, 10 Janeiro 1854. /s.p./ Apud: *Idem. Ibidem.* p. 225-226.

período no qual o Jardim de Olinda permaneceu bastante activo, sob o comando do Cirurgião-mór da Brigada, Joaquim Jerónimo Serpa. O resultado desse empenho reflectiu a princípio na composição do coberto vegetal das chácaras, onde sobressaíam as seguintes plantas, procedentes de tal Jardim: o açaí, a amarilis-beladona, a amendoeira, a ata, o bilimbi, o cacauero, a caneleira, a caramboleira, o cardamomo, a cássia-amara, o chá-da-índia, o cipreste, o cravo, a flor-imperial, a fruta-pão (com e sem caroço), a groselheira, a grumixama, o jambeiro, a jaqueira, a moscadeira, a nogueira-de-bancur, a palmeira-real, a pimenta-da-índia, a pinheira, o sapatizeiro, o sagu, o sândalo, a tamareira, a vinagreira, além da erva-babosa, da erva-doce, da grama-de-angola ou do tete, e de diversas outras especiarias e novidades.<sup>820</sup>

De acordo com o *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principaes Províncias do Brazil* (1810), do naturalista Manuel Arruda da Câmara (1752-1811),<sup>821</sup> havia a intenção de aproveitar cada vez mais o potencial do vasto repertório de plantas provenientes da África, das Américas, da Ásia e da Europa. Destacamos a fundação, no Rio de Janeiro, do Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil (1808), que buscava promover, através dos Jardins Botânicos, a distribuição de mudas de várias espécies, como: o abacateiro, a canforeira, o craveiro-da-índia, a mangueira, a moscadeira.<sup>822</sup> Tais iniciativas acabaram repercutindo na domesticação de exemplares exóticos e nativos, valorizados pelos respectivos atributos. No entanto, os resultados alcançados, com o cultivo de algumas dessas plantas, não corresponderam às expectativas desejadas. A divulgação de novas espécies, por si só, não foi capaz de alavancar o desenvolvimento da agropecuária, do comércio, da indústria extractiva, da produção de alimentos e remédios. Criaram-se lavouras como a do chá-da-índia, em Minas Gerais, que pouco incentivo receberam. Não existia uma política de Estado orientada para a continuidade dos citados Hortos.

Sumariamente, registamos alguns exemplares listados por Manoel Arruda da Câmara, que deveriam ser difundidos através dos Jardins Botânicos. Dentre eles, sobressaíam as espécies de potencial alimentar, como: o abacateiro, a ameixeira, a árvore-do-pão, o baobá, a cerejeira, o damasqueiro ou “albricoque”, o imbuzeiro, a khouia buu, a madapuca, a mangabeira, a marangaba, o oiti-coroia, o oiti-da-praia, a oiticica ou catingueira, o piqui, a pitombeira, a tamareira, a matiobeira, o umari, o abacaxi, a batata-do-japão, o maracujá-mamão, o maracujá-suspiro, o morango.<sup>823</sup>

<sup>820</sup>-Cf. CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47. Tomo II. p. 175-176. (Impressão Régia feita em 1817).

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985. p. 207, 210-214, 226, 251, 313.

<sup>821</sup>-CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principais províncias do Brazil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810a. p. 21-51.

<sup>822</sup>-LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Os alimentos que fizeram o Brasil”. In: CAMPOS, Ana Cristina; CLÉCIA, Maylena (coord.). *Terra e alimento. Panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2000. p. 78.

<sup>823</sup>-CÂMARA, Manuel Arruda da. *Op. cit.* 1810a. p. 21-51.



Quanto às plantas medicinais, Arruda da Câmara ressaltou as propriedades das seguintes espécies: a almécega, o angelim, o angraiá, o baobá, bambu, o barbatimão, a catinga-branca, a caroba, a caroba-miúda ou o casco-de-cavalo, a contra-erva, a contra-erva-de-folha-longana, a didadeira, a escamonea, a gota-gama, a ipecacuanha-branca, a ipecacuanha-preta, o loureiro-cassia, a sene, o verniz-da-china, a abutua ou parreira-brava, a arapabaca ou erva-lombrigueira, a batata-de-purga, jalapa, a malva, a peonia, o salepo, o ruibarbo, o verbasco.<sup>824</sup> No Brasil, as espécies nativas passaram a ser conhecidas e divulgadas a partir da cultura de contacto estabelecida com as populações indígenas, o que constituiu legado de interesse inclusive para outras nações europeias, além de Portugal.<sup>825</sup>

Em termos do potencial económico, havia o interesse de propagar certas plantas da flora autóctone cujos produtos poderiam atender a demanda do mercado externo e interno. Tal iniciativa era vantajosa por uma série de motivos, dentre eles: a extracção de vários tipos de gomas, resinas e tinturas, a fabricação de cabos, cordas, óleos, papel, tecidos, o fornecimento de madeiras nobres para os mais diversos fins, no âmbito da construção civil e naval, dentre outras aplicações.

De acordo com o citado pesquisador, sobressaíam-se, no conjunto dos indivíduos mais promissores, o ananás-agulha, o ananás-manso, a andiroba, o anil-de-pernambuco, o anil-trepador, a árvore-das-camisas, a aninga, o bambu, a guaxuma-do-mangue, o cânhamo, o caroá, o caroatá, o caroatá-açu ou piteira, o carrapixo, o craveiro-da-índia, o crauatá-de-rede, o craveiro-do-maranhão, o ébano, a embira-branca ou jangadeira, a embira-vermelha, a gota-gama, a laca, o loureiro-cassia, o mahogani, a moscadeira, a oliveira, o pau-de-lacre, o pau-escarlate, a ruiva-dos-tintureiros, o piranga, o sangue-de-dragão, o santalino, a sumaumeira, a tacula, o urucu, o verniz-da-china, o verniz-do-japão e algumas espécies de anonas.<sup>826</sup>

No elenco de variedades dos hortos examinados, ainda se notabilizavam os coqueiros e as palmeiras. Na realidade brasileira, contribuíam eles para a subsistência das populações interioranas e o fornecimento, em especial, da palha empregada na cobertura dos mocambos. Segundo Spix e Martius (1817/1820), encantavam pela beleza e utilidade. Dentre os exemplares

<sup>824</sup>-CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principais províncias do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810a. p. 22-25, 28-31, 37, 40, 44-46, 50.

<sup>825</sup>-AHU. PARAÍBA-ACL-CU-014, Cx. 41, D. 2904: 1804, Janeiro, 25, Paraíba. “OFÍCIO do [governador da Paraíba], Luis da Mota Fêo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], remetendo caixotes e lista de sementes de plantas bravas para o Jardim Botânico da Corte de Berlim”.

AHU. PERNAMBUCO-ACL-CU-015, Cx. 163, D. 11689: 1788, Maio, 8, Recife. “OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo diversas amostras vegetais de uso medicinal, procedentes da Paraíba, e um abecedário das aplicações dessas plantas”.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organização e estudo crítico). *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultural científica no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 58-59.

<sup>826</sup>-CÂMARA, Manuel Arruda da. *Op. cit.* 1810a. p. 21-51.

CÂMARA, Manoel Arruda da. *Dissertação sobre as plantas do Brazil, que podem dar linhos proprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta do canhamo, indagadas de ordem do Principe Regente Nosso Senhor*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810b. p. 4, 7, 13, 18, 21-23, 30, 41, 44, 46, 48-49.

citados, exóticos e nativos, destacavam-se: a bacaba, o buriti ou coco-naiá, a carnaúba, o cocoindaíá, o dendezeiro, a juçara, a macaíba, a macaúba, a palmeira-pati, a piaçaba, a pindoba, o sagu, o ticum ou o tucum.<sup>827</sup> Além das mencionadas variedades, distinguiam-se a palmeira-imperial e a real, percebidas como símbolos de urbanidade. Normalmente, eram apreciadas nos jardins. Tais plantas valorizavam perspectivas e demarcavam caminhos, à semelhança do que acontece no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. No universo dos exemplares ornamentais, não deixaram de ser comentados o angelicó ou papo-de-peru, o bilros, a carapitaia, a catingueira ou oiticica, a magnólia-maior.<sup>828</sup> No montante das espécies apuradas, ficava evidente o predomínio das colecções de espécies exóticas, o que na ótica dos viajantes estrangeiros nem sempre agradava ou se considerava algo meritório, devido ao valor conferido por eles à flora nativa.<sup>829</sup>

O gradativo conhecimento sobre as espécies transpostas repercutiu sobretudo na disposição dos Jardins Botânicos, cujos terrenos mostram-se bastante privilegiados, em termos ambientais e biofísicos. No entanto, os ajustes sempre se faziam necessários, principalmente na topografia dos respectivos sítios, no intuito de se obter condições satisfatórias para o desempenho das actividades de aclimação, pesquisa e visualização das milhares de plantas originárias das mais diversas localidades do planeta.

Em linhas gerais, entende-se a tipologia estudada com base na noção de lugar contínuo, ordenado e sistematizado, disposto em patamares ou em terrenos de topografia moderadamente plana, onde se observa a mostra da flora, constituída de exotismos, plantas de interesse económico/medicinal e raridades botânicas. Para os estudiosos da História Natural, era no mínimo instigante presenciar, num único recinto, a reunião de milhares de espécies vindas de várias regiões. Assim, podemos examinar o surgimento das colecções expostas. Vinham demonstrar com clareza a visão de uma natureza utilitária e domesticada, sujeita a classificações, de modo a facilitar o discernimento por parte de seus observadores. Em outras palavras, conforme salientou John Prest, existia o desejo do homem moderno de ser novamente o jardineiro do Paraíso, como nos tempos de Adão, pensamento frequentemente estimulado por diferentes convicções religiosas.<sup>830</sup>

---

<sup>827</sup>-CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principais provincias do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810a. p. 23, 30, 34-36, 38-39, 41.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Tomo II. p. 276-278. (Edição alemã: 1823).

<sup>828</sup>-CÂMARA, Manuel Arruda da. *Op. cit.* 1810a. p. 30, 47.

<sup>829</sup>-Cf. AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold, 1812-1884. No Rio Amazonas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 31. (Edição alemã: 1859). *Apud*: SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. p. 119.

<sup>830</sup>-Cf. PREST, John. *The garden of Eden*. New Haven, London: Yale University Press, 1981. p. 54-56.

## PARTE III: DA PROFANAÇÃO DO ÉDEN

### ENFRAQUECIMENTO DA ESTRUTURA VERDE EM NÚCLEOS URBANOS COLONIAIS

*“(…) Os loteamentos expulsam as roças e os matos. Quebram a ordem dos campos, impedem a ordem da cidade futura. Tornam, em toda a parte e em qualquer escala, caótico e portanto indefinido o contorno urbano. A separação entre cidade e campo”.<sup>1</sup>*

Infelizmente, com a artificialização crescente dos hábitos da vida contemporânea e com o afastamento dos valores culturais tradicionais, grande parte da população de moradores urbanos deixou de ter relação afectiva e íntima com os jardins, as hortas ou os pomares. Os espaços abertos, que antes eram tratados como lugares especiais e produtivos, centros de cosmicidade e reposição de energias, voltados ao lazer ou ócio ou mesmo à sociabilidade, são considerados cada vez mais como espaços expectantes, sem função. A imagem de “natureza” próxima, vivamente apreendida por nossos antepassados, através da experiência vivencial, tem sido gradativamente substituída pela noção de “natureza” distante, muitas vezes desconectada de nossas próprias origens.

No domínio das cidades classificadas, os meios de comunicação social não têm contribuído com a consciencialização das pessoas sobre os riscos de perda da identidade e do empobrecimento da cultura. Campanhas publicitárias fundamentadas em estratégias ambientalistas acabam difundindo a ideia de que a única alternativa viável à preservação da paisagem é por meio da protecção às grandes unidades de ecossistemas nativos ou das “unidades de conservação”.<sup>2</sup>

As pequenas parcelas hortifrutícolas no interior da malha edificada, como os quintais, dificilmente ganham evidência nos “mass media”. No Brasil, tais lugares raramente são percebidos como parte de um conjunto, de uma estrutura ou de um sistema. São avaliados como quase resquícios ou sobras de terra. Essa ótica concorre para a fragmentação do património paisagístico, comprometendo a qualidade de vida de seus habitantes.

Não podemos deixar de valorizar os espaços abertos na trama dos lugares classificados. Eles acentuam a noção de continuidade da forma urbana, ajudam a definir melhor os limites entre o privado e o público, ampliam a percepção para os ritmos e ciclos da vida ou a temporalidade dos

<sup>1</sup>-MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, Edusp, 1980. p. 31.

<sup>2</sup>-O Distrito-Sede do Município de Ouro Preto encontra-se cercado por três grandes unidades de conservação, que minimizam as possibilidades de expansão urbana. Criaram-se essas unidades para o atendimento de objectivos específicos, sem a preocupação de constituir uma estrutura verde. Nesse contexto, sobressaem: a Área de Protecção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas, que possui 18.700 hectares, fundada por Decreto Estadual nº 30.264, de 16 de outubro de 1989; o Parque Estadual do Itacolomi, com 7.543 hectares, estabelecido a partir da Lei Estadual nº 4.495, de 14 de junho de 1967, e a Estação Ecológica do Tripuí, com área aproximada de 337 hectares, instituída por Decreto Estadual nº 19.157, (c.1981).

fenómenos naturais, além de contribuírem para a identidade espacial, dotando as cidades de maior carácter e distinção, possibilitando uma grande diversidade de ambiências, tornando a paisagem mais marcante, viva e sensual, e proporcionando ainda ao homem novas experiências sensoriais e visões de mundo.<sup>3</sup>

Na actualidade, é patente a escassez das manchas verdes no tecido das cidades, o que se torna mais evidente nas periferias urbanas. Esses espaços, geralmente desprovidos de atributos formais e qualidade de vida, são pouco atractivos e por demais áridos e hostis. Normalmente, são ambientes despojados de apegos afectivos, simbólicos e referências histórico-culturais, o que minimiza qualquer sentimento pelo lugar, ao contrário daquilo que acontece nos conjuntos sedimentados pelo tempo. A inexistência ou mesmo o enfraquecimento da identidade arquitectónica e paisagística nas cidades certamente influencia a alienação dos habitantes, repercutindo num quadro de neurose colectiva, patologia urbana e violência social.<sup>4</sup>

Com o predomínio da noção de “não lugar” no meio urbano, juntamente com o desapego pelas próprias raízes, aquela situação tende a agravar-se.<sup>5</sup> Podemos falar da disseminação de mentalidade que leva grande parte da população a associar o aspecto histórico ao que é considerado velho ou ultrapassado. A incorporação dessa maneira de pensar bloqueia ou inibe a capacidade interpretativa das pessoas. A incidência de tal fenómeno certamente tem afectado o discernimento daqueles indivíduos que pouco ou nada conhecem a respeito dos locais onde habitam, com chances de tornarem-se indutores ou promotores de práticas equivocadas. Acabam realimentando processos especulativos que incidem na fragmentação do património paisagístico. Olhemos para o que acontece nos núcleos classificados, principalmente no tocante à conservação dos espaços abertos; em diversas situações, observamos a ocorrência de costumes ou hábitos oportunistas que resultam no corte da vegetação, na impermeabilização do solo e na ocupação clandestina e/ou irregular dos terrenos não edificados.

Percebemos, através do contacto mais próximo com a população de Olinda e Ouro Preto, os motivos que levam certos moradores a optar pela impermeabilização do solo (pavimentos em cimento, lajotas cerâmicas e revestimentos de pedra). Justificam as preferências adoptadas pela comodidade na manutenção da limpeza doméstica, demonstrando com isso a mudança de hábitos ancestrais nas referidas cidades. Alguns dos entrevistados chegam ao extremo de associar o tipo

---

<sup>3</sup>-Para o desenvolvimento desse tema, veja-se: ALFAIATE, Maria Teresa Amaro. *Expressões dos valores do sítio na paisagem*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Seção de Arquitectura Paisagista, 2000. p. 18-24, 146. Dissertação de Doutoramento. (Texto policopiado).

<sup>4</sup>-Cf. MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. *Morfologia da paisagem*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. p. 214-215. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia. (Texto policopiado).

<sup>5</sup>-ASCHER, François. *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora, 1998. p. 174.

de impermeabilização utilizado com padrões de beleza difundidos pela “midia”, mais especificamente, no caso da construção civil, sem atentar para os riscos dos desequilíbrios ecológicos daí provenientes. Manifestações de tal abrangência têm sido directa ou indirectamente fomentadas por interesses particulares. Apesar de os núcleos classificados serem “preservados” por instrumentos legais, muitos moradores deixam-se guiar pelo desejo de rentabilizar ao máximo os seus imóveis. Em consequência, a paisagem fica corrompida e os valores tradicionais, enfraquecidos. Considerados pouco rentáveis, os espaços abertos sofrem os mais diversos tipos de abuso, dentre eles, a construção de acréscimos irregulares ou “puxados”, de garagens cobertas, a incidência de desmembramentos clandestinos. O avanço desses problemas, além de provocar o aumento da taxa de ocupação do solo, prejudica em demasia a forma urbana e a continuidade dos atributos que particularizam os conjuntos classificados.<sup>6</sup>

A disseminação de práticas como as mencionadas, aparentemente inofensivas na ótica de quem as concebe e divulga, representa na escala urbana o surgimento de graves danos ambientais e culturais, que comprometem a dinâmica de qualquer paisagem. Por menos prejudicial que possa parecer a ocupação das parcelas hortifrutícolas, tais acções acabam interferindo na integridade do património arquitectónico e paisagístico. Com base nesses aspectos, podemos reflectir sobre o modo como os lugares classificados têm sido mal preservados, repercutindo na debilidade da relação entre os espaços edificados e os não edificados, entre o homem e o lugar onde reside, entre os moradores e as tipologias tradicionais, o que tem levado ao comprometimento do carácter dos respectivos conjuntos.

Diante das questões levantadas, as autarquias deveriam ter papel relevante com vista a reverter esta situação que acontece de forma indiscriminada. Se não o fazem, supõe-se que exista interesse em manter um determinado nível de percepção da realidade, por assim dizer, que facilite a permanência de iniciativas ligadas à especulação imobiliária, talvez a maior responsável, depois da ignorância ou do não reconhecimento do valor cultural, histórico e patrimonial dos espaços abertos, pela fragmentação ou pulverização do património paisagístico.

### **Desrespeito pelos Condicionantes Ecológicos**

---

No âmbito das cidades classificadas de Olinda e Ouro Preto, não podemos deixar de reflectir sobre a segregação cultural, física e social, existente e bastante visível em relação às periferias. Se os conjuntos denominados de “Património da Humanidade” ficam distinguidos com

---

<sup>6</sup>-Vejam-se, no volume II, as figuras nº 205-221.

tão honrada condição admitida pela UNESCO, isso deveria ser incentivo a seus administradores, para promoverem uma integração mais justa e coerente entre as partes e o todo, pautada pela requalificação do espaço e pela coesão de componentes essenciais da paisagem. No entanto, as contradições permanecem acentuadas, inclusive pela protecção exclusiva a certos sectores específicos, periodicamente conservados segundo procedimentos técnicos que valorizam principalmente as permanência das edificações “notáveis”. A realidade observada nesses lugares é reflexo do modo de pensar ou conceber a paisagem, cada vez menos humana, mais artificial, musealizada e plastificada, prejudicando sobremaneira a continuidade da forma urbana, comprometendo até mesmo sua funcionalidade.

Tais acções, disseminadas e defendidas num determinado âmbito da cidade, parecem-nos sem cabimento, principalmente ao observarmos as rupturas e segmentações que ocorrem em seu tecido. Referimo-nos, mais particularmente, ao avanço da ocupação aleatória de carácter clandestino nos espaços abertos. O facto não pode ser avaliado como algo esporádico, sem importância, como, aparentemente, tem sido considerado. Repercute sobretudo no aumento progressivo de processos erosivos e na instabilidade do solo, representando riscos de vida para os moradores, além de prejudicar a continuidade de componentes culturais e ecológicos no meio urbano.

A cultura da falta de planeamento, que assola a realidade dos municípios brasileiros, tem influenciado o agravamento do quadro, reflectindo-se numa urbanização fora de controlo que vem acontecendo ao longo das últimas décadas. A questão do déficit habitacional é apontada como um dos principais motivos relacionados à invasão de terrenos particulares e públicos, mas que não livra de responsabilidades as instituições administrativas, no tocante ao ordenamento da forma urbana.

No caso de Ouro Preto, causa-nos surpresa saber da elaboração de uma Carta Geológica, criada na década de 1980, que poderia ter sido utilizada como instrumento urbanístico, dentre outros, para direccionar o uso e a ocupação do solo, pois indicava os riscos potenciais de construções em determinados locais, que já estavam em processo de invasão desde aquela época. Contudo, a proposta nunca chegou a ser regulamentada pela administração municipal. As consequências do descaso político-administrativo são bastante visíveis na actualidade. Vários trechos da serra de Ouro Preto foram ocupados aleatória e clandestinamente. Não se conservaram nem se respeitaram as ruínas históricas de antigas moradias e sistemas de contenção e drenagem, os locais onde se realizavam actividades de extracção mineral durante o século XVIII.<sup>7</sup> O que de facto aconteceu foi devido às omissões, aos oportunismos e às permissividades na gestão do

---

<sup>7</sup>-SOBREIRA, Frederico Garcia. “A ocupação desordenada de encostas em Ouro Preto, Minas Gerais”. *Revista Escola de Minas*. [Ouro Preto]: /s.e./, n° 42, p. 12-13, quarto trimestre 1989.

património paisagístico. Foram desprezadas orientações ou recomendações técnicas fornecidas tanto pelos geólogos da Universidade Federal de Ouro Preto, quanto por arquitectos e urbanistas, dentre outros profissionais.<sup>8</sup> Na actualidade, continuam sendo franqueados terrenos de alto risco para moradias, em zonas potencialmente instáveis e susceptíveis a escorregamentos, os quais sucedem principalmente em épocas de grande precipitação pluviométrica. As encostas deveriam ter sido lugares protegidos pela função que desempenham, relativa ao abastecimento de aquíferos. No passado, a recarga dos mananciais garantia a rega dos jardins, hortas/pomares e o suprimento de água em casas térreas e sobrados, através dos chafarizes. Hoje em dia, a captação do recurso hídrico, “in natura”, encontra-se prejudicada pela contaminação causada por esgotos domésticos não tratados, que se infiltram periodicamente no solo.

Consideramos que se tornam imprudentes a administração e a preservação do património urbano dessa maneira, negando a existência de componentes ecológicos. Não é coerente adoptar o olhar do turista como único parâmetro para direccionar acções de melhorias urbanas, geralmente restritas aos lugares onde se concentram as edificações classificadas. Como especialistas, devemos estar atentos para a ocorrência do processo de degradação do conjunto arquitectónico e do património paisagístico. É impossível ignorar as consequências da ocupação clandestina, que compromete não só o bem-estar e a segurança das próprias famílias dos moradores, mas também a continuidade da forma urbana. Enquanto as descaracterizações vão acontecendo na paisagem, a administração municipal encontra-se completamente alheia e permissiva diante do caos que se vem se instalando na cidade, não exercendo seu papel de orientar a integração do espaço.

A cidade classificada de Olinda não nos parece tampouco estar em melhores condições. Sobressai quase como um enclave verde, à beira mar, contornado por zonas urbanas não planeadas.<sup>9</sup> Basta aventurarmo-nos fora de seus limites para perceber como as diferenças ambientais, arquitectónicas, culturais, físicas e sociais são alarmantes. A legislação urbanística que trata da manutenção do núcleo protegido é, de certa maneira, responsável pela segmentação das partes, pelo facto de não levar em conta a importância da preservação da continuidade ecológica na malha edificada, bastante comprometida no passado por acções de aterramento de zonas alagadiças e pela retirada do coberto vegetal nativo em diversos trechos. Assim, os bairros

---

<sup>8</sup>-CARVALHO, Edésio Teixeira. *Carta geotécnica de Ouro Preto*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982. Dissertação de Mestrado. (Texto policopiado).

<sup>9</sup>-Cerca de 70% do município de Olinda encontra-se dentro do perímetro urbano. Devido à proximidade com a Região Metropolitana de Recife, alguns bairros, como: Casa Caiada, Jardim Atlântico e Novo, são considerados “dormitórios”. Além dessa questão, Olinda ainda enfrenta sérios problemas relativos à ocupação clandestina, que avança sobre o conjunto classificado. Os locais ecologicamente mais afectados são: o bairro de Amaro Branco, a Barreira do Rosário, as favelas V8, V9, V10, V11 e a ilha do Maruim.

VICTOR, Plínio Araújo. Arqueólogo e morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, set., 2005.

periféricos encontram-se implantados a partir de demandas aleatórias e casuísticas do mercado imobiliário. São locais adensados e áridos, com predominância de edificações de baixo padrão construtivo, principalmente nos trechos invadidos, onde a qualidade de vida é bastante precária.

Esse quadro tem se agravado desde a década de 1960. Em relação à degradação da paisagem, podemos dizer que a omissão dos gestores é tão danosa quanto a adoção de certas medidas de ordem político-administrativas, de cunho desenvolvimentista, implementadas pelos próprios administradores. É o que parece ter acontecido com a implantação da Avenida Pan-Nordestina, na década de 1970, concebida para interligar a cidade de Olinda a Recife. Construiu-se tal empreendimento em trecho de manguezal. Na empreitada da obra, foram completamente fragmentados os terrenos de antigas chácaras às margens do rio Beberibe, caracterizadas pela topografia quase plana do lugar. Citamos o exemplo de uma delas, a chácara do Senhor “Pereira”, cuja edificação permanece como a actual sede do Centro de Educação Musical de Olinda. De acordo com o ordenamento preexistente, a moradia articulava-se, através de uma grande alameda de palmeiras, ao viveiro de peixes, construção bastante utilizada em propriedades próximas aos rios. O mencionado eixo servia para dispor os espaços produtivos e de recreio. De um lado ficavam o jardim e o pomar, composto de araçás, coqueiral, guajirus, mangueiras, dentre outras espécies. De outro, os criatórios e a pastagem. A cacimba ligava-se a um cata-vento, na parte mais baixa da parcela, o que possibilitava a retirada de água do poço mediante acção eólica. A partir da implantação da malha viária, que seccionou a citada gleba, verificamos que a frente da casa, voltada para a estrada velha do Salgadinho, passou a ser a parte dos fundos. Houve uma completa inversão no posicionamento original do edifício.<sup>10</sup>

Não podemos deixar de observar as consequências advindas do somatório de actos praticados isoladamente, que têm prejudicado a configuração e a conformação da cidade, além de comprometer a habitabilidade do meio urbano. É necessário entendermos que quaisquer alterações no equilíbrio de um sistema afectam, em cadeia, as partes estruturantes do conjunto. Assim, podemos considerar a análise da pesquisa feita por Jaime de A. Gusmão Filho, realizada no sector classificado de Olinda, em que foram estudadas as possíveis causas da ocorrência de danos materiais em alguns monumentos arquitectónicos, como a Igreja do Carmo, o Convento de São Francisco e o Mosteiro de São Bento.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup>-MELLO, José Ataíde. Funcionário reformado da Prefeitura Municipal de Olinda, líder comunitário. *Entrevista sobre espaços abertos*. 2005.

Cf. NOVAES, Ferdinando. *Olinda, Evolução urbana*. Recife: FUNDARPE, 1990. p. 76-77.

<sup>11</sup>-GUSMÃO FILHO, Jaime de A. *A cidade histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2001. p. 13-19.



Sem avaliar os pormenores do referido trabalho, constatou-se uma maior incidência de aberturas de fendas na estrutura arquitectónica dos monumentos situados, sobretudo, nas proximidades dos taludes, locais mais susceptíveis a lentos movimentos oriundos da instabilidade do solo. Os resultados dos estudos elaborados (fisiográficos e geológicos) indicaram não haver somente uma causa responsável, mas um conjunto de problemas envolvidos no surgimento desse fenómeno natural. Dentre eles sobressai o factor antrópico, talvez como o principal motivo da modificação de antigas condições do equilíbrio ecológico, alterado nas últimas décadas devido à intensa urbanização que teve lugar na cidade classificada e em sua envolvência.

Além de as ocupações terem prejudicado a estabilidade do relevo local, a partir de aterros e cortes feitos aleatoriamente, provocaram elas também a derrubada de árvores de grande e médio portes, que ajudavam a fixar o solo com a trama de suas raízes. As interferências resultaram em escorregamentos de encostas, que afectaram todo o conjunto construído. Diante de tais evidências, deve-se valorizar os espaços abertos como locais estratégicos do tecido urbano, a fim de evitar o avanço do processo erosivo e de favorecer a infiltração de águas pluviais em aquíferos superficiais e subterrâneos, além de manter o modo de vida tradicional do lugar. O que, a princípio, pareceu ser um acontecimento isolado, visível apenas na envolvência dos monumentos, revelou-se como uma questão bem mais complexa, devido principalmente à acção do homem, que tem afectado o equilíbrio da estrutura da paisagem, influenciando até mesmo a redução do abastecimento de água potável na cidade.

Lembremos que Olinda se vê constantemente prejudicada pela deficiência do suprimento de água, fenómeno conhecido desde o período colonial, cuja situação se tem agravado devido à sobrecarga de exploração dos lençóis freáticos, cada vez mais rebaixados em relação ao nível piezométrico inicial. Possivelmente, a irracionalidade dos métodos de captação tem levado à alteração do perfil geológico, causando movimentos de acomodação nas camadas do solo.<sup>12</sup> Tais aspectos reforçam a necessidade de protecção do tecido verde como um todo integrado. Não nos podemos iludir com acções que visam a preservar o património colectivo e público de maneira compartimentada e sectorial, privilegiando a continuidade de alguns componentes em detrimento de outros, como tem acontecido na maior parte das vezes. É necessário encontrarmos outras alternativas para planear e conservar os conjuntos classificados que, na maioria dos casos, são considerados objectos isolados, desconectados de um contexto maior. Torna-se premente

---

<sup>12</sup>-Ressaltam-se os seguintes factores relacionados aos movimentos das encostas de Olinda: passivos (geomorfologia e geotecnia), activos naturais (alteração de propriedades do solo, clima e erosão) e activos antrópicos (cortes e aterros e outras actividades de impacto).

GUSMÃO FILHO, Jaime de A. *A cidade histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2001. p. 13-19, 41-57, 107-120, 137-144.

considerá-los a partir da noção de unidade ecológico-estética-cultural da paisagem, tendo em vista a permanência do carácter desses lugares, em cujos tecidos destacam-se antigas parcelas do sistema tradicional de produção e subsistência.<sup>13</sup> Na realidade brasileira, a forma de povoados, vilas e cidades coloniais reflectia a articulação entre os espaços abertos, geralmente constituída a partir de sequências, contínuas e descontínuas, visando à obtenção do melhor aproveitamento das potencialidades ou dos recursos naturais de cada lugar.

Na fundação dos primitivos núcleos urbanos, o conhecimento pragmático, adquirido em função dos esforços de sobrevivência num determinado sítio, influenciava o homem na escolha de locais propícios ao desempenho de várias funções, comércio, lazer, moradia, produção agrícola, protecção. Em consequência, os conjuntos construídos expressavam a adequação da forma aos condicionantes naturais. Eram respeitadas as aptidões de cada lugar. A consciência de tal traço leva-nos a identificar, com maior acuidade, o que tem acontecido em cidades classificadas mediante o comprometimento de suas respectivas estruturas biofísicas, cada vez mais prejudicadas pela ocupação aleatória do tecido verde.

Frente ao problema que se apresenta, somos levados a crer que estamos diante de uma situação limite, o que requer esforços concentrados para reverter a falta de controlo sobre o crescimento urbano. Quanto ao papel do técnico, ligado ao planeamento da cidade, ele consiste, além de outras actividades, na defesa de seus componentes fundamentais. Planear o todo significa manter, com coerência e sentido, a integração entre aspectos culturais e naturais. Certamente, a adopção desse princípio pode contribuir para a reorientação de práticas da administração municipal, que se repercutem na actual elaboração de planos de zonamento alheios ao “continuum naturale”.<sup>14</sup> Essa noção leva-nos a tratar o espaço urbano como um conjunto específico de elementos, conectados entre si, segundo visão sistémica e princípios da biologia/ecologia e cultura. É importante lembrar que o todo não é uma mera soma das partes, e a desestabilização sectorial de qualquer subestrutura altera em cadeia o restante do conjunto. A consciência de tais factos permite-nos entender o que já havia sido dito a respeito da debilitação dos recursos naturais.

Com base nos pontos levantados, torna-se ambígua e contraditória a frágil existência do coberto vegetal em cidades como Olinda e Ouro Preto, principalmente diante da importância do património paisagístico para a conservação da qualidade de vida nesses lugares. Podemos falar das vantagens da permanência dos tecidos verdes no meio urbano, como a produção de frutas,

---

<sup>13</sup>-Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro. “Paisagem Global”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 31-34.

<sup>14</sup>-Cf. CABRAL, Francisco Caldeira. “O *continuum naturale* e a conservação da natureza”. In: SERVIÇOS DE ESTUDOS DO AMBIENTE. *Conservação da natureza*. Lisboa, 1982. p. 35, 38, 41-43.

legumes e verduras a reduzidos custos, o lazer e o relaxamento àqueles que se dedicam à causa da agricultura, para além do desenvolvimento da percepção sensorial, tudo isso reforçando o sentimento de afectividade dos habitantes em relação aos lugares onde residem. A manutenção dos espaços abertos também promove a reciclagem de água e de matéria orgânica, favorecendo ainda o equilíbrio do microclima, através da evapotranspiração e a redução da incidência de deslizamentos e erosões nas encostas ocupadas.<sup>15</sup>

Nesse quadro, a ocupação clandestina e/ou irregular vem ameaçar a continuidade das parcelas hortifrutícolas. Introduzimos esse tema a partir da problemática do fortalecimento do direito da propriedade privada, enquanto afirmação de uma mentalidade individualista. Os interesses particulares geralmente são colocados acima de valores colectivos e públicos, resultando isso na ocupação indiscriminada de antigas parcelas, comprometendo a forma urbana e reduzindo as possibilidades de convívio do homem com a paisagem. Outros problemas agravam a situação. Aquilo que sucede em Olinda e Ouro Preto acontece igualmente em diversas outras localidades do Brasil. Os habitantes não se encontram devidamente preparados para entender o significado da preservação patrimonial, o que pressupõe o cumprimento de deveres e direitos e a defesa de valores em favor da colectividade.

Diante disso, torna-se árduo o papel do Estado na regulação de conflitos e interesses de certos grupos sociais, pouco dispostos a cooperarem com a administração pública, na tarefa de proteger componentes culturais e naturais da paisagem. Nesse universo, encontram-se tanto moradores desejosos de individualizar ao máximo suas aspirações de bem-estar, quanto aqueles que necessitam contar com condições básicas de vida. Muitos residentes, adeptos da noção do Estado paternalista, desconhecem as dificuldades administrativas e financeiras da máquina pública que, sem recursos, não tem como suprir a maioria das demandas sociais. Isso restringe a capacidade de intervenção e de investimento do governo municipal. Em Olinda, por exemplo, a situação é agravada, sobretudo, pelas precárias condições sócio-económicas da maioria da população, que vive com uma renda mínima, inferior a US\$ 40,00 (quarenta dólares americanos) mensais.<sup>16</sup> Outro problema é a baixa colecta de impostos, o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISS (Imposto Sobre Serviços). Somente cerca de 30% da população paga IPTU. Não há esclarecimentos sobre a real necessidade da arrecadação de tarifas básicas.

---

<sup>15</sup>-“Tudo é reciclado na horta. Nunca joguei nada fora. As folhas secas e o esterco de galinha são aproveitados como matéria orgânica. Antigamente, fazia o mesmo com o esterco de porco, que era misturado com serragem (...)”.

SILVA, Nilce Magalhães da. Moradora da cidade classificada de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, 2006.

<sup>16</sup>-MELO, Almeri Bezerra de. Director do Centro Inter-Universitário de Estudos da América Latina, África e Ásia, filósofo/sociólogo, morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

Na esfera do particular, a vigência do modelo de família nucleada, que agrega sempre novos parentes num mesmo domicílio, influencia a redução do tecido verde no meio urbano, além de repercutir no aumento da taxa de impermeabilização e de ocupação edificada do solo e no crescente corte das fruteiras. Refira-se ainda ao elevado custo da residência, relativo ao aluguer, à compra ou à venda das propriedades no mercado imobiliário, fenómeno que se tem vindo igualmente a agravar. Não nos podemos esquecer do crescente número de remodelações em antigos imóveis, que se ampliam em toda a área, afectando drasticamente desta forma a permanência dos pomares. O somatório de todas essas questões tem prejudicado a dimensão existencial dos lugares, o que faz parecer nostálgico o seguinte registo, que demonstra a mudança do modo de vida na cidade de Olinda.

*“(...) Recordo-me com saudosismo do quintal de laranjeiras e do cafezal em flor. Que imagens lindas! são lembranças vivas, que faço questão de manter na memória. O quintal, como espaço de convívio, era sombreado por árvores, tinha cadeiras e redes. Algo que permitia o verdadeiro descanso ou refestelo, onde as crianças brincavam. São algumas dessas imagens que impregnam as poesias brasileiras. Infelizmente, o hábito do convívio com a parte externa da moradia está se perdendo. Construções têm sido feitas sem a menor preocupação em recriar as características da arquitetura tradicional. Não há o respeito pela topografia dos lugares. Em Olinda, é necessário que a população esteja consciente da preservação do verde e possa participar de sua continuidade na paisagem (...).”<sup>17</sup>*

Sabemos que a grande maioria da população residente na cidade-património não está devidamente consciencializada a respeito da importância da preservação dos respectivos conjuntos. Muitos moradores tratam os espaços abertos no diminutivo, como “quintaizinhos”. Frente aos empecilhos e interesses particulares, alguns desses locais apresentam-se constantemente abandonados. Outras questões devem ser assinaladas, tais como: o comprometimento da estrutura verde nos lugares pesquisados, o precário nível técnico dos projectos arquitectónicos executados, o que tem prejudicado o aproveitamento das potencialidades do património paisagístico. Em linhas gerais, a actuação do arquitecto é mínima, devido à concorrência de outros especialistas, nem sempre habilitados para realizarem, com coerência e criatividade, a adequação entre as demandas solicitadas pelo sector privado e as exigências legais estabelecidas pelo poder público. Na actualidade, é fundamental a participação de profissionais que tenham postura crítica e visão ampla, para lapidar vontades personalistas de proprietários e buscar soluções projectuais que integrem as partes no todo. É um desafio que deve ser tratado a partir de uma metodologia rigorosa de trabalho, envolvendo a avaliação de propostas arquitectónicas e a continuidade do património paisagístico.

<sup>17</sup> “Esse tipo de ocupação dos quintais pode ser percebido na vizinhança. No terreno ao lado, há menos de 40 anos atrás, o espaço livre, entre duas edificações existentes, era constituído por pomares. Nesse intervalo de tempo, derrubaram-se as fruteiras. No local, construíram-se mais três novas habitações e o solo ficou impermeabilizado. O que aconteceu em Olinda, também ocorreu em diversos bairros de Recife, como o Pina, prejudicando a qualidade de vida nesses lugares (...).”

MELO, Almeri Bezerra de. Director do Centro Inter-Universitário de Estudos da América Latina, África e Ásia, filósofo/sociólogo, morador da cidade classificada de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2002.

No âmbito do poder público, existem determinados procedimentos que merecem reflexão. Muitas práticas adoptadas pela administração dizem respeito a rotinas de trabalho que, indirectamente, provocam o agravamento do quadro de apropriação indevida dos espaços abertos. Certamente, a análise morosa dos processos que solicitam a licença para a realização de reformas residenciais é uma dessas práticas. Induz os descaminhos da construção clandestina. Muitas vezes, a concessão do registo para a execução da obra é obtida depois de ela estar já concluída. O acontecimento do facto em si sugere a defasagem entre a condição ideal de trabalho e aquilo que, realmente, acontece na dinâmica do dia-a-dia. Raramente as ocupações clandestinas são tomadas como objectos de penalização exemplar. O lugar preservado acaba sendo gradativamente descaracterizado ou desfigurado. A falta de sintonia entre interesses do Estado e de particulares gera conflitos e embates, que vão repercutir em desvios da ordem preestabelecida.

Parece-nos oportuno comentar aqui a ineficiência da fiscalização urbana. Apesar do empenho dos técnicos que efectuam as vistorias, não se consegue coibir a realização de obras irregulares. A verificação dos motivos que levam o Estado a autuar os actos de infracção ajuda-nos a compreender o avanço do problema. Observamos, por exemplo, o que acontece em Ouro Preto. Nas notificações emitidas pela Prefeitura Municipal, entre os anos de 1993 e 1995, destacaram-se como infracções: novos edificios construídos sem a devida autorização, instalações de letreiros nas fachadas de estabelecimentos comerciais e reformas no antigo casario. A partir dos dados constatados, atentamos para essa maneira de trabalhar com a paisagem, onde o edificio continua sendo percebido como elemento de destaque. Em contrapartida, as alterações feitas nos terrenos, como a execução de aterros, cortes, terraplanagens e a retirada do coberto vegetal, são realizadas como se nenhum dano causassem à forma do lugar. Praticamente, as citadas acções não se encontram registadas nos “laudos” do mencionado período.

Possivelmente, esse procedimento é ainda resultante do modelo de preservação adoptado pelo SPHAN (Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional), criado pela Lei nº 378 em janeiro de 1937. Tornou-se hábito corrente da população local conservar somente a aparência dos edificios, o que não passa de mero “fachadismo”. Esse termo diz respeito à utilização indiscriminada de elementos compositivos da arquitectura colonial, no tratamento externo do casario, tendo por finalidade a conservação do aspecto homogéneo do conjunto urbano.<sup>18</sup>

Parece-nos também prudente reflectir sobre a protecção institucional conferida aos espaços abertos em Olinda. No caso, está fundamentada em matéria específica, verificada a partir

---

<sup>18</sup>-OLIVEIRA, Marcelo Almeida. *Os valores culturais da paisagem urbana em Ouro Preto-Minas Gerais. Um estudo de caso das áreas verdes na ladeira Santa Efigência e entorno próximo*. Salvador: Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1997. p. 105-107. Dissertação de Mestrado em Arquitectura e Urbanismo, área de concentração em Desenho Urbano.

da Lei municipal nº 4849/92, cujo grau de eficácia depende do nível de interpretação conferido ao instrumento jurídico. Tal lei foi elaborada para regular o zonamento de uso e ocupação do solo, sem observar a continuidade das parcelas verdes no tecido urbano, como tem acontecido em várias cidades do Brasil. Assim, uma mesma zona verde pode estar compartimentada em diversos sectores urbanísticos, regulados por normas ou parâmetros distintos entre si, que não estão necessariamente orientados para a integração das partes. Na leitura do citado documento, temos a impressão de que o coberto vegetal do lugar classificado é sobrepujado pelo valor atribuído à arquitectura monumental, principalmente a de edifícios religiosos, e a suas respectivas cercas, referentes às do Convento de São Francisco, das Igrejas de Nossa Senhora do Monte, da Sé, de Santo António do Carmo, do Mosteiro de São Bento e do Seminário Arquidiocesano de Olinda. O que é caracterizado como sector verde, na malha construída, corresponde a terrenos de grandes dimensões, sejam eles privados ou públicos. Contudo, as pequenas parcelas como os quintais não são vistas como elementos fundamentais da forma urbana, apesar da existência de posturas municipais que proíbem o corte de árvores e a modificação no perfil do relevo. Toda essa situação resulta da ausência de uma política voltada para o planeamento da forma global da cidade e do município, problema que não pode ser solucionado somente com a criação de leis.

Considerando-se a questão levantada, identifica-se, também, a inexistência de apoio técnico institucional aos moradores, que não dispõem nem de conhecimentos nem de recursos suficientes para a efectivação de tarefas quotidianas, que vão desde a simples limpeza dos quintais, a poda de árvores, até o combate de fitonoses. Em Olinda, a proliferação de doenças, geralmente causadas por brocas e fungos, tem prejudicado o desenvolvimento de cajazeiras, goiabeiras e mangueiras, além de coqueiros. Os surtos de pragas na cidade também fragilizaram a ocorrência das palmeiras na paisagem, que não mais existem nos adros do Mosteiro de São Bento e do Seminário Arquidiocesano. Os exemplares suprimidos não têm sido repostos com o plantio de novas mudas, o que causa desequilíbrios na composição da silhueta urbana. Também ocorrem modismos, com a introdução de novas espécies, como é o caso do coqueiro-anão, valorizado por ser mais produtivo do que o coqueiro-da-baía e por ocupar menor espaço nos pomares urbanos.

Supõe-se que a grande incidência de brocas, cupins, formigas e fungos, que ocorre no coberto vegetal do conjunto patrimonial de Olinda, seja uma decorrência das alterações ambientais que vêm acontecendo na paisagem, principalmente com a redução das manchas verdes nativas, processo intensificado após a década de 1940, quando ocorreu a expansão não planeada da malha urbana, além dos limites da zona classificada. Ao longo da faixa do litoral, hoje parcelada e ocupada com edificações, havia uma grande quantidade de araçazeiros, coqueiros, goiabeiras, mangabeiras e pitangueiras, que compunham o sistema vegetal das zonas húmidas.

Alguns danos observados, resultantes dos desequilíbrios ecológicos, podem ser tratados a partir de convênios e/ou de parcerias com instituições privadas ou públicas, no intuito de viabilizar o devido suporte técnico para minimizar ou sanar os problemas existentes. Na busca de soluções para a preservação do coberto vegetal e das antigas parcelas hortifrutícolas no tecido urbano, é imprescindível o apoio a e o esclarecimento de vários segmentos da sociedade. Nesse processo, é fundamental o questionamento da aplicação indistinta de instrumentos jurídicos não orientados para o planeamento da forma urbana como um todo. Identificamos em Ouro Preto situações que acabam por agravar o avanço da ocupação clandestina nos espaços abertos. Exemplificamos o facto a partir da aplicação da Lei nº 16/94, que regulamenta a posse ilegítima de terrenos devolutos do município e cujo conteúdo é decorrente da reelaboração de outras leis criadas anteriormente, as de números 185/80, 36/84, 21/87 e 90/93.<sup>19</sup>

A lógica administrativa privilegia o aumento da taxa de ocupação do solo, o que sem dúvida constitui um risco no que se refere à conservação da estrutura verde em Ouro Preto e em outros lugares. A base de cálculo é também passível de críticas, pela adopção de uma alíquota única, fixada em 1% sobre o valor venal do imóvel. A taxa cobrada não estimula a preservação integral do património classificado. Situação análoga identificamos em Olinda.<sup>20</sup>

Tomamos os exemplos considerados como apropriações acrílicas de instrumentos jurídicos. Na actualidade, tal procedimento é orientado por meio do Artigo 7º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo

---

<sup>19</sup>-Esses instrumentos jurídicos tinham a finalidade de legalizar a posse fundiária, desde que cumpridas as exigências estipuladas, dentre elas: a obrigatoriedade, para o requisitante, de apresentar documentos comprobatórios da quitação de taxas públicas e a realização de benfeitorias no terreno ocupado. Importa perceber que o caminho aberto pelo referido recurso legal acelerou o processo de ocupação irregular e/ou clandestina na cidade. Grande parte dos lotes, legitimados no período compreendido entre os anos de 1993 e 1996, encontra-se situada nos seguintes bairros: Alto da Cruz, Bauxita, Morro da Queimada, Padre Faria e Santa Cruz, sendo que alguns deles apresentam sérios riscos geológicos. A outra constatação refere-se ao Código Tributário Municipal, Lei nº 106/94. Segundo a análise do conteúdo do Artigo 83, a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano que incide sobre terrenos não edificados é comparativamente maior que o estabelecido para as parcelas edificadas.

Para a regularização dos terrenos com benfeitorias, a Divisão de Lotes Urbanos da Prefeitura Municipal exigia do pleiteante a seguinte documentação: guia quitada do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e uma conta de luz do imóvel, visando à certificação do endereço residencial. No caso dos terrenos sem benfeitorias, bastava apresentar recibo de compra e venda da propriedade, geralmente feita de modo clandestino, sem a anuência do poder público. Em suma, o que sucedia era a legalização do ilegal.

BARBOSA, Geraldo. Funcionário da Divisão de Lotes Urbanos da Prefeitura Municipal. *Entrevista sobre o Programa de Legitimação de terrenos devolutos no Município de Ouro Preto*. Ouro Preto, mar., 1996.

Cf. OLIVEIRA, Marcelo Almeida. *Os valores culturais da paisagem urbana em Ouro Preto-Minas Gerais. Um estudo de caso das áreas verdes na ladeira Santa Efigência e entorno próximo*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1997. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Desenho Urbano. p. 107-108.

<sup>20</sup>-“Eu já fui avaliador de imóveis da Prefeitura Municipal de Olinda e tive uma equipe de 40 fiscais. Esse serviço era a base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Um terreno pouco ocupado sempre tinha um imposto maior do que as propriedades mais edificadas. O cálculo efectuado era feito levando-se em conta 1% do valor venal da parte construída, acrescido de 2% do valor venal da parte não construída (...)”.

MELLO, José Ataíde Funcionário reformado da Prefeitura Municipal de Olinda. *Entrevista sobre espaços abertos*. Olinda, 2005. Cf. OLINDA. SECRETARIA DE FAZENDA; PREFEITURA MUNICIPAL. *Código tributário do Município de Olinda*. 1990. p. 21-24.

directrizes gerais da política urbana.<sup>21</sup> Acreditamos que deveriam existir incentivos fiscais e técnicos específicos, tendo a finalidade de compensar e promover a conservação integrada do tecido verde na malha urbana, como o decréscimo do tributo devido e a realização de actividades de assistência técnica. O sucesso de quaisquer iniciativas nesse sentido depende do envolvimento de todos, de particulares e do poder público.

### **Incidência da Especulação Imobiliária sobre os Espaços Abertos**

Como lembra Paulo Ormino de Azevedo, a especulação tornou-se facto contundente após a década de 1950, em função da urbanização ocorrida no Brasil, repercutindo no aumento significativo da população nas médias e grandes cidades, principalmente em função do afluxo de correntes migratórias oriundas do campo. A enorme procura por moradias acarretou um gigantesco “deficit” habitacional.<sup>22</sup> Importa observar que o fenómeno se desenvolveu e se mantém presente na actualidade devido a uma situação intencional de crise. A lógica da especulação é entendida através do controlo de áreas disponíveis para o crescimento das cidades, com o objectivo de forçar o aumento do custo dos imóveis, frente à diminuição do número de ofertas.

Nesse sentido, grupos minoritários, bem organizados económica e politicamente realimentam o processo especulativo, prejudicando o planeamento da forma urbana. Acabam influenciando as decisões do governo na implantação da rede de serviços públicos, segundo interesses próprios, visando à rentabilização de seus empreendimentos. De acordo com alguns especialistas, tudo isso pode ser considerado como constituindo-se em forças deformadoras da paisagem, submetendo a administração a um plano secundário na tomada de decisões, acarretando a redução do poder administrativo na regulamentação de projectos imobiliários, alvo constante dos empreiteiros e incorporadores.

No âmbito das cidades classificadas, a incidência do processo de urbanização, a partir da década de 1950, além de ter provocado o aumento da ocupação clandestina, também influenciou a ocorrência de desmembramentos ou fragmentações de antigos conjuntos arquitectónicos e paisagísticos.<sup>23</sup> A permanência dessa situação, relativa à desintegração dos vários tipos de espaços

---

<sup>21</sup>-OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Estatuto da cidade; para compreender...* Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. p. 49.

<sup>22</sup>-AZEVEDO, Paulo Ormino de. “O homem e a paisagem”. *Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, n° 61, p.13, Jun. 1967.

<sup>23</sup>-O principal motivo do crescimento da malha urbana no distrito-sede de Ouro Preto foi o desenvolvimento do sector secundário, em específico, da indústria extractiva mineral e da indústria metalúrgica, destacando-se nesse contexto a companhia ALCAN do Brasil. No entanto, outros factores influenciaram a aceleração desse processo, como a construção da rodovia dos Inconfidentes (BR-356), no final dos anos de 1950 e início de 1960, contribuindo para diminuir bastante o percurso e o tempo de viagem entre Belo Horizonte e Ouro Preto. A contractação pela ALCAN de firmas empreiteiras para a expansão de suas instalações também repercutiu na atracção de mão-de-obra proveniente de vários lugares. Edificaram-se a vila dos engenheiros e as barragens para o fornecimento de energia eléctrica e o funcionamento do maquinário e a iluminação da cidade. Toda essa conjuntura foi favorável ao surgimento de um quadro marcado pela especulação imobiliária e a ocupação clandestina das encostas.



abertos contidos na estrutura das referidas cidades afecta seriamente a conservação do património protegido, reduzindo as possibilidades de esses lugares serem preservados segundo seus próprios fundamentos, baseados na estreita relação entre componentes culturais e naturais.

Gonçalo Ribeiro Telles permite-nos compreender, com clareza, as consequências de acções isoladas que, praticadas sectorialmente, resultam em sérios prejuízos à transformação do espaço global. O que teria de ser planeado como um todo não é levado a sério. A conservação dos vazios ou das parcelas hortifrutícolas, a disponibilização de solos agrícolas e a protecção dos sistemas húmido e seco, dentre outras iniciativas, não são priorizadas nas políticas de ordenamento do território.<sup>24</sup> A ideia da preservação patrimonial, muitas vezes centrada em valores artísticos e históricos, ainda influencia o agravamento desse quadro, marcado pelo enfraquecimento do carácter da paisagem e pelo comprometimento da continuidade de componentes ecológicos na estrutura urbana.

A imagem do mundo real tem extrapolado seus limites usuais. Em Olinda e Ouro Preto, a apropriação caótica do solo urbano tem comprometido a permanência das manchas verdes existentes nos respectivos tecidos, tanto em terrenos particulares quanto públicos, comprometendo a qualidade de vida, neutralizando ambiências, diferenças e particularidades, prejudicando a integridade do património paisagístico, algo semelhante ao que Murillo Marx designa como dessacralização ou profanação da forma preexistente.<sup>25</sup> O que antes acontecia somente em áreas marginais, passou a fazer parte do quotidiano da cidade classificada. Numa mesma realidade coexistem duas situações distintas e contraditórias: a que privilegia a manutenção dos monumentos, segundo a ordem preestabelecida pelo poder oficial, e uma outra, que ocorre na sombra do mundo ideal, na envolvimento dos bens classificados, criando dicotomias, choques e rupturas, facto identificado a partir do crescente número de construções clandestinas e/ou irregulares.

Nos interstícios dos dois mundos, entre o ideal e o real, os espaços abertos ficaram bastante vulneráveis a interesses particulares. Essa situação tem-se agravado pela ineficácia e pela morosidade da aplicação da lei e ainda pelas descontinuidades político-administrativas que ocorrem com frequência nas mudanças de governo, desestabilizando a actuação das instituições públicas responsáveis pela preservação do património. Não raras vezes, tais instituições são pouco capacitadas e/ou estimuladas, devido à falta de recursos financeiros e de treinamento técnico, o

---

FRANCISCO, Sebastião. Responsável pelo setor de lotes urbanos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, mar., 1996.

<sup>24</sup>-RAMALHETE, Filipa; SILVA, Francisco. "Que planeamento urbano temos em Portugal? entrevista com Gonçalo Ribeiro Telles". *Al-madan*. Almada, Portugal: Centro de Arqueologia de Almada, IIª série, nº 12, p. 95-102, Dez. 2003.

<sup>25</sup>-Entende-se por dessacralização o mesmo que secularização. O significado atribuído a esse termo está intrinsecamente relacionado com a desconsideração pela preexistência do lugar e pelo processo histórico de construção da paisagem.

Veja-se: MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.

que tolhe por completo a realização de actividades rotineiras, dentre elas a de fiscalização urbana. Além disso, a falta de uma política de protecção dos conjuntos urbanos representa sérios riscos à permanência de testemunhos formais de nossa herança cultural.

A vigência dos referidos desajustes vem criando brechas para o agravamento de conflitos entre moradores e a máquina público-administrativa. Muitos proprietários arrogam-se direitos na defesa da realização de obras nas suas propriedades, sem maiores preocupações com as consequências advindas de actos isolados. Mostram-se convictos da prevalência de interesses privados, de cunho imediatista. Assim, os especuladores acabam ganhando evidência. No grupo desses empreendedores, a figura do “loteador” é bastante comum em realidades como a de Ouro Preto.<sup>26</sup> Geralmente, não possui qualquer formação que o habilite ou o qualifique para o desempenho da actividade que realiza. Divide antigas glebas de maneira aleatória e oportunista, sem orientação, sem o devido suporte técnico da administração, que sempre está tentando mitigar os prejuízos, depois que os danos já foram causados.

Mesmo diante dessa conjuntura, a homogeneidade do conjunto ouropretano ainda permanece. Historicamente, supomos que a vigência do regime foreiro, até o início da década de 1970, ajudou a manter o aspecto do lugar, apesar da dinâmica da paisagem. O antigo regime foi legalmente extinto em 1971, pela Lei Municipal nº 377, de 21 de Janeiro. Mas com a afirmação crescente do domínio absoluto da propriedade, que começou a ser definido no Brasil a partir de 1850, surgiu uma outra tendência. Os terrenos doados deixaram de ser públicos para serem particulares e ganharam valor de mercado. Ficaram sujeitos a serem loteados e vendidos como mercadoria, por quem de direito fosse o proprietário.<sup>27</sup> Isso, conseqüentemente, interferiu no ordenamento da estrutura urbana, que ficava cada vez mais compartimentada, fragmentada e parcelada, resultado do enfraquecimento do poder do Estado e do fortalecimento gradativo do direito individual.

Na actualidade, em prol de maior rentabilidade dos negócios efectuados, os loteadores retalham terrenos em módulos mínimos para conseguir os lucros desejados. No desempenho de suas actividades, predomina o critério quantitativo. Os lotes normalmente correspondem a

---

<sup>26</sup>-Os termos loteador e loteamento são relativamente recentes. Surgiram no século XIX.

Cf. MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991. p. 117-120.

<sup>27</sup>-A Lei das Terras de nº 601, sancionada em 18 de setembro de 1850, é considerada um marco inicial da implantação do novo sistema de domínio absoluto da terra. Foi regulamentada pelo decreto imperial nº 1318, de 30 de janeiro de 1854. No entanto, pelo carácter de excepcionalidade da matéria, essa lei não foi de imediato assimilada nem colocada em prática. Houve um período de transição, que durou aproximadamente 40 anos, de 1850 a 1890, quando ocorreu a “desincorporação” do rossio e a substituição do antigo sistema foreiro, que colocava o Estado como o senhorio da terra. Daí em diante começou a vigorar um novo regime, que beneficiava o concessionário como proprietário particular e favorecia o município como gestor do património público. A nova condição ficou fortalecida pelo Código Civil de 1917, que ressaltou a garantia do direito de propriedade.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 57-58.

Cf. MARX, Murillo. *Op. cit.* 1991. p. 117-120.

módulos de superfícies padronizados, de formatos geométricos e regulares. Esse esquema de repartição do solo, bastante difundido entre populares, representa o modo mais simples e vantajoso de rentabilizar a venda da terra. É vantajoso tanto para os empreendedores, que dividem ao máximo os terrenos, quanto para os adquirentes dos lotes, dada a facilidade de ocupá-los.<sup>28</sup>

Os parcelamentos, na maioria das vezes, regulados por padrões mínimos de moradia, pela demarcação precisa dos limites, pela construção de altos muros, prejudicam a permeabilidade de componentes naturais por entre o tecido urbano. O excessivo fraccionamento do solo acaba resultando na saturação do uso, interferindo em demasia na qualidade de vida dos lugares. Terrenos de grande dimensão e profundidade, onde se encontravam os jardins, hortas/pomares têm sido frequentemente alvo de empreendimentos irregulares. Grande parte dos quintais que apresentava uma ligação com o espaço semi-público da cidade (becos e vielas) foi alvo da especulação imobiliária, igualmente responsável pela fragmentação e ocupação aleatória de outros tipos de espaços abertos. Em alguns casos, as ocupações realizadas assemelham-se a verdadeiras colagens. São como cortes na continuidade da paisagem.

O assentamento da Vila [de Nossa Senhora] Aparecida, em Ouro Preto, é um retrato dessa situação, com a agravante de ter sido promovido pelo próprio poder público, na década de 1960.<sup>29</sup> Foi consolidado numa encosta de grande declive, interferindo na ambiência do património paisagístico. No campo do desenho urbano, independentemente das soluções técnicas a serem viabilizadas, não se pode perder de vista o conjunto, a estrutura, a forma, ou seja, o todo construído e a permanência de seus componentes fundamentais.

### **Breve Análise do Quadro Legislativo Patrimonial**

---

Para avançarmos no entendimento da preservação patrimonial no Brasil, mais particularmente do valor conferido ao património paisagístico, que é nosso objecto de estudo na presente dissertação, detemo-nos na análise de certos valores sobre os quais dispõe o Decreto-lei nº 25, de 15 de novembro de 1937, tido como o instrumento legislativo mais eficaz na protecção dos bens culturais. A lei instituiu a classificação ou o “tombamento” como acto administrativo,<sup>30</sup> atribuindo a competência desse acto ao Conselho Consultivo do Instituto do Património Histórico

---

<sup>28</sup>-MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991. p. 109-112.

<sup>29</sup>-FRANCISCO, Sebastião. Responsável pelo setor de lotes urbanos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. *Entrevista sobre espaços abertos*. Ouro Preto, mar., 1996.

<sup>30</sup>-Segundo Hely Lopes Meirelles, “as expressões ‘Livro do Tombo’ e ‘tombamento’ provêm do Direito Português e significam ‘inventariar’, ‘arrolar’, ou ‘inscrever’ nos Arquivos do Reino, guardados na ‘Torre do Tombo’”.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1991. p. 479. *Apud*: FONSECA, Maria Cecília Londres. *Construções do passado: concepções sobre a protecção do património histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas da UnB, 1994. p. 186. Tese de Doutorado.

e Artístico Nacional (IPHAN), responsável por garantir a conservação dos bens seleccionados, segundo valores genericamente previstos na norma.

De acordo com o Decreto-lei nº 25/37, notabilizam-se quatro categorias de protecção que orientam a matrícula dos bens culturais nos seguintes “Livros do Tombo”: Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico; das Artes Aplicadas; das Belas Artes, e Histórico. Considerando-se esse facto, ressaltamos que cada uma das mencionadas categorias deveria estar regulamentada a partir de estudos técnicos específicos, a fim de se embasar os pareceres emitidos e os procedimentos adoptados. No entanto, a lei permanece genérica e abstrata no que se refere às hipóteses de selecção, inscrição e preservação dos bens.<sup>31</sup> Assim, a compreensão dos conceitos e valores atribuídos ao património torna-se por demais subjectiva, admitindo-se que as noções discriminadas no conteúdo do instrumento jurídico têm carácter exemplificativo.<sup>32</sup>

Na análise dos conceitos relativos à conservação patrimonial, destacam-se dois momentos distintos, denominados respectivamente de “fundador” e “renovador”.<sup>33</sup> O primeiro deles surgiu entre 1930 e 1940, num período em que o Estado foi considerado “protagonista do desenvolvimento nacional e porta-voz dos anseios da Nação”.<sup>34</sup> O papel atribuído ao Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) tornou-se pujante. Tal instituição, coordenada por Rodrigo Melo Franco de Andrade e constituída por grupo de notório saber, formado por arquitectos e intelectuais modernistas, desempenhou a missão de fundamentar o referencial simbólico da ideia de nacionalidade, materializada na selecção de um conjunto de bens, móveis e imóveis, representativos do período colonial, no caso, compreendido como berço da nação brasileira. Em termos arquitecturais, destacava-se a protecção concedida a edificações religiosas e aos prédios de função pública, valorizados sobretudo pelo aspecto grandioso e monumental, de carácter excepcional, notável e singular, concepção estética que se estendeu à escala urbana.<sup>35</sup>

Com relação ao momento “renovador”, foi balizado pela actuação de Aloísio Magalhães, que se empenhou na criação do sistema de preservação SPHAN/Pró-Memória. Desde o final dos anos de 1970 e o início de 1980, a sociedade brasileira passou a ser vista por sua diversidade,

<sup>31</sup>-O Decreto-lei nº 25/37 não prioriza a realização de estudos técnicos. Por seu lado, a Portaria nº 11/ SPHAN, de 11/09/1986, estabelece essa obrigatoriedade. É tida como um instrumento bastante ténue, podendo ser substituída ou mesmo anulada a qualquer momento. Não tem força de lei.

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991. p. 44-45.

<sup>32</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 89.

<sup>33</sup>-FONSECA, Maria Cecília Londres. *Construções do passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas da UnB, 1994. p. 231-232. Tese de Doutorado.

<sup>34</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 234.

<sup>35</sup>-*Idem. Ibidem.* p. 207-208.

Cf. MILET, Vera. *A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil*. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988. Anexos, gráfico II.

pensamento que contribuiu para a ampliação e modernização da noção de nacionalidade e de património cultural, no caso verificada no Artigo 216, Item V, da Constituição de 1988, ficando patente a abrangência conferida ao assunto.<sup>36</sup> Também nessa época, ocorreu uma revisão dos valores discriminados no conteúdo do Decreto-lei nº 25/37.

Diante do marco temporal estabelecido, ressaltamos de antemão a importância dos valores artístico e histórico no delineamento das acções voltadas à preservação patrimonial. A própria sigla SPHAN, criada em 1937, exemplifica tal questão. Num primeiro momento, a concepção estética que orientava a protecção dos bens classificados baseava-se eminentemente no carácter da “excepcionalidade”. Foi nesse quadro que se considerou Ouro Preto uma verdadeira obra de arte, “jóia” da arquitectura brasileira, ficando ressaltada a homogeneidade e a integridade do seu conjunto. Assim, compreendemos a classificação no ano de 1938 dos núcleos de Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João del Rei, Serro e Tiradentes que, praticamente, inauguraram a lista das inscrições contidas no “Livro do Tombo” das Belas Artes.<sup>37</sup> De acordo com Lúcio Costa e outros intelectuais modernistas, tais cidades eram representativas das genuínas tradições arquitectónicas e urbanísticas, sendo referências à cultura nacional. Daí o facto de serem apontadas como “cidades-monumento”, ou seja, como objectos idealizados, segundo critérios que privilegiavam acima de tudo a permanência das edificações notáveis, sem considerar a continuidade da forma global, relativa à integração de componentes culturais e ecológicos da paisagem. Para percebermos o reflexo dessa visão na realidade ouropretana, destacamos o conteúdo do Decreto Municipal nº 13, de 19 de setembro de 1931,<sup>38</sup> que demonstra claramente o

<sup>36</sup>-Segundo a Constituição de 1988: “*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais [se] incluem:*

- I- *as formas de expressão;*
- II- *os modos de criar, fazer e viver;*
- III- *as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
- IV- *as obras, objectos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
- V- *os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (...).”*

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006. p. 2166.

<sup>37</sup>-Cf. MINC; IPHAN. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 4ª edição, revisada e ampliada. Rio de Janeiro, 1994. p. 247.

<sup>38</sup>-“*Considerando que a cidade de Ouro Preto, escriptorio das tradições mineiras, deve conservar o seu aspecto colonial, transmitido dos nossos antepassados. / Considerando que esta feição colonial de seus edifícios, de seus prédios, das ruas e praças, desperta grande interesse por parte dos turistas, que freqüentemente vêm visitar a cidade e suas cercanias. / Considerando que ferem dolorosamente a sensibilidade dos turistas os prédios que destoam do tipo colonial, / DECRETA*

*Art. 1º- Não é permitida, no perímetro urbano, a construção de prédios e de edifícios em desacordo com o estilo colonial da cidade;*

*Art. 2º- Os atuais prédios, existentes no perímetro urbano, em desacordo com o artigo antecedente, deverão ser modificados nas respectivas fachadas, quando estas tenham que receber reparos; (...).”*

OURO PRETO. Decreto nº 13, de 19 de setembro de 1931. Ouro Preto. 1931.

interesse em manter o aspecto original do lugar, o que é identificado em outro Decreto Municipal, o de nº 25, de 03 de setembro de 1932,<sup>39</sup> facto igualmente notado no Decreto Federal nº 22.928, de 12 de julho de 1933, que elevou o citado património à condição de Monumento Nacional.<sup>40</sup> A noção de paisagem implícita em tais documentos coincide com a ideia de cenário, ainda vigente na actualidade, especialmente notada na conservação dos núcleos de feição colonial.

De acordo com os preceitos modernistas, a construção em si era tida como uma obra de arte no meio de outras. A concepção de arte transposta para a escala urbana estava eminentemente articulada à ideia de composição pictórica, praticamente acabada, restando apenas algumas lacunas a serem preenchidas pontualmente. No mais, eram necessários “retoques” ou pequenas intervenções para manter a harmonia ou a unidade do conjunto classificado.<sup>41</sup> Entenda-se por retoques a utilização indiscriminada de elementos da arquitectura tradicional para o arremate das edificações de menor importância, prática que resultou na difusão de modelo fachadista, visando à manutenção do aspecto colonial, que mais tarde veio a ser designado como “estilo património”.<sup>42</sup> No entanto, tais procedimentos mostravam-se por demais ineficazes para lidar com os impactos das transformações ocorridas na paisagem, sobretudo a partir da década de 1950, com o avanço da industrialização.

<sup>39</sup>-“O Prefeito Municipal de Ouro Preto, atendendo à necessidade de manter o ‘facies’ colonial característico da cidade de Ouro Preto e usando das atribuições que conferem o Decreto Estadual nº 9847, de 02 de fevereiro de 1931, e o Decreto Federal de nº 20348 de 20 de maio de 1932, depois de ouvido o Conselho Consultivo Municipal  
Decreta

Art. 1ª- Não é permitida, no perímetro urbano, a construção de prédios e de edifícios em desacordo com o estilo colonial da cidade (Decreto 13, de 19 de setembro de 1931, artº 1º);

Art. 2ª- Os atuais prédios, existentes no perímetro urbano, em desacordo com o artigo antecedente, deverão ser modificados nas respectivas fachadas, quando estas tenham de receber reparos (Decreto cit. artº. 2º);

Art. 3ª- Nos reparos, consertos, reconstruções e limpezas, não é permitida a modificação externa do estilo antigo, quer nos telhados, quer nas fachadas ou cimalthas, em qualquer detalhe; (...).”

OURO PRETO. Decreto nº 25, de 03 de setembro de 1932. Ouro Preto. 1932.

<sup>40</sup>-“(...) considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitectura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação (...).”

MINC; SPHAN; FNPM. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980. p. 89. Anexo V.

<sup>41</sup>-Para um melhor entendimento do assunto, vejam-se as seguintes referências: MOTTA, Lia. “A SPHAN em Ouro Preto: uma história de condutas e critérios”. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: MEC, SPHAN, FNPM, nº 22, p. 109-110, 1987. / SANT’ANA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 134-135. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

<sup>42</sup>-A preservação de conjuntos urbanos como o de Ouro Preto, muitas vezes tem sido percebida no sentido restrito da manutenção do aspecto setecentista da cidade colonial. Ao longo dos anos, estabeleceram-se determinadas regras, ligadas à aprovação de projectos arquitectónicos, voltados estes para a reprodução de detalhes arquitecturais, restritos aos seguintes pontos: - arremate do telhado em contrafeito, com beiral de cachorros e com guarda-pó de madeira; - cobertura das casas com telha cerâmica canal; - emprego de marcos de portas e de janelas em caixão inteiro de madeira, com quadros de 12 cm de largura; - pintura de cal branca nos panos das paredes externas, à excepção dos elementos de madeira, pintados a óleo em cores fortes; - utilização de janelas com calha e/ou guilhotina de madeira. Nesse sentido, a ideia de preservação do património edificado, forjada no Brasil durante décadas, não estava orientada para a conservação do espaço na sua totalidade. Permaneceu relacionada com a disseminação de critérios “fachadistas”.

BELO HORIZONTE. Processos de petição e despacho. Biblioteca da 7ª Diretoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pastas de Ouro Preto.  
Cf. MOTTA, Lia. *Op. cit.* p. 108-122, 1987.

Em linhas gerais, o referido surto redundou na extensão da malha viária, no aumento da migração interna e da ocupação clandestina ou irregular, em especial onde havia oportunidades de trabalho, além de repercutir no fenómeno da metropolização, dentre outras manifestações que no geral estavam associadas a desestruturas da paisagem, em diversos locais do país. A gravidade desse quadro, aliada ao despreparo técnico do SPHAN, levou Rodrigo M.F. de Andrade em 1965 a solicitar auxílio externo, viabilizado através da UNESCO, com a participação activa de Michel Parent, inspector-chefe dos monumentos franceses, responsável pela elaboração de estudo a respeito da preservação do património brasileiro. O material produzido procurou ressaltar tanto a defesa do turismo, como alternativa económica à conservação dos lugares classificados, quanto do planeamento urbano, pontos concordantes com as recomendações internacionais da época.<sup>43</sup>

A aceitação e a divulgação dos citados pressupostos induziram ao fortalecimento da concepção de cidade como obra de arte, implicitamente contida nos planos elaborados no final dos anos de 1960 e durante a década de 1970. Nessas propostas, era notória a ideia do zonamento que previa a segregação dos “centros históricos” em relação a outras áreas urbanas. Eram eles entendidos como lugares especiais, destinados à implementação de actividades ligadas ao desenvolvimento do turismo. Nesse contexto, ressaltavam-se as manchas verdes como cortinas vegetais, com a finalidade de separar os espaços “desprovidos” de qualidades estéticas, cujos elementos deveriam ser mimetizados ou removidos por meio de acções isoladas.<sup>44</sup> Para exemplificarmos essa mentalidade, citamos a aprovação dos processos de desmembramento e loteamento ocorridos em Ouro Preto na década de 1960, mais especificamente na localidade junto

<sup>43</sup>-As estratégias elaboradas pela UNESCO nos anos de 1970 e 1980 visavam a nortear a preservação das cidades classificadas através do uso económico, em específico com o desenvolvimento do turismo. Mencionamos aqui algumas noções contidas nas Cartas Patrimoniais, que directa ou indirectamente acabaram reforçando a citada linha de actuação, destacando-se entre elas: a ideia de “conservação integrada” (Declaração de Amsterdã, Comitê dos Ministros do Conselho da Europa, 1975), de “salvaguarda dos conjuntos históricos” (Declaração de Nairobi, UNESCO, 1976), de “centro histórico” (Declaração de Quito, UNESCO/PNUD, 1977) e de “salvaguarda das cidades e bairros históricos” (Carta de Washington, ICOMOS, 1986).

Cf. SANT’ANA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 148, 236. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro. MINISTÉRIO DA CULTURA, INSTITUTO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*. Caderno de documentos nº 3. Brasília, 1995. p. 231-241, 253-268, 271-279, 323-326.

<sup>44</sup>-Cf. LIMA, A. Viana de. *Rapport et propositions pour la conservation, récupération e expansion*. Ouro Preto: UNESCO, 1969. /s.p./.

Cf. LIMA, A. Viana de. *Rénovation et mise en valeur d’Ouro Preto. Second rapport*. Paris: UNESCO, 1972. /s.p./.

De 1960 a 1970, realizaram-se diversas propostas urbanas, subsidiadas pela UNESCO, para as seguintes cidades: Alcântara e São Luis, no Maranhão, Ouro Preto, em Minas Gerais, Parati, no Rio de Janeiro, Salvador, na Bahia. Nesse período, registamos a actuação do Arquitecto português Viana de Lima, responsável pelo plano de Ouro Preto (1968-1970). Também actuou na elaboração dos planos de Alcântara e São Luis (1973) e de Laranjeiras e São Cristóvão, em Sergipe (1978).

Na citada época, destacamos ainda o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, elaborado pela Fundação João Pinheiro (1973-1975). Centrava-se na criação de zonas de expansão na localidade de Passagem de Mariana e em lugar denominado “Buraco Quente”, com o objectivo de viabilizar a preservação dos respectivos núcleos históricos. Com o mesmo enfoque do estudo feito por Viana de Lima, tratou-se a cidade classificada como objecto estético idealizado, sem contudo resolver os problemas decorrentes da ocupação clandestina.

Cf. MEC; IPHAN; IEPHA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1975. p. 59-64.

Cf. SANT’ANA, Márcia. *Op. cit.* p. 151.

a fábrica de calçados, na Vila São José (1960), na rua Alvarenga (1965), nas proximidades do prédio nº 6 da rua Thomé Afonso (1967), nas áreas vizinhas ao Pilar e Rosário (1967).<sup>45</sup> Os processos pautam-se por soluções pouco comprometidas com a integração do tecido urbano. No geral, predominava o traçado de quadras regulares e lotes modulados com dimensões de 300 m<sup>2</sup>, ou seja, de 10 metros de frente por 30 de profundidade,<sup>46</sup> sendo os terrenos mais largos que os convencionais, que tinham em média uma testada de 4 a 6 metros.<sup>47</sup>

No âmbito das propostas apresentadas, era notória a sugestão do plantio de pomares, principalmente com o sentido de evitar o impacto causado pelas novas construções. A vegetação não era entendida como parte estruturante do tecido urbano ou da existência dos moradores, passando a ser vista como elemento mimetizador, inclusive nas áreas de expansão urbana, onde também havia o controlo das cores, do gabarito e dos materiais que deveriam padronizar a aparência dos edifícios. A difusão das referidas medidas visava à manutenção da imagem de Ouro Preto como uma composição cenográfica ou pictórica. Interessa observar que as encostas da cidade, localizadas nos limites do mundo ideal, já estavam sendo ocupadas por construções aleatórias ou clandestinas, resultando isso no enfraquecimento, por assim dizer, do “Genius loci” ou do carácter do lugar, reduzindo a permanência de componentes naturais na paisagem, à semelhança do que também aconteceu em outros locais. Devemos compreender essas ocorrências com base nos valores atribuídos ao património classificado.

No caso do valor paisagístico, a interpretação dessa noção variou ao longo do tempo. O conceito de paisagem, normalmente assimilado no domínio da administração pública, sobretudo entre os anos de 1960 e 1980, estava estritamente associado à noção de visibilidade, decorrente do conteúdo da Carta de Veneza, que ressalta a obrigação de proteger o “entorno” ou a “moldura” dos bens protegidos.<sup>48</sup> Com isso, era notório que as manchas verdes, contidas nos tecidos urbanos, fossem percebidas como meros panos de fundo. Nesse quadro, Olinda foi classificada como património artístico, arqueológico, etnográfico e paisagístico (c.1968).<sup>49</sup>

<sup>45</sup>-RIO DE JANEIRO. Arquivo Central/ IPHAN, pasta nº?. *Relatório sobre os estudos de critérios de intervenção nos centros históricos visando a uma revisão da atuação da SPHAN. Exemplo Ouro Preto*. 1986. p. 12. (Parecer emitido pela Arquitecta Lia Motta, da Diretoria de Tombamento e Conservação).

<sup>46</sup>-MOTTA, Lia. “A SPHAN em Ouro Preto: uma história de condutas e critérios”. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: MEC, SPHAN, FNPM, nº 22, p. 114, 1987.

<sup>47</sup>-Cf. APMOP. Livro nº 2. 1892, Ouro Preto. *Tombamento de Foros da Freguesia de Antônio Dias*. p. 34-97.

<sup>48</sup>-“Art. 1<sup>o</sup>. não só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, um valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana”.

MINISTÉRIO DA CULTURA, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*. Caderno de documentos nº 3. Brasília, 1995. p. 109.

<sup>49</sup>-A elevação do conjunto urbano de Olinda à condição de monumento nacional contou com a mobilização política da sociedade local e o posicionamento favorável de Michel Parent. Cf. SANT’ANA, Márcia. *Op. cit.* p. 149, 168, 264-265.



Tal entendimento da paisagem reafirmou o destaque visual conferido aos “monumentos”, aspecto previsto, inclusive, no Artigo 18º do Decreto-lei nº 25/37. As acções voltadas para a preservação patrimonial fundamentavam-se na protecção da “ambiência”, para se garantir principalmente a visibilidade das edificações “notáveis”, de reconhecido valor estético. Daí a definição de parâmetros construtivos para harmonizar a permanência do património em relação com a vizinhança, tornando-se patente a preocupação com a altura ou o gabarito dos prédios ao redor, as cores dos elementos compositivos das fachadas, o ritmo das aberturas nos alçados, a taxa de ocupação do solo, a volumetria dos prédios, dentre outras questões.<sup>50</sup>

Diante da tarefa de lidar com a “paisagem” protegida, considerando-se a dinâmica da urbanização, a vigência de interesses especulativos e os questionamentos crescentes da sociedade, sobretudo a partir do final dos anos de 1970, ocorreram adaptações e adoptaram-se novos procedimentos com o intuito de fundamentar a elaboração dos processos de protecção patrimonial. Começaram a ser mais valorizadas a abordagem conceitual e a realização de estudos técnicos no expediente administrativo. Nesse período, sobressaíram as “portarias de entorno” como instrumentos jurídicos, visando a disciplinar a ocupação e o uso do solo, sem a interferência do poder municipal.<sup>51</sup> Tais instrumentos constituíram alternativa para a contextualização cénica dos bens classificados, sem o respaldo do planeamento urbano. A partir da década de 1980, a referida prática foi questionada, não sendo levada adiante por uma série de motivos, inclusive pela falta de recursos institucionais.

Nos anos 80, observamos a aceitação de novos pontos de vista, baseados no valor histórico e possibilitando o entendimento da paisagem como testemunho da ocupação territorial, resultando isso na ampliação do conceito de património, que passou a incorporar registos “da evolução das cidades, dos diferentes grupos étnicos, da história da ciência e da tecnologia”.<sup>52</sup> De acordo com essa perspectiva, os processos de “tombamento” na actualidade são pautados por leituras mais abrangentes e críticas do espaço urbano, situando o homem em relação ao meio do qual faz parte.

Tal forma de perceber os bens classificados já estava implícita em noções contidas no anteprojecto do serviço do “Património Artístico Nacional” (PAN), elaborado por Mário de Andrade em 1936, documento que valoriza as diversas “indústrias humanas dos brasis”, sobressaindo-se os aldeamentos, as cidades lacustres, as grutas, os mocambos do Recife, os morros do Rio de Janeiro.<sup>53</sup> No final da década de 1960, Rodrigo M.F. de Andrade reforçou essa compreensão da realidade a

<sup>50</sup>-CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991. p. 118-122.

<sup>51</sup>-Com relação a esse assunto, veja-se: SANT’ANA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 198-209. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.

<sup>52</sup>-FONSECA, Maria Cecília Londres. *Construções do passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas da UnB, 1994. p. 204-205, 213-214. Tese de Doutorado.

<sup>53</sup>-Cf. MINC; SPHAN; FNPM. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980. p. 92.

partir do conceito de “sítio histórico”, percebido como criação “representativa da vida e da organização de um povo, em determinada fase de sua evolução”.<sup>54</sup> Nos anos 80, de acordo com Aloísio Magalhães, compreendeu-se a noção de património como trajectória da história quotidiana ou como objeto de uso social, de importância cada vez maior para as comunidades locais.<sup>55</sup> A paisagem deixou de ser considerada “obra de arte”, pronta e acabada, para ser valorizada como uma síntese de relações culturais, económicas, históricas e sociais, trazendo à tona discussões concernentes à qualidade de vida e aos aspectos morfológicos e tipológicos dos núcleos protegidos.

Só recentemente, a partir dos anos 90, se verifica com maior peso a influência do pensamento ecológico no âmbito do IPHAN, conforme nos permitem entender os pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphim, que procura destacar noções de ordem afectiva e simbólica ou mesmo os conceitos relacionados a questões arqueológicas, botânicas, climáticas, edáficas, faunísticas, florísticas, geomorfológicas, geológicas, hidrológicas e de sustentabilidade.<sup>56</sup> Defende a ideia de paisagem como uma totalidade dinâmica, fundamentada na relação entre o homem e os factores biofísicos de cada lugar, assunto particularmente relevante no processo de inscrição de Parati na lista indicativa da UNESCO referente aos lugares a serem declarados “Património da Humanidade”.

No entanto, supomos que o citado modo de conceber a preservação dos bens culturais ainda não tenha unanimidade no universo administrativo marcado sobretudo pela prática da protecção sectorial, como se o “monumento” e seu “entorno” pudessem se manter desvinculados da estrutura ou do sistema de múltiplos elementos que interagem no espaço como um todo. No Brasil, raramente se prioriza a conservação integrada e efectiva de componentes culturais e naturais na escala urbana, seja devido à omissão das Prefeituras Municipais e de outras instituições do poder público, seja pela vigência de interesses particulares ou em virtude do desconhecimento e do despreparo dos técnicos que lidam directamente com o desenho das cidades. O avanço de tal situação, já mencionada, representa um sério risco para a continuidade dos conjuntos classificados e do património paisagístico.

---

<sup>54</sup>-MOTTA, Lia. “A SPHAN em Ouro Preto: uma história de condutas e critérios”. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: MEC, SPHAN, FNPM, nº 22, p. 117, 1987.

<sup>55</sup>-MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 18-19, 44, 52-53.

<sup>56</sup>-RIO DE JANEIRO. 6ª SR/IPHAN/DPROT. *Parecer nº 002/96, sobre a Iluminação do Penhasco dois irmãos*. 1996. p. 7, 9. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim e Marta Queiroga Amoroso Anastacio).

RIO DE JANEIRO. 6ª SR/IPHAN/DPROT. *Parecer sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. [200?]. p. 2. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim).

RIO DE JANEIRO. 6ª SR/IPHAN/DPROT. *Parecer sobre a inscrição de Parati na lista indicativa de Patrimônio Mundial da UNESCO*. 2000. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim).

## Os desafios de Um Novo Planeamento

---

Vários autores, ao tratarem da questão apresentada, enfatizam a necessidade urgente de se repensar velhos procedimentos que, ao serem mantidos e difundidos, prejudicam o processo de construção da paisagem. A vigência desses procedimentos, segundo Ilídio de Araújo, tem sido influenciada por aquilo que se chama de “incultura ecológica e paisagística generalizada”,<sup>57</sup> que afecta directamente os administradores, geralmente despreparados para enfrentarem as demandas do planeamento global. Em linhas gerais, percebemos a consonância do referido pensamento com as reflexões estabelecidas por Ribeiro Telles, Manuela Raposo Magalhães e Teresa Alfaiate, diferenciando-se apenas a maneira como cada um aborda o tema, a partir de suas próprias experiências profissionais.

Independentemente da realidade na qual aquela “incultura” se manifesta, seja em Portugal, seja no Brasil ou em qualquer outro país, os seus promotores são reconhecidos pelas marcas que caracterizam suas gestões. Podemos dizer que sua insensibilidade reflecte-se no comprometimento da qualidade de vida nas cidades e dos recursos naturais, na degradação dos respectivos espaços, patrimónios, estruturas e sistemas culturais e naturais, no desordenamento do território, enfim, numa série de atentados contra a paisagem e, por consequência, contra a vida do próprio homem.<sup>58</sup>

A psicologia ambiental alerta-nos para a necessidade de repensarmos a cultura, ou incultura segundo alguns autores, para encontrarmos soluções mais condizentes com a realidade de cada lugar, o que demanda a mudança de comportamentos, costumes e hábitos. Para alcançar tais objectivos, a educação é um dos principais instrumentos de transformação da sociedade, e deve ser estimulada de maneira contínua e crítica, sempre fomentando o envolvimento e a participação de interessados na gestão da cidade. Os moradores urbanos, ao serem consciencializados ante os riscos dos problemas que os afectam, certamente estarão mais motivados a participar de processos decisórios e a cobrar dos gestores públicos responsabilidades políticas e técnicas sobre acções mal sucedidas.<sup>59</sup>

É necessário compreender a correlação entre cidadania, planeamento global e qualidade de vida. Em outras palavras, deveria haver um envolvimento geral de todos os interessados para evitar a ocorrência indiscriminada de acções casuais e sectoriais, extremamente danosas à

---

<sup>57</sup>-ARAÚJO, Ilídio de. “A protecção da natureza e das paisagens no planeamento da sua gestão; evocação histórica e crítica de uma experiência de meio século”. In: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira (org.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus 2003. p. 74.

Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro. “Paisagem Global”. In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 31-34.

<sup>58</sup>-Cf. ARAÚJO, Ilídio de. *Op. cit.* p. 74-79.

<sup>59</sup>-BERNARDO, Fátima. *Psicologia ambiental*. Ciclo de Conferências do Curso de Licenciatura em Arquitectura Paisagista da Universidade de Évora. Évora, abr., 2003.

continuidade de qualquer paisagem, pois elas servem de subterfúgios para os interesses especulativos e/ou particulares, em nada comprometidos com as questões da colectividade.

Para implementar as mudanças necessárias, Ilídio de Araújo propõe uma educação cívica e ecológica, com noções de ética e justiça social. Com isso, supostamente, os gestores passariam a actuar com maior coerência e senso de responsabilidade na busca de soluções para o enfrentamento de problemas urbanos.<sup>60</sup> No entanto, ocorrem adversidades político-administrativas que podem bloquear, conter ou inibir quaisquer iniciativas em prol de interesses colectivos. Exemplificamos isso com o que acontece nos núcleos classificados de Olinda e Ouro Preto, com relação à descaracterização dos respectivos conjuntos.

De modo geral, podemos reflectir sobre a incapacidade da gestão administrativa na condução do processo de planeamento da forma urbana nas cidades examinadas. Basta observarmos o avanço das ocupações aleatórias de carácter clandestino sobre os espaços abertos. O problema manifesta-se de forma contundente e crítica em diversos trechos do tecido urbano. Os danos causados afectam a continuidade do património paisagístico, a estabilidade dos edifícios, além de comprometer a qualidade de vida nesses lugares. A mudança de comportamento de gestores e planeadores ante a situação apresentada é urgente. Salientamos a importância de pensar a cidade globalmente. Este sim, a nosso ver, é um grande desafio. Lidar com a paisagem como um todo significa planeá-la de modo integrado, a partir das noções de unidade, conjunto e/ou sistema, ou seja, tratá-la como um fenómeno uno.

Em Portugal, Ribeiro Telles propõe o reencontro entre os termos “ager” e “urbe”, sem perder de vista os significados dos citados vocábulos. Na linguagem clássica, esses termos guardavam entre si uma forte ligação, pautada na convivência do homem com a natureza.<sup>61</sup> A consciência de tal aspecto permite-nos compreender uma das principais características dos conjuntos classificados de tradição lusíada, a integração dos espaços abertos e edificados. Em termos práticos, esse princípio está relacionado à continuidade do tecido verde no contexto urbano e ao respeito pelas tradições ancestrais.

Ressaltamos com essa dissertação a importância de serem implementadas soluções holísticas e condizentes com a realidade de cada lugar, o que resultaria em contribuições benéficas para a preservação dos conjuntos urbanos. É indispensável o conhecimento a respeito dos bens protegidos, em termos morfológicos e tipológicos. Possibilita-nos ele o entendimento de traços de

---

<sup>60</sup>-ARAÚJO, Ilídio de. “A protecção da natureza e das paisagens no planeamento da sua gestão; evocação histórica e crítica de uma experiência de meio século”. In: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira (org.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus 2003. p. 74.

<sup>61</sup>-Cf. TELLES, Gonçalo Ribeiro. “A paisagem do futuro”. In: SECRETARIADO EDITORIAL DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA (coord.). *Doutoramento “Honoris Causa” de Professor Doutor Gonçalo Ribeiro Telles*. Évora, 1995. p. 14.

nossa própria herança cultural. Tipificar uma determinada realidade é ter capacidade criativa, imaginativa ou inventiva para agrupar, categorizar, comparar, identificar, seleccionar, sintetizar diferenças e semelhanças entre diversos tipos de espaços.<sup>62</sup>

Também as acções danosas sobre um determinado meio devem ser evitadas, principalmente aquelas que prejudicam as qualidades intrínsecas do solo, como a retirada do coberto vegetal e a exposição de sua superfície às intempéries, o que deriva em degradação ambiental e surgimento de processos erosivos, comprometendo não só a habitabilidade e o uso dos lugares, mas a continuidade do equilíbrio entre os ecossistemas, interferindo ainda na biodiversidade e na variação climática. O solo, como outros componentes naturais, faz parte de um grande complexo. Contribui para a definição da morfologia da paisagem, reforçando seus traços particulares. Para além de ser examinado como um recurso natural, cada vez mais escasso nas zonas urbanas, o solo deve ser compreendido como um valor cultural, em especial nas cidades classificadas. O tipo de vegetação existente em tais núcleos é reflexo da interacção de vários factores, ecológicos e humanos, sobressaindo-se os elementos edáficos. No entanto, é concedida pouca evidência ao tema, tratando-se de lugares como Olinda e Ouro Preto.

Na maioria das vezes, os textos consultados ocupam-se de aspectos estritamente geológicos ou detêm-se numa visão que privilegia o desempenho da agricultura no contexto rural. Com base nas informações recolhidas, sabemos, por exemplo, que os solos do município de Ouro Preto apresentam afloramentos rochosos e, de maneira geral, concentram pouca matéria orgânica. Em termos da vegetação nativa, observa-se a predominância do coberto de campo nas partes mais altas do relevo, e “capoeiras” (locais de regeneração da mata nativa) em sítios de menor altitude e declive, onde possivelmente existe material sedimentar e orgânico acumulado. No que se refere ao aproveitamento dos recursos naturais, ocorrem severas limitações de uso, principalmente devido à susceptibilidade do solo às erosões, que acontecem num quadro marcado por práticas arcaicas somadas ao pastoreio, desmatamentos, ocupações aleatórias e queimadas. Dentre as actividades económicas que se destacaram nos últimos anos, cita-se a horticultura, caracterizada pelo emprego de mão-de-obra familiar e reduzido suporte tecnológico, cujos produtos não são devidamente comercializados, sendo alvo de “atravessadores”.<sup>63</sup> No caso do Distrito-sede, mais particularmente do primitivo núcleo de Ouro Preto, que se acomoda em locais de topografia menos acidentada, é recorrente o mesmo fenómeno, associado à formação geológica do lugar, denominada de “Cercadinho”, composta por

---

<sup>62</sup>-ALFAIATE, Maria Teresa Amaro. *Expressões dos valores do sítio na paisagem*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Seção de Arquitectura Paisagista, 2000. p. 3, 10,15, 32, 60. Dissertação de Doutoramento. (Texto policopiado).

<sup>63</sup>-A&M CONSULTORES ASSOCIADOS. *Ouro Preto. Relatório final*. Belo Horizonte: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais, SEBRAE, Sistema de Informação Mercadológicas Municipais, 1995. p. 10-11, 37-40.

rochas alteradas e friáveis, que se alternam em camadas de quartzito ferruginoso e filitos variados.<sup>64</sup> Tal situação resulta em deslizamentos de encostas, o que vem reforçar a necessidade da contenção do avanço das construções clandestinas sobre os vazios ou os espaços abertos remanescentes na malha urbana, cada vez mais degradados e prejudicados por impermeabilizações.

Com referência à realidade de Olinda, consideram-se essenciais os trabalhos realizados por Dárdano de Andrade-Lima (1978) e Jaime de A. Gusmão Filho (2001), pela síntese dos dados levantados, o que nos permite verificar a interação do patrimônio arquitectónico e paisagístico com o suporte da pedologia e da geologia. Em linhas gerais, o sistema colinar de Olinda, sobre o qual assenta o núcleo classificado, acha-se implantado sobre duas unidades estratigráficas, o “Grupo Barreiras”, composto de areias e argilas, em vários estratos e diferentes combinações, e a “Formação Maria Farinha”, constituída de calcários argilosos e argilas calcíferas, que servem de base ao primeiro grupo. Refira-se, ainda, a formação de várzeas quaternárias, periodicamente alagadas, na paisagem do lugar. Na parte alta da cidade, os solos normalmente apresentam boa resistência, mas devem ser avaliados em termos de outros factores fisiográficos, como o clima, o coberto vegetal e o relevo, juntamente com o tipo de ocupação urbana realizada ao longo do tempo. Isso ajuda a explicar os movimentos das encostas, responsáveis pelo surgimento de problemas estruturais, em particular em alguns edifícios religiosos. Nessas circunstâncias, ressaltam-se determinados agravantes, como a redução do tecido verde, em decorrência das construções realizadas em antigas parcelas hortifrutícolas, criando situações que repercutem no aumento do escoamento superficial da água sobre o solo e na instabilidade do relevo.<sup>65</sup> É urgente reforçar a necessidade da conservação de certos traços da paisagem, tendo em vista a continuidade de sua forma e a manutenção da qualidade de vida, que alguns moradores fazem questão de defender.

De acordo com a análise estabelecida por Dárdano de Andrade-Lima sobre o coberto vegetal de Olinda, é possível observarmos uma correspondência entre a geomorfologia e a ocorrência de tipos específicos de plantas nos diversos ambientes do núcleo classificado, em particular do antigo Jardim Botânico, que abrangia área aproximada de 26,10 ha. A manutenção dessas particularidades vem contribuir para a permanência da identidade do lugar, não só em termos geológicos referentes a sua estabilidade física, mas também em termos da sustentabilidade.

---

<sup>64</sup>-A&M CONSULTORES ASSOCIADOS. *Ouro Preto. Relatório final*. Belo Horizonte: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais, SEBRAE, Sistema de Informação Mercadológicas Municipais, 1995. p. 56-58.

Cf. CARVALHO, Edésio Teixeira. *Carta geotécnica de Ouro Preto*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982. p. 79-81. Dissertação de Mestrado. (Texto policopiado).

<sup>65</sup>-ANDRADE-LIMA, Dárdano de. “A cobertura vegetal do horto de Olinda”. 1978. In: RECIFE. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, FIDEM. *Plano Diretor do Horto de Olinda*. 1979. p. 128. (Material não publicado).

GUSMÃO FILHO, Jaime de A. *A cidade histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2001. p. 59-68, 107-109, 119-120.

Numa visão abrangente, identificam-se três categorias de vegetação, a de “capoeira”, marcada pela regeneração da mata nativa, podendo ser apreciada em alguns trechos de cumeadas e encostas; a dos “sítios”, igualmente notada nas encostas, constituída basicamente por fruteiras, em sua maioria exóticas, e a das “várzeas alagáveis”, situada nos pontos de menor altitude, cujo elenco de espécies varia em função do volume de água existente em tais locais. Salientamos que nas várzeas desse sistema há predominância de plantas helófitas e paludícolas, que ocorrem na faixa costeira nordestina. Nos limites das baixadas, notam-se os exemplares subarbuscivos e arbustivos, as gramíneas e um grande número de espécies invasoras. Logo em seguida, surgem as bananeiras, as cajazeiras, os cajueiros, os coqueiros, as ingazeiras, as jaqueiras, as mangueiras e outras árvores frutíferas, que passam a ocupar as parcelas menos húmidas do relevo.<sup>66</sup> Existe uma relação entre o aumento do porte da vegetação, o relevo e o teor de matéria orgânica no solo, facto associado à redução da taxa de humidade nos terrenos. Nesse contexto, cada individuo possui suas peculiaridades que devem ser estudadas.

No geral, considera-se que as espécies arbóreas têm maior capacidade de consumo de água e nutrientes do solo, pelo alcance do sistema radicular em contacto com as camadas mais férteis. Em ambientes menos urbanizados e menos expostos às intempéries, a vegetação promove uma constante reciclagem dos elementos químicos, essenciais para a conservação da biodiversidade, sobressaindo-se o cálcio, o enxofre e o potássio armazenados na superfície dos terrenos em forma de matéria orgânica, decomposta e mineralizada, obtida a partir da queda de folhas, frutos, galhos e ramos.<sup>67</sup> Além desses benefícios, a conservação do solo orgânico e de suas propriedades biológicas, físicas e químicas no meio urbano resulta na maior habitabilidade dos lugares, favorecendo a continuidade do coberto vegetal. Tal facto, além de evitar a ocorrência de variações microclimáticas que interferem directamente na conservação do património arquitectónico e paisagístico, resulta na maior estabilidade do relevo, na permeabilidade da água nos espaços não edificados e, principalmente, na contenção de processos erosivos e de lixiviação. Ante tais riscos de degradação, é premente a adopção de acções efectivas com vistas à preservação dos solos, juntamente com outros componentes ecológicos, assunto que deve ser tratado como uma questão estratégica.<sup>68</sup>

O objectivo maior é impedir a ruptura do sistema natural ou do meio biofísico e, conseqüentemente, a degradação patrimonial. Importa perceber o ambiente como um todo

---

<sup>66</sup>-ANDRADE-LIMA, Dárdano de. “A cobertura vegetal do horto de Olinda”. 1978. In: RECIFE. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, FIDEM. *Plano Diretor do Horto de Olinda*. 1979. p. 128-142. (Material não publicado).

<sup>67</sup>-MACEDO, Renato Luiz Grisi *et al.* “Princípios de agrossilvicultura como subsídio do manejo sustentável”. *Informe agropecuário. Agropecuária e ambiente*. Belo Horizonte: EPAMIG, v.21, n° 202, p. 94-95, Jan./Fev. 2000.

<sup>68</sup>-*Idem. Ibidem*. p. 94-95.

LAHMAR, Rabah (coord.). *Salvemos nossos solos para proteger nossas sociedades*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p. 19-20, 23-27, 79-80. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 10).

integrado, segundo uma visão sistémica, o que requer necessariamente a busca de instrumentos adequados para a preservação do carácter ou da identidade dos lugares, a fim de se evitar a desqualificação urbanística, como vem ocorrendo nas cidades classificadas. É necessário compreender o significado da paisagem total, da relação entre seus espaços e componentes, o que envolve o entendimento do equilíbrio cultural/ecológico, da ordem ou dos princípios de estruturação dos complexos construídos, da dimensão qualitativa do espaço. O estudo morfológico e tipológico, a nosso ver, constitui o primeiro passo nessa direcção.

Reforçamos a necessidade de planejar o todo, a fim de se manter as particularidades arquitectónicas e biofísicas de cada lugar. Isso significa implementar acções contra a degradação patrimonial, verificada a partir do avanço da urbanização de baixo padrão construtivo, estético e funcional que tem afectado a qualidade de vida nas cidades. É fundamental a firmeza da administração pública, em todos seus níveis, no processo de controlo do uso e da ocupação do solo, regulando aquela não só a promulgação de medidas técnico-políticas, gerais e específicas, mas realizando também o acompanhamento eficaz e sistemático da transformação da paisagem.

Nesse processo, é imprescindível que a administração tenha suas próprias metas e metodologias traçadas, voltadas para a manutenção ou a recriação do carácter das cidades, dos núcleos classificadas, especialmente através da integração dos espaços abertos e edificados e da consolidação desses conjuntos, visando a tornar o meio urbano sustentável e potencialmente estimulante, dotando-o de maior significação afectiva e simbólica perante o olhar de seus habitantes ou utentes, questões colocadas em pauta nos debates contemporâneos.

Não podemos esquecer que a conservação de recursos como a água, o relevo, o solo e a vegetação é indispensável à preservação das características morfológicas e tipológicas dos lugares anteriormente referidos. Na actualidade, torna-se indispensável a recriação de instrumentos urbanísticos visando a privilegiar a continuidade da forma urbana como um todo. Alcançar esse intuito também exige habilidade para se saber tirar proveito da existência de dispositivos legais. Não nos podemos iludir com a pura aplicabilidade das leis, se não houver a devida interpretação dos factos e a intenção de trabalhar a paisagem de modo holístico. Esses instrumentos devem ser percebidos como valiosas ferramentas no processo da articulação de corredores verdes nas cidades.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup>-Consideram-se os corredores verdes como lugares estratégicos, que influenciam a melhoria da qualidade de vida no meio urbano e protegem nichos ecológicos. Assim, as zonas adjacentes aos cursos hídricos, os espaços de produção agrícola, afora as praças e ruas arborizadas, dentre outras opções, devem estar interligados entre si, na estrutura das cidades. Para o desenvolvimento deste assunto, vejam-se:

MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. *Morfologia da paisagem*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. p. 310. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia. (Texto policopiado).

TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano verde de Lisboa, componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 60.



Ao examinarmos o património das cidades classificadas, é necessário estabelecer esta conexão entre os componentes culturais e naturais, que devem ser observados numa perspectiva de estrutura ou sistema, por meio de uma abordagem multidisciplinar, a fim de se conduzir melhor as acções administrativas voltadas ao planeamento, ao desenho urbano e ao desenvolvimento da gestão da qualidade ambiental. Na realidade brasileira, a avaliação dessa temática apóia-se em algumas referências jurídicas, destacando-se entre elas o Código das Águas (1934), o Código Florestal (Lei nº 4.771/65, alterada pela Lei nº 7.803/89), a Lei nº 6.766/79 (alterada pela Lei nº 9.785/99), que dispõe sobre o parcelamento urbano e, recentemente, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 001, de 1986, utilizada para respaldar a definição de critérios, directrizes e responsabilidades referentes aos impactos ambientais.<sup>70</sup>

A legislação existente serve de parâmetro para percebermos o nível de consciência em relação a essa vertente de pensamento, que aos poucos tem conquistado espaço na administração pública, principalmente diante das ameaças de degradação do património urbano. Observa-se a influência da Ecologia em diversos ramos do saber, resultando na proposição de alternativas voltadas para o aproveitamento dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e o bem-estar do homem. Estudos recentes tendem a examinar a paisagem a partir de uma visão mais integrada, considerando aspectos inerentes à edafologia, à hidrologia e à geomorfologia, visando à implantação de modelos de gestão territorial comprometidos com a manutenção dos recursos potenciais de cada lugar ou região, modelos que envolvem o manejo de bacias hidrográficas no âmbito intermunicipal.<sup>71</sup> Contudo, nas cidades, a administração ainda é bastante deficiente, o que se reflecte na degradação ambiental, identificada através da ocupação clandestina das encostas, dos espaços abertos ou dos sistemas húmidos, facto associado à poluição de aquíferos, à redução do coberto vegetal, comprometendo drasticamente o nível da qualidade de vida nos locais afectados por tais problemas.

Nos núcleos classificados de Olinda e de Ouro Preto, podemos dizer que, sob este enfoque, a realidade não é diferente de outras cidades, com o agravante da supervalorização do espaço edificado em detrimento da permanência dos vazios, das manchas verdes ou das parcelas hortifrutícolas, existentes em alguns trechos de maneira contínua. Na actualidade, o que resta em grande parte das hortas, dos pomares ou dos jardins visitados em Olinda e Ouro Preto é o aspecto de degradação. Mesmo assim, são espaços que ainda mantêm a unidade potencial. Remetem-nos à lógica que orientou o ordenamento dos respectivos conjuntos e dos sistemas produtivos.

<sup>70</sup>-Para um maior esclarecimento sobre o assunto veja-se: AMADEI, Vicente Celeste; AMADEI, Vicente de Abreu. *Como lotear uma gleba. O parcelamento do solo urbano em seus aspectos essenciais (loteamento e desmembramento)*. São Paulo: Universidade SECOVI-SP, 2001. p. 34-35, 39-41.

Cf. SCHAEFER, Carlos Ernesto *et al.* "Elementos da paisagem e a gestão da qualidade ambiental". *Informe agropecuário. Agropecuária e Ambiente*. Belo Horizonte: EPAMIG, v.21, nº 202, p. 20-21, Jan./Fev. 2000.

<sup>71</sup>-SCHAEFER, Carlos Ernesto *et al.* *Op. cit.* p. 42., Jan./Fev. 2000.

É essencial ressaltarmos o valor cultural, ecológico, histórico, paisagístico, patrimonial das antigas parcelas, remanescentes de quintais, hortas, cercas, chácaras e Jardins Botânicos, que se encontram articuladas à envolvente natural que, como acontece em particular na cidade de Ouro Preto, abrange três grandes unidades de conservação: a Área de Protecção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas, a Estação Ecológica do Tripuí e o Parque Estadual do Itacolomi, o que representa uma oportunidade para a criação de corredores verdes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A presente dissertação é um começo, diante daquilo que ainda falta ser feito, não só em termos da recolha e análise de dados, dispersos em arquivos e bibliotecas e da verificação de vestígios arqueológicos, mas também da observação de situações ligadas à persistência de valores ancestrais, associados à tradição do cultivo de hortas e pomares. Referimo-nos mais particularmente à permanência de traços da cultura lusíada em terras brasileiras, sobretudo nas cidades luso-brasileiras.

Os primitivos assentamentos obedeciam a um determinado padrão construtivo eminentemente baseado no aproveitamento das potencialidades de cada lugar. Edificavam-se os núcleos coloniais em função dos recursos biofísicos existentes, utilizados tanto para o desenvolvimento económico, a efectivação dos projectos de defesa quanto para a produção de alimentos. Os tecidos urbanos harmonizavam-se com os sítios que lhes serviam de suporte. Havia uma concepção de ordenamento do espaço global que expressava nitidamente a relação entre o todo e suas partes. O todo, como já tivemos oportunidade de comentar, não se apresentava como mero somatório de objectos, não era casual. A sua forma reflectia a adopção de uma lógica fundiária e funcional entre diversas partes, evidenciada principalmente a partir da integração de elementos morfológicos e de unidades tipológicas, resultando na criação de ambientes significativos, impregnados com qualidade de vida. Lembremos, por exemplo, os relatos que descrevem os povoamentos inseridos no sistema vegetal, caracterizados dentre outros atributos pela massa de verdura e fragrância das parcelas hortifrutícolas, o que sem dúvida era um estímulo ao ócio e um convite à estadia contemplativa na e com a natureza, recriada e domesticada.

A cidade tradicional sobressaía como uma espacialidade viva e vivificante, dotada de carácter, um sistema significativo de referências, constituído a partir do “Genius loci”, ou seja, da relação entre componentes culturais e ecológicos e da unidade arquitectónica e paisagística, o que estava de acordo com a condição do lugar. Esse tipo de cidade favorecia e continua favorecendo a interacção de seus moradores e visitantes com o ambiente envolvente, como acontece nos primitivos núcleos de Olinda e Ouro Preto. São lugares onde ainda pode ser apreciada a continuidade das manchas verdes na malha urbana, mesmo sujeitas estas a ocupações aleatórias e clandestinas, fenómeno que se agrava devido à inexistência de uma política de preservação global. Consideramos que é da maior relevância a definição de uma metodologia para a conservação dos espaços abertos na trama edificada, principalmente se levarmos em conta o significado de tais espaços para a identidade urbana e o bem-estar das pessoas, directa ou indirectamente, favorecidas pela permanência do coberto vegetal.

A vegetação nos referidos núcleos apresenta-se como um traço remanescente da ruralidade, percebida tanto nos costumes dos moradores mais arraigados, zelosos no trato de suas hortas ou pomares, quanto na forma urbana, marcada em alguns trechos pela conservação do antigo tecido verde. De acordo com a cultura tradicional, a ideia de “estar” nesses espaços vincula-se às noções de utilidade e apazibilidade, presentes nas parcelas hortifrutícolas, aspecto fundamentado em pressupostos do “jardim” lusíada.

Grande parte dos projectos elaborados, destinados à requalificação dos conjuntos classificados, tem priorizado a implementação de actividades económicas ligadas ao incremento do comércio e do turismo, o que normalmente acontece em detrimento da manutenção do carácter dos lugares, repercutindo muitas vezes no fenómeno da cenarização. Citamos, por exemplo, a reforma urbanística efectuada no Pelourinho, na cidade de Salvador da Bahia, durante os anos de 1990. Dentre as inovações estabelecidas em tal reforma, mencionamos a implantação de uma nova tipologia de espaço aberto no interior das quadras, a “praça” de espetáculos e serviços, que ocupou de modo indiscriminado o domínio de antigos quintais. Além da pasteurização de informações arqueológicas e históricas e da falta de clareza entre o limite do espaço privado e do público, esses locais acham-se completamente impermeabilizados, o que acentua as sensações de aridez e calor na envolvência dos edifícios.

Defendemos com este trabalho a importância da visão holística, centrada no estudo da morfologia urbana e das tipologias dos espaços abertos, o que abrange a compreensão das unidades paisagísticas, dos elementos essenciais de cada conjunto da forma urbana, do espaço como um todo e da relação entre os locais edificados e os não edificados. Assim, acreditamos que possam surgir propostas arquitectónicas e urbanísticas verdadeiramente comprometidas com a manutenção do carácter e a sustentabilidade dos lugares, tendo em vista o bem-estar de seus habitantes e a conservação sistémica dos componentes ecológicos.

Em nosso estudo, constatamos o quanto a forma da cidade tradicional ainda se mantém condicionada por componentes ecológicos. Os trabalhos de conservação do património arquitectónico e paisagístico requerem necessariamente amplo conhecimento de cada realidade. Ao lidarmos com os núcleos classificados, remanescentes do período Brasil-Colónia, observa-se a ocorrência de uma hierarquia funcional entre suas diversas unidades, tipos de parcelas que, mesmo após sofrerem sucessivas descaracterizações e fragmentações, são capazes de despertar emoção estética. Salientamos que os tecidos das primitivas cidades compunham-se de quintais, hortas, cercas monásticas, chácaras, roças, além de Jardins Botânicos e Passeios Públicos. Tais tipologias encontravam-se dispostas ao longo dos caminhos, em consonância com o relevo e os sistemas naturais, seco e húmido, de cada lugar. Os quintais normalmente correspondiam a

terrenos de menores dimensões, situados nas cumeadas e nas encostas, apresentando-se organizados de modo promíscuo. No entanto, havia exceções, como os quintais de ricas residências em Ouro Preto, compartimentados em diversos patamares, em consequência da topografia acidentada do sítio, tornando-se distintos em comparação com as parcelas de regiões menos íngremes. As hortas, por sua vez, localizavam-se nas partes mais baixas do relevo, em zonas de solos fundos e férteis, na proximidade de cursos d'água ou de mananciais. No geral, essas unidades fundiárias sobressaíam pela regularidade nos respectivos traçados, onde se cultivavam espécies frutíferas, dentre elas as bananeiras ou aquelas plantas mais adaptadas à humidade dos solos. Segundo os relatos dos viajantes, a cultura de hortas ocorria até a duas léguas de distância em relação às cidades, cerca de 13.200 m, possibilitando o escoamento de géneros hortifrutícolas para os mercados urbanos, o que também acontecia em relação às propriedades maiores, as cercas religiosas e as chácaras. Eram conjuntos que abrangiam tanto as encostas quanto as várzeas, cujas partes ou subespaços mantinham-se integrados apesar de compartimentados, seja por motivos vivenciais ou por razões produtivas. Nos limites do mundo agrário, polarizado pela “urbe”, ainda se destacavam as roças, que ocupavam extensas glebas, eminentemente marcadas pela grande produção e pelo manejo da mata. Nesse contexto, os logradouros públicos, notados como símbolos de civilidade, sobretudo a partir do século XVIII, constituíam lugares igualmente definidos pelo lazer e pela utilidade, sendo construídos de acordo com o potencial biofísico das localidades onde se achavam implantados. Com referência aos Jardins Botânicos, aproveitaram-se as estruturas de antigas cercas religiosas e chácaras, incorporadas ao património do Estado. Os Passeios Públicos revelavam-se completamente moldados a partir de concepções eruditas, em lugares repletos de atributos favoráveis à estadia contemplativa, aspecto também observado tanto nos jardins das chácaras de ricos proprietários quanto em alguns conventos ou mosteiros.

O uso racional dos recursos naturais, no raio de influência da “urbe” colonial, transformava sobretudo as cercas religiosas e as chácaras em verdadeiros agroecossistemas. Em tais circunstâncias, ficava evidente a adopção e a divulgação de princípios produtivos, ligados ao conhecimento de técnicas agrícolas que contribuíam para a estruturação de tecidos verdes e a continuidade da paisagem, facto associado à promoção da qualidade de vida nesses lugares. A formalização de ambientes ecologicamente equilibrados conferia satisfação a seus utentes. Assim, podemos falar da conservação das matas nas partes íngremes do relevo, juntamente com os mananciais, situação favorável à recarga de aquíferos superficiais e subterrâneos e à manutenção de criatórios e plantações de maneira associada, o que redundava no maior controlo biológico pela diversidade de espécies e na contenção dos processos de erosão natural, além da melhoria do abastecimento alimentar. A sustentabilidade promovida pelos complexos hortifrutícolas resultava

na constituição de nichos ecológicos que possuíam estratos arbóreos diferenciados e, muitas vezes, eram cercados com sebes de laranjeiras, limeiras e limoeiros. Geralmente, nos locais onde o solo possuía maior concentração de matéria orgânica, ocorriam, além das hortas, manchas de árvoredos que se destacavam nos conjuntos construídos. Na paisagem das cidades tradicionais, a manutenção do coberto vegetal tinha razões práticas que não estavam dissociadas da aprazibilidade. As hortas e os pomares viabilizavam não só a produção de víveres, pontencializada em função da fixação e da reciclagem de nutrientes químicos nas camadas do solo, mas também a regulação das condições climáticas, dotando de conforto térmico as parcelas urbanas, influenciando o aumento da humidade relativa do ar e a ocorrência de brisas convectivas. A permanência da vegetação no tecido edificado possibilitava outras vantagens, notadamente observadas em diversos trechos de Olinda e Ouro Preto, como assegurar a estabilidade do relevo, diminuir o escoamento superficial de águas pluviais e promover o aumento da fertilidade do solo graças ao acúmulo de material orgânico em sua superfície.

A apreciação dos pontos acima leva-nos a uma visão acurada e holística da realidade dos lugares examinados, possibilitando-nos discutir algumas propostas. Na vertente académica, ressaltamos a necessidade da realização de mais estudos, no intuito de favorecer a verificação dos tipos de espaços abertos no tecido dos primitivos núcleos, o que nos permitirá estabelecer analogias, ou seja, o entendimento das diferenças e das semelhanças em relação à forma das cidades em diversos estados e regiões brasileiras. Devido à dimensão continental do país, tal tarefa seria melhor executada se houvesse uma equipa de pesquisadores envolvidos com o citado propósito. Acreditamos que a cultura compartilhada entre Brasil e Portugal venha a possibilitar novos pontos de vista a respeito do desenho dos assentamentos coloniais. No conjunto das informações obtidas, também identificamos a existência de cercas religiosas, chácaras, Jardins Botânicos e Passeios Públicos nas cidades hispânicas. Essa constatação pode significar o direccionamento de novas linhas de pesquisa envolvendo a compreensão das manchas verdes na rede urbana da América espanhola, possibilitando a ampliação do alcance da dissertação realizada.

Quanto à aplicação da pesquisa, sugerimos com base nos dados levantados a adopção de algumas medidas que poderiam minimizar os problemas decorrentes do abandono ou da ocupação aleatória e/ou clandestina nas parcelas não edificadas dos tecidos urbanos. Uma dessas medidas, a nosso ver, seria a convergência de esforços para a criação de organizações sociais representativas, constituídas a partir de lideranças locais, mobilizadas pela causa da manutenção da qualidade de vida nas cidades classificadas, o que facilitaria a continuidade dos espaços abertos nos complexos edificados, assunto precariamente tratado pela administração pública. Seria fundamental a instituição de programas educativos, em parceria com as redes municipal, estadual e federal de

ensino, a fim de consciencializar os moradores, em especial aqueles menos atentos e preparados, da importância da preservação integrada do património arquitectónico e paisagístico. Cabe despertar tais pessoas não só para a necessidade da protecção dos monumentos, das edificações grandiosas, mas sobretudo para a conservação do ambiente como um todo, cuja estabilidade depende do equilíbrio de factores ecológicos e da permanência de antigos sistemas produtivos, hortas e pomares, nas cidades. No caso dos terrenos abandonados, seja no domínio privado ou público, seria viável estimular novas ideias e empreendimentos de alcance social, a partir da utilização de recursos a fundo perdido, o que certamente contribuiria para a conservação de terrenos hortifrutícolas.

Num mundo de traços globalizados, defendemos a busca das origens e a afirmação das particularidades ou da identidade, com base principalmente no conhecimento da história. Acreditamos que seja atractiva e economicamente exequível a ideia da recriação da agricultura urbana, como deveria acontecer em certos trechos de Olinda e Ouro Preto, visando à produção especializada dos cultivos orgânicos, envolvendo o plantio consorciado de ervas medicinais, espécies hortícolas, frutíferas e de floração, além do fabrico de artesanatos. Tais actividades corresponderiam a oficinas didáticas, com o potencial de absorver mão-de-obra familiar, apresentando efeito multiplicador, no sentido de incentivar o incremento do turismo.

Mencionamos, por exemplo, a iniciativa do Padre Ernando T. Carvalho, um dos promotores do Centro Cultural e do horto de plantas medicinais fundado, na década de 1990, na antiga cerca do convento franciscano da cidade de João Pessoa, espaço constituído no século XVII, abrangendo área aproximada de 6 ha. Tal iniciativa, baseada na promoção da consciência ecológica, tem como objectivo a sustentabilidade de todo o complexo construído, por meio da divulgação do viveiro de mudas e da produção de húmus, proveniente da compostagem de matéria orgânica e do “minhocário”. A proposta em si fundamenta-se na co-participação de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PB) e da Universidade Federal da Paraíba, instituições igualmente responsáveis pela implantação e pelo fomento da citada obra. Isso vem demonstrar que é possível a manutenção dos espaços abertos na malha urbana de modo criativo, dinâmico e económico, sem a necessidade de edificar ou impermeabilizar o solo desses locais. Também é oportuno destacar a vantagem da formação de parcerias institucionais, conforme observado. Essa alternativa deve ser, necessariamente, considerada pelos governantes, tendo em vista a preservação do património paisagístico. No caso de Olinda, a concretização de convênios e parcerias envolvendo a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Pernambuco certamente contribuiria para o combate de fitonoses, que muitas vezes resultam na perda de indivíduos e na degeneração de muitas espécies do elenco de plantas do coberto vegetal. A partir dessa opção administrativa, outras medidas poderiam ser

implementadas, como a criação de um viveiro de mudas, o levantamento detalhado do elenco de plantas do núcleo classificado e o treinamento de mão-de-obra visando à prestação de assistência técnica, em particular aos moradores que necessitam orientação no plantio de mudas ou na poda de árvores e arbustos. Em síntese, é necessário haver planejamento e suporte técnico para se evitar as descaracterizações nos conjuntos urbanos a serem conservados.

No contexto das cidades analisadas, julgamos ser necessária a melhor qualificação dos profissionais que lidam com a preservação patrimonial. É imprescindível que os gestores e os técnicos percebam as hortas e os pomares como componentes da estrutura cultural e ecológica da paisagem. Tais lugares devem ser vistos como jardins históricos, utilizados para a produção de alimentos e o deleite dos sentidos, questão intrinsecamente vinculada a nossa herança ancestral. Consideramos as hortas e os pomares como patrimónios paisagísticos, o que nos remete às noções da unidade e do conjunto. Nas parcelas maiores, destacamos a forma de captação da água, através dos sistemas hidráulicos construídos em sintonia com o relevo e os atributos naturais de cada sítio, o que sucedia principalmente nas cercas religiosas, chácaras e nos Jardins Botânicos. Não podemos deixar de mencionar a riqueza do repertório das plantas difundidas, tendo em vista a serventia desses recintos, repercutindo na continuidade e no ordenamento do tecido edificado. São dados que nos levam a estimar a importância dos espaços abertos na trama urbana, observados como ambientes privilegiados, dotados de significações múltiplas, propícios à sociabilidade e à vivência quotidiana, conforme ainda acontece em alguns quintais de Olinda e Ouro Preto.

No entanto, apesar do valor conferido a esses locais por parte de certos segmentos da sociedade, não há uma política nem uma legislação específica voltada para a conservação integral do tecido verde nos núcleos classificados. A administração de tais lugares, além de não priorizar a educação patrimonial no intuito de ressaltar a importância da preservação do ambiente como um todo, tampouco investe esforços na promoção de acções mais objectivas, como o inventário das hortas ou dos pomares a serem tutelados, nem mesmo na criação de incentivos destinados a premiar os proprietários interessados na manutenção desses lugares. Salientamos que existem determinados conjuntos em estado de degradação avançado, correndo o risco de perda da unidade potencial, como é o caso do Solar das Lajes em Ouro Preto, cujos patamares ou socalcos do jardim encontram-se completamente abandonados. É necessária a protecção integral de tais bens, segundo procedimentos pautados em conceitos, metodologias e planos específicos, visando à harmonização de suas partes e à conservação de suas espacialidades. Os investimentos destinados à salvaguarda do património paisagístico são uma alternativa estratégica, sobretudo para o município, possibilitando a viabilização de opções de lazer colectivo e a definição de novos circuitos turísticos, garantindo ao mesmo tempo a preservação e a sustentabilidade dos complexos edificados.





Levando-se em conta esse propósito, convém priorizar a busca de soluções técnico-administrativas fundamentadas na continuidade ambiental, na defesa da estrutura ecológica no meio urbano, na manutenção da identidade dos conjuntos arquitectónicos e paisagísticos, na valorização de concepções voltadas para a integração do espaço colectivo, com o sentido de se impedir a ruptura do carácter, em particular, nas cidades distintas pelo património paisagístico. Assim, é oportuno destacar a elaboração do Plano Verde de Lisboa, na década de 1990, coordenado pelo Arquitecto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles. Tal proposta, considerada um dos componentes do Plano Director, representa uma alternativa inovadora na preservação da morfologia urbana. Sem dúvida, esse plano constitui referência para o ordenamento de cidades como Olinda e Ouro Preto, que ainda conservam seus primitivos núcleos como estruturas coesas.

Em suma, dada a tendência de ocupação aleatória e clandestina que se manifesta, de modo contundente, nos tecidos de lugares protegidos, alertamos sobre os riscos ambientais resultantes da invasão dos espaços abertos e da remoção do coberto vegetal. Tal fenómeno interfere na continuidade de componentes fundamentais da forma urbana, trazendo sérios prejuízos tanto à conservação dos antigos sistemas de produção, dos mananciais, do microclima, do solo quanto à manutenção da estabilidade geológica, o que afecta directamente a permanência da dimensão qualitativa do património classificado, dentre outras questões. As acções sectoriais, de carácter especulativo, que repercutem globalmente, devem ser evitadas, pois acabam interferindo na estabilidade e na permanência dos conjuntos urbanos.

Salientamos o valor do todo no tecido das cidades pesquisadas, onde os espaços abertos (as manchas verdes, as parcelas hortifrutícolas, os vazios) são tão importantes quanto os espaços edificados. É isso que torna os núcleos classificados de Olinda e Ouro Preto lugares especiais e distintos, não sendo casual o reconhecimento desses lugares como “Patrimónios da Humanidade”. Os seus conjuntos ainda são dotados de componentes leves, tais como aromas, cores, sabores, sonoridades, tactibilidades, dimensões advindas do sistema vegetal existente, assim como acontecia na cidade colonial, descrita nos relatos inaugurais há séculos.

Reforçamos a necessidade de viabilizar acções administrativas voltadas para o planeamento global, que trate a estrutura ecológica e a estrutura cultural de modo holístico, integrado, sistémico. Nesse sentido, destacamos a importância da manutenção do coberto vegetal, seja por questões culturais/patrimoniais, seja por questões climáticas ou outros motivos. A conservação dos espaços não edificados na malha das mencionadas cidades está directamente relacionada com a qualidade de vida existente nesses locais.

## BIBLIOGRAFIA

---

### Obras de Referência

- ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem*. Coleção Estudos 2. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, 1994.
- ACADEMIA BRASILEIRA. *Cartas jesuíticas; cartas avulsas (1550-1568)*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931.
- ALBERGARIA, Isabel Soares de. *Quintas, jardins e parques da Ilha de de São Miguel (1785-1885)*. Lisboa: Quetzal Editores, 2000.
- ALFAIATE, Maria Teresa Amaro. *Expressões dos valores do sítio na paisagem*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Seção de Arquitectura Paisagista, 2000. Dissertação de Doutoramento. (Texto policopiado).
- ARAÚJO, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. v.I.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BACHELARD, Gaston. *O ar e os sonhos. Ensaio sobre a imaginação do movimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARBOSA, José Maria da Silva Pinto. *Da praça pública em Portugal*. Évora: Universidade de Évora, 1993. Dissertação de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado). (2 volumes).
- BORGES, Nelson Correia. *Arte monástica em Lorvão: sombras e realidade, das origens a 1737*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. v.I. p. 335-354.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 3ª edição integral, segundo apógrafo de Leiden. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997. (Texto datado do segundo semestre de 1618).
- BURMEISTER, Hermann, 1807-1892. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- BUSTOS ROMERO, Marta Adriana. *A arquitetura bioclimática do espaço público*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- CABRAL, Francisco Caldeira. *Fundamentos da arquitectura paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 1993. Palavras prévias: Fernando Pessoa. Prefácio: Gonçalo Ribeiro Telles.
- CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro. *A árvore em Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999. Prefácio: Gonçalo Ribeiro Telles.
- CALAFATE, Pedro. *A ideia de natureza no século XVIII em Portugal, (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
- CAMPOS, Ana Cristina; CLÉCIA, Maylena (coord.). *Terra e alimento. Panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2000.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. *Da essência do jardim português*. Évora: Universidade de Évora, 1995. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado). (2 volumes).
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira (org.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus 2003.
- CARDIM, Fernão, Padre, 1548/1549-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- CARTA de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2000. AZEVEDO, Ana Maria de; ÁGUAS, Maria Paula Caetano e Neves (orgs.).
- CARVALHO, Rómulo. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- CASAL, Manuel Aires de, Padre, c.1754-c.1821. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1945-47 (2 volumes). (Impressão Régia feita em 1817).
- CASINI, Paolo. *As filosofias da natureza*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

- COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS, 1415-1822. *Actas...* / coordenação de Renata Araújo, Hélder Carita e Walter Rossa. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da, 1851-1923. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1949.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. 2 Tomos. (Edição francesa: publicada entre 1834 e 1839).
- DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano. A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FAUVRELLE, Natália. *Quintas do Douro. As arquitecturas do vinho do Porto*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID), 2001. (Cadernos da Revista Douro- *Estudos & Documentos*).
- FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1977.
- FRANÇA, José Augusto. *Lisboa: urbanismo e arquitectura*. Lisboa: ICALP, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso brasileira*. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968. (2 volumes).
- FREYRE, Gilberto. *Olinda. 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.
- FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 14ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003.
- GRAHAM, Maria, 1785-1842. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. (Edição inglesa: 1842).
- GUSMÃO FILHO, Jaime de A. *A cidade histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses; 1630-1654*. Rio de Janeiro: GMT Editores, 1999.
- HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. *Quintais urbanos de Salvador. Realidades, usos e vivências no século XIX*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2002. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- JABOATAM, António de Santa Maria, Frei. *Orbe seráfico novo brasilico*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, MDCCLXI (1761). (Digressão I-VI, Livro ante-primeiro, Livro I e Livro II).
- KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução*. São Paulo: Pini, 1993.
- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.
- LAROZE, Catherine. *Une histoire sensuelle des jardins*. France: Olivier Orban, 1990.
- LEITE, Serafim, Padre. *Os jesuítas na vila de São Paulo: século XVI*. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, [1936]. (Separata da Revista do Arquivo Municipal, v.XXI, [1936]).
- LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; o estabelecimento, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938a. Tomo I.
- LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; a obra, século XVI*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938b. Tomo II.
- LEITE, Serafim, Padre. *Novas cartas jesuíticas: de Nóbrega a Vieira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

- LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, fundações e entradas, séculos XVII-XVIII*. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943a. Tomo III.
- LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; norte, obra e assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b. Tomo IV.
- LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Baía ao nordeste, estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945a. Tomo V.
- LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1945b. Tomo VI.
- LEITE, Serafim, Padre. *Fazendas e engenhos jesuítas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945c. (Separata da revista *Verbum*, Tomo II, fasc. 2, Jun. 1945).
- LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; assuntos gerais, séculos XVII-XVIII*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949a. Tomo VII.
- LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; escritores de A a M*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Civilização Brasileira; Lisboa: Livraria Portugália, 1949b. Tomo VIII.
- LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil; escritores de N a Z*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Civilização Brasileira; Lisboa: Livraria Portugália, 1949c. Tomo IX.
- LEITE, Serafim, Padre. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. [Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro], 1950. Tomo X.
- LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae I (1538-1553)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Iesu], 1956a.
- LEITE, Serafim, Padre. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1956b. 2 volumes.
- LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae I (1553-1558)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Iesu], 1957.
- LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae III (1558-1563)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Iesu], 1958.
- LEITE, Serafim, Padre. *Monumenta brasiliae IV (1563-1568)*. Roma: [Monumenta Historica Societatis Iesu], 1960.
- LEMOS, Carlos A.C. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- LIMA, José Arnaldo Coêlho de Aguiar. *Palácio da Olaria*. /s.n.t./, 2001. 24p. (Texto inédito).
- LINS, Eugênio de Ávila. *Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil: século XVI a XIX*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2002. Tese de Doutorado em História da Arte. (Texto policopiado). (3 volumes).
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil; tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, [1951].
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. (Primeira edição de 1862).
- MAGALHÃES, Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo. *Morfologia da paisagem*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. Dissertação de Doutorado em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia. (Texto policopiado).
- MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, Edusp, 1980.
- MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MARX, Roberto Burle. *Arte e paisagem. Conferências escolhidas*. Nobel: São Paulo, 1987.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1944. (Edição inglesa: 1812).
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco: arte e natureza no 2º Reinado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo de jornal*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1998.
- MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

- MENDOÇA, Nuno José de Noronha. *Para uma poética da paisagem: a idéia*. Évora: Universidade de Évora, 1989. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. (Texto policopiado). (3 volumes).
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. (Primeira edição: 1946).
- NASELLI, César A. *De ciudades, formas y paisagens*. Assunção: Arquina, 1992.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Nuevos caminos de la arquitectura: existencia, espacio y arquitectura*. Barcelona: Editorial Blume, 1975.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci. Paysage, Ambiance, Architecture*. [Bruxelles, Liège]: Pierre Mardaga éditeur, [1981]. [Edição original: 1976].
- OLIVEIRA, Marcelo Almeida. *Os valores culturais da paisagem urbana em Ouro Preto-Minas Gerais. Um estudo de caso das áreas verdes na ladeira Santa Efigência e entorno próximo*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1997. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Desenho Urbano.
- OLIVEIRA, Valéria Maria Agra (coord.). *Projeto Foral de Olinda. Relatório II*. Olinda: Prefeitura Municipal de Olinda, Secretaria do Patrimônio e Cultura, 2000.
- PITA, Sebastião da Rocha, 1660-1738. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- POLIÓN, Marco Vitruvio. *Los diez libros de arquitectura*. Madrid: Alianza Forma, 1995.
- PREST, John. *The garden of Eden*. New Haven, London: Yale University Press, 1981.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais (1850-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 66.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Edição francesa: 1851).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Segunda viagem ao interior do Brasil. Espírito Santo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Imprensa Paulista, 1937. 2 Tomos. (Edição francesa: 1847).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940. (Edição francesa: 1851).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. (Edição francesa: 1830).
- SANT'ANA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 1995. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Conservação e Restauro.
- SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. *O domínio de Santa Maria do Lorvão do século XIV. Gestão feminina de um patrimônio fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, [200?].
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996.
- SEPP S.J., Antônio, Padre, 1655-1733. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo: Livraria Martins, [1951].
- SIMÕES, Josanne Guerra; FURTADO, Júnia Ferreira. *Ouro Preto revisitada: roteiro histórico de seus monumentos esquecidos*. Belo Horizonte: Conselho de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.

SOUSA, Gabriel Soares de, c.1540-1591. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2000.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 4 Tomos. (Edição alemã: 1823).

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (coord.). *Plano verde de Lisboa, componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, 1996. (Série Dissertações e Teses).

VASCONCELOS, Simão de, Padre, 1597-1671. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade. Ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

XAVIER, António Manuel Gaspar Mateus. *Das cercas dos conventos capuchos da Província da Piedade: contributo para a definição de uma política de recuperação*. Évora: Universidade de Évora, 1998. Dissertação de Licenciatura em Arquitectura Paisagista. (Texto policopiado).

XAVIER, António Manuel. *Das cercas dos conventos capuchos*. Évora: Casa do Sul, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2004.

## Dicionários

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo, 2001.

BLUTEAU, Raphael, Padre D. *Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, belico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero, geografico, geometrico, gnomico, hydrographico, homonymico, hierologico, ichthyologico, indico, ifagogico, laconico, liturgico, lithologico, medico, musico, metereologico, nautico, numerico, neoterico, ortographico, optico, ornithologico, poetico, philologico, pharmaceutico, quidditativo, qualitativo, quantitativo, rhetorico, rustico, romano, symmbolico, synonimico, syllabico, theologico, terapeutico, tecnologico, uranologico, xenophonico, zoologico*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXX (1720).

BORN, A. Van Den (org.). *Dicionário enciclopédico da Bíblia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Maria Liana. *Dicionário histórico Brasil colônia e império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionários dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1997.

CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário crítico e etymológico da língua portuguesa*. Paris: Ângelo Francisco Carneiro (editor), 1863.

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. *Diccionario critico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Editorial Gredos, 1980.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A.C. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.

*DICIONÁRIO de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, /s.d./ v.I. Dirigido por Joel Serrão.

*DICCIONARIO de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 2000.

*DICIONÁRIO de sinónimos*. Porto: Porto Editora, [1985].

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª edição. Curitiba: Positivo, 2004.

FONTINHA, Rodrigo. *Novo dicionário etmológico da língua portuguesa*. Porto: Editorial Domingos Barreira, /s.d./.

- HOUAISS, António; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário de sinónimos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Diccionario geographico historico e descriptivo do Imperio do Brasil*. Pariz: Casa de J.P. Aillaud, 1845.
- SILVA, António de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Régia, 1831.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, 1994.
- SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil. "Onomástica geral da geografia brasileira"*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004. (Primeira edição: 1910).
- TERTÚLIA EDÍPICA, SOCIEDADE LITERÁRIA CHARADÍSTICA. *Dicionário de sinónimos da língua portuguesa*. Lisboa: João Francisco Lopes Editor, 1945.
- VIEIRA, Domingos, Frei; (Religioso dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho). *Grande dicionário portuguez ou thesouro da língua portuguesa*. Porto: E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, Frei; (Religioso Franciscano Observante da Província de Nossa Senhora da Conceição de Portugal e Correspondente da Academia das Sciencias de Lisboa). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. 2ª edição. [Lisboa]: publicado pelo autor, (MCCCLXV) 1865.

## Artigos, Ensaios e Verbetes

- ABECASIS, Maria Isabel Braga. "A família real e o gosto pela natureza: o Jardim Botânico e o Museu de História Natural". In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 123-142.
- ABREU, Susana Matos. "Uma *Civitas Dei* em Quebrantões ou a cerca do mosteiro da serra do Pilar". *Monumentos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 9, p. 10-14, Set. 1998.
- ADRIÃO, José; PACHECO, Pedro. "Entrevista" (concedida por Gonçalo Ribeiro Telles). *Documentos de Arquitectura DA3*. Lisboa: Associação de Estudos Documentos de Arquitectura (A.E.D.A.), nº 3, p. 30-63, Outono 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. "Famílias e vida doméstica". In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1. p. 83-154.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. "Plantas do Oriente no Brasil em fins do século XVIII". *Colóquio Revista de Artes e Letras*. Lisboa: António da Costa Isidoro, nº 36, p. 52-54, Dez. 1965.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. "Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII". *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: /s.e./, v.15, p. 339-481, 1975.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho et al. "Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. A casa e a rua". *Oficina do Inconfidência revista de trabalho*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, nº 0, Ano 1, p. 59-83, Dez. 1999.
- ANDRADE, Cristiana. "Plano diretor em debate". *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 27 Setembro 2006. Caderno Gerais, p. 29.
- ANDRADE-LIMA, Dárdano de. "A cobertura vegetal do horto de Olinda". 1978. In: RECIFE. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planeamento, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, FIDEM. *Plano Diretor do Horto de Olinda*. 1979. p. 128-150. (Material não publicado).
- ARAÚJO, Ilídio Alves de. "Quintas de recreio". *BRACARA AUGUSTA*. Braga: Câmara Municipal, nº.63 (75), v.27, p. 321-331, 1973.
- ARAÚJO, Ilídio Alves de. "A protecção da natureza e das paisagens no planeamento da sua gestão; evocação histórica e crítica de uma experiência de meio século". In: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira Carapinha (org.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003. p. 73-95.

- ÁVILA, Affonso (coord.). "Minas Gerais: monumentos históricos e artísticos-circuito do diamante." *Barroco*. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, n° 16, p. 139-228, Verão 1995.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. "O homem e a paisagem". *Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, n° 61, p. 11-14, Jun. 1967.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. "Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira-origens". In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). *Colectânea de estudos. Universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1998. p. 37-86.
- BACELAR, Carlos de Almeida Prado. "Roça". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, 1994. p. 722-723.
- BARRETO, Paulo Thedim. "O Piauí e sua arquitectura". *Revista do Património Nacional*. Rio de Janeiro: /s.e./, n° 2, p. 187-223, 1938.
- "BIO-REGIONAL farming. A model for farm-city partnerships". *Landscape architecture*. [East Broadway, Louisville]: American Society of Landscape Architects, n° 2, v.73, p. 69-71, March/April 1983.
- CABRAL, Francisco Caldeira. "O *continuum naturale* e a conservação da natureza". In: SERVIÇOS DE ESTUDOS DO AMBIENTE. *Conservação da natureza*. Lisboa, 1982. p. 35-54.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. "Os vergéis do Paço Ducal". *Monumentos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n° 6, p. 34-37, Mar. 1997.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. "*Desertum, claustrum e hortus*: os horizontes do jardim cartusiano". *Monumentos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n° 10, p. 20-22, Mar. 1999.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. "A cerca e o jardim do claustro. Dois espaços do nosso descontentamento". *Monumentos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n° 10, p. 72-76, Set. 2001.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. "Paisagem e espiritualidade". In: FRÓIS, Virgínia (Coord.). *Conversa à volta dos conventos*. Évora: Casa do Sul Editora, 2002a. p. 109-113.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. "A arte da paisagem e dos jardins no Brasil colonial". In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, *Actas...*, 5, Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, 2002b. p. 27-37.
- CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira. "Da leveza da cidade". *Monumentos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n° 26, p. 180-183, Abril 2007.
- CASTEL-BRANCO, Isabel *et al.* "As 'hortas urbanas' em Lisboa". *Sociedade e Território*. Porto: Edições Afrontamento, n° 3, p. 100-107, Jul. 1985.
- CASTEL-BRANCO, Cristina. "O lugar da Ajuda". In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 15-52.
- CASTEL-BRANCO, Cristina *et al.* "O aparecimento do Jardim: Domingos Vandelli". In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 55-89.
- CASTEL-BRANCO, Cristina; REGO, Francisco Castro. "O mundo das plantas e a ciência". In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 91-122.
- CAUQUELIN, Anne. "Paisagem, retórica e património". *Rua- Revista de Urbanismo e Arquitetura*. Salvador. v.1. n° 8, p. 24-27, Julho/ Dezembro 2003.
- CORAJOURD, Michael; MARIONI, Giovanna. "The peach gardens of Montreuil". *TOPOS. European Landscape Magazine*. München: Callwey Verlag Leser, n° 6, p. 71-77, Mar. 1994.
- CORTESÃO, Jaime. "O franciscanismo e a mística dos descobrimentos". *Revista de las Españas*. /s.n.t./, p. 37-42. [19??].
- COSTA, Eliza Lozano *et al.* "Casa". In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 229-283.
- COSTA, Maria João Dias. "A cerca do mosteiro de São Martinho de Tibães". *Património/Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, n° 2, p. 86-95, 2002.
- COZEN, M.R.G. "Geography and townscape conservation". In: WHITEHAND, J.W.R. *The urban landscape: historical development and management*. London: Academic Press, 1981. p. 1-30.



- DEL PRIORE, Mary. "Ritos da Privada". In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1. p. 275-330.
- DERENJI, Jussara da Silveira. "Sé, Carmo e Largo do Palácio. Espaços públicos de Belém no período colonial". In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 185-197.
- "DIVERTIMENTO admirável para os historiadores curiosos observarem as máquinas do mundo reconhecidos nos certoeñs da navegação das minas do Cuyabá e Mato Grosso. Extrahido pela curiosidade incansável de um certanista paulistence, que os calculou successivos huns poucos annos. Offerecido ao Illm<sup>o</sup>. e Exm<sup>o</sup>. Sr. Martinho de Mello e Castro, do Conselho de sua Magestade Secretario de Estado da Repatição da Marinha e Dominios Ultramarinos por P. Anno de 1783". *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: /s.e./, tomo LXXVII, parte II, p. 125-156, [1914].
- EMPERAIRE, Laure. "Entre paus, palheiras e cipós". In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 389-417.
- ESPENICA, André. "Paisagem e sustentabilidade". In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem. Colecção Estudos 2*. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 85-96.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. "Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920". FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (orgs.). *Cidade e história. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, p. 53-68, 1992.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. "Da torre solarenga à torre de aparato: formas da casa nobre do século XVI ao século XVIII". In: CONGRESSO INTERNACIONAL: CASA NOBRE- UM PATRIMÓNIO PARA O FUTURO. *Separata...*, 1, Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2007. p. 1-11.
- FRANCO, Mariana C. Pantoja *et al.* "Botar roçados". In: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). *Enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 249-283.
- FREYRE, Gilberto. "Casas de residência no Brasil". *Revista do SPHAN*. [Rio de Janeiro]: /s.e./, n<sup>o</sup> 7, p. [?-?], /s.d./.
- GANHADO, Jesuino Artur. "O Passeio Público". *Revista Municipal*. Lisboa: [Câmara Municipal de Lisboa], n<sup>o</sup> 32-33, 1947.
- GASPAR, Jorge Manuel Barbosa. "A paisagem global de Ribeiro Telles, ou o fim das oposições cidade/campo e urbano/rural". In: CARAPINHA, Aurora da Conceição (org.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003. p. 109-112.
- GOMES, Luís Miguel Martins. "Geometria no traçado de praças, teoria versus prática, no tempo de Pombal". In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 199-223.
- GUERREIRO, Maria Rosália P. "Espaços públicos centrais, estrutura urbana e território. Os largos e as praças de Lisboa até ao século XVII, génese e formação". In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 17-26.
- HELMORE, Kristin; RATTI, Annu. "El sorprendente rendimento de la agricultura urbana". *Opciones, Revista del desarrollo humano*. New York: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), p. 22-26, Abril 1995.
- HELPHAND, Kenneth. "Agriculture's art, the garden". *Landscape architecture*. [Washington]: American Society of Landscape Architects, n<sup>o</sup> 3, v.74, p. 60-63, May/June 1984.
- IZQUIERDO, Ivan. "Memórias". *Estudos Avançados*. São Paulo: /s.e./, v.3, n<sup>o</sup> 6, p. 81, maio/ago. 1989.
- KENDALL, Sarita. "Huertos en los techos de Bogotá". *Opciones, Revista del desarrollo humano*. New York: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), p. 27, Abril 1995.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. "Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar". In: FARRET, Ricardo Libanez (org.). *O espaço da cidade; contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985. p. 15-72.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. "Configuração urbana como forma de aprendizado". In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL, Salvador. *Anais...*, 2, Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo FAUFBA, Instituto Cultural Brasil Alemanha, 1989. p. 9-13.
- LAPA, José Roberto do Amaral. "O Brasil e as drogas do Oriente". *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos Portugal, n<sup>o</sup>. 18, p. 7-40, Ago. 1966.

- LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Os alimentos que fizeram o Brasil". In: CAMPOS, Ana Cristina; CLÉCIA, Maylena (coord.). *Terra e alimento. Panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2000. p. 14-121.
- LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A produção de alimentos e suas crises". In: CAMPOS, Ana Cristina; CLÉCIA, Maylena (coord.). *Terra e alimento. Panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2000. p. 48-65.
- MACEDO, Renato Luiz Grisi *et al.* "Princípios de agrossilvicultura como subsídio do manejo sustentável". *Informe agropecuário. Agropecuária e ambiente*. Belo Horizonte: EPAMIG, v.21, n° 202, p. 93-98, Jan./Fev. 2000.
- MAGALHÃES, Manuela Raposo de. "Paisagem urbana e interface urbano-rural". In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem. Coleção Estudos 2*. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. 1994. p. 99-120.
- MALARD, Maria Lúcia. "O método em arquitetura: conciliando Heidegger e Popper". *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte: PUC Minas, n° 8, v.8, p. 128-154, Fev. 2001.
- MATA, Aida Reis da. "Fragmentos do Mosteiro de São Martinho de Tibães". *Património/Estudos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, n° 2, p. 80-85, 2002.
- MELISSINOS, Alexandre. "Entre créé et conservé: une amitié critique". *Urbanisme*. Paris: SARL Les Publications d'architecture et d'urbanisme (group CDC), n° 303, p. 68-73, 1998.
- MELO, Mário. "O Jardim Botânico de Olinda". *Amário de Olinda*. [Olinda]: *Is.e./*, p. 47, Dez. 1951.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. "Notas acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco". In: *BOLETIM do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife, n° 3, p. 36-38, 1954.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. "Capunga: crônica de um bairro recifense". In: COSTA, Francisco Augusto Pereira da, 1851-1923. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. p. 174-193.
- MENESES, José Newton Coelho. "Domínio privado e abastecimento alimentar no espaço urbano colonial das Minas Gerais setecentistas: os quintais no arraial do Tejuco e na vila do Príncipe". In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, CINCO SÉCULOS DE CIDADE NO BRASIL, *Anais...*, Natal (RN): OLIVEIRA, Giovana Paiva de *et al.*, 2000. *Is.p./*.
- MENEZES, Ivo Porto de. "José Pereira Arouca". *O Arquidiocesano*. Mariana, 2 Julho 1961. *Is.p./*.
- MENEZES, José Luiz Mota. "Olinda: evolução urbana". In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). *Colectânea de estudos. Universo urbanístico português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1998. p. 331-351.
- MENEZES, José Luiz Mota. "Arquitetura e urbanismo no Recife do Conde João Maurício de Nassau". In: HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses; 1630-1654*. Rio de Janeiro: GMT Editores, 1999. p. 86-103.
- MENEZES, José Luiz Mota. "Olinda e o Recife, 1580-1780 arte e arquitectura: dois momentos". In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, *Actas...*, 5, Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, 2002. p. 143-159.
- MOTTA, Lia. "A SPHAN em Ouro Preto: uma história de condutas e critérios". *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: MEC, SPHAN, FNPM, n° 22, p. 108-122, 1987.
- MUHAR, Andreas. "Yesterday's landscape for today's culture?" *TOPOS. European Landscape Magazine*. München: Callwey Verlag Leser, n° 6, p. 95-102, Mar. 1994.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. "Breviário da Quinta do Tanque". *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Salvador, n° 43, p. 83-108, Mar. 1998.
- OLIVEIRA, Lisete Assen de. "Anotações sobre a ocupação do território na ilha de Santa Catarina e a evolução urbana da cidade de Florianópolis, Brasil". In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS, 1415-1822. *Actas...* /coordenação de Renata Araújo, Hélder Carita e Walter Rossa. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 809-824.
- OLIVEIRA, Marcelo Almeida. "Uma contribuição ao estudo dos espaços verdes em sítios coloniais". In: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO, DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (org.). *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. Porto, 2006. v.3. p. 187-199.
- PAIO, Alexandra Cláudia Rebelo. "Praça nas novas vilas medievais, séculos XIII-XIV, estudo comparativo". In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 27-41.
- PANERAI, Philippe. "Typologies". In: PANERAI, Philippe *et al.* *Elements d'analyse urbaine*. *Is.l./*: AAM Editions, *Is.d./*. p. 73-108.

- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. [p. 11-47].
- PIMENTEL, Brutus Abel Fratuci. “Os espaços livres residenciais na cidade de São Paulo”. *Paisagem e Ambiente: ensaios*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, nº 11, p. 15-40, dez. 1998.
- PIRES, Celestino. “Natureza”. In: LOGOS. *Enciclopédia luso-brasileira de filosofia*. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, /s.d./, p. 1074-1081.
- PORTO, Costa. “Fundação de Olinda”. *Anuário de Olinda*. [Olinda]: /s.e./, nº XII-XIII, p. 36-41, Dez. 1960.
- POSEY, Darrell. “O manejo da floresta secundária”. In: RIBEIRO, Berta. *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 173-189.
- RAMALHETE, Filipa; SILVA, Francisco. “Que planeamento urbano temos em Portugal? entrevista com Gonçalo Ribeiro Telles”. *Al-madan*. Almada, Portugal: Centro de Arqueologia de Almada, IIª série, nº 12, p. 95-102, Dez. 2003.
- REVISTA DO ARCHIVO PÚBLICO MINEIRO. “O Jardim Botânico de Ouro Preto em 1835”. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, ano III, p. 774-777, 1898.
- SALGADO, Abílio José. “Os jesuítas no Brasil e o impacto entre a medicina europeia e a terapêutica indígena”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS. *Actas...*, 1, Braga: Faculdade de Teologia/Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1993. v.3. “Igreja, sociedade e missionação”. p. 9-20.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. “Novas e Velhas Ocupações na Salvador Republicana (1890-1930)”. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (orgs.). *Cidade e história. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA, Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992. p. 257-262.
- SOARES, Ana Luísa *et al.* “Restauro e recuperação do Jardim Botânico no final do século XX”. In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 171-203.
- SCHAEFER, Carlos Ernesto *et al.* “Elementos da paisagem e a gestão da qualidade ambiental”. *Informe agropecuário. Agropecuária e Ambiente*. Belo Horizonte: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), v.21, nº 202, p. 20-44, Jan./Fev. 2000.
- SCHIMIDT, Luísa. “Representações ambientais e os *media* da vida animal à questão nuclear”. In: BECKERT, Cristina (coord.). *Natureza e ambiente: representações na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de filosofia da Universidade de Lisboa, 2001. p. 129-144.
- SILVA, Luís Octávio da. “Os quintais e a morada brasileira”. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte: PUC Minas, nº 12, v.11, p. 61-78, Dez. 2004.
- SILVEIRA, Tasso da. “Humus”. *Revista Festa- Mensário de Pensamento e de Arte*. Rio de Janeiro: Inelivro, nº 3, p. 5, 1980. Cópia facsimilada. (Edição original: 1927).
- SOARES, Ana Luísa. “Restauro e recuperação do Jardim Botânico no final do século XX”. In: REIS, Dulce (coord.). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999. p. 171-203.
- SOARES, Luís Bruno. “Urbanismo- uma questão cultural”. *Sociedade e território*. Porto: Edições Afrontamento, nº 31/34, p. 162-171, Dez. 2000.
- SOBREIRA, Frederico Garcia. “A ocupação desordenada de encostas em Ouro Preto, Minas Gerais”. *Revista Escola de Minas*. [Ouro Preto]: /s.e./, nº 42, p. 12-16, quarto trimestre, 1989.
- SOLÁ-MORALES I RUBIÓ, Manuel de. “Espaços públicos/espacos colectivos”. *Urbanismo*. Lisboa: Associação dos Urbanistas Portugueses, nº 4, ano 2, p. 14-19, Inverno 1999.
- SUÑÉ, Silvia. “A praça na origem da formação urbana da cidade colonial íbero-americana. Casos de Olinda e Cumaná”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 89-102.
- TEIXEIRA, Manuel C. “As praças urbanas portuguesas quinhentistas”. In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 69-89.
- TEIXEIRA, Manuel C. “A história urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes”. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS, 1415-1822. *Actas...* /coordenação de Renata Araújo, Hélder Carita e Walter Rossa. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 547-566.

- TELLES, Gonçalo Ribeiro. "Paisagem Global". In: ABREU, Margarida Cancela de (coord.). *Paisagem. Coleção Estudos 2*. Lisboa: DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, 1994. p. 31-45.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro. "A paisagem do futuro". In: SECRETARIADO EDITORIAL DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA (coord.). *Doutoramento "Honoris Causa" de Professor Doutor Gonçalo Ribeiro Telles*. Évora, 1995. p. 8-20.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro. "Lisboa assassinada, a expansão e a morte". A capital. [Lisboa], abr. 1979. /s.p./. In: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira (org.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003. p. 299-300.
- TELLES, Gonçalo Ribeiro. "A cidade e a paisagem global do século XXI". In: CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira (org.). *A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003. p. 332-340.
- THOMPSON, J. William. "San Francisco's gardens of diversity. The problem: unemployment and derelict land". *Landscape architecture*. [Washington]: American Society of Landscape Architects, nº 1, v.83, p. 60-62, January 1993.
- THOMPSON, J. William. "From blight to bounty. What can landscape architects do to help stem inner-city decay? The San Francisco League of Urban Gardeners suggests a way to make a difference". *Landscape architecture*. [Washington]: American Society of Landscape Architects, nº 7, v.86, p. 44-49, July 1996.
- THOMPSON, J. William. "Lots in coomom. In a cluster of community gardens in Berkeley, there's more growing than just vegetables". *Landscape architecture*. [Washington]: American Society of Landscape Architects, nº 8, v.90, p. 50-59, 80-81, August 2000.
- TOMASI, Lucia Tongiorgi. "Imagem e natureza na ilustração naturalista nos séculos XVI e XVII". *Designio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração de pós-graduação. História e fundamentos da arquitetura e do urbanismo; Annablume, nº 2, p. 77-90, Setembro 2004.
- TOPOS. European Landscape Magazine. München: Callwey Verlag Leser- Service, nº 6, Mar. 1994.
- TRIEB, Michael. "O espaço urbano como totalidade: objetivos e métodos de configuração do espaço urbano". In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL, Salvador. *Anais...*, 2, Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo FAUFBA, Instituto Cultural Brasil Alemanha, 1989. p. 6-8.
- VASCONCELOS, Salomão de. "Solares e vultos do passado". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, /s.nº/, ano III, p. 62-133, 1948.
- VAZ, Lilian Fessler. "Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no Período colonial". In: TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000. p. 139-156.
- VIEIRA, Marta. "De onde vem a comida". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 3 Julho 2005. Caderno de Economia, p. 1.
- VIEIRA, Marta. "Oásis na paisagem urbana. Plantações resistem ao crescimento desordenado de BH (Belo Horizonte) e sustentam produtores, que, em parte, vieram em busca de um novo trabalho". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 Maio 2006. Caderno Agropecuário, p. 6-7.
- VIEIRA, Marta. "Horta urbana". *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 Outubro 2006. Caderno Agropecuário, p. 6-7.
- VILLANOVA, Roselyne de. Migrant's gardens in France". *TOPOS. European Landscape Magazine*. München: Callwey Verlag Leser, nº 6, p. 126-131, Mar. 1994.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. "Cochonilha". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, 1994. p. 176-177.
- ZANETTINI, Siegbert. "Arquitetura deve ser holística e sistêmica". *Finestra*. São Paulo: Arco Editorial, ano 11, nº 47, p. 32-35, Out./Nov./Dez. 2006.

## Obras Subsidiárias

- ACAYABA, Marlene Milan (coord.); GUERRA, José Wilton N.; SIMÕES, Renata da Silva (orgs.). *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira. Equipamentos*. Fichário Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. v.5.
- ACAYABA, Marlene Milan (coord.); SIMÕES, Renata da Silva (org.). *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira. Costumes*. Fichário Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. v.3.

- ACAYABA, Marlene Milan (coord.); ZERON, Carlos Alberto (org.). *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira. Alimentação*. Fichário Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000. v.1.
- ALMEIDA, Eduardo de Castro e. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1913. 4 Tomos.
- ALMEIDA, Mara Zélia de. *Plantas medicinais e ritualísticas*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- AMADEI, Vicente Celeste; AMADEI, Vicente de Abreu. *Como lotear uma gleba. O parcelamento do solo urbano em seus aspectos essenciais (loteamento e desmembramento)*. São Paulo: Universidade SECOVI-SP, 2001.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.
- ANUNCIACÃO, Miguel Aracanja da, Frei. *Crônica do mosteiro de São Bento de Olinda até 1763*. Recife: Imprensa Oficial, 1940.
- AÑÓN, Carmem. *Real Jardín Botánico de Madrid: suas origenes, 1755-1781*. Madrid: Real Jardín Botánico, C.S.I.C., 1987.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- A&M CONSULTORES ASSOCIADOS. *Ouro Preto. Relatório final*. Belo Horizonte: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais, SEBRAE, Sistema de Informação Mercadológicas Municipais, 1995.
- ASCHER, François. *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold, 1812-1884. *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953. 2 volumes. (Edição alemã: 1859).
- AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold, 1812-1884. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- BARLEU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc, ora governador de Wesel. Tenente-general de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Imprensa Nacional, 1940.
- BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc, ora governador de Wesel*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.
- BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BECKERT, Cristina (coord.). *Natureza e ambiente: representações na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de filosofia da Universidade de Lisboa, 2001.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.). *O Brasil dos viajantes*. 2ª edição. São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1999.
- BENEVOLO, Leonardo. *O último capítulo da arquitetura moderna*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- BENINCASA, Vladimir. *Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930*. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BRASIL. MEC; IPHAN; IEPHA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1975.
- CABRAL, Henrique Barbosa da Silva (1875-1946). *Ouro Preto*. Belo Horizonte: /s.e./, 1969.
- CALADO, Manuel, Frei, 1584-1654. *O valoroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. 2v. (Primeira edição: 1648).
- CÂMARA, Manuel Arruda da. *Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principais províncias do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810a.
- CÂMARA, Manuel Arruda da. *Dissertação sobre as plantas do Brazil, que podem dar linhos próprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta do canhamo, indagadas de ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810b.
- CARLS, F.H. *Álbum de Pernambuco e seus arrabaldes*. [Recife]: F.H. Carls, 1878.
- CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. *A arte de Mestre Valentim: um programa de sombra e água fresca*. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, 1988. Dissertação de Mestrado em Artes visuais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CARVALHO, Ana Maria Fausto Monteiro de. *Mestre Valentim*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify Edições, 1999.

- CARVALHO, Edésio Teixeira. *Carta geotécnica de Ouro Preto*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982. Dissertação de Mestrado. (Texto policopiado).
- CASCUDO, Luís da Câmara, 1898-1986. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004. (Primeira edição: 1967).
- CASTRO, Fernando Pedreira de. *Crônica da Igreja no Brasil: período pré-anchietano 1500-1553*. Rio de Janeiro: Editora ABC; São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.
- CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do Salvador do Mundo*. [Recife]: Editora ASA Pernambuco, 1986.
- CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, [1985].
- COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA USP. *A casa de Dona Yayá*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- CONCEIÇÃO, Apolinário da, Frei capucho da Província da Conceição do Estado do Brasil. *Claustro Franciscano, erecto no domínio da Coroa Portuguesa, e estabelecido sobre sobre dezesseis venerabilíssimas columnas. Expõem-se sua origem e estado presente. A de seus conventos, e mosteiros, annos de suas fundações, número de hospícios ... tanto em Portugal como em suas conquistas. Dedicado à sacra, real, augusta Magestade del Rey D. João V Nosso Senhor*. Lisboa Occidental: Officina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1740.
- COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.
- COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.
- COSTA, Paloma Jorge Amado. *As frutas de Jorge Amado ou o livro de delícias de Fadul Abdala*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- COUTINHO, Manuel Sobral Azevedo. *O Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1948.
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- DELUMEAU, Jean. *Uma história do paraíso*. Lisboa: Terramar, 1994.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. *Religião e simbólica; o sonho da escada de Jacob*. Porto: Granito Editores de Livres, 2001.
- DIEZ RAMOS, Gregorio, Padre O.S.B. (org.). *Obras completas de San Bernardo*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1960.
- ESTADO DE MINAS GERAIS; SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA; FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS; INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS da UFMG. *Percepção de qualidade ambiental urbana em Ouro Preto*. Belo Horizonte, 1995.
- FERNANDES, Isabel Alexandra. *Reis e rainhas de Portugal*. Lisboa: Texto Editora, 2001.
- FERRAZ, Eugênio, 1953. *A casa dos Contos de Ouro Preto: ensaio e memória da Restauração no ano do seu bicentenário (ocorrido em 1984)*. Belo Horizonte: C/Arte, 2004.
- FERREZ, Gilberto. *Velhas fotografias pernambucanas 1851-1890*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Campo Visual, 1988.
- FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro: Kosmos; [Salvador]: Banco da Bahia Investimentos, 1989.
- FICALHO, Conde de. *Plantas úteis da Africa portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Construções do passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas da UnB, 1994. Tese de Doutorado.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Texto original da década de 1570).
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975. (Do original: *Travels in the interior of Brazil*. 1ª edição. Londres: Reeve, Brothers, King William Street, Strand, 1846).
- GERODETTI, João Emilio; CORNEJO, Carlos. *Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

- GÓIS, Damião de. *Elogio da cidade de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002. Introdução Ilídio do Amaral. Apresentação, edição crítica, tradução e comentários de Aires A. Nascimento.
- GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora UNESP, Editora Polis, 2005.
- GOMES DA SILVA, Geraldo. *Engenho & arquitetura*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.
- GRUPO TEMÁTICO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS. *Caldas naturais: soluções alternativas para o manejo de pragas e doenças*. Simonésia: Projeto Doces Matas, 2002.
- HOLANDA, Armando de. *Roteiro para construir no Nordeste. Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados*. Recife: Programa em Desenvolvimento Urbano da Faculdade de Arquitetura, UFPE, 1976.
- INSTITUTO CULTURAL SÉRGIO FADEL. *O Brasil do século XIX na Coleção Fadel*. Rio de Janeiro, 2004.
- IPAC-BA. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia; monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina*. Salvador: [Secretaria da Indústria e Comércio], 1980. v.IV.
- JELICOE, Geoffrey y Susan. *El paisaje del hombre. La conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1995.
- JUNQUEIRA, Eulalia. *Arte francesa do ferro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2005.
- KIDDER, Daniel Parish, 1815-1891. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. São Paulo: Livraria Martins, [1972].
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do Norte)*. Coleção Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Editora Livraria Martins, /s.d./ v.XII.
- KOSTER, Henry, 1793-1820. *Viagens ao nordeste do Brasil*. 11ª edição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2002. 2 vol. (1ª edição Londres: Longman, Hurst, Rees, 1816).
- LAGO, Pedro Corrêa do. *Iconografia brasileira: Coleção Itaú, Sala Alfredo Egydio de Souza Aranha*. São Paulo: Itaú Cultural, Contra Capa Livraria, 2001.
- LAGO, Pedro Corrêa do. *Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo nos anos de 1860. Rio de Janeiro: Capivara, 2001.
- LAGO, Pedro e Bia Corrêa do. *Frans Post (1612-1680). Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2006.
- LATIF, Miran de Barros. *Uma cidade no trópico: São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965.
- LAHMAR, Rabah (coord.). *Salvemos nossos solos para proteger nossas sociedades*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 10).
- LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. *Destrução ou Desconstrução?* São Paulo: Editora Hucitec, Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo, 1994.
- LEMOES, Celina Borges (org.). *Sylvio de Vasconcellos: textos reunidos: arquitetura, arte e cidade*. Belo Horizonte: Editora BDMG Cultural, 2004.
- LIMA, A. Viana de. *Rapport et propositions pour la conservation, récupération e expansion*. Ouro Preto: UNESCO, 1969.
- LIMA, A. Viana de. *Rénovation et mise en valeur d'Ouro Preto. Second rapport*. Paris: UNESCO, 1972.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *As primeiras vilas do ouro*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1962.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. [3ª] edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Prefácio de Jaime Cortesão.
- LISBOA, Cristóvão de, Frei. *História dos animais e árvores do Maranhão*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000. (Apontamentos tomados entre 1624 e 1627).
- LOPES, Francisco Antônio. *Os palácios de Vila Rica. Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: /s.e./, 1955.
- LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum, 1998. (2 volumes).
- LORENZI, Harri; SOUZA, Hermes Moreira de. *Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras*. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum, 1999.
- LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. *Plantas medicinais no Brasil, nativas e exóticas*. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum, 2002.
- LORENZI, Harri et al. *Palmeiras brasileiras e exóticas cultivadas*. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum, 2004.

- LYNCH, Kevin. *Planificaci3n del sitio*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980. (Primeira edi3o de 1977).
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edi3es 70, 1988. (Primeira edi3o de 1960).
- MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. S3o Paulo: [Projeto Quap3, Laborat3rio da Paisagem, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de S3o Paulo], 1999.
- MAGALH3ES, Alo3sio. *E triunfo?: a quest3o dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Funda3o Nacional Pr3-Mem3ria, 1985.
- MANUAL da jardineira e do jardineiro horticulor. Lisboa: Artur Marques da Silva, 1920. (Primeira edi3o: 1891).
- MARTINS, Ant3nio Eg3dio. *S3o Paulo antigo (1554-1910)*. S3o Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- MARTINS, Carlos (org.). *Revelando um acervo*. S3o Paulo: Bei Comunica3o, 2000. (Cole3o Brasileira).
- MATOS, Rute Sousa. *Recupera3o de jardins hist3ricos em Portugal algumas reflex3es*. 3vora: Universidade de 3vora, 1999. Disserta3o de Mestrado em Recupera3o do Patrim3nio Arquitect3nico e Paisag3stico. (Texto policopiado).
- MEC; IPHAN; IEPHA; FUNDA3O JO3O PINHEIRO. *Plano de Conserva3o, Valoriza3o e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte: Funda3o Jo3o Pinheiro, 1975.
- MEIRELES, Cec3lia. *Romanceiro da Inconfid3ncia*. 3a edi3o. Rio de Janeiro: Editora Civiliza3o Brasileira, 1977.
- MEIRELES, Cec3lia. *Obra po3tica*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987.
- MILET, Vera. *A teimosia das pedras: um estudo sobre a preserva3o do patrim3nio ambiental no Brasil*. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.
- MINC, SPHAN, FNPM. *Prote3o e revitaliza3o do patrim3nio cultural no Brasil: uma trajet3ria*. Bras3lia, 1980.
- MINC, IPHAN. *Bens m3veis e im3veis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrim3nio Hist3rico e Art3stico Nacional*. 4a edi3o, revisada e ampliada. Rio de Janeiro, 1994.
- MINIST3RIO DA CULTURA, INSTITUTO DO PATRIM3NIO HIST3RICO E ART3STICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*. Caderno de documentos n3 3. Bras3lia, 1995.
- MORAES, Alexandre de. *Constitui3o do Brasil interpretada e legisla3o constitucional*. 6a edi3o. S3o Paulo: Editora Atlas, 2006.
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. S3o Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. *De Filip3ia 3 Para3ba. Uma cidade na estrat3gia de coloniza3o do Brasil, s3culo XVI-XVIII*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ci3ncias e T3cnicas do Patrim3nio, 2004. Tese de Doutorado em Hist3ria da Arte. (Texto policopiado). (3 volumes).
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Mariana Ferreira (organiza3o e estudo cr3tico). *Minas Gerais e a hist3ria natural das col3nias: pol3tica colonial e cultural cient3fica no s3culo XVIII*. Belo Horizonte: Funda3o Jo3o Pinheiro, 2004.
- NIEUHOF, Joan. *Memor3vel viagem mar3tima e terrestre ao Brasil*. S3o Paulo: Livraria Martins, Oficina da Empresa Gr3fica da [Revista] dos Tribunais, [1951]. (Edi3o holandesa: 1682).
- NOVAES, Ferdinando. *Olinda, Evolu3o urbana*. Recife: FUNDARPE, 1990.
- JARDINEIRO (O), *anthologia ou tratado das flores, aos amantes da jardinagem*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1824.
- OLESEN, Jens (coord.). *Albert Eckhout volta ao Brasil; 1644-2002*. [Copenhagen]: [Nationalmuseet], 2002.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Estatuto da cidade: para compreender...* Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- OUTRAM, Dorinda. *O Iluminismo*. 1a edi3o. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- PESVNER, Nikolaus. *Panorama da arquitetura ocidental*. 1a edi3o brasileira. S3o Paulo: Martins Fontes, 1982.
- REIS, Dulce (coord.). *Jardim Bot3nico da Ajuda*. Lisboa: Cristina Castel-Branco, 1999.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a forma3o e o sentido do Brasil*. S3o Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas an3s do sert3o- o Cerrado na hist3ria de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Aut3ntica, 2005.
- RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco: hist3ria, descri3o, viagens, coloniza3o, institui3es*. Belo Horizonte: Itatiaia; S3o Paulo: Edusp, 1980. (Primeira edi3o: 1858).
- ROCHA, Jos3 Joaquim da. *Descri3o geogr3fica, topogr3fica, hist3rica e pol3tica da Capitania de Minas Gerais. Mem3ria hist3rica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Funda3o Jo3o Pinheiro, Centro de Estudos Hist3ricos e Culturais, 1995.



- RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- ROSÁRIO, António, Frei. *Frutas do Brasil*. Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1702.
- ROSSA, Walter. *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento: portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.
- SANTOS, Piedade Braga et al. *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.
- SAMPAIO, António Heliodório Lima. *Formas urbanas: cidade real & cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto Editora, PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.
- SÁNCHEZ DE MUNIAIN, José Maria. *Estética del paisaje natural*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1945.
- SANTOS, Milton et al. *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1993.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. Belo Horizonte: Formato, 1998.
- SILVEIRA, Luís (org.). *Livro das Plantas das fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições do marítimo dos Reinos e Províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes. Contribuição para a história das fortalezas dos portugueses no Ultramar*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical. /s.d./.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, SERVIÇOS DO EXÉRCITO. *Coleção fotográfica de diferentes cartas, mapas, plantas e projectos referentes ao Brasil: anteriormente à sua independência na quase totalidade*. Lisboa, 1922.
- SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo (orgs.). *A paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993.
- SUKOPP, H.; WERNER, P. *La naturaleza en las ciudades*. Madrid: Secretaria General Técnica, Centro de Publicaciones, Ministério de Obras Públicas y transportes, 1991.
- SYLVEIRA, Symão Estácio, Capitão. *Relação sumária das cousas do Maranhão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911. (Primeira impressão: 1624).
- TAUNAY, Alfredo de Escragnole, Visconde. *Viagens de outr'ora*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921.
- TAUNAY, Alfredo de Escragnole, Visconde. *Paizagens brasileiras*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, [1926].
- TIRAPELI, Percival. *Conhecendo os Patrimônios da Humanidade no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2001.
- TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará: instantes e evocações da cidade*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987.
- TOLLENARE, Louis-François. *Notas dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978.
- TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Estudo Introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: DIFEL, 1980. (Primeira edição: 1974).
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: DIFEL, 1983. (Primeira edição: 1977).
- USINA DE IDÉIAS (coord.). *Os mapas do descobrimento*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000.
- VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura e principalmente da cultivação das charnecas*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de, 1758-1812. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centros de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- VASQUEZ, Pedro Karp (org.). *Revert Henrique klumb. Um alemão na corte imperial brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2001.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª edição. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

- VELOSO, H.P. *et al.* *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.
- VILA RICA EDITORAS REUNIDAS. *O Brasil de Debret*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, 1993.
- VILAÇA, Marcos Vinícios. *Olinda, Olindíssima*. Brasília: Fundação Nacional PróMemória, 1983.
- WAGNER, Robert (org.). *Viagem ao Brasil; Rio de Janeiro e São Paulo nas aquarelas de Thomas Ender 1817-1818*. [Lisboa]: Kapa Editorial, 2003.
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.
- WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil-do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. (Edição inglesa: 1886).

## Material Institucional

- BELO HORIZONTE. Lei nº 6.314, de 12 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a instituição no Município de Belo Horizonte da Reserva Particular Ecológica, por destinação do proprietário. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 13 Janeiro 1993. /s.p./.
- BELO HORIZONTE. Processos de petição e despacho. Biblioteca da 7ª Diretoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pastas de Ouro Preto.
- COIMBRA. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. *Jardim Botânico*. Coimbra, /s.d./.
- COIMBRA. Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra. *Guia para visitantes: Museu Botânico, Jardim Botânico*. Coimbra, 2003.
- CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS. *Real Jardín Botánico*. Madrid, /s.d./ Catálogo.
- JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. *Estufa nº 3, Plantas insetívoras*. Rio de Janeiro, /s.d/. (Folheto explicativo).
- JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. *Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, /s.d/. (Folheto explicativo).
- JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. *Outono no Jardim Botânico*. Rio de Janeiro, /s.d/. (Folheto explicativo).
- JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. *Verão no Jardim Botânico*. Rio de Janeiro, /s.d/. (Folheto explicativo).
- MINAS GERAIS, [FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO]. *Jardim Botânico do Passa-Dez/ Ouro Preto. Projeto Ouro Preto/ Mariana*. [197?]. (Material não publicado).
- OLINDA. SECRETARIA DE FAZENDA; PREFEITURA MUNICIPAL. *Código tributário do Município de Olinda*. 1990.
- OURO PRETO. Decreto nº 13, de 19 de setembro de 1931. Ouro Preto. 1931.
- OURO PRETO. Decreto nº 25, de 03 de setembro de 1932. Ouro Preto. 1932.
- OURO PRETO. Prefeitura Municipal. *Ouro Preto: Cartela de Projectos*. [199?]. 29p.
- RECIFE. Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, FIDEM. *Horto de Olinda. Plano Diretor*. v.1. 1979. (Material não publicado).
- RECIFE. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, FIDEM. *Plano Diretor. Horto de Olinda. Aspectos históricos- Pesquisa bibliográfica*. 1979. p. 110-118. (Material não publicado).
- RIO DE JANEIRO. Arquivo Central/ IPHAN, pasta nº?. *Relatório sobre os estudos de critérios de intervenção nos centros históricos visando a uma revisão da atuação da SPHAN. Exemplo Ouro Preto*. 1986. (Parecer emitido pela Arquitecta Lia Motta, da Diretoria de Tombamento e Conservação).
- RIO DE JANEIRO. 6ª SR/IPHAN/DPROT. *Parecer nº 002/96, sobre a Iluminação do Penhasco dois irmãos*. 1996. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim e Marta Queiroga Amoroso Anastacio).
- RIO DE JANEIRO. 6ª SR/IPHAN/DPROT. *Parecer sobre a inscrição de Parati na lista indicativa de Patrimônio Mundial da UNESCO*. 2000. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim).
- RIO DE JANEIRO. 6ª SR/IPHAN/DPROT. *Parecer sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. [200?]. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim).
- RIO DE JANEIRO. 6ª SR/IPHAN/DPROT. *Parecer sobre o Relatório de Impacto Ambiental-RIMA do Empreendimento Projeto do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará, Fortaleza*. [2002]. (Parecer emitido pelo Arquitecto Carlos Fernando de Moura Delphim).

## Fontes Manuscritas

### AHML- ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR DE LISBOA/ ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

AHML. 3ª Divisão, 47ª Secção, nº 4610, Est. AV2, *Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. /s.d./l.*

### AHU- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA

AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. 6, D. 487: 1709, Junho, 19, Lisboa. *CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V referente a doação de um cruzado por dia ao religioso que veio da Índia para por em prática no Brasil a cultura das árvores de canela e sementeira de pimenta.*

AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. 7, D. 606: 1712, Maio, 4, Bahia. *CARTA do governador-geral do Brasil do Brasil Pedro de Vasconcelos ao rei [D. João V] em resposta a carta régia sobre a cultura da canela e da pimenta na Bahia.*

AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. 173, D. 13085: [post. 1777]. *REQUERIMENTO do padre Marcelino de Melo à rainha [D. Maria I] solicitando que a rainha mande tomar providências contra a destruição das madeiras, como aliás já havia feito, mas sem sucesso, quando proibiu o corte de madeira de lei. Pede ainda que se mande reservar e conservar a beira-mar, cachoeiras, matas. Dá ainda conta, que por exemplo na Bahia, no decurso de duzentos e tantos anos, já não tem a terça parte das madeiras. Refere também o aumento decorrente do preço da madeira.*

AHU. BAHIA-ACL-CU-005, Cx. 254, D. 17508: [ant. 1810, Dezembro, 13]. *REQUERIMENTO de Ângelo Viriato, italiano de Pádua, ao príncipe regente [D. João] solicitando licença de viagem para a Bahia, juntamente com sua família onde conseguiu um emprego de jardineiro.*

AHU. BELÉM DO PARÁ-ACL-CU-009, Cx. 16, D. 1679: 1728, Setembro, 14, Belém do Pará. *CARTA do governador do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, ao rei D. João V, em resposta a provisão sobre a plantação de árvore de canela na Capitania.*

AHU. GOIÁS-ACL-CU-008, Cx. 42, D. 2552: 1800, Setembro, 30, Vila Boa. *OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso], D. João Manuel de Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o sequestro dos bens do tesoureiro da casa de Fundação de Vila Boa, José Francisco Hutim, preso sob a acusação de roubo e acerca de algumas plantas que o acusado tinha em seu poder, e que teriam sido deixadas ao cuidado do padre Inocência Pereira Pedroso para o Horto Botânico.*

AHU. GOIÁS-ACL-CU-008, Cx. 45, D. 2659: 1803, Abril, 04, Vila Boa. *OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Goiás], D. João Manuel de Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], sobre a arrematação das casas do ex-tesoureiro, Francisco José Hutim, para o estabelecimento de um horto botânico; de uma chácara de Manuel José Leite, propicia para o estabelecimento de uma plantação de café, e a oposição da junta da Fazenda Real aos seus projetos. Anexo: 3 docs. (relativos ao comércio de café entre Goiás e Belém do Pará).*

AHU. MARANHÃO-ACL-CU-009, Cx. 115, D. 8933: 1801, Fevereiro, 26, São Luiz do Maranhão. *OFÍCIO (2ª via) do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Souza, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a remessa de sementes de flores.*

AHU. MATO GROSSO-ACL-CU-010, Cx. 38, D. 1890: 1800, Abril, 21, Vila de Cuiabá. *OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a criação de um Jardim Botânico na capitania.*

AHU. MINAS GERAIS-ACL-CU, Cx. 42, D. 15: 1742, Fevereiro, 21, Lisboa. *CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a representação dos oficiais da câmara de Vila do Carmo e dos oficiais da câmara de Vila Rica, expondo a questão do preço excessivo dos medicamentos em Minas Gerais e solicitando um novo regimento para os boticários e ainda sobre a carta de Caetano Furtado de Mendonça, referente à actuação de André Soares de Nóbrega.*

AHU. MINAS GERAIS-ACL-CU, Cx. 148, D. 36: 1799, Maio, 10, Vila Rica. *OFÍCIO do governador de Minas, Bernardo José de Lorena para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o qual dá conta do estabelecimento de 1 jardim botânico nas terras do ten. Coronel José Pereira Marques. Com anexo: 1 ofício. Nota: contém segundas vias dos documentos anteriores.*

AHU. PARÁ-ACL-CU-013, Cx. 114, D. 8821: 1799, Fevereiro, 2, Pará. *OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a notícia da chegada dos navios de guerra que partiram do*

porto de Belém do Pará e informando ter recebido a relação impressa das plantas do Horto Botânico daquela cidade. Anexo: catálogo das plantas do Horto Botânico. Observação: documento impresso.

AHU. PARAÍBA-ACL-CU-014, Cx. 5, D. 416: 1724, Junho, 25, Paraíba. *CARTA do capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castel Branco, ao rei D. João V, sobre a difícil situação da capitania, em consequência da seca.*

AHU. PARAÍBA-ACL-CU-014, Cx. 29, D. 2144: 1785, Maio, 6, Paraíba. *OFÍCIO do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a chegada do vigário Antônio Soares Barbosa e a propósito da construção de uma fonte nova, com um passeio público, que antes só servia aos escravos.*

AHU. PARAÍBA-ACL-CU-014, Cx. 41, D. 2904: 1804, Janeiro, 25, Paraíba. *OFÍCIO do [governador da Paraíba], Luis da Mota Fêo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], remetendo caixotes e lista de sementes de plantas bravas para o Jardim Botânico da Corte de Berlim.*

AHU. PERNAMBUCO-ACL-CU-015, Cx. 31, D. 2825: 1725, Junho, 30, Pernambuco. *CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], D. Manuel Rolim de Moura, ao rei [D. João V], sobre o envio da planta de canela para a capitania do Maranhão e o cultivo daquela planta também em terras dos engenhos desta capitania.*

AHU. PERNAMBUCO-ACL-CU-015, Cx. 163, D. 11689: 1788, Maio, 8, Recife. *OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo diversas amostras vegetais de uso medicinal, procedentes da Paraíba, e um abecedário das aplicações dessas plantas.*

AHU. PIAUÍ-ACL-CU-016, Cx. 23, D. 1223: 1800, Outubro, 1, São Luis do Maranhão. *OFÍCIO do [governador e capitão-general da capitania do Maranhão], D. Diogo de Souza, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os insultos dos índios no Piauí; as diligências relativas à descoberta do salitre; as razões porque não foi possível estabelecer o horto botânico; as providências militares para as promoções e regulamento de Milícias; o indeferimento da pretensão do governador interino do Piauí, [Francisco Diogo de Moraes], e a nomeação de José Pedro Fialho para ouvidor do Piauí. Anexo 2 docs.*

AHU. PIAUÍ-ACL-CU-016, Cx. 25, D. 1311: 1802, Julho, 21, [Lisboa]. *OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo], ao [intendente das boticas da Marinha], João Filipe da Fonseca, sobre o envio para o Jardim Botânico de vários exemplares de plantas recebidas do Brasil. Anexo: 9 docs.*

AHU. RIO DE JANEIRO-ACL-CU-017, Cx. 116, D. 9502: 1781, Julho, 15, Rio de Janeiro. *OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], Luís de Vasconcelos e Sousa, ao secretário de estado da Marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o envio da cochonilha, que vinha tentando disseminar, embora os moradores ainda fossem avessos a novas culturas, o andamento e os gastos feitos com as várias construções e obras que vem realizando na cidade do Rio de Janeiro, entre elas a da Alfândega, dos canos da Carioca, a casa da Relação, a casa da Correição, realçando quatro fatores que precisam ser resolvidos para que a capitania volte a crescer: o excesso da despesa sobre a receita, o atraso no pagamento do anil e outros gêneros, o não pagamento das dívidas e a falta de meios para as obras mais necessárias, recomendando a criação de uma loteria. Anexo: ofícios (cópias), mapas, relação, extrato de ofício, listas, atestados.*

AHU. SÃO PAULO-ACL-CU-023, Cx. 015, D. 735: 1800, Junho, 16, São Paulo. *OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a instalação do novo mercado público para atender ao comércio da agricultura.*

AHU. ACL-CU-Código nº 574: 1798, Novembro, 19, Lisboa. *AVISO RÉGIO. Para estabelecer hum Jardim Botânico.*

AHU. ACL-CU-Código nº 575: 1800, Junho, 23, Palácio de Queluz. *Para remetter cascas, plantas e sementes medicinaes.*

AHU. ACL-CU-Código nº 575: 1800, Novembro, 19, Palácio de Queluz. *Para que remetta toda a qualidade de sementes de plantas.*

AHU. ACL-CU-Código nº 54: 1805, Agosto, 1º, Palácio de Queluz. *Para que mande a promptar e remetta várias substâncias medicinais. [Para D. Fernando Joze de Portugal].*

AHU. Colecção Iconografia, 8 desenhos, ED, Anônimo, *Frutos tropicais: ananás, bananeira, cajueiro, dendezeiro, fruteira do conde, goiabeira, mamoeiro, maracujazeiro. Is.d.l. Manuscritos aguarelados. 275 x 435 mm (dimensão média).*

AHU. Colecção Iconografia. *Planta das casas e terreno anexo, pertencente a José da Silva Valença. 1742, Março, 30, Vila Boa de Goiás. Manuscrito. 300 x 750 mm.*

AHU. MG 1166. *Planta da nova Cadeia de V<sup>a</sup>. Rica principiada no anno de 84 pelo Ill.<sup>mo</sup> Exm.<sup>o</sup> o Senhor Luiz da Cunha Menezes G<sup>or</sup>, e Cap.<sup>m</sup> General da mesma, e desenhada pr. C. Manoel Rib. Guimaraens.*

#### **APMOP- ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO**

Documento avulso sem número de inventário. 1905, Junho, 04, Ouro Preto. *REQUERIMENTO de Fortunato Pereira Campos.*

Livro nº 2. 1892, Ouro Preto. Tombamento de Foros da Freguesia de Antônio Dias.

Termo de medição, aforamento, posse e obrigação do foro. /s.d./, Ouro Preto. [Este documento, que se encontra impresso, fazia parte dos processos de aforamento da então “Imperial Cidade de Ouro Preto”].

#### **BNL- BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA**

Códice 11060. GOMES, João Baptista Vieira. *A cultura das árvores frutíferas.* Braga: manuscrito com ilustrações, [17...]. n/fl (manuscrito sem numeração dos fólhos).

#### **BSGL- BIBLIOTECA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA**

Cota: BSGL 3-G-3 Cartografia. *Projecto de hum Passeio Público em memória do dia 13 de Maio de 1816 a S.M.F. o Senhor Rey D. João VI pela Camara de V.R. da Praia Grande, por Julião Pallière, 1819.*

#### **IAN/TT- INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO**

Manuscritos do Brasil nº 39. MACEDO, Duarte Ribeiro de. *Discurso sobre a transplantação das plantas de especiarias da Ásia para a América ou nossos Brasis; e conveniências que disto pode resultar a Portugal com diminuição do comércio holandês, 1675.*

Manuscritos do Brasil nº 39. Avulsos 3. Documento 15. *Carta escripta ao Reitor da Universidade de Coimbra pelo Marquez de Pombal, [1773].*

Microfilme 772. *Sobre não irem laranjeiras para fora do Reino.* 1671, Março, 12, Lisboa.

#### **MÍ- MUSEU DA INCONFIDÊNCIA DE OURO PRETO (Anexo 3)**

*Mapa Topografico do Orto Botanico do Ouro preto.*